



Leandro Guerrini

HISTÓRIA DE
PIRACICABA
EM QUADRINHOS

1º VOLUME

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

O AUTOR — Nasceu piracicabano, em 1896. Fugindo da chapa “cedo ainda”, dirá que se voltou ao jornalismo bem jovem, com rabiscos nos jornalecos críticos da época e na “Gazeta de Piracicaba”. Anos depois, iniciou-se realmente no “Jornal de Piracicaba”, onde andou de revisor a redator-chefe. Namorou o teatro, tendo “brilhado” como comparsa de circo e companhias de opereta. Começou o ganha-pão como “faquinha” avulso, arrebanhando uns vintens para capinar sargetas. Aprendiz de sapateiro. Fez a Escola de Comércio “Cristóvão Colombo” e fracassou na profissão. Cassado com a escritora Jaçanã Altair Pereira Guerrini. É “professor” de apelido, pois nunca cursou escolas relativas. Enfrentou banca do Ministério da Educação e virou, assim, mestre-escola secundário. Em que matéria? Dizem que foi na de Português. Outra mania absorvente: — a música. Tentou o bandolim, o violão, o piano e estagiou na flauta, sem passar do aprendizado, embora roncasse grosso: “Fui aluno do Erotides!” Como soldado raso, pertenceu às muitas orquestras locais. “Tenor”, teve a ousadia de participar de festivais e concertos. E de programas de rádio. Serenatista da velha guarda, perpetrou músicas quejandas.

(continua noutra orelha)

LEANDRO GUERRINI

**HISTÓRIA
DE
PIRACICABA
EM QUADRINHOS**

1º VOLUME

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

Piracicaba – SP

2009

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

Rua do Rosário, 781 – 13.400 – 180

Telefone – (19) 3434-8811

E-mail – *ihgp@ihgp.org.br*

DIRETORIA (2008 – 2010)

Presidente – Pedro Caldari

Vice-presidente – Marly Therezinha Germano Perecin

1º. Secretário – Waldemar Romano

2º. Secretário – Toshio Icizuca

1º. Tesoureiro – Vitor Pires Vencovsky

2º. Tesoureiro – João Umberto Nassif

Orador – Gustavo Jacques Dias Alvim

Diretor de Acervo – Francisco de Assis Ferraz de Mello

SUPLENTE

Elias Salum

Noedi Monteiro

Renato Leme Ferrari

CONSELHO FISCAL

Antônio Altafin

Antônio Carlos Neder

Geraldo Claret de Mello Ayres

SUPLENTE – CONSELHO FISCAL

Flávio Rizollo

Timótheo Jardim

LEANDRO GUERRINI

HISTÓRIA DE PIRACICABA EM QUADRINHOS

1º VOLUME



EQUILIBRIO
editora

Apoio:



PIRACICABA
Prefeitura do Município
Ação Cultural
Secretaria Municipal

Secretária de Ação Cultural
Prefeitura Municipal de Piracicaba

G935h

Guerrini, Leandro

História de Piracicaba em Quadrinhos - 1º Volume / Leandro Guerrini. – Piracicaba, SP:
Equilíbrio : Instituto Histórico e Geográfico - IHGP, 2009.

402p ; 15 cm.

Publicado com apoio da Secretaria de Ação Cultural de Piracicaba.

ISBN: 978-85-61237-17-2

1. Piracicaba - História. 2. Piracicaba – História em quadrinhos. I. Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. II. Secretaria de Ação Cultural de Piracicaba. III. Título.

CDU: 981.612PI



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA
PIRACICABA – SP
2009

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Equilíbrio Editora Sociedade Ltda

DIREÇÃO
Carlos Terra
Gustavo Alvim

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Fabício Komatsu

CAPA
Genival Cardoso

FICHA CATALOGRÁFICA
Rosângela Aparecida Lobo (CRB8 – 7500)

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Printfit Soluções

REIMPRESSÃO

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, em consonância com os seus objetivos estatutários, tomou a decisão de, sem prejuízo da edição de trabalhos inéditos, reimprimir alguns livros, publicados anteriormente por esta mesma entidade, e que se encontram esgotados. São obras valiosas de autores consagrados e renomados, que pesquisaram a história de Piracicaba com acuidade e competência, e cujos textos resultantes dessa dedicação tornaram-se fundamentais não só para os que querem simplesmente conhecer a história de Piracicaba, mas, também e sobretudo, para historiadores, professores, pesquisadores que encontram fontes para seus estudos e trabalhos acadêmicos.

São sete os livros ora publicados, com o apoio da Prefeitura Municipal de Piracicaba por meio da Secretaria de Ação Cultural, a saber:

História de Piracicaba em Quadrinhos, 1º e 2º volumes, de Leandro Guerrini (1970);

A Vila e seus Vilões, de Alcides Aldrovandi (1991);

Manual de História Piracicaba, de Guilherme Vitti (1966);

A Síntese Urbana, de Marly Therezinha Germano Perencin (1989);

Piracicaba no Século XIX, de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres (2003);

História da Fundação de Piracicaba, de Mario Neme (1974).

Não se trata de uma segunda edição, mas, sim, de uma reimpressão, com uma revisão mínima, para pequenas e necessárias correções, sem qualquer alteração no seu conteúdo.

Há outros autores e respectivas obras, que, certamente, merecerão também essa atenção e reconhecimento. A Comissão de Publicações do IGHP está trabalhando no sentido de selecioná-las, para propor a republicação futuramente.

*À memória da inesquecível espôsa
Jaçanã Altair Pereira Guerrini*

*e da sempre lembrada filha
Lília Guerrini Sêga*

*aos netinhos
Ângela e Fábio*

*ao filho
Délio Pereira Guerrini*

*à
Iria e Maecira
Álvaro e João*

Algumas palavras

Com «História de Piracicaba em Quadrinhos», de Leandro Guerrini, inicia o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba suas atividades editoriais. Para tanto, contou com o decidido apoio do sr. dr. Cássio Paschoal Padovani, prefeito municipal, que lhe deu os recursos necessários, numa afirmação do alto descortínio com que administra a “res publica”.

Pretende o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba editar uma COLEÇÃO PIRACICABANA, oferecendo, na medida de suas possibilidades, às velhas e às novas gerações, todo o pasado da «Noiva da Colina». Assim, as obras esgotadas serão reeditadas e os depoimentos esparsos, de estudiosos nacionais e estrangeiros, serão reunidos em volume, tarefa que reconhece ser das mais difíceis, mas viável, se não lhe faltarem apoio e compreensão. Neste programa se insere, também, o patrocínio de concursos de monografias, como incentivo à pesquisa e interpretação histórica da comuna.

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba deseja agradecer a Leandro Guerrini a cessão dos direitos autorais de «História de Piracicaba em Quadrinhos», magnífico estudo cronológico do Município, que revela pesquisa criteriosa e amor à terra; a Euclessio Boscariol, responsável pelo trabalho gráfico desta edição, a cargo da Imprensa Oficial, e a seus dedicados colaboradores; e à Refinadora Paulista S. A., a oferta do papel, de sua fabricação, na Usina Monte Alegre, cooperação das melhores ao movimento editorial que se inicia, com vistas ao engrandecimento de Piracicaba.

Piracicaba, 1.º de agosto de 1970.

Acary de Oliveira Mendes

Presidente

Mais algumas palavras

O lançamento deste livro estava programado para agosto de 1970.

Incumbiu-se dele nosso confrade Acary de Oliveira Mendes, então presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, assumindo o encargo de todas as providências para transformar em realidade de um sonho há muito tempo acalentado por este sodalício.

Motivo vários retardaram a impressão da obra e, conseqüentemente, seu aparecimento na época prevista.

Entretanto, a dedicação, o entusiasmo e a eficiência de Acary de Oliveira Mendes foram de tal forma evidentes que a atual diretoria do Instituto houve por bem cometer-lhe a conclusão da tarefa por êle iniciada.

Assim, graças ao seu trabalho, podemos agora, orgulhosamente, oferecer ao público a HISTÓRIA DE PIRACICABA Em Quadrinhos, notável estudo cronológico de nosso município, de autoria de Leandro Guerrini.

Fazendo nossas «Algumas Palavras» que o ilustre confrade Acary escreveu para este livro em 1970, reiterando, inclusive, os agradecimentos por ele apresentados a todos que cooperaram para o êxito do empreendimento.

Piracicaba, 1.º de Agosto de 1971.

Júlio Soares Diehl

Presidente do I.H.G.P.

Tabuleta

Acho indispensável esta espécie de letreiro inicial, à moda de prefácio, contando a razão dêste livro, se é que possa existir razão para «mais uma obra» que vá abarrotar as prateleiras do piracicabano curioso ou complacente com tudo que envolva sua terra.

Assim começou o enredo: quando eu era funcionário da Biblioteca Pública Municipal, conduzindo consulentes através da História de Piracicaba, servia-me dos textos de Mário Neme e Joaquim Silveira Mello, os únicos existentes na época, ou de artigos esparsos pela imprensa local, mormente os assinados pelo saudoso colega Nelson Campônês do Brasil.

Comecei, dessa forma, a colecionar informações e notas, encontradas aqui e ali, especialmente aquelas que não constassem nos trabalhos dos autores mencionados. Por hábito de ofício, tais notas ou informações eram registradas em fichas, que ofereciam fácil manuseio, dentro de absoluta ordem cronológica e alfabética, fichas de dizeres resumidos, realmente no jeito de efemérides.

A pouco e pouco, o fichário cresceu de maneira alentada e aquê-le «hábito de ofício» se transformou numa paixão muito séria. As horas vagas eram tomadas com leitura de documentos preciosos, livros raros, jornais antigos, numa azáfama absorvente. Ler, escarafunchar, espiolhar sem perdão, acionar a velha «Corona», tudo era «hobby» capitoso, que durante longos anos, chegou a superar a atração pelo futebol.

Nas férias, eram as viagens perfurantes, em busca intérmina, pellos departamentos e bibliotecas, pellos institutos e arquivos, pelas prefeituras e cartórios, pellos guardados particulares. Dezenas de viagens a São Paulo e ao Rio de Janeiro, às cidades de Pôrto Feliz e Itú. Sem vexame, tomei-me paleógrafo razoável, movimentando a lupa ou a garrafa branca com água cristalina, a fim de «traduzir» documentos venerandos que me vinham às mãos, nos quais as traças e a folhinha deixaram marca imperecíveis.

Cartas deitei às dúzias, com enderêço para escritores, jornalistas, acadêmicos e curiosos, que se dedicassem a estudos históricos, nos quais estudos Piracicaba merecesse referência. Nessa marcha, bati às secretarias de diversas bibliotecas de Lisboa, sem resultado satisfatório.

Não me furto em dizer da minha alegria tôdas as vêzes que meu irmão carteiro me entregasse um envelope sigiloso, dentro do qual se me deparasse um «quadrinho» inédito.

Faz quatro ou cinco anos, publiquei, no «Jornal de Piracicaba», diâriamente, durante um exercício todinho, as efemérides da data, sob o título de «Histórias de Piracicaba em Quadrinhos», que me pareceu significativo. E com algum êxito, pois diversas foram as manifestações de agrado que recebi, a par de outras de justa irreverência, porquanto a sabedoria de La Fontaine está sempre presente naquilo que fazemos ou deixamos de fazer.

«História de Piracicaba em Quadrinhos», título que ficou em definitivo, é isso – efemérides de poucas linhas, mas de conteúdo real, numa enfiada sincera e cronológica, de sorte que a reconstrução histórica de nossa terra vai se desenrolando diante do leitor, sem profundidade temática que force esta ou aquela trincheira, nem sentido erudito que chame a atenção dos doutos.

Quando foi da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, de que desajeitadamente faço parte, falei algures que, pela minha morte, iria deixar os originais dos «quadrinhos» a possível herdeiro que se interessasse pelo «legado», uma vez que minhas posses bancárias primam pela negação e, nessas circunstâncias, ainda não dão vaza a que meus escritos ganhem contornos de volume. O ilustre presidente de então, dr. Edmar José Kiehl, tomou logo o efeito pela causa: «E por que não o Instituto, antes mesmo das coroas e subida pela rua Moraes Barros?» Nestas andanças, nasceu o projeto da edição do trabalho, depois das conversações e estudos regulamentares.

Todavia, o dr. Edmar José Kiehl estava no fim de sua excelente gestão e seu sucessor, o professor Acary de Oliveira Mendes não deixou cair a peteca, isto é, o projeto, nêle ponto o melhor de sua dedicação bem orientada. Um rol de empenhos, de malogros, de lutas. As arestas, porém, foram desbastadas e os originais puderam subir os degraus do prelo, para o livro galgar as culminâncias da publicidade.

Considero o fato, diante da minha impossibilidade monetária, como uma notável realização do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba – um capítulo todo especial na administração dos presidentes acima. O primeiro deitou a semente; o segundo foi o lavrador arguto e generoso que fêz viçar a planta, para a festa dos frutos sazonados.

Agradeço penhoradamente a ambos, como agradeço de coração aos confrades do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba que, na memorável reunião do mês de janeiro de 1970, aprovaram o projeto da edição dos «quadrinhos».

Pronto está, por conseguinte, com roupagens de vitrina, o livro «História de Piracicaba em Quadrinhos». Pronto está para visitar amigos, estudantes e críticos, à chuva, ao sol, entre flôres ou espinhos, numa missão estritamente local. A êle, que nasceu piracicabano e para Piracicaba vai comandar os passos, esta saudação paterna:

– Oi, meu chapa, felicidade!

Nestes parágrafos finais, deixo assente que, para efeito de lei e na possibilidade de imprevistos futuros, transferi ao Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba os direitos autorais que me pertenciam, visando a apenas em legar à terra do berço uma contribuição insignificante ao estudo histórico de sua fundação, na enquadratura de um penhor emocional.

É costume nas obras que-tais a citação dos veios, onde se buscam subsídios. Deixo isso de lado, porque não quero arrastar quem quer que seja nesta aventura. Entretanto, leitor amigo, pense um bocadinho nos jornais da terra, já dobrando o tempo, nos jornais e revistas do Estado, ou de outras unidades federais, nos autores que me precederam na faina, nos livros lidos, nos volumes de atas e correspondência, documentos respeitáveis, na relação de sesmarias, pense nas bibliotecas do país, nos departamentos de São Paulo, nos Institutos Históricos e Geográficos do Rio, da Capital, de Santos, nos arquivos particulares, nas Câmaras e Prefeituras, nas Cúrias Diocesanas, nos muitos cartórios percorridos, nas leis e decretos de antanho, folhetos e conferências, consultas a venerandas figuras da «Sempre-Noiva» – pense na mágua por aquilo que deixei de realizar – e, assim, terá no pensamento a possível bibliografia de praxe.

A revisão também é minha, exclusivamente minha. Tive, é verdade, bons amigos que me deram mão. Não lhes cito o nome, porque não quero que participem da pancadaria que me está reservada, porque sempre fui razoavelmente péssimo como revisor.

Piracicaba, fins de julho de 1970.
Leandro Guerrini

SÉCULO XVII

– 1654 –

18 DE ABRIL – Criada a Vila de Itu, sendo então a sétima vila instalada na Capitania de São Paulo. A povoação já existia desde 1610 e o seu papel na história de Piracicaba é de importância capital.

– 1693 –

15 DE NOVEMBRO – Doação da primeira sesmaria, na região de Piracicaba, a Pedro de Moraes Cavalcanti, pelo capitão-mor Manuel Peixoto da Motta. O peticionário alegava que a iria povoar com toda a sua família, de uma a outra banda do rio Piracicaba, ficando o Salto no meio.

– Não foi possível encontrar-se o documento relativo a esta doação. No Departamento de Arquivo do Estado, obtivemos a informação de que o «Livro n. 11 das Sesmarias», que continha o assentamento correspondente, foi completamente destruído pelo tempo. No Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, onde nos levou vaga esperança, também nada conseguimos.

– Todavia – como também afirma Mário Neme na sua «História da Fundação de Piracicaba» – não pomos dúvida no verbete de Azevedo Marques nos seus «Apontamentos Históricos e Geográficos», com relação ao assunto, porquanto, no seu tempo, o historiador teria consultado aquele livro, antes da obra impiedosa dos anos.

– 1698 –

23 DE NOVEMBRO – Ordem real portuguesa, segundo a qual as sesmarias concedidas no Brasil deveriam, quando observadas suas disposições fundamentais, ser confirmadas dentro de dois anos pelo Conselho Ultramarino. A esta ordem ficou sujeito Felipe Cardoso, em virtude da sesmaria que lhe foi concedida em 1726 em Piracicaba.

SÉCULO XVIII

– 1704 –

3 DE MARÇO – Ordem real portuguesa, contendo disposições fundamentais, segundo a qual foi concedida sesmaria em sítios de Piracicaba a Manuel Lopes Castelo Branco. Impunha a condição de implantar benfeitorias e, assim, seria confirmada dois anos depois pelo Conselho Ultramarino.

– 1709 –

23 DE NOVEMBRO – Carta régia, emanada da Côrte de Portugal, criando a Capitania de São Paulo, com sede em Ouro Prêto. A rigor, êste «Quadrinho» não entra na história de Piracicaba, mas a referência é interessante ou um ponto de partida digno de menção.

– 1711 –

11 DE JULHO – A vila de São Paulo é elevada à categoria de cidade, com sede em Ouro Prêto, Minas Gerais. Também este «Quadrinho» não pertence propriamente aos fatos históricos de nossa terra, mas a referência aqui fica, na enquadramento de estudo.

– 1718 –

8 DE ABRIL – Descoberta das celebrizadas minas de ouro de Cuiabá pellos desbravadores paulistas Pascoal Moreira Cabral, irmãos Leme e outros, descoberta essa que não deixou de influir, mesmo indiretamente, na história da fundação de Piracicaba.

– 1720 –

2 DE DEZEMBRO – Alvará régio, segundo o qual as Minas Gerais passaram a ter govêrno próprio, separado do de São Paulo. Abre-se, assim, a famosíssima questão dos limites São Paulo-Minas Gerais, resolvida mais de dois séculos depois, (1936), no govêrno Armando Sales de Oliveira, sendo árbitro por São Paulo o jurista piracicabano, dr. Francisco Morato.

– Muitos dos «Quadrinhos» que se vão encontrar não estão ligados diretamente à história de nossa terra, mas indiretamente, ou expressando circunstâncias interessantes, que convém sejam lembradas, como no caso acima registrado.

– 1721 –

5 DE SETEMBRO – Toma posse do govêrno da Capitania de São Paulo o Capitão-general Rodrigo Cezar de Menezes, em cuja atuação oficial se destaca a abertura do celebrizado caminho às minas de Cuiabá, a que se propôs o intrépido sertanista Luís Pedroso de Barros. Tal caminho teve papel preponderante na história da fundação de Piracicaba, embora sem confirmação.

– «... para ficar meio fácil a todos o hirem e virem com cavallos e cargas com mais commodidade do q'até gora experimentão pellos rios por onde se navega, assim a respeito da dilatação como do risco». êsse caminho, que foi terminado em 1726, partia de Itú, atravessava o

rio Piracicaba, abaixo do Salto, e seguia em demanda do Rio Grande, através dos sertões da margem direita do rio Tietê.

28 DE OUTUBRO – D. Rodrigo César de Menezes, capitão-general da Capitania de São Paulo, indefere uma petição do capitão Bartolomeu Pais de Abreu, que queria se obrigar a fazer o caminho às novas minas do Cuiabá.

– Esta e outras notícias sôbre o caminho às minas de Cuiabá se relacionam remota e indiretamente à história da fundação de Piracicaba. Eis porque, sem serem propriamente peças históricas imediatas, têm seu valor intrínseco, para estudo ou confronto.

23 DE NOVEMBRO – O capitão-general D. Rodrigo César de Menezes, governador da Capitania de São Paulo, manda lançar um bando, (edital), a fim de ser aberto «o caminho pelo sertão para as novas minas de Cuiabá». No estudo da fundação de Piracicaba, êsse caminho não pode ser desprezado.

24 DE DEZEMBRO – Prazo concedido pelo capitão-general D. Rodrigo César de Menezes, no bando de 23 de novembro do ano acima, convocando as pessoas interessadas, a fim de ser aberto «o caminho pelo sertão para as novas minas de Cuiabá».

– Os bandos eram apregoados pelos arautos, geralmente a cavalo, nas praças públicas ou ruas centrais, ou afixados à porta das igrejas.

– 1722 –

7 DE JANEIRO – O capitão-general da Capitania de São Paulo, D. Rodrigo César de Menezes, pela segunda vez indefere uma petição do capitão Bartolomeu Pais de Abreu, que desejava abrir caminho para as minas de Cuiabá. Foi preferido outro peticionário, Manoel Godinho de Lara, por oferecer maior vantagem à Capitania.

19 DE JANEIRO – Provisão passada por D. Rodrigo César de Menezes, capitão-general da Capitania de São Paulo, autorizando a Manoel Gonçalves de Aguiar, Manoel Godinho de Lara e Sebastião Francisco do Rêgo para abrirem caminho às novas minas de Cuiabá.

20 DE JANEIRO – Tem esta data o registro da provisão com que D. Rodrigo César de Menezes, capitão-general de São Paulo, concedeu ao sargento-mor Manoel Gonçalves de Aguiar e outros permissão para abrirem um caminho por terra que fôsse de São Paulo às minas de Cuiabá. Ao que se afirma, êsse caminho passava por Piracicaba.

6 DE FEVEREIRO – Em carta, D. Rodrigo César de Menezes, capitão-general da Capitania de São Paulo, presta ao rei de Portugal informações a respeito de Manoel Godinho de Lara e seus sócios, aos quais competia abrir caminho às minas de Cuiabá.

7 DE FEVEREIRO – Tem esta data a entrega da provisão, (título de nomeação ou contrato), passada a Sebastião Fernandes do Rêgo e outros por D. Rodrigo César de Menezes, capitão-general de São Paulo, a fim de que pudessem abrir um caminho por terra, que fôsse de São Paulo às minas de Cuiabá, caminho êsse que, mais tarde, foi aberto por outros.

27 DE MARÇO – Contribuição à história do caminho às minas de Cuiabá: bando assinado por D. Rodrigo César de Menezes, proibindo novas tentativas de novos caminhos para as minas. Com êsse bando, intentava intimidar o capitão Bartolomeu Pais de Abreu, que não escondia seu propósito de se atirar ao trabalho.

12 DE ABRIL – Numa espécie de recenseamento, para contagem dos aldeamentos dos índios, já civilizados, de que se encarregavam padres e frades, é localizado por frei Sebastião dos Anjos o individuo Tanasio, em Piracicaba. Seria Piracicaba, por êrro de cópia, de grafia ou transmissão oral? Se fôr Piracicaba, teremos assim um dos mais antigos documentos focalizando nossa terra.

2 DE MAIO – Carta escrita ao vice-rei de Portugal por D. Rodrigo César de Menezes, governador geral da Capitania de São Paulo, com respeito ao caminho às minas de Cuiabá, fechando-o pela paragem «Vacaria», «por não convir a haja alguma diversão, ou descaminho do Ouro».

– 1723 –

2 DE AGÔSTO – O sertanista e explorador Luiz Pedroso de Barros, numa de suas famosas viagens com que avassalava o sertão da capitania, talvez sondando o caminho às famosas minas de Cuiabá, seguindo uma carta sua a D. Rodrigo César de Menezes, partia da Vila de Itu. «seguindo o caminho do Rio Capivary, e dahy ao Rio Pirassicava, e deste ao morro de Araraquara».

– Êste fato é um dos testemunhos com referência ao roteiro às minas de Cuiabá, passando por Piracicaba, a fim de atingir o rio Tietê. Mais tarde, ficaram famosas as monções que partiam de Pôrto Feliz, em demanda a Cuiabá.

– 1724 –

2 DE MAIO – De uma carta do sertanista Luiz Pedroso de Barros ao capitão-general de São Paulo, D. Rodrigo César de Menezes, sôbre assunto de viagem pelos sertões de Araraquara: «A dous de Agosto party da Villa de Itu seguindo a caminho do Rio Capivary e dahy ao Rio Pirassicaba, e deste ao morro de Araraquara donde Plincipião os campos do dito Araraquara».

– Não resta dúvida que essa viagem de Luiz Pedroso de Barros se referia a explorações relativas ao caminho para as minas de Cuiabá, como se vê por êste final: «Quando V. Ex.^a seja servido q. se abra o caminho por onde eu fiz a picada estou a obediencia de V. Ex. a conceder-me os oito companheiro q. a V. Ex. a nomeey».

4 DE MAIO – D. Rodrigo César de Menezes, governador-geral da Capitania de São Paulo, escrevia carta a Luiz Pedroso de Barros, que intentava abrir picada às celebrizadas minas de Cuiabá, a fim de obter perdão de crimes anteriores. Ao que tudo indica, tal caminho passava por Piracicaba, obedecendo traçado antigo.

«... vejo q. na derrota q. segue encontrou dificuldades, q. lhe embarcarão o q. intentou, não sendo de menos suposição não haver capacidade, p. a se introduzirem gados até o Rio grande por lhe servir de estorvo os serrados q. V. M. diz ha por aquellas partes».

26 DE AGÔSTO – D. Rodrigo César de Menezes, capitão-general da Capitania de São Paulo, comunica ao rei de Portugal que o caminho às minas de Cuiabá já não estava sendo feito por Manuel Godinho de Lara e seus sócios, mas, sim, por Luiz Pedroso de Barros com inteiro êxito. Presume-se que tal caminho passasse pelos sítios de Piracicaba, seguindo o rio até o Tietê.

– Também se conclue, pela leitura dos documentos, que Manoel Godinho de Lara e seus sócios, por teimosia, continuavam a abrir a picada a que se tinham proposto. Eram, pois, na época, duas picadas que se abriam, Luiz Pedroso de Barros pelo Tietê e Godinho de Lara pela paragem «Vacaria».

– Segundo Joaquim Silveira Melo, no excelente esboço «A fundação de Piracicaba», «êsse caminho, (o de Luiz Pedroso de Barros), atravessava o rio Piracicaba logo abaixo das corredeiras do Salto do mesmo nome em um baixio arenoso que dava perfeitamente vau durante o tempo invernos».

– Mário Neme, com sua autoridade de pesquisador, também afirma: «E o que é mais certo ainda, e indiscutível, é que foi Luiz Pedroso de Barros quem pelos anos de 1723 a 1725 abriu o caminho de São Paulo até o rio Paraná, à sua custa. Essa estrada atravessava o rio Piracicaba».

– 1725 –

23 DE MARÇO – Carta de D. Rodrigo César de Menezes, governador-geral da Capitania de São Paulo, concedendo honrarias a Luiz Pedroso de Barros – «a merce do habito das tres hordens com teaca de cinqüenta mil reis cada anno pagos das Minas do Cuyabá» – por haver

concluído o caminho às ditas minas. Há indícios certos de que esse caminho passava por Piracicaba.

10 DE JULHO – Carta de D. Rodrigo César de Menezes, capitão-general da Capitania de São Paulo a seu preposto Sebastião Ferraz do Rêgo, localizado em Cuiabá, proibindo terminantemente passagem pelo caminho aberto por Luiz Pedroso de Barros às minas de Cuiabá.

– Por aí se vê que a picada aberta por Luiz Pedroso de Barros, apesar de concluída, não foi muito usada, «ou por mal feita ou em virtude do gentio que infestava as suas margens». Parece, também, pelo descaminho de ouro que ela oferecia.

– 1726 –

18 DE JANEIRO – Carta de D. Rodrigo César de Menezes ao vice-rei do Estado, (Brasil-Colônia), propenso agora a aproveitar o caminho às minas de Cuiabá, feito por Luiz Pedroso de Barros, bem como dando conta de outros assuntos.

– «Pella abertura do novo caminho q. fez o Sarg.to-mor Luiz Pedroso pertendo fazer com q. se introduza gado, e cavalgaduras por elle nas ditas minas...»

8 DE MAIO – D. Rodrigo César de Menezes, capitão-general da Capitania de São Paulo, comunica ao rei de Portugal a terminação do caminho para as minas de Cuiabá pelo sargento-mor Luiz Pedroso de Barros, merecedor, por isso, do Hábito de Cristo, honraria insigne para a época.

– Como se vê, o caminho para as minas de Cuiabá foi iniciado por Manoel Godinho de Lara e seus sócios, mas concluído por Luiz Pedroso de Barros. Ao que tudo indica, foi o traçado dêste sertanista que incluiu a paragem de Piracicaba na derrota, aliás ainda não confirmada plenamente.

26 DE JUNHO – Carta de data de terra de Sesmaria, passada a favor de Felipe Cardoso, residente em Itu, sendo que tal sesmaria se localizava em sítios de Piracicaba. «...e por que estava vaga muita parte da terra no Porto de Piracicaba e êle suplicante queria situar-se no pôrto do dito rio...»

– «...hei por bem conceder em nome de Sua Magestade que Deus guarde por carta de data de terra de sesmaria ao dito Felipe Cardoso da vila de Itu no porto de Piracicaba uma legua de terra de largo de testada mais para baixo, e mais para cima ficando o porto em meio e uma legua de comprido para o sertão, com os rumos e confrontações que o suplicante declara».

– Sesmarias eram concessões de terra a todos quantos se propussem povoar e cultivar os sítios requeridos. Dois anos depois, confir-

madadas tais promessas, vinha de Portugal a ordem régia, dando título de posse ao requerente.

– O paciente pesquisador Jair Toledo Veiga, em recente trabalho de reconstrução histórica, diz o seguinte, com referência a essa sesmaria: «Fazendo-se a verificação no mapa do município de Piracicaba, organizado em 1959 pelo engenheiro civil Fausto Fonseca Filho, (área do município 1.415,6 km².), com escala de 1.100.000, fácil verificar-se os limites dessa sesmaria que, como se vê da respectiva carta, continha uma légua em quadra, (uma légua de sesmaria equivale a 6.600 mts), teria então a sesmaria abrangido terras do porto do Salto, (meia légua para baixo), até o atual povoado do Bairro dos Marins, e do lado oposto, (outra meia légua), a partir do porto do Salto, iria atingir o povoado do Bairro do Sertãozinho, pouco além. Calculada a outra légua, de comprido para o Sertão iria atingir as proximidades da Fazenda Pompermayer, imediações da Água das Pedras, e do outro lado iria atingir a Fazenda Taquaral da Usina Monte Alegre, nas proximidades da povoação do Bairro do Rolador».

– 1728 –

21 DE JANEIRO – O Conselho Ultramarino, junto ao governo-real português, é de parecer seja confirmada a doação de sesmaria a Felipe Cardoso, em terras de Piracicaba. A confirmação tem a data de 6 de fevereiro do mesmo ano.

6 DE FEVEREIRO – Felipe Cardoso obtem do Reino de Portugal a confirmação de posse da sesmaria que lhe fôra concedida em Piracicaba, em virtude dos melhoramentos nela verificados. Na ordem dos fatos positivados, Felipe Cardoso se torna, assim, o primeiro povoador de nossa terra.

– As capitâneas do Brasil eram dirigidas por um governador-geral ou capitão-general, nomeado pela Côrte de Portugal. O capitão-general centralizava a administração na capitania, da qual era chefe supremo em todos os setôres. Entre suas atribuições, constava a de dar terras de sesmarias sob determinadas condições, especialmente aquelas de povoamento e cultivo das terras.

13 DE MARÇO – Foi assentada a carta de confirmação de terras, (sesmaria), concedida a Felipe Cardoso, em sítios de Piracicaba nos livros de mercê da Côrte Portuguêsa, pelo que se pagaram \$400, (quatrocentos réis), e aos oficiais, 1\$110 (um mil, cento e dez réis).

15 DE MARÇO – Foi registrada na Chancelaria-mor da Côrte e Reino de Portugal, no livro de ofícios e mercês, a fôlhas 158, a carta de confirmação de terras, (sesmaria), concedida a Felipe Cardoso em Piracicaba.

20 DE MARÇO – Foi registrada, a fôlhas 135 verso do Livro 18 de officios da secretaria do Conselho Ultramarino, junto ao govêrno real de Portugal, a carta de confirmação de terras, (sesmaria), concedida a Felipe Cardoso, em Piracicaba.

– A palavra «mor» (maior) tem o sentido de «supremo», como ainda hoje se vê: «supremo tribunal», «comando supremo» etc. A palavra «mercê» indica claramente a gratuidade da concessão.

20 DE JULHO – Bartolomeu Pais de Abreu, já nosso conhecido, pelos pedidos indeferidos que teve da Capitania, endereçou carta a D. João, Rei de Portugal, reclamando certos direitos relativos aos seus requerimentos para abertura de uma picada às minas de Cuiabá. Por essa carta, compreende-se que não havia ainda picada aberta para as tais minas. E aquela realizada por Luiz Pedroso de Barros?

– «A falta de caminho de terra para as Minas de Cuyabá tem ocasionado hum grande prejuízo no augmento que poderão ter as ditas minas em sete annos que são passados». Ao que se depreende, Luiz Pedroso de Barros se servia muito dos rios, na sua rota.

25 DE JULHO – Doação de sesmaria a Manuel Lopes Castelo Branco em Piracicaba, «porque tinha feito suas roças de uma e outra parte do rio Capivari, sem constrangimento de pessoa alguma havia três para quatro annos».

– «Hei por bem conceder em nome de Sua Magestade que Deus guarde por carta de sesmaria ao dito Manoel Lopes Castelo Branco legua e meia de terra em quadra no sertão de Piracicaba correndo para a villa de Itu aonde tem o seu sítio, de uma a outra parte do rio chamado Capivari fazendo pião no mesmo rio defronte de sua roca de uma e outra parte della...»

1 DE AGÔSTO – «Cumpra-se como Sua Magestade manda». É este o despacho dado pela Capitania de São Paulo à carta de confirmação de terras (sesmaria), concedida a Felipe Cardoso, em Piracicaba.

2 DE AGÔSTO – Registro de uma carta de sesmaria passada a Francisco Coelho Santiago, morador na cidade de São Paulo, sôbre uma légua de terras em quadra, situadas «no sertão que se acha entre Piracicaba e a villa de Itu», «na margem do rio Capivari fazendo pião nelle que principiará a correr de onde acabarem as terras de Manoel Lopes Castelo Branco».

12 DE SETEMBRO – O padre Felipe Cardoso obtem carta de confirmação sobre uma sesmaria de «uma legoa de terras de testada no Pôrto de Piracicaba, meia legoa para baixo e meia legoa para cima, ficando o Pôrto em meio de uma legoa de comprido para o sertão» A carta de sesmaria fora obtida a 26 de junho de 1726.

– 1729 –

13 DE MAIO – Numa carta que a Câmara de São Paulo endereçou ao capitão-general da Capitania, Antonio Caldeira da Silva Pimentel, há este trecho: «... ainda q. nos persuadimos ser desnecessário o Rezisto q. se fas do ouro q. vem das Minas de Cuyabá na paragem do Araritaguava, (Porto Feliz), ou Piracicaba ...» Isso prova que Piracicaba, já antes de 1729, era uma paragem...

– Essa carta prova claramente que Piracicaba era ponto de passagem, (ou paragem), no caminho às minas de Cuiabá. Nem de outra forma se explica a menção que ali se faz, no aproveitamento especialmente dos rios Tietê e Piracicaba, talvez para atingir Itu, ou prosseguir. Não seria a rota de Luiz Pedroso de Barros?

– 1730 –

10 DE JANEIRO – Carta régia, proibindo mais de um caminho para as minas de Goiás e Cuiabá, medida que visava sanar as dificuldades encontradas para a cobrança dos Quintos de ouro, (imposto). Em consequência, foi condenada ao abandono a estrada do sertão, que passava por Piracicaba, cujas imediações se tornaram excelente ponto de refúgio para os perseguidos, em número elevado naqueles tempos.

– 1732 –

12 DE DEZEMBRO – Da Vila de Itu, «Joam de Mello Rego» escrevia uma carta ao Conde de Serzedas, capitão-general de São Paulo, na qual há referências ao rio Piracicaba, a respeito de canoas carregadas de ouro que viessem pelo Tietê. «Nem a teve q. podessem vir pelo Rio de Piraicava».

– Ainda dessa carta: «Fico de mandar logo orde p.a Araritaguava, p.a alguas Rossas. q. se escapar de hua não o seja de outra, p.a q. ao mesmo tempo se me mande avizo, e tambem eide fazer p.a o Rio de Piraicava donde se achar moradores».

– 1733 –

21 DE FEVEREIRO – Carta do Conde de Serzedas, capitão-general de São Paulo, a Manoel Correia Arzão, que se achava na Povoação de Piracicaba, convidando-o a combater os índios Paiaguá e Caiapó, que dizimavam as caravanas paulistas que se dirigiam às minas de Cuiabá. Arzão responde a 28 de março do mesmo ano, sendo sua carta talvez o documento mais antigo saído de nossa terra.

– Não havia meio de comunicação regular. As cartas, pois, eram conduzidas a lombo de animais e assim se explica a grande demora da resposta.

9 DE MARÇO – Carta de João de Mello Rego ao Conde de Serzedas, capitão-general de São Paulo, a respeito de cartas de que era portador. Uma dessas cartas se destinava a Manuel Correia Arzão, «q. se acha tres dias de viagem desta Villa (Itu), e com cam.o muy dezerto». Arzão se encontrava na Povoação de Piracicaba, de onde respondeu ao governador a 28 do mesmo mês.

22 DE MARÇO – Manuel Correia Arzão, que se achava na Povoação de Piracicaba, recebeu, por intermédio de João de Melo Rêgo, da Vila de Itu, uma carta do Conde de Serzedas, governador da Capitania de São Paulo, convidando-o oficialmente para combater, ou seja para «a conquista dos Barbaros que infestavam os caminhos de Cuyabá, (os caiapós e paiaguás).

28 DE MARÇO – Carta de Manuel Correia Arzão, testemunhando a um representante da Côrte seu desejo e dever irrestrito de «ir à conquista dos bárbaros que infestam as minas de Cuiabá, consoante convite que lhe fôra feito, pois, embora já velho, «me considero com menos idade do que tenho». A carta é datada de Piracicaba, numa demonstração irretorquível de que, nesse tempo bastante afastado, Piracicaba já era uma expressão geográfica.

– Na ordem cronológica, é o documento mais antigo saído de Piracicaba. Encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e foi localizado pelo historiador conterrâneo Mário Neme.

17 DE ABRIL – Em Cuiabá, onde se achava em guerra contra o gentio Paiaguá, obteve patente de tenente-coronel o sertanista Manuel Correia Arzão, o qual partira de Piracicaba para tal missão, a convite do capitão-general Conde de Serzedas. O mais antigo documento saído de Piracicaba, datado de 28 de março de 1733, traz a assinatura de Arzão, falecido em Cuiabá em 1736.

21 DE ABRIL – Carta de Joam de Mello Rego, de Itu, ao Conde de Serzedas, capitão-general da Capitania de São Paulo, com o seguinte trecho: «P.r Roiz Neves se acha inda em peracicava, donde lhe fugiram sette negros q.e não estar já nesta v.a hé por esperarem lhe paresam porq. sempre dise q. avia ir a conquista e já lhe escrevy dando-lhe p.te doq. v.ex.ça ordenava também M.el Ferr.a de Arzam me mandou dizer sahia p.a fora p.a se alistar».

– Não resta a menor dúvida de que aquela «peracicava» é a nossa Piracicaba. Na ordem dos documentos comprobatórios da existência de

nossa terra êsse é um dos primeiros. Mesmo que se trate do rio Piracicaba, mas a história da fuga dos pretos já é uma referência importante.

28 DE ABRIL – Segunda carta de Manuel Correia Arzão ao Conde de Serzedas, capitão-general da Capitania de São Paulo, reafirmando, embora contasse 80 anos, seu desejo de combater o gentio que infestava os caminhos de Cuiabá. Arzão escrevera sua primeira carta da povoação de Piracicaba.

26 DE OUTUBRO – Aviso do Conselho Ultramarino, de Portugal, proibindo «abrir uma estrada para Goiaz». Em resultado disso, a primitiva picada foi abandonada e Piracicaba se tornou, «excelente ponto de refúgio para os perseguidos». É uma prova da influência que essa estrada exerceu sobre os destinos de Piracicaba nascente.

27 DE OUTUBRO – Alvará da Capitania de São Paulo, em obediência ao Conselho Ultramarino, de Lisboa, proibindo abrir novas picadas para as minas de Cuiabá, descobertas ou por descobrir; em consequência, a primitiva estrada foi abandonada, e Piracicaba, que lhe ficava na derrota, muito sofreu com tal fato.

19 DE DEZEMBRO – Carta de Joaquim de Melo do Rêgo, ajudante do governo da Capitania, ao donatário de São Paulo, com relação a negócios das minas de Cuiabá. Nessa carta, há referência a Piraçicava ou a seu rio, numa demonstração evidente da ligação que havia, (por picada, ou pelas águas) entre tais minas e nossa terra.

– «A delig.ça de Pedro O.va Siberam, fico divertido de a fazer, e já pacey ord.s p.a Peraçicava debaixo de todo o segredo, q. vindo por la canoas do cuyava, logo me mande avisar, em orde de lhe topar um Cam.o, e o mesmo em aratiguava (Pôrto Feliz), no ultimo morador»

– 1734 –

30 DE NOVEMBRO – Nasce em Itu, onde também faleceu em 1794, o padre Angelo Pais de Almeida. Em 1770, por determinação do governo da Capitania, veio para Piracicaba, na qualidade de capelão da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, mandada construir por D. Luiz Antonio de Souza. Por mais de dois anos esteve o padre Ângelo no seu trabalho evangélico, não só em Piracicaba como nos arredores do lugar, habitados por tribos ferozes. Foi o primeiro padre a rezar missas em nossa terra.

– 1744 –

27 DE SETEMBRO – Por provisão régia desta data passou a denominar-se Nossa Senhora Mãe dos Homens de Ararituaba a povoação que se localizou à margem do rio Tietê e que hoje se chama Pôrto Feliz.

Piracicaba tem seu destino intimamente ligado ao de Ararituaba, especialmente no século XVIII e começo do século XIX.

– 1749 –

3 DE FEVEREIRO – Nasce em Itu, aí mesmo falecendo a 11 de setembro de 1825, o capitão-mor Vicente da Costa Taques de Góis e Aranha, nome de relevo na história da fundação de Piracicaba. Entre outros fatos importantes que sua presença assinalou, presidiu à mudança da povoação da margem direita para a margem esquerda do rio Piracicaba. Na sua volumosa correspondência, há contínuas e lisonjeiras referências a nossa terra.

– 1760 –

3 DE MAIO – É batizado na matriz de Jundiá, tendo nascido em São Paulo, o tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, um dos componentes do celebrizado «Partido dos Quarenta Coligado» e nome de relêvo na história de Piracicaba, especialmente na questão das «terras patrimoniais». Filho de Gabriel Antunes da Fonseca e Maria da Conceição e Silva Fragoso, faleceu em Itu a 23 de janeiro de 1829.

16 DE OUTUBRO – Documento do próprio punho do Povoador Felipe Cardoso de Campos, pelo qual transferiu a seu sobrinho Francisco Cardoso de Campos uma parte da sesmaria que obteve em 1726 em terras da povoação de Piracicaba.

– «... huma sorte de terras que tenho em Piracicaba, cujas ditas terras constão de meia legoa em quadra, a saber setecentos e cinquenta do porto do Salto sobre dito Piracicaba, correndo para rio abaixo thé o certão della correndo pela banda do Piracicamerim, por duzentos e tantos mil reis que eu lhe estava devendo de sua legitima; e de hoje logo lhe trazpaso o domínio, que nas ditas terras tinha, e poderá o dito desfrutar e lavrar como nas proprias, que são em vertude desta venda, por si e por seos herdeiros ascendentes e descendentes ...»

– 1765 –

6 DE JANEIRO – O rei D. José, de Portugal, restaura a Capitania de São Paulo e nomeia-lhe governador o Morgado de Mateus, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, a quem se deve, pode-se dizer, a fundação oficial de Piracicaba.

26 DE JANEIRO – Carta régia, autorizando D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, capitão-general de São Paulo, a criar vilas e freguesias nos lugares em que julgasse conveniente. Assim, pode-se afirmar, nasceu Piracicaba.

– Instruções Régias, combinadas com a Carta Régia de 22 de julho de 1766, emanadas da Côrte de Portugal, mediante as quais o Governo da Capitania de São Paulo, na sua 53.^a sessão, realizada a 29 de outubro de 1821, pode erigir em Vila as freguesias de Franca e Piracicaba, esta sob a denominação de Vila Nova da Constituição.

22 DE JULHO – Em Santos, toma posse da Capitania de São Paulo, restaurada por D. José, rei de Portugal, o Morgado de Mateus, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, a quem se deve, pode-se dizer, a fundação oficial de Piracicaba.

– 1766 –

4 DE JUNHO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, capitão-general da Capitania de S. Paulo, a Antonio Lopes de Azevedo, seu ajudante de ordens nas expedições para o Iguatemi, na qual carta há uma referência ao Povoador de «Pirassicaba», com relação ao fornecimento de canoas para tais expedições.

– «Vay a resposta para o Povoador de Pirassicaba, com todas as ordens necessarias para tudo o que elle pertende que hé para Se lhe dar a Canoa, que ficou de viagem do França, e Se lhe pagar o Concerto».

– Não resta a menor dúvida que se trata de Antonio Correia Barbosa, «o povoador de Piracicaba» nomeado. Isso prova que Correia Barbosa estabeleceu a povoação na paragem, onde já havia alguns povoadores, como atestam os documentos mais velhos, especialmente os de 1728 e 1733.

22 DE JULHO – Carta Régia, combinada com as Instruções Régias, de 26 de janeiro de 1765, emanadas da Côrte de Portugal, mediante as quais o Governo da Capitania de São Paulo, na sua 53.^a sessão, realizada a 29 de outubro de 1821, pôde erigir em vila as freguesias de Franca e Piracicaba, esta sob a denominação de Vila Nova da Constituição.

24 DE JULHO – Provisão de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, nomeando Antonio Correia Barbosa para o cargo de Diretor e Povoador de Piracicaba, com ordem expressa de tratar «com toda a suavidade e sem vexação» os antigos moradores e «os que se estabelecessem de novo». Nem sempre, porém, Correia Barbosa atendeu a essa ordem.

– Assim, pela primeira vez, oficialmente, o nome de Antonio Correia Barbosa se encontra na história da fundação de Piracicaba, respondendo à escolha do capitão-general D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, para dirigir a povoação que seria fundada «na barra que faz o rio Piracicaba, entrando no rio Tietê...»

– De «Documentos Interessantes», volume 65, página 89, copiamos: «Em 24 de julho de 1766 foi huma ordem como o que se acha

copiada neste mesmo L.o a fls. 46. V p.a se formar huma Povoação na paragem chamada – Piracicaba – termo da Villa de Itú e della Ser director Antonio Correia Barbosa.»

– Pelo que se depende das notícias anteriores, Antonio Correia Barbosa já morava com sua família nos sítios de Piracicaba, vindo possivelmente de Itu. Talvez foi escolhido para «povoador» oficial por se tratar de pessoa alfabetizada, de certo destaque, pelas suas atitudes incisivas, entre os demais habitantes da povoação.

– Todavia, em trabalho de reconstrução, o pesquisador Jair Toledo Veiga afirma: «Antonio Correia Barbosa, ituano, nascido por volta de 1731, estava recentemente casado com Ana da Silva Lara, morava em Pôrto Feliz, dedicando-se à profissão de fabricação de pequenas embarcações, em cujo mister era exímio, preferidas as suas canoas já então muito usadas para as Bandeiras que partiam de Araraitaguaba. Recebeu a incumbência, cheio de esperança, transportando-se para o sertão de Piracicaba, estabelecendo-se com seus agregados».

– Outro «quadrinho» do mesmo articulista: «Prestava, então, assistência espiritual, mediante módica importância que lhe davam os moradores de Piracicaba, o padre Felipe de Campos, coadjutor da paróquia de Itu, para ministrar-lhes missas e outros sacramentos. Êsse fato inédito informou-nos o historiador Cônego Castanho, de Sorocaba, autorizando-nos a divulgação dessa notícia que consta de papéis arquivados na matriz de Itu, existindo num maço ainda não catalogado».

17 DE NOVEMBRO – Bando expedido por D. Luiz António de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, «para se formar uma Povoação na Paragem chamada – Piracicaba – de que é director e fundador Antonio Correia Barbosa.

24 DE DEZEMBRO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus ao Conde de Oyeiras, propondo a fundação de povoações, contando-se entre elas «uma na barra que faz o rio Piracicaba, entrando no rio Tietê».

– «1.^a – Huma na Barra que faz o Rio Pirassicaba entrando no Rio Tietê, dez legoas mais adiante de Araraytaguaba. (Pôrto Feliz), última povoação em que se embarca para o Cuyabá, para que os que fazem esta viagem tenham escalla mais abaixo em que possam refazer-se; escolhi para Director della a Antonio Correia Barbosa».

– Dos DOCUMENTOS INTERESSANTES: «Da freguezia de Araraitaguaba, hoje cidade de Pôrto Feliz, à barra do rio Piracicaba, deve a distância ser superior a 100 quilômetros em linha reta. A tentativa de fundar uma povoação naquella barra não produziu efeito e Piraci-

caba foi fundada por Antonio Correia Barbosa cêrca de 70 quilômetros acima, e 60 quilômetros ao norte de Araraitaguaba».

– D. Luiz Antonio de Souza, «apesar da sua alta capacidade», temia a invasão dos espanhóis pelo sul; daí seu interêsse em fundar povoações, como pontos estratégicos ou defensivos. Seu maior fracasso foi, porém, com a Colônia de Iguatemi.

– 1767 –

28 DE ABRIL – O capitão-general D. Luiz Antonio de Souza queixava-se, numa de suas cartas, das dificuldades que encontrou «nos Povos para irem para as novas Povoações, tão bem a frouxidão dos Directores tem sido a cauza de estarem inda pouco adiantadas estas idéias, ainda que tenho trabalhado muito». Citava como a mais progressista de tôdas a Povoação de Faxina.

– Quer nos parecer que a povoação de Piracicaba estava no rol, pois foi a 24 de dezembro de 1766 que o governador da Capitania de São Paulo publicava o bando com o qual determinava a fundação de seis novas povoações: «huma na barra que faz o rio Piracicaba, outra no Wotucatu, outra na paragem chamada de Fazina, outra nos campos de Lages, outra na enseada de Guaratuba e outra no rio Sabauna».

4 DE JUNHO – Edital de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão. Morgado de Mateus, lançado na Vila de Itu, com referência a títulos de terras na Povoação de Piracicaba e concessão de sesmarias, no sentido de legalizar a compra na secretaria da Capital e de aumentar o número de povoadores da localidade.

– «Porquanto se faz preciso formar uma povoação na paragem chamada – Piracicaba – termo de Vila de Itu», «ordeno a toda e qualquer pessoa que tiver título das ditas terras», «os venham apresentar na Secretaria deste Governo», «e acontecendo não haver ainda das referidas terras títulos alguns», «apresente esse mesmo requerimento no dito termo e os mais papéis, se os houverem».

– No mesmo dia em que lançava êsse edital, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão escrevia ao Povoador de Piracicaba, Antonio Correia Barbosa, dizendo que: «Estimo m.to ver a Vm.ce já apromptado com a sua gente para se ir estabelecer na nova Povoação do Rio Piracicaba; porque ainda que houvesse Sesm.a, todos ficão nellas, conforme hua das cláusulas que nellas se poem».

– «Cuide Vm.ce m.to em escolher hua paragem m.to comoda p.a nova Povoação p.a que possa crescer p.a o futuro, forme lhe m.to bem as ruas com largura p.a comodidade dos habitantes e recreação da

vista. Sobre tudo manda Vm.ce ter o mayor cuidado no cultivo e aum.to das plantas da salssaparilha q. sei ha naquelle Rio, porq.to deste genero determino fazer a riqueza, e o comercio dos novos moradores».

3 DE JULHO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão. Morgado de Mateus, desejoso de aumentar a população de Piracicaba, mandando consertar uma canoa, a fim de transportar famílias de Ararituaba para a nova povoação.

– «Porquanto se faz preciso passar vários moradores da Freguezia de Ararituaba para a nova Povoação de Piracicaba, aos quais, por serem pobres, se faz dificultoso pagarem fretes de canoa, e muito mais comprarem-na nova; O Provedor da Fazenda Real mandará assim com o necessário para se consertar uma que na mesma paragem há incapaz de se navegar nela, para efeito de por este suave meio se conseguir um tão proveitoso fim»

– Em carta ao Conde de Cunha, o Morgado de Mateus, capitão-general de São Paulo, expressa a sua devoção a Nossa Senhora dos Prazeres. Iguatemi e Piracicaba foram fundadas, tendo a milagrosa santa como padroeira.

4 DE JULHO – Numa das famosas cartas do capitão-general da Capitania de São Paulo, há esta referência: «No Rio Piracicaba adonde quero fundar Povoação há bastante salssaparrilla. Averigui, não hé bem legitima, mas faz effeito». Até parece que D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão esteve por estas paragens ...

19 DE JULHO – Carta do governador-general da Capitania de São Paulo a Antonio Barbosa Pereira (?), povoador de Piracicaba. «Fasse-me preciso recomendar, a Vm.ce que o Citio da nova Povoação de Pirassicaba deve ser escolhido perto da Barra que faz o mesmo Rio no Tietê, procurando com todo o cuidado que a Povoação seja fundada em parte, m.to acomodada a boa vivenda dos moradores, porém em citio proporcionado e vizinho que possam aproveitar-se p.a vender os seus fructos aos navegantes de Cuyabá e estes acharem a facilid.e de terem mais esta Povoação no seu cam.o».

– «Também deve Vm.cê atender q. o mayor negocio que hade ter essa nova terra hade ser o fructo da Salsaparrilha, deve Vm.ce procurar logo desde o seu principio, que a d.a Salsa, se Côrte som. te pela rama, fazendo-lhe conservar as raizes p. a q. todos os annos cressça e a possa haver por m.tos annos.»

20 DE JULHO – Carta do capitão-general da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, ao Conde da Cunha, vice-rei do Estado, dando conta das primeiras providências no sentido

de ser fundada a Colônia de Iguatemi. E, como disse um historiador, não se pode falar na história da fundação de Piracicaba sem se falar na história da fundação de Iguatemi...

27 DE JULHO – Parte de Ararituaba, (Pôrto Feliz), uma expedição, preparada com todos os requisitos bélicos da época, com o objetivo de ser fundada a Colônia de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi tendo como chefe o capitão-mor João Martins de Barros. Tal colônia está intimamente ligada à história da fundação de Piracicaba.

1º DE AGOSTO – Dando cumprimento a ordens recebidas de D. Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, governador da Capitania de São Paulo, Antonio Correia Barbosa funda oficialmente a Povoação de Piracicaba, para onde viera «com administrados vadios, despersos e vagabundos» na margem direita do rio do mesmo nome.

– Note-se a relação dos primeiros povoadores trazidos à povoação de Piracicaba por António Correia Barbosa. Foram êles de categoria inferior e para aqui vieram talvez mais por castigo do que por interesse de trabalho.

– «O próprio governador da Capitania entregava-se ardorosamente ao mister de congregar gente para êsse fim e, movimentando capitães-mores, ajudantes, auxiliares das vilas e povoações, cobrindo as despesas com saques ao Provedor da Fazenda Real, ia remetendo presos e vagabundos para engrossar a nova povoação» (Mário Neme).

– Note-se também que António Correia Barbosa não plantou a povoação nas proximidades da foz do Piracicaba, no Tietê, mas setenta quilômetros rio acima, nas imediações do Salto, «onde já se achavam estabelecidos com ranchos e roçados, hortas e pomares, numerosos pescadores e sertanejos».

– Não se pode conceber qual teria sido o ato de fundação de Piracicaba. Talvez a chegada definitiva do Povoador, possivelmente com a gente que arrebanhara em Itu ou Ararituaba, foi o passo inicial da povoação. Também se presume que, daí, os trabalhos prosseguissem, tais como a construção do telheiro, casas, roças, caminho para as águas, cevas para caça etc.

18 DE SETEMBRO – Ordem de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, a fim de que o Capitão-mor Salvador Jorge Velho assista ao povoador Antonio Correia Barbosa, «com algumas coisas precisas para a subsistência da gente que ali vai povoar».

– O Capitão-mor Salvador Jorge Velho assistirá ao Povoador de Piracicaba com algumas coisas precisas para a substância da gente que ali vai povoar, e todo o gasto com que lhe assistir, lhe pagará o mesmo

povoador das Canoas, e frutas que colherem os mesmos moradores de Piracicaba, e também dos mesmos que a êle pertencer.»

27 DE OUTUBRO – Carta do capitão-mor regente João Martins de Barros ao governador da Capitania, da qual destacamos: «... e para com facilidade de facilitar êste caminho quam optimo era que a Povoação de Pirassicaba viesse a barra do mesmo Rio, ou nas suas vezinhanças, e a de Wotucatú para o Salto do Avanhandá, e a da Faxina ao Salto de Itapura ...»

– João Martins de Barros, por ordem do govêrno da Capitania de São Paulo, percorria em expedição os rios e povoações da Capitania, ao encaço dos «castelhanos inimigos», ou de vestígios de sua passagem e estabelecendo planos, tudo relacionado à projetada fundação da mal-fadada Colônia do Iguatemi.

19 DE DEZEMBRO – Em carta ao Conde de Azambuja, o Morgado de Mateus, capitão-general da Capitania de São Paulo, diz do seu interesse em criar novas povoações às margens do Tietê, até sua embo-cadura no Paraná – um meio de fortificar a Capitania contra a invasão inimiga. Como se sabe, Piracicaba nasceu de um projeto idêntico, anterior ao presente.

– 1768 –

4 DE JANEIRO – Carta do governador da Capitania de São Paulo ao Povoador de Piracicaba: «Vm.cê logo que receber esta forme idêa de estabelecer a Povoação de que está encarregado, na paragem onde faz barra o Rio Piracicaba com o Tietê, naquella parte q. se achar mais acomodada, porq. assim hé mais conv.e este estabelec.to não só aos mesmos Povoadores por se lhe fazer mais frequente o Comercio,

– «... como aos navegantes do d.o Rio Tietê, em terem onde se refação nos viveres de que necessitarem para suas viagens; o que assim Vm.cê procurará executar sem duvida alguma». Como se sabe, Correia Barbosa estabeleceu a Povoação muitos e muitos quilômetros acima do lugar previamente determinado.

– A paragem designada pelo capitão-general da Capitania foi uma das «candidatas» à mudança da povoação de Piracicaba, da margem direita à esquerda do nosso rio, em 1784. O govêrno sempre intentou povoá-la, sem o conseguir. Dezesesseis anos mais tarde, ainda uma vez, Antonio Correia Barbosa a preteriu, em proveito do lugar onde se encontra a cidade de Piracicaba.

16 DE JANEIRO – Em carta ao Bispo do Rio de Janeiro, o capitão-general D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, diz do seu interesse, (atendendo a ordens régias), de fundar

vilas e freguezias, em lugares que julgasse conveniente. Já se disse que, assim, nasceu Piracicaba.

– Trecho de carta de D. Luiz Antonio ao bispo do Rio de Janeiro «... que havendo-me S. Mg.de que Deos Guarde despachado para esta Capitania, foi servido, entre outras couzas de que me mandou instruir encarregar-me com mayor eficácia e aumento das Povoações ...». Um pouco de Piracicaba já estava nessa carta.

17 DE JANEIRO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, capitão-general da Capitania de São Paulo, ao ajudante Teotonio José Zuzarte, elemento de destaque nas expedições para o Iguatemi, com «certa delig.a do Serv.o de S. Mag.e», na qual carta há uma ordem ao Povoador de «Piracicaba», com relação a presos que lhe seriam enviados.

– Eis a ordem de que se fala: «O mulato Juiz ventenario Ordeno Se faça ir com a mulher p.a a povoação de Pirassicaba, e Se entregue ao Povoador da d.a Povoação p.a q. pratique com elle o mesmo q. com os mais».

26 DE JANEIRO – Carta de D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, capitão-general da Capitania de São Paulo, a António Lopes de Azevedo, seu ajudante de ordens nas expedições do Iguatemi e Ivaí, na qual carta há referência ao Povoador de Piracicaba. A carta é expressiva com relação aos primeiros habitantes das povoações de que aquele capitão-general foi mão forte.

– «... lhe encarrego p.a arumação dos Bagabundos q. faço remeta p.a o Pôrto de Ararituaba fará executar na forma q. lhe ordeno, dirigindo ao povoador de Piracicaba as providências q. lhe ensinuo p.a estabelecimento dos povoadores q. na prezente ocasião lhe serão entregues, de q. tomará conta, p. a os arranchar e governar».

28 DE JANEIRO – Carta de D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, ao Povoador de Piracicaba, informando-o de que, pelo ajudante Manuel José Alberto lhe seriam entregues presos e vagabundos, para «povoar na margem do rio Tietê os Sítios de Avanhandava, Barra de Piracicaba, e Itapura» e «mais que forem conveniente para bem dos povos».

– «Dessa povoação assistira vmce. com alguns mantimentos aos homens, e com alguma ferramenta para os serviços» «e não sirva a vmcê de dificuldade a distancia em que ficam os sítios em que mando se estabeleçam os povoadores», «indo vmcê, arrancha-los e ensinar-lhes os serviços que devem fazer» e «com sua boa atividade fará V.m.ce. um grande serviço a Deus e a Sua Magestade»,

– Essa Carta é expressiva para a história de Piracicaba, pois se torna de um significado marcante com respeito aos primeiros habitantes

de nossa terra, muito embora aquêles «presos e vagabundos» soem mal aos nossos ouvidos.

19 DE FEVEREIRO – De uma carta do capitão-general de São Paulo e Antonio Lopes Azevedo: «Estimo a boa notícia q. me dá de ter partido a dez do corrente a esquadra de Canoas, em q. vai embarcada a Seg. da expedição do Ivay, e q. juntam.te partirão os vagabundos p.a entregar ao Povoador de Piracicaba para ingressar a nova Povoação a que tenho dado principio naquelle Rio.»

20 DE FEVEREIRO – Trecho de carta: «Na mesma conserva fiz tão bem partir os vagabundos de que formey os cazaes para reforçar a Povoação de Piracicaba, com ordem do Povoador Antonio Correia Barbosa para que dahy vá tomando as medidas para ir estendendo para o Rio Tietê abaixo ...» (D. Luiz Antonio de Souza, capitão-general).

10 DE MARÇO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, capitão-general da Capitania de São Paulo, a Salvador Jorge Velho, capitão-mor de Itu, com referência ao «Povoador Ant.o Cor.a Barbosa», ao qual «lhe dará modo com q. se possa ir estabelecendo e se for necessário alqua ferramenta do q. ha nesse armazém.»

– Nessa carta, o Morgado de Mateus fala das dificuldades encontradas na fundação de povoações, nas margens do Tietê – «lugar pestilento e doentio hé só onde faz inundaçãõ». Na fundação da povoação de Piracicaba não houve essa dificuldade, pois Antonio Correia Barbosa, a rigor, desrespeitou a ordem governamental, preferindo um sítio praticamente alto, um sítio já povoado de velhos moradores.

23 DE JUNHO – Ordem de D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, ao Povoador da Fazenda Real para que pague ao Sacerdote que fôr desobrigar os moradores da nova Povoação de Piracicaba a importância que «ajustar o mesmo Sacerdote com o Povoador da dita Povoação».

– Carta do capitão-general da Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, a Antonio Correia Barbosa, povoador de Piracicaba, determinando ordens com referência ao povoamento da aldeia, mostrando nessa carta algum empenho em torno do crescimento da futura «Noiva da Colina».

– «Como se vay aproximando o tempo de ir lançar rossas e dar principio ao estabelecimento das mais Povoações q. lhe tenho encarregado, não tenho mais q. recomendar-lhe se não a boa applicação do tempo, porq.e todo o que se perde hé prejudicial», «e porisso fio de sua actividade e zelo», «se não descuide de adiantar o augmento e utilidade

dos Povoadores que desejo ver estabelecidos por toda a margem desse Rio até à Itapura».

4 DE JULHO – Num mapa, enviado por D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, capitão-general de São Paulo, ao Conde de Oeyras, representante do governo português, há pequena referência à Povoação de Piracicaba, pois tal mapa era uma exposição geográfica da Capitania de São Paulo, com suas vilas, povoações, rios, etc.

13 DE AGOSTO – Despacho de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, capitão-general, da Capitania de São Paulo: «...por q. S. Ex.a manda pagar ao capitão André Dias e ao Povoador de Piracicaba desasetemil e tantos réis q. dispendeo na conducta dos prezos p.a aq.la Povoação e dos mais q. dispendeo». Eram êsses os primeiros habitantes de nossa terra.

18 DE AGOSTO – Aviso de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, governador da Capitania, a Antonio Correia Barbosa, povoador de Piracicaba, com referência à transação das sete canoas – celebrizada questão do início da povoação. Aquela autoridade procurava fomentar o crescimento da povoação, mas o povoador se mostrava muito pouco correto nas prestações de conta.

19 DE AGOSTO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão a Francisco da Cruz, da Vila de Itu, solicitando adiamento em dinheiro para com que assistisse a Antonio Correia Barbosa com dinheiro indispensável ao custeio da Povoação e seus moradores, ficando empenhada a palavra do Povoador de Piracicaba quanto ao pagamento.

– «...por me assegurar o d.o Povoador que tinha sete canoas fabricadas pelos mesmos, e q. em té os fins de 8bro. as punha nesse Porto p.a se apurar a sua venda, e do producto se pagar a quem lhe assistisse com a desp.a para cujo effeito me requereo lhe mandasse preferir a venda...»

10 DE SETEMBRO – Numa carta do capitão-general da Capitania de São Paulo ao Capitão-mor de Itu, há êste tópico: «Emq.to a ir este anno Estanislaú de Campos povoar ao pé de Piracicaba, me parece já tarde, e julgo será mais acertado ficar esta delig.a p.a. o anno q. vem. Deos g e a vmc.e.»

3 DE NOVEMBRO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão a Antonio Correia Barbosa, relativa ao adiantamento feito por “Francisco da Cruz para custeio da povoação e seus moradores, em pagamento do que o Povoador de Piracicaba prometera a manufatura de sete canoas. Prometera, mas não cumprira até a presente data...

– «Sou a dizer a vom.ce q. logo me faça certo o que se tem passado nesta matr.a p.a mandar applicar as providencias, que me parecem justas em toda a falta q. tenha havido na execução das mias ordens, as mais qr.o

se executem com a mayor observância, e sem o menor descuido, pois não quero que a sombra dellas se multipliquem empenhos de que não possam desonerarse, sem que primr.o paguem o que já se deve».

– Sôbre o mesmo assunto, escrevia o Morgado de Mateus ao ajudante Teotônio José Zuarte, sendo interessantes os conceitos que expede com referência ao Povoador de Piracicaba, Antonio Correia Barbosa, na celebrizada questão das sete canoas, pela sua palavra não cumprida.

– «Do mesmo Franc.o da Cruz saberá Vm.ce os termos em q. pactuou a segurança, e satisfação da assistência q. fez ao d.o Povoador, a quem faça entregar logo essa Carta, e o avize de q. tem ordem m.a p.a me informar de tudo o q. se tem praticado e também p. auxiliar a Venda das Canoas na fr.a q. lhe ordeney.»

– Ainda há uma terceira carta que D. Luiz Antonio escreveu a Francisco da Cruz, morador da Vila de Itu, também com referência à questão de tais canoas. Francisco da Cruz assistira o Povoador de Piracicaba nas suas necessidades de ordem econômica, mas nada havia ainda recebido do prometido.

– «Agradeço a Vm.c.e a honra do primor com q. tem as assitido ao Povoador de Pirassicaba p.a conservação e augmento daquella nova Povoação, e sem embg. o de que a qti.a se estendeo a mais do que eu julgava, espero será vmc.e logo satisfeito pelo producto das Sete Canoas, que offereceo o Povoador p.a pagamento de toda a assistência.»

16 DE NOVEMBRO – Carta do Morgado de Mateus, capitão-general da Capitania de São Paulo ao ajudante Teotônio José Zuzarte, ainda com referência à celebrizada questão das sete canoas. O governador, nessa carta, se queixa de que as suas ordens não foram cumpridas e os conceitos que expede em tôrno do Povoador de Piracicaba não são lá muito lisongeiros.

– «... e ao d.to Cap.m, (Antonio Correia Barbosa), advirta vm.ce q. na execução de minhas ordens não deve haver o menor descuido, assim como não deve ter de me participar com tempo qualquer embaraço q. possa encontra-los por se não fazer responsavel a qualquer prejuízo que seja, e se origine dessa falta.»

– Nesse mesmo dia, escrevia o capitão-general a Antonio Correia Barbosa sôbre o mesmo assunto das mesmas canoas, que não foram feitas até o presente. Os têrmos da carta são incisivos e por aí se vê que o Povoador de Piracicaba era homem não muito afeito a ordens, mesmo emanadas de altas autoridades.

– «Sou a dizer a vmc. e que logo sem, a mais leve demora, ou desculpa que não admito, cuide em fazer por promptas e acabadas,

as referidas canoas naquelle Porto» e «espero que não seja necesario mayores encommendações neste particular, para vmc.e satisfazer a tudo como deve e para quanto for darlhe gosto me achará sempre certo»

26 DE NOVEMBRO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão ao ajudante Teotônio José Zuzarte, ainda com referência às sete canoas que Antonio Correia Barbosa se obrigara fazer. Ao que parece, o Povoador de Piracicaba iria atender às ordens emanadas daquela autoridade.

– «E que vm.ce certo p.a applicar a promptidão das canoas, que se obrigou a fornecer o Povoador de Pirasicaba, p.a pagamento dos effeitos q. se lhe mandarão fiar, por não ser justo q. muito matr.a haja fallencia.»

– 1769 –

21 DE JANEIRO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, capitão-general da Capitania de S. Paulo, ao ajudante Teotônio José Zuzarte. Por ela, sabe-se que Antonio Correia Barbosa, povoador de Piracicaba aprontara quatro canoas, das sete que foram objeto de rumorosa questão, que encheu as páginas da história de nossa terra, naqueles tempos distantes.

– «O Povoador de Pirasicaba me conta ter mandado quatro canoas p. a esse Porto, e q. as outras se ficão varando do matto, em chegando se execute logo a ordem q. tenho dado a êste respeito p.a a sua venda, e do producto Se pague a Franc.o da Cruz, e a M.el José Gomes, e do q. restar, ao Cap.m André Dias, segundo a conta q. tiver com o d.o Povoador.

– Outra carta do mesmo capitão-general ao capitão André Dias, de Itu, também com referência ao mesmo assunto: «Em quanto ao desembolço que vmc.e tem feito com o Povoador de Pirasicaba não pode ter preferencia ao ajuste q. elle fez de pagar com o producto dessas Canoas a assistencia q. lhe mandei fazer por Franc.o da Cruz p.a augmento da mesma Povoação, e por Manoel José Gomes nesta cidade.»

10 DE MARÇO – Um manuscrito sôbre Iguatemi, cujo título é: «Diário da navegação do rio Tietê, rio Grande, Paraná, e rio Gutemy em que se dá relação de tôdas as cousas mais notáveis destes rios, seu curso, sua distância e todos os mais rios que se encontram ilhas, perigos e de tudo e acontecido neste diário pelo tempo de dois annos e dois mezes. Que principia em 10 de março de 1769. Escripto pelo sargento-mor Theotônio Jozé Jozarte».

– A expedição foi determinada por D. Luiz Antonio de Souza, governador e capitão-general da Capitania de São Paulo, que planejara a fundação da Colônia de Iguatemi. Juzarte aportou à barra do rio Pi-

racicaba a 17 de abril desse mesmo ano, só partindo a 19. A viagem foi iniciada a 13 de abril.

2 DE ABRIL – Carta do Morgado de Mateus, capitão-general de São Paulo, ao ajudante de ordens Antonio Lopes de Azevedo, que fazia periódicas viagens, para o sertão, estabelecendo caminhos e comunicações com a Colonia de Iguatemi, de triste memória, na qual carta há referência a Piracicaba.

– «Vão as oito armas, q. me pede p. a levarem os homens da Conducta de Francisco Paes de Almeida, destinados a abrir o Cam.o de terra, cujos ha de auxiliar o Povoador de Pirassicaba com a sua gente, as quaes lhe são precisas para se defeenderem de tudo o q. possão encontrar na direcção da sua picada».

13 DE ABRIL – Início da expedição do sargento-mor Teotônio José Juzarte pellos rios Tietê, rio Grande, Paraná e Guatemi, o qual chegou à barra do rio Piracicaba a 17 dêste mesmo mês. A expedição fora determinada por D. Luiz Antonio de Souza, capitão-general de São Paulo, que planejara a fundação da Colonia de Iguatemi.

17 DE ABRIL – Na barra do rio Piracicaba, o expedicionário encontrou o povoador Antonio Correia Barbosa. «Pouzamos de frente a d.a Barra cuja é larga, e bastantem.e cheya de agoas, sobre o Rumo do Nordeste, e aqui falhamos a tarde do dia dezessete; logo desembarcou tudo p. a terra, e sahirão m.tos homens a caça por aq.les matos onde se perdeo hú Sold.o».

18 DE ABRIL – Ao que parece, o sargento-mor Teotônio José Juzarte, de canoa e com sete companheiros da barra do rio Piracicaba, explorando os arredores, chegou até o Corumbataí, ou morros do «Araraquara Mirim», falando, dessa forma, dos morros de Piracicaba, de Araraquara-Guaçu e Botucatu, e da paisagem que avistava.

19 DE ABRIL – Às onze horas dêsse dia, o sargento-mor Teotônio José Juzarte com os batéis de expedição, deixou a barra do rio Piracicaba para seguir viagem. Como se sabe, Juzarte fora encarregado oficialmente para explorar diversos rios da Capitania, pois o capitão-general visava a fundação da Colonia de Iguatemi.

18 DE MAIO – Portaria de D. Antonio de Souza Botelho Mourão, governador da Capitania de São Paulo: «Port.o mandei assistir ao Povoador de Pirassicaba com algua porção de dr.o p.a estabelecim.o dos novos moradores daquella Povoação, p.a cujo pagamt.o se adjudicou o producto de sete Canoas q. se achão no porto de Araraytaguaba, fabricadas pellos d.os novos moradores».

19 DE MAIO – D. Luiz Antonio de Souza Botelho escrevia ao Conde de Oeyras, representante da côrte portuguesa, dando conta das expedições que organizara, com o fim de «povoar o grande Sertão de Yvay.» Nesta correspondência, há uma referência à povoação de Piracicaba.

– «Tenho já a noticia de que todas estas embarcações passarão em boa ordem as grandes cachoeiras do Pirapora, e que tinham já passado as ultimas à barra do Pirassicaba, aonde tenho dado principio a huma povoação».

– Quase dois anos depois, ao que transparece dessa carta, o capitão-general da Capitania de São Paulo ainda não sabia que a povoação de Piracicaba, começada por Antonio Correia Barbosa não fôra plantada na barra do rio Piracicaba, mas a uns setenta quilômetros acima, ao lado do Salto do mesmo nome.

8 DE AGÔSTO – Portaria de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus e capitão-general de São Paulo, determinando ao Provedor da Fazenda Real dar ao Povoador de Piracicaba, Antonio Correia Barbosa, «quatro armas de fogo, que lhe são necessárias para uso dos Povoadores della.»

11 DE AGÔSTO – Ordem de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão ao Capitão João Fernandes da Costa para que não embarasse todos os moradores que se acham situados desde a Boa Vista à Povoação de Piracicaba, e os deixe à ordem do Povoador Antonio Correia Barbosa, atendendo aos interesses da Povoação.

– 1770 –

13 DE MARÇO – Escrevia o Governador da Capitania de São Paulo ao Povoador de Piracicaba: «Ordeno a vmc.e q. no dia ultimo do corrente mez se hade achar nesta cid.e prompto a receber gente, petrechos, e mais precizo para entrar logo na factura do campo da V.a de Sorocaba p.a o sertão do Yvay, o q. vmc.e executará sem falta alguma.»

27 DE MARÇO – Falando sôbre o progresso das povoações da Capitania, D. Luiz Antonio de Souza, capitão-general, diz, entre outras coisas: «Nas outras Povoações trabalha-se, como hé Piracicaba e outras da navegação do Tietê.»

20 DE ABRIL – Portaria de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, dando ordens ao ajudante Manoel José Alberto, com referência à «abertura do cam.o que se ha de fazer p.a a nova povoação do Yvay», «resolvido md.ar fazer a d.a picada pela povoação de Piracicaba, por onde entravão antigamente os descobridores pela d.a paragem em direitura ao R.o Gr.e.» A portaria ainda se refere à arregimentação de trabalhadores para êsse mister.

– A expressão contida nessa portaria: «por onde entravão antigamente os descobridores», dá a entender, razoavelmente, que a paragem de Piracicaba já era conhecida bem antes da presente data, possivelmente no século dezessete, ou comêço do século dezoito, com o fastígio das minas de Cuiabá.

– Portaria emanada da mesma autoridade, ordenando que Antonio Correia Barbosa tomasse conta dos trabalhadores, que lhe entregasse o ajudante Manoel José Alberto, com os quais daria início à picada que de Piracicaba atingiria a nova povoação de Ivay. Parece tratar-se da mesma picada aberta anteriormente por Luiz Pedroso de Barros.

– «Principiando a d.a picada fará todos os dias hum roteiro de tudo q. vir, de todos os pouzos q. fizer com sua gente, e me dara parte de tudo com individuação e se puder md.ar alguma gente com esta parte, o fará todas as vezes q. puder»

– Nesta mesma data, há uma portaria da Capitania, dirigida ao Provedor da Fazenda Real, determinando a entrega de materiais para abertura da sobredita picada, e citando o nome de Antonio Correia Barbosa como um dos chefes do trabalho. A relação dos materiais constava de: «14 facões, 28c.os de baeta, 14 chapéus, 1 a.s de polvora, 4 a.s de chumbo.»

26 DE ABRIL – Carta de D. Luiz Antonio de Souza, governador de São Paulo, a Francisco da Cruz, capitão-mor de Itu, autorizando-o a entregar a Antonio Correia Barbosa a soma de cem mil réis, de que o povoador precisava, nos gastos com a picada que destinava ao «Yvay», prometendo pagar com o produto de sete canoas, as celebrizadas sete canoas da história de Piracicaba.

– «Tenho dado as ordens necess.as, p.a q. Ant.o Corr.a Barboza vá commandando a gente q. se destina à abertura da picada p.a a povoação do Yvay, e me pede o d.o q. lhe mande assistir com cem mil reis p.a seu gasto p.a satisfazer do producto de humas canoas q. está mandando fazer na povoação de Pirassicaba.»

– Carta da mesma autoridade ao Capitão André Dias, de Arairaguaba, sôbre o mesmo assunto dos cem mil réis, relativo às canoas que estavam sendo feitas em Piracicaba. «Vmc.e tome a seo cargo fazer preferir a venda das ditas canoas e q. se applique o produto dellas p. a esta satisfação.»

9 DE JULHO – O capitão-general de São Paulo escrevia ao Secretário de Estado, Martinho de Mello de Mendonça, dando conta do estado em que se encontravam as povoações que determinara fundar na Capitania, contando-se entre elas a de Piracicaba. Nessa carta, o

governador geral se queixa dos «parochos confinantes», atribuindo-lhes a culpa do atraso em que se achavam ditas povoações.

– «Tenho formado quatro Villas, que são S. Jozé da Parayba, S. João de Atibaia, Mogimirim e Faxina, e tenho principiado muitas povoações, como a de S. Luiz de Guaratutuba, a dos Prazeres nas Lages, a de Ararapira, Sabauna, S. Antonio do Registro, Santa Anna do Yapó, Piracicaba e outras ...»

– «...Piracicaba e outras, para as quais hé muito necessária a providência para a subsistência dos Parochos, como tão bem para lhes repartirem as Freguezias, porque podião tôdas estar muito adiantadas se não forão as oposições que tem feito os Parochos confiantes não querendo consentir em ceder nada dos seus districtos.»

24 DE JULHO – «O Prov.or da Faz.d.a Real mande afiançar pelo Almo.x.o da mesma o custo de huma provisão; que se passou pelo ordenario deste Bispado, para effeito de se levantar capella, e Freg.a na nova Povoação, que mandey fazer na barra do Rio Piracicaba, por ordem que tenho de S. Mag.e e para facilitar a navegação do Rio Tietê.»

– Essa portaria, assinada por D. Luiz Antonio, não especifica o nome da Povoação. Quer nos parecer, entretanto, que se trate de Piracicaba, pois a provisão recebida por Antonio Correia Barbosa «para levantar a capella nessa povoação», (Piracicaba), tem a data de 26, ou seja, foi passada dois dias depois.

– «Freguezia, divisão administrativa e eclesiástica, era qualquer povoação dotada de pároco.» «Entretanto, o costume determinava que, em se elevando à classe de freguezia, a povoação passava automaticamente para a categoria do que hoje diríamos distrito de paz.» «As freguezias assumiam importância aos olhos do Govêrno da Capitania e rapidamente se encaminhavam para a elevação à vila.» (Mário Neme).

– Azevedo Marques, nos seus «Apontamentos históricos», dá essa data como a da elevação da povoação de Piracicaba à freguezia por Provisão de D. Antonio de Souza. Muito contestada essa data. Afirma-se que fora em 1774 e, ainda, em 1810. Prova concludente não existe sendo entretanto a mais aceita a de 1774.

26 DE JULHO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus a Antonio Correia Barbosa, alegrando-se por ter o Povoador de Piracicaba encontrado antigos vestígios do antigo picadão aberto para Cuiabá, por Luiz Pedroso de Barros.

– «Vai o sal. que Vmcê. pede, e me obriguei a pagá-lo na forma que tenho feito as mais cousas. Não hei de faltar em cousa alguma do que Vmcês. quiserem, o ponto é que da parte desses povos se trabalhe

faça tudo o possível por estabelecer uma boa povoação e conseguir a abertura do caminho do Ivaí. Deus guarde a Vmcê. muitos annos.»

– Nessa mesma carta, o Morgado de Mateus dá provisão para levantar uma Capela na povoação de Piracicaba, a qual deveria ser à invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, «minha madrinha e padroeira da minha casa», com ordem ao padre Angelo Pais de Almeida para dizer missa, servindo-se de altar portátil.

– Come se vê, o padre Angelo Pais de Almeida foi o primeiro prelado a rezar missa na povoação de Piracicaba. Era capelão da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, de Iguatemi e viera a Piracicaba especialmente para aquêlo fim, aqui permanecendo cêrca de dois annos.

30 DE OUTUBRO – Carta do Morgado de Mateus, capitão-general de São Paulo, ao capitão-mor da Praça de Iguatemi, informando-o de que, para melhor acesso, mandara abrir caminho por terra de Piracicaba àquella praça, encarregando dessa diligência o povoador Antonio Correia Barbosa.

– «Emq.to ao cam.o q. se tem lançado emthé o Paraná hé m.to nessesr.o q. se adiante e se desemboque em parte q. possa vir ajustar com o q. tenho mandado lançar de Piracicaba, q. vai já m.to perto do Rio Grande por terem vencidas as Cerras e os mattos.»

– «Para facilitar este projecto tenho mandado abrir o caminho de terra, desde Piracicaba, emthé essa Praça (Iguatemi) e aqui se acha Antonio Correia Barbosa, Director daquella Povoação, a quem passo as ordens necessárias para continuar essa diligencia e lha recomendo muito». Companheiro do Povoador fôra Luiz Vaz Toledo Pizza, implicado depois na Inconfidência Mineira e morto na costa da África, em degredo perpétuo.

8 DE NOVEMBRO – Da correspondência official: «emquanto ao Sold. o Franc.o X.er Rabello q. se acha com moléstia contagiosa, o melhor era cura-lo para poder ir porq. não hé util volte para esta Cid.e, mesmo se totalmt.e não puder haver modo de o fazer transportar sem perigo de cauzar males aos camaradas, nesse cazo se lance em Piracicaba, com ordem de se curar, e ir na primeira ocazião».

13 DE OUTUBRO – Trecho de carta de D. Luiz Antonio de Souza ao sargento-mor D. José de Macedo: «Os Sld.os José Pires e Franc.o X.er deixe Vmce. ficar na povoação de Pirassicaba na forma qu. já ordenei ao Cap.m André Dias.»

20 DE NOVEMBRO – Portaria de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão para o Provedor da Fazenda Real, dando conta que, atendendo a sua ordem, Antonio Correia Barbosa se achava a caminho

da Cachoeira de Avanhandava, dentro dos vestígios do antigo picadão para Cuiabá aberto por Luiz Pedroso de Barros.

– «O Provedor da Fazenda Real ordene ao Almojarife da mesma entregue ao d.o Antonio Corr.a Barboza, Cabo da expedição da gente, que está decretada para o d.o serviço, tudo o q. consta da relação junta, assim p.a a sustentação, como para vestuário delles, procedendo-se em tudo com a devida segurança da Fazenda Real, e com as clarezas necessárias.»

22 DE NOVENBRO – Portaria de D. Luiz Antonio de Souza, ordenando «a qualquer Cap. mor, ou Sarg. mor» para a arregimentação de doze homens que o Povoador Antonio Correia Barbosa, ou Luiz Vaz de Toledo, necessitava para a conclusão do caminho para a «Praça do Guatemy.»

– 1771 –

7 DE FEVEREIRO – O Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo em carta ao Capitão-mor de Sorocaba, ainda se refere ao picadão à praça de Iguatemi, abandonando o antigo projeto de fazê-lo passar por Piracicaba, «por onde hé necessário fazer gr.es voltas p.a o Guatemy, que fica ao sul.»

4 DE SETEMBRO – Carta de Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, capitão-general de São Paulo, ao marquês de Pombal, (Portugal), falando das novas povoações paulistas, já fundadas ou recém-juntadas. Entre estas estava a Povoação de Piracicaba, com êste êrro geográfico: «Sobre a barra que faz o rio Pirapitingui no Tietê, navegação do Guatemy.»

– Aliás, êsse êrro é fácil de ser esclarecido. Foi Antonio Correia Barbosa quem, desobedecendo as ordens recebidas, fundou a povoação de Piracicaba cerca de setenta quilômetros acima do lugar determinado. Naturalmente, a informação se valeu de documentos anteriores.

9 DE SETEMBRO – Carta do capitão-general da capitania de São Paulo a Antonio Correia Barbosa, povoador de Piracicaba, determinando, que êste se juntasse no Pôrto de Araraitaguaba a Luiz Vaz de Toledo, para, juntos, se encarregarem, de importante diligência, ao serviço de Sua Majestade.

– «Traga Vm.cê dessa Povoação para a mesma delig. a cinco ou seis homens dos mays capazes, q. tiver, que sejam daquelles em q. Vm.cê mais se fie, q. assim hé necessr.o, e fique certo q. de tudo quanto obrar, e do mais q. já tem feito, me hei de saber lembrar p.a a sua devida remuneração.»

– Na mesma data escrevia D. Luiz Antonio de Souza a Luiz Vaz de Toledo, sargento-mor de Sorocaba, com relação ao assunto, «q. só da fidelid.e de Vmc.ê e de Ant.o Corr.a Barboza posso fiar, por esta sou a

diserlhe que logo sem mais demora passe ao porto de Araraytabuaba, para ally receberem as ordens que lhes mando...»

4 DE OUTUBRO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza para o sargento-mor de Itu, solicitando providências no sentido de se conseguir provisão para expedições e sustento da «Praça de Guatemy». Nessa carta, há referência aos trabalhos de Antonio Correia Barbosa, como cooperador do empenho do governador-geral da Capitania de São Paulo.

25 DE OUTUBRO – Outra carta de D. Luiz Antonio a Antonio Pacheco da Silva, sargento-mor de Itu, com respeito às provisões necessárias à praça de Iguatemi, na qual carta faz referências a Antonio Correia Barbosa, povoador de Piracicaba.

– «Por este respeito se deve passar ordem aos canoeyros p. cheque a esse Porto sem contradição alguma todas as conoas e remos, em q. se deve fazer a escolha dos q. precisamos, e o mesmo se praticará com Antonio Correia Barbosa, Povoador de Piracicaba, pois tanto pelo tanto a estarem promptos quero q. estes prefirão p.a ajudar a estabelecer aquella Povoação.»

29 de OUTUBRO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, capitão-general da Capitania de São Paulo, a Antonio Correia Barbosa, com referência a diligências na praça de Iguatemi, em companhia de Luiz Vaz de Toledo.

– «A boa satisfação, e prompta vont.e com q. Vm.cê se distingue em tudo o q. pertence ao Real serv.o me precizão occupalo em delig.a m.to import.e e ao mesmo serv.o que só de Vm.cê e de Luiz Vaz de Toledo posso fiar, pelo conceito q. faço se dezempenhem com dar-me gosto em tudo o q. lhe for encarregado ...»

– D. Luiz Antonio escrevia igualmente, no mesmo dia, a Luiz Vaz de Toledo, com referência ao encontro que deveria ter com Antonio Correia Barbosa, no porto de Araraitaguaba, «p.a ally receberem as ordens q. lhes forem dirigidas, e seguirem o destino de executalas, como espero, e confio na sua honra.»

– Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão ao capitão André Dias de Almeida e ao ajudante Romualdo José de Pinho, com respeito às provisões necessárias à praça de Iguatemi, na qual carta faz referências a Antonio Correia Barbosa, povoador de Piracicaba.

– «P. S. – As duas cartas incluzas façam remeter logo com toda a brevid.e», «e as canoas, e mantim.os q. tiver Ant.o Corr.a Barboza não deixem de se tomar p. a esta Expedição, q. qr. o tenham toda a preferência, cabendo no tempo de poderem vir sem embaraçar a partida da conducta no tempo q. tenho determinado...»

11 DE DEZEMBRO – Provisão de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, promovendo Antonio Correia Barbosa no pôsto de Capitão.

16 DE DEZEMBRO – Numa carta para a Praça de Guatemy, dirigida a João Miz de Barros e D. José de Macedo, pelo capitão-general da Capitania de São Paulo, há uma ordem a Antonio Correia Barbosa, povoador de Piracicaba, a fim de participar à frente de «trinta ou quarenta homens», nas expedições de descobrimento.

– «Ordeno a Vm.cês que na saída do Cap.m Paulino e mais gente da sua conducta fação sahir trinta, ou quarenta homens, capitaneados por Antonio Corr.a Barbosa e Luiz Vaz de Toledo a descobrir e marcar com toda a certeza, o d.o cam.o dessa Praça até a foz do Rio Pardo, cortando a campanha pela parte mais comoda nas cabeceiras dos Rios já referidos.»

26 DE DEZEMBRO – Correspondência oficial: «Ordeno ao Cap.m Ant.o Corr.a Barboza e Luiz Vaz de Tolledo, q. incorporados com o d.o Cap.m sigão a sua marcha», «e logo q. chegarem à Praça de Guatemy seguirão as ordens q. lhes dirigir o Ten.e Cor.el Reg.te João Miz de Barros p.a a abertura de cam.o que deve cortar a campanha», «em té a fós do R. Pardo.»

– 1772 –

5 DE SETEMBRO – Carta de D. Antonio Luiz de Souza, governador da Capitania de São Paulo, ao capitão André Dias de Almeida, da Praça de Iguatemi, na qual há referência a Antonio Correia Barbosa, com relação a tarefas que lhe foram confiadas.

– «A Minha ordem, os fará marchar, (proeiros preparados do mantimento necessário p.a hum mês), logo com elles p.a Piracicaba p.a dahy seguirem a mesma viagem, fazendo da empontância do mantimento as clarezas necessárias assignadas p.lo Ajud. e Romualdo José na forma do costume.»

– 1774 –

23 DE JANEIRO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza ao capitão André Dias de Almeida, de Iguatemi, determinando-lhe a formação de «hum esquadra de doze ou quinze Canoas com Pilotos e remeiros competentes p.a sua mariação.» Lembrava para êsse movimento de canoas a participação de Antonio Correia Barbosa, povoador de Piracicaba.

– «... advertindo a Vm.ce q. tôdas as que tiver o Povoador de Piracicaba, sendo Capazes, devem preferir a outras para esta conducta, como já repetidas vêzes tenho ordenado, afim de serem pagos seus cre-

dores sem o menor prejuízo, no q. espero se porte Vm.ce com a devida atenção a isto.»

21 DE JUNHO – A Povoação de Piracicaba passou para a categoria de Freguesia, separada da paróquia de Itu. Deu-se, assim, a ereção canônica da Freguezia de Piracicaba, segundo Mário Neme e «Municípios Paulistas», vol: II; pág. 1410.

– Ainda um pouco em dúvida a data exata da elevação da povoação de Piracicaba à categoria de freguesia. Azevedo Marques afirma que foi em 24 de julho de 1770. Outras informações apontam o ano de 1810. Todavia, segundo o testemunho de documentos antigos, a data acima é a mais aceita, dentro da razão dos fatos.

– Entre tais documentos, encontramos um ofício datado de 19 de outubro de 1823, mandado pelo capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha à presidência da Província, no qual há êste tópico concludente: «Eu tenho cabal conhecimento daquella Villa (Piracicaba), desde os seus primeiros princípios. Formou-se aquella Povoação em o primeiro de Agosto de 1767 unida à esta Villa (Itu). Em 21 de junho de 1774 passou a Freguezia separada desta Parochia». Ninguém melhor poderia falar assim.

– Chega a Piracicaba, a fim de iniciar os trabalhos de primeiro vigário da povoação, o padre João Manuel da Silva. Aqui permaceu apenas um ano e meio, não se conformando com o modo atrabiliário do povoador, Antonio Correia Barbosa.

– De um documento histórico, denominado Memória, que mais adiante se encontrará, marginamos as seguintes linhas: «Viviam os habitantes desta Povoação por espaço de seis annos, dez meses e vinte dias sujeitos a vós Parochial de Ytu, com grave detrimento pela distancia de quatorze legoas que intermedeião e sendo chamados na presença do Excellentíssimo e Reverendíssimo Bispo Diocesano D. Frei Manuel da Ressurreição e, permitido este que se erigissem em o dito lugar igreja para Matriz, constituem a Freguezia separada da de Ytu e ao Senhor Santo Antonio Padroeiro della e determinou para divisa de huma e outra o Rebeyro Capivary; e sendo provido Parocho o Reverendo Padre João Manoel da Silva Presbitero secular de vertude e letras.»

– Foi intensa a luta que o padre João Manuel da Silva manteve com o capitão-povoador. Êste, acostumado a comandar vagabundos e criminosos, os primeiros povoadores de nossa terra, impondo sua vontade, não atendia aos reclamos do sacerdote, que logo desanimou na batalha e abandonou o campo.

29 DE JULHO – Assento do primeiro batizado havido em nossa terra, o inocente Antonio, filho do capitão-povoador Antonio Correia Barbosa e de sua mulher Ana Lara da Silva. Foram padrinhos o capitão Joaquim Fernandes da Costa, viúvo, e Ana Novais de Magalhães, esposa do tenente Francisco Xavier de Azevedo. Oficiante foi o vigário João Manuel da Silva.

– «Antonio – aos vinte e nove dias do mez de Junho de mil setecentos e setenta e quatro annos, na Igreja desta nova Freguezia de Piracicaba, baptizei e puz os Santos Oleos a Antonio, innocente, filho do Director Antonio Correia Barboza e sua m.er Anna Lara da Silva. Forão padrinhos o Cap.m Joaquim Fernandes da Costa, viúvo, e Anna Novaes de Magalhães cazada com o T.te Francisco Xavier de Azevedo, por procuração que me apresentaram Antonio Coelho da Silva e Isabel Barbosa da Silva casada com José Flores de Moraes, todos desta Freguezia, excepto os padrinhos que são da Villa de Itu, de que fiz este assento e assigney. O vigr.o João Manoel da Silva.»

– Tal assento prova, concludentemente, que nossa terra fora erigida em freguesia neste ano e não em 1770, como afirma Azevedo Marques, nem em 1810, como assevera a Comissão Central de Estatística. Como se vê, o assentamento, no corpo de sua exposição, diz, entre outras coisas: «...desta nova Freguezia de Piracicaba...»

– Foram batizadas nesse mesmo dia as seguintes crianças: Carlos, filho de Maria Leite e pai incógnito; João, filho de Inácia Cardoso e pai incógnito; Antonia, filha de Francisco de Lima e Francisca de Moraes; Bernarda, filha de Manoel da Costa e Isabel de Camargo; Eugênia, filha de Leonardo Garcia «já defunto» e Apolonia de Almeida; Francisca, filha de Francisca Rodrigues, solteira, e Vitorino de Moraes. viúvo, «como hé publico», e Madalena, filha de Lourenço Rodrigues e Narcisa Pedrosa.

3 DE JULHO – «Aos trez dias do mez de Julho de mil e setecentos e setenta e quatro annos na Igreja desta nova Freguezia de Piracicaba, baptizei condicionalmente por haver duvida do valor do Baptismo, feito em necessidade por Joanna Garcia; e puz os Santos Oleos a João, innocente. nascido em quinze de Julho de anno de mil e setecentos e setenta e trez, filho de Francisco Rodrigues de Andrade, e de sua mulher Rita Gonçalvez; forão Padrinhos o Director Antonio Correia Barbosa, e sua mulher Anna de Lara desta Freguesia. O Vigr.o João Manuel da Silva.»

– Um esclarecimento: na época, na falta de sacerdote competente, uma pessoa leiga podia batizar criança, mormente se enferma, em perigo de vida. Por êste motivo é que o petiz do quadrinho acima foi

rebatizado, «condicionalmente por haver duvida do valor do baptismo, feito em necessidade por Joanna Garcia.»

27 DE SETEMBRO – Ordem de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, ao Ajudante de Ordens Antonio Lopes de Azevedo, determinando averiguar a denúncia do padre João Manuel da Silva contra os desmandos do povoador, Antonio Correia Barbosa. Como se vê, a luta começou cedo.

– «Remeto a carta junta do negocio de Piracicaba em que me dá parte do miseravel estado em que se acha esta nova Povoação sem estabelecimento nem forma alguma de Povoação civil, procedendo esta desordem do Diretor della que só tem cuidado em se estabelecer a si sem deixar estabelecer livremente aos mais Povoadores como melhor verá da mesma carta».

– 1775 –

27 DE JANEIRO – Carta de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, governador da Capitania, ao povoador Antonio Correia Barbosa, com referência à fuga de agregados da Fazenda Araçariguama, os quais, constava, se refugiaram em Piracicaba. A ordem era prendê-los e devolvê-los ao capitão Policarpo Joaquim de Oliveira, arrendatário da mencionada fazenda.

14 DE JUNHO – Toma posse do govêrno da Capitania de São Paulo o brigadeiro do exército português Martim Lopes Lobo de Saldanha, em substituição ao Morgado de Mateus, o indireto e verdadeiro fundador de Piracicaba.

8 DE JULHO – Atestado de veracidade passado pelo sargento-mor de Itu, Antonio Pacheco da Silva, à lista do primeiro recenseamento realizado em Piracicaba pelo povoador Antonio Correia Barbosa.

– De tal recenseamento, o resumo final é êste: Crianças do sexo masculino desde a primeira idade até 7 anos – 37; Crianças do sexo feminino da mesma idade – 26; rapazes desde 7 anos até 15 – 21; raparigas desde 7 até 14 – 17; homens desde 15 a 60 – 61; mulheres de 14 até 50 anos – 61; velhos de 60 anos para cima – 3; velhas de 50 anos para cima – 5. Total – 231 habitantes. Fogos (casas) – 45.

14 DE AGÔSTO – Requerimento do povoador Antonio Correia Barbosa ao bispo de São Paulo, protestando contra o embaraço que encontrava na ação do padre João Manuel da Silva aos seus trabalhos de administrador, o que o religioso considerou um verdadeiro insulto, vindo depois a abandonar a localidade.

4 DE SETEMBRO – «Aos quatro dias do mez de Setembro de mil, sette centos e setenta e cinco annos na Igreja desta nova Freguezia

de Piracicaba baptizei, e pus os Santos Oleos a Cecília, innocente; filha do Diretor Antonio Correia Barbosa e de sua mulher Anna de Lara da Silva; forão Padrinhos, digo foi madrinha Gertrudes Leite da Silva, casada com Joaquim Fernandes de Camargo, por Procuração q. me apresentou Gertrudes Maria de Almeida, todos desta Freguezia, excepto a madrinha, q. hé da Freguezia de Araritaguaba do q. pr.a constar fiz esse assento, que assigney. O vigr.o João Manuel da Silva.»

18 DE SETEMBRO – Ultimo assentamento de batismo feito pelo padre João Manuel da Silva, referente aos santos óleos que recebeu o menino Manuel, filho de Manuel Luiz e de sua mulher Inês Garcia. Como se sabe, êsse sacerdote abandonou seus trabalhos ministeriais, em virtude de fortes atritos havidos com o povoador Antonio Correia Barbosa.

24 DE OUTUBRO – Carta ao Diretor de Piracicaba, António Correia Barbosa: «Logo q. Vmce. receber esta mande seguro à mn.a prezença a Bento Teixr.a da Sylva que seo Pay Fran.co Teyxr.a da Sylva, ofereceo ao Real Serviço, pois sei q. ahy tem Vmce. fugitivos. a) – Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general.»

– Esclarecimento ao quadrinho acima: os pais costumavam oferecer seus filhos ao Real Serviço, espécie de milícia «voluntária», que teria por fim combater os castelhanos na sua prometida invasão pelo sul. Compreende-se, pois, que o rapaz estava homisiado em Piracicaba.

20 DE NOVEMBRO – Trecho de uma carta do capitão-general ao sargento-mor de Itu: «Fes VM. bem escrever ao Capitão André Dias de Almeida para mandar em seguimento dos Dezertores Antonio Machado e Bento Pinto; Eu tão bem aqui recomendey a mesma deligencia ao fundador de Piracicaba.»

– É que o capitão-general procurava engrossar as fileiras dos «voluntários» que oporiam guerra aos castelhanos, na sua prometida invasão pelo sul. Os desertores se acoitavam no Interior e infere-se que Piracicaba também abrigava muitos deles.

– 1776 –

12 DE JANEIRO – Carta do capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha a Antonio Correia Barbosa, a respeito do padre Thimoteo Leme que não aceitou a indicação para ser vigário de Piracicaba, «com a desculpa de seos muitos annos». A respeito, tomaram-se outras providências.

26 DE JANEIRO – Carta de Antonio Correia Barbosa, povoador de Piracicaba ao capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha, a respeito do preenchimento do cargo de vigário da povoação, que se achava vago. Também falou dos povoadores que deixavam a povoação,

pedindo orientação a respeito. Dá conta também de um desertor que fora maltratado na prisão.

– Concluía a carta: «Disme Vossa mercê acha ser conveniente que se recolhão para esse lugar os q. delle tem saydo. Vossa mercê os fará recolher. Assim q. melhorar o Dezertor que dis ficava maltratado de Vossa mercê e remeta prezo ao Sargento-mor para elle o encaminhar da mesma forma para esta cidade.»

8 DE MARÇO – Carta do govêrno da Capitania de São Paulo ao sargento-mor de Itu, referindo-se a certa desobediência do vigário ituano, no que se refere, ao que parece, à falta de pároco na povoação de Piracicaba. «As pessoas que tem vindo de Piracicaba fará V. M.ce por ora recolher a mesma Povoaçam; porem se o Diretor se lhe requereu, prenda outras que não tenham sido aly».

– «Povoadores não os prenda, pois enquanto não tenho conhecimento mais profundo da utilidade ou inutilidade da dita Povoaçam (Piracicaba), basta que se recolham a ella tôdas pessoas que da mesma tem saído sem despacho meu ou do meu antecessor.»

23 DE JULHO – Alvará régio, que regulamentava a concessão de terrenos pelas câmaras das vilas, ou «aforar terras em pequenas porçoens, por um prazamento perpetuo, foram racionadas e Laudemios da Lei ...» Êsse alvará foi observado pelo govêrno de São Paulo. quando da passagem de Piracicaba de freguesia à vila, em 1822, mormente na demarcação do rossio, desapropriando terras dos proprietários locais.

21 DE DEZEMBRO – Deixa a paróquia de Piracicaba o padre João Manoel da Silva, primeiro vigário local, que pleiteou e obteve permissão para abandonar a freguesia, em virtude da forte opposição que encontrava nos desmandos do povoador Antonio Correia Barbosa.

– De palavras vagas, encontradas no documento Memória, que mais adiante se verá, pode-se concluir ser outra a razão, pela qual o padre deixou a paróquia: «As diminutas forças dos fregueses desta nova Parochia a constituição pouco durável pois vendo aquelle Reverendo Parocho que lhe não podião fazer congrua eficiente, (pagamento compensador), para a sua conservação a deixou por consenso do Exmo. e Revmo. Prelado...»

– 1777 –

22 DE JANEIRO – «Com a carta de Vm.ce recebi os dous couros de anta cuja remessa lhe agradeço» – dizia Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general de São Paulo, a Antonio Correia Barbosa. A carta cuidava de um pároco para a povoação de Piracicaba – intento do capitão-povoador.

– «Fallei seg.da vez ao Ex.mo Sr. Bispo a resp.to do Vigr.o p.a. essa Povoação, e se elle o tivera, como dezeja darlho, já não estaria sem êste Parocho; diz q. não tem duvida aprovar nos termos habeis qualquer q. Vm.ce descubrir e qr. a hir p. a a d.a Povoação.»

– Continua a carta: «Se os moradores dessa Povoação, que constão da relação, q. Vm.ce me remeteo, não tem despacho meo p.a sahirem della, de q. me não lembro, deve Vm.ce obrigarlos a recolherem-se, D.s g.e a Vm.ce.»

10 DE ABRIL – Carta do povoador de Piracicaba ao governador geral da capitania de São Paulo, pondo à sua disposição quarenta homens, sob sua chefia, a fim de engrossar fileiras contra a propalada invasão pelo sul dos castelhanos.

14 DE ABRIL – Carta do capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha ao povoador de Piracicaba, agradecendo a oferta de quarenta homens da povoação, armados, como meio preventivo contra a propalada invasão dos espanhóis pelo sul, «para rebater a petulância com que os Castelhanos se atrevem – a entrar nos Estados de El Rey nosso Sr.»

– «.... devo dizer a Vm. ce, que me hé de hum grandisimo socorro a oferta que Vm.ce me fas da sua pessoa com quarenta homens da sua povoação que espero se aprontem para o meo primeiro aviso na certeza de que hei de atender a Vm.ce neste relevante servisso.»

26 DE JUNHO – Carta do capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha a Antonio Correia Barbosa, povoador de Piracicaba, lembrando-lhe certa dívida a favor de Inácio Borges da Silva, de que era fiador o capitão-mor André Dias de Almeida, de Araraitaguaba.

20 DE JULHO – Nasce em Rio das Mortes, Minas, Estêvão Ribeiro de Rezende, nome de relêvo entre os grandes latifundiários de nossas terra. Recebeu o título de Barão de Valença, depois Marquês de Valença. A nossa atual Vila Rezende lhe pertencia quase tôda, daí o nome que ostenta. Pai do Barão de Rezende, de destaque no cenário político e administrativo de Piracicaba. Faleceu em São Paulo em 8 de setembro de 1856.

29 DE AGÔSTO – De uma carta do governador-general ao capitão-mar André Dias de Almeida, de Araraitaguaba: «Estimarei que o Cap.m Antonio Correya Barbosa dê satisfação de sy, não dilatando por mais tempo a que deve dar a Ignacio Borges da Sylva.» É a segunda «lembrança» que encontramos a respeito dessa dívida do povoador de nossa terra.

14 DE OUTUBRO – «Cap.m Antonio Correya Barboza tem faltado sempre ao que tem prometido, e como o seo credor Ign.o Borges

pertende hir no mes que vem para o Rio de Janeiro carece do seo dinheiro com que lhe valeo com tanta bizzarria», «vm.ce o obrigue a pagar, ou que para isto mande a esta cidade a Escravatura com que o seo credor se satisfaça.»

– É uma das primeiras referências a escravos em Piracicaba. E, como se nota, os cativos corriam como moeda circulante no país. Se não houvesse dinheiro para pagar a dívida, os escravos serviam como pagamento.

– Pela terceira vez, na correspondência de D. Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador-general de São Paulo, encontramos referência de uma dívida de Antonio Correia Barbosa para com Inácio Boges da Silva. Ao que parece, Correia Barbosa, como mau pagador, não atendeu a essa dívida.

27 DE OUTUBRO – Um destacamento espanhol põe fim à Colonia de Iguatemi, arrazando a praça miseravelmente. Piracicaba, ligada intimamente a essa colonia, muito sofreu com o fato, mormente no seu progresso. É que nossa terra ficava na rota da malfadada praça, cujo comércio, trânsito ou intercâmbio muito decaíram.

31 DE OUTUBRO – Pela quarta vez, na correspondência de D. Martim Lopes Lobo da Saldanha, governador da Capitania de São Paulo, encontramos referência de uma dívida de Antonio Correia Barbosa para com Inácio Borges da Silva, de que era fiador o capitão-regente André Dias de Almeida, de Araraitaguaba.

– Dizia a referência: «o Cap. m Antonio Correya Barbosa na verdade falta ao que promete, e se elle tem hum só escravo não bastará para pagamento de Ignacio Borges da Sylva, que dezejo em bolsar do que se lhe deve, pelo que athé segundo ordem minha» «conservará as quatro canoas em seo poder thé haver q.m as compre.»

– 1778 –

15 DE JANEIRO – Socorro para Iguatemi. Dizia uma carta do capitão-general ao capitão-mar André Dias de Almeida, de Araraitaguaba: «Como de Piracicaba forão duas Canoinhas com socorro, tamhém me parece bastará com o que desse Porto se expedio, para que se sustentem todos os que vem.»

20 DE DEZEMBRO – Nasce em Vale da Porca, Portugal, o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, senador do Império, deputado às constituintes portugêsa e brasileira, político e homem do governo. Um dos grandes latifundiários de Piracicaba, talvez o introdutor da agricultura metodizada em nossa terra. Limoeiro, Taquaral, Monte Alegre e Pau Queimado representavam imensas glebas de terra de sua propriedade. Batalhou por Piracicaba, mormente nas vias de comunicação. É

seu o plano de arruamento da cidade. Faleceu no Rio de Janeiro a 18 de setembro de 1859.

– 1779 –

4 DE MAIO – Quinta referência que o capitão-general, Martim Lopes Lobo de Saldanha, faz, na sua correspondência, a uma dívida de Antonio Correia Barbosa, povoador de Piracicaba, para com Inácio Borges da Silva. O fiador André Dias de Almeida, capitão-mor de Araraitaguaba, é que teve que sofrer as conseqüências da dívida.

– «Estimo, q. Vm.ce tenha adiantado o embolço de Ignacio Borges, havendo o Cap.m Antonio Correya Barboza os 51\$200, producto das cazas, e os 160\$ r.s q. Vm.ce tem segurado, e o confio de Vm.ce, se não descuidará de finalizar esta conta.»

2 DE DEZEMBRO – Escritura passada no cartório de Araraitaguaba, pela qual o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda e sua mulher Maria de Meira Siqueira transmitiram a José Coelho Barbosa, no valor de cinqüenta e um mil e duzentos reis, «humas terras que possuem por compra e título que ouverão dos herdeiros do falecido Francisco Cardoso de Campos que emanarão de huma Sesmaria do Conde Donatário que obteve Felipe Cardoso de Campos ...»

– 1781 –

19 DE MAIO – Manuel Antonio de Araujo obtem carta de sesmaria sôbre «legoa e meia de terras em quadra entre os matos que acompanham o rio Piracicaba e os morros de Araraquara, principiando onde acabar a sesmaria que na mesma paragem pediu o tenente Domingos Fernandes Lima.»

6 DE JULHO – Carta de sesmaria, «de três léguas de terra para povoar», nos sertões de Araraquara, concedida a Manuel Martins dos Santos Rêgo, cirurgião-mor do Regimento de Voluntários, da cidade de São Paulo. Mais tarde, essa mesma sesmaria foi vendida ao sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda. Como se sabe, na época, os sertões de Araraquara pertenciam ao território de Piracicaba.

– 1782 –

26 DE JANEIRO – Carta de sesmaria passada a favor de Manuel Francisco da Silva sôbre «uns campos devolutos no sertão entre o morro de Araraquara e a Povoação de Piracicaba e a Vila de Mogy-Guaçu, contanto que não exceda da quantidade de três legoas.»

– Manuel Francisco Gil também obtém, nesta data, carta de sesmaria sôbre «uns campos devolutos entre o morro de Araraquara e a

povoação de Piracicaba e a da Villa de Mogy-Guaçu, não excedendo de tres legoas, conforme as reaes ordens.»

16 DE MARÇO – Toma posse do govêrno da Capitania de São Paulo o capitão-general Francisco da Cunha Menezes, às ordens de quem, em 1784, Piracicaba se transportou da margem direita para a margem esquerda do rio Piracicaba.

18 DE JULHO – Carta de sesmaria, passada a Felisberto Castanho Lara Lima sôbre légua e meia de terras em quadra entre os matos que acompanham o rio de Piracicaba e os morros de Araraquara, distrito da vila de Itu.

– 1783 –

25 DE FEVEREIRO – Antonio Correia Barbosa, capitão povoador de Piracicaba, obtem carta de sesmaria sôbre «uns campos nos sertões, de Piracicaba em um rincão que acompanha o rio Jacaré – pipira e a serra do Araraquara, interpondo-se nas sobras das mais sesmarias que daquelles campos se tem tirado.»

– 1784 –

28 DE JANEIRO – Carta de Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, capitão-mor de Itu, a seu amigo Cândido Xavier de Almeida e Souza, capitão de granadeiros em São Paulo, pedindo-lhe «encontrasse um religioso que, com a anual cõngrua de setenta mil réis, quisesse ser vigário da Freguezia de Piracicaba.» (Cõngrua-ordenado).

22 DE MARÇO – Quase dramático pedido que Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, capitão-mor de Itu, dirigiu ao capitão-general da Capitania, Francisco da Cunha Menezes, «suplicando lhe que atendesse aos gemidos dos habitantes da Freguesia de Piracicaba, no sentido de lhes ser dado um pároco para suas necessidades espirituais.

23 DE MARÇO – Carta do capitão-mor de Itu a Francisco da Cunha Menezes, suplicando-lhe os bons officios para a nomeação do religioso Frei Tomé de Jesus, para o cargo de vigário da freguezia de Piracicaba.

3 DE ABRIL – André Sampaio Botelho e outros, moradores da Vila de Itu, obtêm carta de sesmaria sôbre «terras devolutas que se achavam em distância de sete legoas, contendo duas legoas de terras em quadra», «entre as estradas que vão da villa ao povoado de Piracicaba e a freguezia de Campinas, em meio mais ou menos.»

7 DE ABRIL – Provisão de pároco, passada pelo bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, a favor de Frei Tomé de Jesus, para exercer êsse cargo na Freguesia de Piracicaba.

23 DE MAIO – Toma posse do cargo de vigário da Freguesia de Piracicaba, sendo o seu segundo titular, Frei Tomé de Jesus. Satisfeita, pois, a vontade dos moradores de Piracicaba, bem como a vontade do capitão-mor de Itu.

6 DE JUNHO – Representação do capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, ao capitão-general da Capitania de São Paulo, Francisco da Cunha Menezes, sobre a petição dos moradores da freguesia de Piracicaba, com o capitão-povoador Antonio Correia Barbosa à frente, os quais desejavam transferir a povoação da margem direita para a margem esquerda do rio Piracicaba, alegando suas razões.

– «O Cap.m e povoadores de Piracicaba me representam q. p a melhor commodidade, e augmento daquela Freg.a dezeção mudarla p.a a p.te daquem do Rio e cuja margem da p.te dalem, se acha prezentem. te situada e me figurão ser a paragem q. intenção m.to excelente e commoda p.a a mais extensa povoação; terra de boa ligadura p.a edifícios com a mesma utilidade do Rio e sem o perigo de o passar e animados com a prez.a do seo Pastor q. anciozam.te anhelavão, movem a êste a q. me dirija a carta q. incluza nesta ponho na respeitável prez. a de V. Ex.a.»

– «Eu estou prompto p.a partir a qualquer hora p.a condesender em tudo com os desejos delles e esforçar me q.to me for possível p. a o estabelecimento da dita Freg.a porem como nada devo obrar sem determinação de V. Ex. a e o principal ponto de m. a vista hé seguir em tudo a sua vontade, porq. neste encontro todo o acerto, procuro as ordens de V. Exa. q. D.s.g.e p. r dilatados annos como nos hé mister.»

– Não conseguimos encontrar ainda o documento inicial que traga a representação dos moradores de Piracicaba, no tocante à mudança da povoação. Referimo-nos à carta mencionada acima, que o capitão-mor incluiu na sua representação ao capitão-general. Pensamos mesmo que Antonio Correia Barbosa e possível comitiva tenham ido pessoalmente a Itu para êsse fim. Do pedido verbal – suposição – tenha-se originado a carta em aprêço.

– Esclarece a Memória, (documento histórico que mais adiante se verá): «Animado o povo com a presença de tão edificante e zeloso Pastor, (frei Tomé de Jesus), e conhecendo que o terreno em que estava situada a sua Matriz não era sufficiente para a sua extensa Povoação, intentou transportar esta para a parte daquem do dito Rio logo abaixo do salto, sitio alegre, alto, plano e não distante das agoas...»

12 DE JUNHO – O govêrno da Capitania solicita informações circunstanciadas do capitão-mor de Itu, com referência aos moradores da freguesia de Piracicaba, que desejavam fôsse a povoação transferida

para a margem esquerda do rio Piracicaba. Não conseguimos localizar este documento. A informação foi tirada de uma carta do próprio capitão-mor de Itu. É interessante frisar a presteza da resposta, quando se sabe que, na época, o correio se processava a lombo de burro.

– Três eram os lugares que apresentavam possibilidade de transferência da povoação: «...o lugar contíguo a Barra do Rio Piracicaba no Tietê pouco abaixo da do Rio Sarapuy», «e do lugar da p.te daq.m do Tietê abaixo da Barra ao Sarapuy, e Sorocaba juntam.te que unidos entrão acima do dito Piracicaba» e a parte fronteira à primitiva povoação. Como se sabe, esta paragem foi a escolhida.

20 DE JUNHO – Primeiro assentamento de batizado assinado por Frei Tomé de Jesus, que foi o segundo pároco de nossa terra. Os documentos oficiais dão a data de 23 de maio como aquela de sua posse no cargo, que esteve vago por quase dez anos. A criança registrada foi Ana, filha de Pedro Ferraz e de sua mulher Gertrudes de Almeida.

21 DE JUNHO – Vicente da Costa Taques Goes e Aranha determina, por carta, a Antonio Correia Barbosa lhe informasse «qual seja o terreno aonde mais bem se possa fundar, (transferir), a Povoação de Piracicaba», cujos moradores intentavam a mudança. Note-se mais uma vez a presteza das resoluções em tórno do assunto.

– «...ou se junto a Barra do Rio Piracicaba no Tietê pouco abaixo do R. o Sarapuy p. a desta situação se aproveitarem da Comoda navegação de todos três, ou se da p.te dalem do Tietê abx.o da d.ta Barra do Sarapuy e Sorocaba juntam.te q. unidos entrão acima do dito Piracicaba, e ultim.te se da d. ta Barra deste da p. te dalem do Tietê haverá, ou se poderá fazer facil algua Comunicação p.r picada p.a as Campinas (Araraquara).»

22 DE JUNHO – Atendendo à solicitação do capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Gois e Aranha, Antonio Correia Barbosa, povoador de Piracicaba, presta, por carta, as informações pedidas. No tocante à mudança da povoação de Piracicaba da margem direita do rio Piracicaba para outro lugar melhor, como era desejo dos moradores locais.

– «O terreno da barra do Rio Piracicaba, pouco a baixo do Rio Sarapuy, não hé lugar suficiente p.a nelle se estabelecer a nova Povoação, ou mudarce a antiga de Piracicaba porq. hé cheyo de Pantanos, e a terra esteril p.a plantações, e pouco saudável por sugeita a maleytas; por cujo motivo já o G.al Luiz não fundou nesse lugar a Povoação q. quis fazer.»

– «... onde se pode modar, temos total conhecim.to de q. hé muy sadio, e fertil p.a o da qualid.e de plantas, e acho que. V. M.ce aprovará m.to o lugar q. temos escolhido p.a modarmos a Povoação por ser junto

do Salto de Piracicaba, paragem alta, alegre e saudavel. e m.to perto da Povoação q. prezentem.te se acha de sorte q. avendo mudansa não perdem os moradores os seos sitios».

– Observe-se, mais uma vez, a precipitação célere dos acontecimentos. Antonio Correia Barbosa respondeu no dia seguinte. Estava em Itu, como prova sua carta, talvez à espera de melhores novas. Excelente conhecedor do assunto, respondeu praticamente de oitiva: «Tambem acho muy dificitosa a commonicação por picada da Barra do Rio Piracicaba p.a as campanhas da Araraquara por ficar em meyo o dito Morro, cuja pasage hé muy dificultosa.»

25 DE JUNHO – Com dados indispensáveis em mãos, o capitão-mor de Itu subscrita detalhada exposição ao capitão-general de São Paulo, sôbre a pretenção dos piracicabanos, no tocante à mudança da povoação. Dos três lugares «papáveis», prevaleceu o que até hoje perdura.

– «...acho q. a paragem melhor pa. a fundação, (transferência), desta hé a que o mesmo R. Vigario, Cap. Pov. e povoadores tem elegido fronteiro, e mto. vezinho a actual Povoação», «pr. ser mto. alegre, sadio, fertil de caça e pescaria, livre de giadas, e excellente pa. a cultura de Cana, algodão e as demais plantações», «e distante 13 ou 14 legoas desta Va, (Itu).»

– «... aqllle. terreno hé melhor tranzito, q. temos pa. as Campinas de Araraquara», «hé de grande facilidade e nenhum incommodo q. tem aqllles, moradores em a mudança da Povoação pa. o dito lugar, pois lhes servem os mesmos sitios em que habitão e a condução que for perciza hé mto. facil, pr. ser pa. mto. perto», «pa. servir de escala aos commerciantes de Cuiaba», «pa. esta Povoação communicarse», «com a vasta Campanha q. segue de Sorocaba pa. Iguatemy», «e a dta. Povoação pode no futuro servir de parochia aos habitantes» de tôdas as fazendas.

– «Do terreno da Barra do Piracicaba diz o Cap. Barbosa ser pantanoso, esteril e sujeito a maleitas ...» Êste local é o mesmo designado em 1767 pelo capitão-general da Capitania de São Paulo para que nêle fôsse fundada a povoação de Piracicaba. O povoador, porém, preferiu um sítio mais próximo do Salto, que já contava com moradores. Dezesseis anos mais tarde, a preterição ainda foi a favor do terreno onde se acha plantada a cidade de Piracicaba.

7 DE JULHO – Ordem de Francisco da Cunha Menezes, capitão-general de São Paulo, a Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, capitão-mor de Itu, determinando-lhe presidisse à mudança da Povoação de Piracicaba da margem direita do rio para a margem esquerda, atendendo, assim, à petição dos piracicabanos, com o povoador à frente.

– «Ordeno a Vmce., que com o Capitão Antonio Correia Barbosa Povoador della a possam mudar de onde se acha e situa-la na referida paragem da parte de cá do Rio Piracicaba logo abaixo do salto ou em todo o intervallo dêste athé defronte da Barra do Ribeirão Corumbatahy, aonde melhor terreno houver para a situação...»

22 DE JULHO – Chegam à povoação de Piracicaba Vicente da Gosta Taques Gois e Aranha, capitão-mor de Itu, capitão João Fernandes da Costa e Miguel Francisco Pais Soares, mestre entalhador, a fim de ultimarem em providências para a mudança da povoação da margem direita para a margem esquerda do Piracicaba.

30 DE JULHO – Memória redigida à mudança da Povoação de Piracicaba da margem direita para a esquerda do rio Piracicaba, na qual vêm resumidos os principais acontecimentos da povoação, contando-se entre as assinaturas as de Antonio Correia Barbosa, povoador, frei Tomé de Jesus, vigário da Freguesia e Vicente da Costa Taques Gois e Aranha, capitão-mor de Itu.

– Essa «Memória», de fundo histórico concludente, assevera que Piracicaba foi erigida em freguesia não em 1770, nem 1810, como querem uns e outros historiadores, mas em 1774, como demonstra Mário Neme. Diz êsse documento, entre outras coisas: «... constituiu a Freguezia separada da de Itu» e o padre João Miguel da Silva tomou posse da igreja no dia 21 de junho de 1774. As povoações só recebiam pároco quando elevadas à condição de freguesia.

– «A Povoação de Piracicaba tem este nome do rio denominado Piracicaba que rega o seo terreno e Piracicaba hé nome gentílico que no idioma portugues significa peixe que chega ou lugar aonde chega o peixe»; «Hé de agradavel vista, de boa navegação, mui saudavel e o seo terrêno alegre, fertil, cheio de salsaparrilha, excelente para todo o genero de cultura».

– Antes, porém, os visitantes, em companhia do capitão-povoador, seus oficiais e maior parte do povo, percorreram o terreno apontado e tiveram concordância unânime. Concordou, também o reverendo pároco com a transferência e, estando o terreno coberto de matas, foi limpo e preparou-se de mão comum para o delineamento da povoação.

– Não se sabe por que graça, Santo Antonio tomou o lugar de padroeiro da cidade, em substituição a Nossa Senhora dos Prazeres, imposta por D. Luiz Antonio de Souza Botelho de Mourão, Morgado de Mateus, formando-se, então, a lenda de que a imagem da Santa fora levada, rio-abaxo, pela noite alta, por quatro anjinhos ...

– Conclue-se, isso sim, que Antonio Correia Barbosa não olhava com bons olhos o fato de a freguesia ter como padroeira uma santa. Preferiu um santo – o santo de seu nome. Daí, então, o sumiço da imagem de Nossa Senhora dos Prazeres e a lenda veiculada dos quatro anjinhos de que se falou no quadrinho anterior.

31 DE JULHO – Ata da mudança da Povoação de Piracicaba da margem direita para a margem esquerda do rio Piracicaba, assinada por grande número de pessoas, entre as quais se contam Frei Tomé de Jesus, vigário da freguesia, Antonio Correia Barbosa, capitão-povoador e Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, Capitão-mor, de Itu.

– «No dia sábadó trinta e um de julho de 1784, congregaram-se na igreja matriz o capitão-mor e o capitão-povoador, Oficiais, o mestre entalhador e armador e povo; e depois de assistirem ao santo sacrifício da missa e implorarem a graça do Espírito Santo por intercessão da soberana imperatriz do céu e da terra, a sempre Virgem Maria Nossa Senhora, e receberem a benção do santo padroeiro desta povoação, foram com o reverendo pároco ao lugar destinado para...

– ...sua mudança e estabelecimento e sendo aí delineou o mestre entalhador e armador a beneplacito de todos um páteo com quarenta e seis braças em quadra, seguindo de norte a sul e de leste a oeste, para edificar-se a igreja matriz em qualquer parte delle, que o Exmo. bispo diocesano ou seu delegado fosse servido cosignar e delineou mais aos lados do referido pateo duas ruas direitas do sul ao norte e duas travessas de oeste a leste com cinco braças ...

– ...de latitude com cinquenta de longitude, plano suficiente para edificarem duas moradas não só os atuais habitantes, mas ainda muitos vindouros, terminando parte do sul terra a dentro, e do norte ribeirinho, de que para memória a posteridade fez o dito capitão-mor êste termo que assinou com o reverendo paroco, capitão-povoador, oficiais, mestre entalhador e armador e povo aos dois dias do mês de agôsto do mesmo ano.»

– A missa de que fala a ata se deu ainda, como não podia deixar de ser, na capela da margem direita do rio. Como se vê pelos «quadrinhos» do ano de 1787, a nova capela, ou igreja matriz, nas novas instalações da vila, levou alguns anos para ser levantada.

– De uma carta do capitão-mor João José da Silva, datada de 17 de maio de 1824, destacamos o seguinte, com referência a Antonio Correia Barbosa, quando da mudança da povoação de uma para outra margem do rio: «Depois de ter dado êste princípio, (fundação), comprou na margem esquerda meia legoa de terra em quadra, ou o que na

verdade foi de 200\$000, do que o vendedor Felipe Cardoso lhe passou escriptura com quitas, e pagas, e fez entrega destas terras aos povoadores, para nelas se instabelecerem a Povoação.» Assim, todo o vasto terreno da povoação transferida pertenceu ao capitão-povoador.

2 DE AGÔSTO – Termina o serviço de delineamento da povoação de Piracicaba. O terreno em que se delineou e estabeleceu a povoação foi doado para êsse fim pelo capitão povoador Antonio Correia Barbosa, e abrangia as terras desde a barra do Itapeva, pouco acima do Salto, até sua cabeceira e daí a rumo até a barranca do rio Piracicaba, como historia Silveira Mello.

– De tal delineamento, começado a 31 de julho do ano presente, se lavrou um termo, que foi assinado por, entre outros, Vicente da Costa Taques Coes e Aranha, Antonio Correia Barbosa, frei Tome de Jesus, Miguel Francisco Pais Soares, Antonio Marques Barbosa e outros.

3 DE AGÔSTO – Nasce em São Paulo o padre Diogo Antonio Feijó, que pertenceu à Regência Trina. Tomou parte na revolução de 1842. Faleceu em São Paulo mesmo a 10 de novembro de 1843. Piracicaba tem uma rua com o nome de «Regente Feijó», em memória dessa veneranda figura.

6 DE AGÔSTO – Carta de Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, capitão-mor de Itu, ao capitão-general da Capitania de São Paulo, com referência à mudança da povoação de Piracicaba, determinada pelo governador, que atendeu a pedido de moradores locais.

23 DE AGÔSTO – Outra carta do capitão-mor de Itu ao governador da Capitania de São Paulo, com relação à mudança da povoação de Piracicaba e afirmando se achar pronto bom número de povoadores, para dar início a novo agrupamento.

– O signatário era de opinião que os povoadores fôsem, entretanto, beneficiados com roças de milho e feijão, roças antecipadas, bem como canoas, ferramentas e munições, a fim de que a vida, na nova povoação, lhes fôsse propícia.

– Achava também, a autoridade ituana, que o lugar melhor para o caso seria o sítio Potunduba, «oito dias distante do Porto de Ararayat.a.», não só pelos Sacramentos, «mas tão bem p.r ser mais prompta escala aos q. vem de Cuyaba» e «dos campos do Araraquara.»

– «... no cazo de, V. Ex. a resolva erigir alli hua nova Povoação vinte e sette casaes e duas viuvas, q. com suas famílias são cento e trinta almas. Mayor numero de pessoas se me havia de offerecer p.a o mesmo intuito se m.tos não persuadissem de q. o destino hé mui diferente daquelle p.a q. os conservo.»

26 DE AGÔSTO – Carta de frei Tomé de Jesus ao capitão-mor de Itu, dando conta do péssimo estado em que se encontrava a igreja local, ainda na margem direita do rio, estando a povoação já instalada na margem oposta. Falava também da urgente necessidade da construção da nova igreja, no lugar já escolhido e demarcado.

– «O Lugar da Igreja, já esta feito», «razão porq.e hé, primeiramente pello risco de vida passar o rio com cargas trabalhos, de canoas, e com perca, sem necessid.e algua, pois o hé bem para esta povoação, dessa Villa vem; e se essa povoação estivesse meia legoa mais p.te do Sertão; já tinha algua desculpa; porem onde está, não tem necessid.e nehua p.a passar o rio com trabalho de canoa, e com risco de perder as cargas, e a vida q.do o Rio está cheio ...»

– «A Igreja já cahio uma parede», «pois a terra é areienta e está abeira do rio e tem lagos junto della, q.do has enchentes; e por isso venha, p.a se dar principio ao menos a capella mor p.a se dizer Missas enq.to o tempo hé conveniente, pois pode cair a parede da Igreja, e Vmce. fazer cabos p.a as quadras...» E termina a carta: «Remetto a VMce esse coro de anta para meo primo Cândido Xavier que me mandou pedir com empenho...»

30 DE AGÔSTO – A Secretaria da Capitania responde a Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, capitão-mor de Itu, sôbre assunto que diz respeito à mudança da povoação de Piracicaba, de uma para outra margem do rio Piracicaba.

26 DE DEZEMBRO – Manuel José Velho obtem carta de sesmaria sôbre «três legoas de campos adiante da povoação de Piracicaba, dstricto da Villa de Itu, que confrontam com a serra de Araraquara e com os matos que abeiram o rio da dita Povoação.

– O mesmo obtem uma segunda carta de sesmaria sôbre «três legoas de terras em quadra para aquem do rio Piracicaba, em distancia de tres quartos de legoa pouco mais ou menos e à esquerda da estrada que vai para a povoação, em direção de legoa e meia mais ou mesmos.

– 1785 –

8 DE JANEIRO – Carta do capitão-mor de Itu ao capitão-general de São Paulo, Francisco da Cunha Menezes, expondo as divergências havidas entre o capitão-povoador de Piracicaba e o vigário da freguesia, frei Tomé de Jesus, em consequência das quais o pároco estava propenso a abandonar seu pôsto. E a história se repetia.

– Nessa carta há um retrato expressivo: «...figuro na resp.el prez.a de V. Ex.a hum Indio de qual.er. Aldeya; porem branco de origem; m.to forte, duro, animozo, agradavel, agil p.a caça, e pescaria

totalm.te desgovernado, inutil p.a si, e p.a os seos, sem regra, sem palavra, e inhabil p.a qual.r instruccões, e reforma, êste hé o Cap.m Ant.o Correa Barboza.»

– Como acontecera com o primeiro pároco da freguesia de Piracicaba, Padre João Manoel da Silva, o segundo, como se vê, também se rebelou contra a prepotência do capitão-povoador. Antonio Correia Barbosa não era mesmo de brincadeiras...

30 DE DEZEMBRO – Carta de sesmaria passada a Carlos Bartolomeu de Arruda, da Vila de Itu, sôbre «terras em campos de Araraquara», partindo com as sesmarias do dr. José Ignacio Ribeiro Ferreira da parte Norte entre o rio do Pinhal e uma serra coberta de mato com seus descavados.»

– Peja primeira vez, na nossa história, aparece o nome de Carlos Bartolomeu de Arruda – uma das figuras mais sugestivas dos anais da cidade. Muitos são os ângulos nos quais se pode estudar a figura do celebrizado sargento-mor. A carta de sesmaria não menciona Piracicaba, mas Araraquara, na época, estava nos domínios, territoriais de nosso município.

– 1786 –

30 DE MARÇO – Manoel Martins dos Santos Rêgo, cirurgiãomor do Regimento dos Voluntários Reais de São Paulo, vende por Rs. 30\$963 ao ituano capitão Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, conhecido na história de Piracicaba, três legoas em quadra de terras de sesmarias; dessas terras compreendem os atuais municípios de São Carlos, Rio Claro, Araraquara e Descalvado, todos desmembrados das terras de Piracicaba.

15 DE ABRIL – Manoel Pinto Ferraz, da Vila de Itu, obtem carta de sesmaria sôbre «terras nos campos de Araraquara, que parte de uma parte com a sesmaria do capitão Antonio Correia Barbosa e que das sobras das ditas sesmarias três legoas de testada com três de sertão livres de lagoas, pântanos e sopais».

4 DE MAIO – Deixa a Capitania de São Paulo o capitão-general Francisco da Cunha Menezes, a quem Piracicaba ficou devendo o fato de mudar-se da margem direita para a margem esquerda do rio Piracicaba.

24 DE SETEMBRO – O coadjuntor, padre José Correia de Oliveira, faz o primeiro assentamento de batismo, no livro competente, que há na Cúria Diocesana. Foi batisado o menino Manuel, filho de Manuel José e de sua mulher Ana Gonçalves. Êsse prelado não faz parte dos vigários de Piracicaba.

18 DE OUTUBRO – Despacho do capitão-general de São Paulo, Frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, à representação dos mo-

radores da Povoação de Piracicaba, contra os desmandos do Povoador, Antonio Correia Barbosa, ordenando ao capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, averiguasse a veracidade do fato.

– A representação não tem data, mas contém tópicos de valor histórico notável. «Dizem os moradores da povoação de Piracicaba, termo da Villa de Itu, que sendo aquella povoação principiada a vinte annos com pouca differença», mandaram-se «para povoadores daquelle continente individuos da infima plebe como são mulatos, índios, bastardos, e aquelles que por sua má conducta se faziam inuteis nos lugares da sua antiga residência.»

– «...proveo a Antonio Correia Barbosa em Capitão Director della, o qual foi governando aquelles novos povoadores, não como taes, mas sim como seus escravos, ou pello menos seus administrados occupando-os mais no seu particular servisso, que no adiantamento da nova povoaçam, estabelecimento dos ditos moradores.»

– A representação continua nesse ritmo de queixas, parando, especialmente, no que se refere à falta de padre na povoação, de padre que atenda aos misteres da religião. Historiava o caso dos vigários que estiveram na povoação e se viram obrigados a abandoná-la, em virtude dos desmandos de Correia Barbosa, «na certeza de que em quanto governar aquelle Cap.m Director nunca será a dita povoação util, nem terá adiantamento».

29 DE NOVEMBRO – Informações prestadas pelo capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, ao capitão-general de São Paulo, frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, referentes às divergências havidas entre o povoador, Antonio Correia Barbosa e o vigário, frei Tomé de Jesus.

– O informante não teve meias medidas: «Hé certo que, esquecendo-se o referido Cap.m Diretor daquellas deliberações, e abuzando do seu poder não regeu aquelles como povoadores e libertos, mas como os escravos, castigando-os com açoute e a pau.» O padre não podendo se conformar com estes fatos, retirou-se da povoação.»

– As informações continuam incisivas contra o povoador: «...aquella Povoação erecta para o bem do Estado nenhum augmento temtido por causa dêste Capitão.» «Está aquella Povoação constituída hum couto dos mayores insultos. A minha voz não se ouve, as minhas providencias não se executam.» «... chegam a blasfemar que o referido Capitão ha de ir ao Inferno montado em mim – elle pellos insultos que commete, e eu por não dar a ultima providencia.»

– Terminam as informações em um «Memorial», resumindo cinco as razões de atraso da povoação de Piracicaba: 1.º – Ter como povoador-diretor a Antonio Correia Barbosa; 2.º – Ter estado quase sempre sem seu pároco; 3.º – Receber a todos quantos trabalhem pelo progresso da povoação; 4.º – Ter assistência, «para poderem fundar suas vivendas e cultivar aquelle sertão;» 5.º – «Que a dita Povoassão é a melhor que pode aver nesta Capitania», dependendo de seus dirigentes.

– E mais êste final, digno de aprêço: «... e pode ser que tendo augmento esta Povoassão se poça descobrir o ouro que consta das tradissoens antigas, alem das Fazendas que se podem fundar nos Campos de Araraquara, e paga Dizimos e quintos a S. Mag.e».

8 DE DEZEMBRO – «Aos oito de Dezembro de mil, e sete centos, oitenta e seis annos, nesta Povoação de Piracicaba, baptizei, e puz os Santos oleos a Isabel innocente, filha de Alexandre de Almeida, e de Francisca de Paula; forão Padrinhos o Cap.am Ant.o Correia Barboza por Procurador do Cap.am Joaquim de Meira, casado, e D. Maria Luzia de Campos, casada, do que p. a constar fiz este assento. O Conego João Ferr.a de Oliveira B.no.»

– Como se nota, deixou de figurar a expressão «freguezia» no livro de assentamentos de batisados, existente na Curia Diocesana, para assinalar «povoação». Talvez se justifique o fato, pois o prelado que assina o assentamento não faz parte dos párocos de nossa terra. Possivelmente, como o cargo de vigário estivesse vago, viera de fora, a fim de exercer seu piedoso ministério.

– 1787 –

14 DE FEVEREIRO – O capitão-general da Província de São Paulo determina ao capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, que apresente três nomes de pessoas idôneas, para uma delas ser escolhida para o cargo de diretor da povoação de Piracicaba, «em lugar do Cap. m Antonio Correia Barbosa q.o exercia, e foi ezento por moléstia».

– Ao que se deduz dos documentos, Antonio Correia Barbosa, tendo obtido carta de sesmaria na região de Mogi-Mirim, para lá se mudou, abandonando – parece – a freguesia de Piracicaba. Afirma-se, que sua morte se deu em 1791, não se sabendo ao certo onde. Conclui-se que foi na localidade acima nomeada.

11 DE JUNHO – Têrmo passado em São Paulo, pelo escrivão C. Vianna de Campos Bicudo, no Cartório da Comarca Episcopal, autorizando os moradores da Freguesia de Piracicaba a erigirem a nova igreja da localidade, por efeito da mudança positivada em 1784, da margem

direita para a esquerda do rio Piracicaba, no ponto a ser designado pelas autoridades eclesiásticas.

– O despacho de rigor está assim redigido: «D. P. e nomeam os ao Vigário da Vara de Itu para ir assignalar o lugar da Igreja. Bispo de S. Paulo.»

– Tal despacho foi em consequência de uma representação dos habitantes da Freguezia de Santo Antonio de Piracicaba, sem data, existente no arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, historiando a transferência da sede da freguezia de uma para outra margem do nosso rio, em resultado do que ficaram sem templo no local da recente mudança.

– «...porque a primeira e principal obra hé a Igreja Matriz, a qual os supplicantes querem agora dar principio e o não podem fazer sem Provisão de V. Excia. Rma. P. a V. Excia. Rma. se digne mandar providam para edificar-se a referida Igreja onde o Rdo. Parocho consignar ou aquelle a quem V. Excia. for servido commeter e esclarecer».

– Certo. A velha igreja ficara lá na margem direita. Quem quisesse assistir missa ou participar de qualquer ato religioso, que demandasse o templo, tinha que atravessar o rio, o que não deixava de oferecer algum perigo. Imagine-se o pitoresco de um casamento, na época, de canoa, desafiando as águas do rio Piracicaba...

1.º DE JULHO – Batisando o menino João, filho de Antonio Rodrigues e de sua mulher Catarina da Silva dos Santos, frei Tomé de Jesus volta a assinar os registros de batismo do livro competente, que existe na Cúria Diocesana. É que o bom capuchinho viera tentar novamente melhor política de vida com o capitão-povoador. Inutilmente.

– 1788 –

7 DE MAIO – Êste foi, realmente, o derradeiro assentamento de batismo feito pelo frei Tomé de Jesus, ao deixar para sempre nossa terra. Foi registrada a menina Maria, filha de José Rodrigues e de sua esposa Maria da Candelaria.

15 DE JULHO – Deixa o cargo de vigário da Freguesia de Piracicaba, pela terceira vez e definitivamente, frei Tomé de Jesus, visto não se ter encontrado solução satisfatória nas divergências havidas entre o mesmo e o capitão-povoador, Antonio Correia Barbosa.

– Conclue-se por êsse documento que Correia Barbosa, apesar de haver sido isento por moléstia a 14 de fevereiro de 1787, ainda continuava em Piracicaba, exercendo seu cargo de capitão-povoador.

20 DE JULHO – Carta de sesmaria passada a Martim de Melo Taques, de Itu, sôbre uns campos que se acham no contorno da freguesia de Piracicaba, confinando com os campos dá sesmaria do capitão-

mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, assim mais uma legoa de matas de testada e outra de sertão.

– 1790 –

13 DE DEZEMBRO – Carta de Bernardo José de Lorena, capitão-general de São Paulo, a Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, capitão-mor de Itu, procurando fomentar a agricultura da povoação de Piracicaba, cujo progresso era sensível.

– Nessa carta há um trecho em que recomenda que a «cultura das terras», compreende a freguesia de Pirassicaba, o que m. to lhe recomendei, talvez q. havendo falta de terras em Araraytaguaba seja util mandar p. a Pirassicaba os q. não tiverem onde trabalhar.»

– 1791 –

4 DE MARÇO – Nasce em Itu, falecendo na Capital em 1876, o capitão Antonio Pais de Barros, Barão de Piracicaba. Foi deputado provincial, fundou a cidade de Rio Claro e muito contribuiu para a fundação e organização da Companhia Ituana, (hoje Sorocabana). Não conseguimos descobrir a razão da denominação de seu título.

27 DE SETEMBRO – Em carta ao govêrno da Capitania, o capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, expõe a miserável situação da Freguezia de Piracicaba: «Faço presente a .V. Ex.a que propondo-me eu nesta ocasião com o mayor esforço p.a augmento, da quase extincta Freguezia de Piracicaba.» É que a povoação se encontrava abandonada em virtude da mudança do povoador Antonio Correia Barbosa para Mogi-Mirim.

– Nessa mesma carta o capitão-mor de Itu propõe o nome de Francisco Franco da Rocha para capitão-comandante de Piracicaba, bem como para alferes das Ordenanças a Antonio Garcia Pinheiro. Eram estas as medidas iniciais que Goes e Aranha achava prudente para o reerguimento da freguezia de Piracicaba que intentava realizar.

– Como se nota, apesar dos pesares, a importância da freguesia se assentua, até nas falas das autoridades. O capitão-comandante seria uma espécie de prefeito de nossos dias, com funções também legislativas, e o alferes das Ordenanças, milícia correspondendo, mais ou menos, à atual Fôrça Pública, teria a si a parte da polícia.

– Ainda nessa carta há a afirmação de que Francisco Franco da Rocha seguira «a oito dias p. a Piracicaba a ver seo povo receber os novos povoadores e destinar-lhes lugares p. a seos estabelecimtos e plantaçoens, e providenciar tudo q.to parece conven.te à aqu.la Freg.a».

6 DE OUTUBRO – Ofício de Bernardo José de Lorena, capitão-general de São Paulo à Câmara de Itu, solicitando a indicação de três pessoas capazes e beneméritas para, dentre elas, ser escolhida uma, a fim de ser nomeada para o posto de capitão das ordenanças da povoação de Piracicaba, vago com o falecimento de Antonio Correia Barbosa.

– Por êsse documento, sabe-se da morte do povoador de Piracicaba, Antonio Correia Barbosa. Infelizmente, até hoje não se conseguiu saber a data exata do falecimento, nem se tal se deu em nossa terra ou em Mogi-Mirim para onde se mudara, ou Itu, sua terra natal, ou onde o corpo foi enterrado.

19 DE OUTUBRO – Os camaristas de Vila de Itu forneciam, por ofício, à Presidência da Província três nomes «papáveis» para o posto de capitão-mor da Freguezia de Piracicaba, vago com a morte de Antonio Correia Barbosa. Êsses nomes eram: Francisco Franco da Rocha, (escolhido), João Vaz Pinto e Vitto Antonio de Arruda.

– 1792 –

27 DE MARÇO – Pitoresca carta, assinada por Antonio Coelho da Silva e outros, antigos moradores de «piracicava», afirmando que conheciam, há mais de vinte anos, o povoador Inácio da Silva, arranchado na paragem chamada Taquaral, onde foi posto pelo povoador Antonio Correia Barbosa e ali se tem conservado, «sem contradição de povoador algum.»

14 DE JUNHO – Carta-patente, passada a Carlos Bartolomeu de Arruda, no posto de sargento-mor reformado das Ordenanças da Vila de Itu, de que era capitão-mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha. Carlos Bartolomeu de Arruda foi figura de grande relevo na história de Piracicaba,

12 DE SETEMBRO – Interessante «carta de mão», (espécie de escritura de compromisso), que Inácio da Silva e sua mulher, Lionarda Maria passaram a favor de Inácio de Almeida Lara, referente à compra de um sítio, na paragem chamada Taquaral, sítio êsse que lhes foi dado pelo povoador Antonio Correia Barbosa, a fim de o povoarem. A venda foi efetuada por «disaceiz mil rez» e, como os vendedores não saibam ler, nem escrever, se comprometiam a uma escritura definitiva em época oportuna.

– 1793 –

20 DE FEVEREIRO – O governador da Capitania de São Paulo escrevia à Câmara de Itu, pedindo a indicação de três pessoas para uma delas ocupar o posto de Capitão das Ordenanças do bairro de Petrebupyra, «vago pela promoção de Carlos Bartolomeu de Arruda»,

que, ao que parece, viera para a Povoação de Piracicaba, no cargo de comandante.

– 1794 –

4 DE AGOSTO – Carta do secretário da Província ao capitão-mor da Vila de Itu, mandando recolher na povoação de Piracicaba as mulatas Ana e Bernarda, «recomendando ao Comd. e della aly as conserve sem jamais lhes facilitar meyo a algum de q. possão, ainda por ocasião de fuga, voltar a esta cidade». (S. Paulo).

10 DE SETEMBRO – Falece em Itu, onde também nascera em 1734, o padre Angelo Paes de Almeida. Em 1770, por determinação do Governador da Capitania, na qualidade de capelão da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, veio para Piracicaba. Por mais de dois anos esteve o padre Angelo no seu trabalho missionário, não só em Piracicaba como nos arredores do lugar, habitado por tribos ferozes. Foi o primeiro padre a rezar missa em nossa terra.

– 1795 –

21 DE MARÇO – Carta de sesmaria passada a Modesto Antonio Coelho Neto, sôbre «uma sorte de terras do districto da Vila de Itu, caminhando para a Povoação de Piracicaba, com duas legoas de testada e duas legoas de sertão na parte de lá do ribeirão Capivari-mirim.»

23 DE MARÇO – Carta de sesmaria, passada a favor de Luiz Teixeira de Toledo, de Vila de Itu, sôbre «uma sorte de terra, no caminho para a povoação de Piracicaba, com duas legoas de testada e duas de sertão da parte de lá do ribeirão Capivari-Mirim.»

2 DE MAIO – A Câmara de Itu deferiu um requerimento do sargento-mar Carlos Bartolomeu de Arruda, no qual pedia ampliação da sesmaria que possuía na povoação de Piracicaba, igual pedido fazendo em proveito dos vizinhos Alexandre de Almeida e José Roiz.

13 DE MAIO – O procurador da Coroa e recebedor da Fazenda, Miguel Carlos Ayres de Carvalho, consultado a respeito, também foi favorável à pretensão de Carlos Bartolomeu de Arruda e seus vizinhos.

15 DE JUNHO – Carlos Bartolomeu de Arruda, da Vila de Itu, obtem carta de sesmaria sôbre uma légua de terras de testada e meia de sertão, na povoação de Piracicaba, tendo princípio na barra do córrego chamado Itapeva, correndo pelo rio de Piracicaba acima até completar a légua.

– Tal sesmaria começava, a bem dizer, na margem esquerda do rio Piracicaba, apanhando a parte alta da cidade, acima do córrego Itapeva), hoje Avenida Armando Sales de Oliveira, passando além do en-

contro com a avenida Independência. Muita dor de cabeça deram essas terras à Câmara de vereadores de nossa cidade.

– 1796 –

7 DE FEVEREIRO – Nasce na Bahia o dr. José da Costa Carvalho, marquês de Montealegre. Foi, entre outros postos de representação, presidente da Província de São Paulo, com atuação de destaque, mormente durante a revolução de 1842. Foi também um dos proprietários do Engenho de Monte Alegre, dêste Município e, ao que parece, quem lhe adjudicou o nome. Faleceu em São Paulo a 18 de setembro de 1860.

12 DE NOVEMBRO – A rainha D. Maria I concedeu, por carta régia, a Teobaldo da Fonseca e Souza, sargento-mor agregado das Ordenanças da Vila de Jundiá, o uso de armas e braços, que êle considerava como privilégio da família. Teobaldo foi figura de projeção na história de Piracicaba, mormente na celebrizada questão das «terras patrimoniais». Foi um dos «homens ruins» dos anais de nossa terra.

– 1797 –

1 DE ABRIL – Inácio de Almeida Lara e outros, moradores da povoação de Piracicaba, têrmo da Vila de Itu, na estrada que vai para a mesma povoação, obtêm carta de sesmaria sôbre «quatro legoas de terras em quadra.»

17 DE ABRIL – Carta de sesmaria passada a favor de José Goes sôbre «uma legoa de terras em quadra ao pé da povoação de Piracicaba, principiando a respectiva medição na barra de um ribeirão chamado Bernardo e que faz barra no rio Piracicaba.»

28 DE JUNHO – Carta do general Bernardo José de Lorena, governador da Capitania de São Paulo, para D. Rodrigues de Souza Coutinho; secretário de Estado, dando conta dos diversos setores de sua administração. Nessa carta, há referência «da nova Povoação de Piracicaba». de onde «sahe presentem.te m.to assucar».

4 DE OUTUBRO – A uma representação do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, solicitando ao govêrno da Capitania uma «Atestação», foi dado êste despacho: «Responda a Camara, (de Itu), informando-me sôbre estes artigos em Carta fechada». Com a rubrica do ex-capitão-general Bernardo José Lorena. Idêntico pedido de informação foi feito ao capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha.

– Nessa «atestação», o govêrno da Capitania deveria, entre outros tópicos, opinar: «Se hé verd.e que o Ex.mo Manoel Xixoro G.or

interino q. foi desta Cap. na mandou hua Portaria sua ao Sup. e encarregando-lhe o Comando da Povoação de Piracicaba, q. dista daquella V. a (Itu) dous dias bouns de viagem, por conhecer q. aquelle estabelec.to hé de utilid.e do estado, além do actual comando em q. estava.»

8 DE OUTUBRO – Francisco Rodrigues de Andrade e outros obtém cartta de sesmaria sôbre «tres legoas de terras na paragem Jacariquara da Povoação de Piracicaba, começando legoa e meia um pouco abaixo de Jacariquara a rumo do Nordeste e outra legoa e meia a rumo do Norte.»

– Ofício expedido pelo secretário da Capitania ao físico João Manço Pereira, apresentando-lhe o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, que iria expor ao cientista «algumas produçoens raras. da Natureza, q. há no Destr.o de Piracicaba, as quaes julga o d.o Sur. dignas de se verem, e examinarem. Se Vm.ce depois de que me sejam ahy os seus experimentos, passar a d.a Povoação e certificar-se do que produz aquelle terreno, cujo exame sendo do gosto de S. Ex. a, não deixaria talvez de ser util ao Estado».

4 DE NOVEMBRO – Por provisão desta data e ordem de 16 do mesmo mês e ano, a hoje cidade de Campinas foi elevada à condição de vila com o nome de São Carlos, em homenagem a uma princeza lusa recém-nascida e ao santo do dia. Nessa época a então vila de São Carlos confinava com a povoação de Piracicaba.

7 DE NOVEMBRO – Numa proposta para oficiais da Ordenança, o capitão-general da Capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, indicava a Sua Majestade Rainha de Portugal, entre outros, o sargento-mor agregado Teobaldo da Fonseca e Souza para tenente-coronel e o tenente de cavalaria da Legião Francisco José Machado para major. Ambos foram figuras de relevo na história de Piracicaba.

– Infelizmente não se sabe de que localidade eram tais patentes. E justificava a indicação quanto ao primeiro: «por ser apto, e inteligente, com posses p. a se tratar com toda a descencia.» E quanto ao segundo: «porque tendo êste official servido com todo zello, honra, e intelligência, não está por hora em razão de molestia q. padece nas pernas em estado de servir nas Cavallarias da Legião.»

16 DE NOVEMBRO – Por ordem régia desta data e provisão de 4 do mês presente e ano, a hoje cidade de Campinas foi elevada à condição de vila com o nome de São Carlos, em homenagem a uma princeza portuguesa recém-nascida e ao santo do dia. Nessa época, como quarenta anos mais tarde, a vila de São Carlos confinava, a com a povoação de Piracicaba, então sujeita a Itu.

22 DE NOVEMBRO – Em carta dirigida a D. Rodrigo de Souza Coutinho, o capitão-general Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, afirmava o desejo de eregir em Freguesias as Povoações do Bananal e de Piracicaba – «lugar com tôdas as disposições para vir a ser huma Povoação florente pela quald.e do seo solo e estar situada no Rio do mesmo nome, que a poucos dias de viagem vai desaguar no Tietê.»

– Essa carta vem trazer mais um pouco de confusão no caso da data da elevação à freguesia de Piracicaba. Azevedo Marques afirma que foi em 1770. Mário Neme prova que foi em 1774. A Comissão de Estatística assevera que foi em 1810. O intuito do governador da Capitania esclarece que em 1797 ainda Piracicaba era uma povoação. A menos que essa autoridade ignorasse a verdadeira situação de nossa terra...

20 DE DEZEMBRO – Carta de Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general de São Paulo, ao bispo de São Paulo D. Mateus de Abreu Pereira, pedindo-lhe insistentemente a indicação de um religioso para o cargo de vigário da Povoação de Piracicaba, que se achava vago.

– Por essa carta, sabe-se que a população do «Destricto de Piracicaba», «segundo as Listas do anno preterito, excedem o numero de 550 pessoas». Dizia mais, entre outras coisas, tal carta: «A pobreza daquelles habitantes lhes não permite no seu estado actual, fazer maior porção q. oitenta mil réis por annos, livres p. a o que allí for administrar-lhes o Passo expiritual.»

22 DE DEZEMBRO – Carta de Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general de São Paulo, ao bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, insistindo no pedido anterior para que fôsse destacado um religioso para o cargo de vigário da povoação de Piracicaba, que se achava vago.

– Carta do bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, ao capitão-general de São Paulo, informando-o de que, para a nomeação de um vigário para a paróquia de Piracicaba, que se achava vaga, era preciso que os interessados lhe dirigissem um abaixo assinado, contendo a solicitação em apêço e mais condições necessárias.

– A Freguezia de Araraitaguaba foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Pôrto Feliz e a câmara recém-empossada, com aquela de Itu, acordaram os limites da nova vila, com assistência do ouvidor-general Caetano Luiz de Barros Monteiro. Por êsse limite, a freguezia de Piracicaba ficou dividida em duas jurisdições, pertencendo parte a Itu e parte a Pôrto Feliz.

– «Do Termo de demarcação de limite» da Vila de Pôrto Feliz: «... e correndo por elle abaixo até fazer barra no rio Capivari, e da dita

barra ao Salto do Rio Piracicaba, digo Piracicaba e descendo por elle abaixo ...» «ficando o limite desta Vila com distancia de duas leguas para o de Itu; Para o de Sorocaba tres leguas, até o Rio Piracicaba dez leguas mais ou menos.»

28 DE DEZEMBRO – Da Vila de Itu, Carlos Bartolomeu de Arruda escrevia ao Governador Capitania, propondo-se para o cargo de capitão-comandante da Freguezia de Piracicaba, «como a Povoação de Piracicaba ficou comprehendida no território da V. a nova de Araray.ba». Pôrto Feliz acabava de passar à Vila, ficando Piracicaba sob dupla jurisdição.

– Os camaristas de Itu prestam informações ao govêrno da Capitania com referênciã a um requerimento do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, no qual êste solicitava tais informações a seu respeito. Bartolomeu de Arruda, depois, se fêz figura de destaque na história de nossa terra.

– 1798 –

8 DE JANEIRO – Segundo uma carta sua, Carlos Bartolomeu de Arruda veio nesta data à freguesia de Piracicaba, a fim de entrar em função no seu cargo de capitão das Ordenanças.

25 DE JANEIRO – Carta de Carlos Bartolomeu de Arruda, sargento-mor da freguesia de Piracicaba, à Secretaria da Capitania, dando conta do seu trabalho infrutífero junto aos moradores da povoação, e acusando, males antigos. Por essa carta se vê que a situação de Piracicaba não era nada boa.

– «... e para êste fim hé ns. desterrar todos os vícios q. foram a cauza de não ter sido fundamento sufficiente», «e como ellas estão com a posse de 30 hom.s malcriados sem coração sem conhecimento da Just. a nam dão obediencia que devem ter, e poriso estão revoltos querendo mudarem para outro Destricto ...»

– Nessa carta fala também de uma «Esquadra de Soldados de Cavallo», «que S. Ex. a mandou crear nesta Povoação»; «cujos componentes não primavam pela disciplina». Na época, Itu, vila com jurisdição sôbre Piracicaba, ficava «dous dias bons de viagem».

1 DE FEVEREIRO – Carta do secretário da Capitania de São Paulo, Luiz Antonio Neves de Carvalho ao sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, Comandante da Povoação de Piracicaba, recomendando-lhe procurasse «commandar a gente desse destricto com toda a prudencia, e rectidão, olhando Som. te para o bem Geral dos moradores, e esquecendo-se de tudo q. forme razoens, com etiquetas particulares.»

– Pelo que se deduz dessa carta ao sargento-mor, Carlos Bartolomeu de Arruda, como comandante de Piracicaba seguia as pegadas

de Antonio Correia Barbosa, seu antecessor, nos processos rigorosos e severos de administração.

3 DE FEVEREIRO – Francisco Franco da Rocha, capitão-comandante da Freguesia de Piracicaba, escrevia à secretaria do govêrno da Capitania: «R.da a Carta de V.ex.a em q. me faz abiso da p.te de ma queix.a p.a q. va apresentar me na sala do govêrno no termo de oito dias o q. como mais prontidão o fazia já senão fora estar doente empedido de poder montar a cabalo o q. fasso asim q. melhore»

– Numa carta dirigida a D. Rodrigo de Souza Coutinho, o capitão-general Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, faz pequena referência a Piracicaba, relativa à idéia de defender Mato Grosso pelos rios Tietê, Piracicaba e Paraná. Sempre presente a antiga picada aberta por Luiz Pedroso de Barros.

– «Eu fico-me preparando com todo disvello para acodir onde for necessário, e pertendo fazer Marchar huma ou duas Companhias p.a a Villa de Itu, e Piracicaba, afim de estarem alli mais proximas a embarcar, e seguir pellos Rios q. descem p.a aquellas fronteiras.»

9 DE FEVEREIRO – Carta de Carlos Bartolomeu de Arruda, sargento-mor da freguesia de Piracicaba, ao secretário do Governo, Luiz Antonio Neves de Carvalho, dando conta da ordem recebida, intimando a Francisco Franco da Rocha, comandante local, para comparecer àquela secretaria, a fim de prestar informações na divergência que envolvia a ambos, relativa a questões administrativas.

– É que o comandante e o sargento-mor, desde o primeiro encontro em Piracicaba, não se viam com bons olhos e determinações de um eram desrespeitadas por outro. Franco da Rocha se encontrava doente na ocasião, sem poder locomover-se. Na mesma carta, Bartolomeu de Arruda, embora pareça incrível, intercedia por êle.

16 DE FEVEREIRO – Tremenda carta que o sargento-mor da freguesia de Piracicaba, Carlos Bartolomeu de Arruda, escreveu a Luiz Antonio Neves de Carvalho, secretário do govêrno da Capitania, contra o capitão José de Goes Botelho, que era o comandante da povoação, fazendo as vêzes de Francisco Franco da Rocha. A linguagem da carta mostra que, também naqueles tempos, já se sabia ferir a fundo.

– «... em termos q. me vejo desanimado» «e com o maior dezejo de sahir fora desta Povoação», «só para me ver livre de semelhante home que o concidero com huma alma danada», «e porigo dez o merecer de V. S. alcance de S. Ex. a precisa exentarme do Comando para que seçem as frequentes representações ...»

3 DE ABRIL – Terceira carta do Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, dirigida ao Bispo da mesma Capitania, D. Mateus Pereira, pedindo insistentemente um padre para a Povoação de Piracicaba. O signatário solicitava, caso não houvesse um sacerdote secular, um religioso licenciado para tal fim.

– «Hé certo que hum Pe. que não conheço me veio dizer a tempos estava nomeado p. a aquella Capellania asseverando-me querer partir antes da Quaresma; e dizendo-lhe eu, q. logo q. estivesse prompto viesse buscar as ordens necessárias p. a o seo. pagam.to e acomodação, nunca mais me apareceo.»

7 DE ABRIL – Carta do capitão-general de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, solicitando, pela terceira vez, a nomeação de um religioso para o cargo de vigário da Povoação de Piracicaba, vago há quase dez anos.

11 DE ABRIL – Carta de Carlos Bartolomeu de Arruda, sargento-mor da freguesia de Piracicaba, ao secretário do govêrno da Capitania, propondo a criação de mais um capitão, dois alferes e um ajudante, para melhor serviço da milícia local, bem como pedindo providências a respeito da carência do sal, que se notava na povoação.

– «...que aquelle pouco q. o m. mo S. a Ex. a mandou dar, mandei vir a minha custa e com prejuizo reparti por elles a med.a por dez a 120 a med. a e não chegou para a metade daquelle Povo e a m.to tempo estão sem elle nesta V. a vendem a 320 e a 270 e p. a acazo chega a 200 rs. alem de carecerem de andar sinco diaz de viagem para o poder comprar e por fim sempre ficão no mesmo estado.»

17 DE ABRIL – Era uma terça-feira. Com alegria de tôda a população da freguesia de Piracicaba, chegou a nossa terra o padre José Francisco Paula, a fim de tomar conta dos serviços religiosos locais. Como se sabe, fazia cerca de dez anos que a povoação estava sem seu guia espiritual.

18 DE ABRIL – Informava Carlos Bartolomeu de Arruda ao secretário da Capitania: «Na 3.a fr. a 17 do corrente chegou a esta Povoação com aplauso e alegria de todo este Povo o nosso Capela, (padre José Francisco de Paula), mandado p.r V. Ex.a de que lhe ficamos summamente obrigadissimos, não só pela necessid.e grave que avia dêste a m.tos anos, como pelo reconhecimento em que ficamos.»

23 DE ABRIL – O livro de registro de batizados, existente na Cúria Diocesana, nesta data, traz à margem esta observação: «Maio 1788 – Abril 1798 – não houve registro de nascimento. O primeiro

assentamento que vem é do padre José Francisco de Paula, e foi levada à pia batismal a menina Rosa, filha de Antonio de Pontes e de sua mulher Gertrudes Garcia.

1º DE MAIO – «No primeiro dia do mez de Mayo de mil, e setecentos e noventa, e oito baptizei e puz os santos Oleos a Benedicta, innocente filha de Jozé, escravo do Sargento-Mor Carlos Bartolomeu, e de Maria Francisca, forra. O vig. o José Francisco de Paula.»

21 DE MAIO – «Aos vinte, e hum dias do mez de Mayo de mil, e sete centos, e noventa, e oito annos baptizei e puz Os Santos Oleos a João, innocente, filho de João de Raiz, e Sigr.a e sua mulher Anna Luzia; forão Padrinhos o Capitão Jozé Gois Bottelho, e sua mulher Dona Lucianna Francisca de Camargo, por Procuração, que me apresentou o Capitão Francisco Franco da Rocha, do q. fiz êste assento. O vig.o José Franc.o de Paula».

28 DE JULHO – Restabelecido o serviço regular dos correios pelo capitão-general Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, com uma linha de malas entre Rio de Janeiro-São Paulo e Santos. Cêrca de setenta anos antes, essa linha fora suprimida pelo capitão-general Caldeira Pimentel, que via no negócio um perigo para seu governo.

– Em 1800, o serviço de correios se estendeu a Itu, Paranaguá e São Sebastião. Anos mais tarde, alcançava Campinas e posteriormente a Vila da Constituição, (Piracicaba), via Santa Bárbara. De Piracicaba, a correspondência se distribuía para Rio Claro e Limeira.

16 DE AGÔSTO – Offício do capitão-general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça ao reverendo doutor Francisco Vieira Goulart, cuja função junto ao govêrno não conseguimos distinguir, se cientista, técnico, físico ou assessor. Nesse offício; há tópicos interessantes, dignos de serem destacados:

– «Não perca de vista a Povoação de Piracicaba que / como esta Capitania / prometendo sempre grandes augmentos tem andado para trás: eu dez.o vêr se posso felicitar estes Povos, e fazellos gozar das riquezas, q. elles por letargicos deixão cahir da mão. Esta povoação deve hum dia sêr huma grande Villa, e o celleiro de Ytú se como êste não arruinar as suas mattas; ella tem humas caldas, que merecem exames, e talvês as suas agoas servindo p.a algumas moléstia, a farão mais recomendavel.» Talvez se referisse às águas de São Pedro e aqui ficam os agradecimentos pela profecia expressiva,

22 DE AGÔSTO – Offício da secretaria do govêrno da Capitania, por determinação do capitão-general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, ao capitão-mor da vila de Pôrto Feliz, comunicando-lhe

ter «Sua Ex. a tem encarregado ao Sarg.to Mór Carlos Bartholomeu de Arruda, mandar abrir huma picada, da Povoação de Piracicaba até a margem esquerda do Rio Grande, afim de vêr se pellos campos que seguem além da Serra de Araraquara seguindo a direcção do Rio Tietê, se pôde abrir huma estrada de comonicação mais breve desta Capitania para as de Goyaz, e Matto Grosso»;

– «...e como êste descobrimento seja mt.o importante, e de utilid.e p.a tôdas ellas; ordena o m.mo Senhor q. vm.ce se promptifique ao m.mo S. Mór alguns homens habeis, e certanistas que conheção o rumo, que devem seguir nesta expedição, a juntam.te que das ferram.tas q. ahy existem do tempo de Iguatimi, pertencentes a Real Fazenda, vm.ce lhe faça entregar-as q. elle pedir, e lhe forem necessárias, fazendo dellas os devidos assentos p. a todo tempo constar.»

27 DE AGÔSTO – O capitão-mor da Vila de Pôrto Feliz, Francisco Correia de Moraes, em officio dirigido à presidência da Província, descreve o pardo Anacleto Nobre, cheio de crimes, propondo fôsse degredado para a Povoação de Piracicaba com sua família. Mais uma prova do destino de nossa terra no início da sua colonização.

9 DE SETEMBRO – O govêrno da Capitania encarregou o capitão José de Goes Botelho da Silva e Moraes de comandar a tropa para a picada Piracicaba-Cuiabá, o qual chegou a Piracicaba na presente data, entrando já em atrito com o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, cujo gênio atrabiliário era notável.

– É sempre interessante assinalar-se o projeto da picada – mais uma prova dos antigos caminhos para as famosas minas de Cuiabá, passando por nossa terra. A tradição oral e velhos rumos ainda se faziam presentes.

11 DE SETEMBRO – Carta do capitão José de Goes Botelho da Silva e Moraes, encarregado oficialmente de comandar a tropa para a picada Piracicaba-Cuiabá, ao capitão-general da Capitania, queixando-se do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda de lhe embarçar os primeiros passos. E isso com três dias de permanência na freguesia de Piracicaba...

– Alguns trechos dessa carta êle muita expressão: «... pedi .a V. Ex. a com toda a submissão, que me não ocupace aqui, pois andava quebrado com o d.o Sarg.to Mor.» «Agora conhecerá V. Ex. a o q.to me atende o d.o Sag.to Mor, e se me não morde hé p.a senão se dar ocasião.»

18 DE SETEMBRO – Parte da freguesia de Piracicaba, ordenada pelo sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, a primeira turma de pessoas encarregadas de dar início à picada Piracicaba-Cuiabá. Foram vinte pessoas, sob o comando de Manuel Joaquim Pinto de Arruda, filho daquele sargento-mor.

– Ao que tudo diz, Carlos Bartolomeu de Arruda, diante da divergência surgida com o capitão José de Goes Botelho da Silva e Moraes, resolveu empreender o trabalho da picada por sua conta e risco, com seu próprio pessoal, talvez diante de renúncia daquele oficial de quem não se teve mais notícia.

20 DE SETEMBRO – Carlos Bartolomeu de Arruda queixava-se ao secretário da Capitania: «Para que V. S. conheça o que eu estou sofrendo dêste Padreco, remeto com esta a sua carta», «e de pois que cheguei dessa meti me no meo Eng.o e não apareço na Freg.a e nem assim me posso ver livre», «e penso como me posso ter com versa com semelhante tratante ...»

– Começou cedo, como se observa, a luta entre o sargento-mor e o nôvo pároco, pois fazia apenas cinco meses que o padre José Francisco Paulo tomara posse de seu cargo.

– Nessa mesma carta, o sargento-mor de Piracicaba dá conta de haver mandado a primeira leva de camaradas para abertura da picada que o govêrno da Capitania intentava abrir de Piracicaba a Cuiabá. «Forão vinte pessoas de trabalho tôdas com arma de fogo, facção, além dos mais ferros.»

6 DE OUTUBRO – Carta de sesmaria passada a Antonio José da Cruz e outros sôbre «uns matos devolutos que se acham da outra parte do ribeirão Corumbatay, destricto de Piracicaba, no caminho que se para os campos de Araraquara.»

11 DE OUTUBRO – O padre José Francisco de Paula intercedeu, por carta à autoridade competente, em favor de Maria Flor, desterrada da Povoação de Piracicaba para a Vila de Itu em virtude de seus amores clandestinos com o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda.

– Maria Flor é, a bem dizer, a primeira figura feminina da história de Piracicaba, embora seu destaque se faça pelo lado que a moral condena. Em virtude de seus contínuos escândalos com o sargento-mor, estava ameaçada de desterro da povoação, surgindo daí a intercessão do prelado.

14 DE OUTUBRO – Por carta, Carlos Bartolomeu de Arruda, sargento-mor da freguesia de Piracicaba, transmitia ao secretario de govêrno da Província as primeiras notícias sôbre a picada Piracicaba-Cuiabá, que estava sendo aberta por gente sua, por ordem governamental, agora. As notícias eram boas, mas, infelizmente, a tal picada jamais chegou a seu têrmo.

3 DE DEZEMBRO – Escrevia Carlos Bartolomeu de Arruda ao secretário da Capitania sôbre vários assuntos, entre os quais o da falta

de padre para a freguesia de Piracicaba: «Vemos o que me diz a respeito das providencias q. V. S. tem dado a Respeito do Pe e provavelm.e a de axar dificuldade por que Como a Parochia hé pobre não há quem a queira.» Padre havia. O que não havia era concordância entre o sargento-mor e o prelado.

– 1799 –

20 DE JANEIRO – Representação do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda à secretaria da Capitania de São Paulo, contra as desordens havidas na freguesia de Piracicaba, em virtude da «esquadra de milícia» estar subordinada a dois comandos. Bartolomeu de Arruda afirmava que seus soldados eram punidos à medida de qualquer culpa, atribuindo a responsabilidade tôda aos soldados do capitão Francisco Franco da Rocha.

– Afirmava o sargento-mor: «... muitas brigas, dezordens, pancadas,» «noduas no rosto, nos olhos, nos braços, golpes de cabeça, chicotadas e p. r milagre não tem havido mortes». «Os do meu comando são castigados a porção da culpa, e aquelles, (os soldados sob o comando do capitão Francisco Franco da Rocha), ficão com a mão alçada e porisso não cessão os delictos.»

– Compreende-se, portanto, a situação política da freguesia de Piracicaba, nesse tempo, na mão desses dois poderes ...

4 DE MARÇO – O capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça concede nova carta de sesmaria a Inácio de Almeida Lara, Bento Leme de Oliveira, em terras da povoação de Piracicaba, distrito de Pôrto Feliz.

24 DE MAIO – Confirmação de posse de uma sesmaria, de quatro léguas de testada e duas e meia de sertão, que alcançava terras do atual município de Santa Bárbara, extendendo sua área até o rio Piracicaba, abaixo da povoação, passada a Bento Leme de Oliveira e Inácio de Almeida Lara.

25 DE OUTUBRO – Modesto Antonio Coelho Neto obtem carta de confirmação sôbre uma sesmaria, compreendendo «de duas legoas de terras de testada e duas de sertão da parte de lá do ribeirão Capivari-mirim termo da Vila de Itu, caminho de Piracicaba».

4 DE NOVEMBRO – Aviso Régio, dispondo sôbre a constituição de patrimônio, mediante o que pudessem as freguesias ser erigidas na condição de vila, e a fim de possuírem o que se denominaria de rossio. Esta disposição foi estritamente observada quando nossa terra estava, em 1816, para ter vida autônoma, consoante se vê na Portaria do Governo Provisório, de 31 de outubro de 1821.

8 DE DEZEMBRO – Início da petição de justificação, com despacho favorável do juiz ordinário ajudante Antonio Pompeo Pays de Campos, e presente o escrivão André Gomes de Araujo, ambos da Vila de Pôrto Feliz, que o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruela impetrou, contra o pároco da Freguesia de Piracicaba, José Francisco de Paula e o capitão-comandante Francisco Franco da Rocha.

– As ruas da povoação, mormente o pátio da matriz, estavam tomadas de mato alto. O padre, como não se dava com o sargento, ou porque já houvera pedido anteriormente sem ser atendido, pedia providências ao capitão, que, logo a seguir, notificou seus subordinados e Povo para realizar o serviço de capinação, sem o visto do sargento, como, ao que parece, era de rigor. Foi a conta. Bartolomeu de Arruda deu enérgicas ordens em contrário, suspendendo imediatamente o serviço.

– Não se conformando com tal ordem, o vigário foi à casa de Carlos Bartolomeu de Arruda, armado de faca e chicote, para uma prestação de contas truculenta. O sargento foi prudente e teve calma necessária, para contornar a questão. Em tórno disso tudo girava a petição de justificação, cujas testemunhas foram tôdas favoráveis ao peticionário. O juiz reconheceu a justificativa do sargento-mor, que pagou as despesas relativas, na importância de 1\$160 réis.

8 DE DEZEMBRO – De 29 de junho de 1774 até a data do presente quadrinho, o Livro de Registro de Batizados, existente na Cúria Diocesana local, assinala termos de 137 batizados.

SÉCULO XIX

– 1800 –

1.º DE JANEIRO – De acordo com sua autoridade, Carlos Bartolomeu de Arruda, sargento-mor de Piracicaba ao povo, em edital: «Mando publicar, e advertir a todos», «que se faça duas vêzes em cada anno p. a reconhecim.to de obediência de seus vassalos, e não hé ocasião de ser castigado, senão aos que faltarem a esta obediência. Faz publicar mais a todos sem excepção de pessoa alguma, que não devem assignar papel algum de requerim.tos públicos, e voluntários, nem constrangidos p. a êste ou aquelle fim, sem. q. o m. o com.te os dirija...»

– «... pois se lhe compete procurar, por tôdas as providencias, q. for necessário p. a a conservação dêste Povo, o augmento desta Povoação, por terem asegnados huma especie de levante, e verem porisso serem castigados, como se tem visto e justam.e p.a q. não tenham o de trim.to de andarem timorados, e dizendo foram enganados, constrangidos, e q. alguns nem convieram na asegnatura de seu nome.»

– É que fervilhavam os abaixo assinados, ou representações, dirigidas às autoridades superiores, contra, especialmente, ao sagemente-mor...

6 DE JANEIRO – Nasce em Pôrto Feliz Joaquim Rodrigues César, que foi figura de relêvo em Piracicaba, na sua época. Fundou a fazenda «Corumbataí», à margem do rio do mesmo nome, destacando-se pelos seus princípios progressistas. Juiz almotacel e vereador à câmara municipal. Faleceu em Botucatu a 10 de outubro de 1893.

8 DE FEVEREIRO – Sebastião Leme da Costa, morador na Povoação de Piracicaba, distrito da Vila de Pôrto Feliz, obtem carta de sesmaria sôbre meia legoa de terras em quadra, na fronteira do seu mesmo sitio, rumo da sesmaria de Ignacio de Almeida e Bento Leme de Obeira.

– 1802 –

6 DE FEVEREIRO – Ultimo lançamento de batizado, registrado no livro competente, da Cúria Diocesana, pelo padre José Francisco de Paula. Passou pela pia batismal a menina Joana, filha de Alexandre da S. Santos e Maria Garcia.

12 DE SETEMBRO – Primeiro registro de batizado, assinado pelo padre Joaquim Manoel Fiuza, que se vê no livro respectivo da Cúria Diocesana. Trata-se do batizado do menino Antonio, filho de Manoel Pais e Josefa Pires.

20 DE DEZEMBRO – Violenta exposição por escrito que diversos moradores da Freguesia de Piracicaba endereçaram ao Govêrno da Capitania contra os demandos do comandante local Carlos Bartolomeu de Arruda. O adjetivo «violento» está bem empregado nessa exposição que Antonio José Correa, Eufrasio José da Rocha e outros assinaram.

– «...hé um home colerico e bingativo», «q. se serve destes moradores por próprios de seus desmandos», «q. tôdas as suas obras são em prejuizo desta Povoaçam», «q. sinbaraça com os particulares negocios destes pobres moradores» «q. é homem libertino iscandalozo q. vive concubinado publicamente a seis annos». E assim vai a exposição numa linguagem incisiva, que cresce ao chegar ao fim.

29 DE DEZEMBRO – Também os camaristas da Vila de Pôrto Feliz, dando parecer sôbre a representação que diversos moradores da Freguesia de Piracicaba dirigiram ao Govêrno da Capitania contra o comandante local, Carlos Bartolomeu de Arruda, fizeram carga cerrada em detrimento dêsse comandante.

– «Por nos, ser publico e const.e o quanto o miseravel povo de Piracicaba vive oprimido com as imprudencias, e impurentes despoziçoins do govêrno do seo commd.e que não procura a paz e aumento dos

seos subditos; não duvidamos attestar, que o requerim.to junto, que nos foi dirigido hé verdad.o nos seos artigos ...»

– 1803 –

5 DE JANEIRO – Ordem expedida pela secretaria de govêmo da Capitania ao capitão-mor de Itu, para que chegasse à povoação de Piracicaba e verificasse «in loco» a razão das queixas da população contra o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, cujos lamentos foram parar na Câmara de Pôrto Feliz e desta para o capitão-general, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

– É que os moradores de Piracicaba, amparados pela Câmara de Pôrto Feliz, endereçaram uma representação ao Govêmo da Província, queixando-se amargamente contra o procedimento do sargento-mor. A ordem determinava fôsse prêso o official, caso se positivassem as denúncias.

14 DE JANEIRO – Ordem do capitão-general de São Paulo, Franca e Horta, ao capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, para que se dirigisse imediatamente à Freguesia de Piracicaba, a fim de examinar a conduta do comandante Carlos Bartolomeu de Arruda, contra quem se queixavam os moradores locais.

– «O Illmo. e Exmo. Snr. Govr. e Cap.m Genrl. me ordena remetta Vomce. o requerim.to incluzo de alguns mor.es de Piracicaba, corroborado com a Rerezent.am da Cam.ra de Pôrto Feliz, contra o Sarg. to M. Com. te Carlos Bartolomeu de Arruda, e p. a vir no conhecimento da verd.e dos factos nelle deduzidos.»

– «... achando Vmce. serem verdadeiros os factos mencionados suspenda o dito Sargto. Mor Commandante daquella Povoação, e o remetta prezo a Salla dêste Governo. Conferindo internamente o Commando della ao Capitão Francisco Franco da Rocha, até sobre este objecto dar S. Exa. as providencias q. lhe parecem justas e adequadas.»

17 DE JANEIRO – Obedecendo a ordens superiores, chega à freguesia de Piracicaba o capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, a fim de sindicár sôbre o que havia de positivo contra o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, segundo uma representação do povo local, amparado pela Câmara de Pôrto Feliz.

– O capitão-mor de Itu entregou-se a uma sindicância rigorosa, arrolando dez testemunhas que responderam aos itens da representação. Tôdas as testemunhas fizeram carga cerrada contra o sargento-mor, confirmando os dizeres da representação-queixa.

– Eram oito tais itens e um deles se prendia aos amores ilícitos da viuva Maria Flores com Carlos Bortolomeu de Arruda, o qual, diante da

acusação, só não foi prêso, segundo a ordem do governador da capitania, por se achar ausente da povoação.

21 DE JANEIRO – O comando militar da freguesia de Piracicaba passou às mãos do capitão Francisco Franco da Rocha, por determinação do capitão-mor de Itu, que obedecia a ordens governamentais, em virtude da sindicância desfavorável feita contra o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, que não foi prêso por se achar ausente da localidade.

25 DE JANEIRO – Queixa epistolar que o capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha endereçou ao governador da Província de São Paulo contra os desmandos de Carlos Bartolomeu de Arruda, sargento-mor da Freguesia de Piracicaba, não obstante as promessas de boa conduta assumidas pelo faltoso.

– «Digne-se V. Ex. a ler o seo contexto, e guardalo no sagrado do seo peyto; pois o revelo á V. Ex. a; não como a meo Ex.mo S.or Gal. sim como á meo Amo e Ill.mo e Ex.mo S.or Antonio José de Franca e Horta, á cujos pés todo me rendo com o mais profundo respeyto, e submissão.»

1 DE FEVEREIRO – Demissão de Carlos Bartolomeu de Arruda do cargo de comandante das Ordenanças de Piracicaba, em virtude de sua liberalidade com uma tal Maria das Flores e consequente queixa da população local, sendo substituído pelo capitão Francisco Franco da Rocha.

– A carta de exoneração e consequente nomeação está assinada por Luiz Antonio Neves de Carvalho, secretário do Gôverno da Província, havendo ordem de despejo da povoação a «huma Maria das Flores q. o d.o Sart. o Mor conserva em sua casa com escandalo publico», bem como da construção de nova igreja, «q. hade ser d'aquem do Rio onde foi demarcada ultimamente a Povoação.»

12 DE FEVEREIRO – Os primeiros gêmeos de Piracicaba: «Aos doze dias do mes de Fevereiro de mil, e oito Centos anos baptizei e puz os Santos Oleos aos innocentes Miguel e Anna, gemeos, filhos de Ignacia Maria, solteira; forão Padrinhos de ambos o Cap.m Fran. co Franco da Rocha e sua mulher Dona Maria de Arruda Gorgel, do q.e fiz assento. O vig.o José Franc.o de Paula».

– O Livro de registro de batizados, equivalente ao registro de nascimento existente da Cúria Diocesana local, iniciado em 1774, assinala outros batizados duplos de crianças de mesmos pais, sem trazer a expressão «gêmeos». O assentamento do quadrinho acima foi o primeiro que encontramos, comportando o presente assunto.

8 DE MARÇO – O capitão-general Antonio José da Franca e Horta, escrevia ao capitão-comandante Francisco Franco da Rocha, da Freguesia de Piracicaba, sôbre «Poaya e Salsa Parrilh.» «... recebendo esta

mande apanhar huma pequena porção de cada hum» e «os remetta a esta Secretaria p. a se examinar a sua qualidade», dizendo se das ditas amstras «a sua colheita hé facil, ou dificultosa, se fica distante da Povoação.»

13 DE JUNHO – Nasce em Piracicaba Antonia Eufrosina de Cerqueira, espôsa de Marcelino José Pereira. «Senhora de excelentes dotes morais, em 60 anos de casada, soube sempre compreender, com elevação pouco comum, o caráter de seu marido, contribuindo, com a prática de excelsas virtudes, para fortalecê-lo e torná-lo respeitado.» Nunca se fotografou. Faleceu em Piracicaba mesmo a 29 de agôsto de 1882.

– 1803 –

31 DE JULHO – Derradeiro assentamento de batizado – menino João, filho de José Custódio e Maria Rodrigues – a que officiou o padre Joaquim Manuel Fiuza. Naqueles tempos, o registro de batizado equivalia a uma certidão de nascimento dos dias presentes.

30 DE OUTUBRO – Na correspondência oficial, vinda do govêrno da Capitania, há ordem expressa ao capitão-comandante de Piracicaba, Francisco Franco da Rocha, para «despejar dessa Povoação a Maria das Flores, filha de Izabel Barbosa de Almeida». Como se sabe, o primeiro escândalo amoroso de Piracicaba tinha como protagonista essa mulher, então desterrada para Itu...

– 1804 –

5 DE MARÇO – Carta de Carlos Bartolomeu de Arruda a Antonio José da Franca e Horta, capitão-general de São Paulo, pedindo imediatas providências contra a «fugida de varios Escr.os que em hua noute se ajuntarão armados e paramentados p.a hirem ter a hum Quilombo q. se diz estar nas cabeceiras do Rio Corumbatahy p. as partes de Araraquara».

– «... e com a fuga desta gente está êste Povo no maior sofrimento, p.r precisar andarem as mulheres q. dependem sair fora de caza debaixo de goarda temendo a elles», «e não tem avido providencia algua p.a q. se poça extinguir e destroçar êste ajuntamento de negros, socegar o temor em q. atualm.e estamos ...»

31 DE MARÇO – A respeito da sublevação de negros e escravos na Freguesia de Piracicaba, o governador geral da Província, pela sua secretaria, louvava o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda pela participação que lhe foi feita a respeito, e determinava providêneas imediatas, a fim de impedir insurretos ou Quilombos, atribuindo aos donos de escravos fugidos as despesas que houvesse.

17 DE ABRIL – Carta do sargento Carlos Bartolomeu de Arruda ao governador da Capitania de São Paulo, ainda sôbre a existência de

quilombo de pretos, nas proximidades do rio Corumbataí e fazendo carga sôbre o capitão-comandante local de lhe impedir as providências a respeito.

– Outra carta do mesmo Bartolomeu de Arruda ao governador Antonio José da Franca e Horta, incriminando acerbamente o vigário José Francisco de Paula pela sua conduta falha, ao lado do capitão-comandante da Freguesia. Por essa carta, sabe-se que a igreja de Piracicaba estava em condições precárias.

– «...está este Povo sem Missa e sem Sacramentos, e inda está próxima a Semana Santa, na passada esteve este Povo sem officio nenhum da Igreja p.r ter estado em Pôrto Feliz a sua regalia; deixando morrer a varios sem confissão p.r q. quase sempre não está capaz de acudir aos xamados, alem do escandalo com q. vive publicam.e.»

21 DE ABRIL – Ainda sôbre os negros fugidios, a Secretaria da Província escrevia ao sargento Carlos Bartolomeu de Arruda, encarregando-o de dar combate aos sublevados, determinando também não incorrer na malquerença do capitão-comandante de Piracicaba, Francisco Franco da Rocha, pois «o mesmo Sr. houve com dissabor tudo o q. são queixas intempestivas e feitas p.r pessoas suspeitosas em razão das suas inimidades particulares.»

– Sôbre o assunto, outra carta foi endereçada ao capitão-comandante, falando da missão atribuida ao sargento-mor, «o q. participo a Vm.ce p.a q. não só o não embarace, mas antes lhes preste todo auxílio q. puder p.a. tão interessante diligencia.»

– Como se vê, Carlos Bartolomeu de Arruda ainda não perdera de todo a parada...

30 DE ABRIL – O capitão-mor de Pôrto Feliz escrevia a Carlos Bartolomeu de Arruda, com referência a uma encomenda de canoas, «p. q. p.a o Real Serviço se ade aportar as milhores que levassem mais cargas.» Desejava ainda saber se havia capados na povoação.

26 DE MAIO – Carta do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda a Antonio José de Franca e Horta, governador da Capitania de São Paulo, dando conta dos seus trabalhos na localidade, especialmente da terminação do caso dos escravos fugidios, os quais se homisiam num quilombo que havia nas cabeceiras do Corumbataí.

– «... athé que chegvão a aparecer os Negros q. tinhão fugido a perto de quatro mezes, desinganados de q. não poderão incorporar-se no Quilombo q. procuravão, mortos de fome, magros, sarnozos, e sempre morreu hum Esc.o de Bento Gls. que por mais velho não pode resistir a falta de sustento com que andavão pelos mattos.»

6 DE JUNHO – Ordem determinante ao capitão-mor de Itu, emanada do Governo da Província, mandando prender Manuel Resurreição Monteiro, desterrando para a Povoação de Piracicaba as raparigas Angelina e Anna, suas concubinas. «Gente boa» povoava então nossa terra...

1º DE JULHO – Nesta data, começaram os registros de batismo, assinados pelo padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. Êsse prelado esteve no seu pôsto de vigário local por cerca de trinta anos, sendo, até então, o único pároco a gozar de estabilidade no seu ministério.

31 DE JULHO – O primeiro Livro de Casamentos, existente na Cúria Diocesana local, traz a seguinte abertura: «Este Livro hade servir para nelle se lançarem os assentos de cazamentos de Brancos e Libertos; e vai numerado e rubricado por mim com commissão do Muito Reverendo Doutor Provisor e Vigario Geral o Senhor Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade. E para constar fiz este Termo. Piracicaba, 31 de Julho de 1804. O Vig.o Manuel Joaq.m Am.al Gorgel.»

28 DE SETEMBRO – Primeiro registro de casamento que se encontra nos livros da Cúria-Diocesana local: «Aos vinte, e oito dias do mez de Setembro de mil, e oito Centos, e quatro nesta Igreja Matriz de Santo Antonio de Piracicaba com Provisão do Muito Reverendo Vigario da Vara da Comarca, em minha presença e das testemunhas Manuel de Pinho, e Felisberto de Pinho, se receberão em Matrimonio por marido e mulher Antonio Alvares, e Maria Joaquina; aquelle natural da Freguesia de Araçariguama, filho de Antonio Alvares, e de Anna Maria; aquella natural da Villa de Itu, filha de Thomé de Oliveira, e de Maria Baptista; de que fiz êste assento, que assigno com as testemunhas. O Vig.o Manoel Joaq.m Am.al Gorgel. Cruz de Manuel de Pinho e Cruz de Felisberto de Pinho».

30 DE SETEMBRO – Primeiro assentamento de óbito encontrado nos livros competentes que existem na Cúria Diocesana, abrindo o livro número 1. Isso quer dizer, mais ou menos, que, antes dessa data, não havia registro para enterramentos, embora se saiba que os corpos eram inhumados na igreja, nos adros das igrejas, nas Capelas dos arredores. Os escravos e crianças não batizadas eram sepultados nas fazendas ou sítios de sua sede.

– 1805 –

3 DE MARÇO – «Aos trez dias do mez de Março de mil, e oito Centos e Sinco, falleceu da vida presente José, de idade de dezanove annos, com os Sacramentos de Penitencia, e Unção, filho solteiro do Capitão Francisco Franco da Rocha e de sua mulher d. Rosa Soares. Foi

encomendado, e sepultado dentro, do que fiz êste assento. O Vigr.o Manoel Joaq.m Am.al Gorgel.»

– Os registros de óbitos da época trazem ora a expressão «dentro», ora «fora». Isso quer dizer que, na falta de cemitério municipal ou público, os cadáveres eram sepultados ou dentro da igreja ou no adro dos templos, conforme a importância dada ao defunto. Os párias eram enterrados pelas estradas, nos sítios, matos ou fazendas.

19 DE MARÇO – Nasce em Itu Marcelino José Pereira, um dos grandes nomes da agricultura de Piracicaba, para a qual se mudou ainda moço. Foi proprietário da fazenda «Bongue», à margem do Piracicaba, onde cultivou chá. Foi dono de grande parte da hoje chamada Vila Rezende. Administrador da Fazenda Monte Alegre. Prestou bons serviços na construção da primitiva igreja matriz. Militou sempre no Partido Conservador. Faleceu em nossa terra a 18 de outubro de 1888.

22 DE MARÇO – Carta de Carlos Bartolomeu de Arruda, sargento-mor, ao governador da Capitania, na qual dizia estar aprontando material de defeza contra o vigário local, que lhe fazia guerra contínua, em virtude de desregramentos indicados. Prometia para breve levar a documentação pessoalmente a São Paulo.

– «...não poço hir já aos pés de V. Ex.a como pretendia e justamente dar conta e fazer integra de tudo o que pertense a Real Faz.da que para em meo poder.» Como se vê, Bartolomeu de Arruda intentava poder salvar um bocado sua reputação, pois nela estava a sua aventura amorosa com a celebrizada Maria Flor ...

22 DE ABRIL – Carta do capitão-general de São Paulo, Franca e Horta, ao ex-comandante da Freguesia de Piracicaba, Carlos Bartolomeu de Arruda, informando-o «não precisa vir pessoalmente, basta mandar os documentos», relativos à queixa que êste fizera contra o vigário local.

– 1806 –

2 DE DEZEMBRO – Por ordens emanadas do govêrno da Capitania, no quartel das Ordenanças, perante o capitão-comandante Francisco Franco da Rocha, a viúva Maria Flor de Moraes, que se celebrizou na história de Piracicaba em virtude de seus amores ilícitos com o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, aprovou um termo de boa conduta, pondo fim ao seu escandaloso romance. Será?

– «...que a Sup.e não consentirá em sua caza o Sarg.to. Mor Carlos Bart.meu de Arruda e nem ella em caza d'elle desviando-a de ter encontros e nem o menos communicação e p.a assim poder existir nesta

Freguezia a cujos preceitos se asogetou a observar e que se proceder o contrário ser expulçada como dantes.»

– 1807 –

6 DE JANEIRO – Nasce em Pôrto Feliz José Viegas Muniz, falecendo em Piracicaba a 2 de fevereiro de 1869. Religioso e entusiasta, animou grandemente as festas locais e a êle se deve a prática do «encontro» das Bandeiras, nas festividades do Divino, em pleno rio Piracicaba. Tal introdução perdura até hoje. Foi político e pertenceu ao partido liberal.

20 DE JANEIRO – O capitão-comandante da Povoação de Piracicaba, Francisco Franco da Rocha, expõe, por carta, ao capitão-general da Capitania, Antonio José da Franca e Horta, seu parecer contrário à volta de Maria Flor de Moraes, que se achava desterrada na Vila de Itu, em virtude de seus amores clandestinos com o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda.

26 DE JANEIRO – Ordem expressa de Antonio José da Franca e Horta, capitão-general de São Paulo, a Francisco Franco da Rocha, capitão-comandante da Freguesia de Piracicaba, determinando a expulsão da povoação, no prazo de três dias, da viúva Maria Flor de Moraes, – o romance proibido do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, «como ella continua no seu antigo escandalozo cuncubinato.»

31 DE JANEIRO – Francisco José de Sampaio Peixoto obtem carta de sesmaria sôbre «legoa e meia de terras de testada e outro tenente do sertão, principiando onde acabarem as terras pedidas pelo tenente José Joaquim de Sampaio, da outra parte do rio Piracicaba, districto de Pôrto Feliz.»

3 DE ABRIL – Em carta a Antonio José da Franca e Horta, governador da Capitania de São Paulo Francisco Franco da Rocha, capitão-comandante da Freguesia de Piracicaba, era contrário à permanência de Maria Flores, (o amor proibido do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda), «neste continente». Segundo essa carta, estava muito enferma a autoridade máxima de nosa terra, na época.

– «... por cujo motivo supplico a V. Ex.a me conceda Licença p.a transferir o Command.o em pessoa do meo conceito athé que eu fique prompto p.a poder continuar, pois na m.a ordenança não tenho off.al immediato ao meo posto se não que os Infer.es e como obrig.a vai em augmento achava acertado V. Ex.a creasse aqui a hum ajud.e e hum Alf. es p.a que em cazos taes, ou em m.a auzencia com mande a Freg.a.»

22 DE JULHO – Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e outros requerem sesmaria em terras devolutas, nas margens do rio Piracicaba, onde fundariam o Engenho do Limoeiro, iniciando, assim, a cultura regular da cana de açúcar no município.

– Pela segunda vez, nos anais de Piracicaba, aparece o nome de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro – um grande nas páginas da história de São Paulo, apesar de português. Ao que parece, entretanto, havia já vários anos que o futuro senador Vergueiro residia em nossa terra.

17 DE OUTUBRO – José Manuel da Luz e José Francisco de Paula, (padre), obtêm carta de sesmaria sobre «legoa e meia de terras de testada e duas de sertão na freguesia de Piracicaba, districto da Villa de Pôrto Feliz, que ficam alem de Piracicaba, e principiam do padrão e rumo onde finda a sesmaria do Capitão Francisco Franco da Rocha.»

11 DE NOVEMBRO – Antonio Maria Quartim, da vila de Pôrto Feliz, obtêm carta de sesmaria sobre uma sorte de terra de duas leguas de testada, principiando «na barra do ribeirão do Congonhal à rua que fizer feição para o rio Piracicaba.»

– Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José de Andrade de Vasconcellos e João Lopes França obtêm carta de sesmaria sobre «uma sorte de terras na margem do rio Piracicaba, districto de Pôrto Feliz, com duas legoas em quadra, principiando a testada no ribeirão do Cerveiro.» Fundaram então ali o Engenho do Limoeiro, iniciando-se dessa forma, a cultura regular da cana de açúcar no município.

9 DE DEZEMBRO – Nasce em São Paulo o capitão Emídio Justino de Almeida Lara, tronco de inúmeras famílias piracicabanas. Latinista profundo, foi um dos primeiros professôres leigos dessa matéria em Piracicaba. Foi sempre monarquista, tendo militado ao lado de Antonio Manoel Fiuza e, depois, do Barão de Serra Negra. Foi um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia local. Faleceu em São Paulo a 28 de abril de 1879.

– 1808 –

17 DE FEVEREIRO – Carta do capitão-mor da Vila de Pôrto Feliz, Francisco de Moraes Leite, ao capitão-general da Capitania de São Paulo, mostrando as inconveniências de estar a Freguesia de Piracicaba sujeita às desordenadas, justiças de Itu e Pôrto Feliz ao mesmo tempo. Segundo essa carta, nenhuma das autoridades se fazia presente, estando a localidade de Piracicaba, a rigor, sem govêrno algum.

– Fácil será compreender que os interesses de Piracicaba viviam à matroca, prestando obediência a duas cabeças de termo, cujas distancias ou meios de comunicação não venciam com presteza,

– «parecendo-me justo, q. V. Ex.a mande p.r hua portaria annexando ao meo commando a d.a Freg.a á eu dar tôdas as provid.as tendentes ao Real Serv.o e bem ao Estado; achando V. Ex.a justa a m.a exposição.»

22 DE FEVEREIRO – Portaria da Capitania de São Paulo, dirigida ao capitão-mor da Vila de Pôrto Feliz, estabelecendo os limites da Freguesia de Piracicaba, que estava pertencendo a duas jurisdições: a de Pôrto Feliz e a de Itu. Esta comandaria a parte economica e eclesiastica; aquela, pelo seu capitão, distribuiria as justças.

– Carta do capitão-general Antonio José da Franca e Horta ao capitão-mor da Vila de Pôrto Feliz, sôbre a necessidade de haver na Freguesia de Piracicaba um comandante permanente, «que providencie os casos repentinos do serviço» e expedindo ordens para a nomeação do dito comandante, o qual ficaria debaixo da jurisdição de Pôrto Feliz.

– «Recebi dois Off.os de V.Mce. com a data de 17 do corrt. e sôbre o q. versava compreender-se a Freg.a de Piracicaba no Destricto dessa Villa, e jurisdição de V.Mce. pela Portaria incluza vai deferido.» Trecho da carta que o governador da Capitania Antonio José da Franca se dirige ao capitão-mor da Vila de Pôrto Feliz.

26 DE ABRIL – Indicação do capitão-comandante da Freguesia de Piracicaba, Francisco Franco da Rocha, para que fôsse nomeado para o pôsto de alferes da Companhia local a Antonio José Correia, a pedido do próprio Franco da Rocha, que se achava enfermo e necessitava de immediato para substitui-lo.

2 DE MAIO – Francisco Correia de Moraes Leite, capitão-mor de Pôrto Feliz, a que a freguesia de Piracicaba estava sujeita, aprova a indicação de Francisco Franco da Rocha, capitão-comandante local, para que fôsse nomeado Antonio José Correia, para alferes da companhia da localidade, visto que Franco da Rocha, muito enfermo, não tinha quem o substituísse.

– O capitão-mor de Pôrto Feliz se dirige por carta ao govêrno da Capitania, pedindo seja nomeado um alferes para as Ordenanças da freguesia de Piracicaba, vago êsse cargo que se achava «a mais de cinco annos», isto porque o capitão-comandante local já estava velho e doente e precisava de quem o auxillasse.

29 DE JUNHO – Francisco Correia de Moraes Leite, capitão-mor da vila de Pôrto Feliz, ao regressar da freguesia de Piracicaba, onde

estivera a serviço do seu comando, dirige-se à câmara dessa vila, com referência ao novo governo da Capitania.

14 DE OUTUBRO – Obedecendo ordens do capitão-general de São Paulo, Franca e Horta, os camaristas de Pôrto Feliz estiveram na freguesia de Piracicaba, a fim de procederem ao alinhamento do terreno delineado para a localidade, cujo plano constou de cinco ruas, outras tantas travessas, pátio para igreja e largo para a cadeia.

– Sabe-se, por um documento datado de 17 de maio de 1824, que Carlos Bartolomeu de Arruda, com suas cercas, embarçava grandemente o progresso local. «Requeriu novamente o Povo ao Governo Interino em 1808, e este informado da verdade, mandou a Câmara de Pôrto Feliz que se reempossasse o Povo das suas terras, arruasse a povoação e demolisse as cercas que fizessem embarço; assim se praticou, e continuou o sargentomor a amedrontar alguns pobres, que queriam edificar.»

29 DE OUTUBRO – Os vereadores de Pôrto Feliz – Antonio de Pádua Botelho, Saturnino Pais de Almeida, José Ignacio de Faria e Lourenço de Almeida Lima – dão ciência ao capitão-general de São Paulo, Franca e Horta, de haverem estado em Piracicaba, a fim de procederem ao alinhamento do terreno necessário para a freguesia, cujo plano constou de cinco ruas, outras tantas travessas, pátio para a igreja e largo para a cadeia.

– «O Plano consta de cinco ruas com seus nome, e outras tantas travessas com seus nomes, ficando a Igr.a com hum pateo de cinquenta braças de comprimento e quarenta de largo, e tão bem hua praça destinada p.a a Cadea, o q. tudo consta do Auto de demarcação, e repartição, que neste Carthorio fica.»

– A igreja ocupa até hoje o mesmo lugar, (catedral). A cadeia ficava com frente para a rua São José, mais ou menos onde atualmente está o monumento aos voluntários da revolução de 1932. Não conseguimos encontrar o «Auto de demarcação». Foi uma pena, especialmente pelos nomes dados às ruas e travessas, hoje sem nenhum indício.

31 DE OUTUBRO – Antonio José da Franca e Horta, capitão-general da Capitania de São Paulo, enviou à Câmara dessa cidade, para o parecer competente, um requerimento do bacharel Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, no qual pedia sua nomeação para ser Juiz das Medições da Comarca, (de São Paulo).

– 1809 –

17 DE MARÇO – O ouvidor geral da Comarca (São Paulo), Miguel Antonio de Azevedo Veiga, oficiou ao capitão-general da Província,

participando-lhe as providências tomadas com relação à construção da nova estrada que daria breve comunicação entre São Paulo e a freguesia de Piracicaba, à orientação de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

20 DE MARÇO – Nicolau Pereira de Campos Vergueiro apresentou ao Capitão-general de São Paulo sobre a necessidade de melhor ligação entre Piracicaba e São Paulo. Essa povoação, apesar de suas grandes possibilidades, não podia desenvolver-se porque lhe faltavam, primeiro que tudo, vias de comunicação. Não se ligava à capital senão por uma estrada ruim, passando por Itu, com 32 léguas de comprimento.

– Compreende-se perfeitamente o objetivo do futuro senador Vergueiro. Vindo habitar o «sertão de Piracicaba», ficou impressionado com as possibilidades de progresso da povoação, entravado, porém, pela falta absoluta de vias de comunicação. O capitão-general solicitou informações a respeito às câmaras de Pôrto Feliz, Campinas e Jundiáí.

22 DE MARÇO – O capitão-general de São Paulo louva os vereadores de Pôrto Feliz pelo serviço de arruamento da freguesia de Piracicaba e pede parecer para uma representação do bacharel Vergueiro, que se propunha à construção de uma nova estrada de São Paulo a Piracicaba, passando por Campinas e Jundiáí.

8 DE ABRIL – O escrivão da câmara da Vila de Pôrto Feliz, Francisco Peixoto de Souza Machado, recorrera ao Dezembargador Ouvidor Geral e Corregedor sobre a questão da concessão de «datas de terra» – terrenos cedidos gratuitamente aos moradores do local, a fim de edificarem suas casas, com o prazo de seis meses para início das obras – «principalmente em Piracicaba», sujeita àquela edilidade. O titular desejou ouvir o escrivão de sua pasta.

– Estranhamos um bocado a referência a Piracicaba, pois, na época, nossa terra era simples freguesia, sem rossio demarcado para tal processo de fomentar as construções. Ao que sabemos, havia a concessão de sesmarias, compra e venda de terras e demarcações. Pode ser que estejamos enganados.

– Nesta data, o escrivão da Ouvidoria, José Manuel da Luz, informou, a respeito do assunto acima, que era prática nos terrenos da cidade de São Paulo a petição inicial, os emolumentos de praxe e competente arruamento, (alinhamento). «Quanto porem as Freguesias, ignoro o Estillo, e sobre este quezito melhor informará o Escrivão da Câmara desta Cidade.»

14 DE ABRIL – Ofício da câmara da vila de São Carlos, (Campinas), ao governador-geral de São Paulo, a respeito de uma projetada estrada que saísse da freguesia de Piracicaba e se dirigisse à vila de Jundiá, «com a distância de dezaceis Legoas, mais ou menos, tendo nam poucos aterrados» e «duas pontes», «ficando ainda assim o Caminho bastante montuoso.»

22 DE ABRIL – O escrivão da câmara da cidade de São Paulo informou o Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor a respeito da concessão de «datas de terra», (quadrinho de 8 do mês corrente). O uso era o mesmo apontado, com registro em livro especial e demarcação do terreno pelo juiz almotacel e arruador do Conselho. “O mesmo se pratica nas Freguezias do Termo, quando a Camara vai de correção a ellas.»

– Nas freguezias, a correição se fazia periodicamente, ou pela câmara do Termo, ou pelo seu capitão-mor ou pelo Ouvidor e Corregedor da Comarca. Na época, Piracicaba estava sujeita às câmaras de Pôrto Feliz e Itu e à comarca de Itu. Mesmo assim, não atinamos ainda com a concessão de «datas de terras» nas freguezias, sem patrimônio para tal.

16 DE MAIO – Carta do Ouvidor Geral da Comarca, (São Paulo), Miguel Antonio de Azevedo Veiga ao capitão-general de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta, dando conta das providências tomadas a respeito da construção de nova estrada de São Paulo à freguesia de Piracicaba.

18 DE MAIO – Carta do capitão-general de São Paulo ao ouvidor geral da comarca também de São Paulo, alegrando-se pelas providências tomadas em relação à construção de nova estrada que dê breve comunicação de São Paulo à freguesia de Piracicaba.

11 DE JUNHO – A câmara de Pôrto Feliz se dirigiu ao Ouvidor geral e corregedor, a respeito do assunto focalizado nos quadrinhos de 22 de abril do presente ano. Fala de irregularidades «da Camara passada, a qual também denegou» «varias posses na repartição de Piracicaba, com o pretexto de que tinham dado posse geral em Commum por Ordem do Governador Interino.» Ordem em comum era contra a lei...

– Quer ainda nos parecer não se trate de «data de terra» no rigor do termo, mas, sim, concessão de sesmarias, ou demarcação de terras, ou compra e venda. Piracicaba, nessas eras, não passava de simples freguesia sem rossio demarcado, isto é, sem patrimônio para a concessão gratuita de terrenos, o que só se verificou em 1822.

– 1810 –

14 DE JANEIRO – O capitão-mor da Vila de Pôrto Feliz queixava-se ao capitão-general da Província contra o inspetor de caminhos

Manoel Joaquim Pinto, filho do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, por desacato à sua pessoa e à pessoa do capitão comandante do «Destricto de Piracicaba», Francisco Franco da Rocha.

18 DE JANEIRO – O governador da Província, por ofício ao capitão-mor da Vila de Pôrto Feliz, mandava vir à sua presença, a fim de repreendê-lo, o inspetor de caminhos Manoel Joaquim Pinto, que desacatara aquela autoridade e ao capitão-comandante do «Destricto de Piracicaba.»

8 DE FEVEREIRO – Ofício do governador da Província de São Paulo a Francisco Correia de Moraes Leite, Capitão-mor de Pôrto Feliz, participando haver repreendido o inspetor de caminhos Manuel Joaquim Pinto, filho do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, que desacatara aquela autoridade, como ao capitão-comandante de «Destricto de Piracicaba», Francisco Franco da Rocha.

7 DE MARÇO – Preocupava-se o vigário de Pôrto Feliz, padre Manuel Ferraz de Sampaio Botelho, com a catequese dos índios e condução dos mesmos ao seio da igreja. Para isso dirigiu um plano ao governador da Capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta, plano êsse bem amparado pelo ouvidor Miguel Antonio de Azevedo Veiga, em carta que enviou àquele capitão-general.

– Nessa carta, amplia o plano e apresenta algumas sugestões: «... mas eu não quisera que fosse a primeira (povoação-reduto) pella grande distancia em que fica das Villas de Sorocaba, e Pôrto Feliz, e Freguesia de Piracicaba e portanto pareciam ser mais conveniente na Barra do Rio, de quem toma o nome aquella Freguesia.»

– E continua o ouvidor-deputado da junta de Guarapuava: «... e pello que pertence aos meios deverão estes sahir dos Reas Cofres, e Caixa de Contribuição Literária no que toca a despeza, visto que presentemente há a unica, cuja applicação se não verifica, sendo escolhidos, os Povoadores nos Destrictos, das Villas de Sorocaba, Pôrto Feliz, e toda a Freguesia de Piracycaba.»

6 DE JUNHO – Manuel Duarte Novaes, da freguesia de Piracicaba, distrito de Pôrto Feliz, obtem carta de sesmaria sôbre «legoa e meia de terras em quadra que houve por título de arrematação do capitão José de Goes Botelho, fazendo pião na paragem denominada o campo de Congonhal.»

15 DE AGÔSTO – Nasce em Itu o pintor Miguel Arcanjo Benício de Assunção Dutra. Cedo transferiu sua residência para Piracicaba, revelando seus preciosos dotes de ourives, organista, pintor, decorador, compositor e projetista. Tem seu nome ligado às igrejas da Boa Morte,

de Santo Antonio, de São Benedito, ao ex-teatro Santo Estêvão e à Santa Casa. Deixou inúmeras composições musicais e trabalhos pictóricos. Faleceu nesta cidade em 22 de abril de 1875.

26 DE SETEMBRO – Declaração de João Pedroso de Almeida a sua mulher Inácia de Moraes, testemunhando haverem vendido ao tenente Joaquim de Sant'Anna de Souza Campos «huma sorte de terras na paragem chamada o Funil p.a fora do rumo da Cesmaria do Ten.te José Joaquim de São Payo; e mais o Certão inculto». A venda foi realizada ao preço de cinco mil réis, livre de despesas de cartório.

21 DE NOVEMBRO – Felipe de Campos Bicudo, sargento-mor e o tenente José Campos Paes, obtêm carta de sesmarias sôbre «tres legoas de terras de testada e uma de fundo nos Campos de Araraquara, districto de Piracicaba, comprada a Miguel Alberto de Vasconcellos.

– 1811 –

11 DE FEVEREIRO – Nasce na Vila de Una, São Paulo, Jesuino José Soares, apontado como um dos principais fundadores da cidade de São Carlos atual. Consorciou-se em Piracicaba com Maria Gertrudes de Arruda, adotando o «Arruda» da espôsa. Afirma-se, entretanto, que era piracicabano, aqui exercendo as funções de tropeiro. Faleceu a 4 de julho de 1895.

13 DE FEVEREIRO – A Câmara da cidade de São Paulo se dirige, por officio, ao governador capitão-general de São Paulo, propondo-lhe três bachareis para juiz de sesmaria. O «piracicabano» Nicolau Pereira de Campos Vergueiro vinha em primeiro lugar e, de fato, foi o escolhido.

14 DE FEVEREIRO – O capitão-general e governador de São Paulo, por proposta da câmara da cidade de São Paulo, escolhe Nicolau Pereira de Campos Vergueiro para o cargo de juiz de sesmaria. Eram três os bacharéis propostos e o nome do escolhido vinha em primeiro lugar.

11 DE MARÇO – O capitão de Piracicaba, Francisco Franco da Rocha, em virtude de molestia, velhice e falta de posses, pede demissão do cargo que ocupava, tendo o capitão-general de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta elogiado o demissionário, determinando que fôsse conservado em tôdas as suas honras militares e usando dos seus competentes uniformes.

– O capitão-mor da Vila de Pôrto Feliz, a cuja jurisdição Piracicaba se achava, escreve a D. Antonio José da Franca e Horta, capitão-general de São Paulo, participando-lhe que o capitão-mor de Piracicaba,

Francisco Franco da Rocha, pedira exoneração de seu cargo», por motivo de «molléstia, velhice e falta de posses».

23 DE MARÇO – «Recebi o seo Officio de 11 do corrente acompanhado da carta que lhe escreveo o benemerito Capitam de Piracicaba Francisco Franco da Rocha; bem a meo pezar consinto em que elle seja demittido do Real Serviço attentas as suas razoens de mollestia velhice e falta de posses; porem pellos seus bons serviços Ordeno que elle seja conservado em tôdas as suas onrras Mellitares uzando dos seus competentes uniformes». (Carta do capitão-general ao capitão-mor de Pôrto Feliz).

20 DE JUNHO – Nasce em São Miguel de Rebordosa, Portugal, junto à cidade do Pôrto, José Pinto de Almeida, cujo nome figura numa das ruas da cidade. Foi um dos principais fundadores da Santa Casa de Misericórdia local e muito se distinguiu no campo assistencial.

12 DE AGÔSTO – Queixa do capitão-mor da Vila de Pôrto Feliz ao capitão-general da Capitania contra a arrogância do sargento-mor reformado Carlos Bartolomeu de Arruda, o qual, esperando voltar ao comando da Freguesia de Piracicaba, com vicissitudes políticas, ameaçava vingança por todos os cantos, sabendo-se que já fora destituído daquele cargo por desmandos anteriores.

16 DE AGÔSTO – Ordem de prisão emanada do capitão-general da Capitania contra o sargento-mor reformado Carlos Bartolomeu de Arruda, o qual, esperando voltar ao comando de Piracicaba, em virtude das vicissitudes políticas, ameaçava, vingança contra todos, sabendo-se que fora destituído daquele encargo por desmandos anteriores.

– Tenho presente o officio», «queixando do Sargento-mor reformado Carlos Bartolomeu de Arruda, e que elle ameaça o Povo de Piracicaba de que com a chegada do Ex.mo Sn.r Marquez de Alegrete hade tornar ao Commando da ditta Freguesia», «ordeno a V.M.ce o mande prender e que venha a Salla dêste Governo.»

– Luiz Teles da Silva, marquês de Alegrete, seria o futuro capitão-general de São Paulo, com a demissão, a pedido, de Francisco Franco da Rocha. Realmente, o marquês de Alegrete tomou posse a 1.º de novembro.

27 DE SETEMBRO – O capitão-general da Capitania dá ciência à câmara de Pôrto Feliz haver chamado à ordem o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, que impedia que a população da Freguesia de Piracicaba se servisse de certas regalias, atinentes às terras consideradas logradouros públicos.

– O ato da reprimenda se realizou na sala da Presidência da Capitania, estando presentes às falas o vigário de Piracicaba e o bacharel Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. O interessante é que a questão não «morreu», mas continuou por anos ainda, com os descendentes do ardoroso sargento-mor.

– «... e disto elle assignou hum Termo», «que eu remetto a Vm.ce por copia», «e a todo tempo constar que o terreno questionado hé do Público, a quem / se necess. o hé / eu por esta dou para Logradouro dos Moradores da Povoação de Piracicaba.»

– Compreenda-se: Carlos Bartolomeu de Arruda era um dos maiores latifundiários de Piracicaba. A povoação crescia. A demarcação de 1808 de ruas e praças, feita pelos vereadores de Pôrto Feliz, atingiu terras do sargento-mor, sem encontrar a devida condescendência do proprietário. A esperança na proteção do marquês de Alegrete fê-lo cantar vitória antes do tempo.

– Ainda sôbre o mesmo assunto, o governador da Capitania oficiava ao capitão-mor de Pôrto Feliz, finalizando sua carta: «Eu espero que Vm.ce daqui por diante viverá em socego com o dito Sargento-Mor», «de sorte que não torne a chegar ao Prez.e dêste govêrno queixas de parte a parte.

1 DE OUTUBRO – Representação da câmara de Pôrto Feliz ao govêrno da Capitania, reclamando contra a usurpação de terras pelas câmaras confinantes, (Itu e Mogi-Mirim), no tocante à concessão de sesmarias em território de Piracicaba, campos de Araraquara, pois que só quem poderia falar sôbre a freguesia de Piracicaba e seus distritos era aquela autoridade.

– Sabe-se por essa representação que a concessão de sesmarias estava sendo feita desordenadamente, umas sem confirmação, outras sem demarcação, outras dadas a dois ou mais donos, entrando nessa balbúrdia as «Câmaras confinantes», que não respeitavam os direitos que Pôrto Feliz tinha sôbre tais terras, desde que fora erigida em vila e estabelecida fora sua jurisdição.

7 DE OUTUBRO – A câmara de Pôrto Feliz reclamava junto ao govêrno da Capitania contra o fato de a Freguesia de Piracicaba pertencer à jurisdição de Itu e do próprio Pôrto Feliz. O transtorno era evidente e pediam providências a respeito do fato.

14 DE OUTUBRO – Antonio José da Franca e Horta, governador da Capitania de São Paulo, escrevia à Câmara da Vila de Pôrto Feliz, que se queixara das edilidades de Itu e Mogi-Mirim, as quais não

respeitavam limites na concessão de terras, especialmente na parte da freguesia de Piracicaba.

– Dizia o capitão-general: «Quanto ao primeiro ponto devem Vm.ces observar o Foral, q. se lhes deo na Ereccção dessà Villa, q. to ao Segundo devem executar, e fazer executar a Lei das Sesmarias de 25 de Janr.o de 1809».

24 DE NOVEMBRO – Carta dirigida pelo Senado de Pôrto Feliz (câmara) à câmara da Vila de Itu, a respeito das inconveniências apresentadas pela freguesia de Piracicaba, cuja jurisdição pertencia às duas Vilas. Aquela edilidade era de opinião que a mencionada localidade deveria pertencer unicamente a Pôrto Feliz, pela facilidade mais prática de comunicação.

– «Refletindo nós nas frequentes e repetidas dúvidas que actualmente se estão suscitando entre os moradores da Freguesia de Piracicaba por causa da inconsiderada demarcação feita na ereccção desta Villa que supposta ficou com a Jurisdição para a Justiça, e politico com tudo achando-se alguns moradores alem do termo divisorio, querem alienar-se da obediencia que devem por ter a este Senado...»

– «Portanto por ser nos justo e de razão que haja reforma de dicizão, afim de que aquella Freguesia fique sujeita a êste Senado, pois que boa despozição se poderá conhecer na expedição de Reaes Ordens para a Justiça, e politico em huma Freguesia dividida entre duas Jurisdições, ainda quando hé inegavel que pella distancia nas ocaziõins mais urgentes no recurso daquelle povo.»

2 DE DEZEMBRO – Carta régia, criando a ouvidoria de Itu, (sede), abrangendo as Vilas de Sorocaba, São Carlos, (Campinas), Mogi-Mirim, Pôrto Feliz, Itapetininga, Itapeva (Faxina) e Apiaí. A freguesia de Piracicaba, embora não fôsse expressão alguma, estava implicitamente nesse meio.

30 DE DEZEMBRO – Nova representação dos camaristas da Vila de Pôrto Feliz, endereçada ao govêrno de São Paulo, reclamando contra a divisão em que se achava a Freguesia de Piracicaba, sujeita a duas jurisdições: uma local e outra de Itu. Terminavam, pedindo «concerto de limites».

– «Esta Villa, emq.to foi Freguezia, e a Freguezia de Piracicaba forão sugeitas à jurisdição da Villa de Itu, mas na sua ereccção em Villa lhe ficou sogeita a d.ta Freguezia de Piracicaba.» «Alem do Salto do Rio da d.ta Freguezia não houve divizão alguma deciziva, senão a menção de ficar sendo do Salto p.r baixo de hua e outra parte pertencendo a esta Va; e como dali para diante segue hum gr. de sertão, que procura

as partes de Goyaz, por onde hé difficiloso dividir-se p.r cauza da sua extenção ...»

– «Depois de se terem tirado algumas sesmarias por desta Camara em aquelle certão, agora muitos estão requerendo pela Camara de Ytu», «como aconteceu com o Alf.res João Manoel do Amaral, que requerendo hua sesmaria por esta Camara, consta q. outro sojeito tão bem tira no m.mo termo pela Camara da d.a Va de Ytu.»

– 1812 –

31 DE JANEIRO – Carta de sesmaria passada a favor de Joaquim Mariano Galvão, da freguesia de Piracicaba, sôbre «uma légoa de terras de testada e tres de fundo nos campos de Araraquara, principiando no fim da sesmaria que nas mesmas paragens pede o Capitão Domingos Soares de Barros.

– Domingos Soares de Barros, da freguesia de Piracicaba, obtem carta de sesmaria sôbre «uma sorte de terras de testada e três de sertão, nos campos de Araraquara», «com os fundos correndo para a parte do Ribeirão Jacaré.»

11 DE JUNHO – Carta do capitão-mor de Pôrto Feliz ao capitão-general de São Paulo, a respeito de dois recrutas da Freguesia de Piracicaba. Por essa, carta se vê que, naquele tempo, como hoje, havia manha, havia malícia para desobrigar-se dos deveres militares.

– As Ordenanças engajavamos os «voluntários» capazes da localidade. Mas a vida militar é árdua, como sempre foi. E os recrutas não perdiam vaza...

11 DE DEZEMBRO – Escritura de convenção, lavrada em casa de moradia de Bento José Ribeiro, pelo qual José Coelho Barbosa e sua mulher reconheceram-se devedores ao tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza da importância de «hum conto trezentos e quarenta mil réis, alem de juros e custas», fazendo-lhe doação em pagamentos das terras que possuíam em Piracicaba.

– Tais terras, que formavam o dilatado patrimônio imóvel daquele official, compreendem hoje grande parte da zona central de nossa cidade, e a escritura acima se deu em resultado de uma ação de reivindicção que Fonseca e Sousa moveu, por volta de 1810, contra Bento José Ribeiro, perante o Juizo da Ouvidoria da cidade de São Paulo.

– Acrescenta a escritura que as «ditas terras dos devedores elles a houverão por compra do Sismeiro Ignacio de Almeida Lara e sua mulher Maria de Siqueira que foram sobras da sismaria do dito e também da arrata, (partilha), que pertenceu ao dito devedor como consta da ata, e de hum pedaço de terra que houve por troca que fez com o

sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda com as outras terras do Piracicamirim.»

21 DE DEZEMBRO – Auto de diligência dado à Câmara da Vila de Itu pelo desembargador Miguel Antonio de Azevedo Veiga, no sentido de contornar dúvidas a respeito das jurisdições que Pôrto Feliz e Itu possuíam sobre a freguesia de Piracicaba e campos de Araraquara. A iniciativa pertenceu à edilidade ituana, motivada pela concessão de cartas de sesmaria, com informações partidas de uma e outra câmaras, de forma a suscitar confusão. O auto de diligência determina que se respeitem as divisas assinaladas de quando Pôrto Feliz foi elevada a vila, ficando a freguesia de Piracicaba como que dividida ao meio, pertencendo parte a Pôrto Feliz e parte a Itu.

– 1813 –

21 DE JANEIRO – Carta do Capitão da freguesia de Piracicaba ao capitão-mor da Vila de Pôrto Feliz, dando conta do que ia em nossa terra, em virtude de pertencer à duas jurisdições. É fácil de presumir-se a confusão que isso originava.

23 DE JANEIRO – Novamente o capitão-mor de Pôrto Feliz se dirige, por carta, ao govêrno de São Paulo, expondo os inconvenientes de se achar a freguesia de Piracicaba sujeita ao govêrno de duas Vilas. A autoridade supra era de opinião que Piracicaba deveria estar sujeita apenas a Pôrto Feliz.

– «... e além de tudo por causa das continuas Expediçõins do R.l Serv.o, que se apromptão neste Porto para a Cap.a de Mato Grosso, e Comercio da m.ma, pelo que tendo a d.a Freg.a (Piracicaba) em meo Commando, mais facil me fica a provid.a daquella parte em taes ocaziõins, e não me ser preciso officiar a differentes Commands, que só a experiência mostra quanto difficel».

– «Portanto parece, que de justiça o Commando da d.a Freg.a deve continuar no seo antigo estado em razão do exposto; e alem disso alguma desatensão experimentarei por aquella parte, e terei motivo de sentir depois de com tanto disvello me ter empregado no R. Servisso, principalm.e nas grandes e trabalhosas Expediçoens.»

6 DE MARÇO – Nasce em São Paulo Vicente de Souza Queiroz, barão de Limeira. Possuía grandes propriedades agrícolas. Pai de Luiz Vicente de Souza Queiroz, a quem coube por herança a fazenda São João da Montanha, onde mais tarde, fundou a Escola Agrícola.

1 DE JUNHO – O governador-geral da Capitania de São Paulo escreveu ao capitão-mor de Itu, determinando-lhe que o povo da freguesia de Piracicaba ficasse sujeito ao comando militar e às Ordenanças de Pôrto

Feliz, em virtude das novas divisas entre esta vila e aquela. Itu, ao que se percebe, ficou, sôbre Piracicaba, com a jurisdição Civil e Religiosa.

10 DE JUNHO – O capitão-general da Capitania de São Paulo escrevia ao capitão-mor da Vila de Pôrto Feliz, determinando-lhe ficasse a Freguesia de Piracicaba sujeita ao Comando Militar e às Ordenanças dessa Vila. A Vila de Itu, sôbre a Freguesia de Piracicaba, ficaria com a jurisdição Civil e Religiosa.

18 DE JUNHO – Francisco Peixoto de Souza Machado, escrivão da Câmara de Pôrto Feliz, registrava uma carta, recebida do «senhor General da cidade de São Paulo», destinada ao capitão-mor dessa Vila «para todo o povo da Freguesia de Piracicaba sem distincção ficar sujeito ao Commando Militar e as Ordenanças da Villa de Pôrto Feliz.»

23 DE JUNHO – «Aos vinte, e trez dias do mez de Junho de mil, e oito Centos e treze, falleceo o Capitão Francisco Franco da Rocha de idade de Secenta, e nove annos, com todos os Sacramentos, casado com D. Maria de Arruda do Amaral. Fez testamento, e deixou hua Capella de Missas por sua alma. Foi encommendado, e sepultado dentro; do que fiz êste assento. O Virg.o Manoel Joaq.n Am.al Gorgel.»

25 DE JUNHO – Carta de agradecimento do capitão-mor de Pôrto Feliz, Francisco Correia de Moraes Leite, ao capitão-governador da Capitania de São Paulo, pelas providências havidas na questão das divisas da freguesia de Piracicaba, com a sua dupla jurisdição, pertencendo àquela vila e à vila de Itu e com atritos frequentes «entre o govêrno Militar e o Civil.»

– «... e porque esta sabia, e prudente rezolução separa o encadeamento de diferentes ruínas não só no Servisso de S.A. Real, como no particular da maior parte do povo da Freg.a de Piracicaba, a q.m se reffere a boa provid.a; e ainda mesmo no abono de minha pessoa; digo por esta a beijar as distintas Mãos de V. Ex.a...»

– 1814 –

20 DE JUNHO – Francisco Antônio da Costa Barreto, morador do Rio de Janeiro, obtem carta de sesmaria sôbre «tres legoas de terras na freguezia de Piracicaba», com légua e meia de testada e duas de sertão.

14 DE SETEMBRO – Alargando seu campo de atividade, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro compra, demarcada e medida, a sesmaria do Monjolinho, nos campos de Araraquara, (Piracicaba), para ali estabelecer uma fazenda de criação.

8 DE DEZEMBRO – Toma posse da Capitania de São Paulo o Conde de Palma, D. Francisco de Assis Mascarenhas, a quem os Pira-

cicabanos, em 1816, endereçaram uma bem fundamentada representação, pedindo que Piracicaba passasse de freguesia a vila.

– 1815 –

8 DE FEVEREIRO – Falece em Piracicaba o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, figura de saliência na história de Piracicaba, mormente no capítulo de obtenção de terras ou sesmarias, quando nem sempre – afirmam as crônicas – procedia com acêrto e justiça. Bastante prepotente e mulherengo, deixou casos palpitantes.

– «Aos oito dias do mez de Fevereiro de mil, e oito Centos e quinze, falleceo da vida presente o Sargento Mor Carlos Bartholomeu de Arruda, de idade setenta e cinco annos, sem sacramentos por não alcançar, casado com D. Maria de Meira. Foi encommendado e sepultado das grades para sima; do que fiz este assento. O Vigr.o Manoel Joaq.m Am.al Gorgel»

– O sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda era casado com Maria de Meira Siqueira, sendo êstes seus filhos: Manuel Joaquim de Arruda Pinto, casado com Ana Josefa Pereira de Souza; Carlos José Botelho, casado com Cândida Maria do Rosário; Maria Antonia e Maria Francisca, que faleceram solteiras. Era avô do notável paulista Antonio Carlos de Arruda Botelho, conde do Pinhal, bem como do coronel Paulino Carlos de Arruda Botelho, Carlos de Arruda Botelho, João Carlos de Arruda Botelho, Bento Carlos de Arruda Botelho e Joaquirn de Meira Botelho.

21 DE NOVEMBRO – «Aos vinte, e hum dias do mez de Novembro de mil, e oito Centos e quinze, falleceo da vida presente o Sargento Mor Ignacio José de Siqueira, de idade de sincoenta, e seis annos, com todos os Sacramentos, cazado com D. Anna Francisca de Paula, com testamento, em que deichou hua Capella de Missas pela sua alma. Foi encommendado, e acompanhado solenemente e sepultado nas primeiras sepulturas; do que fiz este assento. O Vigr.o Manoel Joaq.m Am.al Gorgel.»

– 1816 –

17 DE JANEIRO – Uma das mais antigas escrituras locais: «Translado de escritura de venda e compra de hum citio e terras na paragem denominada o Barreiro. Distrito da Freguezia de Piracicaba, que vendem Manoel Lopes Teyxeira e sua mulher Rosa Soares por preço e quantia de 500\$000. «Lavra a escritura o «tabelliam» Eufrasio de Arruda e Sá, «nesta Villa de Nossa Senhora da Candelaria de Itu Cabeça de

Comarca». Foi comprador Francisco Eugênio de Andrada, dos irmãos Andradas, de Santos.

17 DE FEVEREIRO – Ofício do tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, possivelmente endereçado ao capitão-general da Capitania, defendendo-se de acusações e, igualmente, acusando seu sócio. Por êsse documento, sabe-se que Fonseca e Souza foi o primeiro proprietário da fazenda Nazaré, depois de propriedade do dr. João Batista da Rocha Conceição e, hoje, antiga propriedade do dr. João Pacheco e Chaves, quase tôda loteada, arruada e edificada.

15 DE MARÇO – Nasce, possivelmente em Piracicaba, Manuel Ferraz de Arruda Campos, uma das figuras mais expressivas na história da filantropia de nossa terra. Dedicou-se inteiramente aos lázaros, a princípio por piedade e, por fim, por devoção. Na sua época, era hábito dar alforria a escravos leprosos, que, abandonados, embrenhavam-se pelas matas sucumbindo à míngua. Êste fato, amargurava o coração de Maneco Ferraz, como era conhecido, que, em companhia do escravo Eliseu buscava os infelizes para cortar-lhes a unha, cabelo e barba e dar-lhes alimento. Mais tarde, construiu pequeno leprosário em sua chácara, para melhor servir seus protegidos. Morreu em desastre a 14 de junho de 1887, quando procurava demolir o velho leprosário para construir outro melhor. Há na cidade uma rua, reverenciando-lhe o nome.

25 DE MARÇO – Exposição que o tesoureiro-mor João Ferreira de Aliveira Bueno dirigiu ao ouvidor de Itu, sôbre um plano de pacificação dos indígenas e de fundação de novas povoações, na qual exposição há alguma referência à freguesia de Piracicaba.

– O signatário de tal exposição era contra a fundação de novas povoações para nelas serem distribuidos os índios pacificados. Lembra-va, todavia, localizá-los especialmente na barra do Piracicaba. «Prefiro este Lugar aos outros não só p.r ser mais saudavel, e menos sugeito a Cezoens, como pela proximid.e das nossas Povoações, e ser ornado de fronzozíssimas mattas, o q.e enculcão a mais pingue fertilidade.

– E continuava: «... de hum vasto e lindo rio abundante de peixes, e de huma campanha proxima, onde podem os Indios conseguir nas pescarias, e montarias as commodidade, de vida, q. actualm.te practiçãõ. Estabelecendo se aqui huma Aldea pode ter facil communicaçãõ com as Villas de Pôrto Feliz, Sorocaba e Freguesia de Pirassicaba.»

27 DE MARÇO – Título de venda de vasta extensão de terra, na qual compreendia a Fazenda Monte Alegre e seu engenho, passado ao vigário Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, por d. Maria de Meira Siqueira, genros e filhos – viúva e herdeiros, do sargento-mor Carlos

Bartolomeu de Arruda – fazendo parte da sesmaria que êste possuía na freguesia de Piracicaba.

– Vê-se, então, o nome de novo vigário de Piracicaba Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, depois de muitos anos em que as notícias silenciam a êsse respeito. Seria, na ordem, o quarto pároco de nossa terra.

9 DE JUNHO – Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o brigadeiro Luiz Antonio de Souza arrematam em hasta pública, pela quantia de 1.300\$000, o sítio do Taquaral, situado na estrada de Piracicaba a Itu e formado em terras da sesmaria do Taquaral, concedido a Inácio de Almeida Lara e Pedro Lemos de Oliveira.

17 DE JUNHO – Numa bem fundamentada exposição, os moradores locais se dirigem ao govêrno da Capitania, solicitando fôsse a freguesia de Piracicaba elevada à condição de Vila, sob a denominação de «Joanina», por derivação do augusto nome de D. João VI.

– «... e a mistura das duas jurisdições (que também ocasiona graves inconvenientes), mostram com evidência a necessidade de vila para a qual já basta o número dos habitantes. A criação «terá também grande influência nos interesses gerais desta Capitania, de Goiaz e Cuiabá porque facilitando o roteamento do sertão desconhecido», «fará um dia», mais curtas as suas comunicações ...»

– Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, vigário colado da freguesia de Piracicaba, e Domingos Soares de Barros, capitão-comandante, juntam atestado de veracidade ao pedido dos moradores locais, no sentido de que a freguesia fôsse elevada à condição de Vila.

– Via-se por êsse atestado que as divisas de Piracicaba eram: «A leste confina com a vila de São Carlos (Campinas); ao norte, tem os moradores até sete dias de viagem e segue adiante o sertão desconhecido que confina com Goiaz e Cuiabá. A oeste tem moradores até cinco legoas pelo rio abaixo e segue o sertão do mesmo rio Tietê e Paraná. Ao norte tem os campos de Araraquara, de que ainda não se conhece a extensão».

– Ainda por essa exposição, sabe-se que Piracicaba possuía, então, 18 engenhos de açúcar e mais 12 em projeto, 22 fazendas de criar, com cerca de 2.200 habitantes, sendo que metade da freguesia pertencia a Itu e a outra metade a Pôrto Feliz, estando os moradores espalhados numa distância de «quarenta ou cinquenta legoas». A elevação à Vila viria favorecer, especialmente, as Capitánias de Goiás e Cuiabá.

– Sabe-se por uns «Autos civeis de justificação», datado de 1822, que, na época, (1816), houve reunião de elementos locais, de que participaram os herdeiros de Carlos Bartolomeu de Arruda, o vigário Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, o doutor Nicolau Pereira de Campos

Vergueiro, o capitão-comandante Domingos Soares de Barros e outros, a fim de se tratar dos limites do rossio da futura vila. Nasceram, assim, as celebérrimas cercas, de que a história de Piracicaba-vila está cheia.

19 DE JUNHO – Falece em Piracicaba o ituano e povoador Bento Leme de Oliveira. Era chamado de «povoador» todo aquele que recebesse terras ou sesmarias, a fim de cultivá-las ou povoá-las. Estabelecera-se nesta freguesia depois do abandono da malfadada Colônia de Iguatemi, onde estivera, destacando-se como sargento da 12.ª Esquadra, na companhia do capitão Joaquim de Meira e Siqueira.

22 DE JUNHO – Conta corrente da arrematação do sítio denominado Taquaral, Freguesia de Piracicaba, apresentada pelo procurador Francisco Correia de Moraes Leite, capitão-mor de Pôrto Feliz, aos novos proprietários coronel Luiz Antonio de Souza e dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, na importância total de rs. 1.367\$335. O patrimônio representava herança do falecido alferes Luiz Teixeira de Toledo.

30 DE JUNHO – Escritura, passada pelo próprio punho do vendedor, vigário Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, mediante a qual o tenente-coronel Teobaldo Fonseca e Sousa adquiriu uma sorte de terra, junto às que já possuía, «pagando regimento a quantia de quinhentos mil réis».

– «Hua sorte de terras na margem do Rio cujas terras tem principio no Pau de assoita cavallo, sahindo delle athé vencer o ladeiro do rio e dahi quadrar para o rumo q. vem do marco de pedra, com gramado, serca, e porteira junto do d.o Rio de Assoita Cavallo, e o mais q. se achar dentro do d.o terreno.»

– O imóvel todo do tenente-coronel Teobaldo, «a partir do rio Piracicaba, em direção ao Sul, abrangia terras do limite do rossio (perímetro urbano), demarcado em 1822, hoje grande parte do centro, mais ou menos até onde se encontra a rua Riachuelo, prolongando-se além do Bairro de Dois Córregos, e no rumo Oeste ultrapassava regular distância além do Morro do Enxofre, ou seja cerca de novecentos alqueires.»

18 DE JULHO – O governo de São Paulo – Conde de Palma, governador e capitão-general da Capitania – determinava ao desembargador e Ouvidor da comarca de Itu, Miguel Antonio de Azevedo Veiga, informasse sobre a representação dos moradores da freguesia de Piracicaba, amparados pelo vigário colado Manuel Joaquim de Amaral Gurgel, os quais solicitavam fôsse a localidade elevada à condição de vila.

20 DE JULHO – Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o brigadeiro Luiz Antonio de Souza constituem sociedade, cujo objetivo era a criação de animais e fabricação de açúcar. Vergueiro entrou com o

Engenho do Limoeiro e a Fazenda do Monjolinho, e Souza forneceu as quantias com que foram comprados o Taquaral e Monte Alegre.

31 DE JULHO – O desembargador e ouvidor geral da comarca de Itu, Miguel Antonio de Azevedo Veiga, capeando cópia do requerimento dos moradores da freguesia de Piracicaba, que desejavam fôsse a localidade elevada à vila, endereça officio à câmara de Itu, pedindo parecer a respeito do caso, que era amparado pelo vigário colado.

– Nessa mesma data, pela mesma autoridade sediada em Itu, foi endereçado officio, acompanhado de cópias dos documentos acima ditos, à câmara de vereadores de Pôrto Feliz, fazendo idêntica exigência.

– O vigário Manuel Joaquim do Amaral Gurgel vende ao dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e a seu sócio, brigadeiro Luiz António de Souza, a Fazenda Monte Alegre – uma das grandes expressões açucareiras não só da freguesia de Piracicaba como da Capitania. E essa expressão continua até hoje.

3 DE AGÔSTO – A câmara de vereadores de Itu exara, à exigência da ouvidoria dessa mesma comarca, seu parecer sôbre a petição dos habitantes da freguesia de Piracicaba, que desejavam passasse a localidade à condição de vila. O parecer não foi longo, mas foi totalmente favorável.

– «Hé dito requerimento inteiramente verdadeiro, e por suas interessantes circunstâncias muito digno da Real atenção de Sua Magestade Fideligma e da proteção do Illustrissimo e Exceletíssimo Senhor Conde General.»

– E isto não foram palavras ao vento: «Esta hé nossa resposta sobre a intentada Ereccção daquela nova Villa, que em breves tempos será hua das maiores, e opulentas desta Capitania.» As palavras proféticas se cumpriram.

12 DE AGÔSTO – Sabe-se que a compra anunciada no quadrinho do dia 31 englobou a importância de 2:500\$000, (hoje, dois cruzeiros e cinquenta centavos),

24 DE AGÔSTO – Sessão da câmara de vereadores da vila de Pôrto Feliz, realizada na freguesia de Piracicaba. Com esta iniciativa, os vereadores em aprêço quiseram estudar na localidade a questão, segundo a qual podia ou não a povoação passar de freguesia à vila, conforme solicitação dos próprios moradores conterrâneos. Quiseram aquêles vereadores, assim, dar um parecer concreto à ouvidoria de Itu.

– «...e procedendo-se naquela Freguezia hua Seção de Camera com ajuntamento da Nobreza e mais Povo daquella Freguesia», «em casa de nossas aposentadorias e honde se achava o Juiz Presidente An-

dré Dias de Aguiar, e os Officiaes da Camara Manoel de Mello de Almeida por impedimento de Joaquim Veiga Forte, Joaquim de Toledo Piza, Antonio José de Mello, e o Procurador do Conselho Lourenço de Almeida Lima, comigo Escrivão, (Antonio Peixoto da Silveira)».

– «...e sendo ahi forão vindo os moradores desta Freguezia de Piracicaba, por Editaes, que para este effeito se mandou publicar», «pelo dito Juiz Prezidente», «lhes foi perguntado, se elles se obrigavão a fazer a Sua custa caza de Camara, Cadêa e levantar Pelourinho; ao que responderão parte delles que se obrigavão a fazer tudo...»

– «E de como assim o disserão se lavrou êste Termo de Vereança em deligência em fé do que assinão...» Entre as assinaturas dos locais se contam: Manuel Joaquim do Amaral Gorgel, Domingos Soares de Barros, Miguel Joaquim do Amaral, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Miguel António Gonçalves, João Damasceno Peixoto, Bento Dias de Cerqueira e outros.

31 DE AGÔSTO – Para a resposta à ouvidoria de Itu, exarando seu parecer sôbre a petição dos habitantes da freguesia de Piracicaba, a câmara de vereadores de Pôrto Feliz foi prática e objetiva: veio em pêso a Piracicaba, a fim de estudar o caso «in loco». Seu parecer foi inteiramente favorável.

– «...contudo fomos pessoalmente aquella Freguezia, e fazendo convocar o Povo de nossa jurisdição», «vimos o consideravel crescimento em que vai, a sufficiencia de pessoas para servirem os Cargos da Republica, (do povo), e necessidade de se crearem alli Justiça para manterem o socego publico, e o direito de propriedade...»

– «...e por todos uniformemente foi dito, que estão promptos a fazer a sua custa as Obras exigidas, do que fizemos lavrar um termo que remetemos a Cópia por Certidão do Escrivão dos nossos cargos. Parece-nos ter dêste modo cumprido a Ordem de Vossa Senhoria.»

17 DE SETEMBRO – O desembargador e ouvidor Miguel Antonio de Azevedo Veiga, da comarca de Itu, endereça ao Conde de Palma, capitão-general de São Paulo, seu parecer sôbre a representação dos habitantes de Piracicaba, que desejavam que a freguesia local fôsse elevada à vila. O parecer é favorável, com certas restrições.

– «...informando com o meu parecer, indagando se os suplicantes estão promptos a erigir a sua custa Casa de Camara e Pelourinho, do que assignarão termo», «de maneira que quando Vossa Excelencia haja por bem levar a Real Presença aquelle requerimento já va munido de todos os Documentos necessários e nada mais haja a desejar.»

– «O pequeno numero de individuos, suficientes para ocuparem os Cargos de Governanças», «seria por ora o mesmo obstaculo a sua erecção, tudo o mais a favorece». Agora vêm as palavras de encômios, falando da infeliz divisão da freguesia em duas jurisdições.

– Um vaticínio que deu certo: «Tendo-me mostrado a experiencia que nas villas erectas effectivamente sem precederem aquelles necessarios Edifícios, (casa de câmara, cadeia, casinhas), só por longo tempo e com grande dificuldade se vem a conseguir, do que seguem graves inconvenientes a administração da Justiça.» Tudo justo como a história confirma. Só depois de longos anos é que a localidade contou com tais edifícios, e com a ajuda do govêrno da Província.

25 DE SETEMBRO – Francisco Galvão de França e outros moradores da Vila de Itu, obtêm carta de sesmaria sôbre «tres legoas de testada e uma de fundo na freguesia de Piracicaba, termo da mesma villa, na paragem denominada Rio Corumbatahi, correndo os rumos que mais convier aos supplicantes».

10 DE OUTUBRO – D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma, capitão-general da Capitania, officiou à Corte, informando favoravelmente a pretensão dos moradores da freguesia de Piracicaba, na solicitação de que fôsse a freguesia elevada à condição de Vila.

– «Sobre esta pretensão mandei informar o desembargador Miguel Antônio de Azevedo Veiga, Ouvidor daquela Comarca, (Itu), Magistrado, que me merece particular atenção, ouvindo as Câmaras das ditas duas Vilas, (Itu e Pôrto Feliz), e que examinasse se os suplicantes estavam prontos a erigir à sua custa Casa de Câmara, Cadeia e Pelourinho.

– «Ainda que muitas vêzes eu tenha sido contrário a criação de novas Vilas, por isso que os povos as pretendem erigir em lugares destituídos das circunstâncias necessárias, e de pessoas suficientes para exercerem os cargos públicos, com tudo parece-me que esta se deve erigir; porque o principal ramo de comercio desta Capitania é o açúcar; nas terras adequadas às canas é onde se formam as maiores povoações; as da Freguesia de Piracicaba são as melhores de toda esta Capitania, em consequência é grande a affluência de gente que vai povoando aquêles sertões...»

– «...por isso dão esperança de que a Vila, que ali se criar irá sempre em aumento. São estas as razões que me obrigam a concordar com a justa representação dos povos, e mesmo a suplicar a V. Majestade a mercê da dita criação; dignando-se em tal caso de lhe fazer mercê de uma légua de terra em quadra para ser aforada em pequenas glebas, e servir de Patrimônio à nova Camara.»

24 DE OUTUBRO – «Haja vista o procurador da Coroa» foi um dos despachos dados ao ofício do Conde de Palma, capitão-general da Capitania de São Paulo, quando favoravelmente oficiou à Côrte a respeito da pretensão dos piracicabanos, na solicitação de que fôsse a freguesia de Piracicaba elevada à condição de vila.

31 DE OUTUBRO – Os habitantes de Piracicaba, segundo Djalma Forjaz em «O Senador Vergueiro», representam ao govêrno da Capitania, pedindo fôsse a freguesia elevada à vila. Mário Neme dá esta representação com a data de 17 de junho, o que é certo, mediante o testemunho da correspondência do Conde de Palma.

7 DE NOVEMBRO – «Consulte-se na forma da resposta» foi um dos despachos exarados no ofício do Conde de Palma, capitão-general da Capitania de São Paulo, quando, favoravelmente oficiou à Côrte a respeito da pretensão dos piracicabanos, no sentido de que Piracicaba fôsse elevada à condição de vila.

18 DE NOVEMBRO – Parecer favorável do primeiro ministro de D. João VI, com certas restrições, ao ofício do Conde de Palma, quando se dirigiu à Côrte Portuguesa a respeito da pretensão dos piracicabanos, no sentido de que nossa terra deixasse de ser freguesia.

– Por êsse parecer, sabe-se que, no ato de suas criações, as novas vilas deveriam conter: dois juizes ordinários (presidente da câmara), um juiz de órfãos, três vereadores, um procurador, um tesoureiro de conselho (municipalidade) dois almotacéis (espécie de fiscais), dois tabeliães, de publico, judicial e notas, ficando anexo ao primeiro os ofícios de escrivão da Câmara, sisas, almotaçaria, e ao segundo o de escrivão dêste ofício.

– Estava tudo pronto, mas a «vila» para Piracicaba não veio. Talvez pela dificuldade de se conseguir o número de autoridades exigidas, ou pelo obstáculo da construção da casa de câmara e cadeia, a ereção do pelourinho. Não seria, possivelmente, pelo embaraço dos herdeiros de Carlos Bartolomeu de Arruda, diante daquela exigência do Conde de Palma, que lhe tomava grande «sorte» de terras?

– 1817 –

3 DE JANEIRO – O Conde de Palma, por ato desta data, concede licença ao capitão Bento Paes de Barros, morador na Vila de Itu, para poder montar um engenho de açúcar em suas terras, no lugar denominado Pinhal, termo de Piracicaba.

13 DE JANEIRO – Joaquim Galvão de França, José Galvão de França e Manuel de Barros Ferraz, moradores em Itu, obtêm carta de sesmaria sôbre «legoa e meia em quadra, na freguesia de Piracicaba, na

cabeceira do Ribeirão do Pinhal, fazendo pião no cume do lugar denominado Morro Azul». Nessa sesmaria, ficava o Engenho de Ibicaba.

14 DE JULHO – O alferes Manuel Morato do Canto, residente na vila de Itu, e o cônego João Ferreira de Oliveira Bueno, residente na capital, pedem e obtêm licença para poder erigir engenhos de açúcar, o primeiro em terras de sua propriedade, no lugar denominado Rio das Pedras e o segundo em terras também de sua propriedade, no lugar denominado São João de Capivari.

22 DE AGÔSTO – É criada a freguesia de Araraquara, em terras que até então pertenciam à freguesia de Piracicaba. Sendo esta elevada à vila em 1822, Araraquara ficou então subordinada ao Têrmo de Constituição até 1832, quando, erigida em vila, se tornou município independente.

11 DE OUTUBRO – Carta de sesmaria passada a favor do capitão Manuel Ferraz de Campos, morador em Piracicaba, sôbre «tres quartos de legoa de terra de largura; com uma legoa, pouco mais ou menos de comprido que se acha entre a sesmaria de Manuel Barros Ferraz e as terras que hoje possui o Bacharel Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.»

15 DE OUTUBRO – Joaquim Antonio de Carvalho e outros, moradores na vila de Itu, obtêm carta de sesmaria sôbre «duas legoas de terras de testada e uma de certão, na freguesia de Piracicaba, podendo os suplicantes tomar os rumos mais convenientes que lhes for para a quadra das ditas terras.»

30 DE OUTUBRO – Alvará régio, criando a paróquia de Araraquara (freguesia), desmembrada de Piracicaba, sob a invocação de São Bento e sujeita ao têrmo de Itu.

19 DE NOVEMBRO – Deixa o cargo de governador da Capitania de São Paulo o Conde de Palma, D. Francisco de Assis Mascarenhas, sem ver realizada a pretensão dos piracicabanos, feita em 1816, os quais pediam fôsse Piracicaba elevada à condição de vila.

– De um coice de burro, falece na freguesia de Araraquara Pedro José Netto, que foi, reza a tradição, o primeiro indivíduo a habitar as terras do município de São Carlos atual, por volta de 1790. Consta que era homem de certa cultura e gozava de prestígio na Vila de Itu, onde, por questões políticas, feriu um desafeto, o que lhe valeu a pena do degredo em Piracicaba, por sentença do capitão-mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha. Netto, no entanto, conseguiu fugir a nado pelo rio Piracicaba, indo homisiar-se naqueles sítios.

– 1818 –

23 DE MARÇO – Carta de sesmaria passada a António Manuel de Jesus e Andrade, sôbre légua e meia de terras em quadra no têrmo

da freguesia de Piracicaba, «correndo a testada pelo rio abaixo a rumo competente, a fazer quadra onde completa a legoa e meia, entrando na sesmária todas as voltas e enseadas do dito rio Piracicaba».

13 DE ABRIL – Ofício dos governadores interinos da Capitania de São Paulo, (com poderes idênticos ao do capitão-general), dom Mateus de Abreu Pereira, bispo de São Paulo, dom Nuno Eugênio de Locio Scilba, desembargador e ouvidor, e Miguel José de Oliveira Pinto, chefe da Divisão da Armada Real e Intendente da Marinha em Santos, ao capitão-mor da Vila de Pôrto Feliz e respectiva câmara municipal.

– «Sendo-nos prez. e pela Lista da População da Freguesia de Piracicaba, pertencente ao Destr.o d'esta Villa ser ella de 342 fogos, e por isso na razão de ser devidida aquella Comp. a na conformidade dos termos Ordenados; cumpre q. V. M.ces, sem perda de tempo fação a mencionada divisão, e igualm.te a Proposta de Cap.m p.a a nova Comp.a do Destr.o daquela Freg.a.»

19 DE ABRIL – Ofício da câmara da vila de Pôrto Feliz à diretoria da Capitania de São Paulo, em resposta do ofício anterior, excusando-se de propor nomes para o cargo de capitão-comandante para a nova companhia da Freguesia de Piracicaba, visto esta localidade pertencer igualmente à jurisdição de Itu. Por conveniência de demarcação, os camaristas porto-felicenses achavam que Itu é que devia propor seus candidatos.

– «E p.r.q. a Comp.a q. se deve criar está toda no Destricto da Camara de Itu, e o Cap.m daquela Freg.a mora da Estrada p.a segunda, destricto que pertence a esta Camara, e p.r isso pode haver alguma nullid.e e falta de representarmos ao Ex.mo Snr. nos parece q. q.m deve propor hé a Camara de Itu, com seu respectivo Cap.m Mor.»

6 DE MAIO – Carta régia, concedendo a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro uma sesmária de uma légua de testada e duas de fundo, na região denominada Morro Azul, (hoje Rio Claro), então pertencente ao território da freguesia de Piracicaba. O senador desistiu, porém, dessa sesmária, por encontrar nela inúmeros posseiros (possuidores).

– Luiz Antonio de Souza e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, bacharel, obtêm carta de sesmária, sôbre «uma sorte de terras na freguesia de Piracicaba, comprada a José Antonio, nas vertentes e Salto do Ribeirão do Tatu, com uma legoa de testada e com duas de fundo no referido Salto.»

20 DE JULHO – Terminada a medição da sesmária concedida ao tenente Joaquim Galvão de França, José Galvão de França e Manuel de Barros Ferraz, situada na cabeceira do ribeirão do Pinhal, domínios

da Freguesia de Santo Antonio de Piracicaba. Nessa sesmaria, Nicolau Pereira de Campos possuía seu celebrizado Engenho do Ibicaba.

5 DE AGÔSTO – Carta de Domingos Soares de Barros, comandante da freguesia de Piracicaba, ao capitão-mor de Pôrto Feliz, Francisco Correia de Moraes Leite, sôbre questões de terras da Fazenda Congonhal, em que eram partes Claro de Faria Sodré e o tenente Francisco Pinto Ferraz Júnior. O primeiro entrara em terras de que o segundo se dizia proprietário.

8 DE AGÔSTO – «Aos oito dias do mez de Agôsto de mil, e oito centos, e dezoito, nesta Matriz de S. Antonio de Piracicaba, com Provisão do Reverendo Vigário da Vara da Comarca, em minha presença, e das testemunhas Manuel de Barros Ferraz, e o Capitão Domingos Soares de Barros se receberão em Matrimonio por marido e mulher Manoel escravo do Doutor Nicolao Pereira de Campos Vergueiro, e Maria Gertrudes, parda forra. Receberão as benções nupciaes; do que fiz este assento, que assigno com as testemunhas. O Vig.o Manoel Joaquim d. Am.al Gorgel.»

26 DE AGÔSTO – Bento Banuel de Barros e outros, moradores da vila de Itu, obtêm carta de sesmaria sôbre «uma sorte de terras na freguesia de Piracicaba, nas sobras da sesmaria de Joaquim Antônio de Carvalho e outros, com tres leguas de testada e uma de sert.o ou vice-versa.»

2 DE SETEMBRO – Alexandrina Castorina Ourique obtêm carta de sesmaria sôbre uma légua e meia de terra em quadra, nas margens do Rio Piracicaba, distrito da vila de Itu, abaixo da primeira ilha, entre os ribeirões da Mulgueira de Cima e o do Barreiro Grande.

19 DE OUTUBRO – Manuel Joaquim Faria obtêm carta de sesmaria sôbre «legoa e meia de terras em quadra no termo da Villa de Pôrto Feliz, correndo a sua testada rio abaixo a rumo competente a fazer quadra onde inteire a legoa e meia.»

6 DE NOVEMBRO – Carta régia, nomeando para a Ouvidaria de Itu o doutor João de Medeiros Gomes, de participação relevante na história de Piracicaba. Foi essa, autoridade quem presidiu à elevação de Piracicaba de freguesia à vila, em 1822, tendo rubricado o primeiro livro de atas da câmara local.

– 1819 –

6 DE FEVEREIRO – Carta do sargento-mor comandante da Vila de Pôrto Feliz, propondo houvesse companhia das Ordenanças em Araraquara, já erigida em freguesia, liberta do têrmo da freguesia de Piracicaba, e ambas sujeitas à jurisdição daquela vila.

16 DE ABRIL – De seu Engenho da Boa Vista, freguesia de Piracicaba, Teobaldo da Fonseca e Souza, um dos «homens-maus» na celebrizada questão das «Terras patrimoniais», escrevia uma carta excessivamente laudatória ao nôvo governador da Capitania de São Paulo, João Carlos Augusto Oeynhausen Grevembourg.»

25 DE ABRIL – Toma posse do govêrno da Capitania o Marquês de Aracati, João Carlos Augusto Oeynhausen Grevembourg, em cuja gestão os piracicabanos viram realizado o seu desejo, que era a passagem da localidade de freguesia à vila, em 1822.

30 DE MAIO – Morre o brigadeiro Luiz Antonio de Souza, a que, na companhia do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, a indústria açucareira de Piracicaba muito deve. Mário Neme, em sua «História da Fundação de Piracicaba», diz ser «um nome que deve ser pronunciado com respeito entre os que figuram como beneméritos desta terra.» Foi um dos co-proprietários da Fazenda Monte Alegre.

13 DE SETEMBRO – Da freguesia de Piracicaba seguiu escoltado para a vila de Pôrto Feliz o turbulento Vitoriano Alves de Jesus, «pois sendo cazado abandonou a sua m.er», «e se achava amigado com hua m.er de portas a dentro passando o mais a ser dezobediente as ordens q. se lhe intimava.»

– Para estudo dos costumes: «Remetto prezo em ferros, escoltado pelo cabo Vicente Gomes a Joaquim Soares, «pois hé inteiram.e vadio, tribulento, e vive concubinado com escandalo publico, largando sua m.er no desamparo». Carta do comandante de Milicias da freguesia de Piracicaba ao sargento-mor da vila de Pôrto Feliz.

18 DE SETEMBRO – Carta do sargento-mor da vila de Pôrto Feliz, Manuel Vaz Botelho, ao capitão-general de São Paulo, com referência aos recrutas insubmissos, entre os quais se encontravam diversos das freguesias de Piracicaba e Araraquara, ambas elas sujeitas à jurisdição militar daquela vida.

26 DE NOVEMBRO – Termo de avaliação da Fazenda Monte Alegre por inventário da sociedade de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o brigadeiro Luiz António de Souza, assinado pelo capitão Domingos Soares de Barros e Manuel de Barros Ferraz. Pelo têrmo em aprêço, essa fazenda, com seus bens e pertences, foi avaliada em Rs. 10:822\$160.

– 1820 –

26 DE JANEIRO – Gabriel Dutra e outros, moradores em Piracicaba, obtêm carta de sesmaria sôbre «tres legoas de terras de testada

e meia de fundo, em uma restinga entre o rio Piracicaba e o rumo da sesmaria do capitão Domingos Soares de Barros».

4 DE FEVEREIRO – Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, capitão-mor de Itu, apresentou ao capitão-general de São Paulo um «Extracto de Ordens», que recebera do govêrno da Capitania, para o devido cumprimento. Nessa exposição, muitas são as ordens relativas a Piracicaba, começando com aquela que determinou a mudança da povoação da margem direita para a margem esquerda do rio Piracicaba.

– «Determinandome a mudança da Freg.a de Piracicaba da parte dalem do R. o aonde estava sita, p. a a parte daq. m e q. feliz.e cumpri a eleição, a contento do Cap.m Com.te e de todos os mor.es daquella Freg.a; e lavrei as necessárias memorias q. remeti e se achão na Secret.a do Governo» (7 de junho de 1784).

– «Determinando me, q. propusesse tres hom.es dos mais idônios p.a o cargo de Diretor da Povoação de Piracicaba em lugar do Cap. m Antônio Correia Barb.za q. o exercia, e foi izento p.r molestias o q. promptamente cumpri. (14 de fevereiro de 1787).

– «Determinando me q. animasse eu com esforço a Agricultura da Freg.a de Arary.ba e de Piracicaba, o q. cumpri com a execução possível. (13 de outubro de 1790).

– «Remettendo me p.la Secret.a do G. o hum requerim.to de alg.s mor.es da Freg.a de Piracicaba corroborando com a representaçam da Camara de Pôrto Feliz contra o Sarg.to mor comm.e da m.a Freg.a Carlos B.meu de Arruda, e Ordenandome q. fôsse logo eu a d.a Freg. a examinar a conducta do comm.e, ouv.o as pessoas sem suspeitar, e achando verd.e o contexto do d.o requerim.to, suspendesse do comm. do ao refer.do Sarg.to mor, e o confiasse ao Cap.m Fr.co Franco da Rocha cuja delig.a fielm.e cumpri m.to a cont.o do m.mo Ex.mo Secr.o. (5 de janeiro de 1803).

– «Determinando me q. todo o Povo da Freg.a de Piracicaba ficasse sujeito ao Comm.do Militar e as Orden.as de Pôrto Feliz, e que exactam.e se cumprio. (1.º de junho de 1813).

3 DE MARÇO – De Domingos Soares de Barros, capitão-comandante da Freguesia de Piracicaba, ao governador da Capitania: «... ouvia a Supp. da Maria Dom.es q. nega o facto do emprestimo do cavallo, dizendo q. o Supp. e o tinha posto nos seos pastos p.a engordar, e q.la morrera picado de cobra» e «q. o falecido Marido da Supp.da pertendia pagalo offerecendo p.r elle hum potro.»

17 DE ABRIL – O capitão-mor da vila de São Carlos, (Campinas), Floriano de Camargo Penteadó, endereçou ao coronel Daniel Pe-

dro Müller, inspetor-geral das estradas da Capitania, uma representação dos moradores de Piracicaba e Santa Bárbara, na qual pediam a conclusão de um atalho, que, evitando as margens do ribeirão Quilombo, tornasse melhor a estrada que se dirigia àquela vila.

20 DE ABRIL – De conformidade com suas tentativas anteriores, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro se propôs ao governo da Capitania ao trabalho de abrir a estrada de Piracicaba a Jundiá, a fim de encurtar a distância para São Paulo, dando melhores meios de comunicação para nossa terra.

– «Foi traçada a estrada entre Itu e o antigo picadão para Campinas. Este traçado deixou à direita o local onde hoje está a cidade de Capivari e de Indaiatuba e ia ter no morro de Itupeva, onde havia grande dificuldade para se vencerem as pedras soltas ou matações e acidentado terreno.» O plano foi executado com grandes modificações.

– Diz Djalma Forjaz: «Uma observação interessante é que as estradas de ferro, só aparecendo muitos anos depois, acompanharam mais ou menos os traçados dessas estradas de rodagem que vamos apontando; ainda agora vemos a estrada Paulista dirigir o seu ramal para Piracicaba, (1922), por Santa Bárbara no antigo traçado da estrada de rodagem entre Campinas e Piracicaba.

28 DE ABRIL – Carta de sesmaria passada a favor de José Gonçalves Mayra, da freguesia de Piracicaba, sobre «um quarto de legoa de terras em quadra, na margem do rio Corumbatahi, que parte de um lado para o rio, por outro com o rumo da sesmaria concedida a Antônio Rodrigues Bueno e outros.»

2 DE MAIO – Ofício do general Oeynhausen a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, encarregando-o de abrir a estrada para Jundiá, (São Paulo), conforme proposta que o mesmo fizera ao governo da Capitania, no sentido de dar melhores vias de comunicação à freguesia de Piracicaba.

– Portaria do general Oeynhausen, capitão-general da Capitania, nomeando o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro na qualidade de Inspetor particular nas Estradas do Distrito da Freguesia de Piracicaba. Concretizava-se assim o desejo do senador Vergueiro. Essa portaria foi registrada nas câmaras de Itu e Pôrto Feliz.

14 DE MAIO – O coronel Daniel Pedro Miler, inspetor-geral das estradas da Capitania, determinou ao dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, inspetor particular, (regional), de estradas, por intermédio de capitão-mor de São Carlos, que atendessem a uma representação de moradores de Santa Bárbara e Piracicaba sobre um atalho que, evitando as margens do ribeirão Quilombo, melhor servisse os interesses gerais.

2 DE JUNHO – O capitão-mor de São Carlos, (Campinas), endereçou ao dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, inspetor particular de estradas, a determinação do inspetor das estradas da Capitania, a fim de que atendesse a uma representação de moradores de Piracicaba e Santa Bárbara, com referência à melhoria da estrada que se dirigia àquela vila.

4 DE JUNHO – O dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro se dirige ao capitão-mor da vila de São Carlos, acusando o recebimento das ordens do coronel Daniel Pedro Miler, no tocante a uma representação de moradores de Piracicaba e Santa Bárbara, afirmando que, pela urgência dos trabalhos, assinara também a dita representação.

9 DE JUNHO – Outro ofício do dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, inspetor particular de estradas, ao capitão-mor da vila de São Carlos, (Campinas), sobre a possibilidade do desvio do atalho do Quilombo, beneficiando os moradores de Santa Bárbara e Piracicaba, quando se dirigissem àquela vila.

20 DE JUNHO – Por uma carta de Antônio de Almeida Leite, de seu Engenho da Conceição; e dirigida ao ouvidor pela lei Joaquim de Campos, sabe-se que o govêrno da Capitania abriera uma subscrição para a fatura da estrada Piracicaba-Jundiáí. Almeida Leite, «pela indigência em que vivo», iria contribuir com quatro mil réis.

5 DE JULHO – O capitão-mor de São Carlos, (Campinas) Floriano de Camargo Penteado, estava de acôrdo com o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, segundo carta, no tocante ao atalho da estrada que ligaria Piracicaba àquela vila, beneficiando os moradores interessados.

26 DE JULHO – De modo claro e resoluto, o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro se dirige por carta ao capitão-general de São Paulo, João Carlos Augusto Oeynhausen, expondo sua opinião franca a respeito da fatura e reparo de estradas, de que era inspetor particular (distrital) – assunto de cansativa continuidade, não só na história de Piracicaba como na história do Estado ou do País.

– Outro ofício do dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro ao capitão-mor da vila de São Carlos, a respeito da estrada Piracicaba – Santa Bárbara – Campinas, pelo qual se sabe que os moradores interessados estavam prontos a atacar a picada pelo nôvo desvio, «o q. já não fazem por acudir a cana morta da geadá.»

– O dr. Vergueiro foi positivo: os interesses particulares sempre ficavam acima dos interesses da coletividade, no problema das estradas, sem meio de removê-los. A carta termina com o pedido de demissão de seu cargo e uma oferta de cem mil réis, (avultada para a época), como contribuição à fatura da estrada Piracicaba-Jundiáí.

8 DE SETEMBRO – O capitão-comandante da freguesia de Piracicaba escrevia ao govêrno da Capitania a respeito de questão de terra havida entre Joaquim José do Nascimento e o tenente Felix António do Prado. Tratava-se de «huma sorte de terra», «em rota na sesmaria do Bento Leone d'Oliveira; cortada ao meyo pelo Ribeirão chamado Rio das Pedras.»

15 DE NOVEMBRO – Manoel Ferraz da Cunha, morador em Piracicaba, distrito de Pôrto Feliz, obtém carta de sesmaria sôbre «uma sorte de terras, em 600 braças mais ou menos de largura, fazendo angulo outra gleba com 300 ou 400 braças de largura.»

– 1821 –

7 DE FEVEREIRO – «Passem-se pela Secretaria do Govêrno as ordens necessarias.» Foi êste o despacho que o govêrno da Capitania deu a um abaixo-assinado de moradores da freguesia de Piracicaba e vila de São Carlos, que pediam licença para fazerem a sua custa o melhor caminho que os servisse, ligando os dois centros, sem interferência de ninguém, alusão ao dr. Vergueiro que era, na época, figura de respeito.

– Na representação há os nomes do tenente Joaquim de São Paio, «conhecido demandista», de Teobaldo da Fonseca e Sousa e Fructuoso José Coelho, «os homens-maus da história de Piracicaba», e de d. Margarida da Graça Alves que foi, a bem dizer, a verdadeira fundadora de Santa Bárbara.

8 DE FEVEREIRO – Interessante exposição-mapa que o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro fêz ao coronel Daniel Pedro Miler, inspetor-geral de estradas, com relação ao projetado caminho de Piracicaba a Jundiá, com seus morros, cortes, pontes, desvio, rios, alagadiços etc. Quer dizer que o futuro senador Vergueiro ainda era inspetor...

... – Francisco Alvares Machado de Vasconcelos, cirurgião-mor, obtém carta de sesmaria sôbre três léguas de terras de testada e uma de fundo no distrito de Pôrto Feliz, na confluência dos rios Piracicaba e Tietê, seguindo os rumos que mais convier no ato da medição.

16 DE FEVEREIRO – Joaquim Cardoso Pimentel obtém carta de sesmaria sôbre «uma sorte de terras na freguesia de Piracicaba, têrmo da Vila de Itu, entre o rumo da sesmaria de António Rodrigues Bueno e a de José Gonçalves Meira, na margem do ribeirão Corumbatahi.»

3 DE MARÇO – O capitão Francisco da Costa Alves, comandante das Ordenanças de Jundiá, consegue uma sesmaria, situada à margem-norte do rio Corumbataí. Essa sesmaria e a chamada do Cural do Pereira deram origem ao município de Rio Claro, cuja porção maior de terra, pertencia a Piracicaba, depois Vila Nova da Constituição.

23 DE MARÇO – Aviso imperial, expedindo instruções com referência às eleições, segundo as quais se escolheriam os representantes à Assembléa Constituinte Portuguêsa. De acôrdo com tais instruções, a Província de São Paulo tinha uma única cidade – São Paulo, compreendendo quatro comarcas. Piracicaba pertencia à comarca de Itu.

30 DE MARÇO – Manuel Paes de Arruda, da vila de Jundiáí, obtém carta de sesmaria sôbre «uma sorte de terras na vila de Mogi-Mirim, partindo com a freguesia de Piracicaba e Araraquara, que principia na cabeceira do rio Corumbatahy, o qual desagua de uma parte para o rio Mogy-Guaçu e de outra pela parte de Piracicaba em o rio Claro.»

1 DE ABRIL – Relação dos oficiais de Milícia, residentes na Freguesia de Piracicaba, apresentada a seus superiores pelo capitão-comandante local, Domingos Soares de Barros, os quais eram: o tenente João Leite, o capitão João José da Silva, o tenente José Joaquim de São Payo e o alferes José da Cunha Canto.

17 DE ABRIL – Rafael António Correia e outros, moradores da vila de Mogi-Mirim, obtém carta de sesmaria sôbre «varias posses de terras no sertão devoluto que existe entre o rio Piracicaba e aquella Villa no Ribeirão Claro, legoa e meia de terras de testada de Norte a Sul.»

24 DE ABRIL – Carta do dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, inspetor das estradas de Piracicaba, ao capitão-general de São Paulo sôbre a nova estrada que iria ter a Jundiáí. Quanto tempo levou para que o asfalto viesse pôr têrmo ao angustioso problema das estradas, sempre renovadas e sempre necessitando de reformas!

– Dessa carta, um trecho: «Já me consta q. o Ten.e Jozé Joaquim de S. Paio, bem conhecido por Demandista, protestou não dar a sua gente ainda q. o esfolem.» É que os donos das «testadas», (frente dos terrenos), forneceriam os camaradas precisos para o trabalho de rigor, obedecendo sempre a um «piloto», (agrimensor prático), para a orientação de praxe.

17 DE MAIO – Reunem-se em Itu os eleitores paroquiais da comarca, a fim de escolherem entre si os que, com os das outras comarcas, deveriam formar a Junta da Província para eleição dos deputados à Côrte de Portugal. O Colégio eleitoral da Comarca era constituído de Itu, Sorocaba, Itapetininga, Pôrto Feliz, Paranapanema, Pirapora, Piracicaba, São Carlos, Franca, Apiaí, Casa Branca, Batatais, Mogi-Mirim e Itapira. Entre a representação de Piracicaba estava o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que foi um dos eleitos.

– Nessa mesma reunião, por proposta de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, (Piracicaba), Paula Souza e Melo, (Itu), e Alvares

Machado, (Pôrto Feliz), foi prestado juramento à futura constituição portuguesa, sendo êste o primeiro juramento havido a respeito no Brasil. Tal fato deu a Itu, em 1823, o título de «Fidelíssima». Mas, como se vê, a glória não pertence totalmente à veneranda cidade paulista.

– «O processo eleitoral – diz Djalma Forjas no «Senador Vergueiro» – era muito complicado, sendo de 4 graus. Os cidadãos domiciliados nas freguesias elegiam pela pluralidade de votos os compromissários, (1.º grau); êstes elegiam os eleitores paroquiais, (2.º grau), que, reunidos na sede da comarca, elegiam os eleitores da comarca. (3.º grau), os quais, finalmente, na capital da província, elegiam os deputados, (4.º grau).

– Felipe de Campos Bueno, Francisco José de Góes, Joaquim de Almeida, Domingos da Costa, Luciano Ribeiro, Vicente do Amaral Gorgel, Manoel Joaquim da Silva e José de Campos Neves, moradores em Piracicaba, obtêm carta de sesmaria: sôbre uma sorte de terras no lugar denominado Pinhal.

– Alexandre de Goes Maciel e outros, moradores da freguesia de Piracicaba, têrmo da vila de Itu, obtêm, nesta data, carta de sesmaria sôbre um terreno na paragem denominada Ribeirão das Laranjeiras.

19 DE MAIO – Realizaram-se em Itu as eleições entre «eleitores paroquiais», estando presentes os eleitores de Piracicaba, para representarem a comarca nas eleições finais, que se realizariam em São Paulo, a fim de se processar a escolha dos deputados paulistas que, na companhia dos demais deputados brasileiros, representariam o país na Constituinte portuguesa.

– Entre a representação piracicabana, contavam-se o padre Joaquim do Amaral Gorgel, o tenente José do Amaral Gorgel e o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, sendo que êste último foi eleito em Itu e em São Paulo, seguindo depois para Lisboa, como deputados brasileiro, não obstante ser português de nascimento.

– De tôdas essas notícias a gente deduz que houve, antes do dia 17 de maio, a primeira eleição em nossa terra. Os eleitores em condição para tal, cidadãos escolhidos para êsse fim, elegeram os compromissados, os que, por sua vez, elegeram os paroquiais, que seguiram para Itu, a fim de cumprir com o restante da obrigação. Infelizmente, não conseguimos a menor informação sôbre o assunto.

5 DE JUNHO – Carta de Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, capitão-mor da vila de Itu, ao governador da Capitania de São Paulo, anunciando providências sôbre a fatura do caminho de Piracicaba a Jundiáí, passando por São Carlos (Campinas).

23 DE JUNHO – São Paulo, (capital), também prestou juramento à Constituição portuguesa, decretada pela Côrte de Lisboa, e José Bonifácio organizou o govêrno provisório da província. Entre os escolhidos, constava o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que tomou posse da pasta da Agricultura, ao lado do tenente coronel Antonio Maria Quartim. Como se vê, Piracicaba também esteve presente no govêrno provisório, logo depois da partida de D. João VI.

6 DE AGÔSTO – Os eleitores da Comarca reuniram-se em São Paulo, a fim de constituírem a Junta Eleitoral da Província, no objetivo de elegerem os deputados paulistas à Assembléia Constituinte Portuguesa. Os trabalhos duraram dias e, entre os eleitos, se constatou o representante de Piracicaba, dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

29 DE OUTUBRO – Na sua 53.^a sessão, o govêrno provisório de São Paulo deliberou mandar erigir em vilas as freguesias de Franca e Piracicaba, esta sob a denominação de Vila Nova da Constituição, em homenagem à Constituição portuguesa, nesse ano promulgada.

– Faltam informações a respeito de tão magno assunto. Quem teria feito a propositura? Houve empenho de alguém? Atendeu-se a algum abaixo-assinado? Seria fato naturalíssimo em vista do progresso da localidade? A ata em aprêço é omissa.

– «2.º – Deliberou-se que em observância das Instruções Régias, de 26 de janeiro de 1765, e Carta Régia de 22 de julho de 1766, dirigidas a êste govêrno, e o estilo praticado pellos excelentíssimos capitães-generais desta província se expressam as ordens para se erigir em vilas as freguesias da Franca com a dos Batatais que se denominará – Vila Franca d’El Rei – e a de Piracicaba com Araraquara, que se chamará – Vila Nova da Constituição ...»

– Consequentemente, por efeito da criação da Vila Nova da Constituição, a ela se achavam incorporadas as seguintes localidades, hoje desmembradas de Piracicaba: Araraquara, Rio Claro, Limeira, Piracununga, Araras, Santa Bárbara, São Pedro, Santa Maria, Rio das Pedras, Charqueada e outras.

31 DE OUTUBRO – Por portaria, o govêrno da Província mandou erigir em vila a freguesia de Piracicaba, não sob a denominação de Joanina, como queriam seus moradores, mas com o nome de Vila da Constituição, em homenagem à constituição portuguesa, promulgada nesse ano.

– «O govêrno Provisório attendendo as justas representações que a êste govêrno tem feito desde o anno de mil oitocentos, e dez e seis os moradores da Freguezia de Piracicaba», «para que», «seja creada

e erecta em Villa, e contando dois Mappas da Povoação», «e as informações que aquelle respeito derão as Camaras respectivas, (Itu e Pôrto Feliz), e o Dezembargador-Ouvidor daquella Comarca Miguel Antonio de Azevedo Veiga...»

– «...mas tão bem que não podem, (os moradores), recorrer sempre que percizão as justiças da Villa de Itu, e Pôrto Feliz em razão das grandes distancias resultando disto mui graves prejuizos e segurança pública e aos interesses particulares daquelles moradores, cujo florente commercio de Assucar, e outros generos hé a todos constante, vai sempre em augmento...»

– «...determina o mesmo govêrno ao Senhor Dezembargador João Medeiros Gomes Ouvidor da predita Comarca de Itu, que pasando incontinente a mencionada Freguezia de Piracicaba faça erigir Sua Povoação em Villa a qual se denominará – Villa Nova da Constituição.»

– A portaria dá ainda outras instruções, como o levantamento do pelourinho, a eleição e posse da camara, a demarcação do rossio, as respectivas atas e audiencia de provimento, trazendo a assinatura do presidente João Carlos Augusto Oeynhausien Grevemborg, capitão-general e demais membros do govêrno Provisório.

– São incontestadas as divisas do município de Vila Nova da Constituição para os lados de São João do Rio Claro, Limeira, Capivari de Cima e Pirapora, (Tietê), contem de três léguas de território, com Botucatu e Capela da Serra, (Serra Negra), contem dez a doze léguas e pelo rio Piracicaba abaixo de um a outro lado dezesseis a vinte.

– Dialma Forjaz, em «O Senador Vergueiro», diz que o nome de Vila Nova da Constituição, adjudicado à povoação de Piracicaba quando elevada à condição de vila, foi «por ser a primeira vila criada depois de jurada a Constituição Portuguesa que estava sendo elaborada.»

– 1822 –

14 DE MARÇO – A história dos caminhos: «Ill.mo Snr. Cap.m. Domingos Soares de Barros – A dezoito annos mais ou menos q. vim a esta Freg.a aranaxme já avia o cam.o daq. Vmce me ordena lhe informe, e desde esse tempo thé agora se conservou franco; pois m.tas vêzes fui aquelle sitio pelo dito cam.o». «Hé o que posso lhe informar. Estimarei tenha saude e q. D.s o g. e p. r m. s a. s. Em Freg.a 14 de marso de 1822 – Manoel Duarte Novaes.»

17 DE MARÇO – Xisto de Quadros Aranha, por carta, dava ao capitão-comandante da Freguesia de Piracicaba, Domingos Soares de Barros, à solicitação dêste, informações com referênciã ao caminho «do

Cap.m Caetano Joze Portella e seu socio, f. Manoel de Barros Fenas», afirmando ser caminho livre, «sem contradição de pessoa alguma.»

18 DE MARÇO – Domingos Soares de Barros, capitão-comandante da freguesia de Piracicaba, prestava informação a seus superiores, «por ordem do meo Cap.m Mor», a respeito de um caminho sôbre o qual havia dúvidas de seus novos «proprietários de testada». Ao que parece, os herdeiros do falecido sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, é que estavam agitando tais dúvidas.

23 DE MAIO – Sedição conhecida pelo nome de «Bernarda de Francisco Inácio», em consequência do que, a 19 de julho, foi «deportado» para Constituição o capitão Jaime da Silva Teles, figurante da celebérrima assuada de 12 de outubro, em frente da casa do Senador Vergueiro, situada no mesmo lugar onde se encontra hoje o Hotel Central.

24 DE JUNHO – Cópia do termo de vereança da Câmara de Itu, como Cabeça da Comarca, enviado às vilas que lhe eram subordinadas, (Piracicaba inclusive), patenteando sua fidelidade ao Príncipe Regente, contra São Paulo; em face do movimento que se chamou «Bernarda de Francisco Inácio» e pedindo cooperação de ditas vilas, «caso seus sentimentos fossem idênticos.»

25 DE JUNHO – Cópia do decreto de Sua Alteza Real o Príncipe Regente, assinado por José Bonifácio de Andrada e Silva, enviado pela Câmara de Itu, como cabeça de comarca, a Piracicaba e lida na primeira reunião da câmara da então Vila Nova da Constituição, contendo providências que deveriam ser tomadas pelas câmaras que jurassem fidelidade ao Príncipe Regente, contra São Paulo, no movimento que se chamou «Bernarda de Francisco Inácio.»

1 DE JULHO – Em discurso pronunciado nas Côrtes, o senador Vergueiro, o primeiro parlamentar partido de Piracicaba, afirmou que, «na província de São Paulo, só se fez o juramento da Constituição Portuguesa em Itu». Como é sabido, Piracicaba participou desse juramento, ao lado de Itu e Pôrto Feliz. Só que a sede da comarca era Itu...

16 DE JULHO – Casamento de d. Genebra de Barros Leite, viúva do brigadeiro Luiz Antônio de Souza, e co-proprietária, da Fazenda Monte Alegre, com o dr. José da Costa Carvalho. Foi assim, e por dissolução da sociedade mantida com o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que, a bem dizer, o futuro presidente da Província de São Paulo se tornou proprietário da Fazenda Monte Alegre.

19 DE JULHO – Conclusão da sedição conhecida pelo nome de «Bernarda de Francisco Inácio», em consequência da qual foi «deporta-

do» para Piracicaba o capitão Jaime da Silva Teles, figurante principal da célebre assuada de 12 de outubro, em frente da casa do Senador Vergueiro, situada no mesmo lugar onde hoje se ergue o Hotel Central.

22 DE JULHO – Os índios Xavantes levaram a efeito um ataque à freguesia de Araraquara, o que obrigou seu capitão-comandante, Manuel José do Amaral, a dirigir um dramático apêlo aos dirigentes da Freguesia de Piracicaba, pedindo auxílio, a fim de enfrentar os selvagens. Tal apêlo foi por carta de 28 do mês presente.

23 DE JULHO – Ofício da Câmara de vereadores de Itu ao comandante militar da então Piracicaba, conclamando a reunião de forças armadas para, em caso de guerra, partirem para o campo de luta. Isso era reflexo da Bernarda de Francisco Inácio e outros casos políticos consequentes.

– Cópia do termo de vereança da câmara de Itu, como cabeça de comarca, enviado às vilas ou freguesias que lhe eram subordinadas, (Piracicaba inclusive), pedindo, em face do movimento que se chamou «Bernarda de Francisco Inácio», «para estarem prontas as Tropas de seus respectivos Districtos para operarem em comum, rogando isso do Comandante Militar do Distrito.»

28 DE JULHO – Edital do desembargador João de Medeiros Gomes, corregedor da comarca de Itu, convocando os interessados para o ato de elevação da freguesia de Santo Antonio de Piracicaba à vila, com a denominação de Vila Nova da Constituição, no dia 4 de agosto dêste mesmo ano.

– «O desembargador João de Medeiros Gomes», «Faço saber aos povos da Freguezia de Santo António de Piracicaba, a todos em geral, e a cada hum em particular, que sendo me determinado pelo Excellentissimo govêrno Provizorio desta Provincia, por Portaria de trinta e hum de Outubro do anno proximo passado de mil oito centos e vinte e hum o passar-me a essa Povoação para a erigir em Villa com a denominação de – Villa Nova da Constituição, em atenção as representações dos Povos da mesma Freguezia, feitas ao Excellentissimo govêrno em mil oito centos e dez e seis.»

– «...por isso pelo presente Edital convoco a todos os referidos Povos assim a declarados, ao aviso para que no dia quatro de Agosto proximo futuro, se achem no lugar da dita Freguezia para assistirem a dita ereção, erguendose Pelourinho como signal de Jurisdição, Alçada, e Respeito da Justiça, procedendose na eleição de Juizes, Officiaes da Camara, e mais justiçaes e Pessoas da Governança da Republica que hão de servir na dita Villa. E para que chegue a noticia de todos mandei

passar o presente que será publicado na mesma Freguezia, e afixado no lugar mais publico della.»

– Não cause estranheza o «república». É um indício da forma latina, querendo dizer, mais ou menos: «causa do povo». Não havia jornais na época para ser publicado o edital. Foi afixado em lugares mais públicos, ou seja, principalmente, na porta da igreja. Possivelmente, também fora anunciado por arautos.

– Da Portaria do Govêrno: – «O governo Provisorio atendendo as justas representações que a este govêrno tem feito desde o anno de mil oito centos e dez e seis os moradores da Freguezia de Piracicaba termo das Villas de Itu e Pôrto Feliz da Comarca de Itu desta Provincia, para que a mesma Freguezia e a de Araraquara, sua filial e vizinha, seja creada e erecta em Villa, reconstando dos mapas da Povoação terem aquella Freguezia três mil almas achandose distante quatorze legoas da Vila de Itu, e doze da de Pôrto Feliz a que agora são sujeitas...»

– «...e as informações que aquelle respeito derão as Camaras respectivas e o dezembargador Ouvidor daquella Comarca Miguel Antonio de Azevedo Viega pelas quais se verifica não só que as ditas Freguesias se compoem de muita gente abastada e capaz de servir os cargos da Governança mas tãobem que não podem recorrer sempre que precizão as Justiças das Villas de Itu e Pôrto Feliz em razão das grandes distâncias, rezultando disto mui graves prejuizos a segurança Pública e aos interesses particulares daqueles moradores, cujo florente commercio de assucar e outros generos hé a todos constante, e vai sempre em augmento;»

– «... sendo por estes motivos a ereção daquela Villa muito conforme as instruções Régias...», «determina o mesmo Governo ao Senhor Dezembargador João de Medeiros Gomes Ouvidor da predita Comarca de Itu, que passando incontinenti a mencionada Freguezia de Piracicaba faça erigir sua Povoação em Villa a qual se denominará – Villa Nova da Constituição – levantando alli Pelourinho e assegurando-lhe por termo o que tem ditas duas Freguesias de Piracicaba e Araraquara. Concluindose todo êste auto com demonstrações de jubilo e contentamento pellos repetidos vivas, e aclamações que naquelle acto se derão.»

– A portaria inicial é do govêrno Provisório, mas o auto final foi lavrado pelo escrivão José Manoel Lobo, official da Ouvidoria Geral e Correição, que acompanhou o ouvidor João Medeiros Gomes. Grande número de pessoas presentes assinou o auto final, estando entre elas o vigário Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, os capitães mores Domingos Soares de Barros e João José da Silva.

– Cópia do termo de vereança da câmara de Itu, como cabeça de comarca, enviada às vilas e freguesias que lhe eram subordinadas, (inclusive a então Piracicaba), informando-as de que, em face do movimento que se chamou Bernarda de Francisco Inácio, Itu resolveu manter fidelidade ao Príncipe Regente, a todo custo, contra São Paulo, e pedindo às outras câmaras «identidade de sentimento».

– Apêlo dramático que, por carta, fêz o capitão-comandante da freguesia de Araraquara, Manoel José do Amaral, aos dirigentes da freguesia de Piracicaba, pedindo auxílio, visto que os índios Xavantes, no dia 22 do mês presente, levaram a efeito um ataque àquela localidade, produzindo pânico e mortes.

– Essa carta é um bom atestado dos índios habitantes por estas paragens. Se os Xavantes existiam nos sertões de Araraquara, é bem possível que existissem igualmente pelas bandas de Piracicaba, ao lado dos Paiaguá, que dominavam ao longo do percurso de Cuiabá, consoante os documentos.

– Possivelmente, à vista dos «quadrinhos» anteriores, o ouvidor João de Medeiros Gomes, com seus assessores, já estivesse na freguesia de Piracicaba desde o dia dois, a fim de ultimar os trabalhos que lhe diziam respeito. É de se supor que, na companhia dos achegados ou próceres locais, contando com protestos dos opositores, demarcou, por escrito, os limites do rossio da futura vila. Só assim se explica a entrada do requerimento acima, bem como o adiamento da solenidade de elevação.

– Há, no Cartório do Segundo Ofício da cidade, como peça de um «Libelo Civil», articulado a respeito das terras patrimoniais, um documento valioso, que é a própria demarcação escrita dos limites do rossio da vila. Tal documento traz a data de 3 de agôsto, razão evidente que tudo se estava ultimando para que, no dia 4, houvesse o ato de elevação da freguesia de Piracicaba à Vila Nova da Constituição.

3 DE AGÔSTO – Requerimento de Manuel Joaquim Pinto de Aruda e sua mãe, filho e viúva do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Aruda e proprietários do Engenho de Açúcar, endereçado ao Ouvidor da Comarca, pedindo concessão para cercarem o terreno compreendido no Rossio, obrigando-se a darem franca servidão pública no aludido terreno, com tantas porteiras quantas fossem precisas para a comodidade do povo.

– «Rossio», ou seja «perímetro urbano» de hoje. Começa aqui a famosíssima questão das terras patrimoniais que tanto deu que escrever na história de Piracicaba. A demarcação do rossio iria tomar grande faixa de terra dos peticionários, que pediram para cercar o restante, para

evitar males maiores. «Servidão pública» se referia às águas, lenha, caça ou madeira para construção.

4 DE AGÔSTO – A freguesia de Piracicaba deveria ser erigida em Vila nesta data, consoante edital de convocação do ouvidor e desembargador João de Medeiros Gomes. Entretanto, por motivos não esclarecidos, o ato só se verificou a 10 de agôsto do presente ano. Ao que parece, a oposição da família dos herdeiros do sargento-mar Carlos Bartolomeu de Arruda, na demarcação do rossio, foi a causa.

– Infelizmente, não há documentação alguma a respeito, mas é fácil de avaliarem-se as marchas e contra-marchas havidas na localidade para resolver o assunto. Presume-se que Piracicaba, nesses dias, viveu horas de grande agitação, rodinhas e comentários, como se verá pelos «quadrinhos» que hão de vir.

– Cópia do termo de vereança da câmara de Itu, como cabeça de comarca, enviada como as anteriores às vilas e freguesias que lhe eram subordinadas, «convidando a esta Camara para unir-se a aquela e defender ao Nosso Augusto Príncipe e a causa pública e de não darem obediência ao Govêrno atual de São Paulo, (Bernarda de Francisco Inácio) e pedindo «uma porçam de homens para fortalecer aquela Villa.»

6 DE AGÔSTO – O ouvidor geral da comarca de Itu, João de Medeiros Gomes, com o propósito talvez de apressar a elevação da freguesia de Piracicaba à vila, assinou o termo de abertura do livro número um das atas das sessões da futura câmara da também futura Vila Nova da Constituição.

– Termo de abertura de valiosíssimo livro existente no arquivo da Câmara Municipal: «Este Livro hade servir para nelle se lançar o auto de Ereccção desta Villa Nova da Constituição e o registro das Ordens para esta ereccção, e para os Provimentos, e Capitulos de Correição, que os Ministros Corregedores desta Comarca fizerem no acto das correioens; vai numerado e rubricado p.r mim, e no fim leva encerramento. Va Nova da Constituição 6 de Agosto, de 1822. a) João de Medeiros Gomes.»

– Outro termo de abertura de um raro livro existente no arquivo da Câmara Municipal: «Este livro hade servir para nelle se registrarem as Patentes dos Officiaes da Ordenança desta Villa e seo Termo, e se lavrarem os Autos da sua posse; vai numerado, e rubricado por mim, e no fim leva encerramento. a) João de Medeiros Gomes.

– Ofício da câmara de Itu à freguesia de Piracicaba, em vésperas de ser erigida em vila, dando conta de suas deliberações extremas no tocante à Bernarda de Francisco Inácio e exigindo idênticas providências

dos locais. A edilidade da Vila Nova da Constituição tomou conhecimento dêsse officio e de outros a 14 do mês presente.

7 DE AGÔSTO – Segundo se depreende da leitura de papéis da época, o ouvidor João de Medeiros Gomes trouxe consigo, para o ato da elevação de Piracicaba à vila, todos os documentos relativos à petição dos moradores conterrâneos, inclusive aquêles datados de 1816.

– «Não se continha mais em dito Edital, Portaria e Documentos mencionados, cujo theor fielmente aqui registrei ...» Isso consta do livro «para nelle se lançar o auto da Ereccção desta Villa Nova da Constituição, e o Registro das Ordens para esta ereccção e para os Provimientos ...»

– Cópia do têrmo de vereança da câmara de Itu, como cabeça de comarca, enviado às vilas que lhe eram subordinadas, informando-as, em face do movimento chamado Bernarda de Francisco Inácio, da necessidade da instalação de uma Junta para planos de operação e pedindo a nomeação de um representante para tal Junta.

8 DE AGÔSTO – Na história das «terras patrimoniais», dentro dos anais de nossa terra, a presente data é uma das grandes, pois foi neste dia que «grande magote de povo e ordenanças, chefiados pelo sargento-mor ou quartel-mestre Domingos Soares de Barros, invadiram os terrenos fechados, «para o fim de implantar os marcos do rocio.»

– As «demarches» para a demarcação do rossio se processaram com calor e acirramento, sem chegar a uma conclusão satisfatória. E a vila não saía, tendo os herdeiros de Carlos Bartolomeu de Arruda já cercado os seus terrenos. Foi então que se deu a cena descrita no quadrinho, acima. Em cada canto do rossio, deveria haver um marco solidamente plantado, como testemunha certa da divisa.

– Os «grandes» da época, que se opunham à demarcação do rossio, eram D. Maria de Arruda Amaral, tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza e D. Maria de Meira e Siqueira e filhos, herdeiros do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda e alguns mais. Alegavam prerrogativas especiais, especialmente sôbre o rio Piracicaba, cercando, por consequinte, o progresso local.

– Não é difficil descobrir-se que o ouvidor João de Medeiros Gomes passou por momentos críticos em nossa terra. Para a demarcação do rossio, tendo por ponto de partida o pátio da igreja havia de um lado os interêsses da localidade e de outro, o interêsse dos prepotentes. Apesar dos pesares, isso é natural pois ninguém quer perder um bocado do que lhe pertence, mesmo por patriotismo.

– Segundo uma petição inicial de Libelo Civil, proposta em 1825 por Teobaldo da Fonseca e Souza contra Domingos José Soares «e seus

sequazes e agentes» Jerónimo da Silva Bueno, Francisco Telles Barreto, João Pedro Correia, João da Fé Amaral, José Maria de Ataíde, Antonio de Campos Bicudo e João Manuel Carneiro, foram êsses os principais cabeças do motim.

10 DE AGÔSTO – Ufa! Parece que as partes em litígio chegaram a um acôrdo, ratificado no dia 13 do andante. Diante dêsse acôrdo pôde, então, a primitiva freguesia de Piracicaba ser elevada à condição de vila, libertando-se, assim, das jurisdições divididas entre Itu e Pôrto Feliz.

– Dessa forma, o ouvidor geral de Itu, João de Medeiros Gomes, na presença de grande massa popular, do clero e da nobreza, eleva a Freguesia Santo Antonio de Piracicaba à condição de Vila, sob a denominação de Vila Nova da Constituição, sendo, após o ato, erguidos vivas! a sua Alteza Real, às côrtes e à Constituição portuguesa. Parece foi êste o primeiro ato do dia.

– A ata, ou auto de erecção da vila foi lavrado pelo escrivão da Ouvidoria Geral e Correição, José Manuel Lobo. Além do ouvidor, assinaram a ata pessoas de relêvo da história local, tais como o vigário Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, os capitães-mores Domingos Soares de Barros e João José da Silva, o padre Miguel Joaquim do Amaral Gurgel, bem como aquêles que constituíram as primeiras autoridades político-administrativas da localidade.

– Após a elevação da Freguesia de Santo António de Piracicaba, à condição de Vila, foi, em terreno previamente escolhido (onde se localiza a Catedral de Santo António), levantado o Pelourinho e demarcado o local para as casas da câmara, cadeia e casinhas, (açougue e mercado). A ata competente também foi lavrada pelo escrivão José Manuel Lobo e contém trechos muito expressivos.

– «...em terreno fronteiro ao páteo da Matriz, entre a Rua Direita (Morais Barros), e as casas de João Vicente e para os fundos com a rua nova do Conselho (Regente Feijó), foi demarcada uma praça de cento e oitenta e seis palmos de frente com quatrocentos de fundo, que vai contestar na dita rua nova do Conselho cuja frente foi destinada por elle Ministro para factura da Casa da Camara e casinhas, ficando ao centro o Pelourinho...»

– «...o qual achando-se preparado, lavrado e oitavado de madeira de cabreuva grossa, e composto com quatro braços de ferro com seus argolões, nas quatro faces, tendo em cima do capitel uma aste de ferro sustentando um braço com um cutello, e uma bandeirinha no cimo...», «...o dito Pelourinho que ficou posto no centro da praça, ficando esta demarcada com quatro marcos de pau de peroba lavrada nas quatro fa-

ces e em cada uma dellas impressa a letra – C – em significado do nome de Constituição...»

– O pelourinho era de feição tôrva, à semelhança de uma fôrca, «como sinal de jurisdição, alçada e respeito à justiça». No poste, ou braços, ou nos argolões, eram amarrados os criminosos ou escravos rebeldes, para o castigo comum, geralmente chibatadas. O ato deveria ser público, para servir de lição aos circunstantes. Não tivemos notícia de que o pelourinho local tivesse tido algum uso. Foi demolido bem mais tarde, com algum descrédito para a câmara da localidade.

– «Pelourinho – Coluna de ferro, de madeira, picota, posta na praça principal da vila ou cidade, à qual se atava, pela cintura, o prêso que se expunha à vergonha pública ou para receber açoites. Tinha argola, onde se podia enforcar o paciente e dar tratos de polé. Era o símbolo do município, na expressão da justiça, e era obrigação levantá-lo na criação de novas vilas. No seu dicionário, Moraes opina que se deu o nome de pelourinho à coluna simbólica da vila pelo fato de lhe estar contígua a praça conselheira em que se abria a arca dos pelouros para eleição dos candidatos à Câmara.»

– Ao que parece, as solenidades de cunho privado foram realizadas na residência do capitão João José da Silva e aquelas de caráter público na praça acima mencionada. O ato público teria possivelmente constado da leitura da ata, ou de algumas palavras do ouvidor geral e da assinatura no auto das pessoas presentes.

– Ao que tudo indica, a eleição de pelouros, para a constituição da câmara e autoridades locais, foi a terceira solenidade do dia. Tal eleição é um tanto complicada e nela foram escolhidos três vereadores, dois juizes ordinários, (presidente da câmara), um juiz de órfãos, (espécie de juiz de direito), um procurador, (tesoureiro da câmara) e um capitão-mor, com funções relativas a delegado de polícia.

– A eleição não foi direta. Os eleitores paroquiais, em número de 354, elegeram seis membros para a formação da câmara e seus oficiais; os membros eleitos é que elegeram, entre si, os vereadores, juizes e procurador. Tais eleições foram presididas pelo ministro desembargador João de Medeiros Gomes, ouvidor geral e corregedor da comarca de Itu, a que a freguesia de Piracicaba estava sujeita.

– Não se pode dizer com acêrto a forma das eleições de pelouros. O sistema era obsoleto. Havia eleitores gerais, de tôda a freguesia, que elegiam os eleitores «paroquiais». Êstes elegiam seis candidatos finais, os quais, por sua vez, elegiam, entre as «pessoas melhores do Povo», os componentes da Câmara e os juizes da localidade.

– Os seis últimos eleitores, aos quais coube eleger a câmara e os juízes, foram os seguintes: João José da Silva, Domingos Soares de Barros, João Leite de Cerqueira Cezar, Manuel de Barros Ferraz, Manuel de Toledo Silva e Miguel António Gonçalves. Antes de votar, juraram solenemente «sem dolo, nem malícia», servir a colectividade, a mão direita sôbre os Evangelhos. Seus votos foram encerrados nos pelouros.

– «Pelouros», na informação de vários historiadores, eram bolotas de cêra, dentro das quais se encerrava o voto ou a cédula. Não sabemos se em nossa terra usaram tais bolotas, pois são muito falhas ou nulas as notícias que temos a respeito. Parece-nos, entretanto, que em Piracicaba, a bolota de cêra evoluiu, passando a envelope.

– Dos seis pelouros, só foi aberto um, aquêle que deu o nome dos eleitos, consoante determinava a lei. Os demais pelouros foram guardados, para serem abertos quando da renovação anual da câmara. As eleições eram de três em três anos, mas a edilidade era renovada anualmente, com a abertura de nôvo pelouro.

– A primeira eleição municipal efetuada na então Vila Nova da Constituição deu o seguinte resultado: juizes ordinários – capitães João José da Silva e Domingos Soares de Barros; vereadores – Xisto de Quadros Aranha, alferes Miguel Antonio Gonçalves e Garcia Rodrigues Bueno; procurador – Pedro Leme de Oliveira; juiz de órfãos – Manuel de Barros Ferraz; e capitão-mor – João José da Silva.

– Logo depois da eleição da câmara, que seria legislativa e executiva ao mesmo tempo, foi eleito, separadamente, o capitão-mor das Ordenanças da Vila, sendo escolhido em primeiro lugar o capitão João José da Silva, já anteriormente eleito juiz ordinário, (presidente da câmara). Em segundo lugar e terceiro foram eleitos Domingos Soares de Barros e o tenente João Leite de Cerqueira.

– Aqui vai uma informação preciosíssima: não foi eleito nenhum dos partidários dos herdeiros do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda. Isso foi realmente uma afronta aos latifundiários da localidade. Um dos postos mais «namorados» era o de capitão-mor das Ordenanças da Vila pela soma do poder que encerrava em suas mãos, ao lado do juiz ordinário. Não há fantasia quando se afirmar que a nascente política de nossa terra iria ferver de modo crepitante...

– As Ordenanças era, a bem dizer, o próprio exército, encarregado da defesa do território nacional, a que serviam homens de 18 a 60 anos. Tôdas as vilas ou cidades possuíam suas companhias próprias, compostas de 250 homens, chefiados por um capitão-mor, cargo de

elevada distinção. As Ordenanças, mais tarde, se transformaram na celeberrada Guarda Nacional, extinta no começo do século XX.

– A posse se deu no mesmo ato, logo após a eleição, e conhecido seu resultado. Os eleitos, a mão direita sobre os Santos Evangelhos, juraram bem servir o município, no cargo ao qual foram investidos, de «bem e fielmente com pura e são consciencia, sem dollo nem malicia», «de boas intençoens, pacíficos e obedientes as Leys e ao Nosso Augusto Regente, e amantes da Nação.»

– Trecho da ata da primeira eleição municipal realizada em nossa terra: «Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1822, aos dez dias do mez de Agosto», «nesta Villa Nova da Constituição, e caza de aposentadoria, (de aposentos), do Ministro Dezembargador João de Medeiros Gomes, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Itu», «adjunto com as pessoas do Povo que compõe esta Villa...». Assina a ata o escrivão José Manoel Lobo.

– E prossegue a ata: «... para efeito d'elle Ministro proceder na Eleição de Pelouros para Juizes Ordinários, (presidente da Câmara), Vereadores e Procuradores que na Camara desta Villa devem servir o resto do presente anno, e os dois proximos futuros, bem como na Eleição de Juiz de Orfaoens bienal.»

– «Casa de aposentadoria» era a casa onde o ouvidor tomava acomodações, durante sua permanência na vila, e onde dava audiência. Como a câmara não possuía sede própria, nem havia hotel na localidade, apropriado para tal, providenciava-se com antecedência um dos melhores prédios da povoação, para esse fim, gratuito ou alugado. Segundo informações vagas, foi a casa do Senador Vergueiro, (onde hoje está o Hotel Central) que serviu para tal objetivo.

– Sabe-se, por uma Provisão Imperial de 17 de novembro de 1825, que as primeiras eleições de nossa terra foram um bocado irregulares; que o ouvidor João de Medeiros Gomes «fôra seduzido por algumas pessoas, o que deu cauza a fazer-se hum manifesto e escandalozo suborno; que não houve uma boa escolha; que foram eleitos membros de uma só familia...»

– «...porque, com o sentido nos Postos que se devia criar escolhera para Elleitores quem muito lhe parecera», «e quando a melhor Nobreza nomeava algumas pessoas que não agradavam aquelle Ministro não aceitava o seo voto e por êste modo havião sahido Eleitores quase todos de huma só familia», «sendo toda aquella camara cazeira.»

– Por essa mesma Imperial Provisão, de 17 de novembro de 1925, sabe-se que João José da Silva, eleito para o cargo de capitão-mor

da vila, incorrera no ódio do tenente José Joaquim de Sampaio, que desejava o referido pôsto, e do genro dêste, o alferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda, derrotado quanto ao cargo de sargento-mor.

11 DE AGÔSTO – Primeira reunião da câmara de Vila Nova da Constituição, na residência do juiz presidente, capitão João José da Silva e a ela compareceram os vereadores Xisto de Quadros Aranha, Garcia Rodrigues Bueno, Miguel António Gonçalves e o procurador Pedro Leme de Oliveira.

– Primeiras resoluções da câmara da Vila Nova da Constituição: nomear alcaide, Inácio de Almeida Lara; porteiro, Manuel Rosa; carcereiro, João de Passos; tesoureiro da Dízima, Francisco Fernandes Sampaio; tesoureiro do sêlo, João da Fé do Amaral Gurgel. Resolveu ainda marcar o dia 18 do mesmo mês para as eleições dos eleitores da paróquia.

– É que a recente vila não tinha ainda seu quadro de eleitores normais. Segundo a provisão Imperial de 17 de novembro de 1825, foi o ouvidor João Medeiros Gomes quem escolhia os eleitores, propostos por uns ou por outros, daí a insinuação do suborno, nas eleições do dia anterior.

– O primeiro alcaide, portanto, de nossa terra, foi Inácio de Almeida Lara. O alcaide era auxiliar direto do capitão-mor e tinha a seu cargo a defesa militar da vila. Talvez os antigos inspetores de quartelão, existentes ainda no comêço do século XX, sejam uma reminiscência dos alcaides.

– «Por ocasião de sua elevação à villa, a povoação de Piracicaba – Vila Nova da Constituição – constava de cento e quatro vizinhos, sendo a população esparsa pelo seu distrito de duas mil e duzentas almas.»

12 DE AGÔSTO – Segunda reunião da câmara da localidade, sendo a seguinte a sua resolução mais importante: lançar uma finta de quatrocentos réis por cabeça de escravo do município, afim de atender às despesas de construção da casa da câmara, cadeia e casinhas, (mercado e açougue). Foi êste o primeiro impôsto tributado pela nossa municipalidade nova em fôlha.

– Finta ou talha não eram impostos regulares taxados por lei; eram verdadeiras derramas ou contribuições forçadas para fins especiais, como fossem acorrer às despesas de casamento de uma princesa, pagar uma contribuição de guerra, etc. Não sabemos a razão, mas a finta nunca apresentou os resultados desejados. (Documentos interessantes).

– O primeiro edital «publicado» pela recente edilidade local se referia a essa finta, da qual não podia eximir-se «nenhuma pessoa que

tenha escravo neste Distrito, por mais qualificada que seja». Na falta de jornais, os editais da época eram afixados na porta da igreja, uma vez que, ainda, a câmara não possuía sede própria.

– Como se vê pela ata dos trabalhos da câmara, João Alvares e Narciso Coelho foram os primeiros a ocupar o cargo de juiz almotacel da recente Vila Nova da Constituição. A êsses juizes incumbia como fiscais que eram, de zelar pela boa aplicação das leis municipais, chamadas *posturas*.

13 DE AGÔSTO – Demarcação dos limites do rossio da então Vila Nova da Constituição, presidida pelo ouvidor geral João de Medeiro Gomes, e assistida pelos integrantes da câmara de vereadores e pelos herdeiros do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, numa trégua aparente. Nos pontos-bases das divisas, foram fincados marcos de pedra.

– Houve reunião prévia para entendimento das partes, estando sempre presente o ouvidor geral. Os herdeiros do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, depois de muita conversa e controvérsia, aceitaram as divisas com radicais restrições, as quais, mais tarde, foram causa de profundos litígios políticos. Nos anais, tomaram o nome de «terras patrimoniais.»

– É que o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda se constituiu o maior latifundiário local. A demarcação dos limites do rossio, (perímetro urbano), iria tirar-lhe grandes faixas de terreno; o rossio se tornaria de propriedade da câmara, que, para fomentar as construções, cederia gratuitamente lotes de terrenos a interessados, e capacitados para edificação. Compreende-se, pois, a oposição dos herdeiros em questão.

– Na reunião mencionada, o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, falando em nome de sua mãe, viúva do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, requereu que fôssem cercados os terrenos de sua progenitora, os quais, com a demarcação do rossio, ficavam muito devassados, sem defesa alguma, principalmente as terras de seu Engenho. Comprometia-se, porém, a deixar passagem livre, para a servidão pública, tais como água, madeiras, cipó, caça etc., com porteiras próprias. Atendido.

– Assinam tão importante documento as seguintes pessoas, representando autoridades e partes interessadas: João de Medeiros Gomes, ministro-ouvidor, João José da Silva, capitão-mor, Xisto de Quadro Aranha, vereador, Miguel Antonio Gonçalves, vereador, Garcia Rodrigues Bueno, idem, Pedro Leme de Oliveira, idem, e alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, por si, seus irmãos e sua mãe, d. Maria Meira Siqueira.

– «...feito o ponto no lugar do Pelourinho fez correr o rumo de hum quarto de legoa ao Vento Leste, quarto de Sueste para o lado da Estrada de Itu onde se fincou hum marco de pedra, (primeiro), com três palmos, abrangendo este rumo parte das terras do Alferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda e do Padre Miguel Joaquim do Amaral Gurgel;»

– «...e principiando do ponto assinalado no lugar do Pelourinho correndo o rumo para outro quarto de legoa seguindo o vento Oeste, quarto de Noroeste atravessando o rio Piracicaba alem do mesmo Rio na distancia de trezentos e vinte braças pelo mesmo rumo e vento completou o quarto do Rocio honde se fincou hum marco, (segundo), de Pedra atravessando este rumo as terras do mesmo Alferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda e de sua mãe Dona Maria de Meira Siqueira thé o Porto e do Rio para as quatrocentas e vinte braças pelas terras do Engenho de Dona Maria de Arruda Amaral;»

– «...tornando do mesmo ponto principal seguindo o rumo de outro quarto ao Vento Norte quarto de Nordeste findo o quarto de legoa se fincou outro Marco de Pedra, (terceiro), na estrada do rio asima atravessando este rumo pelas terras da dita dona Maria de Meira;»

– «...e voltando do primeiro ponto do Pelourinho correr o rumo do ultimo quarto de legoa pelo Vento Sul quarto Sudoeste honde, ficando o quarto de legoa, se fincou o ultimo Marco, (quarto), de Pedra, ficando por este lado comprehendido as terras pertencentes a Freguesias, e duzentas braça mais ou menos pelas terras do Tenente Coronel Theobaldo da Fonseca e Souza ficando o Padrão na Estrada que segue ao Pao Queimado e por esta forma ficou demarcado o Rocio desta Villa tendo de hum marco ao outro a distancia de meia legoa.»

14 DE AGÔSTO – Mal se demarcaram os limites do rossio, começaram a aparecer na câmara os primeiros requerimentos, pedindo «data de terra», (lote), como se nota na reunião da edilidade dêste dia. A câmara cedia tais lotes a quem pudesse construir dentro de um praso estabelecido. Quem o não fizesse, teria o terreno «devoluto», isto é, devolvido à câmara.

– Primeiro officio expedido pela câmara da então Vila Nova da Constituição e enviado à edilidade de Itu, louvando seu patriotismo com relação ao movimento político da época e dando conta da eleição do procurador Domingos Soares de Barros, que seria o representante da localidade junto às operações político-belicosas daquela corporação.

16 DE AGÔSTO – O ouvidor João de Medeiros Gomes lavrou a primeira procuração local, nos livros de notas competentes, em que foram outorgantes Inácio Dias Leme e sua mulher Maria Rodrigues e

outorgados o alferes Manuel Joaquim Pinto, Carlos José Botelho. rev. Joaquim Duarte Novaes, José Francisco de Paulo, Inácio José Leite Trovão e António Martins de Melo. O ouvidor figura como tabelião, possivelmente por não haver ainda titular na vila.

17 DE AGÔSTO – Sessão da câmara da então Vila Nova da Constituição, na qual foi oficialmente empossado o primeiro capitão-mor de mato, Inácio Rodrigues, o qual jurou sôbre os Evangelhos cumprir fielmente os deveres do cargo para que foi nomeado.

18 DE AGÔSTO – Audiência geral de Provimientos, a primeira regular que, na Vila Nova da Constituição, realizou o ministro ouvidor João Medeiros Gomes, depois da ereção da freguesia em vila. Compareceu «nas cazas de sua rezidencia a Camara Nobreza e Povo desta Villa.» tendo o Ministro Ouvidor tomado diversas resoluções e «proveo» «tudo quanto fosse a bem dos Povos desta Villa.»

– Os assuntos mais de interêsses tratados nessa audiência geral de provimientos se referiam ao rossio da vila, atendendo aos direitos de D. Maria de Meira e Siqueira e seus filhos, defesa de direitos públicos contra a pretensão do tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza sôbre os terrenos do rossio, têrmo da vila e seu distrito de Araraquara, limites e concessão de terras de quem Itapeva.

– Na audiência de Provimientos, o ouvidor «provia» as necessidades da vila. A localidade não tinha ainda suas posturas regulares, nem a Província suas exigências regulamentadas por lei. O ouvidor, com seus provimientos, estabelecia uma espécie de regimento, subordinando a êle a conduta da câmara e deveres e direitos do povo, num sentido talvez provisório mas amplo.

– Na igreja matriz, depois de celebrada a missa do Espírito Santo, instala-se a Junta Paroquial da Vila da Constituição, cuja função precípua era a eleição de eleitores (escolha) para as futuras eleições, «na forma que exige a deligencia das Instruções». Presidiu ao ato o capitão-mor João José da Silva, tendo feito o «discurso» de praxe o pároco Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.

– Ofício endereçado pela Junta de Eleitores Paroquiais a D. Pedro I, enviando a cópia autêntica da ata da eleição de eleitores paroquiais, a primeira de que se tem documentação. É também a primeira vez que o nome do monarca brasileiro aparece nos anais locais.

– Ofício do capitão Domingos Soares de Barros à câmara de Itu, informando-a não haver ainda se dirigido àquela Vila, acompanhado de sua tropa, para participar da instalação da Junta Comarcal, por se achar atacado de forte defluxão, o que faria logo que sarasse. Isso na vigência

da Bernarda de Francisco Inácio, quando Itu e as vilas coligadas juraram fidelidade ao Príncipe Regente, contra São Paulo.

19 DE AGÔSTO – Ofício da câmara de Itu a cada um dos Procuradores, (representantes), das vilas coligadas, (Vila Nova da Constituição inclusive), insistindo que se cumpram as promessas anteriores e pedindo o pontual comparecimento dos Procuradores para que se instalasse a Junta Comarcal, em face do movimento chamado Bernarda de Francisco Inácio.

20 DE AGÔSTO – Em meio dos acontecimentos da chamada Bernarda de Francisco Inácio, reúnem-se em Itu, Cabeça da comarca, os representantes de São Carlos, (Campinas), Pôrto Feliz e Vila Nova da Constituição, (capitão Domingos Soares de Barros), bem como Juiz Presidente e Oficiais e concordam a instalação de uma Junta Central da Comarca, com objetivo de defesa mútua, sempre fiéis, todavia, à causa do Governo Imperial, contra São Paulo.

22 DE AGÔSTO – Ofício da Junta Comarcal, constituída em Itu, na vigência da Bernarda de Francisco Inácio, a Sua Alteza Real, comunicando sua instalação e esperando ordens. Itu e as Vilas Coligadas tinham jurado fidelidade ao Príncipe Regente, contra São Paulo. Assinara o ofício supra, em nome da Vila Nova da Constituição, o capitão Domingos Soares de Barros, seu representante.

24 DE AGÔSTO – Primeira falta verificada nas reuniões da câmara da então Vila Nova da Constituição. Faltou o vereador Xisto de Quadros Aranha, pelo que a edilidade deliberou que «em falta de um vereador, que se achava ausente em serviço da nação, serviu o republicano, capitão José de Camargo Penteado.»

– A palavra «republicano» encontrada nas presentes atas da câmara não implica em idéias políticas, mas, sim, um servidor da causa do povo, consoante a reminiscência do termo latino. Naquele tempo, havia também os vereadores reservas, que substituíam os titulares nos seus impedimentos.

25 DE AGÔSTO – Portaria de S. A. Real à câmara de Itu, agradecendo «os seos votos de decidida fidelidade», bem como aqueles dos representantes das Vilas Coligadas, na situação política por que atravessou o país. Entre tais vilas citadas, está Constituição, (Piracicaba). Ao que parece, é esta a primeira vez que os documentos de D. Pedro I se referem à nossa terra.

27 DE AGÔSTO – Ofício do tenente coronel Pedro José de Brito Caminha, comandante das tropas aquarteladas em Itu, inclusive aquelas de Vila Nova da Constituição, a Sua Alteza Real, esperando

ordens a respeito do destino dessas tropas, arregimentadas por motivo de Itu e Vilas Coligadas haverem testemunhado fidelidade ao Governo Imperial.

29 DE AGÔSTO – Portaria de Sua Alteza Real, em resposta a um ofício do tenente-coronel Pedro José de Brito Caminha, comandante das tropas aquarteladas em Itu, inclusive aquelas de nossa localidade, deliberando que cada unidade voltasse à vila de sua origem, visto ter-se resolvido satisfatoriamente, com a vinda de D. Pedro I a São Paulo, o celebrizado movimento que se chamou Bernarda de Francisco Inácio.

30 DE AGÔSTO – Ofício da câmara da recente Vila Nova da Constituição a Sua Alteza Real e Príncipe Regente, prestando-lhe suas homenagens pela sua chegada à província de São Paulo, onde viera apaziguar os ânimos agitados, pela Bernarda de Francisco Inácio. Como se sabe, Itu e as Vilas Coligadas, (da comarca), haviam testemunhado fidelidade ao Príncipe Regente, contra São Paulo.

7 DE SETEMBRO – Em vereança, foi lido um decreto de Sua Alteza Real «em que declara e contem que o Governo de Portugal e mesmo os Europeus são nossos inimigos» e um ofício «da Camara da Villa de Mogimirim com huma copia do termo da diviza da dita Villa de Mogi com a desta.»

12 DE SETEMBRO – Eleição de «hum Juiz em lugar do Juiz Ordinário Manoel Joaquim Pinto de Arruda por se achar Pronunciado em huma Devaça e para o que recebeo esta Camara hum officio do ouvidor pela Lei desta comarca para proceder a dita Elleiçam.»

14 DE SETEMBRO – Um têrmo: «...nesta Villa da Constituição, comarca de Itu, e casa do Juiz Almotacel José Alves de Castro, onde me achava eu escrivão adiante nomeado, e sendo ai, depois de ter o mesmo Juiz feito sua correição pelas ruas desta Vila e achar tudo conforme havia disposto no seu Edital que precedentemente mandou publicar p.a este fim, e achando tudo conforme, mandou lavrar este Termo que assina. Eu Francisco José Machado, escrivão o escrevi – Castro.»

– O Juiz almotacel, acompanhado de seu escrivão e, muitas vêzes, do capitão-mor, juiz ordinário e vereadores, percorria as ruas da vila, num sentido de «ronda», ou fiscalização geral, preventiva ou repressiva, policial ou administrativa. Dias antes, por edital, o povo tinha conhecimento da correição e tomava as providências que lhe competiam.

23 DE SETEMBRO – Em Lisboa, foi assinada a Constituição Portuguesa. Por a julgarem vergonhosa e desmoralizadora para o Brasil, não a assinaram, nem a juraram, muitos dos deputados brasileiros. con-

tando-se entre eles o português Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, eleitor paroquial de Piracicaba, ou seja, Vila Nova da Constituição.

27 DE SETEMBRO – Ofício da câmara de Itu à câmara local, juntando cópia do ofício da Câmara do Rio de Janeiro, nos quais se manifestava a urgente necessidade que havia de investir quanto antes ao Príncipe Regente no exercício efetivo de todos os atributos do Poder Executivo que no sistema constitucional competem ao Rei Constitucional.

– Primeira notícia, embora vaga, que encontramos nos anais locais, referente ao brado do Ipiranga e isso depois de vinte dias. Parece que a população local nem tomou conhecimento do grito da Independência, do dia sete do andante.

28 DE SETEMBRO – Portaria Imperial, assinada por D. Pedro I, e dirigida às Câmaras da Província, que se fizeram representar à chegada do então Príncipe Regente a São Paulo. A Vila da Constituição fôra representada no ato pelo ouvidor João Medeiros Gomes e, por conseguinte, recebeu dita Portaria. Entrementes, estava o fato da Independência.

29 DE SETEMBRO – Ofício do desembargador ouvidor geral da comarca à Câmara da então Vila Nova da Constituição, participando a «feliz aclamação de sua Magestade Imperial Constitucional, e Nosso Perpétuo Defensor do Império do Brasil» e conclamando se celebrasse o ato com vivas demonstrações de alegria.

– A edilidade de Itu, secundando o ofício que recebeu da câmara da cidade do Rio de Janeiro, se dirige à municipalidade local, concitando-a a que, quanto antes, desse o passo de «revestir-se Sua Alteza Real o Serenissimo Senhor Principe Regente deste Reino no effectivo exercicio de todos os attributos e poderes que pela Constituição de huma Monarquia Representativa competiam ao Supremo chefe do poder executivo.»

30 DE SETEMBRO – Em Lisboa, foi jurada, (assinada a 23), a Constituição Portuguesa. Por a julgarem vergonhosa e desmoralizadora para o Brasil, não a assinaram, nem a juraram, muitos dos deputados brasileiros, contando-se entre eles o português Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, eleitor paroquial de Piracicaba, ou seja, Vila Nova da Constituição.

2 DE OUTUBRO – A câmara da então Vila Nova da Constiruição recebeu um ofício do desembargador-ouvidor da comarca de Itu, João de Medeiros Gomes, participando que, no dia 12 do mesmo mês, deveria ser feita, na sede da vila, como nas outras da jurisdição de Itu,

a festiva aclamação do regente D. Pedro de Alcântara como primeiro Imperador do Brasil.

– «Clero, nobreza e povo», em reunião conjunta com a câmara da Vila Nova da Constituição, aprovaram, «com a mais viva demonstração de alegria», uma indicação vinda da Côrte, com referência à necessidade que havia em se investir o Príncipe Regente no exercício efetivo de todos os Atributos do Poder Executivo que no sistema constitucional competiam ao Rei Constitucional.

12 DE OUTUBRO – Vereança extraordinária da câmara local, celebrando «a feliz aclamação de Sua Magestade Imperial Constitucional o nosso Perpetuo Defensor do Imperio do Brasil». Constou de discursos, fogos de artifícios, missa solene na igreja e vivas. À vereança, concorreram «Clero, Cidadãos e Povo.»

– As solenidades de cunho oficial foram realizadas na casa do juiz ordinário, Domingos Soares de Barros, por falta de local adequado. As festividades de cunho popular, se deram em praça pública, no largo da matriz, (hoje praça da Catedral), que, naqueles tempos como nos dias atuais, tem sido sempre a praça central de nossa terra.

– «Na manhã do dia doze, grande número de pessoas, vindas dos sítios, das redondezas e das freguesias vizinhas, percorria as poucas ruas da vila, a pé ou a cavalo, enchendo o ar de pó e borborinho» – «estando tôdas as autoridades satisfeitas com a cooperação do povo para esta ação de brio e entusiasmo.»

– «E logo pelo Juiz Presidente foi feita uma fala em que demonstrava as grandes vantagens que desta aclamação resultava ao Brasil e o muito que este devia ao seu Inclito Imperador, concluindo com trez declarações que diziam – Viva o nosso Imperador Constitucional! Viva o Excelso Senhor Dom Pedro de Alcântara! Viva o Defensor Perpetuo do Brasil as quaes foram applaudidas com imenso Vivas, seguindo trez descargas de fogos volantes artificial, depois do que dirigio-se a Camara, Clero e Povo a Igreja Matriz onde celebrou-se Missa cantada, finda a qual o Reverendo Vigario da mesma apresentou um eloquente discurso.»

– Célebre assuada que o povo local «prestou» ao tenente Jaime da Silva Teles, implicado na famosa Bernarda de Francisco Inácio, quando, na residência do dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, a espôsa dêste, D. Maria Angélica de Vasconcelos Vergueiro, promovia festa, comemorando a «Feliz aclamação do Príncipe Regente e Imperador do Império do Brasil.»

– Havia fogos volantes na praça da matriz, em frente da casa do dr. Vergueiro. O povo, que descobriu a presença do tenente Jaime da Silva Teles, começou aos brados: «Morra o Jaime, bote o sapatão para fora!» Esta expressão tem a mesma significação que a «de pé-de-chumbo», assim chamados os partidistas do govêrno português, contrários à independência do Brasil.

– «Insultado e ameaçado, Silva Telles quiz tomar satisfações do povo, no que foi impedido pelos mais prudentes e, a conselho do capitão-comandante Domingos Soares de Barros, retirou-se juntamente com José Innocencio, que tomara seu partido, para os engenhos da administração dêste último.»

13 DE OUTUBRO – Registraram-se novas manifestações de desagrado contra Jaime da Silva Telles e seu amigo José Innocêncio, mesmo ausentes da festa. D. Maria Angélica, espôsa do dr. Vergueiro, prometeu dar queixa ao govêrno e o fêz realmente, contra o protesto de amigos.

14 DE OUTUBRO – Lavrada pelo então notário João Luiz Leitão Freire a primeira escritura de compra e venda, em que Antônio Francisco do Amaral e sua mulher Francisca de Arruda Camargo venderam a Manoel dos Santos Almeida terras neste município.

16 DE OUTUBRO – Sessão da câmara da Vila Nova da Constituição, na qual João Leitão Freire, que exercia as funções de escrivão, declara que recebeu do Procurador do Conselho Rs. 16\$840, sobra dos dinheiros com que o povo da Vila festejou a aclamação de D. Pedro I.

– Era costume, então, que se fizessem subscrições para a realização de fatos inusitados. Pelo que se deduz do quadrinho acima, foi positivada essa subscrição, a que os habitantes locais concorreram com boa vontade, como atesta a sobra verificada.

18 DE OUTUBRO – Nasce em Itu o tenente-coronel José Ferraz de Camargo, que chegou a ser elemento de destaque na política de Piracicaba. Guarda seu nome uma das ruas da cidade.

19 DE OUTUBRO – Officios da câmara da Vila Nova da Constituição a Sua Magestade Imperial e ao meretíssimo ouvidor da comarca, participando das festas realizadas na vila, quando se celebrou a «feliz aclamação de Sua Magestade Imperial Constitucional e Nosso Perpetuo Defensor do Império do Brasil, D. Pedro I.»

– Os promotores do sarilho, verificado em frente da residência do senador Vergueiro, foram chamados a Itu e, perante o ouvidor da comarca, acusaram de grandes culpas não só a Jaime da Silva Telles e

José Innocêncio, como a João Pedro Correia, José Narciso Coelho e José Maria de Ataíde.

22 DE OUTUBRO – O ouvidor da comarca, Medeiros Gomes, pronunciou Jaime da Silva Telles e João Pedro Correia e mandou remeter José Innocêncio e José Narciso Coelho ao Imperador, para êste determinar o que fôsse de justiça, todos implicados no sarilho que houve na frente da residência do senador Vergueiro, quando dos festejos em honra a D. Pedro I.

– Prisão, na Vila Nova da Constituição, de Jaime da Silva Telles, José Innocêncio e José Narciso Coelho. Foram levados para Itu e de Itu para São Paulo, sendo que Silva Telles seguiu com corrente ao pescoço, em virtude da importância de suas culpas políticas.

26 DE OUTUBRO – Edital da câmara da Vila Nova da Constituição, consultando «se ha quem se oponha a uma sesmaria que requerem Francisco José Barbosa e outros, junto à Serra de Araraquara». Como se sabe, Araraquara pertencia então aos domínios da ex e futura Piracicaba.

– Por proposta do secretário, interessado na comissão que auferia no caso, a câmara local resolveu «fosse o arruador do Concelho notificado para não medir demarcar terreno algum, para qualquer indivíduo, sem que primeiro lhe apresentem a competente Carta, (ou seja, a autorização da edilidade).

29 DE OUTUBRO – Escritura de compra e venda, passada no atual Cartório do Primeiro Ofício, de uma área de terra de 48,5 braças de testada, por meia légua de sertão, vendida por 50\$000, e comprada por João da Fé Amarel.

2 DE NOVEMBRO – Pela ata dos trabalhos da câmara citadina, sabe-se que a Vila da Constituição foi representada pelo ouvidor João de Medeiros Gomes à chegada do então Príncipe Regente, depois D. Pedro I, a São Paulo, quando se deu o brado da Independência.

9 DE NOVEMBRO – Em consequência de celeberrima assuada ocorrida a 12 de outubro do ano presente, em frente da casa do senador Vergueiro, na Vila Nova da Constituição, os acusados, tenente Jaime da Silva Telles e José Innocêncio Alves Alvim, foram remetidos para o Rio de Janeiro, onde ficaram detidos.

16 DE NOVEMBRO – Pequena trégua de um ano ajustada entre a edilidade e o tenente coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, a respeito de suas celebrizadas cêrcas, vedando a passagem pelas ruas. Findo êsse ano, a pendência seria reaberta, para apurar com quem estava o direito.

8 DE DEZEMBRO – Sessão da câmara da Vila Nova da Constituição, na qual se abriu um pelouro, deixado pelo desembargador João Medeiros Gomes, ouvidor da comarca, e «sairam» os nomes dos eleitos para os cargos de Juizes, Vereadores, Procurador e Juiz de Orfãos, para o exercício de 1823, sendo a seguir os nomes dos eleitos anunciados pelo porteiro da edilidade.

– Funciona a fantasia, por falta de documentação mais precisa, quando havia reunião dos vereadores, pensamos que grupos de curiosos ou interessados se aglomeravam em frente do prédio onde se desse a assembléia. As resoluções mais importantes da casa eram transmitidas ao porteiro e êste, da porta, «irradiava» a novidade para os curiosos.

– Quando nesta data se abriam novos Pelouros, segundo relata a Imperial Provisão de 17 de novembro de 1825, continuaram a se registrar as irregularidades havidas nas eleições de 10 de agosto de 1822, «e sem que para nenhum Cargos sejam lembradas muitas famílias», «as quais pela continuação daquellas subordinadas nomeações ficão como que escravizadas das outras.»

14 DE DEZEMBRO – Os camaristas reunidos deliberaram pagar a Francisco Teles Barretto «os fogos que fêz para a função da Aclamação de S. M. I. e mais despezas da mesma festa com o dinheiro que se acha nas mãos do Procurador».

15 DE DEZEMBRO – A secretaria de Estado de Negócios do Império endereçou uma portaria à Câmara local, lida na presente sessão, na qual «se recommenda toda a vigilancia e devassa sobre os que são contra a cauza do Brazil.»

21 DE DEZEMBRO – A câmara local nomeou João Francisco de Oliveira Leme, para, servir de piloto do Conselho, por ser perito e ter conhecimento da agulha. Ao piloto estavam confiadas as medições em geral, o traçado dos rumos e divisas, nas terras do patrimônio municipal, demarcações etc., serviço gratuito e do qual não era lícito esquivar-se.

23 DE DEZEMBRO – Nos arquivos da câmara municipal não há documento algum que testemunhe sua história. Tudo foi perdido ou destruído. Só de 1886 em diante é que há alguma coisa. Entretanto, um deles conseguiu resistir, talvez o único, o mais velho na ordem cronológica: trata-se de uma circular do govêrno Provisório, anunciando a instituição imperial da «Ordem do Cruzeiro» e pedindo sua divulgação.

– Tal ordem fôra criada por D. Pedro I para solenizar sua aclamação, sagração e coroação, a 1.º de dezembro do ano presente. A circular

em aprêço era destinada às «Vilas da Primeira Estrada.» Foi a Paraná, passou por Pôrto Feliz e veio para Constituição e aqui ainda se encontra.

26 DE DEZEMBRO – A jurisdição dividida entre Itu e Pôrto Feliz sôbre Constituição ainda se fazia sentir, de acôrdo com a presente ata dos trabalhos da municipalidade. É que os taverneiros locais se achavam sujeitos ao estanque, parte a Itu, parte a Pôrto Feliz, contra o que os camaristas tomavam as providências que o caso exigiu.

– 1823 –

25 DE JANEIRO – Em sua sessão ordinária, a câmara da então Vila Nova da Constituição procurava um «homem suficiente chão e abonado para servir de Tesoureiro dos Bens de Orfãos.» A escolha recaiu sôbre Xisto de Quadros Aranha, que quase não pôde tomar conta do cargo por ser vereador tranzato, (suplente). Mas a câmara resolveu que suplência não era acumulação de cargos.

30 DE JANEIRO – Reunião dos camaristas, quando foi lido um decreto imperial, recomendando o sequestro dos bens locais dos portugueses, que se encontrassem em Portugal. Ao que se depreende da alta, nenhum português em Constituição se achava enquadrado nesse fato.

9 DE FEVEREIRO – Segunda eleição realizada em nossa terra. Havia uma vaga de vereador, aberta com o impedimento de Fructuoso José Coelho. Foi eleito para o «emprego», (têrmo da época), José Alvares de Castro, que, na apuração dos últimos eleitores, obteve 9 votos.

– A respectiva ata fala que à eleição compareceram «Nobreza e Republicanos desta Villa». Nobreza, ao que parece, eram pessoas representativas da localidade, pois, na documentação da época, há ausência completa de títulos nobres. Republicanos era o povo sem distinção, ou melhor, «os populares». Nesse tempo, D. Pedro I era o ídolo dos brasileiros e ninguém ainda pensava em república.

22 DE FEVEREIRO – Em sessão, a câmara da Vila Nova da Constituição prestou informações necessárias sôbre um pedido de José Barbosa, alferes Luiz António da Cruz e António José Alvarenga, que haviam solicitado ao govêrno da Província a concessão de uma sesmaria no distrito local.

1.º DE MARÇO – Toma posse de seu cargo o vereador José Alvares de Castro, eleito a 9 de fevereiro. Foi o primeiro «suplente» eleito, na história político-administrativa de nossa terra.

8 DE MARÇO – A câmara nomeou para o cargo de porteiro a João Manuel Carneiro Brandão, o qual «achou ruim» o emprêgo, alegando, na qualidade de solicitador, o prejuizo que teria com o cargo. A

edilidade, «como seja hum homem muito intrigante e rustico», o atendeu e suspendeu «a requerencia do mesmo neste Senado.»

– Em consequência de uma vistoria procedida pela câmara, atendendo a reclamações dos munícipes, sabe-se, pelo «Livro de Atas» competente, que a nossa tradicional rua do Salto se chamava «Boa Vista.»

15 DE MARÇO – Sessão da câmara da Vila, na qual se pôs era leilão o contrato do Talho da Carne Verde, (espécie de privilégio para a matança de gado e distribuição de carne), o qual foi arrematado por Constantino Manoel por Rs. 8\$000 ao ano.

23 DE MARÇO – Ofício incisivo do Juiz Ordinário Manuel de Toledo Silva e do vereador António Soares de Barros, ao ouvidor geral da comarca de Itu, denunciando fatos irregulares e escandalosos com relação à probidade da câmara local, envolvendo a viúva D. Maria de Meira na concessão de terras e aberturas de ruas, entre as quais se contava a rua Boa Vista.

– «Nós tinhamos mais que expor a Vossa Senhoria porem a modestia nos faz remeter ao silencio, e tão bem por não sermos fastidiosos, confeçando a Vossa Senhoria que não hé por espirito de intriga que nos compelle a levar a presença de V. S.a a prezente representação, mas sim o zelo de publico, e injustiça praticados com o Povo a fim de não sermos arguidos como membros da Corporação cujos factos só a presença de V. Sa. faria entrar...»

29 DE MARÇO – O Senado da Vila se dirigiu, por ofício, ao capitão-comandante de Araraquara, para que providenciasse a construção da estrada daquela freguesia a Constituição.

1.º DE ABRIL – Incisivo despacho do ouvidor geral da comarca de Itu, determinando enérgicas providências, relativas a uma denúncia partida da Vila Nova da Constituição, ferindo a probidade da Câmara local e envolvendo a viúva D. Maria Meira na concessão de terras e aberturas de ruas, entre as quais se contava a rua Boa Vista, hoje rua do Salto.

– «...convoque os, mais Officiaes da Camara em Seção, e ahí lhes faça intimar este meo despacho, para que imediatamente se despachem os requerimentos da abertura da Rua e se dem os terrenos pedidos para edificação de Cazas tudo na forma do Provimento da Creação da Villa. O vereador João Leite aprezenete na mesma Seção o meo Despacho que o recuza, e se proceda a nomeação de outro, e não cumprindo, lhe fica o mesmo sem efeito e tudo se introduza no têrmo de Vereança e me remetta a Copia...»

11 DE ABRIL – Despacho favorável do ouvidor pela lei Bento Pais de Barros dado a um requerimento de moradores da Vila Nova da

Constituição, que pediam devassa acêrca de uns folhetos manuscritos que, anonimamente, apareceram pelas ruas, envolvendo nomes em evidência. A rigor, foi êste o primeiro «crime de imprensa» de nossa terra e cinco foram os números do «pasquim» que surgiram por cá, em maus versos, talvez a propósito de aberturas de ruas, fechadas pelos «senhores» de então.

13 DE ABRIL – Sessão agitada da edilidade local, na qual se tomou conhecimento de uma denúncia levada ao ouvidor geral da comarca de Itu contra a probidade da câmara. Os vereadores efetivos deram parte de doentes ou ausentes, como era hábito quando havia prenúncios de tempestade. Para haver número, foi preciso se recorrer aos vereadores tranzatos, (suplentes), como se fazia então.

– Nessa sessão, os camaristas reunidos tiveram ciência da incisiva representação do juiz ordinário Manoel de Toledo Silva e do vereador Antônio Soares de Barros levada ao ouvidor da comarca contra a usurpação das terras do rossio pellos herdeiros do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda representados pela viúva D. Maria de Meira e Siqueira. Foi tumultuosa a reunião.

– «E sendo xamados os ditos vereadores, e procurados por Official da Justiça não comparecerão, por isso que o Juiz Presidente chamou dos tranzatos e se fez Vereança.» Na mesma sessão se tomou conhecimento do officio do ouvidor geral da comarca, sôbre o assunto de que se trata anteriormente.

17 DE ABRIL – Reunião preparatória realizazda em São Paulo para a escolha dos elementos que participariam à constituinte nacional, representando a Província de São Paulo. Entre os parlamentares se encontrava Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, intimamente ligado à história de Piracicaba, como um de seus vultos mais representativos.

20 DE ABRIL – Cada qual queria o seu benefício e não o da coletividade, no capítulo das estradas, como escrevia o alferes-comandante Manuel Joaquim Pinto de Arruda: «...e outros não queirão concorrer a este serv.o e só o querem p.r paixoens particulares...» O motivo era a estrada para o Morro Azul.

22 DE ABRIL – O novo inspetor das estradas de Piracicaba, o tenente José Joaquim de São Payo, estava abarbadado com as dificuldades que encontrava na abertura e consertos de estradas. Todos os fazendeiros queriam mandar e ninguém queria obedecer. Resultado: as estradas, ou caminhos, iam ficando...

26 DE ABRIL – Isso se sabe em razão de uma carta que São Paio endereçou aos membros do Govêrno Provisório de São Paulo, pela

qual também se sabe que o dr. Vergueiro deixara Piracicaba antes de ser erigida em Vila, para representar o Brasil, na assembléia constituinte de Portugal, em Lisboa.

29 DE ABRIL – Sob a presidência do juiz ordinário José Manuel Bueno, inicia-se a inquirição de testemunhas arroladas no processo de devassa, articulado a propósito de uns folhetos anônimos surgidos na vila, ironizando pessoas da época. Foi êste o primeiro «crime de imprensa» havido em nossa terra, de que nada resultou, por falta de provas concretas. Os folhetos, imitando possivelmente jornais, eram escritos em maus versos.

30 DE ABRIL – Sessão do Senado da Vila, conjunta com «clero, nobreza e povo», na qual foi lida a cópia de um decreto imperial, abrindo subscrição voluntária para fortificação da Marinha. A câmara resolveu aderir a essa subscrição, ficando nomeadas diversas pessoas, da vila e bairros, para receberem contribuições.

– Como se viu em quadrinhos anteriores, o nome de Rio das Pedras vem aparecendo paulatinamente, o que se deu no presente, quando se procedia à subscrição «para a fortificação da Marinha». Para receber a coleta em Rio das Pedras e Taquaral foi nomeado Garcia Rodrigues Bueno.

– Os bairros da então Vila Nova da Constituição, nesta época, eram os seguintes, de acôrdo com a ata dos trabalhos, camararios: bairro do rio abaixo, Corumbatá, do rio acima, Taquaral, Rio das Pedras, Toledo e Morro Azul. As freguesias eram: Araraquara, Rio Claro, Limeira e Santa Bárbara.

– As estradas: «O govêrno Provisorio Ordena ao Sr. Commandante da Villa da Constituição informe, interpondo seu parecer, sôbre a Representação, q. por copia achará junta, de José Joaquim de Sampaio, Inspector da Estrada q. de, S. Carlos segue para essa Villa.»

13 DE MAIO – Pancadaria grossa, houve na rua da Praia, (hoje Moraes Barros), entre escravos e camaradas do tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Sousa, e aquêles de Manuel Dias Ribeiro. O segundo obtivera da câmara uma data de terra sôbre terreno do, rossio, terreno êsse que, antes da demarcação, pertencera ao segundo.

– É que o tenente-coronel Teobaldo, depois de concordar, em 1822, com a demarcação do rossio, quando Piracicaba foi erigida em vila, o que lhe tirara muitas braças de terra, resolveu voltar atrás e, com um magote de escravos e libertos, atacou uma casa em construção de Dias Ribeiro. Houve revide e o caso deu muito pano para manga, pois o Govêrno da Província deu razão ao oficial e a edilidade não concordou com isso.

17 DE MAIO – Antigamente era assim: A câmara reunida, por efeito da vaga do procurador, resolveu «publicar» editais para a próxima eleição, quando seria eleito o novo titular do pôsto. E essa eleição se realizou a 19 do mês em curso, sem mais delongas, sendo eleito Luciano Ribeiro Passos.

19 DE MAIO – É esta a data da terceira eleição de nossa terra. Arrou-se a complicada engrenagem eleitoral para se eleger um procurador dos bens do Conselho, ou seja, tesoureiro do município, na vaga aberta por Vicente do Amaral Gorgel. Foi eleito Luciano Ribeiro Passos.

27 DE MAIO – Encerra-se a inquirição de testemunhas arroladas para deporem no primeiro «crime de imprensa» verificado em nossa terra. Fóram ouvidas cêrca de trinta pessoas, em tôrno do aparecimento de uns folhetos anônimos, em forma de jornal, que apareceram na então Vila Nova da Constituição, considerados ofensivos pelos interessados, os quais pediram judicialmente uma rigorosa devassa para se apurar os responsáveis. Dêsse processo nada resultou por falta de provas mais positivas.

2 DE JUNHO – E tudo ficou do mesmo jeito: «Entrando em hum serio exame sôbre a representação feita a VV.as Ex.as pelo Tenente Joze Joaq.m de Sampaio, em tudo me conformo com as respostas q. junto remeto, e p.r ser opinião de todos em geral.» Assim escrevia ao Govêrno Provisório o capitão-comandante da Vila da Constituição.

– Isso se referia às estradas do município, algumas sob a orientação do tenente José Joaquim de Sampaio, cuja representação fora ao Govêrno Provisório e voltara a Domingos Soares de Barros, autoridade acima nomeada, para informar.

3 DE JUNHO – Acórdão do Ministério da Justiça, do Paço Imperial, despronunciando os acusados, capitão Jaime da Silva Teles e José Inocêncio Alves Alvim, envolvidos na celeberrima assuada, ocorrida a 12 de outubro de 1822, na Vila Nova da Constituição, em frente da casa do Senador Vergueiro. Teles também se achava comprometido na chamada Bernarda de Joaquim Inácio.

11 DE JUNHO – O tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza escreveu uma carta ao juiz ordinário, alferes José Manuel Bueno, sôbre as celebrizadas cêrcas da rua da Praia, (Morais Barros), compreendidas dentro dos limites do rossio. Teobaldo não reconhecia essa legalidade, apoiado aliás num despacho do Govêrno Provisório, que lhe dava relativa razão no caso.

– «Vai a sua prezença o respeitavel Desp. o difirido no req. to q. fis ao Ex. mos Snrs. do Illuminado Governo, atendendo os mesmos

Ex.mos Snres. a m.a Justiça e os desastrozos procedim.tos dos incendiarios Democratas desta V.a com tão publico escandalo em meu notavel damno. Mandão q. eu seja conservado na antiga posse dito do meu terreno fexado antes do derrubam.to despotico das m. as cercas; e como pelo estrondozo procedim.to contra mim praticado na noite do dia 13 do passado mes de Maio...» .

– «... fiquei sumam.te destruido, e em termo de perder tôdas as m.as cannas, e fumal não posso ja fexar tudo, o q. não obstante deve-se desde já impedir o ingresso dos madeireiros na p.te p. ainda fica aberta, e neste dois dias quero fexar o meu pasto q. hé o de maior necessid.e p.r hora, cuja porteira já está prompta, assim como os garantãs, e so espero saber se Vm.ce obedese, ou não ao Desp.o dos Ex. mos Senhores ...»

11 DE JUNHO – O juiz ordinário, diante do despacho do Govêrno Provisório, não teve outro remédio se não anuir, até final sentença. Diante disso, a câmara resolveu representar ao Govêrno ao e o fêz a 2 de julho com uma bem fundamentada exposição, mostrando os direitos da rossio, contra as pretensões de Fonseca e Sousa.

14 DE JUNHO – Carta patente, assinada por D. Pedro I, confirmando a João José da Silva no pôsto de capitão-mor da Vila Nova da Constituição, já provido nesse pôsto pelo govêrno da Província. Foi como se sabe, o primeiro capitão-mor de nossa terra – uma das mais altas autoridades da época.

18 DE JUNHO – Officios do capitão-comandante da vila da Constituição, Domingos Soares de Barros, dirigidos a sitiantes e fazendeiros, interressados na fatura da estrada que iria à Vila de São Carlos, (Campinas), pedindo-lhes a opinião a respêito. O interêsse particular falou acima do interêsse da coletividade.

20 DE JUNHO – O primeiro reconhecimento de firma que encontramos possivelmente nos docurnentos locais. O primeiro tabelião, Francisco José Machado, numa carta, reconheceu como «verdadeiras a letra e firma» do tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Sousa.

– O fazendeiro Bento Manoel de Barros escrevia a Domingos Soares de Barros, capitão-comandante da vila da Constituição, a respeito do projetado caminho ou estrada para a vila de São Carlos, (Campinas). E a tal estrada se eternizava...

25 DE JUNHO – A estrada para o Morro Azul: depoimento epistolar dirigido por José Vicente de Souza ao capitão-comandante da vila da Constituição, Domingos Soares de Barros, a respeito do caminho para o Morro Azul, «q. Vai Sair Na Lapa Como hua endereitura m.to Serta.»

29 DE JUNHO – Estêvão Cardoso de Negreiros, das Ordenanças, escrevia ao capitão-comandante Domingos Soares de Barros, opinando sobre a estrada para a vila de São Carlos. Como dava trabalho a abertura ou reparação de um caminho! É que o interesse dos fazendeiros pairava acima dos interesses da coletividade.

– Sobre o mesmo assunto, (vai-e-vem que não resolvia), o capitão-mor da vila de São Carlos, (Campinas), escrevia a Domingos Soares de Barros, enviando outras tantas opiniões de fazendeiros interessados.

30 DE JUNHO – A câmara local endereçou ao Governo Provisório da Província suas razões, a respeito da questão do rossio, havida com o tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Sousa. Até o «Livro dos Provimentos» foi invocado, mostrando o pé em que estavam as coisas. Todavia, aquê official ganhou temporariamente a «parada» e a edilidade nada pôde fazer.

– Do «Livro dos Provimentos»: «Proveo que os Officiaes da Camara não consintão jamais que o Tenente Coronel Theobaldo da Fonseca e Souza tome as terras do Conselho que de sua propria Authoridade tinha feixadas com hum Portão, podendo este, feixalas e sercalas pelas divizas de proprias terras, que ficão muito alem», «não podendo este por pretexto algum prohibir, que, por ellas se faça a Estrada dos moradores do Bairro do Pau queimado...»

– Por êsse extracto, realizado pela secretaria da edilidade, se vê que Fonseca e Souza aceitara a demarcação do rossio, mesmo com perda de boa faixa de seus terrenos. Mas, oito meses depois, diante da «invasão» pelas suas ex-terras, voltou atrás ...

– Carta de Manuel Ferraz de Campos, datada da Vila da Constituição, ao capitão-mor Domingos Soares de Barros, sobre as diculdades encontradas na abertura da estrada do Morro Azul à vila de São Carlos, (Campinas), em vista do interesse particular de auto ridade, e donos de terrenos.

2 DE JULHO – Em vereação extraordinária, os camaristas deliberaram enviar uma representação aos «Excellentissimos Senhores do govêrno sobre a serca que com despacho do mesmo Governo levantou o Tenente Coronel Theobaldo da Fonseca e Souza», na rua da Praia, hoje Morais Barros, impedindo o trânsito. Era a questão do rossio que fervia novamente.

– «Representou o Ten.te CC.el Theobaldo da Fonseca e Souza a VV. Ex. as hum factio muito estranho, e foram V.V. Ex.as servidos ordenar ao Juiz Ordinario q. fizesse conservar ao mesmo na antiga posse do mesmo q. lhe pertencia, sem menor adiantamento de baixo de suas

cercas, e segurança das Lavouras, cujos direitos são invioláveis», «até se proceda a hua sentença definitiva, sôbre a questão q. e está em litigo.»

– «Este dep.º alias respeitavel foi apresentado ao Juiz o qual cumprio, e no dia em. q. o d. o Ten. te C. el levantou a Porteira, foi com outra nova assuada; p. r q. montado em hum Cavallo commandando a sua escravatura, sendo salva, proferia diterios de louco, e entre isto dava vivas a VV. Ex. as repetindo veros, etc. Levantouse finalm.e a porteira, e gritou logo q. se tirasse madeiras naquelle mato do Rocio q. elle chama seu, e atacando ao mesmo Juiz como se mostra do Documento N. 1.»

– Assinaram a representação os camaristas José Manuel Bueno, Joaquim Leite de Cerqueira Cezar, António Soares de Barros, José Alvarés de Castro e Pedro Leme de Oliveira. O interessante é que a representação foi redigida pelo secretário da edilidade, Francisco José Machado, que pertencia as hostes da parte contrária...

7 DE JULHO – O Govêrno Provisório da Província se pronunciou na questão das celebrizadas cêrcas que o tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Sousa mantinha indevidamente na rua da Praia. Segundo o Govêrno, o official é que tinha razão, pois «consiste em que elle possa acautelar as suas lavoiras, cercando-as afim de não passar pellos prejuizos.»

– «...q. allegou, prosseguindo no Letigio, q. lhe permite o direito athé final Sentença, antes da qual não deve estender-se hum só passo sôbre o Rocio da Vila contra o Provim.to do O.or Corg.dor da Comarca q. V. M.ces farão conservar inviolavelm.te athé a decisão do Juizo competente.»

22 DE JULHO – Provisão do ouvidor-mor de Itu ao Juiz ordinario para informar as irregularidades havidas na eleição de pelouros de agôsto de 1822, pois, segundo denúncia, houve suborno no ato, e os eleitos se fizeram nomear a si próprios.

23 DE JULHO – Dentro da pendência havida entre a câmara e o grupo dos «Quarenta Coligados», os vereadores resolveram officiar ao tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, «para no têrmo de vinte e quatro horas tirar a porteira da rua da Praia.» A tal porteira ficou no mesmo lugar durante ainda quatro anos.

– Aparece agora com mais profundidade, o grupo dos «Quarenta Coligados», um grupo que se formou francamente em opposição à câmara, ou à política dos mandatários da Vila da Constituição. Todos êles com interêsse nas terras do patrimônio municipal, em virtude dos cortes sofridos com a demarcação do rossio. Mais adiante, se verá como era engraçada a constituição dêsse grupo.

26 DE JULHO – A câmara da então Vila Nova da Constituição concede ao alferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda autorização para o levantamento de uma cêrca, logo acima da ponte, na margem esquerda do Piracicaba, de modo a deixar terreno suficiente para que não viesse a «dita cerca a impedir a boa saída da dita ponte». A ponte em aprêço, ao que parece, localizava-se em continuação à rua Prudente de Moraes de hoje.

– É esta a primeira informação que encontramos nos documentos locais sôbre a ponte ligando as margens do rio Piracicaba. Há também suposição que tal ponte partisse mesmo da hoje rua Moraes Barros.

– Os camaristas locais resolveram que o Arruador oficial não poderia cobrar mais que quatrocentos réis por cada data de terra que medisse e marcasse, «e não como thé agora fazia», cobrando dois vintens por cada braça, em prejuizo do Povo.

2 DE AGÔSTO – Requerimento dos Taverneiros locais à câmara da vila, contra a multa que lhes foi imposta pela Correição, alegando ignorância. A edilidade lhes perdoou a multa e determinou ao alcaide que faz a vez de porteiro que jamais deixasse de tornar público os editais da câmara e mesmo aos almotacéis que o fizessem pelas ruas e lugares mais públicos da localidade.

6 DE AGÔSTO – Em presença do presidente do govêrno provisório da Província, teve confirmada sua carta-patente o capitão-mor João José da Silva. Foi o primeiro capitão-mor de nossa terra, dentro do regime instituído em agôsto de 1822.

– «Certifico que o Official mencionado nesta Patente, (capitão-mor João José da Silva), prestou homenagem nas mãos do Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor Presidente do Govêrno e em presença do mesmo do que se lavrou Termo no Livro Competente a folha oitenta verso datado no presente dia, etc.»

7 DE AGÔSTO – Despacho final dado pelo juiz ordinário Manuel de Toledo Silva no processo de devassa articulado em torno de uns pasquins anônimos que apareceram na Vila Nova da Constituição, envolvendo nomes em evidência. Ao que parece, foi o primeiro «crime de imprensa» havido em nossa terra, que terminou sem réus, nem formação de culpas, na falta de provas mais concretas.

8 DE AGÔSTO – João José da Silva, capitão-mor da Vila da Constituição, escrevia à presidência do Govêrno Provisório, sôbre providências necessárias para a organização de companhias, «e seus respectivos off.es», conforme sua População e Fogos, «não só na vila como nos seus destritos.»

– Nessa mesma carta, o capitão-mor local propunha para o cargo de sargento-mor a Domingos Soares de Barros, «q. té hoje tem sido o Commandante, com dezempenho de suas obrigações, e satisfação do Povo», «com tudo se receia algum espirito de partido opposto, para que não seja elle nomeado.» (?)

9 DE AGÔSTO – O Govêrno Provisório respondeu por officio ao capitão da Vila da Constituição, com referência à formação de Companhias de Milicias. «...este governo confia na prudência, zelo, e probidade q. adornam a Pessoa de V. S. hua regular divisão de Companhias no districto da Villa da Constituição e seo Termo a proporção dos fogos ...»

– «...procederão na eleição do Sargento-Mor, e Capitão p.a as Companhias, q. ham ser divididas, attendido a residencia de cada hum, nos bairros respectivos, preferindo a pluralid.e dos votos, izentos de paixoens, inclinaçoens, odios, ou vingança alheias de pessoas authoridades ...»

16 DE AGÔSTO – À câmara reunida, apresentou sua carta patente, assignada por D. Pedro I, o capitão-mor João José da Silva, que imediatamente foi reconhecido como tal e tomou posse. Foi o primeiro capitão-mor da Vila da Constituição, dentro do regime municipal, insituído em agôsto de 1822.

30 DE AGÔSTO – A câmara da Vila Nova da Constituição se dirige aos «Excelentissimos Senhores do Govêrno Provisório», com referência à estrada que ia da vila a São Carlos, solicitando o empenho official, a fim de se evitar grande volta, com prejuízo do povo.

13 DE SETEMBRO – D. Maria Meira e Siqueira, viúva do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, não satisfeita com a demarcação do Rossio da Vila, que lhe entrou decisivamente nas terras, recorreu a Sua Magestade D. Pedro I. O requerimento voltou ao govêrno da Província e dêste à edilidade, em vereança do presente dia, para informar. Infelizmente, não encontramos êsse precioso documento.

20 DE SETEMBRO – A Câmara de nossa terra deu informações ao requerimento de D. Maria Meira e Siqueira, enviado ao Govêrno Imperial, sôbre as demarcações do Rossio da Vila, com o que essa senhora se julgava prejudicada. Infelizmente as resumidíssimas atas da municipalidade não dizem quais foram as informações que a edilidade prestou, a pedido do Govêrno da Côrte.

22 DE SETEMBRO – A Assembléia Legislativa da Província suspendeu a concessão de novas sesmarias, «até que a Assembléia Geral Legislativa regularize essa matéria.»

1 DE OUTUBRO – Não se sabe a data, senão o ano. Mas vale o registro. Como peça de um processo, iniciado na presente data, existe no Cartório do Segundo Offício de Piracicaba, um exemplar de um jomalzinho manuscrito, que, restrita e anônimamente, circulou na Vila da Constituição. Chamava-se «O Pasquim», contou com cinco edições, e ironizava em versos homens e costumes do local, sendo desconhecido seu redator. Digno é ressaltar o pioneirismo da nossa terra, no assunto da imprensa, pois o primeiro jornal da Província de São Paulo foi o «Farol Paulistano», saído à luz em 1828.

– O senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, numa carta datada de 15 de setembro de 1824, se refere a êsses jornalecos, dizendo: «tem-se publicado pasquins com ameaças.» A 11 de abril de 1823, iniciou-se um processo contra tais publicações, sendo o primeiro «crime de imprensa» de nossa terra. Os subsídios são interessantes para a história da imprensa, não só na cidade como no Estado.

2 DE OUTUBRO – A Presidência da Província pede informações ao capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, a respeito da pendência existente entre a Edilidade local e a família do finado sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, com referência a direitos sobre terras do Rossio. A família em aprêço havia recorrido a Sua Magestade Imperial e os papéis todos foram parar em Itu.

19 DE OUTUBRO – Por ofício, o capitão-mor de Itu prometia a seus superiores hierárquicos seu empenho na solução da pendência havida entre a edilidade local e a família do finado sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda com referência a direitos sobre terras do Rossio. A família em aprêço havia recorrido a Sua Magestade Imperial.

– «Li tudo com a mayor attenção devida, e reconheci pr. hum tediozo exame de miscelâneas, contradichoens, alguas falsidades, e pouca substancia.» «Com as noçoens que tenho, daq.la Povoação, Freg.a. e Villa já pudera eu agora informar o dito Requerimento com toda a individuação devida.» «...estou disposto a ir à aquella, e propor os meus ultimos esforços, p.a extinguir o pestífero Veneno da discordia, intrigas, e desunião...»

– Vicente da Costa Taques Goes e Aranha já estava bastante velho e doente. «Vou sentindo agora alguas melhoras, e logo q. eu melhorar mais, heyde fazer a minha jornada em hua Liteira; e certifico a V. Ex. as, q. quanto mayores incomodos eu sofrer nesta importante comissão, tanto mayor será o meo gosto, a minha gloria, contentamento e alegria, offerecendo o meo sacrificio ao Senhor Santo Antonio Padroeiro daq.la Villa ...»

20 DE OUTUBRO – Lei provincial, criando o Conselho do Governo, cujas funções e atribuições eram semelhantes às das assembléias provinciais, ou das Câmaras de Deputados. Era composto de seis membros efetivos e nove suplentes, eleitos pelo povo. Entre os suplentes da Primeira Legislativa de tal Conselho, (1826-1829), figurava o «piracicabano» Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

22 DE OUTUBRO – Resolução imperial, suspendendo a concessão de novas sesmarias, até que a Assembléia Geral Legislativa regulasse a matéria, positivamente ainda dependendo da côrte de Portugal.

13 DE NOVEMBRO – Decreto imperial, contendo o Projeto da reforma da Constituição, (D. Pedro I havia dissolvido a Constituinte), enviado às Câmaras do interior «para que estas sôbre elle apresentassem as suas observações.» A edilidade local dá conta dêsse recebimento na sessão de 10 de janeiro de 1824, mas a ata nada informa da resolução tomada a respeito.

20 DE NOVEMBRO – Reunião extraordinária da vereança local, que contou com a presença do capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, clero, nobreza e povo, a fim de solucionar a pendência havida entre a Câmara e a família do finado sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, cujo ponto de partida eram pendências surgidas com a demarcação do rossio da localidade.

– «Nessa reunião foi celebrado um acôrdo entre o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, seu irmão Carlos José Botelho, procurador de sua mãe, d. Maria de Meira Siqueira e irmãs, e povo, nobreza e autoridades da vila. O capitão-mor de Itu assinou a ata dêsse acôrdo acrescentando na frente do seu nome: «Em deligência» Em virtude dêsse acôrdo, foi feito um valo que, partindo do Salto ia até o ribeirão Piracicamirim, ficando do lado direito o rossio.»

– Também o acôrdo estipulava que «acontecendo, porem que para o futuro se aumente esta Villa que cheguem as ruas a unirem-se a dita Serca com casas feitas desde o seu Sertão e não haja mais terreno desocupado, neste caso não poderão impedir que se abra outra rua, o que se repetirá tôdas as vêzes que houver urgente necessidade.»

21 DE NOVEMBRO – «Auto de corpo de delito feito nos ferimentos do queixoso Antonio Rois.» Foi uma briga que se deu no Bairro do Rio das Pedras, e o exame esteve a cargo de dois leigos, «visto não haver cirurgião aprovado neste Pais», (vila). O interessante dessa peça é que é uma das vêzes que encontramos a localidade de Rio das Pedras mencionada em documentos antigos.

25 DE NOVEMBRO – Decreto ministerial, assinado pelo titular José Clemente Pereira, dispensando do serviço miliciano os vereadores, o procurador, o secretário, o porteiro e um fiscal das freguezias do Império. Como se vê, há um pequeno engano: deve ser nas «vilas», pois freguesias, dependendo do Termo, não possuíam tais «empregos».

27 DE NOVEMBRO – Convenção em que figuraram: de um lado, o juiz ordinário, a Câmara, capitães-mores desta vila e de Itu, outras autoridades, nobreza e mais pessoas republicanas, e, de outro lado, os Botelhos, grandes latifundiários da época. Essa convenção dilatou a demarcação do Rossio, respeitou os engenhos que se estabeleciam à margem do Piracicaba, abrindo, especialmente, a rua da Praia à servidão pública.

29 DE NOVEMBRO – Ofício do Govêrno Provincial de São Paulo ao «Senado» local, determinando eleições para preenchimento do cargo de sargento-mor, que seria o primeiro, no regime de autonomia em que nossa terra se encontrava, desde 10 de agosto de 1822.

8 DE DEZEMBRO – Eleição pelo sistema de «pelouro» para renovação da edilidade local para o exercício de 1824. Foram eleitos: Bento Dias da Cerqueira e Manoel Duarte Novaes, juizes ordinários, (presidência); António José da Conceição, alferes Joaquim de Almeida Lima e João da Fé, vereadores; João Pedro, procurador; Manoel de Barros Ferraz, juiz de órfãos.

– A Câmara era renovada anualmente, sendo que os pelouros é que tinham duração de uma «legislatura» completa. Na ausência de um vereador, que era multado, servia um «tranzato», isto é, vereador suplente. Quando uma vaga se verificava, então havia eleição para o preenchimento dessa vaga.

– Pelo que se deprende da ata dos trabalhos da edilidade, foi aberto o terceiro e último pelouro, dos deixados pelo ouvidor João Medeiros Gomes, quando da primeira eleição de nossa terra, a 10 de agosto do ano de 1822. Assim se renovou a câmara, seus oficiais e juizes da vila.

10 DE DEZEMBRO – Nesta data realizou-se a eleição para a escolha do primeiro sargento-mor da vila, no regime de autonomia em que nossa terra se encontrava, desde 10 de agosto de 1822. Foi eleito o capitão de Milícias reformado, Estêvão Cardoso de Negreiros.

20 DE DEZEMBRO – O rossio e suas questões: a Câmara da vila passou Mandato, ou pagamento, na importância de três mil e duzentos réis, a favor do solicitador Possidónio Luiz Leitão, «por defender

e requerer hua cauza deste Conselho com o Tenente-Coronel Theobaldo sôbre o Rocio desta Villa.»

31 DE DEZEMBRO – O «Senado» local acerta, em sessão, os padrões de pêsos e medidas para aferições, que antes não havia, os quais são peso de arrôba, balança, termo, medida de fôlha, vara e covado. O emprêgo das aferições foi arrematado em leilão por Desidério José Luiz.

– A câmara, pelos seus fiscais, todo início de ano, percorria as vendas, botequins e lojas, a fim de «aferir» (verificar) se pesos e medidas estavam conforme. É que, naquele tempo, como hoje, o comércio se deixava levar pela desonestidade e adulterava tais pesos e medidas, em proveito próprio. Essa prática foi abolida há uns bons trinta anos.

– 1824 –

3 DE JANEIRO – A vila precisava de mais quatro capitães de Ordenanças, consoante decreto régio. Nesta data, realizaram-se as eleições de rigor. A ata é muito confusa e não nos foi possível saber com segurança o nome dos eleitos.

– Como se vê, tais oficiais se improvisavam, sem o menor conhecimento militar. As pessoas mais em evidência na localidade, especialmente aquelas alfabetizadas, é que eram distinguidas com a patente, sem perceber soldo algum. Competia-lhes ainda adquirir a farda e, quase sempre, a espada.

10 DE JANEIRO – Sessão da edilidade de nossa terra, na qual foi lido o Projeto de reforma da Constituição Brasileira, (D. Pedro I havia dissolvido a Constituinte). Tal projeto foi enviado às câmaras, do país para receber sugestões. A ata do dia não dá conta da resolução tomada pela congregação administrativa local.

– Quase dois meses depois é que a nossa Câmara de vereadores tomou conhecimento oficial da dissolução da assembléia constituinte, por ato de 12 de novembro de 1823, de D. Pedro I. Os papéis relativos, bem como «os artigos de declaração por que S.M.I. dá as razoens porque teve que diçolver a Asemblea Geral» foram lidos na presente sessão da edilidade.

17 DE JANEIRO – À reunião da câmara, compareceu o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, com Carta de Usança, (diploma), a fim de tomar posse do cargo de Juiz Ordinário, (presidente), para o qual fôra eleito. O «Senado», todavia, resolveu não lhe dar posse enquanto não viesse a sentença da devassa de suborno que se procedia em juízo – questão que envolvia o mencionado alferes.

– Estamos ainda nas eleições do dia 10 de agôsto de 1822, pois, como se sabe, os herdeiros do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Ar-

ruda e seus partidários envolveram a edilidade num processo de suborno, atingindo o nome do ouvidor João Medeiros Gomes. É essa a «devassa de suborno» de que fala o quadrinho acima.

– Testamento do primeiro capitão-mor da então Vila Nova da Constituição, João José da Silva, feito perante o tabelião da Vila de Pôrto Feliz, Manoel Pereira de Almeida. O testamenteiro, que no ato se achava em gôzo de perfeita saúde, faleceu em 1828.

– Os moradores da vila reclamaram à câmara contra o escrivão Francisco José Machado, que cobrava a exorbitância de 1\$200 por cada «data de terra» concedida pela edilidade. Como se sabe, os habitantes, que pudessem construir, requeriam determinado terreno, (data de terra), compreendido dentro do rossio, o qual lhe era concedido gratuitamente. A câmara exigiu que o escrivão se pronunciasse.

– Concedida a «data de terra», ou «carta de terra», o almotacel, o arruador e o escrivão procediam ao competente alinhamento, pelo que se cobrava o emolumento acima. Se dentro de seis meses, o peticionário não desse início à construção, o terreno era considerado «devoluto», isto é, era devolvido ao patrimônio do rossio.

20 DE JANEIRO – Na questão da taxa de 1\$200 cobrada pelo escrivão Francisco José Machado por cada «data de terra» concedida pela edilidade, êsse secretário não deu as informações solicitadas, mas pediu que o requerimento, mencionado no quadrinho do dia 17 do presente mês, contivesse pelo menos uma assinatura, pois o documento era praticamente anônimo.

24 DE JANEIRO – Representação da câmara da Vila a Sua Majestade Imperial, secundando uma representação de várias pessoas da localidade, expondo as causas pelas quais deixou de dar posse ao Juiz Ordinário, alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, que tinha a seu favor um despacho do Ouvidor da Comarca.

25 DE JANEIRO – Auto, (ata) de eleição municipal – a segunda de nossa terra – que se realizou na igreja matriz, depois de celebrada a missa do Espírito Santo e sermão alusivo pelo vigário Manoel Joaquim do Amaral Gorgel. Presidente foi o juiz ordinário Manuel Duarte Novais, havendo dois secretários – Luiz Leitão Freire e Antonio José da Conceição – e três escrutinadores – o pároco, já nomeado, o capitão-mor João José da Silva e o juiz de órfãos Manoel de Barros Ferraz.

2 DE FEVEREIRO – A Câmara de Vila Nova da Constituição foi taxativa: não permitiu que o escrivão Francisco José Machado cobrasse a «elevada» quantia de 1\$200, a seu benefício, por cada «data de terra» concedida gratuitamente pela edilidade a quem se dispusesse a

construir dentro da faixa do rossio. Para pagamento de seu trabalho de secretário, a câmara já lhe pagava 30\$000 por ano.

14 DE FEVEREIRO – Na presente sessão da edilidade, requereu o capitão-mor da Vila melhor observância às ordens dos «Senhores do Governo Provisório», que mandam sejam os recrutas que saíam da localidade assistidos com três vinténs, recebendo os membros da escolta quatro vinténs.

20 DE FEVEREIRO – Com referência à sua questão com a Câmara, relativa aos emolumentos de 1\$200, cobrados a cada «data de terra», o escrivão Francisco José Machado pediu testemunho à câmara de São Paulo, cuja resposta lhe foi favorável, pois idêntica taxa era exigida na capital da província, para casos tais.

21 DE FEVEREIRO – A câmara de Pôrto Feliz, por solicitação do interessado, informava ao escrivão Francisco José Machado, (quadrinhos dos dias anteriores), que, nessa vila, as «datas de terra» estavam sujeitas ao emolumento de 1\$440. Idêntica informação lhe dava a câmara da vila de Jundiáí.

26 DE FEVEREIRO – «João Luiz Leitão, Seg. do Tabelião em terino pr. o mais anexos nesta Va da Const.m e todo seo Ter.o & Certificado e posto por fé q. dos Provim.tos com q. creou esta Villa o Dez.or Ov.or Creador João de Medeiros Gomes conta deixar para o Escrivão da Camara vinte mil reis, huma Resma de papel de ordenado».

– Na questão dos emolumentos cobrados por cada «data de terra», o escrivão exigiu êste documento de forma oficial, pois a câmara afirmara anteriormente que seu ordenado era de 30\$000 mil reis.

27 DE FEVEREIRO – Judicialmente, com razões de agravo, o escrivão Francisco José Machado protestou contra a edilidade que lhe cassara o direito de cobrar para si a soma de 1\$200 por cada «data de terra» concedida pela câmara. Assim procedia a exemplo das câmaras de São Carlos, (Campinas), Jundiáí, Pôrto Feliz e São Paulo. A questão foi parar perante Sua Majestade Imperial.

13 DE MARÇO – Afinal, a câmara da terra se viu obrigada a dar posse, no cargo de juiz ordinário, (presidente), ao alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, sem se saber do resultado da devassa em que estava envolvido. É que o dito alferes estava bem amparado pela autoridade ituana (ouvidor) e, no mesmo dia, presidiu aos trabalhos camareiros.

14 DE MARÇO – Sessão conjunta da câmara da terra, com clero, nobreza e povo, na qual foram lidos os projetos da Constituição Imperial, os quais foram julgados excelentes para o Império; «e bem

assim disseram todos que estavam prontos a jurar logo que Sua Magestade Imperial assim determine com cuja vontade desejam sempre concordar».

20 DE MARÇO – A provisão do ouvidor de Itu, pedindo ao Juiz Ordinário apurar as irregularidades havidas na eleição de pelouros de Agosto de 1822, só foi entregue nesta data... A história sempre se repetiu...

26 DE MARÇO – Instruções governamentais recebidas pela câmara da então Vila Nova da Constituição, a respeito de eleições de Juiz de Paz nas novas Freguesias. Entre outras coisas, determinadas ao pároco local, constavam as seguintes: marcar o dia da eleição pelo Juiz de Paz do Têrmo, 15 dias antes deveria o pároco afixar na porta da Matriz uma lista de pessoas que pudessem votar e ser votadas. No dia da eleição, rezar missa do Santo próprio e fazer uma oração análoga ao objeto.

27 DE MARÇO – Pela primeira vez, as atas da câmara trazem o nome do alferes José Caetano Rosa, o arruador de Piracicaba, o qual fui indicado para servir de Juiz Almotacel pelo prazo de três meses. O Almotacel tinha a incumbência, como fiscal que era, de zelar pela boa aplicação das leis municipais, chamadas «posturas».

– Das atas: «Outrosim que tendo esta camara tirado de mim, Escrivão, (Francisco José Machado), os emolumentos de Carta de Datas sôbre que interpuz recurso de Aggravo para o Supremo Tribunal, e recebendo a mesma Camara os autos com vista para responder-se ao Aggravo aos vinte e oito de Fevereiro pp. nesta Camara o entregarão e reparando o mesmo Aggravo, e nada mais houve de que fiz este termo...».

3 DE ABRIL – A presidência da Província de São Paulo se dirige, por ofício, à câmara da Vila da Constituição, ordenando se procedesse na localidade ao juramento da Constituição Brasileira, de acôrdo com o Imperial Decreto, que falava a respeito. A edilidade marcou o dia 25 do presente mês para a solenidade.

– Das atas: «...eu Escrivão, (Francisco José Machado), apresentei hum Despaxo do Meritissimo Ouvidor pela lei proferido em meu requerimento em que manda decizivamente que se não conceda terreno algum sem serem por carta de Data visto que esta Camara havia abolido este uzo e praxe, e que mesmo nesta Villa foi praticado desde sua he-reção, e sendo vista pela Camara o dito despaxo e que por horas não dicideião sobre aquele despacho ...»

– «...e que querião consultar, deixando indecizo aquelle Despacho e motivo porque eu dito Escrivão protesto por todo o meu Direito

e justiça bem como por todos os prejuizos que me cauzam, adivirtindo, que o Vereador mais velho e o Prezidente em nada se opuzerão ao dito despacho», «desde já tão bem protesto seguir com o Aggravo interposto para o Tribunal competente». Foi esta uma das últimas atas do mencionado secretário.

25 DE ABRIL – Na casa do bacharel Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, «por ser a mais decente», houve brilhante reunião da câmara local, com povo assistente, na qual foi lido e aprovado o Projeto da Constituição Imperial que os presentes juraram guardar e defender à custa do próprio sangue, «pondo as suas mãos direitas em hum livro dos Santos Evangelhos».

– A respeito do prédio do bacharel Vergueiro, diz Djalma Forjaz: «Esta casa era no Largo da Matriz, esquina da Avenida da Constituição, depois rua Direita e hoje rua Moraes Barros. Não existe mais, pois foi demolida, e em seu lugar foi construído recentemente, (1922), o magnífico prédio em que se acha o Hotel Central, um dos melhores do interior do Estado».

– Offício da câmara da Vila da Constituição à presidência da Província, participando haver marcado o dia presente para a solenidade do juramento da Constituição Imperial, bem como sua realização. Todos os bons brasileiros se comprometiam, pelo juramento, sôbre a Bíblia e diante de um exemplar da Constituição, a prestar fidelidade à Carta Magna da época.

– O exemplar, ou projeto da Constituição, era enviado às câmaras das cidades ou vilas de então, para o juramento, por intermédio da Presidência da Província, consoante decreto imperial. Do ato se lavrava uma ata, cuja cópia era enviada à Côrte e à presidência da Província.

26 DE ABRIL – Pela presente ata da Câmara, sabe-se que a então Vila Nova da Constituição, desde seu princípio, era alinhada em ruas retas, devido ao cuidado do Govêrno da Província e da câmara de Pôrto Feliz, antes da elevação de Piracicaba à vila, como, no centro da cidade, se comprova até hoje.

– Por essa mesma ata, deduz-se que a atual rua de São José é torta em virtude de a viúva D. Maria Meira e seus filhos forçarem o alinhamento da dita rua, com seus escravos, a fim de obterem vantagens de terra. O caso foi calorosamente tratado pela edilidade, que assegurou seus direitos, muito embora essa senhora contasse com bom amparo político.

– «... juntarão os seus escravos com muitos outros de Senhores de sua parcialidade, e abrirão a continuação da rua São José para o Rio tirando-se de sua direção recta com que foi instituída, e arqueando-a

conduzindo-se obliquamente a atravessar hum quarteirão, e levando-a onde se deve passar a rua do Conselho que hé paralela; tudo com o sinistro fim de dar servidão a Ponte que se acaba de construir sobre o Rio por esta rua torta, e desviar a continuação da rua do Concelho, que na sua direção recta vae pela Ponte».

– «E porque seria eterna des honra para esta Camara o consentir que a única ou primeira rua torta desta Villa, seja aberta potenciosamente no seu tempo sendo aliás hua rua tão importante que há de ser a entrada dos moradores digo a entrada de todos os moradores e Povoaçãoens d'alem do Rio. O intento com que se praticou este escandalo foi desviar hua beirada do sercado que a dita Dona Maria de Meira tem usurpadamente dentro das terras, que já muito antes da ereção desta Villa, erão do domínio e posse da Povoação».

– «Neste acto compareceo o Juiz Ordinário o Alferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda, e requereu que Elle por si sua Mai, e Irmãos cedia voluntariamente a abertura da rua do Concelho na parte em que elles tinham implicancia por achar dever ser obstante os seus prejuizos, e assim que lhe concedão prazo para feixar o seu quintal deixando livre e francamente a direção da Rua Do Concelho, e que se não concedão datas de seo sercado para dentro». Foi-lhes dado o prazo de oito dias para deixar a rua livre.

– Subsídios para a história das pontes sôbre o rio, Piracicaba se encontram nos quadrinhos acima, tal como: «... afim de dar servidão a ponte que se acaba de construir sobre o rio por esta rua torta». A ponte partiria da atual rua de São José? Ou como êste trecho: «hua rua tão importante que há de ser a entrada dos moradores digo a entrada de todos os moradores e Povoaçãoens d'alem rio». Tratar-se: ia, no caso, da ponte sôbre o córrego Itapeva? O desvio da rua São José mais se aproxima do córrego que do rio.

27 DE ABRIL – Representação um tanto ou quanto violenta que o tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza e mais moradores da Vila da Constituição endereçaram ao Presidente da Província de São Paulo, denunciando graves irregularidades havidas nas primeiras eleições municipais de nossa terra, e envolvendo num escandaloso caso de suborno o ouvidor João de Medeiros Gomes.

– João de Medeiros Gomes foi quem presidiu à ereção da Vila e a Câmara, então eleita, compreendia uma única família, segundo a representação, havendo os vereadores nomeados a si próprios, com vistas gordas da autoridade. A denúncia afirmava que bons elementos da loca-

lidade foram preteridos, em favor de João José da Silva e seus parentes e amigos do peito.

– O documento, que foi até a Côrte, está assinado pelos elementos que formavam o Partido dos Quarenta Coligados – um partido de oposição sistemática e avalentado contra a câmara. É talvez dêsse partido a mais sugestiva prova de sua existência, terminando por pedir anulação dos atos anteriores, para novas eleições e nomeações.

9 DE MAIO – Pitorescas ocorrências impediram a reunião da câmara, em data anterior: não foi encontrado o escrivão, nem o livro de atas; o 2.º tabelião não quis secretariar a sessão, alegando estar doente e purgado. Buscas infrutíferas e o livro não apareceu. Mas a 9, o livro surgiu com a cozinheira do secretário e, com um escrivão interino, pode se reunir, então, a edilidade .

– «...e não aparecendo o Escrivam da mesma Camara Francisco Jozé Machado mandarão pelo Alcaide chamalo», «e que lhe disserão os vizinhos tinha hido numa casada para o Rio abaixo pelo que mandarão chamar o Segundo Tabeliam», «e mandou dizer que não vinha porque estava doente e purgado mandarão por isso dizer-lhe que mandasse o Livro das Vereanças respondeo que não hera Escrivam da Camara...»

– A Câmara da vila, por officio, dá ciência ao Governô da Província das irregularidades e indisciplina dos escrivães que deveriam servir aos trabalhos da edilidade. Por êsse officio, sabe-se que o primeiro e segundo tabeliães de Constituição: no regime da municipalidade, foram Francisco José Machado e José Luiz Leitão Freire, respectivamente.

– Por êsse fato, fica-se sabendo que os tabeliães, que também eram juizes de órfãos, deveriam secretariar as sessões da edilidade. Francisco José Machado foi a uma pescaria por pirraça, pois a câmara não quis reconhecer certos direitos que o escrivão tinha sôbre a taxa devida a datas de terra. Também, pertencia aos «Quarenta Coligados...»

17 DE MAIO – Offício do capitão-mor João José da Silva ao presidente da Província, historiando minuciosamente a questão havida entre a câmara da Vila Nova da Constituição e o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda e seus herdeiros, a respeito de posse indébita de terras, sujeita à «sentença de devassa de suborno».

– Começou por se referir às terras compradas por Felipe Cardoso do povoador Antonio Correa Barbosa e a vinda do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda para a povoação onde obteve uma sesmaria contígua às ditas terras. Passando a ser comandante da localidade, ambicionou ampliar suas herdades, com o fim de estabelecer uma fábrica de açúcar, «fingiu que o Capitão-Povoador Barbosa, não pagara as

terras compradas a Felipe Cardoso», «forçou os herdeiros deste, que lhe passassem novo título de venda».

– «A viúva, e filhos do dito sargento-mor continuaram na mesma injusta pretensão; sendo principal motor o filho alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, animado por seu sogro o tenente José Joaquim de Sampaio; cercaram uma porção entre o Itapeva, e o Rio, venderam para fora do Itapeva outra porção, a Luciano Ribeiro Passos». «O tenente-coronel Theobaldo da Fonseca e Souza, que é limítrofe, pelo lado de baixo, cercou por autoridade própria outra porção, e Luciano Ribeiro Passos, outra»

– «O tenente José Joaquim de Sampaio», «tinha grandes desejos de ser capitão-mor», «apesar da nenhuma popularidade, pela fama que tem de demandista, e orgulhoso: fez para isso tôdas as tentativas possíveis; chegando a mandar oferecer ao Ouvidor – 800 arrobas de açúcar, pelo reverendo vigário, e 1.000 pelo capitão José de Barros Penteado; como êles confessaram» «Seu genro, ardia também em desejos de ser sargento-mor».

25 DE MAIO – D. Pedro I dirige uma vibrante proclamação aos Paulistas, pedindo-lhes que marchem a engrossar as fileiras dos brasileiros que cercam Montevideu. A edilidade de Constituição, na sessão de 21 de agosto, tomou conhecimento dessa proclamação, mas não lhe deu outra importância senão o registro em ata.

31 DE MAIO – O juiz ordinário da Vila da Constituição, Manuel Duarte Novais, atendeu a um requerimento do capitão-mor, João José da Silva, que pedia, para sua defesa, lhe fôsse fornecida uma cópia da representação que o tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Silva e outros endereçaram à presidência da Província, (evoltara à câmara para informar), atacando aquela autoridade.

– «...e como o Supplicante percize para bem do seo direito e Justiça que forão os que asignarão nome por nome poriso pede a V.Sa Merce Illustricimo Senhor Juiz Ordinario seja servido mandar lhe paçar por Certidão o theor do Requerimento dos asinantes tudo em forma Requerida do que E. receber Merce».

– O documento propriamente não estava assinado por aquêlê oficial, mas pelos membros do Partido dos Quarenta Coligados e é uma das provas mais expressivas da existência dêsse grupo político. Entre seus assinantes, viam-se crianças de 10, 12 e 15 anos e o próprio secretário da câmara era um dos coligados ...

5 DE JUNHO – Incisivo ofício do capitão-mor da Vila da Constituição, João José da Silva, relatando fatos de suma gravidade, que en-

volviam o celebrizado «Partido dos 40 Coligados», partido da oposição, chefiado pelos descendentes do sargento-mor Carlos Bartomeu de Ar-ruda e pelo tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, os quais não davam tréguas à situação, representada pela câmara e correligionários.

– Ampliando ou corroborando suas opiniões, expostas a 17 de mês presente, expunha no ofício que o tenente José Joaquim de São Paio, no desejo incontido de ser capitão-mor da Vila, procurara subornar o ouvidor João de Medeiros Gomes «com mil arrobas de assucar» e, depois, levava queixa a Sua Magestade, «falsa queixa, requerendo devassa do suborno», que houve realmente, mas por parte da oposição.

– A representação dos oposicionistas ao Governô afirmava categoricamente que, nas primeiras eleições de nossa terra, em agôsto de 1822, houve manifesto suborno, e a câmara, pelos eleitos, ficou «em família», isto é, parentes se elegeram e se nomearam a si próprios. O capitão-mor desmentia essas afirmações, fazendo outras, por sua vez.

– O Partido dos Quarenta Coligados, que assinara anteriormente uma violenta representação à Presidência da Província, contra a Câmara e seus correligionários, segundo o capitão-mor, era constituído só de parentes entre si, «havendo nelle meninos de 10, 14 e 15 anos». O próprio tabelião Francisco José Machado, atestando a «maioridade» dos meninos, estava em culpas .

6 DE JUNHO – Officio do capitão-mor da Vila da Constituição à presidência da Província, pondo-se em guarda contra ataques que lhe eram desferidos pelo tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza e os de seu partido, numa representação que fôra enviada ao Governô, no sentido de que se deveria proceder a uma devassa para desfazer a intriga «que tem em perpétua agitação esta pobre Villa»

– «Estando-se procedendo nesta Villa as averiguaçoins ordenadas por V. Ex. a sôbre a verificação de hum assignado e Requerimento, em que sou attacado obtendo por certidão as ditas peçoas, e vendo a qualidade das peçoas assignadas ainda que me constaçe, que muitas se retractarão levei ao conhecimento do Ouvidor Informante as relações, que se faziam suspeitas, e os Motivos daquella manobra, o que fis por meio de Requerimento...»

9 DE JUNHO – A câmara incorporada procedeu a uma vistoria na rua do Conselho, «por constar estava mal alinhavada» e «acharão que estava pendida para o Rio abaixo e remendarão aquella tortura tirando uma linha recta pella face de baixo, fincando estacas em cada hum dos cantos dos quarteiroins». É hoje a nossa rua Regente Feijó.

– «Outrossim observarão que fazendose quarteiroens regulares de quarenta braças de extençam que nam dá para outro quarteirão e livre servidão na margem do Rio e por isso assentarão acrescentar oito braças no ultimo quarteirão, e deixar o resto para servidão da margem do Rio, onde nam será permitido levantar-se edificio algum».

– Antigamente era assim: «Nada mais ouve e assinaram e o Piloto Feliz Leme, (o demarcador, arruador) e Antonio do Espirito Santo assinou com o seo signal costumado que hé uma cruz». Nas atas da câmara, a assinatura consta: «Cruz de Antonio do Espirito Santo».

10 DE JUNHO – Novas eleições realizadas na Vila para o preenchimento de cargos de capitães das Ordenanças. Na ata competente, há um libelo fortíssimo contra o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, das mesmas Ordenanças, o qual é figura de real destaque na história de Piracicaba, dentro do celeberrimo caso dos «Quarenta Coligados».

– «E declararam que non propunham Manoel Joaquim Pinto de Arruda Alferes da mesma Companhia lembrado pelo Capitam Mor por nam o considerarem, com qualidades necessárias para bem servir, por ter genio desinquietao barulhador e apaxonado causando a lucta em que está com o Povo para destentar a uxorpação que com sua Mai e Irmãos tem feito das terras que a esta Villa pertençam da propriedade por doação do Capitão-Povoador...»

18 DE JUNHO – Carta-patente com que D. Pedro I confirmava a José Joaquim da Silva no pôsto de capitão da Quarta Companhia das Ordenanças da Vila da Constituição no qual, sem soldo, «gozava de tôdas as honras privilegios, liberdades izemçoins, e franquezas que direct. e lhe pertencem».

24 DE JUNHO – Fundação de Rio Claro em terras piracicabanas: os lavradores António Pais de Barros, depois barão de Piracicaba, Manoel Pais de Arruda e o capitão Francisco da Costa Alves doaram à capela então existente na margem do ribeirão denominado Ribeirão Claro, uma imagem do santo que se festejava no dia. Em tôrno da igreja, recém-construida, foram, aos poucos, levantadas algumas casas, ficando o povoado com o nome de São João do Rio Claro.

28 DE JUNHO – Carta-patente com que D. Pedro I confirmava a Miguel António Gonçalves no pôsto de capitão da Quinta Companhia das Ordenanças da Vila da Constituição, no qual, sem soldo, «gozará de tôdas as honras privilegios, liberdades, izemçoens, e franquezas que direct. e lhe pertencem.»

– Outra carta-patente com que D. Pedro I confirmava a Manuel de Toledo da Silva no pôsto de capitão da Quinta Companhia das Orde-

nanças da Vila da Constituição, com as regalias idênticas à carta-patente anterior.

5 DE JULHO – Circular da presidência da Província, endereçada à edilidade local, acompanhada da Proclamação de D. Pedro I, que pedia aos paulistas engrossarem as fileiras dos brasileiros que cercavam Montevideú. A câmara, na sua sessão de 21 de agosto, tomou conhecimento da circular e proclamação, mas não lhes deu outra importância senão o registro.

10 DE JULHO – Convocados os camaristas para a reunião habitual da edilidade, saíram eles logo após pelas ruas da Vila, conforme edital anterior, em correição, examinando as vendas, loja, açougue e oficinas, e tudo acharam conforme, menos uma roçada que se fazia ilegalmente, dentro das terras demarcadas pelo rossio.

– Certificou-se que o autor da irregularidade era o juiz ordinário, (presidente da câmara), Manuel Joaquim Pinto de Arruda, a quem foi oficiado para não prosseguir nesse ato, «visto não ser legal e Que cauza grande prejuizo aos moradores por destruir as madeiras e sipós para a construção das cazas e quintaes».

13 DE JULHO – Ferviam as desordens políticas na Vila da Constituição. José Maria de Ataíde, elemento da situação, foi atacado no pátio da Matriz pelo carpinteiro Manuel Gonçalves, «o qual com huma espada lhe fez 15 golpes na cabeça e nos braços», «e só o largou quando acudio gente e lhe quebrou a espada». Ao que se dizia, o atentado foi por ordem do alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda.

14 DE JULHO – O capitão-mor da Vila da Constituição, por officio, relata à Presidência da Província o sangrento acontecimento do dia anterior, (pedindo providências), quando o assalariado José Gonçalves, a golpes de espada, atacou o eleitor da situação José Maria de Ataíde. A vila estava em polvorosa, o assassino foragido e protegido, e a população temia novas desordens.

– Tal como afirmava o capitão-mor, o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda «hé quem principalmente traz esta Villa em barulho por causa das pertençaes que tem de impedir o Rocio da Villa, senhoriar a maior parte das terras da propried.e da mesma» «e ocupar os postos da Governança». Ataíde era um dos guarda-costas da situação.

– «Devo declarar a V. Ex. a que o sobred.o Antonio Gonsalves é da V. a de S. Carlos onde é Miliciano sem dar obediencia aos seus superiores a mais de dois Annos tem rendido no Morro Azul, e devizas desta V. a com a de Mogemirim principalmente no Engenho do Capitam Joaquim José de Andr.e da V. a de Itu; e não me parese posivel ser

prezo pelas ordenanças desta V. a, que pela maior parte tem consebido... delle».

26 DE JULHO – Bernardino de Senna Reis e Almeida tomou posse do cargo de Segundo Tabelião e escrivão de órfãos da Vila da Constituição, conforme carta que o mesmo escreveu ao Presidente da Província, nesse sentido, logo após o ato de que se trata.

– Um trecho da carta em aprêço: «Participo a V. Ex.ª que cheguei ontem a esta V. a»; «achei m. to bem edificada a Va, fui apresentar-me as maiores autoridades, e o Snr. Vergueiro me tem feito mil offercimentos. Estou habitando, por ora, com o Vigario, e todos me tem vindo vizitar e obsequiar.»

7 DE AGÔSTO – Sessão do «Senado»: – «...e na mesma mandarão registrar hum officio do Juiz Ordinario, (presidente da câmara), Manuel Joaquim Pinto de Arruda, em resposta de outro que a câmara lhe dirigio, embargando-lhe hua rossada nas terras do Rocio». Que trabalho deu à edilidade êsse Pinto de Arruda, principal figura da corporação, na questão das terras do rossio!

19 DE AGÔSTO – Carta patente, assinada por D. Pedro I, confirmando a Estêvão Cardoso de Negreiros no pôsto de sargento-mor da Vila Nova da Constituição. Foi Estêvão Cardoso de Negreiros uma das grandes figuras de nossa terra, no início de vila autônoma.

21 DE AGÔSTO – Reunião dos vereadores locais, que tomaram conhecimento de uma proclamação de D. Pedro I, na qual pediu aos paulistas engrossarem fileiras junto dos brasileiros que cercavam Montevidéu. A edilidade tomou conhecimento dessa proclamação mas não lhe deu outra importância se não o registro em Ata.

2 DE SETEMBRO – Carta-patente, assinada por D. Pedro I, reformando Domingos Soares de Barros, no posto de sargento-mor da Vila da Constituição, «visto que a sua avançada idade e moléstias o privão de continuar o serviço; e gozará de tôdas as honras, graças, privilégios, liberdades, izempçoins e franquezas, que diretamente lhe pertencem».

9 DE SETEMBRO – Ofício do presidente da Província ao senador Nicolau de Campos Vergueiro, solicitando informações acêrca das terras do rossio da Vila Nova da Constituição, que envolviam o tenente José Joaquim de São Paio e o capitão-mor João José da Silva, ou seja o Partido dos Quarenta Coligados e a câmara de vereadores.

– O doutor Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, morando na Vila da Constituição e vivendo afastado da política local, era homem

talhado para essas informações, seja como bacharel, seja como pessoa de inteira confiança do govêrno.

11 DE SETEMBRO – O tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza foi um dos que deram muito trabalho à câmara citadina dos tempos, na questão das terras do rossio. Na presente sessão camareira, Francisco Telles Barreto se queixava das cêrcas do dito ofical, as quais prejudicavam a «servidão pública». Enérgicas providências dos camaristas, mas o «santo» do Fonseca e Souza era forte.

– «...que elle suplicante está levantando duas moradas de cazas em terreno», «concedido por Vossas Senhorias, e por que já se experimenta falta de madeira no Rocio, com maior de palmitos para caibros, e para o lado do Tenente Coronel Theobaldo da Fonseca e Souza ha madeiras por isso mesmo que estão os carregadores fechado; com serca que êste Sennado concedeo ao dito suplicante o levantá-lo interinamente, e porque ha quase dois annos que a tem fechado esta parte do Rocio...»

– Nessa mesma sessão dos camaristas, foi lido um ofício do ouvidor pela lei, Antonio Paes de Barros, determinando fôsse suspenso o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda do cargo de juiz ordinário, (presidente da câmara), por se achar envolvido numa devassa, relativa a negócios escusos com terras do rossio. O «Senado» iria proceder a nova eleição, para preenchimento do cargo.

12 DE SETEMBRO – Na vaga presente, aberta com a suspensão do alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda, por determinação do ouvidor da comarca, Antonio Paes de Barros, foi empossado interinamente o alferes José Caetano Rosa, titular da atual rua Alferes José Caetano, desta cidade.

– Perante a edilidade reunida, tomaram posse os capitães das Ordenanças José Joaquim da Silva, Miguel Antonio Gonçalves e Manuel de Toledo e Silva, «os quaes apresentarão suas patentes confirmadas por sua Majestade Imperial.»

15 DE SETEMBRO – Bem fundamentada exposição do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro ao presidente da Província, historiando minuciosamente a questão havida entre a câmara da Vila e o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda e seus pares, a respeito da posse indébita de terras destinadas ao rossio, sujeita à «sentença de devassa de suborno».

– «O Ouvidor Medeiros, a quem o recorrente faz tanta carga, talvez cometeu algumas faltas por ir com o Partido que hoje o acusa; mas é com injustiça que se lhe atribue cooperação no suborno arguido,

que eu reputo inteiramente fantástico, principalmente refletindo nos resultados da eleição».

– «1.º Na nula devassa, a que procedeu o Ouvidor informante não se encontram fatos demonstrativos do suborno; 2.º O resultado das eleições não dá suspeita de suborno; 3.º Duas câmaras daquela eleição tem servido, e a terceira está servindo; 4.º A anulação levantaria o orgulho do Partido, que o recorrente dirige».

– «Posso assegurar a VV. Exas. que enquanto durarem as duvidas sôbre as terras, não haverá sossego naquela vila; é necessário, que os que as usurpam as entreguem, ou que o povo perca as esperanças de have-las. O objeto é muito importante e digno da consideração de V. Ex. a Deus guarda a V. Ex. a».

– Subsídio para a história da imprensa. em Piracicaba: na exposição acima, historiando as lutas em tôrno das terras patrimoniais, diz o senador Vergueiro quase no fim: «...tem-se publicado pasquins com ameaças». Realmente, os jornalecos eram escritos a mão, dos quais, ainda recentemente, o articulista Jair Toledo Veiga descobriu um exemplar, cujo clichê foi publicado pela imprensa citadina.

9 DE OUTUBRO – Edital da câmara da então Vila Nova da Constituição, mandando que se iluminassem as casas residenciais pelo feliz nascimento de uma princesa imperial.

– Em casos tais, como iniciativa oficial, haveria fogueira no largo da matriz e os moradores de casas deveriam colocar lampeões, lamparinas ou velas, nas janelas dos prédios, visto não haver iluminação pública.

16 DE OUTUBRO – A pedido do reverendo vigário da Vila, Manuel Joaquim do Amaral Gorgel e outros, a edilidade local resolveu abrir caminhos ou melhorar as picadas existentes, ligando a Vila aos seguintes bairros: Morro Azul, Pinhal e Corumbataí.

17 DE OUTUBRO – Depois da sessão habitual, a edilidade da vila, acompanhada do clero e povo, se dirigiu à igreja matriz, onde, com o templo iluminado, se celebrou um «Te Deum Laudamus», em homenagem ao nascimento de uma princesa imperial. Por êsse motivo, a vila permaneceu «iluminada» por três dias...

18 DE NOVEMBRO – O sargento-mor Domingos Soares de Barros apresentou à câmara dos vereadores sua carta-patente de reforma, assinada por D. Pedro I; «visto que a sua avançada idade e molestia o privão de continuar o serviço». No seu lugar foi nomeado Estêvão Cardoso de Negreiros.

19 DE NOVEMBRO – Na Vila da Constituição, nasce Nicolau de Campos Vergueiro, depois Visconde de Vergueiro, filho do dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e de d. Maria Angélica Vasconcelos. Como cidadão filantrópico, deixou em Santos, onde residiu, grande parte de suas obras.

27 DE NOVEMBRO – As cêrcas e os limites do rossio: à câmara reunida, José Maria de Ataíde se queixava das cêrcas com que Luciano Ribeiro Passos demarcou suas propriedades, entrando com certa liberdade nas terras públicas. Vistoria determinada pela edilidade, sendo notificadas dessa resolução ambas as partes interessadas.

27 DE NOVEMBRO – Carta-patente, assinada por D. Pedro I, confirmando a Manuel Paes de Arruda no posto de capitão das Ordenanças da Vila da Constituição, «com o qual não haverá Soldo algum, mas gozará de todas as honras, privilegios, liberdades, izençoens e Franquezas que directamente lhe pertencem»

4 DE DEZEMBRO – José Maria de Ataíde denunciou à câmara o padre Miguel Joaquim do Amaral Gorgel por andar «avançando» um bocado nas terras do rossio, sem possuir os devidos títulos. Os camaristas resolveram notificar o referido prelado a apresentar seus títulos e estar presente à vistoria de rigor que seria realizada para averiguar a denúncia.

– A câmara se via abarbadada com os casos de «avanços» que muitos proprietários de terrenos limítrofes «procediam» nas terras dos vizinhos. Nesse particular, ficaram célebres os casos da viúva Maria de Meira, do tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, Luciano Ribeiro Passos e até o padre Miguel Joaquim do Amaral Gorgel, vigário local.

11 DE DEZEMBRO – Correição dos camaristas pelas ruas da vila. Procediam a uma vistoria em uma praça, que a câmara mandou demarcar com quatro padrões para a nova matriz e comodidade pública, a qual ficava entre as ruas Formosa e da Alegria e a rua de São Benedito que atravessava a praça; por outra banda atravessava a rua da Bica. Essa praça se chamou do Conselho e a Bica era de uso publico. Nota – Ainda não foram devidamente localizadas as ruas acima, nem a praça mencionada.

18 DE DEZEMBRO – Edital da câmara da então Vila Nova da Constituição, determinando aos moradores da localidade matassem seus porcos. É que, naqueles bons tempos, os suínos viviam livres pelas ruas, num gostoso bem-estar.

26 DE DEZEMBRO – Tomou posse o sargento-mor Estêvão Cardoso de Negreiros, perante a câmara reunida, apresentando carta

patente, assinada por D. Pedro I. Substituiu, assim, Domingos Soares de Barros, reformado no mesmo pôsto, «visto que a sua avançada idade e moléstias o privão de continuar o serviço».

– 1825 –

1.º DE JANEIRO – A ata dos presentes trabalhos da municipalidade fala na posse do «primeiro tabelião» João Batista de Siqueira. Não podemos afirmar que se trate positivamente do primeiro tabelião de nossa terra, em virtude de a povoação ter sido elevada à vila há quase dois anos e meio. A seguir, menciona a posse do «segundo tabelião» Antônio de Campos Bicudo. A 26 de julho de 1824, demos notícia de haver Bernardino de Senna Reis e Almeida tomando posse do cargo de segundo tabelião.

1.º DE FEVEREIRO – Carta-patente, assinada por D. Pedro I confirmando a Pedro Lemos de Oliveira no pôsto de alferes da 5.ª Companhia das Ordenanças da Vila da Constituição, «com o qual gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, izempçoens e franquezas que directamente lhe pertencem». No pôsto não havia sôldo.

5 DE FEVEREIRO – Os camaristas, reunidos, determinaram ao procurador do Conselho «para mandar consertar a casa que serve de cadea nesta Villa por se axar muito desbaratada e que concorre com o que fose percizo para seu concerto».

– Na época a câmara era legislativa e executiva. Mas havia o «Conselho», que foi, possivelmente, a semente das prefeituras atuais. O Conselho reunia, os juzies almotaceis e os fiscais para dar cumprimento às posturas, acionados, igualmente, pelo presidente da edilidade, (juiz ordinário). Era também uma espécie de almoxarifado ou tesouraria.

7 DE FEVEREIRO – Segundo se lê na ata da Sessão do Conselho do Govêrno da Província, para a abertura da estrada Piracicaba-Jundiá, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro não só concorreu com seu trabalho, inteligência e dedicação, como também com dinheiro. Com isso, visava o bem de Piracicaba, cujo progresso desejava, dilatando-lhe as vias de comunicação.

9 DE MARÇO – Carta-patente, assinada por D. Pedro I, confirmando a Antonio Soares de Barros no pôsto de capitão da primeira companhia das Ordenanças da Vila da Constituição, no qual «gozará, de todas as honras privilegios e liberdades, izempçoins e franquezas que directamente lhe pertencem». No pôsto não havia sôldo.

14 DE MARÇO – Por ofício, a presidência da Província dá ordens determinantes ao capitão-mor da Vila da Constituição, João José da Silva, para a abertura da estrada que seguiria para Jundiá. Aliás, era

esta a segunda vez que o govêrno da Província se interessava pela abertura dessa estrada. O plano da primeira pertencera a Vergueiro.

19 DE MARÇO – Renovação da edilidade pelo sistema de «pe-louros». Sairam eleitos: Joaquim Leite de Cergueira e Vicente de Campos Gorgel, juizes ordinários; vereadores – Joaquim José da Silva, João Carlos da Cunha e José Ferraz Pacheco; procurador: João Damasceno Pacheco; juiz de órfãos – capitão-mor João José da Silva.

26 DE MARÇO – À presente sessão da edilidade local acorreu grande número de pessoas, a fim de jurar, a mão direita sôbre os Evangelhos, respeitar e defender a Constituição Imperial, já que não tinham feito isso da vez anterior.

8 DE ABRIL – Offício do ouvidor da comarca, determinando que a câmara da Vila Nova da Constituição se abstivesse de conceder terras a quem quer que fôsse, até as futuras correições. Isso em virtude dos inúmeros casos surgidos na localidade, quando um proprietário de terra «avançava» deliberadamente pelos domínios do vizinho.

14 DE ABRIL – Carta do tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Sousa para seu administrador, José Luciano de Moraes, negando terminantemente a fornecer gente para a abertura da estrada que fôsse a Jundiá, «da desnecessária Estrada ideada pelo Vergr.o» e «q. convenio e nem apr.o q. Vm.ce manda dahi hum só Escravo». Teobaldo se achava em Itu.

– E prosseguia a carta: «... seg.do p.a q. as villas mais Popullosas desta Província apenas tem humas 15 estradas q. seguem p.a Capital; nessa insignificante Va, (Piracicaba), já se acha com tres picadas q. seguem p.a Itu, outra q. dahi segue p.r Campinas, e outra q. a pouco se abriu pelo morro azul».

– Com mais êste trecho sugestivo para terminar: «...pois a multidão delas hé q. faz. estarem em transitáveis as. q. p.r não haver q.m cuide em sua conservação, e beneficio». «Se for prezico mostre esta ao Cap. mor pois o m.o não tem authorid.e senão p.a fazer o q. eu mando.»

19 DE ABRIL – O capitão-mor de nossa terra, João José da Silva, escrevia ao presidente da Província com referência às dificuldades que encontrava para a abertura da estrada para Jundiá. A queixa maior era contra o tenente-coronel Teobaldo, que, além de não ceder trabalhadores, aliciou gente do seu partido para a mesma rebeldia.

– «...verá a rebeldia do d.o Ten.e C.el e contumacia»; «já da prim.ra abertura desta m.a Estrada elle levantou-se contra a ordem, e não prestou Serv.o, e reduzio ao seo partido mais dous outros»: «como nada lhe acontecesse naquella vez já principia a mostrar-se contumas na sua rebeldia».

– Uma explicação: os proprietários das «testadas», (frente dos terrenos à estrada), deveriam por lei dar trabalhadores para os serviços respectivos. Essa prática durou muito tempo, até depois da Proclamação da República. Depois, as câmaras ou o Estado tomou conta do serviço, cobrando imposto competente de sitiantes e fazendeiros.

30 DE ABRIL – As atas dos trabalhos da câmara da vila falam que os pelouros usados, foram fechados e «todos lacrados e com o cunho das armas dêste Concelho». Êsse «lacrados e fechados» dá a idéia de que os pelouros usados em nossa terra não foram bolotas de cera. E «o cunho das armas deste Conselho?» Como seria tal cunho de armas? Que pena não haja vestígio de tão importante prova!

14 DE MAIO – Edital da Câmara da Vila Nova da Constituição, (Piracicaba), determinando aos moradores locais a matança de cachorros, porcos e cabras que vissem pelas ruas, exceto as cabras que tivessem leite.

3 DE JUNHO – Ofício da presidência da Província ao sargento-mor comandante da Vila da Constituição, Estêvão Cardoso de Negreiros, solicitando a remessa urgente para São Paulo do mestre-carpinteiro Manoel Dias, «afim de hai fazer a Ponte de Cubatão». Manoel Dias fizera uma das primeiras pontes locais sôbre o rio Piracicaba e, como se vê, seu cartaz era respeitável.

3 DE JUNHO – Os camaristas locais desejavam ter sede própria para as reuniões da edilidade, as quais eram realizadas em casas dos vereadores, especialmente na casa dos presidentes. Nesse sentido, oficiaram ao sargento-mor comandante, (que se diria «delegado», hoje), para aprontar umas casas de aluguel para se fazer «Câmara», devendo tais casas serem decentes.

20 DE AGÔSTO – A Câmara atendeu a um requerimento do Dizimeiro, (cobrador dos dízimos) – impostos nos quais a Igreja tinha parte), solicitando que o revmo. Vigário e o capitão-mor informassem, no sentido de se demarcarem convenientemente os limites da Vila Nova da Constituição e as vilas de São Carlos e Pôrto Feliz. Com as informações prévias, o requerimento seria enviado ao ouvidor da comarca, com sede em Itu.

– «...e sendo ahi em ceção fizeram hua vistoria a Requerimento de Manoel de Jesus sobre a tortura de hua rua.» «Declaro que forão fazer vistoria na dita rua por estar torta cujo nome hé da dita rua hé de São Benedito e mandarão endireitar por dois mestres carpinteiros Manoel Rodrigues Santiago e Manoel da Roxa». Essa rua, constante da ata dos trabalhos da municipalidade, ainda não foi localizada.

11 DE SETEMBRO – Falece em Itu, onde nascera a 3 de fevereiro de 1749, o capitão-mor Vicente da Costa Taques de Góis e Aranha, nome de relêvo na história da fundação de Piracicaba. Entre outros fatos importantes que sua presença assinalou, presidiu à mudança da povoação da margem direita para a margem esquerda do rio Piracicaba. Na sua volumosa correspondência, há contínuas e lisonjeiras referências a nossa terra.

1 DE OUTUBRO – A câmara dos edis da Vila da Constituição oficiou ao capitão-comandante interino das Ordenanças, «pedindo as listas da população para por ellas se procederem hum mapa das peças que não jurarão o projecto da Constituição» (Imperial). Como se vê, a coisa era séria...

– Lucas António Monteiro de Barros, primeiro presidente nomeado da Província de São Paulo, na sua «fala» (relatório), ao Conselho do govêrno, se refere à nova estrada Piracicaba-Jundiá, dizendo que se «deve a sua abertura ao zêlo e inspecção do dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e se conseguiu encurtar mais de cinco léguas o antigo caminho pela vila de São Carlos, (antigo nome de Campinas).

6 DE OUTUBRO – Tem esta data o início da proposta de um Libelo Civil, intentado em Juizo pelo tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza contra o sargento-mor Domingos Soares de Barros «e seus sequazes e agentes» Jerónimo da Silva Bueno, Francisco Telles Barreto, João Pedro Correia, João da Fé Amaral, José Maria de Ataíde, António de Campos Bicudo e João Manuel Carneiro, «autores e agressores do atentado praticado p.r elles no dia 8 de Agosto de 1822, em q. escalarão todo o feixo da Propriedade do Supp.e» O autor do Libelo Civil exigia a repositão de suas cercas e a indenização de catorze mil cruzados pelos danos.

8 DE OUTUBRO – Nasce em Paranaguá, então Vila da Província de São Paulo, Manuel Eufrasio de Azevedo Marques, falecido a 20 de fevereiro de 1878 na Capital. Autor do sempre falado livro «Apontamentos históricos, geográficos, biograficos, estatísticos e noticiosos da Provincia, de São Paulo», no qual deixou um bosquejo sôbre a história da fundação de Piracicaba, (foi o primeiro a realizar êsse trabalho), hoje contestado em alguns pontos.

15 DE OUTUBRO – Das atas da municipalidade: «...em seção mandarão paçar hum edital para se matar o gado daninho que costumavão a devorar as plantações dos lavradores, tudo em cumprimento, de hua Provisão que se acha registrada no livro desta Câmara».

10 DE NOVEMBRO – O govêrno da Província aprova o traçado da estrada Piracicaba-Jundiá, para a consecussão do qual Nicolau Pereira de Campos Vergueiro foi sempre ouvido. Foi traçada a estrada entre Itu e o antigo picadão para Campinas; deixava à direita (local onde estão hoje Capivari e Indaiatuba e ia ter ao morro do Itupeva; daí deixava a cidade de Jundiá à esquerda, para encontrar a estrada de Jundiá a São Paulo, no lugar denominado Varginha.

17 DE NOVEMBRO – Imperial Provisão da Mesa do Desembargo do Paço, com assinatura de D. Pedro I, (cópia), registrada no «Livro de Pelouros», a folhas 20 e seguintes, anulando os Pelouros da eleição de 6 de abril de 1824, presidida pelo ouvidor João de Almeida Prado.

– É esta cópia, um dos documentos mais expressivos de que se tem notícia, sendo o único, existente nos arquivos municipais sôbre as famosíssimas lutas políticas dos primeiros anos de autonomia municipal de nossa terra, lutas que projetaram extraordinariamente o grupo dos «Quarenta Coligados».

– Tal resolução imperial resultou de requerimento endereçado à Côrte por «Tenente José Joaquim de Sampayo, Carlos José Botelho, Luiz Caetano de Sampayo e Joaquim José Sampayo, moradores de Termo da Villa da Constituição», que retrataram ao imperador a situação política da localidade, segundo o modo próprio de ver, desde as eleições iniciais de 10 de agôsto de 1822.

– Em virtude dos longos tramites por que passaram o requerimento e a provisão mencionados, só puderam se anular os Pelouros relativos a um semestre de 1826, como se vê na ata dos trabalhos da câmara de 24 de dezembro de 1825.

8 DE DEZEMBRO – Renovação da Edilidade local para 1826, pelo sistema de «pelouros», com o seguinte resultado: juizes ordinários, tenente José Joaquim de Sampayo e alferes Lourenço Leite de Cerqueira; vereadores, – Joaquim Ferraz de Almeida, Joaquim Floriano Leite e Caetano José da Cunha; procurador do Conselho José Caetano Rosa e juiz de órfãos – capitão-mor João José da Silva.

12 DE DEZEMBRO – Em Itapetininga, onde se encontrava em correição, o ouvidor Antônio de Almeida e Silva Freire da Fonseca adjudica o «Cumpra-se» à Imperial Provisão da Mesa do Desembargo do Paço, de 17 de novembro do ano presente, relativa à anulação parcial das primeiras eleições municipais de nossa terra, por motivo de irregularidade.

22 DE DEZEMBRO – Ofício do presidente da Província à câmara da então Vila Nova da Constituição, participando «a feliz sucessão de hum tão aplausível acontecimento do Nascimento do Príncipe Imperial», (mais tarde D. Pedro II) e pedindo a participação da localidade às festas de regosijo.

24 DE DEZEMBRO – Segundo a ata de seus trabalhos, a câmara da ex e futura Piracicaba recebeu oficialmente a notícia da anulação de Pelouros, por parte do ouvidor da comarca, razão por que não haviam chegado as usanças de rigor, (diplomação dos eleitos). Isso se referia às eleições de 6 de abril de 1824, que foram anuladas em parte.

– «...no qual determinava a que se não procurasse por uzanças dos oficiais que saísem eleitos em pelouros para o anno de mil oito centos e vinte e seis por serem nulos e que em breves dias viria elle dito Mereticimo Ouvidor fazer novos. (O que já se havia feito e com algumas dispezas com o dinheiro do procurador...)»

20 DE DEZEMBRO – Antigamente era assim: reunidos os camaristas e procurador na casa do Juiz Ordinário, (a edilidade não tinha sede própria), saíram todos a seguir em correição pelas ruas da Vila e «axarão tudo na forma disposta no alvará que mandarão publicar». Anteriormente, o porteiro «irradiara» a notícia para o povo, da porta da casa, onde se realizaram as reuniões.

– 1826 –

7 DE JANEIRO – O meretíssimo ouvidor da comarca, sediado em Itu, oficiou à câmara local, pedindo informações sôbre um requerimento dos moradores da freguesia de Capivari, que representaram ao presidente da Província da necessidade de ser aquela localidade elevada à vila.

10 DE JANEIRO – Carta-patente, assinada por D. Pedro I, confirmando a João da Fé Amaral no pôsto de alferes da 3ª Companhia das Ordenanças da Vila da Constituição, sem sôlido, «com o qual gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, izempçoens e franquezas que diretamente lhe pertencem».

14 DE JANEIRO – Os camaristas locais prestaram informações ao ouvidor da comarca a respeito da petição dos moradores da freguesia de Capivari, que desejavam fôsse a povoação elevada à condição de vila. Pena é que a resumidíssima ata dos trabalhos da edilidade não diga quais foram as informações prestadas.

21 DE JANEIRO – Ofício da então Vila Nova da Constituição ao presidente da Província sôbre a urgente necessidade que havia na localidade de um Mestre Régio de primeiras letras, (professor primário).

É esta a primeira notícia que se tem de escola pública em Piracicaba, perdão, Vila Nova da Constituição.

– Um grande documento: «Ill.mo Ex.mo Senhor Presidente (da Província). Levamos a prezença de V. Ex.a a nesecidade que esprementão os Povos desta Villa, qual hé mestre Regio de primeiras letras, e não podem serem socorridos sem a proteção de V. Ex.a a quem imploramos para promover os meios, afim deste miseravel Povo poderem educar seos Filhinhos ...»

– E continua a grande voz da história: «...esperançados que as Villas circunvizinhas, gozão deste bem tão útil animamos a Representar a V. Ex.a que como Pai dos Povos moverá os meios para o fim desejado. Deos Guarde a V. Ex.a p.r m.s an.s». (Seguem-se as assinaturas dos leitores). Infelizmente a ata dos trabalhos da câmara não diz quem foi o benemérito autor da proposição.

26 DE JANEIRO – Recebendo do Governador Provinvial a participação do feliz nascimento do Príncipe Imperial, (mais tarde D. Pedro II), a câmara local resolveu, de acordo com suas modestas posses, participar das festas de regozijo que se sucediam pelo país determinando três dias de luminárias, fogueiras, rojões e bombas e, no fim de três dias, um Te-Deum Laudamus solene, na matriz.

3 DE FEVEREIRO – Começaram na Vila de Constituição importantes luminárias, que terminaram a 5, a fim de solenizar o nascimento do Príncipe Imperial, que seria, mais tarde, D. Pedro II. Depois houve um Te-Deum Laudamus na igreja. E a câmara, pelas atas, afirmava não haver dinheiro no cofre para fazer coisa melhor.

4 DE FEVEREIRO – Na presente sessão do «Senado», foram lidos dois decretos imperiais: um que declarava o Nosso Imperador em guerra com o Reino da Espanha, por mar e por terra e outro, pedindo uma relação ou mapa circunstanciado dos fogos, (habitantes), desta Vila, no qual se descrevessem os costumes e modo de vida de seus moradores.

5 DE FEVEREIRO – Depois de três dias de luminárias e fogueiras, rojões e bombas e mais encamizados à noite, (revestidos de opas), a câmara, nobreza e povo assistiram na matriz a um solene Te-Deum Laudamus, em regozijo ao nascimento de um príncipe imperial, que mais tarde se chamou D. Pedro II, último imperador do Brasil.

13 DE FEVEREIRO – Por ofício, o presidente da Província atendeu aos desejos da câmara da Vila da Constituição, no sentido de ser criada na localidade uma escola de primeiras letras, (primário). A ordem

era para que a edilidade escolhesse uma pessoa idônea para professor, que seria, efetivamente, o primeiro mestre-escola de nossa terra.

11 DE MARÇO – Ofício dos camaristas locais ao alferes comandante desta vila, José da Fé, para mandar consertar imediatamente o caminho que demandava Mogi-Mirim, para a vinda do meretíssimo senhor doutor ouvidor e corregedor da comarca, sediado em Itu.

18 DE MARÇO – Em vereança: «...e na mesma ocasião receberam huma petição de Manoel Diaz Ribeiro com despaxo de Excelentissimo Prezidente para enquanto elle Manoel Diaz estiver impedido na obra pública da ponte de Cubatão que esta Camara não conseda mais datas de terras para cazas no quarteirão do dito Manoel Diaz the elle acabar com a obra de cubatão...» Esse mestre-carpinteiro fôra construtor de uma das primeiras pontes sôbre o Piracicaba e, devido ao seu cartaz, o govêrno o requisitara para aquela obra.

27 DE MARÇO – «Aos vinte, e sete de Março de mil oito Centos e vinte e ceis falleceo Anna Eufrozina, casada com o Sargento Mor Domingos Soares de Barros, de que fiz êste assentamento. O Vig.o Manoel Joaq.m Am.al Gorgel.»

1.º DE ABRIL – Por determinação do govêrno provincial, a edilidade da Vila Nova da Constituição nomeou Joaquim Floriano Leite para o cargo de mestre régio de primeiras letras, (professor primário), o primeiro de que se tem notícia nos anais de nossa terra. Quer nos parecer não fôsse o primeiro professor local a entrar em exercício.

– Ofício do Barão de Congonhas do Campo, presidente da Província, à câmara da vila, procurando resolver uma pendência de terra havida entre Manoel Dias e Joaquim de Marins, na rua da Ponte, (não localizada), solucionada satisfatoriamente pelos camaristas, na presença das partes interessadas.

– Esse senhor Dias, era mestre-carpinteiro, requisitado pela Província para as obras do Cubatão. Na pendência, veio escudado por um ofício «diz-tudo» da presidência. Não restava dúvida mesmo; o cartaz do nosso homem era positivamente bom.

12 DE ABRIL – Foi instalada a primeira escola, de primeiro grau, para meninos somente, na então Vila Nova da Constituição, pois as meninas, ainda não eram objeto de atenção por parte dos mandatários de nossa terra. Onde teria sido instalada tal escola?

22 DE ABRIL – Não se sabe por que motivo a câmara local que já havia nomeado Joaquim Floriano Leite para o cargo de mestre régio de primeiras letras, oficiou ao Govêrno Provincial, informando-o haver nomeado Manoel Morato de Carvalho para esse emprêgo.

– Ofício da câmara da Vila da Constituição à presidência da Província, modificando, conforme instruções recebidas, para o cargo de professor de primeiras letras da localidade a Manuel Morato de Carvalho, «por nelle se axar os Requisitos nessesarios para o fim desejado.» Antes disso diz o ofício: «Refletindo com tôda a ponderação...»

– A escola foi realmente aberta, pouco tempo depois, com a aprovação do Governo Provincial. Morato chegou a ser, positivamente, o primeiro professor oficial de nossa terra. A escolinha, só para meninos, chegou a contar cêrca de trinta petizes. Mas enguiçou, como veremos mais adiante. O primeiro professor, sem ser oficial, foi Joaquim Floriano Leite.

13 DE MAIO – A câmara da Vila Nova da Constituição delibrou alugar uma casa, de propriedade de João Pires, que servisse de moradia (temporária) ao meretíssimo ouvidor e corregedor da comarca, com sede em Itu, durante o tempo em que estivesse na localidade, a serviço de seu cargo. Isso comprova que, naquele tempo já havia na vila a falta de um hotel decente.

22 DE JUNHO – Na presente sessão da Câmara, Manoel Morato de Carvalho tomou posse do cargo de Mestre Régio de Primeras Letras, (professor primário – o primeiro de que se tem notícia nos anais locais), o qual também, para não perder o embalo, recebeu o encargo de juiz almotacel, (inspetor de pesos e medidas);

5 DE AGÔSTO – Ofício do ouvidor da comarca à câmara local determinando a captura do José Joaquim Mariano Rosa, (caso fôsse encontrado), desertor que se achava sentenciado por dez anos de degredo na ilha Fernando de Noronha, o qual fugiu da Fortaleza da Ilha das Cobras.

26 DE AGÔSTO – O govêrno da Província oficiou à câmara da Vila da Constituição, pedindo informações sôbre quanto ganhara o ouvidor da comarca, João de Medeiros Gomes, quando «foi erigir esta Povoação em Vila» e se as despesas foram pagas pelo Regimento de Minas ou da marinha». Francamente, não sabemos explicar estas duas últimas expressões.

– Êsse pedido de informação talvez se relacionasse com o famosíssimo caso de suborno em que êsse ouvidor esteve envolvido na primeira eleição de vereadores de nossa terra. O caso foi até parar nas mãos do imperador D. Pedro I.

9 DE SETEMBRO – Eleito para o cargo de vereador, Franciso Franco da Rocha quase não pôde tomar posse do cargo por não haver jurado fidelidade à Constituição Imperial. Fê-lo, então, a mão direita

sôbre os Santos Evangelhos e, a seguir, recebeu a investidura para que fôra escolhido.

30 DE SETEMBRO – O «senado» toma conhecimento do ofício do Govêrno da Província à câmara, pedindo informações sôbre quanto se pagou ao ouvidor da comarca, João Gomes de Medeiros, quando da ereção da freguesia de Piracicaba à vila. Por que tal empenho dos senhores do govêrno?

2 DE OUTUBRO – Audiência de provimentos realizada na então Vila Nova da Constituição, presidida pelo «Ministro Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Antônio de Almeida e Silva Freire da Fonseca». É êste um dos poucos documentos existentes de «audiências de provimentos» que se realizavam periodicamente nas vilas subordinadas a uma comarca.

– Em tais audiências, convocada a câmara de vereadores e a nobreza da vila, por edital, o ouvidor presidia à reunião, fazendo perguntas aos presentes sôbre a situação político-administrativa da localidade, principiando pela «Fidelidade ao Imperador». Concluía atendendo a razões dos munícipes ou da câmara, nas suas reivindicações ou ausência de posturas.

7 DE OUTUBRO – Na ata da sessão presente, há êste trecho curioso: «... e sendo ahi em seção fizeram hum officio ao Vice-Presidente desta província datado de 14 de Setembro de 1826». Por que a data atrasada? Não há dúvida que êsse ofício se referia às informações solicitadas pelo Govêrno Provincial, por duas vêzes, em tôrno de quanto ganhara o ouvidor João Medeiros Gomes, na ereção da freguesia de Piracicaba à vila.

11 DE OUTUBRO – Decreto sancionado pelo imperador D. Pedro I, autorizando a ereção de «uma nova freguesia», «com o Orago do São João Baptista de Capivari, no Bispado de São Paulo», nas extremidades das Freguezias de Itu, Pôrto Feliz e Piracicaba». O interessante é que, nos limites da nova freguesia de Capivari a denominação da ex e futura Piracicaba ainda figurava...

8 DE NOVEMBRO – As atas dos trabalhos de vereança da então Vila Nova da Constituição deixaram de trazer no seu cabeçalho o título de «Fidelíssima», quando se referiam à comarca de Itu, à qual, entretanto, a Vila continuou a pertencer.

– As eternas cêrcas: «...e na mesma mandarão demolir hua cerca que José Luciano de Moraes Administrador do Tenente Coronel Theobaldo da Fonseca e Souza fexou com a dita cerca a rua da Praia, (do Pôrto), pondo athé o portão e lavrouse o prezente Termo, etc.»

9 DE DEZEMBRO – A câmara da terra se dirige, por ofício, à presidência da Província, dando conta de que o «sellado» da nomeação do primeiro professor de nossa terra, (50\$000 e absurdo para a época), fêz com que o mestre de então, Manoel Morato de Carvalho, desistisse da cadeira, mudando-se para fora da vila, não obstante a escola já estar funcionando regularmente, com cêrca de trinta alunos.

– Foi pena. «...ficando os Pais de famílias sofrendo a mesma necessidade, para ser socorrido este tornamos a levar a presença de V. Ex. a que queira promover a dita Cadeira de Mestre de primeiras letras na pessoa de Vicente do Amaral Gorgel por nelle se axar as circunstancias necessarias.» O ex-professor recebeu «atestação» para receber da municipalidade seus parcos dinheiros.

23 DE DEZEMBRO – Em ofício, o Govêrno Imperial desejava saber da câmara: 1.º, quais as Freguesias que estivessem em condições de serem eretas a vilas; 2.º, quais os lugares que teriam necessidade de serem elevados a freguesias; 3.º, se as divisões das vilas e freguesias tinham as mesmas divisões eclesiásticas; 4.º, finalmente, se era ou não necessária a reforma das divisões então atuais.

24 DE DEZEMBRO – Pela ata dos trabalhos de vereança, sabe-se que, nesta data, existiam, na Vila Nova da Constituição, quarenta e quatro ruas públicas. Pena que, hoje, pela ausência de arquivo da edilidade e Prefeitura, não se possa saber quais eram essas ruas.

31 DE DEZEMBRO – Em leilão pela câmara, foram arrematados os privilégios de Estanques, (espécie de pedágio cobrado à saída ou entrada de pontes e caminhos), cabendo tais privilégios a: Bento Manoel e Antonio Manoel Barroso, Aguas Ardentes, (aguardente), 93\$400; Francisco Fernandes Sampaio, gêneros de mar em fora, (exportação), 34\$200; Vicente José de Carvalho, cabeças (pessoas), 10\$400.

– Como se vê, o capítulo de pedágio não é lá muito novo. Nas primitivas pontes sôbre o rio Piracicaba, na velha Piracicaba, pagou-se muito o direito de passagem. Houve até portões e porteiros por elas, a fim de melhor cobrar o devido...

– 1827 –

20 DE JANEIRO – Na presente sessão da câmara, foi lida uma provisão do Visconde de Congonhas do Campo, vice-presidente da Província, nomeando Vicente do Amaral Gurgel «para servir no emprego de Mestre Régio de Primeiras Letras desta vila», ao qual foi dado posse. Foi êsse o segundo professor primário de que se tem notícia em nossa terra.

27 DE JANEIRO – Em vereança, foi lida uma circular do vice-presidente da Província, determinando se fizessem «os funerais sôbre a morte de Nossa Augusta Imperatriz, Maria Leopoldina.» A edilidade marcou o dia 4 de fevereiro para essa solenidade.

3 DE FEVEREIRO – Resoluções dos camaristas a respeito das formalidades que deveriam realizar, solenizando a morte da imperatriz Maria Leopoldina. Para esta reunião foram convocados as autoridades da terra, capitão-mor e vigário, tudo de acôrdo com uma circular do Gôverno da Província.

4 DE FEVEREIRO – Solenidades realizadas na Vila Nova da Constituição pelo falecimento da «Nossa Augusta Imperatriz Maria Leopoldina.» Os camaristas, incorporados, saíram à rua, em luto fechado, a cavalo, apregoando a morte da Soberana, «pelos quatro cantos mais publicos da Villa.» Como se nota, o ato foi impressionante.

7 DE FEVEREIRO – Funda-se na capital da província o primeiro jornal de São Paulo, denominado «O Farol», que era dirigido pelo futuro Marquês de Monte Alegre intimamente ligado à história de Piracicaba, e Antonio Mariano de Azevedo Marques. A câmara de Constituição, mais tarde, se tornou assinante dêsse jornal.

18 DE FEVEREIRO – A tôdas as pessoas que passassem pela ponte da Vila, (infelizmente não localizada), cobrava-se pequena quantia, (hoje, pedágio). Por motivo de coisa não bem explicada, a câmara deu uma «chamada» nos cobradores dêsse direito: Manoel Dias Ribeiro, João de Passos, João da Mota e João da Mota Paes.

18 DE MARÇO – O problema da água: «...e tão bem na mesma ocasião officiarão ao Commandante das Ordenanças desta Villa para dar auxílio decente para a composição de hua bica de água para a comodidade publica». Na época, as vertentes que havia aqui e ali eram verdadeiras preciosidades.

28 DE MARÇO – Portaria da Presidência da Província, determinando à câmara da vila procedesse à eleição para a escolha do primeiro capitão-mor para a Freguesia de São Bento de Araraquara, subordinada ao Termo da Vila da Constituição. Foi eleito, a 19 de maio do ano corrente, o alferes Adriano José de Campos.

2 DE ABRIL – Depois da sessão da edilidade, os camaristas foram fazer uma vistoria «nas terras de Santa Cruz para se fazer huma capela para a mesma Santa Cruz.» Ao que parece, trata-se da primitiva Capela de Santa Cruz, no atual largo de Santa Cruz, demolida quando dos melhoramentos dessa praça, em 1938, mais ou menos.

16 DE ABRIL – Pela ata da Câmara e pela questão sucitada na cobrança de imposto indevido, (espécie de pedágio), sabe-se que «a ponte desta Villa», (não localizalizada), fora construída no «rocio da Villa» por Manoel Dias Ribeiro, por encomenda de João Pedro Pinto, José-da Cunha e Manoel Francisco Gomes, «moradores além do rio Piracicaba.» A madeira para dita ponte fôra dada, gratuitamente, pelos «povos circunvizinhos.» Por aí se compreende que a tal ponte era particular e não de iniciativa oficial.

29 DE ABRIL – A ata dos trabalhos da edilidade, dêste dia, também nos faz compreender que a primitiva ponte sôbre o Piracicaba fôra construída por Manoel Dias Ribeiro, à encomenda de diversos moradores de além rio, com madeiras fornecidas gratuitamente por pessoas interessadas. No ajuste de contas, para torná-la de uso público, Dias Ribeiro queria cobrar do «senado» a soma de Rs. 1:000\$000, da qual descontaria 100\$000, acrescentando 40\$000 de conserto de uma «te-soura» que um raio quebrara...

8 DE MAIO – Por despacho do Bispo Eleito Dom Manuel, a Capela de São João do Rio Claro foi elevada à condição de Capela Curada, isto é, com pároco próprio. Em 1826, 34 moradores da capela solicitaram ao govêrno da Província a criação de uma freguesia, a fim de se libertarem da tutela administrativa da Vila da Constituição.

19 DE MAIO – Atendendo a uma portaria da Presidência da Província, a câmara da Vila da Constituição fêz realizar as eleições para escolha do primeiro capitão-mor para a Freguesia de São Bento de Araquara, subordinada ainda ao termo de nossa terra. Foi eleito para o pôsto o alferes Adriano José de Campos.

26 DE MAIO – As questões das terras do rossio: em reunião, os camaristas deliberaram ordenar ao procurador «que mandace citar por conta da Camara aos proprietarios que se axão dentro do Rocio para serem demandados por esta Camara, os quaes são Carlos Jozé Botelho e o Coronel Theobaldo» (da Fonseca e Souza).

– O brigadeiro Joaquim Marfano Galvão de Moura Lacerda requeria demarcação de terras, compradas ao capitão João António Duarte Bueno e outros, «no lugar denominado Ribeirão do Toledo», entre os distritos de São Carlos, (Campinas), e Constituição, (Piracicaba), con-finando com D. Margarida da Graça Martins, a fundadora de Santa Bárbara.

9 DE JUNHO – Um officio: «Revmo. Senhor Vigário – Tendo o Senhor Procurador desta Comarca assentado com Vossa Senhoria fazer o funeral da Nossa Imperatriz, (Maria Leopoldina), no dia 26 do cor-

rente, rogamos para nesse dia Vossa Senhoria orar sôbre aquêlê assunto tão sensível. Deus guarde Vossa Senhoria. Vila Nova da Constituição, em Camara de 9 de junho de 1827. De Vossa Senhoria etc.» (Assinaturas dos camaristas).

16 DE JULHO – Offício da Câmara de nossa terra à presidência da Província, informando-a achar-se novamente sem professor a escola primária da vila, por desistência voluntária do mestre Vicente do Amaral Gurgel, pois, por ordem do Conselho da Província, (primitiva Câmara dos Deputados), as cadeiras de primeiras letras de toda a Província foram oferecidas aos coadjutores das paróquias.

– Dizia também o officio que o coadjutor local, padre José Maria, segundo constava, não aceitaria a cadeira, porquanto queria ganhar a cônica de cem mil réis por ano e não a estabelecida por lei. Então a edilidade propunha o padre José de Arruda Leme, existente nesta Villa», o qual se sujeitava à cônica (ordenado) governamental, que ignoramos quanto fôsse.

20 DE JUNHO – A povoação de São João do Rio Claro foi à categoria de Capela Curada, isto é, alcançou foros de paróquia, com vigário próprio, por ato de 8 de maio, do Bispo eleito, Dom Manuel.

21 DE JULHO – Foi lido na presente sessão da câmara a provisão do Vice-Presidente do govêrno provincial, «que proveo ao reve-rendo padre José de Arruda Leme no emprego de Mestre Régio de Primeiras Letras.» Foi o terceiro professor público de que se tem notícia nesta ex e futura Piracicaba e o quarto nomeado.

10 DE AGÔSTO – A câmara cassou os direitos que Manuel Dias Ribeiro tinha sôbre a primitva ponte sôbre o rio Piracicaba, (não localizada), como construtor e dono dela, visto não ter feito os consertos de que a mesma necessitava, os quais ficaram por conta da edilidade, que se viu obrigada a alugar diversas canoas para não interromper o trânsito.

– Aí está. Foi o primeiro caso de desapropriação que encontramos nos anais de nossa terra. Dessa forma, a ponte, com o seu pedágio, passou a ser propriedade do «senado».

18 DE AGÔSTO – Offício da câmara local ao ouvidor da comarca, sediado em Itu, consultando-o a respeito da pendência existente entre a edilidade e o tenente-coronal Teobaldo da Fonseca e Souza, motivo da qual era uma cêrca com que êste último, a pretexto de limitar suas propriedades, cortara a passagem pela rua da Praia, (do Porto). A corporação de vereadores, atendendo a reclamações gerais, mandara por abaixo dita cêrca.

– Os vereadores contrataram Manoel Freire de Campos para reformar a primitiva ponte sobre o Piracicaba por quatro dobras, (antiga moeda portuguesa), duas pagas à vista e duas a prazo. Nessa, mesma reunião, resolveram ainda pagar a quantia de 2\$800, das ferragens do Pelourinho, armado em 1822. Cinco anos depois!

23 DE AGÔSTO – Nasce na então Vila Nova da Constituição Antônio Carlos de Arruda Botelho, mais tarde barão, visconde com grandeza e conde do Pinhal. Deixou nome em Araraquara, Pinhal, (que fundou), Rio Claro e Ribeirão Preto. Vereador à câmara de Araraquara, deputado provincial, deputado à Constituinte Republicana e Senador. Faleceu em São Carlos, de cuja fundação participou, a 11 de março de 1901.

27 DE AGÔSTO – Dando fim à rumorosa questão das irregularidades havidas nas primeiras eleições municipais de nossa terra, na qual intervieram o próprio D. Pedro I com a celebrizada «Provisão Imperial», de 17 de novembro de 1825, realizaram-se na Vila da Constituição novas eleições, presididas pelo ouvidor Antônio de Almeida e Silva Freire da Fonseca.

1 DE SETEMBRO – A câmara da então Vila Nova da Constituição tomou medidas sérias contra os «atravessadores» de mantimentos da localidade. Eram os açambarcadores ou tubarões da época. Nada é novo sob a velheira do sol!

15 DE OUTUBRO – Lei do Império, criando em cada Capela curada ou freguesia – já com pároco próprio – os cargos de juiz de paz e de suplentes, que deveriam ser eleitos dentre os eleitores pelo mesmo tempo dos vereadores das câmaras das vilas, à cuja jurisdição estivessem sujeitas.

– O juiz de Paz da freguesia era a máxima autoridade civil do lugar. Cumpria-lhe presidir à justiça no tocante a inventários, testamentos, heranças e curatela de órfãos. Tinha funções policiais: conciliar partes, julgar pequenas demandas, pugnar pelo sossêgo público, punir a bêbedos e arruaceiros, destruir quilombos, chefear o alistamento eleitoral etc. Como auxiliar direto, tinha direito a um escrivão, que servia igualmente de tabelião de notas do distrito.

– Freguesia era uma denominação administrativa e eclesiástica dada a uma povoação dotada de capela curada, com pároco próprio. Politicamente, formava uma unidade territorial sujeita à Cabeça do Termo ou vila, com autonomia administrativa. A criação de capela curada era privativa das autoridades eclesiásticas e a criação de freguesias competia ao govêrno provincial.

22 DE OUTUBRO – «...declaro que deixo hua dobra para as obras da Matriz nova do nosso Padroeiro o Senhor Santo Antonio, (cuja situação era precaríssima) e o meo testamenteiro entregará a dita quantia ao Procurador da mesma obra Se principiar a dita Matriz», dispunha D. Maria Flor de Moraes, celebrizada heroína dos amores ilícitos do sargento-mar Carlos Bartolomeu de Arruda.

24 DE NOVEMBRO – Ofício da câmara local ao Govêrno Provincial, «representando a necessidade que havia nesta Vila de um porta-mala do Correio» É a primeira notícia oficial que se tem sôbre o assunto.

– Depreende-se da informação que o correio já existia na Província. O que não existia era um porta-mala, carteiro ou encarregado especial das correspondências. Segundo os vagos informes, o porta-mala fazia suas viagens sôbre lombo de burro, passando por peripécias varias, como mau tempo, falta de pontes, ausência de estradas, enchentes etc.

– Um trecho notável do documento acima: «O prejuízo que sofrem os habitantes desta Villa, (da Constituição), a falta de correspondência, para a Capital, Villa de Santos, Rio de Janeiro hé que nos obriga, (câmara), a representar a V. Ex.a, (presidência da Província), afim de providenciar esta grande falta, e que não pereça mais o Comercio e o bem publico.»

– E continua: «Axa-se esta Vila com hua grande população, e por isso necessita de hum correio que transportem as nossas correspondências desta Villa para a de São Carlos, para o que se oferece a Administrar gratuitamente por conta da Nação João Pedro Correia homem estabelecido com negócio de fazenda.»

27 DE NOVEMBRO – Incisivo despacho do ouvidor da comarca, sediado em Itu, num requerimento do tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, determinando à câmara local envio dos papéis relativos à pendência existente entre a edilidade e aquêle official a respeito de uma cêrca que, na rua da Praia, os camaristas mandaram por abaixo, para deixar livre o trânsito, com o que o requerente se julgava prejudicado, no limite de suas propriedades.

– O requerimento de Fonseca e Sousa àquela autoridade tinha êste final: «– seja servido tomar conhecimento daquelles papéis e a vista delle lhe defira com a costumeira Justiça não servindo de mais nada as Informaçoes daquela Camara tão parcial. E, receber a mercê».

3 DE DEZEMBRO – Pitoresca «atestação» passada a favor do alferes Joaquim de Sant'Anna de Souza Campos, que em 1816 partira da Freguesia de Piracicaba para as campanhas do Sul, por Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral, «Moço Fidalgo com Exercício na Im-

perial Caza, Commendador da Ordem de Christo, e Tenente Coronel Graduado por Distincção do 1.º Regimento de Cavallaria da 1.ª Linha do Exercito etc.»

8 DE DEZEMBRO – Renovada a câmara dos edis pelo sistema de pelouro, «o que logo foi publicado por um rapaz ladino na falta do Porteiro, e logo determinaram a mim Escrivão os notificasse para se não auzentarem desta Comarca sem primeiro tomarem posse de seus empregos.» (Vereadores e oficiais).

– «Ladino», na linguagem do século passado, era escravo que gozava de certas regalias de liberdade, pela sua inteligência e dedicação. Não sabemos se o caso da câmara era êsse, nem se foi realmente um escravo que «irradiou» o resultado das eleições.

15 DE DEZEMBRO – A corporação camareira tomou conhecimento do ofício do ouvidor da Comarca, na questão das cercas de Teobaldo da Fonseca e Sousa. Respondeu à altura: «O Suplicante hé reconhecido por hum homem de péssima índolle e furioso procedimento e por isso hé que tanto tem veixado a Vosa Senhoria com imensos requerimentos caluniando injustamente a esta Camara que lhe cauza prejuízo e se tem demorado o despaxo de que trata o Suplicante hé por que athé agora estamos a espera da resposta do Oficio que dirigimos à Vosa Senhoria...»

– «...e isto em beneficio do mesmo Suplicante e desde então fizemos pasar todo o procedimento do povo no seguimento da rua da Praia que prejudica ao Suplicante que entendendo tudo pelo contrario amargamente se queixa sem razão.» Pelo que se deduz do ofício, a edilidade deixou de atender à imposição do ouvidor pela lei.

– 1828 –

6 DE JANEIRO – Pelo Livro de Pelouros, ata da eleição de seu substituto, sabe-se haver falecido o alferes José Vaz Pinto, elemento de projeção real nos primórdios de nossa terra. Pertencia à câmara de vereadores e às Ordenanças da Vila e faleceu no cargo de juiz Ordinário, presidente da edilidade,

19 DE JANEIRO – O Conselho do Govêrno da Província decidiu dar às Câmaras Municipais «permissão de roçar e derrubar matas em terras devolutas». Em 1823, a Assembléia Legislativa suspendera a concessão de novas sesmarias .

3 DE FEVEREIRO – Sessão da câmara local, na qual se leram duas provisões da Presidência da Província, uma, autorizando o padre José Maria de Oliveira para servir de Mestre Régio de primeiras letras, cuja escola foi aberta neste mesmo dia, e outra, designando João Batista

da Siqueira para o ofício de primeiro tabelião, visto ter êle arrematado tal ofício por três anos.

23 DE FEVEREIRO – Sessão da edilidade local, na qual o cobrador da primeira ponte sôbre o Piracicaba prestou contas do que rendeu o impôsto de passagem pela dita ponte, (pedágio), durante seis meses, importando tal arrecadação a soma de Rs. 38\$940.

– Como não se ignora, essa ponte passou a ser propriedade do «senado», por desapropriação, e a soma arrecadada era muito boa para a época.

26 DE FEVEREIRO – Na sessão correspondente da edilidade local, por ordem da presidência da Província, foi dada posse a João Pedro Correia no cargo de Administrador do Correio da Vila. É esta a segunda notícia que se encontra nas atas da câmara, a respeito do assunto «correio».

– A informação é todavia importante, pois dá a perceber que a vila iria ter uma agência do correio, para melhor comodidade pública.

28 DE FEVEREIRO – Derradeira carta do primeiro capitão-mor de nossa terra, João José da Silva, à presidência da Província de São Paulo: «Vendo-me atacado de hua grave mollestia que me faz preciso retirar-me para a Villa de São Carlos, (Campinas), donde há profesoeres a ver se podem estabelecer minha saude e por isso já officiei ao meu Sarg.to Mor desta Vila para tomar conta do Comando.»

– E, realmente, João José da Silva não resistiu à gravidade da moléstia e veio a falecer, em Campinas mesmo, a 7 de março do mesmo ano. Em Campinas, foi aberto seu testamento. Figura de destaque nos primeiros anos de Piracicaba, no regime municipal. Sustentou lutas cruentas contra os que não respeitavam os direitos do rossio.

3 DE MARÇO – Abrem-se as primeiras matrículas para os cursos da recém-fundada Faculdade de Direito de São Paulo. Entre os matriculados, consta o nome do padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, figura de relêvo na história de Piracicaba, mormente nos tempos de freguesia e vila.

7 DE MARÇO – Data do falecimento do primeiro capitão-mor da então Vila Nova da Constituição, João José da Silva, que foi homem influente nos primeiros anos de vida autônoma de nossa terra. O passamento se deu em Campinas, para onde se dirigira em busca de melhores. Seu testamento foi aberto nessa vila. João José da Silva sustentou lutas memoráveis, especialmente contra o Partido dos 40 Coligados.

8 DE MARÇO – Abertura do testamento do primeiro capitão-mor de nossa terra, João José da Silva. Tal fato se deu na Vila de São Carlos, (Campinas), perante o tabelião Manoel Morato de Carvalho.

15 DE MARÇO – Sessão da câmara local, por cuja ata se sabe que a primeira ponte sobre o Piracicaba caía aos pedaços. À vista disso, a edilidade determinou ao cobrador que a travessia pelo rio fôsse feita por meio de canoas, pagando os passageiros o mesmo impôsto, (pedágio), que pagavam quando se utilizavam da dita ponte.

– O «cobrador» era o guarda da ponte, isto é, a pessoa encarregada de receber o pedágio. Havia até porteiros, nas cabeceiras da ponte, pra impedir os transgressores. O emprego de cobrador era pôsto em concorrência e «vendido» a quem mais vantagens oferecesse à congregação de vereadores.

– Ao que tudo indica, a primitiva ponte sobre o rio Piracicaba estava situada na rua do Pôrto, (hoje), fazendo frente à atual rua Moraes Barros.

17 DE MARÇO – O sargento-mor da Vila da Constituição, Estêvão Cardoso de Negreiros, por carta, dava ciência ao presidente da Província haver falecido, a 7 do mês presente, o capitão-mor de nossa terra, João José da Silva, na vila de São Carlos, para onde fôra em busca de melhoras para sua saúde delicada.

23 DE MARÇO – Agitadíssimas eleições realizadas em nossa terra para a escolha de um juiz ordinário e um Juiz de paz para as freguesias anexas. É que houve confusão, provocada pelos elementos do Partido dos 40 Coligados, que elegeram irregularmente seus candidatos, não obstante o protesto dos camaristas da situação.

– Nessas eleições, registrou-se um movimento contra o capitão Manoel Joaquim Pinto de Arruda, o «homem mau» na questão do rosio, no sentido de impedir fôsse votado. Deu-se empate e o juiz presidente desempatou a favor do aludido capitão.

25 DE MARÇO – Inácio Francisco do Amaral Gurgel, procurador da edilidade local, escreveu à presidência da Província, relatando o resultado das tumultuosas eleições do dia 23, nas quais, irregularmente, o Partido dos 40 Coligados elegeu seus candidatos. E pedia providências, documentando o acontecido.

29 DE MARÇO – Sessão da câmara local, na qual, para informar, foi lido um ofício da Presidência da Província, com referência a uma representação dos «Povos de Araraquara», sujeitos ao termo de Vila Nova da Constituição, pedindo um mestre de primeiras letras.

13 DE ABRIL – A congregação dos vereadores contratou com Manuel Dias Ribeiro, aquele que a construiu, o conserto da primitiva ponte sobre o Piracicaba, que caía aos pedaços, ficando êle com o direito de cobrar para si o imposto de passagem, (pedágio), durante quatro anos. Só estariam livres de tal impôsto os «avençados» isto é, os camaristas e autoridades.

16 DE ABRIL – Portaria da Presidência da Província, dirigida à edilidade da terra, determinando a nomeação de um nôvo capitão-mor para a Vila da Constituição, que se achava em falta perante a lei. O cargo dêsse chefe das Ordenanças era por três anos e a localidade desde 1822 é que não procedia à nova escôlha.

2 DE MAIO – Eleição para escôlha de novo capitão-mor para a Vila, um tanto em falta perante a lei. A eleição foi determinada por uma circular da Presidência da Província, nesse sentido e a escôlha não foi por eleição, mas por aclamação, (nomeação), sendo designado o sargento-mor Estêvão Cardoso de Negreiros para a pôsto.

– Com o fim de presidir a essa escôlha, achava-se na vila o ouvidor Antônio Correia Pacheco e Silva e a edilidade justificava sua falta em face de uma Provisão Imperial, datada de 1825, que lhe tolhia um bocado a escolha. Aquela autoridade, entretanto, resolveu o impasse e a «nomeação» foi feita.

– Nomeado o novo capitão-mor das Milícias da Vila da Constituição, o sargento-mor Estêvão Cardoso de Negreiros, nome de projeção na história política de nossa terra, nos seus primeiros anos de autonomia administrativa. O nomeado, por moléstia do anterior e conseqüente falecimento, já exercia interinamente o cargo.

9 DE JUNHO – Nova agitação na Câmara do nosso torrão natal para se dar posse no cargo de juiz de Paz a Carlos José Botelho, outro «homem-mau» na questão das terras do rossio, eleito pelo povo para o pôsto. Afinal, reconheceu-se o direito das eleições e o Botelho foi empossado.

14 DE JUNHO – Na presente sessão, a câmara local deliberou endereçar um officio ao ouvidor pela lei da comarca de Itu, «para aver diviza judicial entre esta Vila e a de São Carlos (Campinas).

– Nessa mesma reunião, «despacharão hum requerimento do Reverendo Padre José Maria de Oliveira em que pedia cem braças de terras em quadra dentro do Rocio desta Villa para pasto dos bois que carregão terra para a nova Matriz». Trata-se do celebrizado «pasto de Santo Antônio», que se localizava na hoje Praça Tibiriçá.

– É que a igreja matriz estava sendo construída. As paredes, possivelmente, eram de «barrote», isto é, de terra socada, havendo, por conseguinte, como é fácil de compreender-se, grande quantidade dela, transportada em carros de bois. E os bois precisavam de pasto para refazer as forças...

12 DE JULHO – Um trecho da ata da sessão da câmara: «...e na mesma ocasião cederam ao Reverendo José María de Oliveira cem braças de terra em quadra, na estrada que vai para Monte Alegre, imediato ao quarteirão de Joaquim Preto, cujo terreno poderá cercar, gramar e servir-se dele durante a Obra da Igreja Matriz desta Vila que cederá a título de pastagem dos bois que trabalham na dita igreja.

– Nasceu assim o celebrizado «pasto de Santo António», que se localiza na hoje praça Tibiriçá. «Concluída a dita obra que não seja necessário serviço de bois a Câmara dese tempo fará o que direito for e por verdade assigna o dito Reverendo.»

14 DE JULHO – O padre José Maria de Oliveira, cura da Capela da Santa Cruz Velha, e também professor da escola de meninos da localidade, pároco interino da matriz de Santo António, obteve da câmara a concessão de 100 braças em quadra dentro do rocio, para pasto dos bois que carregavam terra para a construção da mencionada Matriz. Esse terreno, mais ou menos, é o mesmo onde hoje está localizado o Grupo Escolar «Morais Barros».

– A Capela de Santa Cruz, foi, se não cometemos um «bluf» de memória, a segunda igreja de Piracicaba. Localizava-se no largo do mesmo nome e foi demolida faz tempo. No seu lugar, como recordação da capela ali existente, ergue-se um cruzeiro de granito.

28 DE JULHO – Tendo o Governo da Província pedido ao capitão-mor da Vila da Constituição, Estêvão Cardoso de Negreiros, lhe mandasse Manoel Roiz S. Paio, a fim de fazer uma ponte no caminho de Santos, a resposta foi negativa, pois o mestre-carpinteiro em aprêço «estava fazendo a Capella de São João do Rio Claro e já tinha dinheiros adiantados.» Entretanto, atendeu à solicitação um mês depois.

2 DE AGOSTO – Offício dos camaristas citadinos ao juiz de Paz desta Vila, Manoel de Barros Ferraz, «para dividir o districto em quarteiros».

29 DE AGOSTO – O capitão-mor da Vila da Constituição, Estêvão Cardoso de Negreiros, atendendo a uma solicitação do Governo da Província, enviou para São Paulo, a fim de fazer uma ponte no caminho de Santos, o mestre-carpinteiro Manoel Roiz S. Paio. Tal era o trabalho

do profissional que o pedido do govêrno só pôde ser atendido um mês depois.

20 DE SETEMBRO – A ata da câmara faz menção a uma «rua da grama», que, até o presente, não conseguimos localizar.

27 DE SETEMBRO – Ofício da edilidade ao capitão Miguel Antônio Gonçalves «para mandar fazer a estrada da Mombuca que vai para Itu, para a chegada do Meretíssimo Corregedor.» Como se nota, o corregedor era figura de proa...

1.º DE OUTUBRO – Lei provincial, a que chamariamos de «lei orgânica», dando formas definitivas de constituição aos municípios da Província. Segundo essa organização, as câmaras passaram a receber o complemento de «municipais», deixando o epíteto popular de «senado», como eram conhecidas. Antes dessa legislação, as edilidades se regiam praticamente consoante as leis portuguesas, as quais, por sua vez, se baseavam em leis espanholas.

– Segundo essa lei, ficava atribuído às câmaras municipais inspecionar os empregados do município, qualquer que fôsse sua hierarquia. Essa lei proibia as acumulações de cargo.

– Lei Provincial, determinando que as câmaras da Província deveriam tomar assinatura do «Diário do Conselho Penal da Província», do «Diário das Câmaras Legislativas» ou dos periódicos que contivessem notícias de suas sessões.

4 DE OUTUBRO – À reunião do Conselho da Presidência da Província, o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro apresentou a seguinte indicação: «Que se tire planta das estradas de Santos a esta Cidade e às vilas de Jundiahy, Itu, Constituição, São Carlos e Curato de São João. E que se explore a linha mais conveniente para pôr estas estradas com capacidade de transitarem carros, e que todo o rendimento da contribuição para o caminho de Santos seja aplicado por as ditas estradas da Cidade para o interior com sufficiencia para carros.»

14 DE OUTUBRO – O padre José Maria de Oliveira, professor da primeira escola de meninos de nossa terra, recebeu do Govêrno da Província determinações para enviar um mapa demonstrativo do aproveitamento de seus alunos. A ordem foi cumprida em janeiro do ano seguinte.

18 DE OUTUBRO – Parecer de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro a respeito da colonização estrangeira que se intentava introduzir na Província. Nesse parecer, há referência às vilas de Constituição, São Carlos, Mogi-Mirim e Pôrto Feliz, com relação à distribuição de colo-

nos. Nos anais da cidade, é a primeira vez que encontramos notícia com referência à colonização estrangeira.

– Edital da câmara, agora municipal, «para quem quiser rematar a fatura de uma casa de Açogue para esta Vila»: Assim se procedia a concorrência, nos negócios da edilidade, há quase um século e meio. Por «casa de açogue» deve se entender «matadouro». Nota – No dia da «rematação», ninguém apareceu como interessado.

4 DE NOVEMBRO – Ainda na presente ata, como em tôdas do ano de 1822 para diante, a câmara municipal solicitou os trabalhos de Antônio do Espírito Santo, como arruador da Vila. Parece tratar-se mesmo de um digno antecessor do alferes José Caetano Rosa.

7 DE NOVEMBRO – Provisão imperial, nomeando Francisco José Machado para o cargo de Juiz de medições de terras, ou sesmarias que fôssem dadas na Vila Nova da Constituição. Nesse «emprego» não havia pagamento mensal, cabendo-lhe somente os emolumentos que a lei determinaria cobrar.

18 DE NOVEMBRO – Ofício recebido pela congregação camareira em que Sua Alteza Imperial determinava ao Governô Provincial que participasse às edilidades do interior que, tendo cessado a subscrição voluntária destinada ao aumento da Marinha, fôsse remetida ao Tesouro Público tôda e qualquer quantia arrecadada.

21 DE NOVEMBRO – Provisão eclesiástica, elevando à Capela Curada o bairro de Pirassununga, (hoje cidade), do têrmo de Mogi-Mirim, cujas divisas confinavam com o município de Vila Nova da Constituição, (Piracicaba).

22 DE NOVEMBRO – Destacamos das atas da municipalidade: «...outrosim determinarão o Juiz e Vereadores que o Procurador actual em seu nome passasse procuração bastante para defender o Libello que lhe move o Tenente-Coronel Theobaldo da Fonseca e Souza, (o «homem-mau» na questão das terras do rossio), pelo Juízo da Ouvidoria.

28 DE NOVEMBRO – Interessante auto de audiência geral e provimento e capítulo de correção, verificada na Vila Nova da Constituição, «em correção e casas de residência do Dr. Ouvidor Geral Francisco Lourenço de Freitas, por não haver casas do Conselho». A audiência se efetuou por perguntas e resposta, aquelas formuladas pela Ouvidoria e estas, respondidas pellos representantes da câmara.

– Eis algumas perguntas e respostas, registradas pelo respectivo escrivão: «Que Nação pertence esta Vila?» «A Nação Brasileira». «A quem reconheciam por chefe da Nação?» «Ao Senhor Dom Pedro Pri-

meiro Imperador do Brasil». Os provimentos foram dados depois de uma série de perguntas e respostas de interesse da vila.

– Por «provimento» deve-se entender por «providências imediatas». O ouvidor geral tinha conhecimento das necessidades da coletividade e dava «provimento», isto é, dava providência por meio de posturas, ou leis de momento, determinando o que se deveria fazer na presente conjectura ou nas vindouras. O ouvidor «ouvia» no sentido do termo.

29 DE NOVEMBRO – Autorizada pela Ouvidoria, a câmara municipal da terra deu os passos iniciais para estabelecer as divisas com o município de São Carlos, (Campinas), convidando a edilidade dessa vila para, numa reunião preliminar de estudos, a qual se realizaria na Capela Curada de Santa Bárbara. Só mais tarde é que o Estado chamou a si a iniciativa das divisas inter-municipais.

4 DE DEZEMBRO – Em, carta dirigida ao Conselho da Presidência da Província, o sargento-mor comandante Estêvão Cardoso de Negreiros, inspetor de estradas provinciais, dá conta de haver começado seus trabalhos, na picada que iria ter a Jundiá, para atingir a Capital.

27 DE DEZEMBRO – Pela primeira vez, nas atas da edilidade, encontramos a expressão «Câmara Municipal». Isso devido a um ofício do vice-presidente da Província, recebido pelos camaristas locais, «com dois exemplares para a criação da nova «Câmara Municipal.»

31 DE DEZEMBRO – Manuel Dias Ribeiro, (que foi seu autor), terminou os consertos da ponte sôbre o rio Piracicaba e, assim, por contrato com a câmara, ficou com o direito da cobrança dos impostos de passagem pela dita ponte, (pedágio), durante quatro anos.

– 1829 –

7 DE JANEIRO – Expressivo mapa escolar que encontramos nos papeis antigos. O padre José Maria de Oliveira, que regia a escola para meninos da então Vila Nova da Constituição endereçou ao govêrno da Província, obedecendo a determinação anterior, numa demonstração de aproveitamento de seus alunos, em número de sessenta e dois, tal mapa.

– Os alunos foram divididos em oito grupos, com estas observações: «Correntes em ler, escrever, contar, e na Doutrina Christão», «Corrente em ler, escrever, na Doutrina Christão, em contas de repetir», «Lendo, e escrevendo soffrivelm.e em contas de multiplicar», «Lendo e escrevendo e em contas de deminuir», «Lendo e escrevendo e em contas de somar», «Lendo cartas, e escrevendo mal», «Lendo silabas» e «A b c.»

12 DE JANEIRO – Sessão do Conselho Geral da Província, ao qual o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro pediu a «criação de uma freguezia no Morro Azul ou suas vizinhanças», (proximidades de Limeira, ainda no município de Constituição), juntando para isso um abaixo-assinado dos moradores da região.

15 DE JANEIRO – Com referência ao projeto do senador Vergueiro, propondo a criação da freguezia de Morro Azul, em terras do município da Constituição, (proximidades de Limeira), a comissão da Divisão e Estatística foi de parecer que se consultasse o bispo da Província de São Paulo a respeito.

– O bispo, neste caso, se constituía positivamente autoridade no assunto, pois era a «criação das capelas curadas ou freguezias uma verdadeira desmembração de povos das matrizes, donde são freguezes, vindo por êste meio a ficarem os párocos das respectivas freguezias privados dos seus emolumentos» (Djalma Sampaio).

17 DE JANEIRO – Sessão da câmara local, na qual se abriram duas circulares da Presidência da Província sôbre «aonde se deve fazer Freguezias e Vilas.» Infelizmente, a ata nada mais diz a respeito de tão importante assunto, nem nos arquivos locais existe tão precioso documento.

19 DE JANEIRO – «Procuração Bastante» que Guilherme Whitaker, «Vice-Consul de Sua Magestade Britânica, e dos Estados Unidos da América no Porto de Santos», (igualmente comerciante e lavrador na Vila da Constituição), passada a favor de Domingos José da Silva Braga, que foi seu representante autorizado, enquanto os motivos do consulado o mantinham ausente de nossa terra.

23 DE JANEIRO – Falece em Itu o tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, um dos componentes do celebrizado «Partido dos Quarenta Coligados» e nome de destaque na história de Piracicaba, especialmente na questão das «terras patrimoniais.» Na demarcação do rossio da cidade, deu insano trabalho à câmara nossa. Nasceu em São Paulo, sendo batizado na matriz de Jundiáí, a 3 de maio de 1760.

24 DE JANEIRO – O bispo da Província de São Paulo informou o Conselho da Província nada se opor à criação da Freguezia de Morro Azul, em terras desmembradas do município de Constituição, segundo projeto do dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Todavia, iria ouvir, antes, o parecer do vigário colado da Vila da Constituição, a quem Limeira pertencia.

– «...sendo a criação das Capelas Curadas ou Freguesias uma verdadeira desmembração de povos de Matrizes, donde são fregueses,

vindo por este meio a ficarem os Parochos das respectivas Freguesias privados dos seus emolumentos, julgo de meu dever, embora a ação oferecesse a dita criação, ouvir os mesmos, não só sobre esse objeto, mas também acerca dos limites e numero de povos que se devia destinar a nova Capela Curada, para assim satisfazer a requisição do Conselho.»

26 DE JANEIRO – Ofício do ouvidor da comarca, sediado em Itu, em que assinala as divisas da Vila da Constituição com a de São Carlos, (Campinas), pelo ribeirão do Toledo, desde suas cabeceiras até a barra, com fundamento em informações que exigiu tanto de câmaras como de particulares.

7 DE FEVEREIRO – Em sessão, a Edilidade local deliberou não aceitar as demarcações de divisas da Vila Nova da Constituição com a de São Carlos, assinaladas pelo ouvidor da comarca, tomando por base o ribeirão do Toledo, pelo prejuízo causado a muitos moradores das terras dos limites, também porque aquela autoridade, baseando-se em informações de câmaras e particulares para tais divisas, desprezou as informações dos camaristas locais.

11 DE FEVEREIRO – A ata da Câmara Municipal, nos Seus trabalhos, menciona uma «Assemblea Parochial desta Villa». Pelo que se depende da aludida menção, tal assembléia tinha as funções idênticas aos atuais Juizos Eleitorais ou Juntas Apuradoras das eleições.

14 DE FEVEREIRO – Eleito presidente da câmara municipal, o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro declinou da distinção e a edilidade, então, convocou o imediato em votos, Manuel de Barros Ferraz, para tomar posse do cargo, o qual também não aceitou a incumbência. O alferes José Caetano Rosa, como terceiro mais votado, aceitou a prebenda.

17 DE FEVEREIRO – Ofício do presidente da Província, José Carlos Pereira de Almeida Tôrres, à câmara da Vila Nova da Constituição, endereçando seis pares de lâminas de pús vacínico, para serem aplicadas aos habitantes locais. É a primeira vez que encontramos nos anais locais notícia dessa natureza.

20 DE FEVEREIRO – Sessão da câmara da terra, na qual se leu um ofício da Presidência da Província, acompanhado de «Pus Vacínico», para ser aplicado em benefício dos habitantes da Vila Nova da Constituição.

27 DE FEVEREIRO – Ofício da câmara da Vila de São Carlos à edilidade local, mostrando-se plenamente satisfeita com as divisões determinadas pelo ouvidor da comarca, estabelecendo os limites entre as duas vilas, servindo de ponto-base o ribeirão do Toledo. Os nossos vereadores é que não estavam satisfeitos com tais divisas.

28 DE FEVEREIRO – Depois de muita trabalheira, em virtude da recusa da maioria dos eleitos, o que levou a edilidade a tomar sérias medidas, pode, enfim, a câmara ver empossados os seus componentes para o exercício de 1829.

2 DE MARÇO – Sessão da câmara municipal, à qual, por officio, o vereador eleito Manuel de Barros Ferraz participava não poder tomar posse do seu cargo por moléstia. Incisivo officio da municipalidade convidava-o a assumir seu pôsto, por quanto era continuamente visto na vila, de forma que «sua moléstia não parece tão grave». Mesmo assim, o nosso homem não tomou assento entre os edis.

4 DE MARÇO – Sede própria: «Propos o Senhor Machado que não havendo nesta Villa Cazas de Camara para as funções da mesma era de parecer que se tentace dêste objeto, o Senhor Correa ponderou que para isso era preciso necessario procederce o balanço nos bens actuaes do Conselho para se conhecer de seo rendimento, foi unanimemente approved.» Aquêlê vereador ainda falou sôbre «o defeito do semiterio dentro da Villa». Adiado.

– Sôbre «cemitério» é a primeira notícia que se vê nos anais de nossa terra. Naqueles tempos, os enterramentos se faziam ou dentro das igrejas, nos pátios adjacentes, nos sítios ou ao longo das estradas.

– O vereador Albano Leite do Canto, em sessão de vereança, propôs que se devia, quanto antes, dar providências sôbre as pontes das entradas da Vila, que se achavam arruinadas.

5 DE MARÇO – Em segunda discussão, na câmara municipal, entrou o parecer do vereador Francisco José Machado sôbre a mudança do cemitério fora do recinto do templo. Ficou de ouvir-se o reverendo vigário e o fabriqueiro a respeito. «Fabriqueiro» correspondia, mais ou menos, a um provedor geral dos bens da igreja.

– O vereador Albano Leite do Canto propôs à câmara municipal fôsse a vila dividida em quarteirões, nomeando-se os «officiaes competentes, afim de ajudarem os Juizes de Paz a manter a boa ordem e cuidar do sossego publico.» Nasceram, assim, os famigerados «inspectores de quarteirão», ainda muito em voga no comêço do século.

– O inspetor de quarteirão auxiliava a polícia. Era uma espécie de sub-delegado, no seu distrito. Mantenedor da ordem, efetuava prisões e dava providências relativas à sua função. Exorbitava-se muitas vêzes. No comêço do século, eram abundantes na cidade, devido à extensão do perímetro urbano.

6 DE MARÇO – Officio da presidência da Província, dirigido à câmara municipal, determinando que a edilidade officiasse aos Juizes

de Paz, a fim de exercerem vigilância sôbre os escravos, para que não perturbassem êles o sossego público.

7 DE MARÇO – Por efeito de estudo da comissão nomeada para êsse fim, o centro da vila foi dividido pela câmara municipal em quarteirões e nomeados os competentes «inspectores de quarteiroens». Eram autoridades com encargo de auxiliar a polícia, no que diz respeito ao sossego público.

– Os vereadores Albano Leite do Canto e Joaquim António da Silva, de «mãos dadas com o revdo. vigário», desincumbiram-se da missão de que se achavam investidos para a escolha do lugar onde deveria ser construído o cemitério da vila, «o que fizeram na rua do Piolho e rua da Rosa em hum quarteirão que se acha entre-meio». Essas ruas ainda não foram localizadas.

9 DE MARÇO – Sessão movimentada da câmara municipal, em que se tratou das divisas desta vila com a de São Carlos, determinadas pelo ouvidor da comarca. Antes de aceitá-las, como já o fizera São Carlos, os camaristas locais, descontentes com as demarcações, resolveram ouvir os moradores marginais das divisas, que eram os mais sérios prejudicados.

– Subsídio para a história do correio: «Despachouce hum requerimento do Porta Mala do Correio desta Vila, em que requeria a factura da ponte no ribeirão Alambari e que se officiase aos Juizes de Paz desta Villa e da Capella de Santa Barbara, por isso que a dita ponte está no meio da diviza, afim de providenciar logo, sobre este objeto.»

– Como se sabe, o centro da Vila Nova da Constituição fôra dividido em quarteirões, sendo nomeados os respectivos inspetores. Pela presente ata dos trabalho da câmara municipal, sabe-se que cada quarteirão deveria possuir «vinte e cinco fogoens», (casas).

12 DE MAIO – A escrava Josefa, de propriedade de António Fiuza, requereu à câmara licença para continuar com o seu negócio de venda livre. Despacho: «Junte licença de seu Senhor e volte para ser deferido.»

14 DE MAIO – O padre José Maria de Oliveira, suplente de fiscal, encarregado pela municipalidade de serviços de melhoramentos nas ruas da vila, afirmava que sem dinheiro nada era possível fazer-se. Os camaristas resolveram assistir o prelado na sua exposição.

15 DE MAIO – A câmara municipal local nomeou dois «cidadens probos para reverem as prisões desta Villa e informarem a esta Camara sôbre o seo estado para se dar as providencias necessárias.»

16 DE MAIO – Segunda indicação surgida na câmara municipal da terra para que a edilidade tomasse assinatura do «Farol Paulistano», o primeiro jornal editado na capital da Província.

19 DE MAIO – Sessão dos vereadores da então Vila Nova da Constituição, na qual se deliberou que o secretário da corporação recebesse a gratificação anual de Rs. 50\$000.

21 DE MAIO – Um trecho da ata da sessão da câmara municipal: «Leoce o officio que esta Camara deliberou se fizesse ao Excelentissimo Presidente da Provincia participando que o pus vacinico nenhum efeito teve e foi aprovado e assinado por todos.»

29 DE MAIO – Ofício do vice-presidente da Província à câmara municipal, de que o objeto eram os ranchos a serem construídos ao longo dos caminhos, que seriam uma espécie de parada ou repouso para os tropeiros em trânsito. Um desses ranchos seria construído nas proximidades do Piracicamirim, outro junto ao rio Capivari e o terceiro na vila de Jundiá.

14 DE JULHO – O govêrno da Província oficiou à câmara local, pedindo informações sôbre o melhor método de colonização estrangeira, número de colonos que o município poderia receber e descrição dos terrenos devolutos. É a segunda vez que, na documentação citadina, encontramos algo sôbre colonos estrangeiros.

13 DE AGÔSTO – A Freguezia de Araraquara pedia à câmara municipal «huma casa de prisão», A edilidade local tomou as providências necessárias para tal fim, com base nos «Estanques», (impostos), bem como deliberou abrir uma subscrição entre os proprietários daquela freguesia, para o assunto em aprêço.

27 DE AGÔSTO – O govêrno Provincial preocupava-se corri a construção de ranchos ao longo das estradas, que serviriam de pouso e de paragem para cobrança do Estanque, (pedágio). A Câmara local, dessa forma, estudava a fatura de tais ranchos nos seguintes pontos: nas imediações da vila, no Piracicamirim, no Marques, em Capivari, nas Cruzes e até em Jundiá.

28 DE AGÔSTO – Interessante relato do vereador Vicente do Amaral Gorgel sôbre as divisas civil e eclesiástica da Vila, atingindo as seguintes localidades: Mogi-Mirim, São Carlos, Itu, Pôrto Feliz, Araraquara, Batatais, Limeira, Santa Barbara e outras vilas.

31 DE AGÔSTO – À vista das contínuas faltas dos vereadores, o que impedia freqüentemente se reunisse a edilidade, resolveu esta aplicar aos faltosos o pêsô da lei, isto é: a multa. Neste mesmo dia, Jacinto Teixeira pediu à câmara, (que se reunia duas vêzes no dia), um terreno

devoluto na rua das Barrocas para edificar suas casas. Não conseguimos ainda localizar essa rua.

1 DE SETEMBRO – O vereador José Alvares de Castro propôs à câmara municipal que, sem demora, se mandasse fazer um armário com fechadura para se guardar os papeis e livros da edilidade, «visto não poder ainda ter outras comodidades.» Aprovado.

3 DE SETEMBRO – Guilherme Whitiker, oferecendo Rs. 50\$000 de gratificação, requereu à Câmara municipal, pedindo um terreno que a edilidade de 1828 doara a Santo Antônio, o qual terreno serviria de pasto aos bois, enquanto se fizesse a nova Matriz. Indeferido.

4 DE SETEMBRO – Longevidade – Lê-se no livro do tomo de nossa matriz o seguinte: «Aos 4 de setembro de 1829 faleceu João Leme, de idade de cento e oitenta annos, casado com Anna Maria, do que fiz este assento.a) – Pe Manoel José de França. O próprio padre França ajuntou por baixo, ex-officio «Risum teneatis.»

15 DE SETEMBRO – Ofício do vice-presidente da Província à câmara da terra, anexando a representação do Juiz de Paz de Araraquara, que se queixava da então Vila Nova da Constituição por não concorrer para a fatura de uma casa de prisão naquela freguesia. A congregação dos vereadores já havia providenciado a respeito.

1.º DE OUTUBRO – Do relatório do bispo D. Manuel, vice-presidente do Conselho da Presidência da Província: «Dei as providencias que estão ao meu alcance para começar os trabalhos em tôdas as Estradas, que devem ser preparadas para o transito de carros, nomeando Inspector da que se segue desta cidade a Jundiahy o Sargento-mor Jozé Joaquim de Santa Anna; dahi a Constituição o Cap.-mor Estevão Cardozo de Negreiros.»

3 DE OUTUBRO – O govêrno da Província, por ofício, endereçado à câmara da Vila da Constituição uma representação da freguesia de Araraquara, que pedia uma cadeia para a povoação. Nossa terra, como vila, era a «cabeça do termo» e tinha a responsabilidade de providenciar a respeito, de acôrdo com leis imperiais.

5 DE NOVEMBRO – Em resposta ao ofício acima, os nossos resolveram informar à vice-presidência da Província que o motivo de ainda não ter sido feita a casa de prisão de Araraquara era a falta de dinheiro. A edilidade local não tinha fundos nem para edificar a Casa da Câmara, nem a cadeia local; por conseguinte, não poderia edificar prédios em freguesias do têrmo.

7 DE NOVEMBRO – Do ofício em que foi a resolução acima: «...agora querendo-se começar esta obra necessaria por meio de huma

subscrição voluntaria, não se tem conseguido, de que se passa reprezen-
tar ao Ex.mo Conselho Geral; a vista do espendido Ex.mo Senhor não
hé possível atender-se os rogos daquelle Juiz de Paz; hé o que tem esta
Camara a responder...»

– A câmara aprovou os primeiros artigos do seu código de pos-
turas, o qual legislava sôbre alinhamento de prédios, proibindo aquêles
sem o devido alinhamento; idem de se apropriar de terrenos devolutos;
idem de impedir o trânsito das ruas; idem de criar animais pelas ruas,
exceto cabra que estivesse com leite; idem de jogar com negro cativo;
idem desobedecer aos fiscais; impondo silêncio na localidade depois do
toque de recolher e penas aos «tubarões» da época.

– A edilidade fazia as suas leis, (posturas), e esta é a primeira
vez, depois de sete anos de autonomia, que o código de posturas vem
à baila.

11 DE NOVEMBRO – A câmara resolveu não aceitar as divisas,
limitando a Vila Nova da Constituição e Pôrto Feliz, apresentadas pela
edilidade desta última vila, por não consultar os interesses da localidade
e prejudicar a muitos de seus moradores.

12 DE NOVEMBRO – Resam as atas: «...mais sôbre a estrada
desta para Araraquara e para a Capella do Ribeirão Claro que não se
podia por em execução sem publicar-se as Posturas, principalmente no
que diz respeito estradas e caminhos, deliberão que em outra reunião
davão principio, entrando mandar tirar a planta da obra, isto das pontes
que perciza afim de calcular-se a despeza.»

14 DE NOVEMBRO – «Transmitto a Vossas Mercês. o Edital incluso
pelo qual se manda por a concurso a Cadeira de Primeiras Letras da Fregue-
sia de Araraquara que se acha vaga para ser affixado no lugar do estilo. Deos
guarde a Vossas Mercês. Palacio do Govêrno de São Paulo 14 de Novem-
bro de 1829. Joze Carlos Pereira de Almeida Torres. Senhores Prezidente
e Membros da Camara da Vila da Constituição.» Na época, a freguesia de
Araraquara estava subordinada ao Têrmo da Vila da Constituição.

18 DE NOVEMBRO – Na presente ata do Conselho da Presidên-
cia da Província de São Paulo há êste trecho: «Tomou-se em consideração
o que informou o Senador Nicolao Pereira de Campos Vergueiro sôbre
o Officio da Câmara da Villa da Constituição e Requerimento de Carlos
Jozé Botelho a respeito dos lugares marcados para a construção de quatro
Ranchos na Estrada da mesma Villa para a de Jundiahy, resolvendo-se em
conseqüência que se fação os ditos Ranchos naquelles que forão indicados
pela dita Câmara, para o que se lhe deverá expedir a necessaria ordem,

ficando a escolha do D.or Jozé da Costa Carvalho o mandar construir hum a sua custa, come se offerecera no ponto que melhor lhe parecer;»

– «...e quanto ao Requerimento do dito Carlos Jozé Botelho, em que se oppoz que fosse destinado a esse fim o lugar denominado Piracicamirim, julgou-se inadmissivel por não ter elle mais direito ao terreno indicado do que tinha seu Pai Carlos Bartholomeu d'Arruda, o qual reconheceu, e declarou p.r hum Termo assignado na Secretaria deste governo não lhe pertencer similhante terreno da Estrada para baixo, e até allegou em hum pleito que teve com Antonio Correa Barboza que essas terras erão do Povo, e com effeito hé nellas q. se acha hoje fundada a Villa, devendo portanto determinar-se à Câmara, que mande fazer o Rancho junto ao Piracicamirim, e as pastagens para o lado do Rio abaixo, com o que se não offende o direito de propriedade do dito Carlos Jozé Botelho como êlle quer inculcar.»

9 DE DEZEMBRO – A câmara da Vila da Constituição prestou ao govêrno da Província as informações pedidas sôbre a projetada colonização estrangeira. A localidade, pelas suas terras devolutas, poderia abrigar até cem famílias, se tais colonos fossem acostumados ao trabalho e vivessem de jornal, (diária). O número poderia aumentar paulatinamente.

– A congregação dos vereadores achava impraticável o sistema de dar terras a colonos e meios de cultivá-las, por ser muito dispendioso. Afirmava também que o colono estrangeiro não era próprio para abrir sertão, pois vinha de países muito povoados, não habituados às asprezas de desbravamento.

– «Porem se o govêrno quer passar pelas grandes despezas do estabelecimento de huma colonia, seria interessante funda-las onde se reunam as agoas do Rio grande com as do Rio das Velhas, Parnaiba, e Corumba, q. começão a chamar-se Parana», «por onde passa a estrada para o Cuiabá.»

29 DE DEZEMBRO – O bispo de São Paulo informou o Conselho Geral da Província que, contando com o parecer favorável do vigário colado da Vila da Constituição, nada se opunha à criação da freguesia de Morro Azul, que seria desmembrada das terras do município de Constituição, (proximidades de Limeira).

– Deliberações do Conselho da Presidência da Província de São Paulo, na presente reunião: «Depois de circunstanciado exame sobre as representaçoens das Câmaras de Constituição, e São Carlos, (Campinas), e informaçoens a que se procederão, sobre os limites que se devem estabelecer entre ambas, resolveo O Ex.mo Conselho, que como o Ribeirão Toledo, que para êste fim se apontava, não hé conveniente á commodi-

dade dos Povos, pois que seriam muitos moradores obrigados a procurar os recursos na distancia de oito e mais legoas para São Carlos, quando apenas distão três da Villa da Constituição, se lance mão de limites artificiaes, collocando-se marcos de pedra á custa de ambos os Conselhos no lugar, que conforme a medição que se fizer, deverá ser encarregada á pessoas inteligentes, se achar que hé o meio do terreno entre as duas Villas, lavrando-se de tudo os competentes Termos com especificadas declaraçoens, que evitem para o futuro as questoens e conflitos de jurisdição, a que tem dado lugar a falta actual de limites invariáveis.»

—...«Examinando-se o Requerimento e Documentos de Carlos Jozé Botelho, em que pertende embaraçar a construção do Rancho no lugar denominado Piracicamirim na Estrada da Villa da Constituição para Jundiahy, cujo terreno diz pertencer-lhe; e considerando-se não ter sido jamais reclamado o Termo em que seu Pai declarou não ter direito algum ao mesmo terreno, sendo anteriores á isso os Documentos que elle ora apresenta, resolveu-se, que subsista o que se acha determinado.»

— 1830 —

4 DE JANEIRO — Multas a vereadores que não compareceram à Sessão da Câmara, marcada para o dia inicial do ano. Para a presente reunião, foi preciso convocar os suplentes, não obstante as multas.

7 DE JANEIRO — Pelas atas da câmara, sabe-se que era João Pedro Correia quem exercia o cargo de agente do correio local. «Leo-se hum requerimento de João Pedro Correia, (nomeado para um cargo qualquer), pedindo izenção da Camara para não servir alegando ser administrador do Correio, visto que Francisco José Machado foi izento por emprego civil e Eclesiástico.»

8 DE JANEIRO — Os camaristas locais resolveram tomar assinatura dos órgãos «Farol Paulistano» e «Observador Constitucional» dois dos primeiros jornais editados na Capital.

10 DE JANEIRO — Jacinta Moreira, Joaquim António de Oliveira e Escolástica Maria ficaram com as portas de suas vendas fechadas, no dia da correição municipal, dificultando a ação dos fiscaes, os quais consultaram a edilidade a respeito. Esta foi de opinião que não poderia haver multa, pois, a rigor, não houve infração das posturas.

11 DE JANEIRO — Abertura do livro de posses dos officiaes e empregados da câmara municipal, os quais, a mão direita sôbre os Evangelhos, proferiram o juramento de praxe. Antes desta data, as posses e juramentos não tinham assentamento especial, a não ser as atas dos trabalhos de vereança.

– Das atas da câmara municipal: «Propos o sr. Castro a necessidade do conserto da torre da atriz, que ameaça grande perigo, talvez com perda de muitas vidas, e que era de parecer que se officiasse ao Fabricheiro, (provedor das obras), para cuidar com brevidade neste objeto de tanta ponderação: assim foi resolvido.»

12 DE JANEIRO – Na presente sessão dos homens do município, houve uma indicação, no sentido «de se marcar hum lugar para o corte de carne-verde, (matadouro), afim de evitar algum prejuizo que causa ao publico não saber-se onde se mata rez.»

13 DE JANEIRO – Ao que parece, a única escola da vila não andava lá muito bem. O govêrno Provincial pedia informações sôbre ela e o govêrno municipal resolveu nomear uma comissão de vereadores para ver o que havia a respeito e dar o parecer. Todavia êsse parecer foi favorável à escola.

5 DE FEVEREIRO – Peça inicial de uns «Autos Cíveis de Libello de Reivindicação em q. hé o Alf.s Joa.m de S.ta Anna de Souza Campos A e o Tenente José Joaq.m de S. Payo e sua m.er RR», sôbre «hua sorte de terras, citas no lugar chamado Funil, a beira Rio Piracicaba, «que os reus se apossaram enquanto o autor cumpria seu dever cívico nas campanhas do sul.»

– Esta causa vem demonstrar o espírito prepotente e dominador dos descendentes do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, na questão de terras. Houve uma tentativa de reconciliação, não aceita pelas partes. Os autos subiram a instâncias superiores e não sabemos no que deu a questão.

6 DE FEVEREIRO – Aprovada pelo Conselho Geral da Província uma proposta de José da Costa Carvalho e Manoel Joaquim do Amaral, elevando à condição de freguesias, entre outras, as povoações de São João do Rio Claro, (Rio Claro), e Nossa Senhora da Dores de Tatuibi, (Limeira), ambas desmembradas do município da Vila Nova da Constituição.

8 DE FEVEREIRO – Lei local, estabelecendo que as Datas de Terra concedidas pela câmara municipal ficariam: «nullas e sem validade) se, dentro do prazo de um ano, não recebessem edificação. As «datas de terras» concedidas pela câmara tinham o objetivo de fomentar a edificação de prédios no perímetro urbano, ou seja, no rossio.

16 DE FEVEREIRO – O padre José Maria de Oliveira, professor da escola primária para meninos da Vila da Constituição, acusa o recebimento, enviado pelo govêrno da Província, de um «exemplar dos Princípios de Desenho Linear para instrução de meus Alunos.»

9 DE MARÇO – Lei do Governo Provincial, criando a Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Tatuibi, (Limeira), distrito da Vila Nova da Constituição, «com sede no pequenino povoado existente ao longo da estrada geral, com a capela já levantada.»

11 DE MARÇO – Com a petição de rigor, tem início um «Libello civil de reivindicação», em que é autor o alferes Joaquim de Sant’Anna e réus o tenente José Joaquim de São Payo e sua mulher, em tórno de «huma sorte de terras, citas no lugar chamado Funil, a beira do Rio Piracicaba». Falava na causa, em que não houve reconcillação, o espírito dominador dos descendentes do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda.

18 DE MARÇO – A câmara municipal recebeu do govêrno provincial a determinação de se proceder a novas divisas entre a Vila da Constituição e a de São Carlos, pois a primeira, feita pelo ouvidor da comarca, não atendia aos interêsses dos locais. Tais divisas seriam realizadas de comum acôrdo entre as câmaras interessadas.

20 DE MARÇO – A câmara conterrânea, em officio, se dirige à sua colega de São Carlos, (Campinas), instando pela demarcação das divisas que deveriam existir entre os dois municípios e tendo mesmo nomeado o capitão Agostinho José de Carvalho e Francisco de Sampaio Góis como delegados da corporação local, os quais se entenderiam com os representantes contrários.

21 DE MARÇO – Criadas as novas freguesias de Tatuibi, (Limeira) e Rio Claro, as câmaras municipais de Constituição e Mogi-Mirim, entre cujos municípios as freguesias se localizavam, estabeleceram as competentes divisas, por efeito de comissões nomeadas, das quais o relatório tem a data presente.

1.º DE ABRIL – Reunião do Conselho da Presidência da Província de São Paulo, de cuja ata extraímos: «Sendo prezente o Offício da Câmara da Villa da Constituição, em que expoem ter Carlos Jozé Boteelho intentado huma acção de força contra Antonio Correa de Siqueira, com quem o Doutor José da Costa Carvalho ajustou a factura do Rancho no lugar denominado Piracicamirim, com o fim de embaraçar por este meio a realização daquella Obra, visto que não forão attendidas as suas representaçoens a este respeito, por não se reconhecer o direito, que elle pertende ter no terreno indicado, assentou o Excellentissimo Conselho, que se transmita cópia das suas deliberações sobre este objecto á mesma Câmara, para que ella authorise ao dito Siqueira, ou outro qualquer, que o substituir para construir o mesmo Rancho, e bem assim ao Juiz Ordinário, a fim de ficar na intelligência de que as rezoluçoens do Govêrno Administrativo da Província não podem ser suspensas, e

nem embaraçadas pelos actos dos Encarregados do Poder Judicial contra as pessoas incumbidas de sua execução, pois que as partes queixosas devem de uzar dos outros recursos Competentes em cazos taes».

19 DE ABRIL – Ofício do juiz de paz, informando a câmara municipal de que a cadeia da vila se achava sem segurança e pedia providências. Informava ainda que a subscrição aberta para a edificação da Cadeia e Casa da Câmara nada rendera, pois ninguém concorreu com suas ofertas.

– O govêrno da Província pedia esclarecimento à câmara local sôbre o fato de ter, como constava, o juiz de paz da vila mandar açoitar, «violenta, arbitraria e cruelmente», «um homem liberto, a pretexto de fazê-lo confessar fôsse escravo de outra pessoa, não obstante residir na localidade a um bom pares de anos». O castigo se verificava no pelourinho, a cujos argolões se amarrava a vítima.

20 DE ABRIL – Resolveu a congregação camareira mandar construir a cadeia e a casa da câmara, mesmo contando com poucos recursos. Encarregado dos «riscos e planos da obra», o vereador Francisco José Machado quis uns esclarecimentos: se a obra deveria ser feita de taipa ou madeira, se térrea ou de sobrado e tamanho. Resolveu-se que fôsse de sobrado, de madeira de lei e tamanho a seu arbítrio.

24 DE ABRIL – Por proposta do vereador António Fiuza de Almeida a câmara municipal deliberou que a multa aplicada aos camaristas faltosos fosse lançada em receita e remetidas ao Procurador «para haver delas o dinheiro.»

– Prontos os riscos e planos da nova cadeia, a câmara municipal resolveu por em praça «a quem mais fizer», (concorrência), e «por telha em cima tão somente e o mais será deliberado em outras sessões, conforme o dinheiro que tiver o Conselho, advertindo que os pés devem ser de oridiúva.»

– Ofício da câmara da Vila da Constituição à presidência da Província, no intuito de ser construída nova ponte sôbre o rio Piracicaba, «que serca esta Villa por um lado, afim de facilitar-se o trânsito dos moradores da Freguesia de Araraquara e Mogi Guassu e mesmo o Commercio com a Cabeça da Comarca.»

10 DE MAIO – A edilidade estava um tanto atrapalhada com um pedido da vice-presidência da Província, com referência ao fato de ter o juiz de paz da localidade mandado castigar publicamente um homem, liberto, que cá residira. Nomeou-se uma comissão para apurar o fato, e para as devidas informações.

12 DE MAIO – Sôbre a ponte, informava o govêrno da Província: «...previno a Vossas Mercês de que devem mandar proceder ao orçamen-

to dessa obra a qual será logo posta em hasta publica», «informando ao mesmo tempo qual a somma em que tiver montado a subscrição que» «devem proceder entre os moradores do Distrito dessa Villa...»

23 DE MAIO – Pela ata dos trabalhos de vereança, sabe-se haver falecido Manuel de Barros Ferraz, nome em evidência nos primeiros anos autônomos da nossa terra. Foi juiz êle paz, juiz de órfãos e vereador.

– Pela primeira vez, encontramos no «Livro de Posse dos Empregados», da câmara municipal, a fórmula de juramento, a mão direita sôbre os Evangelhos, que proferiam todos quantos tomassem posse de qualquer cargo, no seio da corporação municipal, de eleição ou nomeação.

– Foram estas as palavras formalísticas, proferidas por Bento Manuel de Moraes, ao tomar posse do cargo de juiz de órfãos: «Juro os Santos Evangelhos de desempenhar as obrigações de Juiz de Orfaoens, de promover quanto em mim cober a beneficio dos mesmos orfaoens sem prejuizo de honra.»

– Com o auxílio do govêrno provincial, a câmara local deliberou a fatura da nova ponte sôbre o rio Piracicaba, visto a primitiva estar caindo aos pedaços. Para tal, ia escolher um lugar mais apropriado e abrir uma subscrição pública, que amparasse as despesas. Ao que parece, a primitiva ponte estava construída em continuação à atual rua Moraes Barros.

– O fiscal municipal pediu esclarecimento à edilidade sôbre de que maneira deveria proceder à matança dos animais: se a chumbo ou com que armas. Ficou resolvido que poderia ser do modo mais cômodo, menos a chumbo, por ser isso proibido pelas posturas municipais.

28 DE JUNHO – Declaração de dívida que, ao desfazerem sociedades que explorava engenho de açúcar, Caetano José da Cunha Caldeira passou a favor de Guilherme Whitaker, «Vice-Consul de Sua Magestade Britanica, e dos Estados Unidos da America no Porto de Santos», também comerciante e lavrador em nossa terra.

27 DE JULHO – A câmara municipal contratou um «letrado» para estudar as diversas pendências da edilidade e iniciar processos de litígios. Pelo que se deduz, «letrado» seria um advogado ou pessoa versada em assunto que lhe diz respeito. A ata não dá o nome do escolhido.

2 DE AGÔSTO – Trecho do parecer do vereador Carlos José Botelho, a respeito do pedido de supressão de determinado imposto: «O Conselho é pobre, não tem patrimônio, nem renda, não tem Casa de Câmara, Cadeia, Casinhas, (Mercado), nem açougue, (matadouro), nem mobília e utensílios, um tinteiro, uma mesa e cadeira; paga secreta-

rio, carcereiro e porteiro e uma vez abolido êsse imposto pode ficar em estado de não poder pagar seus officiaes.»

4 DE AGÔSTO – Joaquim Preto requereu à câmara municipal licença para levantar um monjolo no córrego Itapeva. «Informe o fiscal», foi o despacho.

– A edilidade local se dirige, por officio, à vice-presidência da província, informando-a de que a escola de primeiras letras da vila estava em boa ordem, com nada de anormal, sendo correto seu professor no cumprimento de seus deveres e patente o adiantamento de seus alunos.

– Sôbre as divisas que deveriam existir entre os municípios de Constituição e São Carlos, a câmara da futura Campinas, em officio aos vereadores locais, pôs objeção, afirmando que o Juiz de Paz de Santa Bárbara deveria antes fazer o caminho de praxe para depois ser feita a demarcação.

9 DE AGÔSTO – Officio do juiz ordinário da então Vila Nova da Constituição à câmara municipal, «pedindo que a Câmara haja de nomear outro Porteiro por haver dezertado o que antes servia.»

11 DE AGÔSTO – «Sr. Presidente – Sendo chamado para tomar posse e prestar juramento não o posso fazer senão obrigado pela Lei se houver, por isso que estou a mudar-me para meu sitio, além disso como não sou capaz de desempenhar as obrigações de Fiscal e té minhas partes no relatorio são tomadas de má fé não devo servir, estes são os motivos da minha repugnancia que parecem devem ser atendidos e vossas Senhorias nomearem outro que sirva a contento desta camara, portanto requero ao Sr. Presidente que mande lançar em ata os motivos que dou para não tomar posse. a) Joaquim Marins Peixoto.» (Atas)

12 DE AGÔSTO – Officio da câmara municipal à presidência da Província, participando-lhe a «repugnância» do fiscal Joaquim Marins Peixoto em não continuar no emprêgo a que foi nomeado e, por não parecerem justas as razões apresentadas, solicitando normas de como proceder no caso.

26 DE AGÔSTO – Officio da vice-presidência da Província à câmara municipal, a respeito do fiscal Joaquim Marins Peixoto em não querer continuar no emprego a que fôra nomeado, determinando se convencesse dito fiscal a continuar no cargo e, caso não quisesse mesmo, nomear outro «de mais patriotismo e melhor sentimento.»

29 DE AGÔSTO – O juiz ordinário da Vila da Constituição, Manuel Duarte Novais, em officio, relata ao vice-presidente da Província «o estado em que se acha o Juízo Ordinário da Villa», sem porteiro, e com carcereiro e alcaide dominados pelo álcool.

– A edilidade «encostou neste lugar hum miserável vicioso d'aguardente», «aponto de algumas vêzes sumir-se com as Xaves da Cadeia» O alcaide «podia servir no seu emprego», mas «hé totalmente despido de caprichos apesar da dita agoardente que lhe domina.»

– A causa de tudo isso era «não haver Cadeia nesta Villa senão huma, que nem tal nome merece, em que o prezo entra pela porta, e sabe por um lado que está aberto, e acha-se no todo destruido.»

5 DE OUTUBRO – Sessão da câmara municipal, na qual se leu uma representação do fiscal do Ribeirão Claro, pedindo que se não concedessem cartas de data de terra na mesma Capela, mas sim que fossem vendidas e o dinheiro aplicado em melhoramentos e na compra de alfaias, especialmente por ser aquêlê Termo doado por um devoto para êsse fim.

6 DE OUTUBRO – A câmara municipal rejeitou a representação do fiscal do Ribeirão Claro, no sentido de vender terras pertencentes à Capela, alegando que isso seria contrário às posturas vigentes, que não podiam ser violadas, nem permitiam recurso ao Conselho Geral da Província.

7 DE OUTUBRO – Sessão da câmara municipal, na qual se leu um officio do juiz ordinário da vila, participando à edilidade a falta que havia de um alcaide, por se ter acabado o tempo de provisão do que servia, Joaquim Pinto de Carvalho, o qual, convidado, aceitou a incumbência de voltar ao seu cargo.

9 DE OUTUBRO – O vereador José Alvares de Castro apresentou à câmara municipal, uma indicação, isentando de multa, (por falta de frequência), o presidente alferes José Caetano Rosa. Deu discussão acalorada, mas a indicação foi aprovada, embora abrisse precedente, pois, naquele tempo, vereador não podia faltar às sessões da corporação sem levar multa.

– Nôvo officio da câmara de nossa terra à de São Carlos (Campinas), instando pelas divisas que deveriam existir entre os dois municípios, a respeito do que deveria entrar em jogo o interêsse dos municípios e não o interêsse político das câmaras.

18 DE OUTUBRO – A Assembléia Geral da Província aprovou a proposta do Conselho Geral da Presidência, no sentido de que se criassem as freguesias de São João do Rio Claro e Nossa Senhora das Dores do Tatuibi, (Limeira), ambas subordinadas politicamente à jurisdição da Vila da Constituição.

30 DE OUTUBRO – Os camaristas estavam empenhados na construção de uma nova ponte sôbre o rio Piracicaba, visto a primitiva estar

cai-não-cai. Depois do delineamento, estudos e concorrência, foi tudo endereçado à presidência da Província para as definitivas deliberações.

– «...mas a subscrição publica em proveito da construção da ponte foi nula «e juntamente a relação da subscrição a qual hé tão limitada que a Camara se peja de apresentala contudo espera bom exito...»

8 DE NOVEMBRO – Offício da câmara da Vila de São Carlos para a nossa edilidade, reafirmando seu propósito de aceitar as divisas demarcadas entre as duas vilas pelo ouvidor geral e patenteando seu intento de recorrer ao Conselho Geral da Província, caso Constituição se firmasse no desejo de não aceitar tais divisas. Os vereadores resolveram também recorrer àquele Conselho, na presente sessão.

13 DE NOVEMBRO – Circular do govêrno da Província, determinando às câmaras imprimir as atas de suas sessões. A edilidade local encarregou os vereadores Carlos José Botelho e Antonio Fiuza de Almeida, conjuntamente com o padre José Maria de Oliveira, secretario da corporação municipal, para êsse mister. «Imprimir» está no sentido de «afixar», ou «publicar».

– Como se deprende, o objetivo do govêrno era tornar público o trabalho dos camaristas. Mas não havia jornal e as atas deveriam ser afixadas, em resumo, à porta de igreja, para ciência geral, pois que as portas de igrejas eram tidas como o lugar de maior afluência pública.

15 DE NOVEMBRO – Das resoluções do Conselho da Presidência da Província de São Paulo, nesta data, extraimos os seguintes «quadrinhos»:

– «Sendo presente o Officio do Brigadeiro Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, datado a 8 do corrente, no qual declara não se lhe offerecer duvida alguma em ceder o terreno para construção do Rancho, mandado levantar proximo a Villa da Constituição, e bem assim vinte braças em circunferência e as madeiras que forem necessárias para o mesmo Rancho, com declaração porem, que para o lado debaixo irá té entestar ao ribeirão, que ficará por divisa, e cuja construção será feita no lugar que para isso se acha já marcado, resolveu o Ex. mo Conselho, que se responda ao mencionado Brigadeiro, que para não se entrar em novas questõens se acceita o terreno que offerece para a construção do indicado Rancho; o que deverá communicar ao Capitão-Mor daquella Villa, para que assim o faça constar á Pessoa encarregada da referida construção e bem assim, que informe, se com effeito há passagem sufficiente para as tropas entre a Villa e o dito Rancho, como o mesmo Brigadeiro.»

– «Sendo presente o Requerimento de Ignacio Leite Penteado, e outros da Villa de São Carlos, em que expoem, que o Capitão Agostinho Jozé de Carvalho Juiz de Paz da Capella de Santa Barbara, não hé

morador do termo da Villa da Constituição, e que na mesma conserva hum tronco, com que vexa, e injuria a varios homens libertos cada vez, que lhe parece, pondo-os no dito tronco pelo tempo, que satisfaz a sua vontade, resolvêo o Ex.mo Conselho, que se officie á Câmara da Villa da Constituição, para q. com a possível brevidade informe sôbre o expellido, declarando-se com effeito se o dito Juiz de Paz hé morador no Destricto da sua jurisdição; se existe o tronco de que se trata, e se delle faz o uzo de que se queixão os Supp. es.»

– «Tendo o Juiz de Paz da Freguezia de Araraquara Termo da Villa da Constituição, representado em officio de 5 de outubro proximo passado, a necessidade que há na mesma Freguezia de huma casa de correção, pela muita distancia em que está da dita Villa, declarando que para a sua factura se pode applicar algumas condemnaçoens que elle faz, e mesmo das q. são feitas pelo Fiscal, e tambem pelo rendimento q. ali se paga dos generos de már fora; e reconhecendo o Ex.mo Conselho a utilidade da medida proposta, resolvêo que se officiasse á Camara da dita Villa para dar as providencias na forma requerida pelo Juiz de Paz, ao qual se communicasse isto mesmo.»

25 DE NOVEMBRO – Pedindo a construção de uma ponte sôbre o rio Piracicaba, a Câmara de Constituição officiou ao Conselho da Presidência da Província de São Paulo, o qual, na sua reunião presente, resolveu fôsse a solicitação endereçada ao Conselho Geral, cujos poderes, funcionando como órgão legislativo, eram mais amplos.

1.º DE DEZEMBRO – A hoje cidade de Rio Claro deu mais um passo para se desmembrar de Piracicaba. Na data acima, foi levada à freguesia, sob a denominação de São João do Rio Claro. Foi elevada à vila em 1845 e à cidade em 1857. Em 1905, por decreto estadual, foi-lhe dada a denominação atual de Rio Claro.

9 DE DEZEMBRO – O govêrno da Província assina o ato de elevação à freguesia da Capela Curada de São João do Rio Claro, (mais tarde Rio Claro), em terras pertencentes ao município de Constituição, (Piracicaba). O lugarejo povoava-se. António Pais de Barros, seguindo o plano de Piracicaba, de autoria do Senador Vergueiro, riscava ruas. O comércio crescia e era, já no ano de 1830, em número de 20 negociantes.

– Em 1831, entrou a freguesia numa fase de decadência, motivada pelo egoismo de Constituição, que não via com bons olhos o crescimento da povoação. Reagem os locais e criam em 1832 a Sociedade do Bem Comum, que, no interêsse da freguesia, funcionou à revelia da câmara de Constituição e até mesmo do govêrno da Província, até o ano de 1839.

– Decreto provincial, criando a Freguesia de Nossa Senhora de Tatuíbi, mais tarde Limeira, dentro do território da então Vila Nova da Constituição, que era cabeça do Termo.

– «...e do produto deicho de Esmola ao Santissimo Sacramento huma dobla e a Santo Antonio outra igual quantia», expressava, em artigo de morte, D. Ana Flor de Moraes, irmã da Maria Flor de Moraes, a celebrizada heroína dos amores ilícitos do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda.

10 DE DEZEMBRO – Primeira notícia de júri que se encontra nos anais da cidade. É que na presente sessão da câmara municipal foi lido um ofício do ouvidor da comarca, solicitando a nomeação de jurados. Ao que parece, trata-se da extinção das ouvidorias para entrar em seu lugar os juris populares.

14 DE DEZEMBRO – Resolução de Conselho Geral da Província, estabelecendo normas para a concessão de Datas de Terra, em que, naturalmente, se baseava a câmara da Vila Nova da Constituição para privilégios dessa natureza.

– As fontes governamentais também não tinham dinheiro para as obras da ponte sôbre o rio Piracicaba. O próprio govêrno propunha o recurso de «empresários», isto é, de particulares que, depois, se serviriam do pedágio que lhe proporcionasse dita ponte, a fim de reembolsarem-se do dinheiro gasto.

– 1831 –

4 DE JANEIRO – Não se realizou a sessão ordinária da câmara municipal, embora marcada. É que o presidente estivera inteiramente «ocupado na nomeação do Conselho de Juri.» Pôsto falem indícios mais seguros, é esta uma prova evidente da instalação do tribunal de júri em nossa terra.

5 DE JANEIRO – Ofício do govêrno da Província à câmara municipal, participando haver tomado posse do cargo de presidente da Província Aureliano de Souza e Oliveira Couto. A edilidade local, inteirada, publicou, (afixou), o acontecido, em edital, na forma do artigo 43 do regimento da câmara.

7 DE JANEIRO – João Pinto Ferreira, da freguesia, de Araraquara, têrmo desta Vila, oficiou à câmara local, reclamando contra o mau alinhamento das ruas daquela povoação. Tal ofício foi endereçado ao fiscal da dita freguesia, recomendando-lhe o que legislavam a respeito diversos artigos das posturas municipais.

3 DE JANEIRO – A câmara municipal atendeu a um pedido do porta-mala do correio, Francisco Novais Magalhães, no sentido de ser fei-

ta uma ponte sôbre o ribeirão Alambari, pois foi encarregado o fiscal da capela de Santa Bárbara para compelir o proprietário do terreno visado na construção de tal ponte, visto «ali o ribeirão jamais foi caudaloso».

– Houve denúncia ao Govêrno da Província de que, na Capela de Santa Bárbara, existia um tronco de que o Juiz de Paz se utilizava para seviciar prisioneiros. Desmentido dos moradores da Vila da Constituição, mas «que hé verdade terem sido metido nelle alguns indivíduos por motivo de bebedeiras e dividas...»

10 DE JANEIRO – A câmara municipal estava em questão com Domingos Braga, arrematante dos subsídios do gênero ultramar, (exportação e importação de gêneros), pois êste, alegando prejuizo, pedia dispensa do pagamento do impôsto a que estava obrigado e a edilidade não queria largar mão das poucas fontes de renda que possuía. O caso foi parar nas mãos da presidência da Província para resolver.

– Manoel Joaquim Machado, arrematante das aferições de pesos e medidas, (espécie de coletor dêsse impôsto, cujo cargo era arrematado) oficiou à corporação municipal, fazendo-a ver que o Conselho não estava munido de todos os padrões para as aferições, e pedia providências a respeito. A edilidade prometeu providenciar.

11 DE JANEIRO – Atendendo a uma representação dos carreiros de Araraquara, que movimentavam o comércio entre aquela freguesia e esta vila, a câmara municipal resolveu enviar os melhores esforços, no sentido de ser construída uma ponte sôbre o rio Corumbataí, «entre o sítio do Capitão Andrade e o Campo.»

12 DE JANEIRO – Sessão da câmara da terra, na qual o sr. presidente «propos que se ative ao Fiscal para o inteiro cumprimento do Artigo nove das Posturas, relativamente à extinção de formigas, mandando tirar as que estiverem nos terrenos do Concelho, dentro da Vila e nas suas proximidades, fazendo que os proprietários tirem as dos seus terrenos.»

13 DE JANEIRO – As obras da cadeia nova estavam a meio e os «cobres» eram poucos. Eis que a câmara municipal resolveu que se procedesse a uma subscrição voluntária, lembrando «aos povos a necessidade da dita Cadeia que serve para nela se recolher bêbados e facinorosos, intrigantes, fomentadores de desordens e delinqüentes e que desta prevenção depende a felicidade dos Cidadoens.»

14 DE JANEIRO – Officio da câmara municipal de São Carlos à edilidade local, com referência às divisas entre as duas vilas, dizendo que «logo que cessem as aguas e que o Capitão-mor, Agostinho José de Carvalho conclua a estrada que estão fazendo», serão estabelecidas as divisas, na forma deliberada pelo Conselho Geral da Província.

17 DE JANEIRO – Ofício da presidência da Província à câmara municipal, enviando seis lâminas de pús vacinico. Para a aplicação de tais vacinas, na vila, a edilidade encarregou o cirurgião-mor José Fernandes Viana e nas freguesias os fiscais tinham a incumbência de só permitir êsse mister às «pessoas mais peritas do lugar.»

26 DE JANEIRO – Ofício da presidência da Província à câmara municipal, convidando todos aquêles que quisessem participar da resistência legal, na tentativa de insurreição havida na Côrte, de que resultou a abdicação de D. Pedro I, na pessoa do príncipe regente, que era uma criança.

1.º DE FEVEREIRO – Resolução do Conselho Geral da Província, autorizando a câmara municipal «para se convencionar com o Procurador para ser administrador de algumas rendas suas que convinha administrar, ao receber diretamente dos administrados as rendas arrecadadas, sem ser por meio de oficial da Província, afim êle evitar a despeza de mais de 6%. Mais tarde, as Coletorias Estaduais resolveram o caso.

3 DE FEVEREIRO – Com provisão de bênção pelo Bispo da Capital, a Capela de Nossa Senhora das Dores do Tatuibí, (Limeira), foi elevada à Capela Curada, (paróquia), sendo seu primeiro vigário o padre Martinho Antonio Barreto.

14 DE FEVEREIRO – Em vereança, a câmara nomeou os vereadores Joaquim António da Silva e Inácio Francisco do Amaral Gorgel para marcarem o têrmo da Vila, (perímetro), «que se deve estar sujeito ao pagamento da Décima» (décima parte de um rendimento coletável).

– Requerimento de Bento Manoel de Moraes, promotor do juizo desta Vila, à câmara municipal, pedindo que a edilidade atestasse se êle na o mais apto da localidade ou não para exercer dito emprêgo. O atestado foi favorável.

16 DE FEVEREIRO – A câmara municipal aprovou o têrmo da Vila, (perímetro) para a cobrança do impôsto da Décima, o qual assim se descrevia: «Ruas que seguem de Les Suleste ao Oeste Noroeste: 1.º, rua denominada de São José, principiará na Casa de Albano Leite do Canto, inclusive, até a Casa de Maria Inocência também inclusive; 2.º, Dita do Pôrto, da Casa de Manoel de Jesus até a Casa de Maria Joaquina; 3.º, Dita da Bica, da Casa de João Francisco até a Casa de Florêncio Barbosa esta inclusive»; 4.º Dita da Barroca, da Casa de Antonio José de Almeida até a de Manoel Duarte. Ruas Travessas, de norte.» «nordeste a Sul Sudueste – 1.º, Rua da Glória, da Casa de Bernardo da Costa até a Casa de Gertrudes Maria da Conceição; 2.º, da rua Santo Antonio, da Casa de Josefa do Amaral até a Casa de António Ferreira; 3.º, Do Largo da Matriz, inclusive o mesmo largo, da Casa de Maria Soares até a Casa

de Joaquim Mariano Galvão; 4.º, Da Boa Vista, da Casa de Francisco Coelho até a Casa de Maria Branca da Peade; 5.º, da Praia, da Casa de José de Campos até a Casa de Salvador Frágoso.»

– A câmara municipal resolveu oficial à Imperial Junta, consultando-a se a freguesia de Araraquara devia ou não estar sujeita ao imposto da Décima, visto tratar-se de uma povoação nascente, com poucas casas, muitas inferiores a palheiros e «que este tributo pode de alguma maneira estrovar ou atrazar a prosperidade da dita Freguezia.»

28 DE FEVEREIRO – A corporação municipal, de acôrdo com o despacho da presidência da Província, tomou providências para as primeiras eleições de juiz de paz na Capela de Limeira, a cujo pároco foi oficiado, no sentido que rezasse a missa e orações de rigor, bem como afixasse na porta da matriz a lista de pessoas que pudessem votar e ser votadas.

7 DE MARÇO – Circular da presidência da Província à câmara municipal, destacando, de acôrdo com suas posturas, a quantia de Rs. 400\$000 para as obras públicas mais necessitadas da vila. A edilidade deliberou que essa soma fôsse empregada na igreja, «que, alem de ser muito pequena, se acha a cair e que se não fossem os espeques e escoras já teria sido arrazada.»

14 DE MARÇO – Por carta, apresentou-se à câmara municipal Manoel Rodrigues de Sampaio, propondo-se fazer a ponte «do Salto do rio Piracicaba», percebendo 400\$000 de entrada, privilégio de dois anos de estanque, (pedágio), 400\$000 ao têrmo da obra, prestações mensais até perfazer três mil cruzados, tudo dentro do prazo de três anos.

18 DE MARÇO – A presidência da Província Se dirige em officio à edilidade local, «recomendando todo o fervor, atividade e boa diligencia na fatura das estradas». Ficou a «Câmara inteirada e por agora nada deliberação a êste respeito por já haver feito aquilo que esta a seu alcance e quando conheça baldadas as suas deliberações, então dara novas providencias.»

28 DE MARÇO – Contrato lavrado entre a câmara municipal e o mestre carpinteiro Manuel Raiz, (Rodrigues) de Sampaio para a fatura da nova ponte sôbre o rio Piracicaba, na importância de Rs. 1.600\$000, paga em prestações durante quatro anos. Era a segunda ponte que se fazia sôbre o nosso rio.

7 DE ABRIL – Com a abdicação de D. Pedro I, o govêrno do país ficou entregue a uma Regência Provisória, composta dos seguintes membros: Marquês de Caravellas, general Francisco de Lima e Silva e o «luso-piracicabano» Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

9 DE ABRIL – Reunião da câmara municipal, na qual foi lido um officio de José Fernandes Viana, cirurgião-mor da Vila, participando à

edilidade ter aplicado as lâminas de pús vacínico, recebidas do Governo Provincial, conforme resolução dos camaristas, mas sem efeito algum, pois as mesmas já estavam corrompidas.

12 DE ABRIL – A câmara municipal tomou conhecimento de que a vila estava sem administrador de Siza, visto o arrematante do ano anterior não querer continuar com o emprêgo, «com prejuízo do dinheiro da Nação e do povo que não podia passar suas escrituras de venda.» Foi nomeado um administrador provisório e cientificada do fato a Imperial Junta.

16 DE ABRIL – Circular do ex-presidente da Província, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, «acompanhado com hum Decreto das Dimiçoens dos Ministros e Secretarios de Estado e dos Negócios da Fazenda, Justiça, Guerra, Marinha, Estrangeiros, (abdição de D. Pedro I). Essa circular foi lida em vereança de 18 de junho de 1831.

23 DE ABRIL – Ofício do juiz de paz da Vila Nova da Constituição à câmara municipal, requerendo reunião da Edilidade «para tomar medidas a bem manter a paz e a ordem», pois as notícias da Côrte falavam haver D. Pedro I abdicado da Coroa, que então se achava vaga, e também falavam de uma insurreição do povo.

26 DE ABRIL – O correio do dia trouxe notícias tranquilizadoras ao presidente da edilidade, o alferes José Caetano Rosa, com relação aos boatos que circulavam em tôrno da Côrte. D. Pedro I já havia abdicado e a Regência fôra instituída, cessando, pois, os rumores de insurreição do povo, com consequência desagradável. À vista disso, deixou até de convocar extraordinariamente a câmara municipal.

2 DE MAIO – Ofício dos vereadores locais à Câmara Municipal de São Paulo, dando conta da fundação da Sociedade de Defensores da Liberdade e Independência Nacional, a exemplo de outras unidades municipais da Província, visando amparar o Trono Imperial. Todavia a abdição do monarca D. Pedro I, em proveito do filho, pouca função deu à agremiação dos patriotas da Vila da Constituição.

4 DE MAIO – Sessão da câmara municipal, na qual foi lida uma circular da presidência da Província, destacando, de acôrdo com suas posturas, a soma de Rs 200\$000 para a manutenção dos presos pobres da Vila. A edilidade – coisa estupenda! – não pode empregar tal quantia por não haver presos na localidade!

– Nessa mesma reunião foi lido um ofício do juiz de paz da vila, datado de 23 de abril, pedindo que a câmara tomasse medidas urgentes, a fim de manter a tranquilidade pública, em vista das notícias alarmantes vindas da Côrte. Todavia, positivando-se a abdição de D. Pedro I, com

festejos que se realizaram por tôda parte, a edilidade silenciou a respeito.

– Foi enviado à câmara municipal um abaixo-assinado de 211 homens, propondo, à vista das notícias alarmantes vindas da Côrte, defender pelos meios legais a liberdade e a independência. Todavia, com a notícia oficial da abdicação de D. Pedro, na pessoa do príncipe imperial, prosseguiram na missão de signatários do documento em aprêço, «afim de mostrarem a unidade constitucional e liberal.»

– Pela ata da presente sessão da edilidade, soube-se que as madeiras para a fatura da ponte sôbre o Piracicaba foram cedidas patrioticamente pelo presidente da corporação, alferes José Caetano Rosa e por Joaquim Antonio da Silva, que exigiu em troca livre estanque, (pedágio), para si e para os seus, bem como para as pessoas que fossem à sua casa a negócio.

– Dessas mesmas atas: «Leuse hum officio da Camara da Capital participando haver dado posse ao Exmo. Bispo, (D. Manuel), no cargo de Presidente da Província a Câmara ficou inteirada e mandou que se publicasse.» Conseqüência da abdicação de D. Pedro I. O novo titular substituiu o dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

5 DE MAIO – Contrato celebrado entre o procurador da câmara municipal, João Damasceno Pacheco e o mestre carpinteiro Manuel Rodrigues de Sampaio para a construção de uma ponte sôbre o rio Piracicaba. Se não nos enganamos, foi a segunda ponte construída sôbre o nosso rio, e saía da rua Rangel Pestana.

18 DE MAIO – Offício da vice-presidência da Província à câmara municipal, louvando a atitude dos 211 homens da Vila Nova da Constituição, reunidos num abaixo-assinado, propondo-se a defender a independência e a liberdade, à vista dos rumores vindos da Côrte, culminados com a notícia da abdicação de D. Pedro I.

19 DE MAIO – Funda-se no Rio de Janeiro a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, presidida por Odorico Mendes e secretariada por Evaristo da Veiga, que foi verdadeiro promotor e alma dessa agremiação. Há nas atas da câmara municipal citadina referências a essa sociedade, que solicitava cooperação das câmaras constituídas.

17 DE JUNHO – Sucedendo à Regência Provisória, toma parte, no Rio de Janeiro, a Regência Permanente, constituída dos seguintes integrantes: general Francisco de Lima e Silva, deputados João Braulio Moraes e José da Costa Carvalho. Êste último foi um dos primitivos proprietários da Fazenda Monte Alegre, dêste município, onde se recolheu logo depois da Regência Trina.

18 DE JUNHO – A ata dos trabalhos da câmara municipal faz referências de adesão à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, fundada no Rio de Janeiro, da qual Odorico Mendes era presidente e Evaristo da Veiga, secretário.

– «Leose hum officio do Exmo. Vice Prezidente da Província datado a 18 de Maio do corrente anno acuzando ter recebido o que esta Câmara lhe derigio em data de cinco do mesmo acerca das assignações dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional louvando o procedimento desta Câmara e dos abitantes de seo Município ficou a Câmara inteirada.»

– De acôrdo com as instruções recebidas da presidência da Província, a câmara municipal designou o vereador Antônio Fiuza de Almeida para presidir às eleições de juiz de paz da Capela de Limeira, de harmonia com a lista prévia de votantes e candidatos que o pároco da localidade deveria afixar na porta da igreja.

20 DE JUNHO – Sessão extraordinária da câmara municipal, à exigência do juiz de paz da vila, «afim de tomar medidas a respeito das notícias funestas da Corte», divulgadas na localidade, pois era preciso promover o sossêgo dos habitantes do município.

– Nessa sessão, foi lido um officio da Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional, fundada no Rio de Janeiro, de que Odorico Mendes e Evaristo da Veiga eram diretores, relatando os graves acontecimentos da Côrte, com a abdição de D. Pedro I «e que porisso esta Câmara aja de levar seus votos à presença da Augusta Regencia e igualmente da Assembleia Nacional.»

– Longo depois dos seus trabalhos, foi redigido um officio à presidência da Província, relatando as deliberações havidas, o qual assim começava: «O Povo dêste Município sobremaneira angustiado com as notícias da anarquia que oprime a Capital do Imperador e dezejoso de ver hum termo a tão orriveis flagelos...»

– Também à Regência Imperial os edis se dirigiram, por officio, protestando contra «um bando de desprezíveis e sanguinários jacobinos posterga as Leis do Imperio, atropella a humanidade, oprime o heróico e glorioso povo fluminense, ameaça agredir a S.M.I.» e prestando solidariedade, pois «nós seremos os primeiros a nos sacrificar assim pella causa da Pátria, marchando em massa êste Municipio para qualquer maons patricidas que arvorem o estandarte da rebeldia.»

– Officio da câmara municipal de São Paulo à edilidade da então Vila Nova da Constituição, participando ter dado posse e juramento ao Presidente da Província, Manuel Teodoro de Araujo e Azambuja.

22 DE JUNHO – A corporação municipal recebeu ofício da presidência da Província, determinando a urgente elaboração de posturas municipais, com relação à atividade dos escravos, a fim de acautelar-se contra possível insurreição dos cativos.

23 DE JUNHO – Circular do presidente da Província, dr. Manoel Teodoro de Azevedo e Azambuja, à câmara municipal de nossa terra, à qual participava haver assumido seu cargo a 20 do mês supra e, para sua melhor gestão e «sossego publico», contava com a coadjuvação das edilidades da Província. A posse representava ainda, consequência da abdicação de D. Pedro I.

30 DE JUNHO – Convocada a Assembléia Geral Legislativa para se proceder à eleição do tutor dos filhos de D. Pedro I. Por votos, classificou-se José Bonifácio de Andrada e Silva em primeiro lugar. O «piracicabano» Nicolau Pereira de Campos Vergueiro obteve o segundo lugar, com 32 votos.

1 DE JULHO – Ofício do presidente da Província, Manuel Teodoro de Araujo e Azambuja à câmara local, ordenando que a edilidade informasse se havia no município obra pública que precisasse de auxílio em dinheiro, de conformidade com a lei provincial que legislava a respeito.

– Circular da presidência da Província, com o mesmo destino, recomendando à edilidade a conservação das estradas e a mudança de Cemitérios para fora do templo. Os cemitérios, na época, não eram públicos; só eram privativos das comunidades religiosas e os enterramentos se faziam no interior das igrejas ou no adro dos templos. Também, na época, a igreja contava com cem por cento de aceitação e não havia ninguém que não pertencesse a esta ou àquela comunidade religiosa Os escravos não tinham êsse direito.

– Quando foi do assentamento dos canos de água ou esgôto em nossa terra, ao redor da Matriz, hoje catedral de Santo Antonio, foram encontradas ossadas humanas, como testemunhas dessa prática. O primeiro cemitério público da cidade, de que se tem notícia, se localizava na hoje Praça Tibiriçá.

3 DE JULHO – Reunem-se extraordinariamente os vereadores, a fim de dar cumprimento às instruções emanadas da Presidência da Província, no sentido de que as posturas municipais estivessem de acordo com Código Provincial. Nesse sentido, ficaram os edis, alferes José Caetano Rosa e Inácio Ribeiro Passos encarregados de sanarem as divergências havidas ou existentes.

5 DE JULHO – Ofício da presidência da Província à edilidade, louvando o procedimento da corporação local no tocante aos aconteci-

mentos da Côrte, que culminaram com a abdicação de D. Pedro I na pessoa do Príncipe Infante. A Câmara havia prestado apoio ao govêrno da Província, oferecendo-lhe a marcha de 211 homens, caso fosse preciso.

15 DE JULHO – Circular da presidência da Província, com o mesmo destino, determinando à edilidade enviasse à secretaria do govêrno cópia das posturas que «estão em vigor no Município e de tôdas as que no futuro forem fazendo.»

17 DE JULHO – Assinado pelos edis José Caetano Rosa e Luciano Ribeiro Passos, foi apresentado à câmara local o projeto de posturas municipais, a fim de acautelarem-se os interesses da legalidade contra possível insurreição dos escravos. O projeto, com algumas modificações, foi aprovado e cerceava, de maneira incisiva, qualquer manifestação de insubordinação dos pobres cativos.

18 DE JULHO – Em sessão, a câmara municipal resolveu endereçar cópias ao juiz de paz da Vila e ao Conselho dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional do ofício recebido da presidência da Província, levando a atitude da edilidade no caso da abdicação de D. Pedro I, visto como foram aquêles órgãos que tomaram a iniciativa de tais passos, inclusive aquêles de oferecer a proptidão de 211 homens.

19 DE JULHO – A edilidade da Vila Nova da Constituição dá posse a Antonio José da Silva no cargo de juiz de Paz da Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Tatuibí. Foi a primeira autoridade civil do futuro município de Limeira.

20 DE JULHO – José Januário Ferreira, perante a câmara local, em sessão, prestou juramento, a mão direita sôbre os Santos Evangelhos, para assumir o cargo de Fiscal da Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Tatuibi, proferindo as seguintes palavras: «Juro aos Santos Evangelhos de desempenhar as obrigações de meu cargo de Fiscal da Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Tatuibi.»

– A Comissão Permanente da edilidade apresentou a seus pares seu parecer sôbre diversos assuntos, sendo o primeiro aquêles de se oficiar ao govêrno da Província, pedindo nova avaliação para a construção de três ranchos, na estrada nova para São Paulo, visto não haver aparecido lançador, na concorrência aberta com a primitiva avaliação.

– O segundo assunto do aludido parecer se referia ao requerimento de Francisco Novais, que pedia relevação da multa de seis mil reis que lhe fôra aplicada por não tirar a devida licença de sua venda, alegando ser Porta-Mala do Correio. A Comissão não reconheceu êsse direito, «huma vez que quem tem venda deve cuidar no que é preciso.»

– A terceira questão dizia respeito a um ofício da presidência da Província, sobre auxílios governamentais a obras publicas. A Comissão foi de opinião que a casa da câmara, a cadeia e a igreja representavam as obras públicas que necessitavam de auxílio oficial.

– O quarto ponto do parecer se referia a uma exposição do fiscal de Araraquara, pedindo dispensa da solicitação de Datas de Terra, visto a localidade haver passado de Capela a freguesia, e alegando outros direitos. A Comissão não reconheceu direito algum e foi de opinião que, para construção de edifício ou cêrca, deveria ser, antes ouvida a câmara, observando suas posturas a respeito.

21 DE JULHO – Em vereança, tratou-se da ponte do ribeirão Alambarí, na Capela de Santa Bárbara, determinando ao fiscal convocar o auxílio de algumas pessoas da região para tal serviço, especialmente o administrador do engenho do falecido Barbosa, pois o dito ribeirão «ficava caudaloso com o tanque que se estabeleceu nessa propriedade.»

– Resolução da câmara municipal, determinando ao fiscal da Vila iniciativas com referência à ponte sobre o «Guaimêhu», bem como à incumbência de matar cães e cabras vadios, de oito em oito dias, mas que os moradores deveriam fazê-lo sem brincadeira, levando a sério o serviço. Recomendava ainda mais atenção na fatura dos caminhos e matança das formigas, pois «o clamor é geral.»

– Cartas de Data, (concessão de terreno), na rua de Santo António, a favor de José Rodrigues de Cerqueira Cezar, Floriano Alves de Oliveira, Salvador de Cerqueira Cezar, António Jacinto do Amaral e José Joaquim de Vasconcelos, «não prejudicando ao Publico, nem ao Particular.»

22 DE JULHO – Ofício da câmara da terra ao govêrno da Província, «fazendo ver o miserável estado em que se acha a Estrada que segue desta Vila para Jundiá e à Capital» e pedindo providencias a respeito.

– A edilidade nossa passou «mandado da quantia de cinco mil trezentos e secenta réis para pagamento de dois livros» – «hum para se lançar as Atas e outra para registrar as Cartas de Datas.»

– Sabe-se pela ata de vereança que havia na Vila um Conselho Diretorial da Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional, fundada no Rio de Janeiro e de destaque na abdicação de D. Pedro I. Era presidente do Conselho da terra Francisco José Machado.

23 DE JULHO – Incisivo parecer do vereador António Fiuza de Almeida contra o pedido de informação solicitado por Francisco José Machado, presidente do Conselho Diretorial da Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional, a respeito de José Januá-

rio Ferreira, fiscal da freguesia de Nossa Senhora do Tatuibi. «Como se competisse à Câmara enquerir da vida privada de qualquer individuo.»

– Pela segunda vez, a câmara municipal, aflita, pede verbas ao governo Provincial para os reparos urgentes na Matriz de Santo António, cuja tórre ameaçava ruir.

– De António José da Silva, de Nossa Senhora das Dores do Tatuibi, a Rafael Tobias de Aguiar, presidente da Província: «Em observância às suas ordens, participo a V. Excia. que a Camara Municipal de Constituição, no dia 19 do corrente, me deu posse de juiz de Paz desta Freguesia. Deus guarde a V. Excia.» Foi a primeira autoridade civil do município que, mais tarde, se chamaria Limeira.

28 DE JULHO – Offício da presidência da Província à Câmara local, determinando providências com relação à eleição do dia 8 de setembro do ano em curso, quando seria escolhido novo deputado à Côrte, em lugar do padre Diogo António Feijó, que fôra para a pasta de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e Eclesiásticos.

8 DE AGÔSTO – Providências imediatas da corporação municipal, com relação às eleições do próximo dia 8 de setembro, quando, seria escolhido novo deputado à Côrte. O eleitor local junto ao Colégio Eleitoral de Itu foi o vigário Manoel Joaquim do Amaral Gurgel.

11 DE AGÔSTO – Circular da presidência da Província à câmara municipal, recomendando-lhe fizesse as devidas posturas policiais. Estas seriam mais amplas e completariam as posturas municipais.

14 DE AGÔSTO – Offício à câmara municipal do padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, vigário local e eleitor da Vila Nova da Constituição junto ao Colégio Eleitoral de Itu, esclarecendo não poder participar das eleições do dia 8 de setembro do presente ano, visto não poder ausentar-se desta localidade, já por motivo dos seus deveres religiosos, já por não ter quem o substituísse durante sua ausência.

18 DE AGÔSTO – Por lei imperial, foi criada em todo o território brasileiro a famosa Guarda Nacional, extintos que foram os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. A edilidade conterrânea tomou conhecimento dessa lei na sessão de 9 de novembro do mesmo ano, com as primeiras providências a respeito.

– Tal Guarda Nacional, sujeita à disciplina militar e a todos os percalços que a profissão militar oferece, era composta dos melhores elementos da localidade, os quais recebiam títulos e patentes, depois de divididos em companhias e armas. A Guarda Nacional durou quase um século e deixou nome nas cidades brasileiras.

– «Todos os homens válidos de 18 a 60 anos, de acôrdo com as Leis Coloniais Portuguezas, faziam automaticamente parte das Companhias das Guardas e constituíam a 3.^a linha das fôrças armadas e uma fôrça local que não podia ser afastada do lugar de sua sede.»

20 DE AGÔSTO – Na impossibilidade do padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, como eleitor da Vila Nova da Constituição, comparecer ao Colégio Eleitoral de Itu, para a eleição do dia 8 de setembro vindouro, a câmara municipal, por eleição interna, escolheu o vereador José Caetano Rosa, a quem foi expedido o devido «depuloma.»

3 DE SETEMBRO – Em ofício, o presidente da Província desejou saber da edilidade se «neste distrito da Vila Nova da Constituição» havia estrangeiros ocupando lugares públicos. A câmara respondeu negativamente.

17 DE OUTUBRO – Em vereança, foi lido um ofício da presidência da Província, datado de janeiro, (êta, correio!), solicitando o concurso da câmara para a defesa da legalidade, em virtude das notícias alarmantes vindas da Côrte. A Edilidade deixou de lado as providências, visto a abdicação de D. Pedro I já se haver consumado, sendo até festejada por tôda parte.

18 DE OUTUBRO – Foi lida em vereança uma proclamação da presidência da Província, assegurando «a tranqüilidade pública na Capital do Império.» O desassossego se referia à abdicação de D. Pedro I, verificada em abril. É que, naqueles bons tempos, o correio era um bocado vagaroso e as notícias sempre chegavam com atraso.

20 DE OUTUBRO – O fiscal da freguesia de Rio Claro participava à câmara municipal dos seus trabalhos, especialmente do cuidado dado às estradas e pedia à edilidade providências sôbre a ponte do rio Corumbataí. A câmara ficou de tomar as devidas providências.

– Outro ofício da presidência da Província à câmara, determinando nova avaliação para os ranchos a serem construídos ao longo das estradas, principalmente na estrada para Jundiá-São Paulo, visto como na avaliação anterior ninguém se propôs a fazê-los.

– Sôbre a determinação da presidência da Província, recomendando fossem os cemitérios transportados para fora do recinto dos Templos, a Comissão Permanente da Câmara, seguida da edilidade, foi de parecer que se oficiasse ao reverendo vigário a respeito.

21 DE OUTUBRO – Em vereança, o presidente da edilidade, José Caetano Rosa, propôs, sendo aceito, que se recomendasse aos fiscais de Araraquara, Limeira e Santa Bárbara mais atenção no seu tra-

balha, visto terem deixado de enviar à câmara, como lhes competia, o relatório de praxe.

– Incisiva determinação da câmara ao fiscal de Ribeirão Claro sobre a feitura de caminhos, com relação a seus proprietários, especialmente ao reverendo vigário e ao capitão-mor Estêvão, para, no espaço de quatro dias, fazerem «suas testadas na Estrada de Araraquara», «que se acha intranzitavel» e «quando os ditos proprietários continuarem no deslexo os multe sem contemplação.»

– Francisco de Almeida Lara queixava-se à câmara, alegando que esta cedera a outro um quarteirão que possuía dentro do rossio. Ouvido o fiscal a respeito, êste informou que «o terreno que o suplicante alega ser seo, achava-se em capoeira sem edificio e nem cerca, e sinal algum.» Indeferido.

22 DE OUTUBRO – A câmara dos vereadores se manifesta à presidência da Província a respeito da localização dos cemitérios fora dos templos religiosos. É que o govêrno queria cemitérios públicos e não privados, pois, na época, os párias e os escravos não tinham sepultura condigna, sendo enterrados nos campos, nas fazendas ou pelas estradas.

– Os edis, porém, desejavam saber à custa de quem ficariam as despesas com a instalação de um cemitério público em nossa terra, se com o govêrno, com o município ou com as autoridades eclesiásticas. Na época, a burocracia, dos enterramentos estava a cargo da igreja. Os camaristas ficaram a esperar pela resposta do govêrno no assunto.

– O presidente da câmara, José Caetano Rosa, queria reunir a edilidade extraordinariamente, visto o procurador, João Damasceno Pacheco, ter deixado a Vila com seus escravos e tudo o que possuía, não por desconfiança, mas «porque os homens são sujeitos a tudo». Entretanto, não houve número, registrando-se muitas aos vereadores faltosos.

24 DE OUTUBRO – Reunida extraordinariamente, a câmara deliberou seguir o procurador da edilidade, João Damasceno Pacheco, que deixara a Vila com seus escravos e haveres, «té onde o descobri-se», sendo nomeado outro procurador – Felipe Cerqueira Leite, o qual se prontificou ao serviço gratuitamente.

3 DE NOVEMBRO – Nova reunião extraordinária da corporação municipal, para tratar da fuga do procurador João Damasceno Pacheco, que foi localizado na Vila de Itu. Em seu nome, apresentou-se à reunião Felix dos Santos Brasil, autorizado a legalizar as contas da procuradoria, de que, em particular, foi encarregada a Comissão Permanente.

– Novamente vago o cargo de procurador da câmara, pela renúncia de Felipe de Cerqueira Leite; foi nomeado interinamente para o pôsto Domingos José Lopes, do qual a própria edilidade foi fiadora, «visto ser muito capaz alem de ser estabelecido e negociante».

8 DE NOVEMBRO – Segundo o parecer da Comissão Permanente, o caso da fuga do procurador da câmara, João Damasceno Pacheco não passou de tempestade em copa de água. Suas contas estavam certas e êle mesmo compareceu perante os vereadores para entregar o saldo que tinha em seu poder.

9 DE NOVEMBRO – O edil Vicente do Amaral Melo, em officio a seu pares, reclamava contra o excesso de trabalho que lhe era exigido, quando havia vereadores com mais direito que êle, aos quais não se attribuia serviço algum. A continuar assim, atendendo a suas funções de juiz de paz e ao decreto provincial proibindo acumulações, não compareceria mais às sessões da corporação. Esta prometeu atender à solicitação.

– A câmara, a um requerimento de João de Camargo, pedindo um atestado se estava ou não no gôzo dos seus direitos civis e políticos e mais de seus costumes, como não podia conhecer de sua vida e o mais que pedia, deu o seguinte despacho: «Não tem lugar».

– Foi criada nesta Vila Nova da Constituição a Guarda Nacional, em virtude da Lei Provincia1 de 18 de agôsto do ano em curso.

12 DE NOVEMBRO – Officio da presidência da Província, participando à câmara municipal que as despesas de mudança de cemitério para fora dos templos deveriam correr por conta do município. A edilidade nomeou comissão para estudar o assunto e escolher o lugar para o cemitério público, de acôrdo com o reverendo vigário.

17 DE NOVEMBRO – Officio da câmara de São Paulo à edilidade da terra, participando, «ter dado posse de Presidente ao Exmo. Senhor Rafael Tobias de Aguiar.» A edilidade mandou publicar a nova, na forma do costume.

22 DE NOVEMBRO – Circular da presidência da Província, recebida pela câmara municipal, «recommendo para se por em execução quanto antes na parte que compete a esta Câmara a Lei de dezoito de agôsto pp., (criação da Guarda Nacional), e que fação chegar ao seo conhecimento o estado em que se acha.»

28 DE NOVEMBRO – Officio da presidência da Província à câmara municipal, a respeito de vacinas enviadas à então Vila Nova da Constituição. A êsse officio a edilidade respondeu que o «pús vacinico recebido não tem dado o resultado que era de se esperar.»

7 DE DEZEMBRO – O sargento-mor Estêvão Cardoso de Negreiros, ora residindo em São Carlos, (Campinas), solicitou demissão do cargo de inspetor de estradas e indicou para substituí-lo Antônio José da Silva, sobre quem o dr. Vergueiro dava ao Governo da Província estas informações: «...em lugar de Negreiros que não pode continuar como Inspector, por motivo de moléstia, há o Juiz de Paz de Limeira que, se não é bom, ao menos é o melhor que por aqui há em atividade.»

9 DE DEZEMBRO – Translado de escritura de venda de 120 braças de testada com fundo até o Ribeirão Piracica-Mirim, no lugar denominado Barreiro, pelo preço de Rs. 32\$000. Foram vendedores Manuel da Cunha e sua mulher e comprador o coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, dos irmãos Andradas, de Santos, representado pelo procurador Joaquim Antônio de Arruda. Passou-a o tabelião Pedro Liberato de Macedo.

15 DE DEZEMBRO – Circular do Conselho Geral à câmara municipal, determinando todos os livros regulares de «assentamento», especialmente aquêles das infrações das Posturas, com pessoal capacitado para isso. «Inteirado», foi o despacho.

22 DE DEZEMBRO – Em ofício, a presidência da Província participava à câmara municipal da então Vila Nova da Constituição haver nomeado para inspetor da fatura de estrada para Jundiá-São Paulo o juiz de paz de Limeira.

27 DE DEZEMBRO – Última reunião do ano da edilidade, que apenas tratou das contas da corporação para serem enviadas ao Conselho Geral da Província para definitivo exame.

– 1832 –

11 DE JANEIRO – A câmara municipal, em sessão, resolveu officiar à presidência da Província, comunicando que, pelo preço de rs. 280\$000 à vista, José Joaquim do Vale e José Mariano de Matos se propunham fazer ranchos ao longo das estradas, especialmente na estrada para Jundiá-São Paulo.

12 DE JANEIRO – De posse de uma circular do govêrno da Província nesse sentido, a câmara de vereadores toma ciência das primeiras iniciativas referentes à criação, na Vila da Constituição, da Guarda Nacional, instituída no território brasileiro por decreto de 18 de agosto de 1831.

– Pela correspondência da Câmara Municipal, tem-se ciência de que, e achava vaga a única escola primária da nossa Vila, com a desistência do padre José Maria de Oliveira, que era seu professor.

– Rafael Tobias de Aguiar, presidente da Província, se dirige à câmara municipal local, solicitando, conjuntamente com os camaristas

de Mogi-mirim, estudos para o restabelecimento das divisas de municípios limítrofes, especialmente aqueles relativos às freguesias de Tatuíbi, (Limeira) e Rio Claro.

13 DE JANEIRO – Pela segunda vez, a câmara municipal resolve adquirir os novos padrões de pesos e medidas, preconizados pelo govêno da Província em 1830. É que o procurador, encarregado dêsse mister, ainda não havia tomado iniciativa alguma.

– À vista de sua negligência, revelada mormente na fatura e conservação de estradas, com parecer favorável da Comissão Permanente, a câmara local multou em Rs. 10\$000 o fiscal de Ribeirão Claro, Manuel Afonso Taborda.

– Os vereadores conterrâneos, por officio, dão conta ao govêno da Província das providências tomadas na Vila e freguesias com relação à criação da Guarda Nacional. Ao que parece, tais providências foram fracas, pois votaram contra os dizeres dêsse officio dois vereadores.

14 DE JANEIRO – A comissão nomeada pela câmara, a fim de escolher o local para a instalação do cemitério fora do recinto do templo, foi de opinião «que se plante o Cemitério no sexto quarteirão seguindo pela rua do Pátio de norte a sul principiando do quarteirão da Matriz, marcando-se cinco quarteiroens ficará o Cemitério no cexto quarteirão.»

– Escolhendo o local para a instalação do cemitério fora do templo, ficaram o fiscal e o arruador encarregados pela câmara de «fazerem a medição no lugar denominado pela Comissão de hum quarteirão de quarenta braças em quadra e mandar cercar de guarantans e por um portão com fechadura.»

17 DE JANEIRO – Em vereança, a câmara tratou dos limites das freguesias de São João do Ribeirão Claro e de Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi, oficiando às «Camaras de Mogim e Sam Carlos», (Campinas), a respeito.

– Mais um passo para a instalação da Guarda Nacional – decreto de 18 de agôsto de 1831 – na Vila da Constituição: «Tão bem a mesma Comissão, (Permanente), apresentou o plano, e repartimento das Goardas Nacionaes; intrando indiscução foi aprovado.»

23 DE JANEIRO – Pediu demissão do «cargo de vereador efetivo» o eleito Elias de Almeida Prado, «alegando suas impossibilidades de moléstias crônicas e avançada idade.» A edilidade atendeu a êsse pedido, convocando o substituto imediato.

24 DE JANEIRO – A presidência da Província enviou «huma lamina de pús vacinico» contra a bexiga à câmara local para a devida

aplicação, a qual lamina foi entregue ao cirurgião-mor da vila, José Fernandes Viana, que a aplicou com êxito.

– Circular da secretaria da Província sôbre os juizes ordinários, eleitos em Pelouros nesta Vila, os quais deveriam adquirir as «usansas», (hábito ou beca), à sua custa.

29 DE JANEIRO – Sessão extraordinária da câmara local, em que se tratou do requerimento dos moradores do bairro das Araras, pertencente ao distrito de «Mugimirim», pedindo para pertencerem à Capela de Limeira, distrito da Vila Nova da Constituição, por lhes apresentar mais vantagem. A edilidade tomou os passos necessários para atender à solicitação.

6 DE FEVEREIRO – Offício da presidência da Província à câmara municipal, consultando-a se na Vila Nova da Constituição havia alguém que quisesse «se opor», (candidatar-se), a «Cadeiras de Primeiras Letras», (escolas primárias). A edilidade tornou público êsse offício.

11 DE FEVEREIRO – Offício da mesma procedência à câmara da terra, aprovando, entre outras coisas, a manufatura de três ranchos, na estrada para São Paulo, de que se encarregaria Salvador Rodrigues da Silva, pela importância de Rs. 269\$000, segundo contrato com a edilidade.

13 DE FEVEREIRO – O juiz de paz da Capela de Santa Bárbara participou à câmara municipal não poder fazer o alistamento dos Guardas Nacionais na localidade, porque ainda não estavam liquidadas as divisas entre a Vila Nova da Constituição e a Vila de Campinas. Os vereadores da terra tomaram as providências de rigor.

16 DE FEVEREIRO – Offício da câmara de Mogi-Mirim à câmara local, com referência às divisas das freguesias de São João do Rio Claro e da Limeira, participando haver nomeado uma comissão para resolver o assunto e pedindo a mesma resolução dos camaristas nossos, o que foi feito e marcado o dia 20 do mês supra para o encontro dessas comissões em Limeira.

26 DE FEVEREIRO – Organizada em Ibicaba a Sociedade do Bem Comum de Limeira, da qual Nicolau Pereira de Campos Vergueiro foi mordomo. O fim da agremiação foi legalizar as terras patrimoniais de Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi, doadas pelo capitão Luiz Manuel da Cunha Bastos. É que a freguesia, sendo distrito da Vila Nova da Constituição, estava com vontade de passar à vila, tornando-se independente.

12 DE MARÇO – José Caetano Rosa, presidente da câmara municipal, lembrou a seus pares que êstes, inadvertidamente, nomearam para o cargo de escrivão das cobranças da Décima dos prédios urbanos a José Pinto de Almeida, que era estrangeiro, o que era proibido por lei.

Os camaristas resolveram que êsse mesmo escrivão continuasse no seu pôsto até lhe fôsse nomeado substituto.

– Os camaristas nossos entraram em entendimentos com aquêles de Mogi-Mirim para estabelecerem as divisas do São João do Rio Claro e Limeira, ambas pertencentes ao território de Constituição. Para êsse fim, as comissões das duas edilidades deveriam se encontrar na freguesia de Limeira, a vinte do mês presente. O senador Vergueiro integrou a comissão local.

– O coletor desta Vila, Domingos José da Silva Braga solicitou da câmara municipal a demarcação de rigor para fazer o lançamento do imposto dos prédios urbanos, ficando o secretário de providenciar a respeito.

– Um dos primeiros cirurgiões de nossa terra se chamava José Fernandes Viana, a quem a câmara municipal remeteu «uma lamina de pus vacinico», enviada pelo govêrno da Província, «para sua propagação». Segundo o testemunho dêsse cirurgião, o pus vacínico, desta vez, tivera bom êxito.

20 DE MARÇO – Reuniram-se na freguesia de Limeira as delegações de Constituição e Mogi-Mirim, a fim de estabelecerem as divisas de São João do Rio Claro e Limeira, ambas pertencentes ao território da ex-Piracicaba e confinando com o de Mogi-Mirim. As bases de tais divisas foram depois enviadas à apreciação do govêrno da Província.

21 DE MARÇO – Exposição dos camaristas de Constituição e Mogi-Mirim, relativas aos estudos levados a efeito para o estabelecimento das divisas dos municípios acima, especialmente aquelas que inidisssem sôbre as freguesas de Tatuíbi, (Limeira) e Rio Claro.

28 DE ABRIL – Sessão da câmara municipal, na qual foi lido o parecer das divisas das Freguesias de São João do Rio Claro e de Limeira e vilas circunvizinhas, o qual parecer foi enviado à Comissão Permanente.

30 DE ABRIL – Em vereança, com o parecer da Comissão Permanente, a câmara local resolveu endereçar à presidência da Província todos os papeis e documentos relativos às divisas das freguesias de São João do Rio Claro e de Limeira, subordinadas à então Vila Nova da Constituição, para definitivo julgamento.

– Segundo o parecer da Comissão Permanente, a câmara resolveu proceder a uma roçada no terreno demarcado para o cemitério público, a fim de que se começassem os enterros, sem a necessidade dos sepultamentos «na rua, junto da Matriz, infeccionando os povos.»

– Ofício do govêrno provincial, determinando à câmara municipal a publicação de edital, com referência a quem quisesse «se opor», (candidatar-se) a cadeiras de primeiras letras, (escolas primária). A edili-

dade local já havia tornado público êsse edital e agora iria fazê-lo igualmente na freguesia de Araraquara.

2 DE MAIO – A câmara de vereadores oficiou à presidência da Província, informando-a de que aplicaria a soma de Rs. 200\$000. designada em orçamento provincial para a aplicação de pús vacínico, como ajuda de custo do Cirurgião-Mor de Primeira linha que viesse a Constituição realizar tal trabalho.

3 DE MAIO – Sessão da municipalidade, na qual foi lido um offício da câmara da Vila de São Carlos, (Campinas), pedindo a nomeação «de um homem inteligente» para, conjuntamente com aquela corporação, procederem ao estudo das divisas entre aquela vila e a Vila Nova da Constituição. Para isso, foi nomeado o capitão Agostinho José de Carvalho.

– Trecho da ata da reunião da câmara municipal: «O sr. Moraes indicou que a propriedade de Joaquim Pinto e a casa em que mora Policarpo Joaquim do Amaral está muito ruim por a cauza da rua. In-
trou indiscução e foi deliberado que o fiscal mande fazer duas precintas (guias), huma ao correr da rua e outra mais abaixo.»

4 DE MAIO – A câmara municipal de Constituição se dirigiu por offício ao presidente da Província, comunicando-lhe o resultado dos estudos feitos pelas comissões local e a de Mogi-Mirim para o estabelecimento das divisas dos municípios limitrofes, especialmente aquêles relativos às freguesias de Tatuibí, (Limeira) e Rio Claro.

– Parecer da Comissão Permanente, aprovado pela câmara municipal sôbre certas irregularidades na escrituração das multas, do que resultava a omissão de algumas delas. Isso não se podia atribuir culpa ao fiscal ou ao secretário, em razão do que os dois tiveram apenas «observação.»

5 DE MAIO – Parecer da Comissão Permanente, aprovado pela câmara local, depois da visita à cadeia, de que fôra encarregada opinando «que se mande consertar a porta hunida á grade, bem como a parede do meio.»

12 DE MAIO – Offício da presidência da Província à câmara da então Vila Nova da Constituição, determinando fôsse formada, dentro da iniciativa da Guarda Nacional, uma sessão de cavalaria na Capela de Santa Bárbara.

18 DE MAIO – Por offício, a presidência da Província aprovou as divisas feitas entre a Vila Nova da Constituição e a Vila de Mogi-Mirim, segundo o que o Distrito de Araras ficou pertencendo à Capela de Limeira, conforme pedido de seus moradores.

19 DE MAIO – Offício do presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, ao bispo de São Paulo, aceitando as divisas propostas pela câmara municipal de Constituição, entre êste município e as novas

freguesias de Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi, (Limeira) e do Rio Claro, recém-criadas e determinando sejam elas respeitadas.

2 DE JUNHO – A câmara municipal fez a divisão da Guarda Nacional da freguesia de Araraquara, formando duas companhias, contando cada sessenta guardas de serviço ordinário e dezesseis de reserva, ou seja setenta e seis soldados.

– Reunião dos camareiros locais, na qual foi lido um ofício da câmara de Mogi-Mirim, pedindo para que, na questão da divisa, com as freguesias de São João do Rio Claro de Limeira, as terras de Manuel Ortiz ficassem pertencendo àquela Vila. Anuído.

10 DE JUNHO – Decreto provincial, criando o município de Capivari. As divisas do novo município foram contestadas pela Vila da Constituição, pois Capivari confinava com Pôrto Feliz, Itu, Pirapora, (Tetê), Agua-Choca, (Monte-Mor), Santa Bárbara e Constituição.

10 DE JULHO – Decreto provincial, elevando à condição de vila a freguesia de Araraquara, que, assim, com vida autônoma, ficou desligada da Vila Nova da Constituição.

11 DE JULHO – Por indicação do camarista Fiuza, a edilidade da terra resolveu oficiar «ao zelador da ponte de cima para que haja de mandar compor a cava que se acha unida à ponte alem do rio por estar intransitavel». Ao que parece, a «ponte de baixo» era aquela que estava sendo construída.

– Outra indicação aprovada pela câmara dos locais foi aquela apresentada pelo vereador Castro, no sentido de que «se oficiasse ao fiscal da Vila para que antes mande fazer a ponte do Piracicamirim por se achar intranzitavel.»

12 DE JULHO – Manoel Rodrigues de Oliveira, arrematante das aferições, queixou-se à câmara municipal de que o fiscal não lhe entregara ainda os pesos do marco «para poder aferir as lojas». Ouvido o fiscal, a resposta da edilidade foi esta: «Passamos a dar as providências sôbre o padrão e a balança.»

– Em resposta a um ofício que lhe foi dirigido, com referência a concertos da ponte, Garcia Rodrigues Bueno, encarregado de tal, afirmou à câmara que estava pronto para os reparos, contanto que a edilidade refizesse a estrada que ia dessa ponte até o Ribeirão das Pederneiras. Os camaristas tomaram providências.

14 DE JULHO – Queixava-se o fiscal da freguesia de Araraquara, pedindo providências sôbre pesos e medidas, resolvendo a câmara «que se participe que faça na Freguezia publico por edital que tudo

aquêle que tiver negocio mandará aferir nesta Vila, quando vier tirar licença, seus pesos e medidas pelo novo padrão.»

2 DE AGÔSTO – Sessão da câmara local, na qual foi lido um officio da presidência da Província sôbre a manufatura dos ranchos na estrada que ia para Jundiá-São Paulo, exigindo do arrematante planta e orçamento. A edilidade ficou de providenciar.

13 DE AGÔSTO – Depois de eleições disputadíssimas, tomam posse os vereadores da então Vila Nova da Constituição, eleitos pelo povo. Foram derrotados os partidários dos «Quarenta Coligados», possivelmente o primeiro partido político local.

20 DE AGÔSTO – Circular da presidência da Província, determinando que a câmara deveria observar o artigo 61, da lei de 1 de outubro de 1828, o qual ordena que as edilidades deviam tomar assinatura dos «Diário do Conselho Penal da Província», do Diário das Câmaras Legislativas e dos periódicos que contivessem notícias de suas sessões.

21 DE AGÔSTO – Officio da presidência da Província acêrca das divisas desta Vila Nova da Constituição, com a de São João de Capivari e a freguesia de Araraquara, pedindo à câmara a nomeação de comissões competentes, para a definitiva solução do caso. Imediatas providências dos locais.

30 DE AGÔSTO – A presidência da Província, em officio, determinava que se criasse nesta vila uma companhia de cavalaria. Tal officio, os camaristas enviaram à Comissão Permanente para estudos e parecer.

– Officio da mesma procedência, aprovando planta e orçamento com referência à manufatura dos ranchos na estrada que ia para Jundiá – São Paulo. A câmara ficou de officiar ao arrematante, Salvador Rodrigues da Silva, pedindo-lhe que desse início aos trabalhos, começando pelo rancho do lugar denominado Frutal.

31 DE AGÔSTO – Primeira notícia de remoção de professor encontrada nos anais citadinos. Lourenço Antonio de Almeida foi aprovado perante o Conselho do Govêrno para o «emprego» de professor de primeiras letras da «Villa de Mogemirim», mas foi designado para a Vila da Constituição, «atendendo ao que por elle fora allegado, no seo requerimento em que pedia para ser removido para a Escolla de primeiras letras da Villa da Constm.»

15 DE SETEMBRO – Correspondência da Província, ordenando à câmara municipal que excluísse da apuração que fizesse das cédulas para vereador, da legislatura de 1833, aquelas que vieram de Araraquara, visto esta localidade ter passado à categoria de vila. A edilidade deliberou proceder à nova apuração.

6 DE OUTUBRO – A presidência da Província, por ofício à Câmara Municipal, desejava saber quais as obras públicas da localidade, a começar pela cadeia, que tivessem necessidade do concurso governamental.

8 DE OUTUBRO – Providência dos vereadores nossos no sentido de se ultimarem as divisas de município «com as novas Villas de Sam João de Capivary e Araraquara», nomeando, as comissões de rigor, de acôrdo com as determinações da presidência da Província.

– O juiz de paz da vila se dirigiu, por ofício, à câmara da terra, remetendo uma relação das pessoas que se achavam na circunstância de serem eleitores e mais a cópia das divisões de três companhias das Guardas Nacionais, a serem criadas na localidade.

10 DE OUTUBRO – Sessão da câmara, na qual se tratou da apuração dos votos dados aos novos camaristas para o ano de 1833. Foram 503 votos. As cédulas foram lacradas num saco de Holanda que foi guardado no arquivo da câmara, e logo depois foram queimadas as cédulas da legislação passada.

– Isso prova o que dissemos uma vez, quando afirmamos que os pelouros de nossa terra não seriam bolotas de cêra, mas envelopes comuns.

11 DE OUTUBRO – Os moradores da Capela de Santa Bárbara se dirigiram à câmara municipal, pedindo que a edilidade atestasse se a povoação estava ou não na circunstância de ser elevada à freguesia. A opinião dos camaristas da Vila Nova da Constituição foi favorável.

– O fiscal da freguesia de Limeira, segundo parecer da Comissão Permanente, era negligente. Entre outras coisas, deu licença para função de Bonecos a 2\$000, quando a câmara estabelecera o preço de 3\$000. Por isso, foi multado em 2\$000 pela edilidade.

12 DE OUTUBRO – A câmara desta vila levou ao conhecimento do Conselho Geral a necessidade que tinha de um fiscal que desempenha-se bem seus deveres, o que não era possível sem gratificação. Assim, pedia aprovação «para se poder dar oitenta mil réis a quem melhor desempenhe a função, visto o peso de tal emprego.»

– A câmara da então Vila Nova da Constituição se dirigiu, em ofício, à presidência da Província, remetendo-lhe a relação dos camaristas eleitos para o exercício de 1833.

13 DE OUTUBRO – A mesma corporação, em ofício, chamou a atenção do mestre Manuel Rodrigues de Sampaio, encarregado da fatura da ponte sôbre o rio Piracicaba, na embocadura da rua do Passo (?) para que não deixasse de ver, semanalmente, o andamento das obras, ao contrário do que vinha fazendo.

– Quer nos parecer se trate da antiga rua dos Pescadores, atual rua Prudente de Moraes, onde sempre houve um «passo» – espécie de capelinha, com altar, imagens e alfaias de culto religioso, existente até hoje no ângulo da mencionada rua com a praça Sete de Setembro pela qual passava a procissão da Sexta-feira Maior e ali fazia um de seus tradicionais «passos» ou parada. Na época, a denominação das ruas se fazia pela referência mais importante que a via pública pudesse ter.

– Esta é uma prova incontestada de que, na extremadura da rua Prudente de Moraes houve uma das várias pontes já feitas em nossa terra sobre o rio Piracicaba. Até há bons anos, viam-se na embocadura dessa artéria pública uns restos de pilares ou paredão, confirmando o que acima ficou dito.

15 DE OUTUBRO – Ofício da presidência da Província à edilidade local, determinando que fossem separados os votos de Araraquara dos da Vila da Constituição, na eleição de vereadores. Como se sabe, Araraquara, em julho do ano presente, desmembrou-se de Constituição, tornando-se município independente.

5 DE NOVEMBRO – Sessão extraordinária da câmara municipal, a fim de se proceder a nova apuração das cédulas para a escolha dos camaristas para 1833, excluídas aquelas de Araraquara, agora na condição de vila, desligada de Constituição.

7 DE NOVEMBRO – Reunião dos vereadores da terra, na qual foram assinados os diplomas, acompanhados dos respectivos ofícios, dos camaristas eleitos para a legislatura a ter começo no ano de 1833.

13 DE NOVEMBRO – Decreto provincial, ordenando as eleições na freguesia de Araraquara, a fim de que fôsse erigida em vila, desligando-se definitivamente da então Vila Nova da Constituição.

– A dilidade achava – comprovando isso por ofício ao governo provincial – que seu fiscal era um tanto relapso no cumprimento de seus deveres, porque ganhava pouco. Assim sendo, elevou a gratificação a oitenta mil réis anuais, pois «só assim serão exactamente cumpridas tôdas as deliberações».

24 DE NOVEMBRO – Assembléia da câmara, na qual foi lido um ofício do juiz ordinário da vila, queixando-se da falta de uma cadeia para a «correição de vadios, bebedos e delinqüentes.» A edilidade, por sua vez, oficiou ao fiscal «para mandar compor a Fechadura da Cadeia e alguma segurança que sirva enquanto não se der principio a nova.»

– Antônio José da Silva oficiou à edilidade, dizendo que, sendo eleito Juiz de Paz da Freguesia de Limeira para os annos seguintes e sen-

do também eleito para vereador da Camara desta Vila, (Constituição) – aceitava o emprego de vereador.» Inteirada.

– Em resposta a sua consulta sôbre assinaturas de jornais oficiais ou de cunho oficial, a câmara oficiou à presidência da Província dizendo que assinava o «Farol Paulistano» e outros com certa irregularidade e prometendo tomar providências a respeito, pois «se tem algum erro hé nascido da falta de inteligência e não de vontade.»

– A Guarda Nacional de Constituição, (Atas), estava pronta no seu «repartimento». Eram três companhias, sendo uma de cavalaria, «conforme a determinação do Exmo. Prez.te», e duas de infantaria.

27 DE NOVEMBRO – Ofício da presidência da Província, determinando à câmara dos nossos a formação de uma seção de cavalaria na freguesia de Araraquara, composta de trinta homens.

1.º DE DEZEMBRO – A presidência da Província, em ofício, ordenou à câmara municipal da localidade, de acôrdo com o Código do Processo, realizasse com urgência a divisão dos distritos do município.

– Nova diplomação de vereadores e juizes eleitos foi feita pela câmara municipal, agora excluidos os votos de Araraquara, que passara à condição de vila, tendo vida autônoma, independente, pois, de Constituição.

– A Junta da Fazenda da Província, por intermédio de Bento Manuel de Moraes, administrador da Ciza da Vila, enviou à câmara local a quantia de 20\$000 para ser aplicada em benefício dos presos da cadeia, havendo a edilidade tomado as providências de rigor.

10 DE DEZEMBRO – A corporação municipal se reuniu extraordinariamente para tratar da divisão dos distritos do município, consoante determinação provincial. Foi para tal nomeada uma comissão composta de António Fiuza de Almeida, José Alvares de Castro, Bento Manuel de Moraes e juizes de paz da vila para, revendo «as listas da População», «façam estudos a respeito.»

13 DE DEZEMBRO – As atas da câmara mencionam o «artigo catorze das Instruçoens do Direito de 13 de 10zbro de 1832, quando das providências para a nomeação dos «Promoectores». Ao que tudo indica, tal data é a da instituição na Província do tribunal de juri, extinguindo as ouvidorias.

16 DE DEZEMBRO – O fiscal Alexandre José Ribeiro demoliu uma cêrca existente no terreno de Frutuoso José Coelho, de acôrdo com as posturas municipais. Deu briga que foi terminar na presença do juiz de paz e em sessão extraordinária da câmara. Felizmente, tudo terminou bem.

– 1833 –

7 DE JANEIRO – Festiva sessão da edilidade para se empossar a nova mesa da câmara eleita para o exercício entrante. Infelizmente, a ata em apreço não dá o nome dos novos camaristas.

– Empossada, a nova câmara municipal deu início a seus trabalhos regulares. O vereador Oliveira falou da necessidade da fatura de uma ponte na rua da Praia, (do Pôrto), à entrada da vila, com toda a brevidade, a fim de facilitar a passagem. Assim foi deliberado.

– Ofício da presidência da Província à câmara local, determinando se torne efetiva a criação da Vila de Araraquara, desmembrada da Vila Nova da Constituição.

8 DE JANEIRO – Terminado o plano das divisas entre a Vila Nova da Constituição e Araraquara, foi mandado dito plano à câmara local a qual, por sua vez, em vereança, deliberou enviá-lo ao govêrno da Província, para definitiva aprovação.

– Bento Manuel de Barros pediu à câmara «izenção de servir na Limeira o lugar de suplente de juiz de paz», alegando enfermidade e apresentando «atestação do cirurgião-mor da Vila.» A edilidade não lhe reconheceu as razões, nem o atestado médico e o intimou a vir tomar posse.

9 DE JANEIRO – A câmara dos nossos oficiou à câmara de Pôrto Feliz pedindo providências acerca de uma ponte a ser feita sôbre o ribeirão Mombuca, a fim de facilitar o trânsito.

– Sôbre o ofício da presidência da Província, ordenando a formação de uma seção de cavalaria na freguesia de Araraquara, a edilidade resolveu informar o govêrno da Província nada lhe caber fazer no caso, visto Araraquara ter sido elevada à condição de vila, independentemente da Vila da Constituição.

10 DE JANEIRO – Pela presente ata dos trabalhos da câmara municipal, sabe-se que cada «Data de Terra», concedida pela edilidade como incremento às construções urbanas, era de «oito braças de frente e vinte de fundo, conforme as posturas desta Vila.»

11 DE JANEIRO – Os distritos da Vila da Constituição, consoante o plano da Comissão Permanente, eram os seguintes: freguesia de Limeira, 1 distrito; freguesia de Ribeirão Claro, 1 distrito; capela de Santa Bárbara, 1 distrito; bairro do Rio Abaixo, desta vila, fechado pelo Rio Grande até o Piracicaba, 1 distrito; bairro do Rio das Pedras, até o Piracicamirim, desta vila à barra do mesmo Rio Grande, até encontrar a divisa do Toledo, 1 distrito.

– A câmara resolveu alugar uma casa para servir de açougue, (matadouro), bem como ordenou ao fiscal a limpeza das bicas públicas,

«principalmente a que esta unida ao Itapeva», (na rua Morais Barros)». Hoje, está fechada essa bica, pela avenida Armando Sales, da qual a água foi dada como prejudicial à saúde pública.

– Frutuoso José Coelho apoquentava periodicamente a câmara municipal com o alinhamento de seus domínios, na celebrizada questão das terras patrimoniais. Foi êste o despacho dado a um requerimento do interessado acima, depois de certas pesquisas nos arquivos locais: «Procure pellos meios que a Lei lhe otorga».

12 DE JANEIRO – Apresentado pelo vereador Bento Manuel de Moraes, foi aprovado pela câmara o seguinte artigo, a ser adicionado às posturas municipais: «Toda e qualquer Bandeira ou Folia, que entrar neste Termo, tirando esmola, provado que seja, será multado em dez mil réis entre as pessoas compreendidas.»

– Ao que parece, trata-se da prática das bandeiras do Divino Espírito Santo, existente ainda nas primeiras décadas do século XX. Um pedinte, com uma bandeira, geralmente vermelha, com uma pombinha na ponta do mastro, solicitava esmolas e dava a pombinha a beijar aos crentes, cobrindo os doadores com a bandeira, numa espécie de bênção.

30 DE JANEIRO – À câmara, Lourenço António de Almeida apresentou seu provimento de professor de primeiras letras (primário). A «Camara ficou inteirada e que se cumpra o registro». Infelizmente a ata da edilidade foi muito falha nesse particular.

– Primeira notícia sôbre juri e jurados que se encontra nas atas da edilidade citadina, uma vez que foram extintas as antigas ouvidorias: «Propos o Sr. Presidente que se devia reunir a Câmara conforme-o titulo terceiro de eleição de jurados e Promotor do Juri, ficou adiado para a Camara consultar.»

– Das mesmas atas municipais: «Leose hum requerimento de varios moradores desta Villa requerendo a mudança do correio para Sta. Barbara e que a Câmara represente ao Exmo. Prez.e entrou em discução e saio o sr. Moraes para a norma do officio.» Ao que parece, o termo não é «mudar», mas, sim, «passar por.»

– Em atenção ao officio da presidência da Província, determinando fôsse estabelecido o preço das «agoas ardentes», a câmara dos nossos baixou o preço da «caninha» a «dez tostons à canada.»

– Sôbre o officio da presidência da Província, ordenando à câmara local tornasse efetiva a criação da vila de Araraquara, a edilidade resolveu officiar ao govêrno provincial, cientificando-o de que tomaria

tal iniciativa quando as divisas dos municípios de Constituição e Araraquara estivessem definitivamente aprovadas.

– A câmara, com informação do fiscal, estava propensa a escolher outro terreno para a localização do cemitério público, visto «ser impossível tal obra que todo o lugar hé alagadisso.» Proporia ao govêrno da Província a venda dêsse terreno e escolha de outro.

31 DE JANEIRO – Assembléia da câmara, na qual se tratou das divisas dêste município com o de São Carlos, (Campinas), ainda não positivadas por incúria da vila mencionada. A edilidade tomou providências, no sentido de apressar tais trabalhos de divisas.

– Nessa mesma vereança, ficou resolvido dividir-se as estradas públicas e particulares em sessões e nomear para cada uma dessas sessões uma pessoa competente para a função de inspetor.

– O vereador Bento Manuel de Moraes apresentou à câmara o plano (planta) para a edificação da nova cadeia, a qual comportaria dois quartos de vinte de frente por trinta de fundo, sendo um deles destinado à prisão das mulheres, as quais, (salas), «para o futuro sirvam de cozinhas», (mercado).

– «Hé verdade sabida que o Fiscal desta Villa se acha criminoso e por isso não pode o mesmo exercer as atribuições de Fiscal, por não estar no gozo de seos direitos sivilis e polítics e por isso mesmo enquanto durar o crime não é cidadão livre, portanto indico a nomeação de outro Fiscal para se enxer o espírito da lei». a) Elias de Almeida Prado.

– Achegas para a história do correio. «A torrente das enxentes levou as pontes dos Rios Atibaia, Jaguary e Piracicaba», «deixando de passar pela Limeira por causa dos ditos rios não ter canoas...» O pobre do porta-malas fazia o serviço no lombo de burros...

– Dessa forma, a mala chegava à Vila da Constituição à noite e partia pela manhã do dia seguinte. A grita era geral, pois os interessados não tinham tempo para a resposta da correspondência imediata, mormente com o Pôrto de Santos. Houve proposta para que um porta-mala particular auxiliasse o oficial, enquanto perdurasse a falta de pontes.

6 DE FEVEREIRO – Deliberação da câmara de Constituição, estabelecendo as divisas entre êste município e aquêle de Campinas, as quais se demarcavam entre as sesmarias de Maria da Graça Martins do capitão Joaquim José Teixeira Nogueira, partindo da barra do ribeirão do Quilombo. Como se vê, na época, não existiam ainda entre os dois municípios, os municípios de Santa Bárbara e o de Americana.

8 DE FEVEREIRO – À edilidade, queixava-se o procurador da câmara que o açogue, (matadouro), não tinha seus pesos competentes.

Os camaristas resolveram fossem adquiridos pesos de duas arrobas, sendo uma de pesos miudos.

– O vereador Francisco José Machado apresentou à apreciação de seus pares o plano das divisas dos municípios de Constituição e São Carlos. Foi deliberado enviar-se tal plano à apreciação da presidência da Província.

– A água na história: «Leose huma participação do Fiscal suplente desta fazendo ver que se acha a agoa da bica arruinada por cauza de Jeronimo Bueno ter feito hum tanque na cabeceira da Agoa entrou indiscução e foi deliberado que o Fiscal achando ser verdade que de as providencias.»

27 DE FEVEREIRO – Resolução do Conselho da Presidência da Província: «Julgando somente atendivel a representação da Câmara da Villa da Constituição sôbre a marcha do Correio estabelecida quanto à parte em que se funda na falta de Pontes nos Rios Piracicaba, Jaguary e Atibaia, o que embaraça a passagem de Pedestres pela Freguesia da Limeira, resolveu-se que continue elle a fazer sua digressão pela Capella de Santa Barbara, como praticava, até que haja Pontes nos ditos Rios...»

28 DE FEVEREIRO – Ofício da Presidência da Província à câmara da vila, determinando nova demarcação dos distritos do município: A câmara aceitou a demarcação dos distritos de Agua Santa e Rio das Pedras e, como houvesse dúvida ao govêrno provincial, pediu esclarecimento a respeito.

5 DE MARÇO – Antônio Venerando pediu providências à câmara municipal contra as formigas «na sua vizinhança». A edilidade determinou que o Fiscal procedesse de acôrdo com as posturas vigentes.

– Modificado o prazo das correições pela edilidade. Em lugar de «mes e mes» ficou «de tres em tres mezes». Tais correições eram feitas pelo fiscal da câmara que zelava pela limpeza das ruas, calçadas e quintais, estando essa limpeza a cargo dos moradores da localidade.

– Trecho de uma indicação apresentada à câmara: «que o fiscal declare no seu Edital que todos os proprietários serão obrigados a limpar seus testados, (frente das casas), até em meio da rua, tirando-lhe a grama, devendo ser tudo a enxada, e que os moradores do largo do Pateo, (matriz), limparão da mesma maneira até 30 palmos e o mais fica pertencendo ao Fabriqueiro, (provedor), tão somente de foice, deixando a grama.»

8 DE MARÇO – O fiscal suplente cientificou à edilidade de que os oficiais carpinteiros não desejavam avaliar as obras da nova cadeia,

(ou concorrência), «sem que a Câmara lhes pague com bens do Conselho». Foi notificado o procurador «para os assistir com dinheiro».

11 DE MARÇO – Ofício da presidência da Província à câmara municipal, determinando que a mala do correio se fizesse pela freguesia de Limeira e não pela Capela de Santa Barbara, como anteriormente. A câmara ficou inteirada e deliberou enviar cópia desse ofício ao administrador do correio (agente) «para sua inteligência».

18 DE MARÇO – A câmara municipal de São Carlos, (Campinas), aceitou as divisas propostas pela edilidade de Vila Nova da Constituição, demarcando os limites das duas vilas, as quais se estabeleciam entre as sesmarias de D. Maria da Graça Martins e a do capitão Joaquim José Teixeira Nogueira, partindo do córrego do Quilombo. A proposta tem a data de 6 de fevereiro do mesmo ano. Assim, se liquidou velha pendência.

21 DE MARÇO – O govêrno da Província, acompanhado de ofício à câmara da terra, enviou lâminas de pús vacínico. A edilidade, com ofício, as endereçou ao cirurgião-mor da vila «para fazer propagar», (aplicar).

22 DE MARÇO – Ofício da presidência da Província à câmara, determinando a posse e juramento dos juizes de paz da Vila de Araquara, recentemente desmembrada do município de Vila Nova da Constituição. A entidade local ficou de providenciar.

29 DE MARÇO – A corporação municipal atendeu a um requerimento de Lourenço António de Almeida, professor de primeiras letras, pedindo «atestação» do dia em que abriu «aula» nesta vila. Infelizmente, mais uma vez, a ata da nossa municipalidade é vaga nesse sentido. «Atestação» era documento mediante o qual o mestre receberia seus vencimentos.

– O fiscal suplente da vila observava a seus superiores municipais ser muito dispendioso o fato de «tirar formigas com jornaleros». Por isso propunha aplicar «foles para o tiramento de formigas». Esse quadrinho é interessante.

– Sessão da municipalidade, na qual foi lido um requerimento de José Ferraz Pacheco, alegando não poder tomar posse do cargo de juiz de paz suplente da freguesia de Limeira por não saber ler, nem escrever. Foi atendido.

18 DE ABRIL – Tendo o govêrno provincial dividido o município de Constituição em três distritos, julgada essa divisão «incomoda para os Povos», a câmara local ia se dirigir à presidência da Província para pedir nova divisão, ou seja, dois distritos somente.

19 DE ABRIL – Francisco José Machado, tendo sido eleito vereador e proposto para promotor, se dirigiu à câmara, opinando pelo primeiro encargo, «visto como êste emprego é incompatível com aquele.»

– O fiscal da Capela de Santa Bárbara pedia à câmara a nomeação de um secretário e a construção de cadeia para a localidade. Quanto ao primeiro, foi providenciado; quanto ao segundo «por oras esta câmara não pode dar providencia alguma porque está exaurida,»

– Escritura de compra e venda, passada por Guilherme Whitaker ao capitão Agostinho José de Carvalho, de «huma moradias de Cazas citas na rua do Porto, (Morais Barros), desta Villa», contando «treze braças de frente da Rua do Pôrto e o Santo António. Ao que parece, trata-se de uma das esquinas da rua Morais Barros com as praças José Bonifácio ou Catedral. Na venda, havia ainda outros bens.

– A câmara expressava ao fiscal da vila sôbre «a necessidade de se compor os quatro cantos da rua Boa Vista e na esquina de José de Campos», (ainda não localizada), determinando que «trate de mandar compor, tendo em vista as Posturas Municipais a êsse respeito».

– A presidência da Província remetia à edilidade cidadina quatro exemplares do recente Código de Processo, (tribunal de juri), uma vez que foram extintas as antigas ouvidorias, e pedia fôsse nomeado o corpo de jurado local que representaria esta vila nas sessões de juri que se realizariam em Itu, sede da comarca.

20 DE ABRIL – O presidente da Província, em officio, informou a edilidade local ter sido nomeado o dr. Fernando Pacheco Jordão como juiz de direito da quarta comarca, a que pertencia Constituição, com sede em Itu. Na ordem dos fatos, foi o primeiro juiz de Direito com jurisdição sôbre nossa terra, uma vez que, nesse mesmo ano, foram extintas as ouvidorias, entrando em função os juris populares.

– Em officio, a câmara municipal da terra se dirigiu à presidência da Província, pedindo fôsse a vila dividida apenas em dois distritos, ao em vez de três como o fôra. Ao que parece, data daí a divisão em «Distrito do Norte» e «Distrito do Sul», em que, por muito tempo, foi a vila dividida.

21 DE ABRIL – Officio da presidência da Província, informando a Câmara de que o juiz de direito da Quarta Comarca, a que compreendia êste município, era o bacharel Fernando Pacheco Jordão e a edilidade reconheceu o «advo. por Juiz desta Comarca.»

22 DE ABRIL – Officio da câmara municipal à presidência da Província, hipotecando seu apoio ao govêrno e protestando contra «homens perversos que intentam destruir nossa liberdade», ao mesmo tempo que

os habitantes da vila «são verdadeiros paulistas, que em tempo algum desmentirão um nome tão lisongeiro, que sempre honrou o Brasil.»

– O cemitério. A Câmara, de acordo com o reverendo pároco, escolheu um terreno apropriado para o cemitério. Descobriu, depois «que o lugar destinado prejudica a uma parte da Villa, por ser princípio de umas vertentes de servidão» e «pode a Villa crescer por êste lado.» Infelizmente, os anais não dizem onde se localizava dito terreno, que precisou de ser abandonado, embora já estivesse cercado de pau-a-pique.

25 DE ABRIL – Extintas as ouvidorias, em virtude da lei que criou o Código do Processo Criminal, foi nomeado para o cargo de juiz de direito da comarca de Itu, jurisdição a que pertencia a Vila Nova da Constituição, o dr. Fernando Pacheco Jordão. Assim nascia realmente o tribunal de juri.

26 DE ABRIL – Ofício da câmara de Pôrto Feliz à edilidade da terra, participando haver tomado providências no sentido de reparar a estrada para Itu, estabelecendo o trânsito sôbre o ribeirão Mombuca.

4 DE MAIO – Estava para ser positivado o Tribunal de Juri. A câmara diligenciava para a confecção de uma urna «para o depósito de Cédulas dos Jurados» e oficiava aos «extintos Juízes Ordinários, comunicando-lhes ter cessado seo emprego». Ao chefe dos trabalhos camarários foi adjudicado o título de «presidente.»

– Ao que parece, as próximas sessões de Tribunal de Juri, a se darem na vila da Constituição, seriam presididas por um juiz municipal. Agostinho José de Carvalho era o primeiro juiz interino local, o qual tomou posse na presente sessão da câmara.

14 DE MAIO – A câmara realizou o alistamento dos jurados nas capelas e freguesias pertencentes a êste Têrmo, tendo para isso solicitado o concurso dos juizes de paz e párocos das localidades em aprêço.

20 DE MAIO – Na presente sessão da câmara, apresentou-se aos vereadores José Alvares de Castro com uma portaria imperial, na qual fôra nomeado como coletor de Rendas da vila, sendo seu fiador António José da Silva. Foi, ao que tudo indica, o primeiro coletor, (federal), de nossa terra.

– À vista dessa portaria e da legalidade como se apresentava seu portador, a edilidade o aceitou como tal, «publicando» os editais competentes, para ciência dos interessados. Tais editais eram «afixados» à porta da igreja, pois a câmara ainda não tinha sede própria.

29 DE MAIO – Em vista da exigência governamental, a câmara tomou providências no sentido de se proceder à eleição dos vereadores

de Araraquara, a fim de que esta localidade pudesse entrar na posse de suas prerrogativas de vila independente.

– «Indicou o Senhor Oliveira que para se concluir a Guarda Nacional no termo desta Villa faltava o alistamento da Freguezia de Rio Claro e foi deliberado que se lhe officiasse a dito juiz de Paz para que com brevidade remeta o dito alistamento». (Atas)

– O govêrno provincial nomeou Domingos Soares de Barros para o cargo de juiz municipal efetivo e Agostinho José de Carvalho para seu substituto.

– O fiscal da câmara contratou com o pedreiro João Pereira a fatura de um chafariz, por 3\$600. É pena que não se saiba onde se localizou tal chafariz.

– Não seria positivamente chafariz, mas bica, regularmente edificada, a fim de facilitar os usuários, ou a população na utilização da água. Chafariz de verdade só os tivemos quando houve água encanada em Piracicaba, em diversos pontos da cidade, à semelhança das «torneiras» que, nos dias de hoje, encontramos nos pontos afastados do perímetro urbano.

7 DE JUNHO – O govêrno provincial aprovou a divisão do município local em dois distritos somente, um do norte e outro do sul, e deu providências no sentido da nomeação dos respectivos juizes de paz.

15 DE JUNHO – Officio da câmara da Vila da Campanha, recebido pela edilidade local, convidando esta corporação a associar-se a ela, no objetivo de conseguir-se outro tutor para o «jovem imperador», (D. Pedro II), que não José Bonifácio. Na sessão de 2 de setembro, os nossos edis resolveram não anuir ao convite por não ser de sua competência tal resolução.

23 DE JUNHO – Sessão da câmara, na qual foi lido um officio da câmara de Pôrto Feliz, solicitando fossem feitas as divisas desta Vila com a Freguesia de Agua Choca, pertencente àquela Vila. Foi nomeada uma comissão de três membros para resolver o assunto.

2 DE JULHO – Em officio, a presidência da Província perguntava à câmara citadina em que pé se achava a criação da Guarda Nacional, instituida em todo o território brasileiro em 1831. Na localidade o movimento ainda não era uma realidade.

15 DE JULHO – Assembléia camarística, à qual Joaquim Antônio de Camargo Rocha Garcia pediu dispensa de servir como inspetor da freguesia de Limeira, visto ser administrador do Engenho de José Manoel da Silva, onde se achavam mais de cinquenta escravos. Foi atendido.

16 DE JULHO – O promotor eleito, Luiz Antonio de Camargo, participava à câmara não poder tomar posse do «dito emprego», alegando ser administrador de dois engenhos. A edilidade quis ouvir a respeito, a opinião da presidência da Província.

– A corporação municipal recebe a lista dos vereadores da Vila de Araraquara, bem como a ata da eleição e resolveu marcar o dia 24 de agosto do ano presente para a definitiva instalação judicial e administrativa daquela localidade.

17 DE JULHO – Certa de que os reparos da matriz de Santo Antonio deviam ser atacados urgentemente, com auxílio do governo da Província ou não, a câmara concede carta de data ao major Domingos Soares de Barros, para levantar engenho de serra no rio Piracicaba, com o fim de unicamente serrar o «taboado» para a nova igreja.

18 DE JULHO – Trecho de ata: «...que esta Câmara deverá expor ao Conselho Geral o deficit em que se acha o Município deixando se de cumprir com hum dos primeiros deveres desta Câmara, exigindo no mesmo officio que o Conselho ceda algum rendimento da Nação desta Villa para a fatura da dita Cadea.» O Conselho era, mais ou menos, a câmara dos deputados de nossos dias.

19 DE JULHO – Sessão da câmara, por cuja ata se sabe que os dois distritos em que foi dividido o município da então Vila Nova da Constituição se chamavam distrito do norte e distrito do sul.

20 DE JULHO – Em sessão da câmara, foi resolvido que o juiz de paz da Cabeça do Termo tivesse sede no Distrito do Sul desta vila. Ao que parece, o Itapeva delimitava os dois distritos, sendo o sul com as Freguesias de Rio Claro e de Limeira e o norte, com as Capelas de Santa Bárbara e de Rio das Pedras.

5 DE AGÔSTO – Reunião conjunta dos camaristas e representantes legais das freguesias de Limeira e de Rio Claro e da Capela de Santa Bárbara, tendo por fim essa reunião o alistamento de jurados para os primeiros trabalhos de juri da vila. Foram eleitos noventa e três juizes de fato, assim chamados os jurados.

6 DE AGÔSTO – João Pedro Correia queixava-se à câmara municipal contra a circulação de moedas falsas de cobre que havia na então Vila Nova da Constituição. A edilidade prometeu levar em consideração a queixa.

– «Tendo os negociantes desta Villa nos representado os graves inconvenientes, que elles e o povo sofrem com a moeda falsa de diversos cunho que aparesem na circulação, e a regeição se faz de parte da mesma moeda, porisso nos recorremos a V. Exa. (presidência da Província),

para que nos decida este particular da maneira que axar conveniente.» (Correspondência).

20 DE AGÔSTO – Ao govêrno da Província, o brigadeiro Galvão se queixava de que a câmara local dera uma Data de Terra junto de seu engenho. Por officio, o govêrno da Província solicitava da câmara da terra informações sôbre o que havia a respeito.

22 DE AGÔSTO – Por officio, o govêrno Provincial solicitava dos camaristas locais a relação dos jurados desta vila. A relação compreendeu noventa e três juizes de fato.

30 DE AGÔSTO – A respeito da circulação de moedas falsas de cobre na então Vila Nova da Constituição, a presidência da Província se dirige, em officio, à câmara municipal, a qual, por edital, tornou públicos os dizeres de tal officio.

9 DE SETEMBRO – À câmara municipal, o fiscal da vila se queixava de que Marcelino José Pereira, administrador do Engenho do Brigadeiro Galvão, havia levantado dentro do rossio uma cêrca «sem proceder alinhamento na forma das Posturas.» Os camaristas ficaram de estudar o fato.

– Offício do Ministro da Justiça do Império a Elias de Almeida Prado, então vereador da nossa câmara municipal, nomeando-o «Promotor da Guarda Nacional», em formação na localidade. Ao que se vê, seria «fiscal» imperial, uma vez que à edilidade é que cabiam os trabalhos da formação dessa milícia demorada.

12 DE SETEMBRO – Carta do regente Francisco de Lima e Silva, relatando ocorrências da Côrte, a José da Costa Carvalho, depois Marquês de Monte Alegre, que abandonara a Regência Trina, de que fazia parte e se recolhera a sua propriedade agrícola em Vila Nova da Constituição.

17 DE SETEMBRO – Respondendo ao govêrno da Província sôbre a queixa do brigadeiro Galvão, de que a câmara local concedera Data de Terra junto de seu engenho, a edilidade, por sua vez, requereu da secretaria o têrmo da demarcação do róssio, provimento referente à instalação desta vila e o título das terras também da vila. De posse desses documentos é que prestaria as informações solicitadas.

10 DE OUTUBRO – O govêrno da Província desejava estabelecer certa colonia, (ao que parece de imigrantes), e solicitava terreno na Vila da Constituição para tal. Informação contrária da edilidade; não havia terreno devoluto, sendo preferível estabelecer-se a desejada colonia nos sertões do Paraná.

14 DE OUTUBRO – Reunião da câmara municipal, à qual o procurador da municipalidade participou não poder cuidar com eficiência

das dívidas devidas à edibilidade, por causa do derrame de moedas falsas de cobre que existia na vila.

– Felix Leme de Oliveira participava à câmara municipal não poder dar desempenho aos trabalhos das divisas do município de Constituição com aquêle de Agua Choca, (Pirapora), de que fôra incumbido, por falta de companheiros. A edibilidade indicou Fructuoso José Coelho e Vicente de Souza Campos para refazer a comissão.

– A questão que a municipalidade tinha com o brigadeiro Joaquim Mariano Galvão sôbre terrenos do rossio, voltou novamente à baile, com ganho de causa do último, segundo o parecer de «dois jurisconsultos de conceito.»

15 DE OUTUBRO – À câmara da então Vila Nova da Constituição queixava-se Domingos José Lopes, administrador do correio, contra o derrame de moedas falsas de cobre registrada na vila e pedia providências.

– «Indicou mais o mesmo Senhor Moraes que de hoje indiante o Fiscal não de posse aos que tirão Cartas de Data sem ser o próprio dono, e que serão obrigados a feixar de Datas em Datas, e não achando com o edifício conforme as Posturas dar parte a Câmara para julgar devoluto assim foi aprovado.» (Atas)

16 DE OUTUBRO – Estando quase concluída a ponte sôbre o rio Piracicaba, a câmara municipal deliberou a construção de uma pequena casa para a morada do cobrador de passagem, (pedágio), sendo nomeados para êsse fim dois mestres competentes.

– Desolação na vila: o edifício da matriz de Santo António havia ruído e as práticas estavam sendo realizadas em uma casa particular. O govêrno provincial não atendera aos insistentes pedidos da edibilidade local, no sentido de amparar as obras de reparo do dito templo.

– «O Senhor Oliveira requereo, que lhe sendo penoso o serviço de coadjutor conjuntamente com o de vereador por ser incompatível; portanto pelo artigo 19 de Lei desta Camara estava izento introu indisculção.» Foi atendido mais tarde.

17 DE OUTUBRO – Informação dos vereadores ao Govêrno da Província com relação à questão de terras levantada pelo brigadeiro Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda. O terreno em aprêço no coração da localidade fôra doado a Santo António quando da ereção da Vila da Constituição, do qual, antes de 1815, o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda se utilizava para seus engenhos. A Câmara é quem estava com a razão.

18 DE OUTUBRO – Offício do presidente da Província à câmara da terra, confirmando a nomeação, feita pela edibilidade local, para o

cargo de juiz municipal, (juiz de direito), na pessoa de Agostinho José de Carvalho e, para o cargo de promotor, na pessoa de Inácio da Cunha Cadeira. A instalação dos trabalhos de juri se aproximava, sendo êsses dois primeiros titulares locais no assunto.

– A Comissão Permanente da câmara municipal deu parecer contrário à elaboração de Posturas Municipais, procurando enfrentar o caso da circulação de moedas falsas de cobre existente na vila, por não ser da competência da edilidade tal assunto.

– Sendo muito penoso ao procurador da edilidade andar de freguesia em freguesia para cobrar as multas devidas à municipalidade, (e de fato o era, pelas distâncias), foi passada uma procuração a «pessoa de seu conceito», em cada localidade, a fim de receber tais multas.

19 DE OUTUBRO – Sessão da câmara, na qual se soube da proposta para construção de pequena casa, junto da ponte sôbre o rio Piracicaba, para a morada do cobrador de passagem, (pedágio), sendo que tal casa importaria em rs. 70\$000. Correram-se editais a respeito.

20 DE OUTUBRO – Ofício da presidência da Província à câmara municipal local, participando estar a freguesia de Pirapora excluída do Têrmo da Vila da Constituição. A edilidade, na sessão do 28 do mês presente, ficou inteirada do ocorrido.

28 DE OUTUBRO – Em vereança, recebeu-se a confirmação provincial de nomeação de Agostinho José Carvalho e Inácio da Cunha Cadeira para os cargos de juiz municipal, (juiz de direito), e promotor, respectivamente; Além do juramento, perante a edilidade, ambos deveriam tomar posse em São Paulo, de seus cargos, na secretaria do Govêrno.

– Uma grande canoa velha se achava enroscada entre os tranchões da ponte sôbre o rio Piracicaba, ameaçando seriamente a estabilidade da dita ponte, que era nova. A câmara, reunida, tomou urgentes medidas a respeito.

– Por proposta do vereador Moraes, a fim de que ficasse a ponte sôbre o rio Piracicaba livre da cobrança de passagem, a câmara resolveu abrir urna grande subscrição popular, ficando nomeadas diversas comissões para êsse fim.

2 DE NOVEMBRO – Ofício do presidente da Província à câmara municipal, endereçando lei e decreto, referentes ao recolhimento de moedas falsas de cobre, que infestavam a Província, num sentido geral. A medida do govêrno veio contornar um bocado a questão.

16 DE NOVEMBRO – Irritada pelo descaso do Govêrno Provincial, no caso de auxílio às obras de reparo da matriz de Santo Antônio, a edilidade local informa a êsse mesmo govêrno haver ruido o

templo, com desespêro dos locais, que se reuniram em sociedade e determinaram levantar nova igreja.

– Lembrouse p.r tanto recorrer a V. Ex.a suplicando alguma quantia para com ella se, fazer mais facilmente esta obra de primeira necessidade publica, e religiosa. A Constituição e os Representantes da Nasão tem reconhecido o dever de concorrer para o culto Divino, e estes até tem conseguido quantias para as Igrejas que necessitam».

28 DE NOVEMBRO – Offício do juiz de direito, sediado em Itu, à câmara da vila, solicitando a todos os juizes de paz que lhe remetam os Livros dos Culpados para serem rubricados. Providências da edilidade.

20 DE NOVEMBRO – Dirige-se a presidência da Província à câmara local, em officio, ordenando se respeitem as convenções relativas à demarcação de terras, entre proprietários e município, a fim de evitarem-se colisões.

7 DE DEZEMBRO – Pendência entre as câmaras municipais das Vilas de Constituição e Capivari, a respeito de divisas territoriais. Oito ou dez famílias de sitiantes desejavam que suas terras pertencessem a Capivari, cuja edilidade ignorava a existência dêsses sitiantes. Offício dos vereadores locais ao Govêrno da Província, pedindo melhor orientação sôbre o assunto.

19 DE DEZEMBRO – Offício do Inspetor Interino da Fazenda Nacional, determinando ao Coletor das Rendas Nacionais entregar à edilidade a quantia de rs. 400\$000 para a construção ou reparo da cadeia da vila. Excelente nova. A cadeia estava mesmo encalhada por falta de verba.

25 DE DEZEMBRO – Reunião das autoridades municipais, na qual se leu um requerimento de José Joaquim Correia, em que pedia à edilidade desse providências sôbre as eleições de juizes de paz na Capela Curada de Pirassununga. Foi nomeada uma comissão para êsse assunto.

– O requerimento de José Joaquim Correia ainda dependia das divisas entre Pirassununga e a freguesia de Rio Claro, o que exigiu novas providências dos camaristas. Como se sabe, na época, Pirassununga e Rio Claro pertenciam ao território da Vila Nova da Constituição.

– Segunda sessão do dia da câmara municipal, esta extraordinária, à qual compareceu o mestre Manoel Rodrigues de S. Paio, empreiteiro da ponte sôbre o rio Piracicaba, que foi dada por concluída. A edilidade nomeou José Caetano Rosa para examinar a obra e dar dela seu parecer.

– Nessa mesma sessão, foi tratado do caso das «avenças» devidas à passagem pela ponte sôbre o rio Piracicaba, pois tal ponte ia ter portão e porteiro. Como se vê, na época, o pedágio já era um fato.

– 1834 –

8 DE JANEIRO – Se não nos enganamos, instalaram-se a 9 os trabalhos do juri da Vila da Constituição. Pelo menos, lê-se isto nas tremendamente lacônicas atas da câmara municipal: «Nesta sessão, (8 do mês presente), compareceu o Promotor Publico, e com elle preparou as Cedolas dos jurados para meterce na urna no dia seguinte.»

– Parecer da Comissão Permanente sôbre o officio da presidência da Província, oferecendo 400\$000 às câmaras das cabeças do térmo para melhoramentos na cadeia ou fazê-la de novo; que se enviasse ao govêmo o ante-projeto da edificação do prédio da cadeia, sempre protelada por falta de verba, aproveitando a oferta.

– Entre outros deveres, determinados pela câmara, o cobrador da ponte sôbre o Piracicaba era obrigado: «Toda e qualquer hora que batam no portão será obrigado a abrir com prontidão; cobrará de cada cavaleiro ou animal carregado três vintens, solto, dois vintens, de pé, hum vintem, a saber só receberá moeda escolhida.»

– À câmara da vila, José Caetano Rosa, encarregado de vistoriar a ponte sôbre o rio Piracicaba, por officio, dá conta de sua missão, afirmando que «ela se acha acabada e bem construída sem que tivesse a notar coisa de mal.» É de parecer que a dita ponte seja recebida pela edilidade, o que é feito.

– Aprovada uma indicação do vereador Moraes, determinando que todos os juizes de paz do município deveriam, no exercício de suas funções, usar faixas, para serem reconhecidos como tal, de acôrdo com o decreto que assim legislava.

9 DE JANEIRO – Ao que indicam as vagas notícias, instalaram-se na presente data os trabalhos de juri da nossa vila. Pelo menos, lê-se isto nas atas da municipalidade: «Na presente sessão, recolheuse na urna cento e oito Cedolas com as solennidades que prescreve o artigo trinta e hum do Codigo do Processo», que criou o Tribunal de Juri.

– O fiscal da então Vila Nova da Constituição se queixava à câmara local contra as pessoas que andassem armadas e pedia providências. A edilidade achou que isso era atribuição do juiz, (polícia).

10 DE JANEIRO – Sessão da câmara de legisladores. Foi encarregado o vereador Francisco José Machado «a que fasse hum plano, (planta), da Cadea para ser remetido ao Exmo. Prez.e com o competente orçamento.» Com doze anos de existência, a Vila da Constituição ainda não possuía cadeia digna dêsse nome.

11 DE JANEIRO – Esperança de que saia o prédio da cadeia, agora contando com o auxílio provincial e das Rendas Nacionais. Na

presente sessão da câmara, viu-se que o plano do prédio era de dois andares, o qual foi endereçado a um mestre competente para dar seu parecer. Ao que se julga, foi o primeiro prédio assobradado de nossa terra.

– Contava que os fiscais das freguesias e capelas andavam passando licenças em nome da câmara municipal. Incisiva observação da edilidade a respeito.

– A câmara oficial, em reunião, aprovou, um parecer do vereador Francisco José Machado, no sentido de que se criasse uma comissão de dois membros para visitar e inspecionar a escola de primeiras letras, (escola primária).

– Foi nomeado para o cargo de procurador da câmara o capitão Inácio José de Siqueira. Era tamanho o derrame de moedas falsas que, no ajuste de contas com seu antecessor, teve que recusar «huma proção de cinquenta e tantos mil réis em quarentinhas e que porisso esta Câmara deliberasse o dito recebimento.»

– Parecer da Comissão Permanente: «A Comissão encarregada de rever as contas dadas pelo Procurador axa a mesma conforme, e ao mesmo tempo indica que vendo nas Contas despeza de oito contos réis mençais para huma caza que serve de açougue, (matadouro), o que hé publico que os Cortadores não occupão e mesmo porque passam-se muitas vêzes duas e trez semanas que não cortão huma vez porisso que hera melhor que cessasse esta dispeza.»

– Uma proposição: «Proponho que se ative o Fiscal a que cumpra irremissivelmente os artigos das Posturas sôbre a matança de porcos, cãens e cabras que infestam a Villa e que até havendo tantos cãens danados, pode seguir-se perigo de vida. Outrossim que fassa efetivo o artigo que proibe as Carreiras de Cavallo dentro das ruas.»

– As posturas municipais determinavam: «Cobrará o administrador da ponte de cada carro que passar sendo carregado hum mil réis, descarregado seis centos e quarenta réis, assim mais cobrará de boiada, de porcos, cabras dez réis por cabessa. Dos padeiros e portamalas nada cobrará, o mesmo aos Padres que forem a afflicção e todos os mais em serviço da nação.»

14 DE JANEIRO – O ex-procurador da câmara queria pagar ao atual procurador cinquenta e tantos mil réis em «quarentinhas», (moedas de cobre de 40 réis). O titular não as queria receber, por suspeita de que fôssem falsas. A câmara, em sessão, ordenou o pagamento, sem prejuízo para nenhuma das partes.

– Até agora não era uma realidade a Guarda Nacional de Constituição, criada no Brasil em 1831. «O mesmo Senhor, (Bento Manoel de Moraes), indicou mais que não sendo possível que o presente realizasse a organização das Guardas Nacionais que se officiasse a todos os Juizes de Paz deste Município que preenchessem com suas obrigações». (Atas).

15 DE JANEIRO – Ofício do Secretário do Conselho Geral à câmara da Vila, informando-a haver esse Conselho aprovado as contas da edilidade da então Vila Nova da Constituição.

– Carta do general Francisco de Lima e Silva, um dos componentes da Regência Trina, a José da Costa Carvalho, outro membro da mesma Regência, licenciado e passando seus dias na fazenda Monte Alegre, de sua propriedade, localizada neste município, solicitando voltasse à atividade, «...venha, quanto antes tomar seu lugar na Regencia, pois que com este sacrificio V. Ex. a faz o maior serviço á sua Patria...»

16 DE JANEIRO – A correspondência da presidência da Província ordenava à câmara da terra, se baixasse um artigo de postura que obrigasse os moradores do município prestarem anualmente algum serviço na Estrada Geral que seguia desta Vila para a sede da Província. A edilidade designou uma comissão para estudar o assunto.

6 DE FEVEREIRO – Resposta do deputado José da Costa Carvalho ao general Francisco de Lima e Silva: «Tenho presente a carta de V. Exa. em que insta para que eu quanto antes me recolha a essa côrte pelos motivos ponderosos que V. Exa. expende. Eu de boa vontade partiria hoje mesmo se a estação fosse menos rigorosa; mas com taes incommodos e com tal estação me não é possível, sem grande perigo de vida aventurar-me em tão comprida e importuna jornada. Estou persuadido de que a prudência de V. Exa. poderá, quando não por as coisas no seu devido caminho, ao menos conservar-as até Abril ou Maio, tempo em que, reunida a Assembleia Geral de quem tanto se espera e deve esperar, tudo tomará novo aspecto...»

18 DE FEVEREIRO – Ofício da presidência da Província à câmara de Constituição, recomendando aos vereadores locais a formação da Guarda Policial, ouvidos primeiramente os juizes de paz do termo. Esta milícia tinha funções repressivas na localidade e seus elementos, ao que tudo indica, eram a soldo.

– Outro ofício para o mesmo destino, vindo da presidência da Província, informando a câmara da vila da Constituição não poder concorrer com quantia alguma para as obras de reforma da matriz local.

5 DE MARÇO – Ofício da presidência da Província, enviando à câmara pus vacínico. A congregação municipal resolveu enviar dito pús à casa de Joaquim António da Silva, «para fazer os enxertos», deter-

minando ainda ao fiscal enviar as pessoas não vacinadas à mesma casa, para o dito fim.

18 DE MARÇO – A Inspetoria da Fazenda Nacional, em officio, determinava à câmara a cobrança do impôsto de 2\$000 de cada escravo da vila. A edilidade resolveu responder à inspetoria em aprêço, pedindo que se regule pela demarcação dos prédios urbanos para a cobrança do mencionado Impôsto.

– Das atas: «Propoz o Senhor Prezidente que tendo esta Câmara deliberado que alguma pessoa que se acham comprometida, em multas que não tendo dinheiro paguem em cerviço publico, porisso que a Camara marcasse o preço que devem ganhar os ditos multados.» Resolveu-se que fossem admitidos como jornaleiros, «na forma que se paga aos demais.»

– A Capela de Santa Bárbara, pelo seu juiz de paz, pedia uma casa de correição à câmara da então Vila Nova da Constituição, a qual respondeu não possuir meios para isso.

7 DE ABRIL – Reunião conjunta dos vereadores, juizes de paz e párocos para o alistamento e apuração dos jurados do município. Nessa reunião, ficou resolvido que os padres fossem excluidos da obrigação de serem jurados.

– Ainda na mesma reunião, o vigário local solicitou da edilidade a escolha do novo terreno para a localização do cemitério, visto a primitiva escolha ter sido dada como sem efeito. A câmara nomeou uma comissão para tal mister.

11 DE ABRIL – Offício da presidência da Província aos Vereadores da terra, aprovando o plano, (planta), da nova cadeira da então Vila Nova da Constituição.

17 DE ABRIL – A câmara dos representantes do povo recebeu officio da presidência da Província, falando sôbre o abuso de certos escriptães dos juizes de paz tomarem as apelações sem despacho dos respectivos juizes.

17 DE ABRIL – Correspondência da câmara de Itu à câmara local, cobrando a conta de 7\$980, proveniente de despesa feita com o preso Fortunato, escravo, que foi remetido para aquêlê Têrmo, pelo juiz municipal.

5 DE MAIO – De posse da aprovação da presidência da Província, a câmara resolveu por em concorrência pública a construção do prédio da nova cadeira local, por meio de editais, que seriam afixados não só na Vila como também nas freguesias vizinhas.

6 DE MAIO – Offício da presidência da Província, em que «manda fornecer a esta câmara com a quantia de cinquenta mil réis para

sustentação, dos presos pobres», e «quando não chegue esta quantia que seja inteirada com dinheiro do Conselho».

7 DE MAIO – A municipalidade ia realizar o pagamento de uma prestação da ponte, na importância de rs. 100\$000, sendo uma parte em moedas de cobre. Recusa do mestre das obras, devido ao derrame de moedas falsas de cobre, que, ao que parece, tomava tôda a Província. O pagamento foi realizado com dinheiro não duvidoso.

– Sessão da câmara, na qual foi deliberado mandar-se para São Paulo todo o dinheiro em moeda existente em caixa, notadamente moedas de cobre, para ser trocado com cédulas. Efeito da profusão de moedas de cobre falsas existentes pelo território da vila.

8 DE MAIO – «A Comissão encarregada da escolha do lugar para a mudança do Cemiterio acha que deve ser no terceiro quarteirão, contando do fim da rua do Pôrto, (Morais Barros), e saída, para Itu. E lembra a urgencia da mudança por evitar a continuação do sepultar-se os corpos dentro da Villa.» Parecer da Comissão Permanente.

9 DE MAIO – Por proposta do vereador Moraes, a câmara aprovou uma Indicação no sentido de que os vigários das freguesias, quando pedissem atestação de seu interêsse, viesse já o pedido com a informação, ou atestado, do fiscal de sua freguesia.

– A câmara local estava propensa a processar Odorico Ferreira, da freguesia de Limeira, caso recusasse a um segundo convite para assumir o cargo de inspetor, conforme preceituavam as instruções recebidas do govêrno da Província.

10 DE MAIO – Sessão da câmara municipal, na qual foi resolvido que o novo cemitério teria vinte e cinco braças em quadra e que fosse cercado de «taipa com dois Taipar». O fiscal da vila ficou encarregado da venda dos garantans do cemitério cujo terreno não serviu.

1.º DE JUNHO – De acôrdo com as instruções do govêrno da Província, a câmara deliberou gastar a quantia diária de cento e vinte réis, para a alimentação de cada prêso pobre da cadeia pública.

– Pela segunda vez, com ameaça de ser «processado como desobediente», a corporação municipal convidou Frutuoso José Coelho a tomar posse do cargo de juiz de paz da Capela de Santa Bárbara, para o qual fôra eleito.

8 DE JUNHO – Mais uma vez, a Capela de Santa Bárbara, por intermédio de seu juiz de paz, pedia à câmara da então Vila Nova da Constituição uma «Caza de Correição em a dita Capella para a segurança dos Facinorosos.»

25 DE JUNHO – Lei provincial, atribuindo às câmaras municipais a formação da Guarda Policial do Município. Pelo que se deprende das atas da câmara cidadina, bastante falhas, os indivíduos, que tivessem posse, eram incorporados, como oficiais, à Guarda Nacional, e «os deserdados», como soldados rasos, à Guarda Policial do Município.

1.º DE JULHO – A municipalidade deliberou, em sessão, que os condutores de madeira para a igreja, quando passassem além-rio ou vice-versa, ficassem isentos do pagamento da passagem pela ponte, (pedágio).

7 DE JULHO – Por proposta de seu presidente, a câmara municipal deliberou, por artigo de postura, obrigar os negociantes pagarem «quarenta réis por cada medida de todos os gêneros de bebida que entrar nesta Vila de mar em fora».

– A fim de evitar o pagamento de 6%, devido ao procurador da câmara, a edilidade, em sessão, deliberou que o secretário recebesse a soma de rs. 50\$000 que o govêrno provincial destinara aos presos pobres da cadeia pública.

8 DE JULHO – Havia, por incorrerem nas posturas municipais, grande número de pessoas multadas, as quais poderiam pagar tais multas em serviço, se não tivessem dinheiro. Mas, mesmo assim, os relapsos continuavam desaparecidos e a câmara, em vereança, ordenou ao procurador requeresse ao Juiz de paz, para que êste fizesse cumprir à fôrça as posturas municipais.

– As obras da construção da cadeia estavam em concorrência, mas não apareceu «arrematante», em vista do baixo preço estipulado pelo govêrno provincial. Dêsse modo, a câmara, em reunião, resolveu solicitar das autoridades governamentais nova «avaloação.»

– Queixava-se o fiscal da Capela de Santa Bárbara à câmara que os negociantes dessa povoação, em dias de correição, eram férteis em desculpas: «que já tirou a licença, que a licença está no sítio, que o patrão foi aqui, foi ali, etc.» A edilidade dava ordens severas para coibir o abuso. Hoje se diria «sonegação de impostos.»

10 DE JULHO – O vereador Elias de Almeida Prado, em sessão da municipalidade, acusava rijamente o Juiz de órfãos local pela incúria marcante com que zelava por aquilo que era de sua obrigação. Citou muitos fatos de órfãos que sofriam pela delonga dos inventários e desleixos do juiz. E pedia providências. A edilidade tomou as medidas que estavam a seu alcance.

– Forte acusação do mesmo edil contra o fiscal da câmara, negligente em suas obrigações, mormente no que se referia à conservação

das estradas de Corumbataí, Pau Queimado, Morro Azul e outras, propondo-lhe uma multa de 30\$000. A edilidade só lhe aplicou a multa de 10\$000.

11 DE JULHO – A edilidade aprovou três artigos de postura, que foram submetidos à apreciação da presidência da Província, os quais, de iniciativa oficial, obrigava «os habitantes dêste Municipio prestarem anualmente algum cerviço na Estrada Geral que segue desta para a Capital.»

12 DE JULHO – A procuradoria da municipalidade andava abarbadada com tanto dinheiro adulterado que aparecia à bôca do cofre. Talvez por êsse motivo, pediu demissão do cargo de procurador o capitão Inácio José de Siqueira, nomeado em janeiro do presente ano.

– Estava vago, por conseguinte, o cargo de procurador da câmara. Convidado, José Balduino Lopes disse que aceitaria o «emprego» se lhe aumentassem a renda, visto o grande trabalho que o posto acarretava. A edilidade reconheceu essas razões, (ninguém parava no cargo), e aumentou de 6% a 10% a porcentagem sôbre os recebimentos.

31 DE JULHO – Em officio, a presidência da Província determinava à câmara dêstes pagos que fôsse suspensa a segunda Companhia de Infantaria, passando para a primeira os cidadãos Guardas Nacionais que a compunham.

12 DE AGÔSTO – Lei provincial, convocando a Assembléia Legislativa Provincial, (Câmara dos Deputados), e designando o dia 2 de fevereiro de 1835 para sua instalação. Até então as províncias e suas câmaras eram subordinadas a um Conselho do Govêrno e Conselho Geral da Província. As eleições respectivas foram marcadas para 9 de novembro de 1834.

5 DE SETEMBRO – Officio do vice-presidente da Província à Câmara Municipal, designando o dia 26 de outubro do presente ano para as primeiras eleições relativas à escolha dos deputados à Assembléia Legislativa Provincial. Houve engano, porém, do govêrno e novo officio designou o dia 9 de novembro para tais eleições.

9 DE SETEMBRO – No testamento do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, há esta declaração de propriedade: «...tenho mais na dita província, (São Paulo), districto de Piracicaba, uma parte num engenho de açúcar, com suas terras e benfeitorias, do qual meu irmão Martim Francisco Ribeiro de Andrada é director e administrador».

– Interessante é aquêle «Piracicaba», quando a vila se chamava Constituição. «O antigo e popular nome de Piracicaba», no dizer de Prudente de Moraes, continuava sempre vivo e ressurgia, mal lhe dessem oportunidade.

– Ofício da vice-presidência da Província à câmara municipal, enviando a Carta de Lei das reformas da Constituição. Essa Carta, entre outras inovações, determinava a instalação da primeira Assembléia Legislativa Provincial, (Câmara dos Deputados), em substituição ao Conselho do Governo e Conselho Geral da Província, a que tôda a Província estava sujeita.

11 DE SETEMBRO – Por ofício, o govêrno provincial determinava à corporação municipal fôsse feita nova avaliação das obras da cadeia, visto que, na primeira, não aparecera arrematante.

18 DE SETEMBRO – Novo ofício do govêrno da Província dirigido à câmara do município, anulando aquêle do dia 5 do mesmo mês e designando o dia 9 de novembro para a reunião do Colégio Eleitoral, ou seja, para a eleição dos primeiros deputados à Câmara Legislativa, a primeira que se instalou na Província.

29 DE SETEMBRO – Sessão extraordinária da municipalidade, a qual tomou conhecimento do ofício da vice-presidência da Província, enviando a Carta de Lei das reformas da Constituição e determinando o dia 9 de novembro do ano corrente para a reunião do Colégio Eleitoral, (eleições) quando seriam escolhidos os primeiros deputados provinciais paulistas à Assembléia Legislativa Provincial, a ser instalada a 2 de fevereiro de 1835.

– Nessa reunião, «foi deliberado que se convocasse o povo para no dia doze de outubro em sessão pública se ler a dita Carta de Lei, e, que fossem avizados os Eleitores para a Eleição de Deputados, e tão bem o Juiz de Paz da Cabessa do Termo visto que o mesmo tem de presidir a primeira Meza das Eleições.»

– O pedágio. Os camaristas reunidos aprovaram a indicação de António Benedito «para cobrador da ponte pello mesmo que outra ganhava e isto por ter fallecido o cobrador que esgistia.» Era isso: quem passasse pela ponte sôbre o Piracicaba, pagaria um tanto.

8 DE OUTUBRO – Em sessão da câmara, foi lido um requerimento de vários moradores da vila, pedindo que os camaristas beneficiassem «hum olho de agua que se acha alem do Itapeva». Talvez se tratasse daquele ôlho de água existente no canto da rua Moraes Barros, desaparecido com o calçamento, ou do chamado «Olho de Nha-Rita».

– Ofício do juiz de paz da cabeça do Têrmo, pedindo providências à edilidade, a fim de se ultimar a organização das Guardas Nacionais. Para isso era preciso que se marcassem as paradas das Companhias ou Batalhões. A corporação da terra tomou as providências de rigor,

determinando que dita parada, compreendendo vila, freguesias e capelas, fosse nesta localidade.

– À câmara, participava o fiscal que, tendo decorrido os dias estipulados em edital, não aparecera «lançador» para as obras do fecho do novo cemitério. A edilidade resolveu se procedesse à nova avaliação, mais alta.

– «A Comissão nomeada para informar sôbre o requerimento de vários moradores desta Villa, pedindo beneficiar o agoa de uma fonte que rebenta perto do Itapeva, acha que essa agua não é digna de beneficio algum, porque ela aparece em huma pocinha que nem chega para correr». Assim também resolveu o resto dos camaristas.

10 DE OUTUBRO – O terreno destinado ao cemitério estava «em matos». Em vereança, houve proposta de se pedir ao vigário benzer o quarteirão limpo «que fica defronte o João António» para os enterramentos. Venceu á proposta de se limpar o terreno escolhido para se dar sepultura aos corpos, com a bênção do vigário.

12 DE OUTUBRO – Sessão extraordinária e pública da câmara municipal, a qual deu conhecimento aos presentes, «autoridades e cidadãos», da Carta de Lei das reformas da Constituição; segundo que ficavam extintos o Conselho do Govêrno e o Conselho Geral da Província e criada a Assembléia Legislativa Provincial, (Câmara dos Deputados), a primeira com que São Paulo contaria, com instalação marcada para 2 de fevereiro de 1935.

1.º DE NOVEMBRO – Reunião extraordinária da edilidade que, entre outros casos, deliberou «que se incumbe ao Procurador que forneça com o precizo para as Eleiçoens e que se officie ao Reverendo Vigário para fazer a oração e ao Juiz de Paz do Sul pedindo sua Caza para a reunião e o Juiz de Paz do Distrito do Colégio declarando lhe o dia para ir prezidir ao primeiro acto das Eleiçoens».

– Essas eleições, marcadas para 9 dêsse mês, eram para a escolha dos deputados de que se comporia a primeira Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, uma vez que fôra reformada a Constituição.

9 DE NOVEMBRO – Eleições realizadas na então Vila Nova da Constituição e suas freguesias, para a escôlha dos deputados à primeira Assembléia Legislativa Provincial, de São Paulo. Tais eleições se efetuaram, igualmente, em tôda a Província.

– Infelizmente as laconíssimas atas da câmara municipal nada dizem a respeito dessas eleições, ou seja, com relação ao comparecimento de eleitores, votos dados, candidatos mais votados, etc. Apenas podemos dizer com segurança que na primeira Assembléia Legislativa da Província não teve assento nenhum cavalheiro conterrâneo nosso ou ligado à cidade.

– José da Rocha Camargo requereu à Câmara fôsse mudada a estrada para Limeira, visto os estragos que o trânsito usado causava às suas culturas, oferecendo à apreciação dos camaristas um traçado mais curto e prático. A edilidade, nomeando comissão de pessoas entendidas, se dispôs a estudar o assunto.

– Os camaristas resolveram atender ao pedido de demissão do cargo de fiscal de Limeira a Inácio de Loyola Cintra, não pelas razões por êle apresentadas, que eram frívolas, mas «para não se estar constringendo a hum indivíduo que não tem gosto a prestar serviço à Nação, que por isso mesmo não pode ser eizato no cumprimento de seus deveres».

– O fiscal da câmara estava abarbadado com a matança sem chumbo de cães e cabras existentes pelas ruas da Vila Nova da Constituição, pois os pedestres dificultavam o trabalho em proveito dos pobres bichos. Enérgicas providências dos camaristas contra os faltosos.

16 DE NOVEMBRO – Sessão extraordinária da Nossa edilidade, por cuja ata se sabe que o eleitor do Rio Claro, José Joaquim de Andrade foi multado em trinta mil réis, (avultadíssima para a época) por haver faltado às eleições do dia 9 do mês presente, quando se escolhiam os primeiros deputados para a Assembléia Legislativa da Província. Como se vê, a lei era inflexível nesses belos tempos.

– Por essa mesma ata, sabe-se também que o reverendo vigário não quis fazer gratuitamente a oração para tais eleições e foi preciso lhe pagar a soma de 12\$800. Essa oração consubstanciava uma prece pelo ato e explicação aos eleitores, quanto à moda de votar, finalidade do ato, disciplina etc. É o que se presume, além da missa solene.

1 DE DEZEMBRO – Na Vila da Constituição, falece a senhora Maria Inocência do Ceu, eximia organista, «a única pessoa que exercia a música na villa». Durante doze anos, serviu a igreja local como organista de belos pendores. Natural de Santa Rita, Minas Gerais. Casara-se com Manoel José Gomes, de quem se separara dois meses depois do matrimônio. É o primeiro caso de desquite de nossa terra, homologado pelo vigário Manoel Joaquim do Amaral Gorgel.

8 DE DEZEMBRO – Apuração dos votos registrados nas eleições de 9 de novembro do ano presente, quando foi aberta a primeira Assembléia Legislativa Provincial. Infelizmente não há documento local que esclareça de que forma foi feita tal apuração, quantos votos apurados, candidatos mais votados, local dos trabalhos etc.

16 DE DEZEMBRO – António Fiuza de Almeida, presidente da câmara, pediu demissão de seu cargo, visto mudar-se da localidade, tendo já vendido suas casas. Com isto a câmara ficou sem sala para reunir-

se gratuitamente. Os camaristas ficaram de procurar na vila outra sala que servisse e que de graça fôsse.

24 DE DEZEMBRO – Mais ou menos por esta época, criava-se a Guarda Nacional. Esta distribuía patentes e postos às pessoas gradadas da vila, com certas obrigações militares. A Guarda Policial se incumbia do policiamento da localidade, tudo levando a crer que seus subordinados fôsem a soldo.

27 DE DEZEMBRO – Ofício da presidência da Província à câmara de Constituição, enviando leis e instruções para se criar na vila a milícia das Guardas Policiais. Êsse ofício, na sessão de 8 de janeiro de 1835, foi à Comissão competente para estudo. Foi o segundo ofício do govêrno nesse sentido.

– 1835 –

8 DE JANEIRO – Ficando sem sala para suas reuniões e procurando uma que lhes conviesse, os camaristas a encontraram na casa de Antônio Ribeiro, a qual foi alugada, com mobília, por 1\$600 por mês.

9 DE JANEIRO – José Joaquim Correia, encarregado das «Pessoas de Perasununga», termo desta vila, oficiou à câmara local, pedindo providências da edilidade a respeito da criação do juiz de paz naquela povoação.

– Na presente sessão, a edilidade da ex e futura Piracicaba toma as primeiras providências no sentido de ser criada na vila a Guarda Policial, as quais providências se resumiam em «que se envie cópias do Decreto e Instruções a todos os Juizes de Paz para cumprirem».

10 DE JANEIRO – A câmara, em vereança, atendendo ao ofício de José Joaquim Correia, que pedia a criação de juiz de paz na povoação de «Perasununga», termo desta vila, determinou ao juiz de paz do Rio Claro marcar, por edital, o dia das eleições, escolhendo, assim, os quatro cidadãos mais votados para o cargo.

13 DE JANEIRO – Tendo surgido em São Paulo o jornal «Paulista Oficial», que prometia publicar todos os atos do govêrno, jurados, câmara e da nova assembléia, a edilidade local resolveu deixar o «Farol Paulistano», de que era assinante, para tomar assinatura da nova fôlha, «por ser mais interessante e instruir melhor a Camara».

– Ofício do professor da vila à edilidade, (a ata respectiva não lhe dá o nome), «em que participa estar enfermo por moléstia que porisso não pode dar aula.» A câmara ficou ciente e esperou pelo restabelecimento do mestre-escola. Ao que parece, trata-se da primeira «licença» de professor havida então na Vila Nova da Constituição.

– O fiscal da câmara ficara encarregado, há mais de um ano, de mandar colocar um cadeado no portão da ponte sôbre o Piracicaba, sem que o fizesse. Em vereança, a câmara mandou colocar, «sem perda de tempo, o dito cadeado».

1.º DE FEVEREIRO – Ofício da presidência da Província, remetendo à câmara da terra a «fala», (discurso), que proferiu no ato de assinatura do decreto que instituiu a Assembléia Provincial.

2 DE FEVEREIRO – Instalação da primeira Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, que substituiu o antigo Conselho Geral da Província.

15 DE FEVEREIRO – A então Vila Nova da Constituição – achava-se sem pároco, pois o titular, por enfermo, se encontrava em Itu. A câmara resolveu pedir providências ao presidente da Província, oficiando, igualmente, ao vigário molesto.

– O fiscal informou seus chefes que êle, de fato, colocara o cadeado no portão da ponte sôbre o Piracicaba, conforme o deliberado pela edilidade. Mas que tal cadeado durou uma noite apenas «porque quebraram tudo». Enérgicas providências: «huma ferragem bem forte» e «corpo de delito» aos faltosos.

1º DE MARÇO – Sessão da câmara, na qual foi lido um ofício do juiz municipal, pedindo demissão do seu «emprego». Deliberou a edilidade que o peticionário deveria se dirigir ao presidente da Província, visto a nomeação ter partido do govêrno provincial.

– O juiz de paz da Limeira pedia à câmara municipal fossem reservadas as multas que se registrassem nessa freguesia para a construção de urna casa de correição na localidade. Recusa dos mandatários da vila, pois a própria Cabeça de Têrmo não possuía a sua cadeia e muito precisava disso.

– A câmara estava abarbada: ninguém queria aceitar o «emprego» de juiz municipal interino e na vila não havia mais a quem convidar. Então se recorreu aos vereadores e Bento Manuel de Moraes aceitou a incumbência, conquanto deixasse a obrigação de assistir às reuniões da corporação. Assim foi feito.

22 DE MARÇO – Reunida, a corporação municipal toma providências a respeito das eleições do dia 7 de abril, quando a Nação elegeu o padre Diogo Feijó para o cargo de regente único do Império. Embora previamente escolhido para o cargo, o candidato foi derrotado em diversas cidades paulistas, entre as quais se contou Constituição.

7 DE ABRIL – O padre Diogo Feijó é eleito pela Nação, por quatro anos, regente único do Império. Entretanto, foi êle derrotado

na Capital, em Santos, (domínio dos Andradas), Iguape, São Sebastião, Mogi-Mirim, Jacarei e Constituição.

– Essa eleição, em nossa terra, foi realizada na casa de Inácio Ferreira de Camargo e presidida pelo juiz de paz do distrito do norte. O pároco local rezou missa solene de praxe, cobrando 12\$800 e proferiu o discurso de rigor. Diogo Feijó obteve 5 votos; Costa Cárvalho, 19; e Cavalcante de Albuquerque, 7.

11 DE ABRIL – Lei provincial n. 18, criando o cargo de Prefeito junto às Câmaras Municipais – que seria uma espécie de representante do governo ao lado das edilidades. Em nossa terra teve também funções executivas, tendo desaparecido tal cargo em 1838.

13 DE ABRIL – Sessão da câmara, por cuja ata se sabe que o vigário local cobrou a quantia de 12\$800 para «a oração para o dia da nomeação do Regente», a 7 de abril, quando a Vila Nova da Constituição constatou a escolha do padre Diogo Antonio Feijó para Regente do Império.

29 DE ABRIL – José Joaquim Correia, tendo sido nomeado para o cargo de juiz municipal, com data para a posse, oficiou à câmara local, alegando não poder comparecer «por estar com huns escravos doentes.» Foi lhe concedida nova data para a posse.

– O vigário local apresentou à congregação dos vereadores «huma atestação do médico que o curou e que porém não pode aceder às confissões fora e que esta Câmara represente ao Exmo. Presidente pedindo Coadjutor para esta Villa». Assim foi deliberado.

– Os camaristas negaram aprovação a um requerimento de José da Cunha Raposo, que pedia «os fundos dos moradores da rua da Praia, (do Pôrto), que terá oitenta braças em huma data».

– À câmara em sessão, o vigário local pedia urgentes providências quanto ao novo cemitério, que lhe fôsse feito muro e portão para ser benzido, porque os corpos que estavam sendo enterrados junto à igreja prejudicavam as reformas que nela se processavam.

30 DE ABRIL – A câmara indeferiu um requerimento de Manuel Dias, propondo-se a «arrematar» as obras da cadeia nova, mas apresentando outro plano, (planta), com cortes e mais caro, visto o primitivo plano ter sido aprovado pelo governo provincial.

– Registra-se, consoante a ata dos trabalhos da câmara, a primeira multa de jurado faltoso. Foi o caso de Vicente de Campos, que não queria pagar a multa a que foi condenado. A edilidade mandou que o faltoso procurasse, para a questão, a autoridade competente.

– O pitoresco das atas da municipalidade: «Sôbre as moedas de vinte réis que o Procurador diz que não querem aceitar sendo legal, que

se advirta ao Fiscal que tendo de ajustar ou mandar fazer qualquer obra que faça ver que tão bem há de receber alguma de vinte réis».

2 DE MAIO – Sessão da câmara, na qual «leose hum officio do juiz de Paz do Distrito do Sul desta em que pede a Câmara mandar pagar a quantia de 4\$000 a José Telles, de dois Cadeados e Algemas que comprou para a remessa de hum Recoluta vindo da Villa de Araraquara». Aprovado.

– À sessão da câmara, compareceu o promotor público «e com ele se recolheu cento e cinco cedolâs na Urna de Juizes de fato que tendem de cervir neste corrente anno».

– Nos trabalhos camarísticos, foi chamada a atenção do fiscal da terra para quando fizesse sua correição «tenha todo cuidado, afim de não multar huns e outros não».

4 DE MAIO – Offício do presidente da Província à câmara da então Vila Nova da Constituição, pedindo informasse se na localidade havia conventos ou confrarias.

5 DE MAIO – Outro officio da mesma procedência e para o mesmo destino, informando a edilidade de que fôra nomeado para o cargo de prefeito da Vila Nova da Constituição a Francisco José Machado. Foi o primeiro prefeito municipal do nosso torrão natal.

19 DE MAIO – Novamente, em officio, a presidência da Província insiste junto à câmara dos vereadores, no sentido da formação definitiva da Guarda Nacional, criada no Brasil em 1831. O govêrno da Província queria saber em que estado se achava tal organização, ainda sem existência definitiva.

26 DE MAIO – Havendo dúvidas no alinhamento «em humas datas de terras» no Areão, o fiscal da vila pediu comissão para resolver o caso. Foi atendido.

– A corporação dos vereadores recebeu officio da presidência da Província informando-a de que fôra nomeado Prefeito para esta vila a Francisco José Machado. Mas como com o officio não veio a lei competente, a edilidade deixou em gaveta o caso, até que pudesse solucioná-lo legalmente.

11 DE JUNHO – A Vila estava sem vigário pois o pároco Manoel Joaquim do Amaral Gurgel estava doentíssimo e o coadjutor José Maria de Oliveira tomara conta de outra paróquia. Os camaristas conterrâneos recorreram às autoridades eclesiásticas, no sentido de verem sanada a lacuna.

– Talvez a última cárta escrita pelo padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, nome de destaque na história de Piracicaba, mormente

no início do século presente. Muito a contra gosto, escrevia à Câmara Municipal se desculpando de suas moléstias e alvitando como a vila poderia conseguir outro vigário.

30 DE JUNHO – A cadeia: «Leose hum officio do Inspector da Junta, datado a trinta do mês passado em que participa se acha na boca do cofre de San Paulo a quantia de cesenta mil reis para esta Câmara mandar receber para a nova Cadea inteirada». (Ata de 7 de julho de 1835).

6 DE JULHO – Sessão da câmara, na qual, devidamente legalizado, tomou posse do «emprego» de prefeito, prestando juramento, Francisco José Machado. Foi, assim, o primeiro prefeito municipal que tivemos.

– Têrmo de posse do primeiro prefeito municipal de nossa terra: «Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e trinta e cinco aos seis dias do mez de julho do dito anno nesta Villa da Constituição e Caza da Câmara em acto que ella se achava reunida e estando presente Francisco José Machado a elle lhe derão posse e juramento de Prefeito pelas palavras da Lei que para constar mandou a Câmara faser êste termo em que assigna com o dito Prefeito, eu Francisco Florencio do Amaral secretario que assignei»

– O primeiro prefeito municipal de nosso torrão, Francisco José Machado, se dirige, por officio, ao presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, agradecendo-lhe a nomeação com que foi honrado, «e q. tenho tomado pose e vou entrar no exercício das atribuições q. são a tal cargo conferidas».

– «...toda via não é absolutamente possível q. eu sirva senão p.r muí poucos mezes; as razoens q. então apresentarei ou a V. Ex.a, ou a quem de direito for me relevarão de um pezo q. não p.a meus ombros nunca, morm.te em taes circumstancias».

7 DE JULHO – A câmara exigiu do «arrematente» das obras da nova cadeia viesse «testar sôbre os matos de onde hade tirar as madeiras» para a construção.

– Por proposta do camarista Bento Manuel de Moraes, a câmara tomou a deliberação de, por meio de editais, tornar pública, não só na vila, como nas freguesias e capelas do Têrmo, a posse de Francisco José Machado, no cargo de prefeito.

8 DE JULHO – Sessão da câmara, na qual foi lido um officio do juiz de paz do Rio Claro, acompanhado da ata da eleição a que procedeu em Pirassununga, (que desejava passar à freguesia), para a escolha de dois Juizes de paz, justamente com um maço de cédulas, «contando o mesmo de cinquenta e quatro».

8 DE JULHO – Indicação do camarista Elias de Almeida Prado, «estando o Revmo. Vigário em circunstâncias de não poder no todo administrar sacramentos por causa de molestia achando-se portanto esta Vila na última precisão de Paroco, por isso que representando nós ao Prefeito êste representou ao Exmo. Presidente para que, amandando outro Paroco, fique suprida esta falta»

9 DE JULHO – O govêrno da Província queria saber da organização, com brevidade, das Guardas Nacionais. Em sessão, a edilidade respondeu ao govêrno que se até o presente nada fêz a respeito, isto se deveria à indolência dos juizes de paz, na demora das informações precisas, pedindo mesmo licença para entrar em processo com êles.

– Entre os multados por não se sujeitarem aos trabalhos de conservação da estrada do Corumbataí, figurava o «rebelde» João Vaz, cujo destino os fiscais não conseguiram descobrir. A câmara envidava esforços nessa descoberta, julgando tratar-se de nome suposto.

– O fiscal informava aos camaristas que, sendo chamado para dar posse a duas Datas de Terra no Bairro Alto, não o fêz por notar que o lugar se achava ocupado por proprietário antigo.

– Já estava roçado e limpo, consoante informação do fiscal, o terreno destinado a receber os sepultamentos. A câmara municipal ficou inteirada do fato.

10 DE JULHO – Por proposta do camarista Elias de Almeida Prado, a corporação municipal deliberou officiar ao govêrno da Província, cientificando-o haver criado mais um distrito de paz, ou seja, a Capela Curada de Pirassununga.

– «A Comissão Permanente encumbida de examinar a dúvida em que se achava o Fiscal sôbre um terreno pedido por Daniel José de Oliveira, na paragem Areão, adiante do Bairro Alto, informa que foi com o mesmo Fiscal ao local indicado e lá deciparam a duvida, independentemente da deliberação da Camara, por não haver mesmo materia para isso».

– O procurador informava a seus pares não possuir nem balança, nem pesos, e os empresta, quando das aferições. A edilidade determinou que Manuel Coelho entregasse aquêles que tem em seu poder, pois, «não havendo açougue, (matadouro), a Câmara não tem obrigação de dar pesos e balanças, principalmente agora que hé quase sempre dois e três que matam em diversos lugares».

– Dúvidas de divisas existentes entre o município e o sítio de Marcelino José Pereira, determinando a câmara fôsse feito mais uma vez o traçado, situando as terras de Monte Alegre e Capela de Santa Bárbara.

– Perante os camaristas locais, tomaram posse, com o indispensável juramento, do cargo de juízes de paz da Capela Curada do Senhor Bom Jesus de Pirassununga, para os quais foram eleitos, João de Deus Bernardes Xavier e Francisco Martins da Silva. Assim começou Pirassununga sua vida política e administrativa.

11 DE JULHO – Reunião da congregação municipal, na qual o vereador Bento Manoel de Moraes participou a seus pares o falecimento repentino de Lourenço António de Almeida, professor de primeiras letras, solicitando fôsse o fato levado ao conhecimento do governo provincial. Foi o primeiro falecimento no cenário educacional da futura Noiva da Colina.

– A edilidade participa à presidência da Província o falecimento do aludido professor, como também fala da moléstia prolongada do vigário Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, «thé faltando Missa Dominical e m.mo q.do elle está melhor, só adminystra dentro desta Va e não há outro Sacerdote».

17 DE JULHO – Por officio, mais uma vez, a presidência da Província forçava a câmara da então Vila Nova da Constituição a dar notícias do estado em que se achava a organização local das Guardas Nacionais.

28 DE JULHO – O governo da Província, por officio, aprovou a criação do Distrito de Paz da Capela Curada de Pirassununga, sujeito à então Vila Nova da Constituição.

2 DE AGÔSTO – Os camaristas deram ordem ao «arrematante» das obras da cadeia para tirar a madeira de que precisasse «nos matos do Exmo. Doutor José da Costa Carvalho, que hé no Pau Queimado, e adiante do Piracicamirim no caminho novo».

7 DE AGÔSTO – O governo da Província, por correspondência, pedia à municipalidade uma relação dos distritos, freguesias, capelas, pontes, canais ou rios, subordinados ao município da Vila Nova da Constituição.

18 DE AGÔSTO – Officio do governo da Província aos donatários desta vila, recomendando-lhes a assinatura do novo jornal «Paulista Oficial».

30 DE AGÔSTO – Em vereança, foi lido um officio do bispo da diocese, em que participa à câmara local ter mandado provisão de vigário encomendado ao padre João Alvares da Siqueira para a paróquia de Constituição.

– A edilidade participou o prefeito haver nomeado Inácio Pereira Bueno para o cargo de fiscal do distrito de Pirassununga. Por aí se vê

que a vida administrativa da Vila Nova da Constituição se processava por intermédio de dois órgãos: a câmara e o prefeito.

17 DE OUTUBRO – Ofício da presidência da Província à câmara, participando que a Assembléia Legislativa Provincial havia de designado a quantia de trinta mil réis para a condução e sustento dos presos pobres desta Vila.

22 DE OUTUBRO – O órgão camareiro resolveu officiar ao bispo da diocese sôbre a falta de pároco na vila, até o presente, não obstante as promessas do próprio bispo em officio de agosto. A edilidade apontava o padre José Maria de Oliveira como seu candidato.

– O juiz de paz do distrito do sul pediu à câmara o pagamento de 5\$240, gastos na compra de ferros, «para a segurança dos presos da Cadeia».

23 DE OUTUBRO – Parecer da Comissão Permanente, da corporação municipal, acêrca do relatório do fiscal da Capela de Santa Bárbara: «Sobre que hé de parecer a Comissão que se lhe responda que não seja tão lacônico em seo relatório por que não hé só beneficio de caminho ou estradas que lhe está atribuido e que seja izato no dezempenho de suas obrigações e em que cumprirá a lei fazendo o officio de bom cidadão e terá o conceito publico por recompensa a tão pequenos trabalhos».

24 DE OUTUBRO – Sessão da câmara, na qual foi lido um officio do padre José Maria de Oliveira, em que participava «que tendo-lhe chegado a noticia que esta Câmara lhe tinha proposto ao Exmo. Bispo para Vigário recomendado desta ao que agradece a mesma Câmara e faz ver a necessidade que se acha esta Vila de Paroco».

– Por proposta da Comissão Permanente, a municipalidade dividiu as Guardas Nacionais em duas companhias, sendo «huma de Infantaria e outra de Cavalaria».

26 DE OUTUBRO – O arrematante da cadeia, (construtor), pedia ao órgão camarístico, visto não ter encontrado nas matas de José da Costa Carvalho, «das bandas do Piracicamirim», as madeiras precisas, que lhe desse licença de tirar tais madeiras das matas de Teodoro Zeferrino, o que lhe foi permitido.

– Aprovou a edilidade local o ato de seu presidente, Manoel de Toledo Silva, alugando por 5\$000 as casas de António Ribeiro para a residência do juiz de Direito.

– Providências da câmara, segundo o parecer da Comissão Permanente: «Sobre o desmancho da rua de frente a morada de José Joaquim que o fiscal mande fazer com a melhor segurança huma estaquada

do lado do Rio e hum aterro para firmeza do barranco afim de não se desmanchar mais assim mandar botar terra na ponte».

– Pela ata dos trabalhos da edilidade, sabe-se haver falecido o brigadeiro Joaquim Mariano Galvão, com o qual à câmara municipal andou em litígio por causa de terras do róssio. Não sabemos se morava na vila. A referência do falecimento se deve ainda à questão de «rumos» que deveriam conter as divisas.

27 DE OUTUBRO – Ofício do presidente da Província à câmara municipal, acompanhado de um exemplar da Proclamação de Posse do Regente Diogo Antônio Feijó;

– O ex-vereador Antônio José da Silva não queria pagar as multas a que estava sujeito, por ter faltado às reuniões da municipalidade, visto estar de mudança para São Carlos, (Campinas). A câmara, em sessão, resolveu que a dita dívida fôsse cobrada pelo procurador, nos meios legais.

29 DE OUTUBRO – Em ofício, a presidência da Província participava à municipalidade que se achava designada a quantia de «seiscentos mil réis para o reparo ou construção da Cadeia desta Villa» .

2 DE NOVEMBRO – O inspetor da Tesouraria do govêrno Provincial participava, por meio de ofício, à organização administrativa local, que se achava «pronto na boca do cofre de Sam Paulo a quantia de seiscentos mil réis», destinada à construção da cadeia desta vila.

12 DE NOVEMBRO – Ofício do bispo diocesano à câmara municipal, acompanhado da provisão passada ao reverendo padre Delfim da Silva Barbosa para servir nesta vila de vigário encomendado.

19 DE DEZEMBRO – Portaria da Presidência da Província, «recomendendo ao Inspector de Estradas, que se dirige da Villa da Constituição a São Carlos, (Campinas), toda a actividade na deligencia de concluir as pontes, assim como as mais benfeitorias que participa serem indispensaveis na dicta Estrada, ficando igualmente auctorizado para mandar proceder aos exames, e exploraçoens necessarias, a fim de que com conhecimento de causa se possa determinar a factura dos atalhos propostos para encurtar consideravelmente a Estrada, seguindo as informações que tem obtido».

20 DE DEZEMBRO – Em vereança, a câmara deliberou officiar ao juiz de paz de Perasununga, ordenando-lhe que, a 1.º de janeiro de 1836, fizesse o alistamento de pessoas que «estivessem na circunstancia de serem jurados e juntamente para as Guardas Nacionais e Policiais».

– O padre Delfim da Silva Barbosa participou à câmara da terra, por ofício, «não poder vir já Paroquiar esta Villa» e «que teve ordem de S. Excia. em que ordena que paroquie a Freguesia onde reside».

– O órgão dos vereadores contratou o piloto, (agrimensor), José de Campos, a 1\$280 por dia «para correr rumo», (estabelecer divisas), em dúvida, existente entre proprietários locais.

– 1836 –

6 DE JANEIRO – Nomeado o novo administrador dos correios da Vila, «por se ter izentado o actual João Pedro Correia». Domingos da Silva Braga foi o substituto.

7 DE JANEIRO – «Fala», (relatório), do primeiro prefeito municipal de Piracicaba, Francisco José Machado, apresentada à câmara municipal é um documento interessante, retratando o município da época, quando o dinheiro era escasso e as obras a realizar eram muitas. Tal-qual como se dá ainda nos dias de hoje.

8 DE JANEIRO – Sessão da câmara, a qual, por proposta do presidente, Manuel de Toledo Silva, resolveu nomear uma comissão «composta de dois homens inteligentes para orçarem a ponte que hé preciso fazer no rio Corumbataí». Foram nomeados Estêvão Cardoso de Negreiros e Francisco de Paula Camargo.

9 DE JANEIRO – Em sessão, a câmara aprovou o parecer da Comissão Permanente, no sentido de que ficassem izentos da taxa dos prédios urbanos aquêles proprietários que residissem nesses mesmos prédios.

– Joaquim Quirino Coelho, «adoçado», (afiançado), por Frutuoso José Coelho, se propôs à câmara receber a prêmio a quantia de Rs. 600\$000, que a edilidade tinha da presidência da Província para as obras da cadeia pública, enquanto durassem tais obras, pagando o juro de rs. 12\$300 ao cento ao ano. A câmara, em vereança, aceitou a proposta.

– Estando vaga a escola de primeiras letras, pelo falecimento do respectivo professor, a câmara resolveu officiar ao govêrno da Província, propondo indicar qualquer pessoa competente para o cargo até que fosse nomeado novo titular, «para a mocidade ir avante em luzes e não se perderem os princípios que deixou o falecido professor».

10 DE JANEIRO – Em vereança, o legislativo, (câmara), fazia ver ao executivo, (prefeito), que a lei imperial de 18 de agôsto de 1831, (criando a milícia da Guarda Nacional no Brasil), «izenta os empregados públicos do serviço ordinário e portanto não tem obrigação de se fardar enquanto cervir de fiscal.»

– A uma consulta, a câmara informava ao fiscal da Capela de Santa Bárbara que a lei de 18 de agôsto de 1831, «izenta os empregados» públicos do Serviço ordinário e portanto não tem obrigação de se fardar enquanto cervir de fiscal».

– A corporação dos vereadores aprovou, em sessão, a indicação do fiscal da Capela de Santa Bárbara, no sentido de que fosse nomeado Inácio Leite Penteado para o «emprego» de arruador desta povoação.

– Segundo o parecer da Comissão Permanente, a câmara local resolveu estabelecer os alistados para a Guarda de Pirassununga, em uma só companhia de infantaria, tomando outras medidas urgentes no caso.

– Por proposta do vereador Elias de Almeida Prado, a câmara exigiu mais um «adoçante», (endossante), para Joaquim Quirino Coelho, que iria receber a prêmio a quantia de 600\$000, destinada pelo govêrno da Província às obras da cadeia. O presidente da entidade, Antônio José da Silva, foi o segundo «adoçante» aceito.

11 DE JANEIRO – A câmara resolveu não dar mais a prêmio a quantia de rs. 600\$000, que o govêrno da Província destinara às obras da cadeia, por ser isso contrário às leis. Foi escolhido um depositante para essa importância, na pessoa de José Joaquim Correia.

12 DE JANEIRO – O juiz de paz do Rio Claro pedia à câmara local a construção de uma cadeia naquela freguesia. A edilidade de nossa terra, em sessão, responde que «em tempos esta Camara dará as providências».

25 DE JANEIRO – Sugestões da Câmara Municipal à Assembléia Legislativa Provincial, com referência a possíveis modificações a serem introduzidas na lei que criou as Prefeituras Municipais. Segundo tais sugestões, os dois corpos administrativos do município não funcionavam a contento, havendo sérias divergências entre ambos.

– Outro ofício dos vereadores aos deputados foi aquêle em que pediam a abolição do Impôsto da Décima, que recaia no prédio dos próprios donos, bem como pediam a nomeação de um professor primário cujo cargo se achava vago pelo falecimento do titular.

– A êsse cargo, nenhum candidato se apresentava por causa do exame de aprovação que deveria ser feito em São Paulo. O ordenado anual do pobre mestre-escola era tão insignificante que não compensava as despesas de viagem à sede da Província ...

28 DE JANEIRO – Ofício da presidência da Província aos nossos legisladores, determinando se procedesse a estudos e orçamentos, relativos a melhoramentos da estrada para Araraquara e a ponte sôbre o rio Corumbataí.

2 DE FEVEREIRO – Data do falecimento do presbítero secular e vigário colado Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, pessoa de marcante relêvo na história da Vila da Constituição, mormente na celebrisada ques-

tão das «terras patrimoniais», ou na elevação da freguesia de Piracicaba à vila. Foi um dos primeiros proprietários da Fazenda Monte Alegre.

10 DE FEVEREIRO – Sessão conjunta da câmara, juizes de paz das freguesias do Rio Claro, Limeira e Pirassununga e da Capela de Santa Bárbara, para se proceder ao alistamento dos juizes de fato, (jurados). Foram alistados 119 juizes.

17 DE FEVEREIRO – Reuniu-se a câmara de vereadores, quando se leu, pela segunda vez, um requerimento de Francisco José Machado, que pedia duzentas e tantas braças de terras pertencentes ao róssio da vila em aforamento. Foi deliberado que o peticionário se dirigisse à Assembléa Provincial.

18 DE FEVEREIRO – A edilidade, em sessão, deliberou officiar ao Procurador da Câmara, participando-lhe não ser mais possível a porcentagem de 10% sôbre a arrecadação dos bens do Conselho, passando a ser de 6%, consoante deliberação da Assembléa Provincial.

– O pároco da Capela de Pirassununga participou aos vereadores locais não haver naquela povoação quem «sele papeis» (falta de sêlos), e os camaristas, em resposta, deixaram expresso não ter a edilidade interferência no caso, que se referia a coletor.

– O administrador do correio de Limeira se queixava à câmara da terra de que o portamala, (carteiro ou estafeta), não podia exercer na localidade seu mister por falta de caminhos. A edilidade officiou ao prefeito, pedindo providências.

– Como se vê, o prefeito de então, a bem dizer, assumiu o papel de fiscal, ou seja, a função de fiscal teve sua evolução executiva.

21 DE FEVEREIRO – Reabriu-se a escola de primeiras letras local, (escola primária), sendo Francisco Pereira de Aguiar seu professor, com provisão provincial. A escola estava fechada há bom tempo, devido ao falecimento do outro professor.

23 DE FEVEREIRO – Lei provincial n.º 13, determinando que as divisas entre municípios da Província de São Paulo deveriam ser sujeitas à aprovação da Assembléa Provincial. Antes dessa resolução eram os camaristas das vilas interessadas que resolviam o assunto, por efeito de reuniões conjuntas.

– Outra lei provincial determinava que as nomeações de oficiais das Guardas Nacionais fossem feitas pelas câmaras municipais, com aprovação posterior do govêrno.

25 DE FEVEREIRO – Os legisladores da terra officiam ao prefeito pedindo desse providências, mandando tirar dois grandes paus que

estavam na cabeceira do Salto, «afim de não enroscar nos tanxões da ponte. Isto prova que a ponte de então se localizava logo abaixo do Salto.

– Vendo reduzidos seus proventos de 10% para 6%, sôbre a arrecadação dos bens do Conselho, consoante deliberação da Assembléia Provincial, o procurador da câmara participou à edilidade que passaria a trabalhar de graça, até que os vereadores resolvessem com a Assembléia a volta da porcentagem anterior.

28 DE FEVEREIRO – Os vereadores reunidos tomaram a deliberação de ultimar a criação das Guardas Nacional e Policial na vila, marcando o dia seis de março para «dividir» ditas guardas, isto é, classificar os elementos arrolados, formando as respectivas companhias.

– A municipalidade deliberou oficial à Assembléia Provincial, pedindo o restabelecimento da porcentagem de 10% sôbre a arrecadação dos bens do Conselho, devida ao Procurador, visto como, com a porcentagem de 6%, ninguém queria se sujeitar ao cargo de procurador tão trabalhoso era.

29 DE FEVEREIRO – Ofício da presidência da Província à câmara remetendo a Lei Provincial de 23 de fevereiro do ano corrente, a qual determinava que as nomeações de oficiais das Guardas Nacionais, fossem feitas pelas câmaras municipais, com aprovação posterior pelo govêrno.

6 DE MARÇO – Agora sim, as Guardas Nacional e Policial estavam prontas, com a classificação definitiva de seus elementos arrolados. A edilidade enviou comunicação, nesse sentido, às autoridades competentes, bem como à presidência da Província.

– Criadas quase ao mesmo tempo, a Guarda Nacional era de origem imperial e a Guarda Policial, de iniciativa provincial. Aquela distribui a patentes e prerrogativas às pessoas gradas da localidade e esta tinha mais efeito repressivo, sendo crer que seus componentes inferiores fossem a soldo.

18 DE MARÇO – Lei provincial n.º 51, concedendo privilégio a Aguiar, Viúva & Filhos, para construção de uma estrada de ferro, ligando Santos a São Paulo e às vilas de Itu, Pôrto Feliz, Constituição e Mogi-Mirim. Êsse privilégio foi o primeiro concedido no Brasil: fôra seu organizador Frederico Foom, casado com Bárbara da Costa Aguiar. O desastre financeiro da Casa Viúva Aguiar, de Santos, impediu a futura estrada de se tornar realidade.

24 DE MARÇO – «O Presidente da Província participa á Camara da Villa da Constituição que o Exmo. Bispo Diocesano acaba de comunicar-lhe ter nomeado o Padre Manoel José de França para ir tomar conta da Igreja da dicta Villa, visto ter fallecido o respectivo Parocho,

do que a mesma Camara deu parte a êste Governo. J. C. de Miranda». (O Paulista Official)

25 DE MARÇO – O prefeito local informou à câmara, por officio, haver feito as primeiras nomeações dos comandantes da Polícia, sendo um para o distrito do norte, (além Itapeva) e três para o distrito do sul, (centro da vila).

26 DE MARÇO – Offício do govêrno provincial à câmara da terra, acompanhado de um edital, que mandava pôr a concurso a escola de primeiras letras, criada na freguesia de Limeira. Segundo parece é a primeira escola criada na atual «Cidade das laranjas».

4 DE ABRIL – À congregação de vereadores reunida, o juiz de paz do distrito do sul, (centro), pediu «hum cadeado e juntamente quinhentos e secenta réis para pagar, outro que elle já comprou para a segurança dos presos da Cadeia».

13 DE ABRIL – Estavam reunidos os camaristas locais, os quais, sendo deferido, o juiz de paz do Têrmo pediu quarenta réis, tôdas as noites, para as luzes da cadeia e trezentos e vinte réis para carregar os arcabuzes.

16 DE ABRIL – Offício do juiz de paz do Têrmo à câmara pedindo que esta alugue «hum caza sofficiente para segurança dos prezos, visto que a Cadea não chega para os prezos e guardas» e pedindo «mais duas velas para a Cadeia, visto que as duas primeiras que a Camara mandou dar não chegaram para passar a noite». Houve providências.

27 DE ABRIL – Offício da presidência da Província à câmara, solicitando informações sôbre o estado dos cemitérios públicos, não só da vila, como das freguesias, fora da povoação, isto é, fora das igrejas ou adro das igrejas.

– É que, naqueles tempos, os cemitérios se localizavam geralmente dentro dos templos. Em 1828, já o govêrno provincial legislava para que os cemitérios tivessem um local mais apropriado, isto é, fossem fora do perímetro urbano das vilas e povoações, num sentido preventivo, a bem da saúde pública.

1.º DE MAIO – Nasce em Itu o dr. Manoel de Moraes Barros. Formado em direito, abriu banca de advogado em Piracicaba e foi de dedicação sem limite à terra de sua opção. Ocupou cargos de relêvo na política local. Deputado provincial e senador da República. Faleceu no Rio de Janeiro a 20 de dezembro de 1902 e seus restos mortais repousam no cemitério da cidade.

– Novo relatório do prefeito Francisco José Machado, apresentado à câmara municipal. Nesse documento, há trechos palpitantes, como êste «Tenho, Snrs., alemlrar-vos a precizão de u'a postura que corte o

abuzo dos xamados – Folioens – que misturando o Santo com imoral aplicação quase sempre as esmolas para nutrir sua vadiação». As bandeiras do Divino Espírito Santo, muito em voga no comêço do século, eram reminiscências dos foliões daquela época. Se não nos enganamos, foi o bispo D. Ernesto de Paula, primeiro antístete da Diocese de Piracicaba, quem proibiu terminantemente a prática.

2 DE MAIO – A Câmara Municipal toma conhecimento do relatório do prefeito local, o qual afirmou que alguns dos membros da câmara possuíam «avareza, amizades particulares, interêsse privado». A edilidade exigiu do chefe do executivo mais clareza e afirmações mais positivas nessas «sençuras indiretas e injustas».

– É isso. Prefeito e câmara, ao que parece, não se deram bem. Havia divergência oculta, de que as atas não falam, mas que a gente lê nas entrelinhas. Segundo o que se depreende, as nomeações das Guardas Nacional e Policial, retardadas por muito tempo, tinham papel preponderante nessa divergência.

– A Comissão Permanente da câmara, encarregada de dar seu parecer «sobre a fala do Prefeito», (relatório), foi de opinião que a edilidade deveria criar «uma postura acerca das esmolas tiradas por fuliões para se cortarem os abuzos por elle, (Prefeito), indicados. Aprovado».

– Aos vereadores reunidos, o cirurgião Manuel Peixoto Lopes pedia licença «para curar nesta Vila».

3 DE MAIO – Sessão da câmara, na qual foi lido um officio do presidente da Província, dizendo ter sido nomeado pelo bispo o padre Manoel José de França «para tomar conta da igreja local». A edilidade recebeu com alegria a notícia, como respondeu ao govêrno ainda não ter aparecido o sacerdote nomeado.

– Vamos prestar atenção aos acontecimentos de 1842 para avaliarmos da importância que representa a figura marcante desse padre, na história da futura Noiva da Colina.

– Em vereança, a câmara encarregou a Comissão Permanente de elaborar «um artigo de Postura para proibir os fuliões tirarem esmolas nesta Vila».

– A congregação dos vereadores, pelos seus componentes, reconheceu o título do cirurgião Manuel Peixoto Lopes, que, dessa forma, pode clinicar na então Vila Nova da Constituição.

4 DE MAIO – Reunião da câmara, na qual se fizeram as indicações para os cargos de oficiais das Guardas Nacionais, não só desta vila como das freguesias do Rio Claro, Limeira e Pirassununga e da Capela de Santa Bárbara.

– O procurador da câmara ganhava 10% sôbre a arrecadação e o govêrno provincial baixou essa porcentagem para 6%, à vista do que aquêlê titular resolveu trabalhar de graça. Em sessão, os camaristas deliberaram pagar-lhe a comissão anterior, até que os donos da Província liquidassem a questão, ficando o excesso a pagar a cargo dos próprios vereadores, «para não ficar em abandono os bens do Conselho».

5 DE MAIO – A câmara designou Bento Manuel de Moraes para receber em São Paulo, independente de comissão, a quantia de rs. 600\$000, destinada pelo govêrno da Província às obras da cadeia. Aquêlê vereador ficaria depositário da importância até quando fôsse necessário. Não havia ainda banco na localidade.

– O fiscal desta vila participou à municipalidade que «não mandou consertar a rua da Praia, (do Pôrto), de frente José Joaquim, por não haver, dinheiro no Conselho». A câmara tomou providências, bem como determinou ao fiscal que «hé preciso concluir com o batimento de terra na Ponte, porem que hade ser de pedregulho».

– Pela primeira vez encontramos a aplicação do pedregulho nas obras públicas da terra. Como não se ignora, o pedregulho teve papel importante nas ruas e praças, antecedendo o calçamento ou o asfalto. Para evitar-se a lama, os buracos ou a erosão, as ruas e praças, eram cobertas por grossas camadas de pedregulho. Isso durou até 1922, quando o paralelepípedo entrou em cena em nossa cidade.

6 DE MAIO – Os camaristas, em reunião, resolveram que «Para comodidade dos Povos que precizão de licenças que quando o Senhor Prezidente da Camara estiver ausente que fique deliberado que o vereador que estiver presente possa despachar as ditas Licenças» .

– A congregação legislativa, elaborado pela Comissão Permanente, aprovou um artigo de postura, «para cortar os abusos dos Fuliões tirarem esmolos nesta Vila». Tal dispositivo foi endereçado ao Prefeito para a devida execução.

– O chefe do executivo despachou o requerido: «A Camara Municipal da Vila da Contituição remete a V. Ex.a (presidente da Província) huma Postura para V. Ex. a aprovar; ella resolveo a fazer pellos muitos abusos e escandalos que apresentam os que tirão esmolos para o Divino Espirito Sancto».

– A Câmara Municipal recebeu notícia de que fôra nomeado vigário local o padre Manoel José de França. Oficiou, entretanto ao govêrno da Província, informando-o de que o novo pároco, dois meses depois de sua nomeação, não aparecera ainda na vila.

9 DE MAIO – A presidência da Província endereça à câmara um officio, capeando o plano das divisas de Capivari e Pôrto Feliz e pedindo sugestões.

– Um segundo officio, dava novas instruções a respeito da organização das Guardas Nacionais. Era realmente palpitante o interêsse do do govêrno de São Paulo na organização dessa milícia.

3 DE JUNHO – «Ao Vice-Presidente da Província foi presente o Officio que em data de 26 de Maio pp. lhe dirigio o Sr. Prefeito da Villa da Constituição; e o mesmo Vice-Presidente, tendo aprovado o Art. de Postura que o acompanhou, d'isto previne ao dicto Sr. Prefeito para que o faça constar a respectiva Camara».

– «...Por esta occasião se lhe transmittem inclusas as nomeações dos Sub-Prefeitos que propoz para a referida Villa, e Freguesia da Limeira a fim de que as mande entregar aos nomeados, e bem assim as dos Officiaes da Guarda Policial do seu Municipio, cuja proposta acompanhou o mencionado Officio; devendo o mesmo Sr. Prefeito ficar na intelligencia de que êste Governo, julgando attendiveis as razões que allegou para ausentar-se por algum tempo do seu Municipio lhe concede a licença pedida, com tanto que n'esse tempo seja substituido pelo Sub-Prefeito respectivo». (O Paulista Official)

– Como se sabe, Francisco José Machado, primeiro Prefeito Municipal de nossa terra, achava-se por êsse tempo enfêrmo, justificando-se o pedido de licença que fizera ao Presidente da Província e a concessão obtida.

6 DE JUNHO – «O presidente da Província, respondendo ao Officio do Sr. Juiz Municipal interino da Villa da Constituição, datado de 2 do corrente, tem de communicar-lhe que o réo José Murça, de que faz menção, deve ser remetido a esta Capital, onde será recolhido ao Hospital de Lazaros para cumprir a pena de prisão, a que foi condemnado pelo Jury respectivo, visto achar-se o dicto réo infectado de morphêa, como participou o mesmo Sr. Juiz Municipal no referido Officio». (O Paulista Official)

– São falhas as informações que possuímos com referênciã à instalação do Tribunal do Juri, em nossa terra. O «quadrinho» acima é subsídio interessante.

9 DE JULHO – «O Presidente da Província, tendo nesta dacta aprovado a João Francisco de Oliveira para Juiz Municipal da Villa da Constituição, ao Bacharel Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra para juiz de Orfãos, e a Bento Manuel de Moraes para Promotor Publico da referida

Villa, assim o comunica á Camara da mesma para sua intelligencia, e para que disto previna aos propostos». (Paulista Official).

26 DE JUNHO – Domingos Soares de Barros toma posse do cargo de sub-prefeito, o primeiro que, nesse particular, houve em nossa terra. Ao que parece, não chegou a exercer o cargo, pois Manuel de Toledo e Silva foi quem substituiu Francisco José Machado, prefeito por lei, quando de sua renúncia, em 1838.

30 DE JUNHO – Toma posse do cargo de vigário o padre Manuel José de França, celebrizado pela sua participação à revolução liberal de 1842, mas elemento de extraordinário valor na reconstrução do templo de Santo António, ruído em 1833. As obras de reconstrução se deveram a uma sociedade que para isso se formou.

4 DE JULHO – Offício da presidência da Província à câmara da Vila da Constituição, marcando o dia 7 de setembro do ano corrente para as «eleições dos eleitores».

7 DE JULHO – Na presente sessão da edilidade, o padre Manuel José de França, popularizado pela revolução liberal de 1842, apresentou aos camaristas sua provisão de pároco encomendado da vila. Esse prelado tomara posse do cargo a 30 de junho do ano corrente.

– Das atas: «... e antes de entrar trabalho algum leose um offício do Sub. Prefeito desta em que participa ter entrado a pouco no exercicio do dito emprego e que não estando ainda ao alcance dos trabalhos da Camara não pode apresentar a sua fala, (relatório), na prezente sessão o que fará em outra inteirada».

– Francisco José Machado não aguentou os encargos da prefeitura e ativou o sub-prefeito.

8 DE JULHO – Sôbre as sugestões solicitadas pela presidência da Província, a respeito das divisas de Capivari e Pôrto Feliz, a edilidade, em resposta, informava que «isso não está ao alcance desta Camara e que sim esta Camara remeta a S. Excia. as divisas que fez de comum acordo com aquela Vila». (Pôrto Feliz).

– Mais uma vez o «arrematante, (construtor) da cadeia se dirigiu à câmara, informando-a de que não havia madeiras para vigas no mato do Pauqueimado e pedia licença para tiralas no mato de Vicente da Silva, «aonde lhe consta que tem madeiras soficiente». Providenciado.

10 DE JULHO – Prontos uns mapas estatísticos, solicitados pelo govêmo da Província, foi necessário, por conseguinte, enviá-los para São Paulo, ficando o porte em 7\$000. A câmara não tinha dinheiro, mas houve cotização dos camaristas para êsse fim.

11 DE JULHO – José Gomes da Silva requereu à câmara da Vila de Constituição lhe concedesse a «faculdade para por uma roça de um Alqueire mais ou menos nos Matos do Rossio». Despacho «Não tem lugar».

12 DE JULHO – Mais uma vez a câmara se dirige ao govêrno Provincial, pedindo auxílio para a matriz. A velha matriz havia ruído. Formou-se uma sociedade para custear a construção de novo templo. Mas os recursos dessa sociedade eram limitados, enquanto as práticas religiosas se faziam em casa particular.

– A questão dos cemitérios fora das povoações continuava a preocupar os camaristas, pois a vila ainda, a rigor, não possuía seu Campo Santo. Exigido pelo govêrno da Província, a edilidade nomeou nova comissão para estudar o assunto, o mesmo fazendo nas freguesias do Rio Claro e Limeira.

– Manuel de Toledo Silva propôs à câmara que «sendo êle um dos sócios que compõe a Sociedade da Igreja e no mesmo tempo vereador cujos empregos lhe é zelar da nova Matriz e procurar por todos os meios para seo andamento portanto indica que se represente ao Exmo. Preze. da Provincia para socorrer com alguma parcela de dinheiro da Nação para a obra da dita Matriz e para isso oferece a norma do officio».

– Foi rejeitada a seguinte indicação do vereador Elias de Almeida Prado: «Senhor Presidente, dezejando eu promover tudo quanto estiver ao meu alcance êste é o motivo da minha indicação: Senhores, na Lei da Goarda Nacionais encontro huma dureza que hé não ixentar os Soldados que cervirão no melhor vinte e cinco annos, porisso indico que se represente ao Exmo. Preze. para elle levar ao conhecimento da Assembleia Provincial».

16 DE JULHO – Officio do presidente da Província à câmara da Vila da Constituição, acompanhado de instruções para o publico reconhecimento da princeza Januária, irmã de D. Pedro II, como herdeira presuntiva da coroa.

18 DE JULHO – Trecho de ata da câmara municipal: «O Senhor Presidente propoz que sendo do dever desta Camara todos os annos a base da imposição de vinte por cento sobre o consumo das Agoas arden-tes dentro deste município, poriso que esta Camara deve dar as providencias sobre este objeto, aprovado, e foi marcado seiscentos réis por cada canada e que seja Publico, não só nesta como em todo Municipio».

28 DE JULHO – «Não havendo a Lei Provincial de 18 de Março d'este anno designado quantia alguma para a construção, ou reparo das Igrejas, não pode ser satisfeita a requisição da Camara Municipal da

Vila da Constituição, constante de seu officio de 12 d'este mez; o que o Sr. Presidente da Provincia lhe declara, accrescentando, que a levará ao conhecimento da Assembleia Legislativa Provincial, a fim de que ella, tomando na devida consideração a necessidade de ultimar-se a Igreja Matriz da referida Vila, e o sentimento de piedade que anima os seus habitantes, dê a este respeito as providencias, que lhe parecerem justas». («O Paulista Official»).

2 DE AGÔSTO – Officio da câmara da Província à câmara da Vila da Constituição, participando haver «dado posse e juramento» de presidente da Província a Bernardo Pinto Gavião Peixoto.

10 DE AGÔSTO – Sessão da câmara, na qual foi lido um officio da Presidência da Província, enviando instruções para o público reconhecimento da princeza Januária, irmã de D. Pedro II, como herdeira presuntiva da coroa. A edilidade resolveu fossem os editais competentes afixados nos lugares do costume.

2 DE SETEMBRO – A presidência da Província officiava a corporação de vereadores da terra, aprovando o nome das pessoas propostas para comandantes da Guarda Nacional da vila e de seus Termos. Depois de quase cinco anos de tentativas, estava, por assim dizer, criada a Guarda Nacional nos domínios da Vila da Constituição.

10 DE SETEMBRO – Estava, enfim, organizada a Guarda Nacional da Vila da Constituição. Na sessão dos vereadores em data presente, resolveu-se alugar uma casa, a fim de nela agasalhar o Corpo da Guarda, conforme o pedido do comandante dessa milícia.

– Sôbre a questão do cemitério, a câmara resolveu participar ao govêrno provincial que, tendo já demarcado lugar para dito cemitério, «para o lado do bairro alto» e isso com alguma despeza, deixa de escolher novo local, a menos que haja formal determinação official nesse sentido.

– Providências dos camaristas, no sentido de obter uma casa para as próximas eleições de deputado, com o respectivo discurso pelo vigário, bem como as casas competentes para a reunião dos jurados, (tribunal de juri). Nessas «casas» estava também o sentido de «hotel», pois os jurados viriam de freguesias vizinhas, sujeitos, portanto, a pernoites.

26 DE SETEMBRO – Sessão da câmara municipal, na qual foi lido um officio do sub-prefeito, que participava de se achar a ponte do rio Piracicaba «com dois lanços danificados». Foi deliberado «que se officie ao Caixa da dita ponte para mandar consertar quanto antes com colomia necesaria». (O caixa era o encarregado de receber o pedágio).

12 DE OUTUBRO – Em vereança, «leose um ofício do Vigario da Limeira e outros que forão encarregados para orçarem as despezas que montaria com a obra do Cemiterio da dita Freguezia foi a Comição».

– Mapa do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Vila da Constituição, enviado ao govêrno da Província pelo seu major-comandante, Joaquim António da Silva. Por êsse mapa, sabe-se que tal batalhão era constituído de 429 homens, entre oficiais e soldados rasos.

14 DE OUTUBRO – Um parecer: «A Comissão encarregada de examinar o conserto da ponte acha não estar concertada mas sim incostada para o lado que ela inclinou ficando fora do nivel da mesma ponte trez palmos mais ou menos o que o obreiro supriu com terra». Incisivas providências da edilidade.

– Trecho de ata: «Fez ver mais o dito Caixa, (encarregado de cobrar o pedágio na ponte sôbre o Piracicaba), a esta Camara que devem prohibir o tranzito dos carros carregados para que não passem mais na ponte visto o grande desmancho que causam».

– A câmara municipal de Itu cobrava a congregação congênere local a quantia de rs. 9\$640, gasta com a «sustentação» de presos que a municipalidade mandara para lá, a fim de serem julgados. E dinheiro em cofre não havia...

15 DE OUTUBRO – Resolução dos camaristas, a respeito do requerimento do cobrador da ponte sôbre o rio Piracicaba, que pedia uma lei, proibindo a passagem de carros carregados pela dita ponte, visto o estrago que produziam no madeirame «Não tem lugar, visto que quando os Povos se avençarão foi sem condições alguma». (Isto é, quando foi feito o rateio entre o povo).

– O vereador Elias de Almeida Prado achava que o cemitério da vila deveria ser aberto no «lugar que já se acha marcado no barro alto». Todavia, a idéia não vingou, poisa edilidade nomeou uma comissão para estudar melhor o assunto.

– A Vila da Constituição, «Cabessa de Termo», (sede administrativa das freguesias subordinadas), não tinha cadeia segura. Os criminosos, que aguardavam julgamento, eram remetidos para a Vila de Itu, «Cabessa da Comarca», (das vilas de obediência). A edilidade ituana mandou para cá uma cobrança elevada – rs. 94\$640 – pela manutenção de presos. Apêlo dos locais ao govêrno da Província, «cuja quantia esta Camara não pode mandar satisfazer por ser-lhe exaurido o cofre do Municipio».

13 DE NOVEMBRO – O vigário encomendado Manuel José da França, e o vereador Teotonio José de Melo achavam que o cemitério deveria ser «no fim da rua que segue no Patio ou da Limeira a par da

Igreja» e o parecer do camarista Francisco de Camargo Penteado achava que seria melhor «no fim da rua do Bairro Alto», «em razão de cer plaino o lugar e não cer cabeceira de Agoa». Houve empate, sem solução.

27 DE NOVEMBRO – Tendo sido nomeado pela câmara municipal para o cargo de fabricante para a vila, (espécie de provedor da igreja), Xisto Quadros Aranha declinou da incumbência, «em razão de não poder mais escrever desde que foi atacado por um raio».

– Novo empate havido entre os camaristas da terra na escolha do terreno onde deveria ser erguido o cemitério. O que é certo é que até a presente data a Vila Nova da Constituição não tinha um cemitério regular e os cadáveres continuavam a ser enterrados em redor da igreja matriz, dentro dela, ou num terreno adrede preparado para tal, mas abandonado pelos poderes competentes.

14 DE DEZEMBRO – Requerimento ao presidente da Província, assinado por Joaquim Francisco Lopes e mais quatro sertanejos, pedindo auxílio, pois, vindo de Cuiabá a Constituição, abriram picada, encarregados que estavam pelo presidente da Província de Mato Grosso. O orçamento feito para concluir-se a picada importava em 251\$840.

– 1837 –

7 DE JANEIRO – Foi nomeado Juiz de paz do distrito Sul da Vila Nova da Constituição, o capitão José Inácio da Siqueira, demissionário do cargo de procurador da câmara municipal, talvez em virtude de tanto dinheiro adulterado que aparecia à bôca do cofre.

– O procurador da edilidade foi positivo: ou a câmara lhe pagava mais 4%, além dos 6% que já percebia sôbre as arrecadações municipais ou então que procurasse outro procurador. Os camaristas resolveram aceitar a imposição.

9 DE JANEIRO – A cadeia estava em péssimas condições. O edil Silva, em vereança, solicitava reparos urgentes na dita casa, «que está arrombada e não oferece a menor segurança». O juiz de paz do distrito do sul pedia à câmara municipal cinco cadeados, «para segurança dos presos da Cadea».

– O vereador João Carlos da Cunha instou com a câmara municipal para a localização do cemitério fora do templo. A matéria, em vereança, entrou em discussão e foi escolhido um terreno «na rua que segue a par da Igreja adiante de um lugar que não foi projetado».

– Antônio José da Silva, camarista, apresentou a seus pares, «sendo da mais urgente necessidade», uma indicação, no sentido de se ordenar ao Prefeito mandasse fazer «percinta», (guias), na rua do Porto,

(Morais Barros), «que se acha quase intransitável pelas escavações que as agoas da xuva tem feito». Aprovada.

– Parecer exarado no relatório anual do prefeito: «A Camara Municipal desta Vila deliberou que se responda a V. S. que ella leo com prazer o seo Relatorio já pela segurança que lhes faz da inalteravel tranquillidade de que goza o Municipio, já pela cooperação que promete as justas reclamações desta Camara e muito certa dos bons desejos de V. S. espera um perfeito acordo e harmonia para que assim se consiga a felicidade de bem cer deste Municipio que parece existir em um abandono completo». (?)

10 DE JANEIRO – A freguesia do Rio Claro pedia à câmara municipal um cemitério regular. A edilidade da então Vila Nova da Constituição nomeou os vereadores Francisco de Toledo Silva, Joaquim Marins Peixoto e Teotonio José de Melo para estudar o assunto, ouvindo o reverendo vigário daquela povoação.

11 DE JANEIRO – À congregação municipal reunida, o edil João Carlos da Cunha propunha «que se deve nomear dois homens inteligentes para orsarem em quanto montará» a abertura do projeto do cemitério fora do templo. Os «dois homens inteligentes» nomeados para êsse fim foram Manoel Dias Ribeiro e José Mariano de Matos.

– A edilidade autorizou o «Procurador a dispender com os Letrados, (solicitadores), a quantia necessaria» nos casos «que dependerem de mais alta indagação e que por si mesmo não pode providenciar tendo muito em consideração o estado decadente em que se acha o Cofre da municipalidade por que só nos cazos mais arduos lance mão da autorização que ora se lhe faz».

12 DE JANEIRO – Muitos moradores da vila, autorizados oficialmente, tinham quarteirões e quarteirões fechados, apenas com a promessa de restituí-los à «servidão publica» quando necessário. O vereador Inácio José da Siqueira pediu à edilidade a revogação dêsses privilégjos, não só com referência a quarteirões, «como a ruas e agoadas». Na sessão seguinte, a câmara resolveu só exigir aquilo que fosse necessáno à «servidão publica».

13 DE JANEIRO – O prefeito oficiou à câmara municipal, informando-a de que a cadeia não tinha mais consêrto; era preciso fazer uma nova, talvez até com «dois lanços» para servir de Czinha (mercado). Enérgicas providências oficiais, mormente contra o «arrematante» das obras da cadeia, (vencedor da concorrência), o qual, depois de dois anos de contrato, ainda não dera início aos trabalhos.

– O professor de primeiras letras Francisco Pereira de Aguiar pediu à câmara uma «atestação», (ordem de pagamento), do seu exercício. A con-

gregação resolveu não concedê-la enquanto não conhecesse o trabalho do requerente. Para isso, foi nomeada uma comissão para, previamente, visitar a escola e saber do seu andamento e aproveitamento dos alunos.

16 DE FEVEREIRO – Sessão da câmara municipal, na qual se «leo um requerimento de Maria Telles em que pede que esta Camara nomee um juiz de Orfãos interino para dar andamento no Inventario do seo finado marido, visto se ter dado de suspeito o Juiz de Orfãos atual». «Foi nomeado Marcelino Jozé Pereira para cervir somente em dito Inventario».

18 DE FEVEREIRO – Nasce em Itu o padre Francisco Galvão-Paes de Barros. Foram seus pais Mateus Lourenço da Silva e d. Maria Leopoldina de Barros Paes. Sacerdote virtuoso, ilustrado, liberal e bondoso, foi durante trinta anos vigário de Piracicaba, onde, rodeado de estima e veneração de seus paroquianos, faleceu em 27 de outubro de 1898.

– Quando foi da reforma do cemitério local, mais ou menos em 1915, arruado que foi e demarcadas as suas quadras, a sepultura dêsse estimado sacerdote foi a unica respeitada pelo arruamento, como ainda se poderá ver, no Campo Santo da cidade.

2 DE MARÇO – Ofício do presidente da Província à câmara municipal, «acompanhado com hua copia do terreno por onde consta pertencer a Pastagem do lugar denominado Ibicaba ao Publico». A edilidade ficou inteirada e «que officie ao Juiz de Paz da Limeira para participe a esta Camara quando algum individuo queira se apropriarse do dito terreno».

22 DE MARÇO – Têrmo de compromisso passado entre o govêrno da Província de Cuiabá e Joaquim Francisco Lopes, para a abertura de uma picada; que partisse dessa Província e terminasse na Vila da Constituição, (Piracicaba). Revivia-se a antiga picada às minas de Cuiabá, passando por nossa terra.

– A segunda cláusula do compromisso assim rezava: «Levantada que seja a Bandeira, hirá passar o Rio Paraná no lugar em que julgar mais conveniente, começando, a picada por onde possa passar hum cargueiro, até que vare na Vila de Piracicaba, que também se chama Constituição, na Província de São Paulo».

– Joaquim Francisco Lopes deveria se apresentar às autoridades dos lugares por onde passasse. A sua passagem por São Paulo foi registrada na Secretaria do Govêrno a 10 de janeiro de 1838. A sua chegada a Piracicaba; (que vá Piracicaba mesmo!), foi assinalada num excelente trabalho de Joaquim Silveira Melio, publicado no «Jornal de Piracicaba», de 27 de novembro de 1915.

12 DE ABRIL – Sessão da câmara municipal, na qual foi objeto de estudo um officio do juiz de paz da Limeira, esclarecendo «não pertencer ao Publico o terreno do Porto do lugar denominado Iticaba e sim a Antonio Jozé da Silva». A edilidade resolveu officiar ao govêrno Provincial a respeito do caso, visto como a presidência da Província recomendava vigilância sôbre tal terreno.

– Para o cemitério da freguesia do Rio Claro dois terrenos em vista: um de escolha do vigário e outro de escolha dos moradores locais. A comissão, nomeada pela câmara desta vila, para resolver o assunto, optou pelo segundo. Infelizmente a ata da municipalidade não esclarece onde se localizavam tais terrenos.

13 DE ABRIL – Achava-se vaga a escola de primeiras letras da vila e o candidato à cadeira era Francisco José Machado, prefeito local o qual afirmava que era muito penoso ir a São Paulo para o devido exame. Por isso, a câmara municipal resolveu representar ao presidente da Província, pedindo para que «o dito Maxado» fizesse os exames de rigor perante a edilidade.

– «Propoz mais o sr. Presidente que achandose marcado lugar para o Cemiterio nesta Villa que se deve nomear hua Comissão de 2 Membros de acordo com o Parocho para darem o plano e orçamento para a construção do dito Cemiterio. Sahio os Senhores Mello e Garcia».

27 DE ABRIL – Officio da presidência da Província, em resposta à consulta da câmara municipal, informando-a de que o candidato à cadeira de primeiras letras, Francisco José Machado, está dispensado de fazer viagem a São Paulo para os devidos exames, podendo fazê-los perante os camaristas, sendo arguido por dois homens peritos nas matérias exigidas nas escolas primárias.

20 DE MAIO – Perante os camaristas reunidos extraordinariamente com autorização da presidência da Província, realizaram-se os exames a que se submeteu Francisco José Machado, candidato à cadeira de professor de primeiras letras. Foram examinadores o vigário Manuel José de França e o bacharel Delfino Pinheiro de Almeida, sendo o examinando aprovado.

30 DE MAIO – «Nos abaixo assinados nomeados pella Camara Municipal desta Villa para effeito de examinarmos o Cidadão Francisco José Machado nas materias necessarias ao Magisterio de 1.^{as} letras declaramos que tendo examinado o referido cidadão em presença da Camara nas materias mencionadas no artigo 3.^o das Instruções dadas pello Exmo. Governo para este effeito em 21 de Abril do corrente o aprovamos nas referidas materias por ter a todas ellas respondido satisfatoriamente. Delfino Pinheiro de Almeida (bacharel) e Manoel José de França, parocho».

2 DE JUNHO – Gabriel Gomes pediu à câmara municipal demissão do cargo de fabricante, (provedor da igreja), «por ter pouca pratica de ler e escrever, e alem disso é só no seu negocio e quando sai para fora não tem quem fique fazendo suas vezes». Ficou «izento porem depois de prestar contas».

11 DE JULHO – Em vereança, «leose um Requerimento de Jozé Ignacio Homem Segó desta V. em que pede que esta mande abrir a rua do Salto para poder o suplicante se utilizar da agoa do Salto». Despacho: «Informe o Senhor Prefeito».

12 DE JULHO – A congregação municipal, em vista de o número de praças das Guardas Nacionais da Vila e seu Têrmo, entrando as da reserva, ser de 609, resolveu officiar ao presidente da Província, pedindo a criação local de um Estado Maior.

18 DE JULHO – Parecer da Comissão Permanente: «Tendo de emitir suas opiniões a respeito dos abrimentos das ruas e das agoadas feixadas pellos quarteirões desta Vila e collocandose na informação do Sr. Prefeito é de parecer que se abra quanto antes as ruas feixadas pellos quarteiroens, e igualmente ficando francas as margens do Ribeirão Itapeva e outras quaisquer fontes ou agoadas que se achão cercadas e muito especialmente a agoada do aream que acha cercado de Vallo e serca, o qual deverá ter huma rua franca e alinhada pelo Arruador cuja rua irá ter na mesma agoada visto que é muita utilidade ao bem Publico porque não só a agoa é excelente como tão bem consta ter tabatinga e que esta deliberação se remeta ao Prefeito para dar a inteira execução».

14 DE JULHO – Deliberação da camara: mandar fazer «uma duzia de cadeiras de Palhinha visto que não tem mobilla de gosto algum e hé de muita necessidade não só para servidão da Camara como dos jurados». Ficou resolvido mais «que se officie ao Procurador para mandar fazer a dita duzia de Cadeiras porem que sejam bem tortes e de segurar», (de braços)»

9 DE SETEMBRO – O procurador da câmara requisitava desta corporação autorização para ajustar letrado, (solicitador), afim de, na Junta de Paz, acompanhar os processos articulados contra devedores relapsos, os quais haviam recorrido a essa mesma junta. A edilidade resolveu que o mesmo procurador fôsse à Junta de Paz para dirigir tais processos.

23 DE OUTUBRO – Portaria da presidência da Província, recebida pela câmara municipal, «marcando o dia 22 de abril de 1838 para a Eleição do novo Regente, em consequencia da Demissão do Exmo. Diogo António Feijó».

6 DE NOVEMBRO – Francisco José Machado participou à câmara haver solicitado demissão do cargo de prefeito à presidência da Província, desejando continuar com o «emprego» de secretário da edilidade. Para este cargo se oferecia gratuitamente Joaquim de Oliveira Cesar, mas a câmara preferiu o ex-prefeito, «por ser mais pratico e tinha mais experiencia». Acumulava, pois, dois cargos: o de secretário e o de professor.

7 DE NOVEMBRO – Sessão da câmara municipal um tanto rumorosa. Isso porque o reverendo vigário local havia requerido uma «data de terra» de sessenta palmos no terreno atrás da igreja. Uns vereadores eram contra a concessão e outros a favor. Na votação, houve empate e o caso ficou para ser resolvido noutra sessão.

– Também foi indeferida uma petição de João Pedro Correia, que alegava não poder tomar posse do cargo de juiz municipal, «por causa de suas enfermidades e mesmo por escrever muito mal, e que porisso não podia servir um emprego que todo o seu trabalho consiste em escrever».

– Igualmente foi lido um officio do professor de primeiras letras, Francisco José Machado, «enviando a sua Carta de nomeação para ser presente em Camara» e participando «ter aberto a Escola e de já terem concorrido para ela o numero de 58 meninos, desde o dia dezesseis de Agosto».

9 DE NOVEMBRO – O vereador Inácio José da Siqueira trouxe ao conhecimento da câmara o fato de haver na rua das Flores, (13 de Maio), uma construção fora do alinhamento, embora não fosse «rua da primeira fundação». A edilidade intimou fosse sanada a falta.

– Portaria da presidência da Província à câmara municipal, determinando se fizesse exame a António Benedito Ribeiro, opositor, (candidato), à cadeira de primeiras letras na Vila de Capivari, e dando instruções a respeito de tal exame.

– A edilidade deliberou não consentir «a tirada das pedras na ladeira que principia nas Casas de Manuel da Silva e dece para o Porto, visto que aquelas pedras posto que naturais estão cervindo de calçamento naquela rua, (talvez a rua Moraes Barros), e a sua falta dá lugar a formar-se escavações».

– Decisão final da congregação municipal, indeferindo a solicitação do padre França, vigário da localidade, que pedira «data de sessenta palmos no terreno atrás da igreja». A edilidade ainda tomou a «deliberação de jamais em tempo algum conceder-se data naquele terreno negado ao Reverendíssimo Vigário».

– Os camaristas condenaram fundamentalmente um desejo manifestado em officio pelo fiscal desta vila, qual seja o de usar armas de

foge, no cumprimento de sua tarefa, (matar animais vadios pelas ruas), «pelas consequências bastante funestas que podem provir da adopsão de uma tal medida».

10 DE NOVEMBRO – Consoante o parecer da Comissão Permanente, a câmara, no objetivo de fazer alguma coisa pela igreja local, que caia aos pedaços, resolveu endereçar à Assembléia Provincial uma representação enérgica, pedindo-lhe uma Capitação, (taxa), de cento e sessenta réis sôbre pessoas livres e escravos, cujo produto seria aplicado na reconstrução da matriz, com sobras para a cadeia e cemitério.

– Por indicação dos vereadores Inácio José Siqueira e Manuel da Rocha Garcia, a câmara municipal aprovou que se «fasa uma Postura marcando a altura das Cazas não menos de vinte palmos, e tôdas enxorradas» e que «os muros que fazem frente a rua sejam rebocados e branqueados»

– No risco, (planta), para a construção da cadeia faltou demarcar-se lugar para o Corpo da Guarda e «um frontespício para o sino». A câmara deliberou não modificar o risco para não prejudicar o arrematante, (construtor), mas exigiu o «frontespício para o sino».

11 DE NOVEMBRO – Em vereança, foi aprovada uma Indicação do edil Inácio José Siqueira, no sentido de não se permitir mais o sepultamento de defuntos dentro da igreja matriz, «porque se desses enterros dentro da Igreja rezulta algum lucro à mesma Igreja o mal que causa é maior que êsse lucro». Por officio, foi comunicada ao padre França essa deliberação, salvo quando se tratasse do falecimento de algum sacerdote.

– O camarista Inácio José Siqueira indicou «que se fasa um officio ao Exo. Sr. Prezidente da Provincia pedindo um Corneta como destacado nesta villa por tempo de seis mezes, ou anno, e que seja abil, e que saiba a Ordenança inteira não só para insinar algum Guarda como tão bem para tocar as oras do costume, e especialmente para tocar e fazer os sinais e xamadas no eizercicio do manejo».

– A cadeia velha ruia e a nova estava com sua construção encantada. À vista disso, o juiz de Paz do Têrmo officiou à câmara municipal, pedindo uma corrente, uma dúzia de algemas, uma dúzia de cadeados e consertos urgentes na dita cadeia velha.

12 DE NOVEMBRO – Nasce nesta vila o comendador Miguel António Gonçalves de Arruda. Desempenhou em nossa terra vários cargos de relêvo, tais como de vereador, juiz de paz, juiz municipal, suplente e delegado de polícia. Foi provedor, durante muitos anos, da Santa Casa de Misericórdia. Faleceu nesta cidade a 11 de agosto de 1896.

25 DE NOVEMBRO – Em vereança, leu-se um officio do fiscal da vila, o qual, tendo sido convidado pelo administrador do engenho d'água

«para abrirem o rumo da Convenção da Camara», consoante deliberação anterior da edilidade, se recusara a êsse serviço, pois lhe parecia que «essa divisa prejudicava o publico por isso não a abriu». Os camaristas resolveram que «não se deve alterar a demarcação do Rocio, poriso que é essa a divisa do Solo da Villa com os proprietarios vizinhos».

– Offício da câmara municipal da terra ao presidente da Província, pedindo uma Capitação de 150 réis, (taxa), por pessoa de seis anos para cima, afim de aplicar seus rendimentos nas obras da igreja matriz, cadeia e cemitério.

26 DE NOVEMBRO – Indicação do camarista Manuel da Rocha Garcia, aprovada pela câmara: «Sendo de maior vantagem para êste Município que a estrada, que se intenta abrir de Cuiaba, e que passa por Araraquara venha dali em direitura e rumo a esta Vila para daqui seguir pela estrada geral de Jundiahy o que se pode censeguir com facilidade proponho que esta Camara represente a Assembleia Provincial pedindo uma Resolução para que se abra desta Vila uma nova estrada e rumo a encontrar com a que vem de Araraquara e espendendo-se na representação as vantagens e tudo o mais que possa servir de informação a mesma Assembleia».

8 DE DEZEMBRO – Segundo as instruções do govêrno Provincial, a câmara chamou a exames a António Benedito Ribeiro, que desejava ser professor de primeiras letras em Capivari. Foi examinador principal o dr. Joaquim Inácio Ramalho, sendo o candidato arguido em tôdas as matérias, durante mais de uma hora e aprovado por fim.

– 1838 –

10 DE JANEIRO – A secretaria do govêrno da Província registra a passagem por São Paulo de Joaquim Francisco Lopes, encarregado pela Província de Cuiabá de abrir uma picada que se iniciasse nessa cidade e terminasse na «Vila de Piracicaba, que também se chama Constituição».

12 DE JANEIRO – Artigo de postura municipal: «Todo qualquer individuo que não seja estabelecido neste Municipio que venha de fora vender fazenda na terra, quer ande com tabuleiro na rua, quer venha particular pagarão dois mil e oito centos reis por um anno embora venda um dia e assim seguirão em outro anno, e esta Postura se porá em execução desde já té que venha sua aprovação da Assembléia Provincial».

14 DE JANEIRO – O vereador Domingos José da Silva Braga propôs à câmara, sendo aprovado, se officiasse à presidência da Província, ou a quem competir, pedindo um mestre de gramática latina e um professor, para meninas. A vila já possuia uma escola para a meninas.

– É esta a primeira notícia que encontramos nos anais locais com referência a uma escola feminina.

– Foi empossado no cargo de sub-prefeito de nossa terra Manuel de Toledo e Silva, que exerceu o bastão por poucos dias, pois logo mais, foi extinto o cargo de prefeito, passando, novamente, o legislativo e executivo à responsabilidade da câmara municipal.

26 DE JANEIRO – O vereador Domingos José da Silva Braga indicou à câmara municipal «que se acha intranzitável a rua da Barroca, (ainda não localizada), que desse para a rua da Praia», (do Pôrto), «em virtude de águas paradas, de ser o lugar pantanoso e por causa dos pescadores que lá vão arrancar minhocas. Pedia, pois, um artigo de postura, proibindo fazerem-se buracos nas ruas «dentro dos limites da Villa», «que não seja para formação de ediffício ou para tirarem formigas».

– «Indicou mais o sr. Braga que como as rendas desta Camara são diminutas, em vista da despeza, e olhando a necessidade que o Município tem de algumas obras era de parecer que se eleve as Cartas de Data a dois mil e quatrocentos mas sendo mil e duzentos a beneficio do cofre da Camara». Foi aprovado.

29 DE JANEIRO – Lei provincial n. 95, extinguindo o cargo de prefeito, que era uma espécie de representante do govêrno junto às camaras municipais. Não tendo êsse cargo correspondido ao que levou o legislador a criá-lo, desapareceu em virtude da lei acima, que revogou a lei de 11 de abril de 1835.

– Como se vê pelos anais da terra, o cargo de prefeito local assumiu, com pequena diferença, o papel de fiscal, no sentido executivo. Francisco José Machado, nosso primeiro prefeito, logo se desinteressou pelo cargo, passando-o ao vice-prefeito, depois de pequenas divergências com os vereadores.

5 DE FEVEREIRO – Abaixo-assinado do povo da vila, pedindo à câmara municipal fôsse o vigário encomendado local, padre Manuel José de França, conservado no seu pôsto, «visto que é homem probo e capaz de ser colado». A edilidade endereçou tal petição, acompanhada de seu apoio, ao revmo. bispo diocesano.

– «Encomendado» correspondia, mais ou menos, a «adjunto». «Colado» era titular.

11 DE FEVEREIRO – Incisivo ofício da câmara municipal local à Assembléia Legislativa Provincial, pedindo a quantia de rs. 10:000\$000 (avultada para a época), a fim de atender à construção da igreja matriz da vila.

25 DE FEVEREIRO – José Caetano Rosa, (titular de uma de nossas ruas), recusou o cargo de Juiz Municipal interino, que a câmara municipal lhe oferecera, na ação que Francisco Ferraz movia contra Francisco Florêncio da Silva, visto ser inimigo dêste último.

1.º DE MARÇO – Lei provincial n.º 20, criando o officio do primeiro tabelião público, judicial, notas e anexos, e registro geral de hipotecas da Vila da Constituição.

9 DE ABRIL – O camarista Manoel da Rocha Garcia propôs, em vereança, se officiasse aos Juizes de paz dos distritos Norte e Sul para que tomassem providência contra «os lazarentos que a Vila está cheia deles, isto em perigo de infestar o Município». Aprovado.

19 DE ABRIL – O govêrno provincial concedeu três meses de licença ao doutor Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra, juiz de órfãos desta vila, a fim de que pudesse participar dos trabalhos da Câmara Legislativa Provincial, da qual era deputado.

23 DE ABRIL – A ata da presente sessão da câmara municipal menciona, como mercedores de pequenos reparos, os seguintes trechos da cidade: a ladeira que vai à ponte do Itapeva, a rua do Bairro Alto, a rua da Barroca e a rua que desce pata a Ponte.

25 DE ABRIL – «Leo-se um officio do Profecor de Primeiras Letras pedindo bancos e mezas para o início de alunos bem assim uma Comição para verem se à ou não vantagens na escola; foi deliberado que se fizessem a Meza e os Bancos e nomeados para a comição de examinarem a escola os Srs. Theodoro Zeferino Maxado e Marcelino José Pereira». (Atas da câmara).

28 DE JULHO – Casa-se em Constituição José Stipp com Ana Teodora da Fonte. José Stipp foi um dos primeiros cidadãos alemães a estabelecerem-se em nossa terra, por volta de 1835, tendo vindo de sua pátria muito jovem ainda, em 1827. Faleceu a 11 de novembro de 1895, sendo tronco de numerosa e distinta família piracicabana.

6 DE JULHO – Portaria da presidência da Província, pedindo informasse a câmara da terra se possuía meios «para a factura do Caminho que comunica esta Vila com a Freguezia da Limeira e quando não os tenha de promover uma subscrição para esse fim, principalmente entre os moradores daquela Freguezia». A edilidade resolveu, entre outras providências, abrir uma «subscrição de braços», (ou quem quisesse concorrer com seus serviços gratuitos).

17 DE JULHO – A câmara municipal de Itu não queria mais pagar as despesas, feitas com os presos de Constituição que para lá eram

mandados «em depósito». Como a edilidade local tinha os cofres «ezauridos», resolveu recorrer à presidência da Província, pedindo verbas.

– As atas da municipalidade são tremendamente lacônicas. Mas o quadrinho acima dá a entender que os presos «perigosos» de Constituição, que não possui a cadeia condigna, eram mandados para Itu, cujas condições, no assunto, ofereciam mais confiança.

– A vista da portaria provincial, a edilidade «constituense» foi de parecer favorável que, na freguesia de São João do Rio Claro, se abrisse a mala da vila de Araraquara, (mala do correio), aceitando a nomeação do alferes Francisco de Paula Camargo, proposto para o cargo de administrador, que tinha «os requezitos necessarios para bem desempenhar as funções desse emprego».

18 DE JULHO – A presidência da Província participou à câmara municipal achar-se à disposição da edilidade local a importância de rs. 1.000\$000, para as obras da matriz. Os camaristas da terra tomaram providências para receber a quantia, nomeando José Alvares de Castro para seu depositante e Bento Manuel de Moraes para administrador dos bens em aprêço.

20 DE JULHO – «O Sr. Silva indicou que constando ter já se encontrado a picada que desta Vila vai em direitura a Prov. de Mato Grosso sendo inegavel a grande vantagem que resulta a Prov.a em geral e a este Municipio em particular a abertura quanto antes dessa estrada indico que se pese ao Exmo. Prezidente que aplique suas vistas desvelos para ela fazendo com que quanto antes se abra para fazer a Prov.a inteira desde já no gozo das vantagens que incessantemente à de ter com a comonicação entre as duas Prov. as». (Atas)

11 DE AGÔSTO – Sessão da câmara municipal, na qual Manuel de Oliveira Cardoso tomou posse do cargo de juiz de paz de Pirassununga e foi posta em concurso a cadeira de primeiras letras», (escola primária), de Limeira.

– O comércio com Cuiabá, Mato Grosso. Sedimento histórico que não se extingue... Mas a ponte sôbre o rio Corumbataí era obstáculo marcante... Mais uma vez, a êsse propósito, a Câmara Municipal se dirige ao govêrno da Província, pedindo auxílio...

26 DE AGÔSTO – Reunião da câmara municipal, na qual se leu um ofício da presidência da Província, aprovando a indicação de Antônio Ferraz de Camargo para o cargo de inspector da estrada de Araraquara, na freguesia do São João do Rio Claro. A edilidade tomou as derradeiras providências.

– Nessa mesma reunião, o vereador João Carlos da Cunha, baseado em lei provincial, chamava a atenção dos camaristas para o fato de Amâncio Gomes Ramalho acumular os cargos de coletor, tabelião e escrivão de órfãos, o que era proibido, «a fim de que a todo tempo esta Camara não seja taxada de inexata no cumprimento de seus deveres». Houve providências.

2 DE SETEMBRO – Tendo sido nomeado para o cargo de juiz de paz do Toledo, Francisco de Sampaio Gois compareceu à presente sessão da câmara municipal para recusar a nomeação, em virtude de sua idade avançada, «infermidade que o acompanha e não ter vista que sirva». Foi atendido.

– Ofício da presidência da Província à câmara da terra, determinando reunir as coletorias à administração do correio. Infelizmente, a ata da municipalidade não traz melhores esclarecimentos.

– Segundo ofício da presidência da Província, que a edilidade tomou conhecimento, determinando a nomeação de oficiais da Guarda Nacional do Curato de Pirassununga.

5 DE SETEMBRO – A presidência da Província oficiava à congregação dos vereadores, ordenando «que se mandassem os esclarecimentos e despesas da Ponte e Picada da estrada que segue para Cuiabá, cuja ponte é no rio Corumbataí».

6 DE SETEMBRO – Sessão dos camaristas, à qual compareceram Joaquim Ferraz de Campos e João Manuel de Aguirre para tomarem posse do cargo de juiz de paz da Capela de Toledo, (hoje Americana), ambos empatados nas eleições. O desempate favoreceu o segundo, ficando o primeiro na reserva.

22 DE SETEMBRO – A presidência da Província, em ofício dirigido à entidade municipal, desejava saber se havia neste município fontes de águas minerais. Os nossos responderam não existir tais águas nestas regiões. Naquele tempo, São Pedro ainda pertencia à Constituição, mas as fontes dessa localidade eram completamente ignoradas.

8 DE OUTUBRO – De conformidade com a solicitação do governo da Província, a câmara nomeou Francisco José Machado e Manoel Pias Ribeiro para os estudos referentes à picada da estrada que seguiria para Cuiabá, passando pela rio Corumbataí, para a fatura de cuja ponte foram nomeados Manuel Dias Ribeiro e Joaquim Marcelino da Rocha.

10 DE OUTUBRO – A câmara municipal nomeou os oficiais da Guarda Nacional para a Capela de Pirassununga: capitão – Teodoro de Andrade de Toledo; tenente – Pedro Correia da Silva; alferes – Antônio Pereira Galvão.

– Tomou posse do cargo de vereador suplente Belchior de Melo Castanho, um dos mais destacados «chimangos piracicabanos», no dizer de Nelson Camponez de Oliveira.

11 DE OUTUBRO – Policarpo Joaquim do Amaral Gorgel requereu à câmara lhe pagasse 1\$555 que venceu de custas como escrivão de paz do distrito do sul, nos autos-crime contra Jacinto Teixeira Pinheiro e mais «o pagamento de 6 por 100 de tudo que arrecadou durante o tempo em que servio de procurador desta Camara».

– A câmara da vila se dirigiu ao dr. José Batista Luné, «convidando-o a encarregar-se gratuitamente da propagação, (aplicação), da vacina nesta localidade, exigindo pronta resposta, afim de esta Camara convencionar-se com o dito Doutor ou outra qualquer pessoa para esse fim, mediante modica gratificação».

12 DE OUTUBRO – A comunidade dos vereadores se viu sem fôrças para promover «uma subscrição de braços», determinada pela presidência da Província, a fim de proceder-se à fatura do caminho desta vila à freguesia da Limeira. Resolveu, por conseguinte, officiar ao govêrno, pedindo outras instruções.

– Artigos de posturas, aprovados pela edilidade referentes à vacina obrigatória, estabelecendo multas de um a dois mil réis a quem não atendesse ao convite da câmara ou a quem, depois de vacinado, não voltasse a exame, «para ver o efeito da vacina». Quando fossem menores ou escravos, seus pais ou senhores responderiam por êles. Quanto a pobres, a multa se converteria em prisão.

13 DE OUTUBRO – O procurador da câmara consultava essa corporação «se deverá chamar a Juizo varias pessoas que não fizeram um caminho que da estrada de Campinas atravessa a sair no Taquaral, em que ao mesmo tempo diz que reconhece a injustiça com que tais pessoas foram multadas por não terem obrigação de fazerem dito caminho e que finalmente os resultados de recorrer a autoridade Judiciária seria prejudicar o cofre do Município».

– Sôbre assunto de interêsse da câmara, o vereador Domingos José da Silva Braga requereu à edilidade a expedição ao govêrno da Província de novo officio, «podendo acontecer que o officio remetido tenha levado descaminho no correio». Sempre o correio...

18 DE OUTUBRO – Descendente de alemães, nasce em Itapece-rica, neste Estado, então Província, José Perches de Menezes, construtor do prédio do Asilo de Órfãs «Coração de Maria Nossa Mãe». Abriu mão de seus direitos e salários, na referida construção. Faleceu em Piracicaba em 1901.

– 1839 –

8 DE JANEIRO – Indicação do vereador António José da Silva, visando superar a barreira do Salto do Piracicaba, porquanto o transporte local se fazia em grande escala pelo rio, no sentido de que fôsse aberto um «regio de água, tirado do principio da Cachoeira e vindo a fazer tanque no correjo Itapeva», «onde deverão parar os objetos transportados».

– O bacharel Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra, juiz de órfãos local, pediu licença de seu «emprego» à câmara municipal, visto ter viagem para São Paulo, a fim de participar dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial, da qual era deputado. Ao que parece, trata-se do primeiro parlamentar Paulista de nossa terra, ao lado de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, desde quando foi deputado brasileiro à Constituinte Portuguêsa, em Lisboa.

11 DE JANEIRO – Parecer da Comissão Permanente, favorável ao projeto de ser aberto «um regio de água, tirado do principio da Cachoeira e vindo a fazer tanque no correjo Itapeva», «onde deverão parar os objetos transportados». Êsse projeto visava vencer a barreira do Salto do Piracicaba, porquanto o transporte local se fazia em grande parte pelo nosso rio.

– Não podemos atinar como seria tal rêgo. O tanque, ao que se deduz, seria na foz do Itapeva. E o rêgo? E a topografia do terreno, na margem esquerda do rio? Somos levados a crer que o atual córrego do engenho seria o roteiro primitivo, com embarcações vencendo as águas bem acima da ponte de nossos dias.

– Em resultado da resolução de 19 de abril a Câmara Municipal informou o govêrno da Província quanto ao estado das obras da cadeia local, paralisadas por falta de verba.

12 DE JANEIRO – A câmara municipal nomeou os técnicos José Caetano Rosa e Bento Manuel de Moraes para os estudos e plantas relativas ao projeto «regio de agua», ligando o Piracicaba ao Itapeva, com um tanque-depósito, a fim de superar o obstáculo do Salto, porquanto, na época, o transporte era feito em grande escala pelo nosso rio.

28 DE JANEIRO – Roteiro de uma picada levada a efeito por Joaquim Francisco Lopes, por determinação do presidentte da Província de Mato Grosso, José António Pimenta Bueno, começando no rio Paraná, até atingir a Vila da Constituição, ao que tudo indica, o antigo caminho às celebrizadas minas do Cuiabá.

– Nesse roteiro, poucas são as referências a Piracicaba, (perdão! Vila Nova da Constituição), como estas: «Continuamos a picada atra-

vessando os Cultivados do dito Leite, ganhando os espigões em aguas do Curum bathay, de Peracicaba». «Do alto da Serra avistou-se os Canaviaes de Peracicaba e as Montanhas de Itu e Sorocaba».

9 DE FEVEREIRO – Nasce em Piracicaba, (outra vez!), o coronel Aquilino José Pacheco, figura de alta projeção no cenário político-administrativo da nossa terra. Foi intendente municipal, sendo elevada a soma de serviços prestados ao torrão natal, por êsse conterrâneo ilustre.

13 DE FEVEREIRO – Sessão da Câmara municipal, na qual o presidente fêz ver a seus pares ser necessário nomear-se um Juiz interino para presidir ao inventário de Maria Antonia, visto o titular ser suspeito no caso. Inácio Ferreira de Camargo foi o juiz interino escolhido, o qual debalde quis recusar o encargo «por achar-se com pé doente».

15 DE MARÇO – Os limites da Vila, para o lançamento do impôsto dos prédios urbanos, eram: «marcado a rua do Porto principalmente na ponte do Itapeva até a rua Boa Vista digo até Manoel Jesus Maria, rua da Bica do Itapeva até a rua Boa Vista, rua Sam Jozé desde o Itapeva até a esquina de Salvador Domingues, rua de Sto. Antonio, desde Manoel Duarte té Joaquim Jozé Correia, Rua da Boa Vista desde o Tenente Francisco Florencio té João Germano e o Patio da Matriz todo té encontrar a rua da Bica».

19 DE ABRIL – Desejando o govêrno da Província saber em que pé se achavam as encantadas obras da cadeia local, a câmara nomeou o alferes José Caetano Rosa e Joaquim José do Vale para estudos, exame, avaliação e relatório final, a fim de ser elaborada a resposta.

30 DE ABRIL – «Leo-se um requerimento de Francisco Cavalleiro da Silva, pedindo ser demitido do lugar de Fiscal, alegando não ter gratificação e ser doentio e rustico. Teve por despacho indeferido». (Atas da câmara)

2 DE MAIO – Os camaristas tomavam medida no sentido de legislar melhor sôbre as multas impostas pelos fiscaes, as quais, por falta de uniformidade, eram sempre abonadas em juizo, redundando mais em prejuizo do que lucro para os cofres municipais, visto que a edilidade tinha que pagar as custas.

– A câmara municipal resolvia determinar ao fiscal que «não existindo por hora necessidade da abertura dos quarteiroens e havendo opposição declarada da parte dos proprietários, é sem duvida prejudicial aos interesses desta Camara o prosseguir-se em semelhante medida, mormente nas circumstancias atuais, em que se tem de aludir aos outros objetos condizentes aos melhoramentos do municipio e para os quais esta Camara se acha baldada de meios».

4 DE MAIO – «O sr. Presidente propoz que era necessario declarar ao Fiscal que as ruas que se deve abrir é, a de Santo Antonio, a que João Correa tapou e a detraz chamada Gloria que o mesmo dito tapou e o quarteirão que Domingos Lopes feixou bem como a travessa do Areão afim de dar servidão á aguada aqueles moradores. Assim foi deliberado». (Atas da câmara)

28 DE MAIO – Portarias do govêrno da Província, nomeando Theodoro Zeferino Machado e bacharel Felipe Xavier da Rocha, respectivamente para os cargos de Juiz Municipal e Juiz de Orfãos.

31 DE MAIO – «Certifico que dice cincoenta Missas conforme a verba do Testamento da falecida D. Rosa, encomendadas, e satisfeita a sua Esmola pelo Ilmo. e Revmo. Sr. Manoel José de França, Vigario Colado da Vila da Constituição. Por ser verdade passo o presente. São Paulo, 31 de maio de 1839. Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade.»

18 DE JUNHO – Nasce na cidade da Baía o dr. António Pereira Rebouças, um dos nomes mais em destaque na engenharia civil brasileira, especialmente no que se refere à construção de estradas de ferro. Trabalhando na sondagem da ponte sôbre o Piracicaba, nesta cidade, foi acometido de febre perniciosa, que lhe deu cabo da existência, na capital do Estado, a 24 de março de 1874.

22 DE JUNHO – Portaria da presidência da Província, demonstrando seu interênce na picada em direção do Paraná e, para êsse fim, ordenando providências à câmara municipal constituense para a fatura da ponte sôbre o Corumbataí, necessária àquele plano.

10 DE JULHO – Presentes os camaristas, leu-se um requerimento de José Ribeiro, pedindo para gramar um terreno na frente de sua casa, na rua do Pôrto, (Morais Barros), pois que era para o bem público, o qual fecharia até à grama ficar grande e depois abriria o dito terreno. Posto em discussão, o pedido foi aceito, assinando o têrmo competente com a promessa de abrir tal terreno, mal a grama «fique incorporada».

11 DE JULHO – Parecer da Comissão Permanente, (aprovado) sôbre a representação do juiz de direito interino para se legalizar a divisa do fim da Serra, vulgarmente chamada de Araraquara do Tietê, entre esta Vila e aquela. Tal parecer indicava se nomeasse uma comissão de dois membros, os quais se deveriam apresentar na Capela de Brotas, a primeiro de setembro, para se unirem a outra comissão que a câmara de Araraquara deveria mandar, «comunicando-se esta Camara com aquela para o dito fim».

– À determinação do presidente da Província, sôbre a fatura da ponte sôbre o Corumbataí, necessária à picada aberta em direção do

Paraná, a câmara municipal respondeu que o trabalho mais pertencia ao govêrno, «pois que o Povo já está transitando por aquela picada».

– José Ferraz Pacheco fazia ver à câmara municipal que o caminho, que mandara abrir, desta vila para a freguesia da Limeira, por ordem do govêrno provincial, fora tapado por Angelo Alvim. Mandado abrir o caminho, por determinação do juiz de paz, novamente o Alvim o fechara. Ordem expressa da edilidade para que tal caminho ficasse desimpedido, sob pena de processo, para o bem comum.

13 DE JULHO – Resolução da congregação camarística, determinando que nenhum carneiro pudesse vender carne de vaca antes que o sol nascesse, devendo também o fiscal examinar as rezes antes de serem abatidas, porquanto «tem acontecido matarem com berne e bicheira e outras que já são mortas de peste para ser picadas e vendidas».

– Artigos de posturas aprovados pela edilidade: «Art. 1.º – Toda e qualquer pessoa que consentir na sua casa escravos de qualquer sexo, principalmente á noite, sofrerá a pena de 8 dias de prisão e multa de 20\$000. Art. 2.º – Todo aquêlê que tiver taberna e comprar canas, café ou açúcar a escravos, sem que estes se mostrem autorizados por seus senhores, sofrerá a multa de 6\$000 e 4 dias de prisão».

15 DE AGÔSTO – Em officio, a Câmara Municipal local se dirigiu à presidência da Província, com respeito às obras da cadeia, sem andamento, «o que torna bastante prejudicial ao Município». A edilidade ainda, em outro officio, fala das obras, também encantadas, da igreja matriz. Sempre a questão das verbas.

2 DE SETEMBRO – Portaria da presidência da Província à câmara municipal, solicitando informações exatas acerca dos trabalhos da comissão encarregada de estabelecer as divisas desta vila com a de Araraquara.

15 DE SETEMBRO – Reunião dos camaristas, aos quais se leu «um requerimento do reo prezo Joaquim Antonio de Andrade em que pede a esta Camara lhe mande dar sustento; posto em discussão, foi deliberado que o Procurador assistisse na forma do estilo e mesmo com luzes para a Cadeia».

10 DE OUTUBRO – Portaria da presidência da Província, attribuindo ao govêrno a fatura da ponte sôbre o Corumbataí, necessária para o uso público da picada em direção ao Paraná. Cientificada dessa resolução, a câmara municipal abriu concorrência, afixando os respectivos editais.

– «Leo-se um officio do Procurador da Camara fazendo ver à Camara que o sr. Vereador António José da Silva foi multado na Sessão passada em doze mil réis e que indo fazer a cobrança na Freguezia da Limeira não achou e que estava por São Carlos e depois pretendendo

cobrar o dito sobre que estava em São Carlos quando foi multado. Posto em discussão, a Camara levantou a multa ao dito vereador e que isso se participe ao Procurador».

11 DE OUTUBRO – Pela correspondência da Câmara, sabia-se que o município se achava dividido em seis distritos, com as denominações de curato de Santa Bárbara, curato de Pirassununga, freguesia de Limeira, freguesia de São João do Rio Claro, e distritos Norte e Sul, da própria Vila da Constituição.

12 DE OUTUBRO – «A Camara Municipal desta Villa vem á presença de V. Exa., (presidente da Província), pedindo solução acerca do off. por ella remetido», «no qual faz ver o estado da obra da cadeia», «em razão de se achar esta obra paralizada e danificando-se», «alem da privação que sofre este Municipio de não ter honde recolher seus presos com a devida segurança».

20 DE OUTUBRO – O tenente da primeira companhia de infantaria da Guarda Nacional, Inácio José de Siqueira, foi promovido a capitão comandante da segunda companhia, desdobrada da primeira, e, nesse caráter, aderiu à rebelião de Sorocaba e conduziu sua tropa na tomada da câmara local, em 20 de maio de 1842.

3 DE NOVEMBRO – Arrematação, (concorrência), da ponte sôbre o Corumbataí, necessária à projetada picada em direção ao Paraná. O porteiro da edilidade, na hora aprazada, anunciou o pregão e «esgotado todas as formalidades do estilo», dita ponte foi arrematada, (venceu na concorrência oral), por Pedro Gonçalves de Meira, pela quantia de 280\$000, tendo por fiador Inácio Ferreira de Camargo.

– 1840 –

7 DE JANEIRO – Sessão da câmara municipal, na qual foi lido um ofício do coletor de São Carlos, (Campinas), pondo à disposição da edilidade a quantia de rs. 600\$000 para as obras da matriz de Rio Claro. Os camaristas resolveram entregar tal importância ao vigário daquela Capela, nomeado depositário para tal fim.

8 DE JANEIRO – A comissão, nomeada pela câmara municipal para os estudos das divisas do município de Constituição com o de Araraquara, já terminara seus trabalhos. A edilidade endereçou os planos para aquela corporação, uma vez que a comissão araraquarense não compareceu ao local dos trabalhos, como fóra prévia e oficialmente combinado.

– Inácio Ferreira de Camargo pediu à Câmara municipal lhe atestasse se era residente neste município há três anos, se houvera praticado algum ato ofensivo às leis, se fóra pela edilidade nomeado alferes

de Guarda Nacional do Rio Claro e se também fôra nomeado fiscal para esta freguesia. Tudo justo e perfeito.

– O professor Francisco José Machado, a fim de receber seu ordenado, pediu à câmara atestação dos seus trabalhos. A edilidade foi positiva: excelente mestre quando dá «escola». Mas arranjou dois substitutos sem prática, que não oferecem disciplina, aos quais os meninos não têm respeito, a ponto de os pais tirarem seus filhos das aulas.

9 DE JANEIRO – Era necessario marcarem-se os limite, das ruas desta vila, «a fim de os prédios urbanos pagarem a competente dizima, bem como o preço da agoardente». Em vereança, resolveu-se que esta fôsse cobrada a 320 réis, «quanto porem a marcação de limites não se podia marcar em razão de não haver casas suficientes que possam pagar tal tributo, e que se os mais anos tem pago um tal tributo é mal individualmente porquanto algumas melhores há que estão em obras e os que estão acabados são muito insignificantes».

14 DE JANEIRO – Um dos fiscais da vila ofereceu à câmara municipal a compra da casa da ponte, (onde se cobrava o pedágio). A corporação deliberou que êle pusesse em praça tão somente as madeiras e telhas, ficando o terreno livre para servidão pública.

3 DE FEVEREIRO – António da Costa Carvalho fora nomeado pela câmara para o cargo de juiz municipal, (juiz de direito, mais ou menos). Compareceu êle, porém, ante os camaristas reunidos para mostrar-lhes que «não estava nas circunstancias de servir de Juiz Municipal em razão de não estar domiciliado nesta vila, pois que faltavam ainda uns meses para se declarar domiciliado».

– Veemente apêlo da Câmara Municipal à Assembléia Legislativa Provincial, no sentido de que fôsse designada a verba de rs. 4.000\$000 para as obras da igreja Matriz da Vila. Como se vê, as verbas quejandas nem sempre partiam da presidência da Província.

– A Vila de Araraquara desejava libertar-se da tutela judicial da Vila da Constituição, visto «ser muito longe e possuir numero suficiente de homens que podem servir como juiz de fato». Parecer favorável da Câmara Municipal de nossa vila.

19 DE FEVEREIRO – Denúncia levada à câmara municipal: o administrador de D. Gertrudes continuava com um valo já para diante do Itapeva, apoderando-se de uma parte dos terrenos do rossio, dizendo ainda que, quando tivesse os terrenos fechados, poria um portão seguro para não consentir que ninguém tirasse lenha, cipó e pedras e outras coisas necessárias ao povo, o qual sofreria assim graves prejuízos. Enérgicas providências da edilidade, ameaçando até prender D. Gertrudes.

– Como consequência dessa resolução, determinou-se fossem abertas as ruas do Areão, fechadas por Frutuoso José Coelho e todos os terrenos em geral que se achavam fechados e sem títulos e «as ruas que se acham tapadas por João Correia e Francisco de Paula», e, se necessário, com o auxílio do juiz de paz, oficiais da justiça e polícia.

11 DE MARÇO – Manuel António Pinheiro requereu à câmara municipal licença para fazer no rio Corumbataí um parí. Despacho: «na forma requerida, não impedindo o transito das canoas».

– Trabalho grande da câmara municipal para conseguir um juiz municipal interino, (o titular era suspeito), para presidir à «causa de libelo» que João Martins Barroso, do Rio de Janeiro, movia contra o tenente-coronel Agostinho João de Carvalho. Afinal, Luiz António de Camargo se prestou para o cargo.

27 DE MARÇO – «Constando á Camara Municipal desta Villa que muitos comerciantes da Cidade de Cuiabá pretendem dirigir suas especulações a esta Vila pela facilidade que encontrão na navegação do Rio Piracicaba; e sendo mister para animar-se aos novos empreendimentos e mesmo aquelles que já tem costume dirigirem-se a mesma Villa, a formarem um Rancho a margem do mencionado rio onde se recolherão as canoas das monções até que se forneção dos objetos de transporte aquelles emprehendedores, esta Camara pois a quem é incumbido de promover o melhoramento do comércio e industria não podendo mandar fazer semelhante obra á expenças das rendas municipais por serem ellas bastante escassas, se recorre a V. Exa...»

7 DE ABRIL – O vereador Francisco de Toledo Silva pediu à câmara dispensa de assistir à presente sessão, (os faltosos eram multados), porque «estava com grande trabalho no seu sitio por estar levantando seu engenho e que este serviço era perigoso em razão de estar levantando madeira grossa e que se fazia muito necessário ele estar presente». Dispensado.

11 DE ABRIL – Parecer da Comissão Permanente, aprovado pela edilidade, no sentido de se officiar à câmara de Araraquara, pedindo para que seus delegados estivessem a 15 de maio na Capela de Brotas, «afim de se unirem aos enviados desta Camara e marcarem as divisas» daquele município com o de Constituição.

26 DE ABRIL – Avançavam nos terrenos do róssio, por meio de valas e cêrcas, quase todos aquêles que pediam «datas de terra». O fiscal se via sem fôrça para coibir o abuso por falta de gente. A câmara resolveu se dirigir ao govêrno da Província nesse sentido.

2 DE MAIO – «Certifico que dice cincoenta Missas conforme a verba de Testamento da finada D. Rosa, mulher do sr. José Joaquim

Correa, encomendadas pelo Testamenteiro, sr. Capm. João Francisco de Oliveira, de q. recebi a esmola de seiscentos e quarenta réis por cada huma; assim mais huma Missa de corpo presente, do referido é verdade de que afirmo in fide Parochi. Constm. 2 de Maio de 1840. O Vigro. Manoel Je. de França».

6 DE MAIO – Os camaristas se dirigiram, por ofício, à presidência da Província denunciando Frutuoso José Coelho que, por meio de um valo obstruiu uma rua local sem que para isso tivesse título de posse, ou licença comprobatória.

16 DE MAIO – Ofício da presidência da Província à municipalidade, determinando que Frutuoso José Coelho «ponha franca uma rua que está tomada pelo mesmo».

28 DE MAIO – Em vereança, o presidente da corporação propôs que era necessario que a câmara marcasse os limites dos prédios urbanos para o pagamento da competente dezima. Ficou deliberado que se marcasse a vila toda em sua circunferência para tal caso.

28 DE MAIO – Importante resolução da câmara da terra: a reunião dos dois distritos em que se dividia a vila em um só, «para evitar conflitos de jurisdição entre os Juizes de Paz». Foi oficiado aos juizes de paz de ambos os distritos desta resolução.

– Isso era, mais ou menos, que se na atualidade nós tivéssemos duas prefeituras a comandar a parte do executivo, bem como dois juizes de direito indistintos e suas respectivas complicações;

– Pelos camaristas, foi indeferido um requerimento de Francisco Velozo, «que pedia mais prazo para branquear a sua casa por ser pobre». É que a edilidade estava no firme propósito de aformosear a vila, obrigando os proprietários de prédios à caiação e pinturas decentes.

6 DE JUNHO – Tendo sido nomeado pelos camaristas para o cargo de procurador da municipalidade, (tesoureiro), Luiz Manuel Correia declinava da escolha por não saber ler.

10 DE JULHO – Congregados os camaristas, o presidente da corporação lembrou que o edifício da cadeia, quase a concluir-se, «não tinha janela suficientes que chegassem para clarear as Sallas e aformosear a Cadeia, visto que no plano, (planta), dado nada disso ouve». Foram tomadas as providências necessárias, não só quanto às janelas, e «as grades de pao para as inxuvilhas».

2 DE AGÔSTO – Em vereança, tratou-se do encontro das comissões de Constituição e Araraquara, para ultimarem as divisas dos dois municípios. O encontro se daria na Capelinha da Serra de Araraquara, tendo em vista as divisas já feitas «pelo Ribeirão do Feijão abaixo até o

Rio do Jacaré e daí segue direito a Serra faltando somente efetuar a divisa da Serra ao Rio Tiethe».

13 DE AGÔSTO – Portaria da Presidência da Província, registrada nas atas da Câmara Municipal, comunicando «aver tomado o leme do estado o Augusto Monarca Sr. D. Pedro 2.º» e determinando se publicasse a notícia com os devidos festejos.

16 DE AGÔSTO – Sessão extraordinária da câmara municipal, na qual o presidente José Alvares de Castro disse «ter sciencia exata de que S. M. Imperador, Sr. D. Pedro 2.º foi colocado no Trono Brasileiro», (maioridade). Os camaristas, diante de tal notícia, deliberaram a realização de um Te Deum na matriz com discurso análogo e três dias de luminárias.

19 DE AGÔSTO – Nasce no Rio de Janeiro o dr. Estêvão de Souza Rezende, Barão de Rezende. Cedo se radicou em Piracicaba e aqui deixou traços marcantes de sua operosidade e iniciativa. No Engenho Central, na Santa Casa de Misericórdia, na navegação fluvial, na câmara municipal, no jornalismo, muito batalhou pelo progresso de nossa terra. Como vereador, foi notável. Faleceu nesta cidade a 11 de agosto de 1909, sendo, a bem dizer, o último monarquista de Piracicaba.

22 DE AGÔSTO – Começaram na Vila as luminárias, as quais duraram três dias, em homenagem a Sua Majestade Imperador, D. Pedro II, que subira ao trono em virtude de sua Maioridade, declarada pelas duas câmaras legislativas do país.

23 DE AGÔSTO – Solene Te Deum na Matriz local, com discurso alusivo pelo vigário, em virtude de haver subido ao trono, (maioridade), D. Pedro II, no dia 23 de julho.

25 DE AGÔSTO – Na Capelinha da Serra de Araraquara, encontraram-se as comissões de vereadores de Constituição (Piracicaba) e de Araraquara, as quais iriam deliberar, em definitivo, sobre as divisas desses dois municípios, então limítrofes.

13 DE SETEMBRO – A Câmara da Vila da Constituição se rejubila com o governo da Província por «aver tomado o leme do estado o Augusto Monarca D. Pedro 2.º», dando conta dos festejos aqui realizados.

– Os camaristas tomam conhecimento de uma representação do povo da terra, pedindo a conclusão da estrada para o Paraná. A edilidade endereçou tal petição à presidência da Província.

17 DE SETEMBRO – Pela primeira vez as atas da câmara falam de uma apuração geral nas eleições para vereadores. Ao que parece, caíra o processo das eleições por pelouros. O vereador mais votado, para o exercício de 1841 a 1844, foi António Fiuza de Almeida, que obteve 930 votos. Foi presidente da edilidade, deposto pela Revolução liberal de 1842.

28 DE SETEMBRO – Em ofício, a presidência da Província se dirige à câmara municipal desta vila, solicitando informações exatas, com referência às estradas públicas que atravessavam o município.

6 DE OUTUBRO – Em vereança, leu-se um requerimento de José Balduino Lopes, que pedia «uma ilha na beira do Rio junto do Salto». Discutido o assunto, e posto em votação, foi indeferido.

8 DE OUTUBRO – Por um atestado solicitado à câmara municipal por Francisco José Machado, professor da escola de meninos da vila, sabe-se que nesse estabelecimento de instrução primária havia 86 alunos «em ensino efetivo».

12 DE OUTUBRO – Nasce em Itapetininga o dr. Cipriano José Soares, que foi, segundo se afirma, o primeiro promotor público efetivo de Constituição, (Piracicaba). Tomou posse desse cargo a 17 de agosto de 1864, logo após haver sido a cidade designada como sede de comarca.

9 DE NOVEMBRO – Primeira notícia de licença a professor que foi encontrada nos anais da cidade. O mestre-escola Francisco José Machado, regente da escola de meninos, obteve licença do govêrno da Província, sem vencimentos.

14 DE DEZEMBRO – Nasce nesta cidade o coronel João Morato de Carvalho, tronco de numerosa família. Foi contemporâneo de Prudente de Moraes. Adiantado agricultor e pessoa muito caritativa. Irmão benemérito da Santa Casa de Misericórdia local, à qual, ao morrer, deixou excelente legado. Faleceu nesta cidade mesmo a 19 de abril de 1914.

– 1841–

8 DE JANEIRO – Joaquim José Vieira, residente na freguesia da Limeira, pediu licença à câmara municipal de nossa terra para fazer correr uma rifa. Foi deferido o pedido na sessão de 9 do mês acima.

11 DE JANEIRO – A câmara municipal aprovou as divisas dos municípios de Constituição e Araraquara, demarcadas pelas comissões de vereadores de ambas as edilidades, «não só por ser a divisa muito simples e natural como por concordarem nela ambas as partes».

12 DE JANEIRO – Escritura de compra e venda, passada no 2.º tabelionato da vila, pela qual o marquês de Valença adquiriu ao ajudante José Alves de Castro e sua mulher Maria Benedita do Amaral, vasta faixa de terreno, onde hoje se encontram o Mirante, o Engenho Central, indo além. Os vendedores se firmavam em inventário de pais e sogros, capitão José Alvares de Castro e sua mulher Rosa Maria de Moraes.

– «A Comissão Permanente, (câmara municipal), dando conta do trabalho a que foi encarregada do requerimento de Maximiliano Rodrigues, pedindo que se mande retirar a cerca de Joaquim Marins

Peixoto afim de ficar desembaraçada a rua e a vista da informação do Fiscal hé de parecer que se recomende ao Fiscal que se mande por franca a dita rua intendendo-se para isto com o dito Joaquim Marins Peixoto que não haja demora e nem empaliação».

– Ofício da presidência da Província à câmara municipal, pedindo informes sôbre a Capela de Santa Bárbara, cujos moradores desejavam fôsse a mesma elevada à vila. As informações se referiam a população, número de fogos, agricultura, comércio, se prometia progredir e «se há numero suficiente de homens aptos para os empregos publicos».

13 DE JANEIRO – O vigário Manoel José de França pediu à câmara municipal que «mande gratificar o seu trabalho no discurso eleitoral que recitou» quando das eleições municipais. Foi atendido com a importância já combinada de rs. 12\$000.

– Também o padre José Maria, solicitou da edilidade ser pago da quantia de rs. 1\$800, «de xumbo que gastou quando aparecerão uns Desertores nas imediações desta Vila». «Pague-se» foi o despacho.

– Por proposta do vereador Antônio José da Conceição, a câmara municipal resolveu conceder datas de terra «na subida da rua do Porto, (Morais Barros), mormente nos terrenos devolutos quando os «supplicants tenham possibilidade de edificarem» e «não tenham sido agraciados com alguma outra data».

14 DE JANEIRO – O prédio da cadeia estava finalmente pronto. Curioso relatório da Comissão Permanente, encarregada de vistoriar obras, apresentado à congregação municipal. As «malfeitorias estavam tão tremendas que delas nada se salvou. A edilidade resolveu levar o caso ao conhecimento da presidência da Província.

24 DE JANEIRO – O juiz de paz do Sul pedia à câmara municipal fôsse a Cabeça do Têrmo passada ao juiz de paz do Norte. Tal era também o pensamento da edilidade, visto a cadeia, com todos os trabalhos de juri, se localizava no distrito do norte, (hoje Praça José Bonifácio). Mas o caso foi levado ao govêrno da Província para resolver.

– O corpo de vereadores prestou as informações requeridas pelo govêrno da Província sôbre a Capela de Santa Bárbara, cujos moradores desejavam fôsse a mesma elevada a Vila. População não pequena, quase 400 fogos, bons terrenos, bons estabelecimentos e engenhos de açúcar, com promessas de maior progresso e pessoas aptas para empregos públicos, (vereadores, juizes etc.).

7 DE FEVEREIRO – Relatório da comissão encarregada pela municipalidade para examinar a ponte sôbre o Corumbataí, pronta para ser entregue ao domínio público. A câmara deliberou receber dita

ponte, com a condição de o arrematante «tirar um gequitibá que lá existe fazendo tranqueira na ponte»

14 DE FEVEREIRO – Reuniram-se os camaristas e o presidente da corporação, Antônio Fiúza de Almeida, falava, mais uma vez, da urgente necessidade de dinheiro para as obras da matriz. Nesse sentido, foi endereçado outro apêlo à Assembléia Provincial pois a quantidade rs. 600\$000, votada em 1839, não fôra suficiente.

28 DE FEVEREIRO – À corporação municipal reunida, o Juiz de direito da comarca pedia informações se a Vila de Araraquara estava em condições de ser Cabeça de Têrmo. A edilidade, presente a lista de jurados daquela vila, informou àquela autoridade que Araraquara ainda não estava em condições de ser Cabeça de Têrmo.

5 DE MARÇO – Nasce o conterrâneo surdo-mudo Joaquim Pereira de Arruda, educado no Instituto Benjamim Constant, do Rio, onde aprendeu a arte de mecânico. Muito vivo, em Constituição, montou uma oficina, fabricando, com um auxiliar, carros, ventiladores para cereais, mobílias etc. As paredes de sua oficina, situada à rua 13 de maio, «pareciam enormes folhas de cadernos de notas, cheias de perguntas e respostas a lapis». Era casado com d. Maria Amélia Ribeiro e faleceu a 7 de agosto de 1893.

14 DE MARÇO – Antônio Venerando Teixeira pedia à câmara municipal fôsse pago da quantia de rs. 32\$000, por duas çuaritas que fêz para a cadeia.

28 DE ABRIL – Salvador da Silva requereu ao corpo da câmara dispensa do cargo de juiz de paz da Capela de Pirassununga, para o qual fôra nomeado, em virtude de suas moléstias e por não saber ler, nem escrever. Foi atendido.

– Pela ata da sessão da câmara municipal, sabe-se haver falecido Francisco José Machado. Priineiro prefeito municipal de nossa terra e um dos primeiros professores da vila; também foi o primeiro tabelião de Constituição e primeiro escrivão da municipalidade. Contava cerca de 45 anos ao falecer e era natural de Jundiáí. Foi elemento de destaque, nos tempos iniciais da Vila Nova da Constituição. Pertenceu ao celebrizado partido dos Quarenta Coligados.

29 DE ABRIL – Domingos José Lopes solicitava da câmara municipal a dispensa do cargo de juiz municipal interino, visto «de ter de hir a seo citio e o depois para as Brotas, e Araraquara onde pretendia gastar o menos o prazo de dois mezes».

30 DE ABRIL – Por proposta do edil Antônio José da Silva, o corpo de vereadores representou a Sua Majestade o Imperador D. Pe-

dro II, pedindo-lhe fôsse conservado na presidência da Província de São Paulo o Coronel Rafael Tobias de Aguiar e Castro – depois, em 1842, chefe da Revolução liberal.

3 DE MAIO – Estando marcado o dia 23 do mês presente para a coroação de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, a câmara municipal tomou providências para solenizar o feito, nomeando uma comissão para os preparativos preliminares, composta dos vereadores Antônio Fiuza de Almeida e dr. Felipe Xavier da Rocha.

23 DE MAIO – Durante a sessão da câmara, pelo padre Manuel José de França e Amancio Gomes Ramalho, foi examinado Aurélio Justino Franco, opositor, (candidato), à primeira escola primária na Freguesia de Limeira. Foi aprovado.

14 DE JULHO – João Batista Leite Penteado pedia providência aos vereadores por ter sido maltratado pelo fiscal da Capela de Santa Bárbara, em noite de eclipse, quando dera uns tiros para o ar. (A crença afirmava ser o eclipse um castigo, que só passaria com tiros para o ar). A edilidade resolveu nada fazer conta o funcionário municipal.

15 DE JULHO – Enérgica intimação da câmara municipal ao fiscal da vila sôbre cabras, porcos e cães que infestavam as ruas locais, bem como sôbre a limpeza das aguadas e extinção de formigueiros, «usando de toda economia o que deve ficar a seo cargo».

16 DE JULHO – Em vereança, foram nomeados fabriqueiros, (provedores de igreja), para as freguesias de Limeira e do São João do Rio Claro, a José Martins da Cunha e João Leite do Amaral, respectivamente.

18 DE JULHO – Grandes festas na vila, promovidas pela camara municipal, solenizando a coroação de Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II, realizada na Côrte, no data 23 de maio do presente ano.

– Perante os camaristas reunidos, sendo aprovado, prestou exame para mestre da escola de primeiras letras da vila, que se achava vaga pelo falecimento do seu titular, Bento Pais de Campos Melo.

2 DE OUTUBRO – O então presidente da Província e chefe de esquadra, Miguel de Souza Mello e Alvim, encarregou ao alferes José Porfírio de Lima de proceder aos necessários exames para a abertura de uma estrada que da Vila da Constituição fôsse a Curitiba.

4 DE OUTUBRO – Nasce em Itu o dr. Prudente José de Moraes Barros, primeiro presidente civil da República. Vindo moço para Piracicaba, aqui se radicou e ocupou os mais distintos cargos políticos, prestando assinalados serviços à terra de opção. Foi deputado provincial e

vereador local. À sua iniciativa se deve a volta do nome de Piracicaba à cidade. Faleceu entre nós em 3 de dezembro de 1902.

8 DE OUTUBRO – Proposição do vereador Pedro Ferraz Castanho, no sentido de que a corporação municipal tomasse providências sobre o cemitério da vila, «pois acha-se no maior abandono possível». A Fábrica, (provedoria da igreja), não tinha dinheiro para tal e a edilidade resolveu abrir uma subscrição, a fim de tratar de resolver o assunto.

– Relatório da Câmara Municipal, endereçado ao govêrno da Província: «A única estrada que passa pelo município e vai ter a Cidade nesse cita de grandes melhoramentos mormente desde esta Va. até a Va. de Jundiahy. A Instrução primaria se acha em bom estado pelo desvelo que emprega o Professor contando ella o numero por ora de quarenta e seis alumnos em razão de ser a pouco tempo provida de Professor. A Cadeia se acha em obra e reparando-se alguns defeitos que o empresario deixou de acautelar e tornou-se necessario alguma prestação para a sua conclusão. A Matriz se acha algum tanto arrazada não obstante a concorrência do Povo e portanto necessita para ao menos decentemente nella se celebrarem os Sacramentos a quantia de quatro contos de réis. Há necessidade de uma ponte no Corrego Itapeva ao caminho ou estrada que segue para a Cidade a qual devendo ser feita pellos cofres do Município por ser tal Corrego situado na entrada da Vila contudo necessitace de socorro dos cofres provinciaes visto que a Receita mal chega para satisfazer as despezas mais urgentes dêste Município».

– 1842 –

20 DE JANEIRO – Tomou posse da presidência da Província de São Paulo José da Costa Carvalho, barão de Monte Alegre. Costa Carvalho pertencera à Regência Trina, da qual se retirou, indo repousar em Monte Alegre, então sua propriedade agrícola, situada no município de Constituição.

29 DE JANEIRO – À Assembléa Provincial de São Paulo, o deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro apresentou o seguinte projeto: «A Assembléa Legislativa Provincial decreta: Artigo 1.º – Fica erecta em Vila a Freguesia de Limeira, compreendendo em seu terreno o destrito da mesma Freguesia e o da de São João do Rio Claro e de Pirassununga. Artigo 2.º – Fica revogada a Lei em contrário». As freguesias de Limeira, Rio Claro e Pirassununga faziam parte do território político da Vila da Constituição.

31 DE JANEIRO – Sessão da câmara municipal, na qual foi lida uma participação do Barão de Monte Alegre, comunicando sua posse no cargo de presidente da Província de São Paulo. Em resposta, a edili-

dade hipotecou ao novo titular da Província o seu empenho de coadjuvação «com todas as forças que estiverem ao seu alcance».

– «O sr. Presidente propos que tendo caído dois lances da ponte do Rio grande desta Vila e que os moradores de lá tinham consertada a sua custa com brevidade e agora pedião que esta Camara mandasse pagar os dias a seos escravos que trabalharão no dia santo que andavão numa limitada quantia». Providenciado.

1 DE FEVEREIRO – Em vereança, o vereador António José da Conceição «pedio a palavra e indicou que na rua do Pau Queimado, (Alferes José Caetano), existia uma lagoa no meio da rua e que se achava intransitavel por dali ter sahido terra para as taipas da matriz e que era da necessidade providenciar a tal respeito». Foi providenciado.

– Também foi deliberado pedir-se ao Govêrno autorização para se ter nesta vila um destacamento de dez guardas nacionais pagos pela Nação, «visto que nesta vila ha indicios de aver quadrilha de ladrões como tem avido em outras Villas vizinhas».

2 DE FEVEREIRO – Sessão da câmara municipal, na qual se leu um requerimento, do vigário local, que pedia providências contra um alagadiço existente na rua de sua residência, a qual, nos dias de chuva, se tornava intransitável. Para o reparo devido, oferecia dois trabalhadores a beneficio público. A edilidade ficou de providenciar.

– Nessa mesma sessão, o vereador dr. Felipe Xavier da Rocha comunicava a seus pares que o juiz de paz da freguesia de Rio Claro não sabia escrever e pedia a terceiros darem sentenças, assinando-as apenas. Pedia fôsse êle destituido do cargo e chamado seu immediato. Assim foi feito.

5 DE FEVEREIRO – Em vereança, o vigário local pediu à câmara, um atestado para poder receber seu trimestre. A edilidade atestou que havia desempenhado suas obrigações, e disse se compreende que o pároco era como que um funcionário municipal.

– Os vereadores pedem ao govêrno da Província «um destacamento de doze homens», «comandados por um oficial inferior», visto que tinham receio «que ua quadrilha de ladroins tenta acometer a Villa, segundo já o tem feitos nas Villas vizinhas».

18 DE FEVEREIRO – Pela lei provincial n. 9, do conselheiro padre Vicente Pires da Mota, presidente da Província de São Paulo, a Capela Curada de Santa Bárbara, da Villa Nova da Constituição, foi elevada à categoria de freguesia.

27 DE FEVEREIRO – A municipalidade projetava um canal que, pelo Itapeva, fôsse ao rio Piracicaba, para transporte de mercadorias que devessem ser embarcadas por via fluvial. As atas que tratam do

assunto são falhas nesse particular e, hoje, quase se não compreende a possibilidade de tal canal. A corporação de vereadores ficou de dar mais uns passos nesse sentido.

8 DE MARÇO – Lei Provincial n. 25, criando o município de Limeira, ex-Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi, desmembrado do município de Vila Nova da Constituição.

31 DE MARÇO – Portaria da presidência da Província endereçada à câmara municipal, cientificando-a haver a freguesia da Limeira ter sido, elevada à vila, desmembrada do município de Constituição.

7 DE ABRIL – A edilidade, por portaria da presidência da Província, ficou inteirada haver a freguesia de Limeira passado à condição de vila, independente de Constituição, (Piracicaba). Os edis constituintes deliberaram tornar a resolução governamental conhecida dos habitantes da nova vila, por meio de editais.

1.º DE MAIO – Dissolução da Câmara Legislativa dos Deputados. Azedos os ânimos imediatamente ficou resolvido o movimento sedicioso que se chamou Revolução Liberal, com o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar à frente, sendo destacados emissários para o interior da Província para arregimentar fôrças. Em Constituição, recebeu as primeiras determinações o padre Manuel José de França, vigário local.

2 DE MAIO – Perante o corpo de vereadores reunidos tomou posse do cargo de juiz municipal de órfãos o delegado da vila e têrmo o bacharel Vicente Ferreira da Silva Bueno. É a primeira vez que encontramos a palavra «delegado» nos anais locais, salvo êrro ou omissão.

17 DE MAIO – Chefiada pelo brigadeiro Tobias de Aguiar, com a colaboração dos senadores Feijó e Vergueiro, os Andradas, Paula Souza e outros, estala em Sorocaba a Revolução Liberal, na qual direta e incisivamente Piracicaba, (Constituição), se viu envolvida.

– Carta de João Viegas Muniz ao padre França, então vigário da Vila Nova da Constituição, dando notícias do andamento da Revolução Liberal, com o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar à frente.

– Reunião extraordinária da câmara municipal de Sorocaba – início declarado da chamada Revolução Liberal, chefiada pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, revolução essa em que Constituição se viu seriamente envolvida.

19 DE MAIO – Importante reunião dos sediciosos da então Vila Nova da Constituição, dentro já da Revolução Liberal, comandada pelo brigadeiro Tobias, a qual reunião se efetuou na residência do padre Manuel José de França.

21 DE MAIO – Em plena Revolução Liberal, chefiada pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, os revoltosos locais, comandados pelo capitão da Guarda Nacional, Inácio José da Siqueira, tomam de assalto a câmara municipal da Cidade, que se localizava no casarão da cadeia pública, situada na hoje praça José Bonifácio.

– A tomada da câmara foi simples, porquanto os situacionistas não ofereceram a menor fôrça, uma vez que se tinha como certa a vitória da revolução. Os sediciosos se apresentaram para o ato com aparato bélico incomum, o que sobressaltou a vila.

– Na tomada da câmara pelos liberais, notavam-se as seguintes companhias da Guarda Nacional: 1.^a de infantaria, comandada pelo capitão João Francisco de Oliveira Leme; 2.^a companhia, sob o comando do capitão Inácio José de Siqueira; companhia de cavalaria do comando de Elias de Almeida Prado; 1.^a companhia da Guarda Policial, do capitão José da Cunha Raposo; 2.^a companhia, do capitão Caetano da Cunha Caldeira; e o corpo da Guarda Municipal Permanente.

– A nova câmara resolveu, depois de destituir autoridades, nomeando outras para substituir aquelas, transmitir à edilidade de Araraquara a proclamação do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, chefe da Revolução Liberal, nomeado pela câmara de Sorocaba como presidente interino da Província de São Paulo.

– A bem dizer, começou nesta data a adesão dos sediciosos da então Vila Nova da Constituição à Revolução Liberal desse ano. Um officio da câmara municipal de Capivari, dando conta da adesão da vereança capivariana à causa, recebido aqui pelo tenente Afonso Agostinho Gentil de Andrade, precipitou os acontecimentos.

21 DE MAIO – Em vereança, (edilidade sediciosa), foi lida a proclamação do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, chefe da Revolução Liberal e aclamado presidente interino da Província pelos sorocabanos, na qual, entre outras coisas, chamava o presidente da Província, marquês de Monte Alegre de «procônsul, que, postergando os decretos mais sagrados, veio comissionado para reduzi-la, (a Província), ao estado do mísero Ceará e Paraíba».

– A edilidade revoltada, em reunião, deliberou participar ao presidente interino da Província, brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, dentro da Revolução Liberal, os acontecimentos da véspera, ou seja a destituição da câmara municipal e autoridades e consequente nomeação de substitutos.

26 DE MAIO – O capitão da Guarda Nacional, Inácio José de Siqueira, é, pelo chefe da Revolução Liberal, brigadeiro Tobias de Aguiar,

nomeado comandante militar da praça da Vila Nova da Constituição, cuja câmara havia sido deposta pelos revoltosos da vila.

27 DE MAIO – «O Paulista n. 1», órgão dos sediciosos, publicava: «Consta que a cidade de Itu, e as Vilas de Faxina, Itapetininga, Pôrto Feliz, Constituição e Capivary já têm feito iguaes aclamações, e talvez a esta hora o mesmo se tenha feito em toda a Província»

28 DE MAIO – O major Melchior de Melo Castanho, presidente da câmara revoltosa, em pleno andamento da Revolução Liberal, deixa seu pôsto para ingressar num contingente de voluntários, partidos da então Vila Nova da Constituição.

29 DE MAIO – Em sua correspondência, o padre Manuel José de França veiculava os mais descontraídos boatos a respeito da Revolução Libertadora, à frente da qual se encontrava o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar.

4 DE JUNHO – Tendo reunido um troço de 48 homens e desejando juntar-se às fôrças rebeldes, o capitão Inácio José de Siqueira, comandante interino da praça de Constituição, deixou seu cargo e se dirigiu a Itu, a fim de participar diretamente da luta.

Em Itu, onde se encontrava, o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, chefe da Revolução Liberal, subscreve o celebrizado «Manifesto» aos revoltosos da Vila Nova da Constituição, concitando-os à luta.

– Ultima sessão da câmara revoltosa da Vila da Constituição, dentro do movimento chamado Revolução Liberal. É que já se não tinha dúvida da vitória das fôrças do govêrno, prevendo-se a fuga do brigadeiro Tobias e seus companheiros de aventura.

– Nessa reunião, só se tratou de assuntos relacionados à rebelião, citando os nomes do padre Manuel José de França, sargento-mor Joaquim António da Silva, Luiz Teixeira de Barros, como diretos participantes do movimento armado.

6 DE JUNHO – Sabe-se, por carta de Tristão de Abreu Rangel ao brigadeiro Tobias, animador da Revolução Liberal, que se achavam em Itu 48 voluntários constituenses, gente boa, à espera de ordens, para se atirar à luta.

7 DE JUNHO – No célebre combate da «Venda Grande», com que se decidiu a sorte da malograda Revolução Liberal, foi prêso o major Melchior de Melo Castanho, que, na qualidade de voluntário, comandava um punhado de futuros pitacicabanos. Devido à sua altivez e nobreza, deram-lhe a cidade de Campinas como menagem, onde ficou em inteira liberdade, prêso tão somente sob palavra.

8 DE JUNHO – O «Paulista», órgão dos componentes da Revolução Liberal, editado em Sorocaba, publicou a seguinte nota-boato: «Da Constituição, (Piracicaba) pedindo-se instantemente partilhar a glória de ter parte na libertação da Capital, estando reunidos mais de 400 cidadãos armados, ordenou-se que marxassem 200 ou mais se quisessem».

11 DE JUNHO – Os camaristas sediciosos e as autoridades locais aderentes à malograda Revolução Liberal, com o brigadeiro Tobias de Aguiar à frente, desapareceram da Vila de Constituição, dando ensejo a que os legítimos vereadores e oficiais voltassem a seus postos.

17 DE JUNHO – A câmara municipal genuína, fracassado o movimento sedicioso que se chamou Revolução Liberal, e desaparecidos os vereadores revoltosos, tomou posse novamente do que lhe pertencia, voltando o ritmo da vila ao seu estado habitual.

– Voltando à normalidade, os camaristas deliberaram officiar ao presidente da Província, dando-lhe conta dos acontecimentos desenrolados nesta Vila, desde o dia 20 de maio até a presente data, por efeito do movimento armado que o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar animou. Nesse officio, havia pedido de «munição e armas» para a vila, pois os revoltosos tudo «levarão com sigo»

– Nessa mesma sessão, leu-se um officio, do senhor bispo diocesano, suspendendo de suas ordens o vigário local, padre Manuel José de França, implicado na Revolução Liberal, e nomeando para substituí-lo o padre José Maria de Oliveira.

19 DE JUNHO – «A Camara Municipal desta Villa tem a satisfação de levar ao conhecimento de V. Exa. (presidente da Província) que esta Villa acha-se livre dos sediciosos que della se apoderarão desde o dia vinte de Maio pp. thé dezaceis do corrente junto em que os mesmos sediciosos (fugiram), e suas autoridades legitimamente constituídas continuaram a exercerem as funçoens de seos cargos. O Municipio goza actualmente de paz e tranquillidade».

– «A Camara Municipal desta Villa leva ao conhecimento de V. Exa. (idem), o procedimento de alguns vereadores e Juizes de Paz desta Va. os quaes tiveram ingerencia exercendo as funçoens de seos cargos durante a epoca da sedição nesta Va. dando execução as ordens do Coronel Raphael Tobais de Aguiar e como a Camara duvida qual o procedimento que deve ter com taes autoridades por isso consulta a V. Exa. pedindo providencias a êsse respeito».

– «A Camara Municipal desta Villa» «representa a V. Exa. (idem), a necessidade que há de armamentos, equipamentos e muniçoens de guerra, visto que do armamento que aqui existia uns estão deteriorados

e outros os sediciosos se apoderarão delles e conquanto o Municipio presentemente goza de tranquillidade, todavia é de recear alguma surpresa e a Guarda Nacional não poderá prestar auxilio necessario visto a falta de armamento e munição».

5 DE JULHO – Officio da presidência da Província à câmara municipal, pedindo lhe fossem remetidos todos os papéis e documentos relativos à malograda Revolução Liberal, de responsabilidade do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, determinando ainda ao delegado da vila uma busca rigorosa em tórno do armamento desaparecido com a fuga dos sediciosos.

– O barão de Monte Alegre, presidente da Província de São Paulo, mandou intimar os senadores padre Feijó, Paula Souza e o «piracjcabano» Nicolau Pereira de Campos Vergueiro para se retirarem da Província, por tentarem perturbar a ordem pública com a intentona dêste ano, chefiada por Rafael Tobias de Aguiar.

13 DE JULHO – Precioso documento de sequestro dos bens de Francisco de Camargo Penteado, lavrador e homem de prestígio, implicado na revolução dêste ano. Fracassada a intentona, Francisco de Camargo Penteado fugiu, sendo seus bens sequestrados, como determinavam as ordens do govêrno provincial.

23 DE JULHO – Em reunião, a câmara municipal demitiu os comandantes de polícia Caetano da Cunha Caldeira, João da Cunha Raposo, Teotônio José de Melo e Teodoro Luiz de Godoi, por terem participado da Revolução Liberal, irrompida em Sorocaba.

– Por proposta do vereador Teodoro Zeferino Machado, a edilidade deliberou demarcar limites para a concessão de Datas de Terra, «para que o Povo a todo o tempo não fique sem madeira, lenha e cipó e mais materiais».

26 DE JULHO – Por haver participado diretamente da Revolução liberal, o capitão Inácio José de Siqueira teve sequestrados os seus bens, segundo determinação do dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno, Juiz Municipal efetivo.

30 DE JULHO – Pela ata da presente sessão da câmara municipal, sabe-se que o govêrno da Província demitiu diversos officiais do batalhão das Guardas Nacionais da Vila da Constituição, implicados na malograda revolução irrompida em Sorocaba.

5 DE AGÔSTO – A ponte sôbre o rio Piracicaba, (de localização incerta), achava-se em péssimas condições de vida. Apêlo dos camariscas locais ao govêrno da Província, no sentido de conseguir verba para os devidos concertos.

10 DE AGÔSTO – Por uma exposição do escrivão serventuário do tabelião vitalício de Sorocaba, sabe-se que a população da Vila da Constituição era, na época, de 10.291 habitantes, como constava do livro dêsse tabelionato, a fôlhas 47.

21 DE AGÔSTO – «O Sr. Presidente declarou que o motivo da presente sessão era a fim de serem arrematadas as Pontes que se achavam em prassa cujas eram na Estrada desta para São Paulo e a Camara deliberando que o porteiro trouxesse o pregão e que cumprindo o dito porteiro por longo espaço de tempo apregoando em altas e inteligíveis vozes a quem por menos fizesse afinal deo sua fé de aver recebido o ultimo lance de João Carlos da Cunha da quantia de 236\$000 réis para dar prontas no prazo de dois mezes recebendo a dita quantia em tres pagamentos iguais no principio, no meio da obra, e o ultimo quando desse por acabadas o qual sendo introduzido na Salla asinou o auto do livro competente e tudo conforme o plano que lhe foi apresentado e transcrito no mesmo auto de arrematação». (Atas da Câmara).

23 DE SETEMBRO – O capitão Inácio José de Siqueira foi denunciado como participante do movimento sedicioso de Sorocaba, pelo juiz municipal substituto e delegado de polícia, tenente-coronel Antônio Fiuza de Almeida, na função de promotor de justiça e notificado pessoalmente pelo escrivão Amâncio Gomes Ramalho.

18 DE SETEMBRO – O vigário local, padre José Maria de Oliveira, oficiou à câmara municipal, perguntando-lhe como deveria proceder para a venda do terreno concedido pelos camaristas à igreja, no início das obras da matriz, para depósito de materiais e pasto da boiada que transportasse madeira. Tál terreno, ao que parece, ficava onde hoje está o Grupo Escolar «Morais Barros».

18 DE OUTUBRO – À Câmara Municipal reunida, o dr. Gabriel Roesquellée apresentou seu diploma de médico e carta de naturalização. É um dos primeiros nomes estrangeiros que encontramos nas atas da municipalidade.

– Na mesma reunião leu-se um offício do juiz de paz do Rio Claro, propondo José Joaquim Cardoso para o cargo de arruador dessa freguesia. Foi aprovada a proposta.

19 DE OUTUBRO – Deliberação da Câmara Municipal com referência ao lançamento dos impostos das dízimas os quais ficariam a cargo do procurador da edilidade, auxiliado pelo secretário, em razão do que «um e outro perceberiam o ordenado que o coletor e seus escrivãos percebiam».

21 DE OUTUBRO – Ao médico estrangeiro e naturalizado Gabriel Roesquellée, a Câmara Municipal concedeu licença para clinicar

na então Vila da Constituição, exarando o seguinte despacho: «Pode usar da sua faculdade».

23 DE OUTUBRO – A comissão permanente da corporação municipal foi de opinião, diante do relatório do fiscal da Vila, que se oficiasse ao dito fiscal para que, nos dias de correição, devera êle mandar limpar o meio das ruas por onde passasse com a comissão incumbida dêsse mister.

30 DE NOVEMBRO – A secretaria da edilidade dava conta à presidência da Província que o Juiz de Direito Substituto Felippe Xavier da Rocha houve por bem suspender a Bento Pais de Campos Melo de suas funções de professor da Vila, visto o mesmo «ter tomado alguma parte» na rebelião que teve Rafael Tobias de Aguiar como chefe.

7 DE DEZEMBRO – Regulamento oficial, determinando a demarcação dos limites das povoações de mais de trinta fogos existentes em cada município.

– 1843 –

2 DE JANEIRO – António Coelho Barbosa e sua mulher, Lucinda Maria da Silva, adquiriram de António José Leite da Silva e sua mulher, Ana Rodrigues Alvares, um imóvel na antiga Sesmaria do Congonhal, depois «Pederneiras», no bairro da Jiboia, «situada nesta freguezia e comarca».

12 DE JANEIRO – Os camaristas constituenses foram de opinião que o fiscal da freguesia do Rio Claro, «quando tirar os formigueiros das ruas à custa da Camara, que depois afixe Editais para os particulares tirarem e quando não tiram sejam então multados».

13 DE JANEIRO – Aos vigários de Limeira e do Rio Claro, que pediram atestação, a fim de receberem seu trimestre, a câmara municipal foi de opinião que se lhes desse os atestados, incluindo neles «falta de rezidencia» e «algumas falhas no cumprimento de seus deveres paroquiaes».

– Segundo o parecer da Comissão Permanente, encarregada de examinar a estrada desta vila à freguesia de Agua Choca, tal estrada era boa, com as pontes do Tijuco Prêto e do Lambari também boas, «de modos que podem tranzitar carros e tropas».

– Foi aprovado em vereança o seguinte artigo de postura: «Toda a pessoa que quizer terreno dentro do Rocio desta Vila pagará por cada carta de Data para o cofre do Município oito mil réis, alem do que pertence ao Secretario».

– Na presente sessão, foi nomeado pela câmara municipal, para o cargo de diretor das obras da igreja matriz, o vigário José Maria de Oliveira e, para depositante dos dinheiros a José Pinto de Almeida. Pela primeira vez, as atas da câmara municipal mencionam êste prestante cidadão português, cuja memória é grata a todos os piracicabanos.

– Trecho de ata da sessão da edilidade: «O Sr. Presidente propos que tendo o Porteiro da Camara comprado tres cadeados pela quantia de 1\$500 por ser percizo para segurança dos presos, foi deliberado que se pague».

14 DE JANEIRO – José Roiz Leite pediu à câmara municipal a abertura de ruas nos terrenos de José Balduino. Indeferido. Não havia necessidade de tais ruas. José Balduino tinha benfeitorias nos ditos terrenos, ao passo que Roiz Leite, «nos seus quarteiroens», «nem um beneficio tem por ora».

– O porteiro da Câmara Municipal ganhava 26\$000 anuais, quantia muito irrisória. Os vereadores pediam ao govêrno da Província que o vencimento fôsse a 38\$400, «quantia esta que vencia o porteiro da Va. de Atibaia».

21 DE JANEIRO – Antigamente era assim: multado o padre Manuel Rosa de Carvalho Pinto, vigário do São João do Rio Claro, em 60\$000, (respeitável para a época), pelo juiz Felipe Xavier da Rocha, dêste Têrmo, porque o reverendo deixara de votar onde devia, para votar em Mogi-Mirim. Para pagamento da multa, os parques móveis do padre foram embargados e penhorados.

– Por offício, a presidência da Província participava à edilidade local haver aprovado a indicação de Pedro Leme de Oliveira para o cargo de inspetor da estrada que desta vila ia ter a São Paulo.

16 DE FEVEREIRO – O prédio da cadeia estava pronto, mas regularmente mal feito. A corporação municipal resolveu aceitar a obra como terminada, encarregando-se, porém, de «incasala, rebocala, caiala e consertar as paredes que fiquem mais decentes e mais alguns serviços que seja percizo para sua segurança».

24 DE FEVEREIRO – Nasce piracicabana a professôra Francisca Elisa da Silva, (Francisca de Castro), um dos grandes vultos do magistério primário de nossa terra. Lecionou durante 29 anos sem licença, aposentando-se em 1902 por doença. Foi aprovada em exame prestado em São Paulo. Tem seu nome como patrono do antigo grupo escolar do Pôrto. Faleceu em nossa terra a 13 de setembro de 1918.

– Francisca Elisa da Silva é também conhecida por Francisca de Castro, como se vê na denominação do grupo de que é patrono. Isso porque sempre morou, em solteira, com sua irmã, D. Petronilha de Castro, espôsa do sr. João Batista de Castro. Daí, então, nasceu a pequena confusão de seu nome.

– Nasce em Piracicaba José Fernando de Almeida Barros Júnior, conhecido na intimidade por Nhonhô Fernando. Fazendeiro em Rio

das Pedras. Durante a monarquia, pertenceu à nossa câmara municipal por várias legislaturas. Na República, juiz de paz por diversas vêzes. Provedor da Santa Casa de Misericórdia. Foi um dos camaristas que, com Prudente de Moraes, assinou a representação ao governo provincial, pedindo a volta do nome de Piracicaba à nossa terra.

2 DE ABRIL – As queixas contra o padre Manuel Rosa de Carvalho Pinto, vigário do Rio Claro, eram grandes e foram parar ao conhecimento da presidência da Província, através de informações da edilidade local.

5 DE ABRIL – Nasce na Alemanha Henrique Bertholdo Graner, marceneiro de nomeada, que morava em nossa terra e era proprietário de grande fábrica de móveis finos, de marcante aceitação até além fronteiras do município. Constituiu, com Maria Ana Meier, o primeiro casamento acatólico de Constituição, realizado na Câmara Municipal, a 17 de junho de 1866, de conformidade com o Regulamento n.º 3069, de 17 de abril de 1863, que legislava sobre o assunto, uma vez que os noivos eram protestantes.

25 DE ABRIL – A cadeia já estava pronta. A Câmara Municipal participava a nova ao governo da Província e pediu o pagamento do dinheiro restante, visto que o «arrematante» Salvador Rodrigues da Silva esperava por isso.

21 DE ABRIL – O vereador Joaquim Roiz Cezar pediu dispensa da presente sessão da municipalidade, (para evitar multa), «em virtude de ter de fazer cazar um seo filho e ser a elle necessario assistir». Foi dispensado.

22 DE MAIO – A câmara municipal «deliberou que o sr. Fiscal mandasse concertar as ruas das entradas para esta Vila insto é a do Bairro Alto, e a da Bica visto estarem muito necessitadas fazendo percintas inda mesmo de madeira de ley e intupindo os buracos que nellas tem».

27 DE MAIO – Por officio, a presidência da Província determinou à câmara municipal as providências de rigor para as eleições de um novo senador, a fim de preencher a vaga aberta com o falecimento do marquês de São João da Palma.

19 DE JUNHO – Sessão da câmara municipal, na qual foi lido um officio do dr. juiz municipal, da Vila da Constituição, pedindo à edilidade a construção de uma fôrca, a fim de nela dar execução a uma sentença de morte contra um escravo do comendador José Manoel da Silva. Tal officio foi à Comissão Permanente.

– É a primeira notícia que encontramos nos anais citadinos sobre a pena capital, então ainda em voga no país. Segundo boas informa-

ções, a força de Piracicaba foi realmente erguida num pequeno pátio existente entre as atuais ruas Morais Barros e XV de Novembro pouco acima da linha férrea da Estrada de Ferro Sorocabana. Nela se deram efetivamente algumas execuções de escravos.

20 DE JUNHO – Determinação da câmara municipal para que o fiscal informasse sobre o fato de Joaquim dos Santos haver trancado um atalho aberto por José Leme e outros na estrada de Cuiabá, nas fraldas da Serra, em terrenos pertencentes ao município da Vila da Constituição, «visto que semelhante atalho beneficia a estrada premeditada».

22 DE JUNHO – O sub-delegado de Pirassununga se queixava à edilidade local de que aquela freguesia estava sem juiz de paz.

23 DE JUNHO – Ainda os indícios das picadas a Cuiabá: os vereadores se dirigiram ao governo da Província, no sentido de ser feita a estrada que partisse da Vila da Constituição e fôsse à Província de Mato Grosso.

23 DE JUNHO – Resolução da edilidade local para que o juiz de paz mandasse proceder ao alistamento das pessoas residentes em «Agoas da Serra que vertem para esta Villa», visto «existir inumeravel Povo na costa da Serra de Araraquara que divide com a Capella da Serra de Brotas thê o Tieté», que não presta serviço nem na Guarda Nacional, nem na Policia, porque não tem Comandante nem Oficial de Quartelão.

– Providências do corpo de vereadores para o levantamento da força que seria erguida «logo adiante da Ponte do Itapeva, á direita da Ponte», em terreno do Conselho, «ficando no alto para o lado da Rua de Santa Cruz». O fiscal teve ordens de «limpar todo o terreno desde o Ribeirão, e tudo o mais necessario para a fatura da dita forca», «com toda a brevidade, para toda a solenidade».

24 DE JUNHO – Limites da Vila da Constituição para efeito de cobrança das Decimas urbanas: «Principiar na rua da Gloria de Manoel Joaquim Cabral até Manoel Joaquim Pereira desta mesma rua. Segue a rua do Conselho até confrontar a rua que sahe na Casa de Maria Ancelma. Na rua do Porto de Manoel de Jesus até a Casa do Tenente Coronel Antonio Fiuza de Almeida segue a rua da Boa Vista á direita – até Francisco Egidio e desta rua segue a rua da Barroca até a casa do Ajudante Duarte. Rua de Santo Antonio seguirá até a rua da Bica a encontrar com as Casas de Manoel Joaquim Cabral – da ponte do Itapeva a primeira esquina acima do Patio de Santa Cruz».

28 DE JUNHO – Portaria da presidência da Província, desmembrando o colégio eleitoral da Vila da Constituição, instituindo um novo na freguesia de Limeira e removendo para este colégio os eleitores do Rio Claro e Pirassununga.

1.º DE AGÔSTO – Toma posse interinamente da paróquia local, abandonada há quase um ano, por ter sido suspenso de ordens o padre Manuel José de França, implicado na Revolução liberal, o padre Cândido José de Castro, que exerceu suas funções até 8 de janeiro de 1844.

2 DE AGÔSTO – Sessão da câmara municipal, na qual foi passada a atestação ao vigário de Toledo para receber seus honorários. Como se vê, os limites da Vila da Constituição iam até a Americana de hoje.

– Entre as cartas de Datas passadas pela câmara da terra, figuravam duas para João Antônio, em trôco do que o requerente daria uma casa no Pátio da Fôrca para ser demolida. Ao que parece, o Pátio da Fôrca ficava na travessa que hoje liga as ruas XV de Novembro e Moraes Barros, acima da linha da Sorocabana.

4 DE AGÔSTO – A edilidade da vila aprovou uma indicação do vereador Manuel Duarte Novais, no sentido de gramar-se o Pátio da Fôrca com grama larga e mandasse guardar as tábuas da escada da fôrca na cadeia, a fim de não apodrecerem.

5 DE AGÔSTO – Visto como o prédio da cadeia velha ameaçava ruir, a câmara local resolveu demolir dito prédio, guardando as telhas para nova serventia. O lugar onde estava tal cadeia seria pôsto em praça.

– Pela presente sessão da corporação municipal, sabe-se que as cópias das atas do Colégio Eleitoral da Limeira deveriam ser enviadas à presidência da Província, ao ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império e à Câmara da Capital.

13 DE AGÔSTO – Parece que esta data assinala o enforcamento do preto João, escravo do comendador José Manoel da Silva, de cujo crime não conseguimos saber. Nos gastos com o «funcionamento» da fôrca, há êste registro, na presente data: «Pagamento a Ignacio Leite do Canto para enterramento do negro enforcado – 1.000».

– E mais esta informação: «Ferias. O snr. Procurador da Camara dê ao Portador pr. conta do Conselho a qta. de mil reis impr.a do enterramento do negro enforcado. Constituição 13 de Agto. de 1843. Joaquim José da Sa. Fiscal. Rs. 1\$000. Recebi a qta. supra. Ignacio Lte. do Canto».

20 DE SETEMBRO – Portaria da presidência da Província, determinando luminárias em tôdas as vilas e cidades do interior, por motivo do casamento de Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II, efetuado a 30 de maio do presente ano.

26 DE SETEMBRO – Plena sessão da câmara. O vereador Camargo indicou, sendo aprovado, se oficiasse ao fiscal, «fazendo-lhe ver

que Frutuoso José Coelho está fazendo roças nos terrenos do rocio desta Vila, na divisa dele com o dito Frutuoso, e que o multe na forma das posturas».

26 DE SETEMBRO – Em vereança, foi lida a portaria da presidência da Província, determinando luminárias em tôdas às vilas e cidades do interior, por motivo do casamento do monarca D. Pedro II. A edilidade da terra marcou os dias 7, 8 e 9 de outubro para tais luminárias.

30 DE SETEMBRO – Nasce em Piracicaba Francisco Pereira de Arruda. Fixou residência primeiramente em Amparo, onde foi comerciante e, depois, em Santa Rita. Militou na política por ocasião da revolta chefiada por Custódio José de Melo. Como recompensa de serviços prestados, foi nomeado capitão da guarda-nacional. Faleceu a 27 de fevereiro de 1901.

7 DE OUTUBRO – Começaram as luminárias na Vila, em regosio pelo casamento de D. Pedro II, realizado a 30 de maio do ano presente. Tais luminárias duraram três dias. As portas e janelas das casas a lampião ou a vela e havia fogueiras nas praças principais. Imagine-se o espetáculo, sabendo-se que não havia iluminação pública em nosso torrão.

18 DE OUTUBRO – Interessava à municipalidade o consêrto do «Chafariz do Itapeva», mandando por as obras a concorrência. Não conseguimos localizar tal chafariz. Parece, entretanto, tratar-se da biquinha que há no canto da rua Morais Barros, esquina da Avenida Armando de Salles Oliveira, hoje encoberta com a canalização do riacho acima.

19 DE OUTUBRO – «O sr. Lopes indicou que hera Publico e notorio que o pasto denominado de Santo Antonio está em total abandono a mais de um ano razão por que pertencendo o terreno a esta Camara não perde o direito com o abandono em que está e que por isso o Fiscal tape qualquer buraco ou vallo no rumo das ruas esquadrejadas as que vierem de cima que já se acham tapadas e assim mais mande abrir as ruas que estão tapadas no caminho do Monte Alegre que vai daqui a direita do pé do mato». (Atas)

20 DE OUTUBRO – De acôrdo com instruções da presidência da Província, a edilidade estudava a fatura da estrada de Mato Grosso, a qual iria desde o rio Corumbataí até o rio Jacaré, com vinte e duas léguas e quatrocentas braças de distância e vinte e cinco palmos de largura, necessitando de vinte pontes pequenas e duas grandes, oitocentas braças de aterros, além de outros trabalhos depois do rio Jacaré.

21 DE OUTUBRO – Por deliberação da câmara, Agostinho José de Carvalho deveria restituir à edilidade os guarantans do extinto ce-

mitério, (não localizado), que lhe foram emprestados ou entrar com os «cobres» correspondentes, visto «o cofre estar esgotado».

10 DE NOVEMBRO – Falece em São Paulo, onde nascera a 3 de agosto de 1784, o padre Diogo Antônio Feijó, que pertenceu à Regência Trina. Tomou parte direta na revolução de 1842. Piracicaba tem uma rua com o nome de «Regente Feijó», em memória de sua veneranda figura.

12 DE NOVEMBRO – «Leo-se um requerimento de Manoel Joaquim Pereira, pedindo o prazo de poder colher o seu milho plantado em ruas que esta Camara mandou abrir e que elle os avia fexado. Discutida e posta a votação a Camara concedeu o prazo de seis meses, contra o voto do sr. Camargo». (Atas)

18 DE DEZEMBRO – Em vereança, foi lida uma portaria da presidência da Província, mandando por em concurso a cadeira de primeiras letras da freguesia do Rio Claro. Ao que parece, tratase da primeira escola primária dessa freguesia.

– Nessa mesma sessão, os camaristas deliberaram pedir à presidência da Província «o pus vacinico, bem como o se lhe representasse a necessidade de uma aula de Grammatica Latina nesta Vila».

– 1844 –

1 DE JANEIRO – Offício da Câmara Municipal à presidência da Província, pedindo a criação de uma escola de latinidade, «por quanto existe no Municipio grande numero de jovens que necessitão do ensino daquella lingua».

7 DE JANEIRO – Chegou a esta vila, a fim de novamente tomar posse do cargo de vigário local, o padre Manuel José de França, que havia sido destituído de suas funções eclesiasticas por se achar envolvido na chamada Revolução Liberal, irrompida em Sorocaba em 1842, com Rafael Tobias de Aguiar à frente.

8 DE JANEIRO – Deixa a paróquia local o vigário interino, padre Cândido José de Castro, substituto do padre França, que se achava suspenso de ordens, em virtude de estar implicado na Revolução Liberal. O padre França pugnava pela sua reintegração.

9 DE JANEIRO – Em virtude de a Capela Nossa Senhora da Conceição do Itaquiri estar progredindo, a câmara nomeou um arruador e um fiscal para o local, por proposta do seu presidente, Antonio Fiuza de Almeida.

10 DE JANEIRO – Deliberação da corporação de vereadores, no sentido de que o fiscal ficasse autorizado a limpar as margens do Itapeva, para a água não ficar represada, «desde a ponte da rua da Bica

até a ponte da rua do Porto». (Possivelmente do Olho-de-Nha-Rita até a rua Moraes Barros).

– Os componentes da câmara municipal resolveram oficiar ao presidente da Província, pedindo uma nova ponte sôbre o rio Piracicaba, «em razão que aquela que existe se acha prestes a cair», estando tal ponte orçada em três contos de réis, preço mínimo.

11 DE JANEIRO – O padre França, que se achava suspenso do seu cargo de vigário da terra, por se ter comprometido na Revolução de 1842, requereu à câmara o regresso às suas antigas funções, tendo sido mandado apresentar provisão «de que se achava reintegrado na Santa Igreja».

13 DE JANEIRO – A fim de tomar posse do cargo de vigário, do qual fôra suspenso, o padre França prova à vereança local que se encontrava reintegrado no seio da Igreja e pediu atestado de seu exercício. Devido à evasiva da edilidade nesse atestado, o padre França, embora empossado, deixou de receber a cônica que lhe era devida.

23 DE JANEIRO – Santa Bárbara, que ensaiara seus primeiros passos para se tornar independente de Constituição, (Piracicaba), passa, pela Lei Provincial n. 1, a pertencer ao município de Campinas.

5 DE FEVEREIRO – Sessão da câmara, na qual foi lida uma petição dos habitantes da freguesia de Belém, (Descalvado), endereçada à presidência da Província, manifestando desejo de continuar a pertencer ao termo da Vila da Constituição, fugindo à pressão que lhes fazia a Vila de Araraquara. Aquela presidência pedia informações aos edis da terra, que positivaram a prepotência dos araraquarenses.

15 DE FEVEREIRO – Pela segunda vez, a câmara recorre ao govêrno da Província, no sentido de que fossem reunidos num só os dois distritos em que a vila se achava dividida, ficando como sede o distrito do Norte em que se localizava a cadeia e a casa da câmara.

4 DE MAIO – Portaria da presidência de Província à câmara municipal local, determinando com urgência fôsse marcado o dia para as eleições da Nova Vila de Limeira, desanexada do município de Constituição, pela lei provincial n. 25, de 8 de março de 1842.

– O dr. Estêvão Ribeiro de Sousa Rezende, mais tarde Barão de Rezende, solicitou da câmara o terreno fronteiro à sua propriedade – onde hoje está o jardimzinho da Prefeitura Municipal, na rua São José. Como se sabe, o atual prédio da municipalidade foi residência dos Barões de Rezende.

8 DE MAIO – No decorrer da sessão camareira, foi lida uma participação da presidência da Província, anunciando a desanexação da Capela de Santa Bárbara, que passou para o município de Campinas,

juntando o decreto respectivo. A edilidade tomou conhecimento do fato e fêz cessar a cobrança de direitos que tinha sôbre aquela freguesia.

9 DE JUNHO – Trabalho dos camaristas, nos quais foi lida uma portaria da presidência da Província, determinando fôsse marcado o dia das eleições para escolha dos vereadores da Nova Vila da Limeira, desanexada do município de Constituição. Foi designado o dia 20 do mês corrente.

20 DE JUNHO – Realizaram-se as eleições para a formação da câmara da Vila Nova da Limeira, desanexada do município de Constituição. A apuração não pôde ser feita na câmara local, porque estavam faltando ainda as cédulas da freguesia de São João do Rio Claro.

24 DE JUNHO – Nasce nesta cidade o coronel João António Julião, um dos primeiros professôres públicos da freguesia do Espírito Santo do Pinhal. Depois, nessa mesma vila, foi vereador e se destacou na política dessa localidade. Foi soldado do 7.º Batalhão de Voluntários e tomou parte ativa da batalha de Tuiuti. Em São Paulo, há uma rua com seu nome.

1.º DE JULHO – A sessão fôra marcada para se proceder à apuração das eleições que visavam a escolha dos vereadores da Nova Vila da Limeira, desmembrada do município de Constituição. Houve, todavia, quase tumulto, em vista da posse do vereador constituente, Elias de Almeida Prado, cujos direitos à cadeira eram duvidosos. Resultado: não houve apuração.

2 DE JULHO – Quase houve pancadaria na sessão da câmara, por motivo da posse do vereador Elias de Almeida Prado. Derrotado, o presidente António Fiuza de Almeida abandonou o recinto e foi multado. Assumiu então a presidência o novo edil e, assim, teve início a apuração da eleição que escolhia os camaristas da Vila Nova da Limeira, desmembrada do município de Constituição.

3 DE JULHO – Para a formação da primeira câmara municipal da Nova Vila da Limeira, foram eleitos: Manuel José de Carvalho, António José da Silva, António Lins da Rocha Camargo, Rafael António de Sampaio, António Alves de Almeida lima, José Estanislaw de Oliveira e José Pedroso do Amaral. A apuração se deu no paço local.

12 DE JULHO – Estavam em litígio político Elias de Almeida Prado e António Fiuza de Almeida, dois dos mais destacados próceres locais. O segundo era presidente da edilidade e o primeiro vereador licenciado, a quem a Câmara negava a volta aos trabalhos legislativos. Tendo ganho de causa, Almeida Prado compareceu à Câmara, a fim de assumir seu pôsto. Fiuza de Almeida, diante do caso, abandonou intempestivamente a presidência, perdendo o mandato.

17 DE JULHO – Nos presentes trabalhos da câmara, houve uma indicação do vereador Afonso Agostinho Gentil, que foi aprovada, no sentido de felicitar S. M. o Imperador D. Pedro II. pela dissolução da Assembléia Geral.

18 DE JULHO – Segundo ofício endereçado ao govêrno da Província, as necessidades prementes da Vila da Constituição eram a abertura de uma estrada a Pirapora, que facilitaria o comércio com a cidade de Coritiba e vilas anexas e a organização de um cemitério.

– A edilidade local se dirigiu, por ofício, a S. M. o Imperador D. Pedro II, felicitando-o pela dissolução da Câmara dos Deputados.

– Segundo se depreende da correspondência da Câmara Municipal, houve, nos meios políticos da vila muito regosijo pela dissolução da Câmara dos Deputados. Realizou-se um grande baile, não se sabe onde e em que data, ao qual compareceram os «Cidadões mais distintos do lugar», «para o qual foram convidados pessoas de um e outro Circulo, (partidos), não sendo todavia convidado o referido Presidente da Câmara», (Antônio Fiúza de Almeida).

19 DE JULHO – Queixa do vereador Cunha Caldeira contra o ex-fiscal Joaquim José da Silva que, quando no exercício de suas funções, deixara de multar os volantins, (espécie de saltimbancos ou gente de circo), que estiveram na vila. Esse fiscal, apesar de tudo, foi multado por tal fato.

20 DE JULHO – Trecho de ata: «A Camara deliberou que de ora em diante o Procurador assistisse com azeite para as luzes da Cadea visto que o carcereiro já tem os competentes candeios sustando desde já a assistencia das velas visto que com azeite é menos dispendioso». Na época, a vila ainda não era iluminada a querosene.

22 DE JULHO – Instala-se a câmara municipal da Vila Nova da Limeira, desmembrado que foi o município dos domínios da Vila da Constituição. O município da Limeira fôra criado a 8 de março de 1842.

– O vereador mais votado, capitão Manuel José de Carvalho, prestou juramento perante a Câmara Municipal da Vila da Constituição, a que Limeira politicamente pertencia. Na qualidade de presidente, Carvalho deu posse aos demais vereadores limeirenses.

– Afirma Azevedo Marques, nos seus Apontamentos Históricos, que a planta da cidade de Limeira foi dada pelo senador Vergueiro, o mesmo que planificou Piracicaba, mas que Rio Claro foi alinhado por Antônio Pais de Barros, barão de Piracicaba. O plano das três cidades, no seu conjunto central, é o mesmo.

12 DE AGOSTO – Marcadas as datas para eleições. Escolhida a matriz para recinto de tais eleições, «visto não haver outra caza com a ne-

cessaria comodidade». Foram notificados o procurador «para fornecer o necessario para a mesa» e o vigário «para apromptar o discurso» de praxe.

13 DE AGOSTO – A secretaria da Câmara dá conta à presidência da Província da inimizade política existente entre Antônio Fiuza de Almeida e Elias de Almeida Prado. Houve cenas tumultuárias na Câmara, o baile de que falamos atrás, um «chá caseiro» em represália, com assuada, tropelias, rojões e prisões. Fiuza de Almeida também mandou se postassem, diante do altar-mor da Matriz, na missa conventual, dois escravos, «com gravata de tafetá vermelho, só para effeito de achincalhar ao muito Reverendo Vigario».

7 DE OUTUBRO – O vereador Afonso Agostinho Gentil ia sendo multado por não estar presente à sessão da câmara municipal. O vereador Elias de Almeida Prado solicitou certa condescendência para o colega de vereança, «visto a longitura de sua casa».

8 DE OUTUBRO – «Leo-se um requerimento de varios moradores desta Vila no qual representavam a necessidade de se instinguir as formigas – discutido e posto a votação ficou sôbre a mesa para quando o Procurador da Camara prestar suas contas a Camara ver se ha dinheiro para êsse fim». (Atas)

11 DE OUTUBRO – Em virtude de o vereador Francisco de Camargo Penteado ser também juiz de paz e necessitar de tempo para suas audiências, a câmara municipal marcou o início de suas reuniões para as 8 horas da manhã.

12 DE OUTUBRO – Para efeito da cobrança das Décimas Urbanas, a municipalidade demarcou os seguintes limites, (perímetro urbano) da Vila: «Rua do Vigario desde o rio até o Itapeva; a rua do Porto, (Morais Barros), desde o Porto até o Pateo de Santa Cruz, a rua da Bica desde a Bica até o Itapeva e suas travessas desde a rua do Vigário até a rua da Bica».

– Trecho da ata dos trabalhos dos vereadores: «A Camara deliberou que o sr. Fiscal mande intupir de terra uma lagoa que existe na Rua do Pau Queimado, (Alferes José Caetano), não exedendo de dez mil réis».

26 DE OUTUBRO – Pelos camaristas e por ser a que mais comodidade oferecia, foi escolhida a casa do dr. Felipe Xavier da Rocha, (não localizada), para local das eleições de Deputados Gerais, sendo endereçado um officio ao proprietário do prédio, pedindo-lhe a respectiva sala.

10 DE DEZEMBRO – Corriam os trabalhos da edilidade e o presidente, Melchior de Melo Castanho, pôs em discussão as faltas do vereador Antônio José da Conceição, do qual foi lido um officio, justificando não

poder comparecer às sessões da câmara «por estar com um dedo do pé molesto e por isso não podia calçar». Foi atendido e não multado.

26 DE DEZEMBRO – Durante os trabalhos dos edis, o vereador Francisco de Camargo Penteado indicou que se pagasse o discurso, (espécie de oração inicial), recitado pelo padre Francisco de Salles, na abertura das últimas eleições. Foi-lhe passada uma ordem de pagamento de 25\$600.

– 1845 –

7 DE JANEIRO – Câmara nova. Assim sendo, de acôrdo com a lei, a edilidade deveria aprovar ou demitir aquêles funcionários que não merecessem a confiança dos recém-empoados. Felizmente, todos os servidores municipais foram aprovados.

8 DE JANEIRO – Os edis da Vila da Constituição estavam a exigir dos estrangeiros Torquato da Silva Leitão e seu mano Jerônimo da Silva Leitão títulos ou documentos, do primeiro para poder curar e do segundo, para exercer a profissão de boticário. O interessante é que ambos não davam muita confiança aos vereadores e a questão foi parar na polícia.

9 DE JANEIRO – Discutia-se em vereança um bom consërto no pôrto do rio Piracicaba, «qual onde desembarção não só as canoas dos moradores de rio abaixo como tão bem os que vem de Cuiabá». A câmara tomou providências para efetuar tal consërto.

– Discutiu-se ainda que o marceneiro João de Tal e João Jerônimo andavam «pelos suburbios da Villa usando da arte de curar dando dozes que pode matar». A edilidade lhes exigiu documentos que autorizassem a «arte de curar» e, em caso contrário, a polícia entraria em cena.

11 DE JANEIRO – A câmara municipal da Limeira, empossada muito depois de a povoação ter sido elevada a Vila, pedia à edilidade da terra as rendas compreendidas entre a elevação e posse, cobradas pela municipalidade de Constituição, a qual, para solucionar o caso, resolveu consultar a presidência da Província.

– Providências da câmara, no sentido de que as lavadeiras não se utilizassem do chafariz para seu mister, «havendo o Rio Grande e o Itapeva». Não conseguimos localizar êsse chafariz uma vez que, na época, a vila não possuía a rêde de encanamento de água.

12 DE JANEIRO – Artigo de postura municipal: «Nenhuma pessoa poderá lavar nos chafarizes (?) desta Villa e nem tapar com rolha ou outro qualquer modo o canal ou canos por onde a água saia debaixo de pena aos contraventores de mil réis de multa sendo o dobro nas reincidências»

– Ao que parece, na época havia na vila estas vertentes: Ôlho-de-Nha-Rita, nascedouro do Itapeva; a bica de que falamos diversas vezes, encoberta pela canalização do Itapeva; a bica do Areão (Bairro

Alto), nascendo pelos lados do Estádio Municipal; a «pocinha», que se localizava na hoje rua Monsenhor Rosa, quase no canto da rua Alferes José Caetano; e umas bicas, havidas na atual rua do Rosário, uma delas ainda jorrando no quintal do Dispensário dos Pobres. Pensamos, até, seja esta rua a primitiva Rua da Bica.

9 DE FEVEREIRO – Caiu de vez a ponte sôbre o rio Piracicaba. A camara municipal, alarmada, resolveu dirigir-se à presidência da Província, pedindo providências imediatas.

– Havia na vila um estrangeiro, «querendo mostrar ao publico um Panorama». Dirigiu-se à edilidade, pedindo licença para seus espetáculos e dizendo ter pago em Itu e Campinas «quatro mil réis por cada vez que dá». A câmara resolveu cobrar os mesmos quatro mil réis igualmente.

– Que seria êsse «panorama»? Alguma semente muito remota do cinema?

16 DE FEVEREIRO – Indicação do vereador Teotonio José de Melo, objetivando um artigo de postura, tendente a proibir que, aos domingos e dias santos, se amarrassem animais ao redor da igreja matriz, «visto que aquêlê lugar deve ser respeitado». Atendido.

– Terminados os trabalhos de vereança, foi assinado um ofício da corporação municipal da Vila da Constituição à presidência da Província, pedindo uma ponte nova sôbre o rio Piracicaba, visto haver ruído a existente.

4 DE MARÇO – Portaria da presidência da Província à câmara da terra, determinando luminárias de praxe por motivo do nascimento do primogênito do imperador D. Pedro II, ocorrido na Côrte a 23 de fevereiro do ano presente.

24 DE MARÇO – A edilidade tomou conhecimento dessa portaria, a respeito das luminárias em homenagem ao primogênito da familia imperial, marcando os dias 30, 31 de março e 1.º de abril para tais luminárias, bem como marcou um «Te Deum» que se efetuará às 5 horas da tarde, na matriz, na primeira das datas acima.

30 DE MARÇO – Tiveram início na vila as luminárias, (as frentes das casas iluminadas e fogueiras nos pátios), em homenagem ao nascimento do primeiro filho dos imperadores brasileiros. Às 5 horas da tarde, houve «Te Deum» na matriz de Santo Antônio, pelo mesmo motivo.

16 DE ABRIL – Artigo de postura formulado pelo vereador Teotônio José de Melo e aprovado pela corporação de edis: «Todos aqueles que nos dias de Missa conventual deixarem seus animais junto a Matriz serão multados na quantia de seis mil réis e o duplo na reincidência».

18 DE ABRIL – Assuntos discutidos na presente sessão da edilidade conterrânea: mandar limpar ruas e pátios da vila, aprovado; providências para o cemitério local, «que é de urgente necessidade», rejeitado; pedir ao govêrno um sino para a cadeia, adiado.

19 DE ABRIL – Assunto de vulto tratado nesta sessão da câmara foram as divisas a serem estabelecidas entre o município de Constituição e o de Capivari. Foi designada uma comissão local para encontrar-se com a respectiva comissão capivariana a fim de ambas tratarem do caso.

6 DE JUNHO – Offício à câmara municipal da secretaria do govêrno provincial, remetendo o instrumento pelo qual havia reconhecido o príncipe imperial, «o Sr. D. Affonso», então com quatro meses de idade, como sucessor do trono do império do Brasil.

22 DE JUNHO – Unanimemente, a Câmara Municipal se dirigiu a Sua Majestade Imperial, pedindo a permanência do conselheiro Manuel da Fonseca Lima e Silva na presidência da Província, visto ser pensamento da Coroa substituí-lo do pôsto, em virtude da forte opposição que lhe fazia a Assembléia Provincial.

22 DE JULHO – O professor de primeiras letras da vila obteve uma sala da cadeia pública para nela dar aulas. Era uma sala de esquina e tal cadeia se localizava na hoje praça José Bonifácio.

– Criada a primeira escola feminina, de primeiro grau na então Vila da Constituição. Os meninos tinham privilégio, pois a escola masculina fôra instalada em 1826.

23 DE JULHO – «A Com. examinando os Documentos que Jozé Germano apresentou a esta Camara pelos quais entende elle estar autorizado para poder receitar hé de parecer que se devolva ao dito Germano os mesmos Documentos; fazendo-lhe sentir que elles a nada autorização e que em consequencia não pode exercer a arte de curar». (Atas)

24 DE JULHO – A bica do Itapeva, (possivelmente o «Olho-de-Nha-Rita» ou a bica que existiu no canto da rua Moraes Barros), estava «arruinada sem poder dar autorização alguma ao povo», segundo exposição do vereador Teotônio José de Mello. Providências da câmara.

6 DE SETEMBRO – A pedido do professor de primeiras letras da vila, Bento Dias de Campos Mello, que regia a escola de meninos, a câmara atestou que se achavam matriculados na escola em aprêço mais de oitenta alunos, o que permitia ao mestre receber a gratificação a que tinha direito.

1.º DE OUTUBRO – Portaria da presidência da Província, recomendando se festejasse condignamente a visita de Sua Majestade Imperial e sua Augusta espôsa à Província de São Paulo. Constituição,

embora não recebendo tão honrosa visita, não deixou de promover imponentes festas.

11 DE OUTUBRO – Foi designado o presidente da edilidade, Elias de Almeida Prado, para felicitar Sua Majestade Imperial, D. Pedro II, quando da sua visita à capital da Província, em nome de nossa terra.

28 DE OUTUBRO – «O Sr. Caldeira indicou que se achando o Simiterio desta Villa em total abandono existindo tão somente o terreno em aberto por isso que era de parecer que esta Camara desse providencia afim de se fazer dito Simiterio. Discutida e posto a votação ficou adiado». (Atas)

15 DE NOVEMBRO – O chafariz do Itapeva estava com pouca água e os camaristas lançaram mão do ôlho de água existente «dentro do cercado de Francscisco de Paula, a fim de melhor servir o povo. Infelizmente, tanto o chafariz como o ôlho-de-água não foram ainda localizados.

– 1846 –

1.º DE JANEIRO – O presidente da corporação municipal, Elias de Almeida Prado, não pôde ir a São Paulo, a fim de felicitar Sua Majestade o Imperador, quando de sua visita à Província; o imediato, João Franco de Oliveira Leme também não pôde ir; convidado, o padre Manuel José de França declinou da gentileza; por fim, aceitou o convite o dr. Felipe Xavier da Rocha.

– Pela ata dos trabalhos da câmara, sabe-se que havia na então Vila da Constituição, segundo o Livro de Licenças, vinte e oito vendas, cujos proprietários não eram lá muito honestos com relação ao pagamento de suas licenças. A sonegação de impostos não é de hoje, não.

8 DE JANEIRO – Em vereança, foi lido um officio da presidência da Província, acompanhando um Bando sôbre a visita de Sua Majestade o Imperador a São Paulo. Tal Bando foi publicado e afixado pelo porteiro da edilidade, «afim de que habitantes dêste municipio fiquem cientes de tão grata noticia».

9 DE JANEIRO – A criação de uma Cadeira Nacional de Gramática Latina (escola) era o que a Câmara Municipal solicitava do govêrno da Província, por officio.

– «José Lopes de Siqueira Secretario da Camara Municipal nesta Va. de Constituição certifico que pelo Captam. Elias de Almeida Prado Prezidente da Camara M. foi ordenado em sessão extraordinaria do primeiro de Janeiro corrente qtas. vendas tinha nesta Villa o que segundo minha lembrança informei q. tinham vinte e oito vendas e sendome hoje determinado que certificasse o pé do L. de Registo as vendas e armazens de generos ultramarino q. tem nesta Villa achandose passadas quarenta

e uma licença para o anno de mil oito centos e quarenta e cinco para vendas e armazens ...»

12 DE JANEIRO – Uma subscrição aberta pela câmara, para amparar os festejos que se dariam na Vila para registrar a chegada dos imperadores à Capital, só rendeu 60\$000 e o secretário da edilidade ficou encarregado de sair à rua com a lista, a fim de ver se conseguia mais alguma coisa.

25 DE JANEIRO – Ficou definitivamente organizada a comissão local que iria à Capital, com o objetivo de felicitar os imperadores do Brasil, na sua viagem à Província: dr. Felipe Xavier da Rocha, dr. João Cristiano Canção Stockel Antonio Duarte Novais.

8 DE FEVEREIRO – Segundo as ordens da Província, a câmara de nossa terra se reuniu extraordinariamente, a fim de tomar as providências relativas aos grandes festejos que se fariam na cidade pela visita dos imperadores a São Paulo, embora D. Pedro II e sua comitiva não chegassem à então Vila Nova da Constituição.

– Ficou deliberado pela câmara municipal fôsse incluído no código de posturas um artigo especial, proibindo os «pescadores desta Villa andarem despidos perante o publico no Rio». Oba!

– Frutuoso José Coelho era useiro e vezeiro em avançar nas terras do róssio. Mais uma vez o caso se repetia e a câmara municipal resolveu contratar um advogado para defender os direitos da municipalidade.

20 DE FEVEREIRO – Segunda portaria da presidência da Província, recomendando se festejasse condignamente a visita de Sua Majestade Imperial e sua Augusta Espôsa à Província de São Paulo. Constituição, embora não recebendo tão honrosa visita, não deixou de promover imponentes festas.

2 DE MARÇO – Santa Bárbara, que ensaiava ser independente, mas passara a pertencer ao município de Campinas, volta a pertencer ao município de Constituição, por lei provincial.

8 DE MARÇO – Festas, luminárias e officios religiosos, arco de triunfo e bandas de música, eis como Constituição comemorou a visita de Sua Majestade Imperial e sua comitiva à Província de São Paulo, obediente às portarias provinciais.

– Pode-se mesmo afirmar que a vila jamais vira festa tão aparatosa como esta, cuja parte popular se deu no pátio da matriz, onde foram armados palanques, arcos, com bandeirolas por todos os lados. O povo concorreu em massa.

30 DE MARÇO – A câmara local dá conta ao govêrno da Província dos grandes festejos que a Vila Nova da Constituição promoveu

em honra dos imperadores do Brasil, quando de sua visita a São Paulo, muito embora não houvessem chegado a esta localidade. A edibilidade era modesta e testemunhava que «pequenos foram os festejos em apreço».

– «...passou a dar as devidas providencias para se preencher tão justos como plausíveis fins, mandou proceder a subscrição de acordo com o respectivo Parocho; marcou o dia 8 de Março pa.a celebração da Missa Solene q. cantou o mesmo Parocho, seguindo se imediatamente depois della hum discurso analogo a tão prazenteiro e transcendente assumpto, pregado pelo Rdo. Francisco de Salles Azdo. Freire o qual desempenhou saptisfatoriamente a importante Commissão de q. fora incumbido, concluindo-se êste religioso acto pela solene cantoria do Theo Deum Laudamos, nada faltou como era de esperar-se e pa. o brilhantismo desta festividade, o regozijo transparencia nos semblantes de todos os numerosos concorrentes excetuando-se algs. poucos discidentes, pequenas facções, ou satelites da extinta oligarchia; começada a iluminação na noite antecedente ella continuou noites consecutivas e innumerous fogos de artificios subindo as nuvens publicavão do alto as doces comoções dos espiritos, bandas de musica percorrião as ruas mais publicas cantando o Himno Nacional e diverças outras composições poeticas em reverencia a tão plausível objeto devendo notar-se a atividade do Rdo. Parocho q. se prestou com todo o esmero na promptificação de arco triúmphal q. erigio junto a frente da Matriz encima do qual levantou hum formozo trono, ornado com a pocivel decencia onde se collocara a Efigie de Augusto Monarcha Brasileiro e no tecto sôbre a mesma hum primorozo cruzeiro em cujo centro e extremidade se via gravadas em tipo de oiro as 5 letras iniciais do Augusto Nome deste Idolatrado Principe, e q. pela ordem numerica se lia PODER – e nos 4 raios q. partem do centro da mesma cruz um verço simbolico, explicando Came. ou emblema deste annagrama; em frente do dito Arco, commemoravão os Himnos e os Vivas e ao romper da cortina q. encimava o Solio. de S. M. aparecia hua menina decentemente ornada de vestido de branco, representando a Prova. de S. Paulo dirigindo ao Monarcha os mais lindos canticos alusivos a Sua Imperial Vizita e de Sua Augusta Esposa, e aos acontecimentos ms. celebres e recentes q. acompanhão ao seo feliz reinado. Forão estes, Exmo. Sr. os pequenos festejos que precionalmente poderão ter lugar nesta Va. onde alem de escassos pecuniarios ocorrera a scricunstancia de se negarem a contribuição os sonambulantes arte desta de regresso e de tentarem mesmo por meios astutos e capciosos embaraçar a festividade desse mesmo pouco q. se apresentara a expectação publica».

24 DE ABRIL – Títulos de seis suplentes de juiz municipal e de órfãos, (juiz de direito), de nomeação da presidência da Província. Ao que parece, tais titulares passaram a ser nomeados pelo governo provincial, ao contrário de anteriormente, que eram de nomeação da corporação municipal.

2 DE MAIO – Novamente ventilado em câmara a fatura da ponte sôbre o rio Piracicaba, pois ruiu a existente. Foi de novo oficiado à presidência da Província nesse sentido, «visto constatar-se que a Assembleia Provincial designaria cota para êsse fim».

3 DE MAIO – Pela primeira vez, a ata dos trabalhos da câmara municipal falava em «ordem do dia». Talvez por se haver mudado de secretário...

30 DE MAIO – Em vereança, foi lido um ofício da presidência da Província, participando que a freguesia de Santa Bárbara fôra novamente anexada ao município de Constituição, depois de pertencer, por poucos anos, ao município de Campinas. A edilidade local tomou conhecimento do fato, estabelecendo as providências de rigor.

– Por efeito de resolução da câmara, foi remetido às autoridades da freguesia de Santa Bárbara a lei provincial que tornou anexar essa povoação, que fôra, em 1842, subordinada ao município de Campinas ao município de Constituição.

– Incisivo apêlo da edilidade ao governo da Província, objetivando a construção de nova ponte sôbre o rio Piracicaba, visto a anterior ter sido levada pela enchente, «a mais de hum anno». «Releva esclarecer a V. Excia. que o mesmo rio toca as extremidades das Ruas desta Villa». Parece haver dúvida que se trate da ponte que partia da hoje rua Moraes Barros.

22 DE JUNHO – A diretoria de Obras Públicas, de São Paulo, comunicou, por ofício, à câmara local haver a Assembléia Provincial votado a verba de cinco contos de réis para a fatura da nova ponte «sobre o rio que circula esta Via».

23 DE JULHO – Deliberação dos camaristas locais a fim de pedir ao governo da Província um maleiro direto, (encarregado da mala do correio), da cidade de Campinas para esta vila, passando pela freguesia de Santa Bárbara, sem a volta pela vila da Limeira, criando mais um maleiro, que fizesse Santa Bárbara-Limeira.

24 DE JULHO – Trecho de ata: «O Snr. Mello indicou que lhe consta que o proprietário Vicente de Souza Queiroz está fechando o roeio da Villa pelo lado do Pau Queimado, e que era bom que o Snr. Fiscal tomasse conhecimento disso». Trata-se do progenitor de Luiz Vi-

cente de Souza Queiroz, o fundador da Escola Agrícola. Seu título de nobreza era Barão de Limeira.

2 DE AGÔSTO – António José da Silva pediu à câmara um terreno «que se achava unido à sua casa». O vereador Francisco de Oliveira Leme regeitou o pedido, visto tal terreno ter sido reservado pelo Dr. Ouvidor para as Casinhas, (mercado, feira). O camarista João da Cunha Raposo foi favorável, visto «que o tempo dos ouvidores já se foi». Adiado o assunto.

22 DE AGÔSTO – A edilidade da vila da Constituição se dirigiu ao govêrno da Província, consultando-o e pedindo a remessa do plano da nova ponte sôbre o rio Piracicaba para quanto antes se proceder à construção da dita ponte, para o que a Assemblêia Provincial vôtara a verba de cinco contos.

– Pela ata acima, sabe-se que havia «palpites» para que a nova ponte fôsse construída ou no mesmo porto ou acima do Salto, segundo a vontade de uns e outros. Todavia, o govêrno da Província, mandando para cá dois engenheiros para estudar o local conveniente é que daria a última palavra.

– A edilidade consultava o govêrno provincial com referência ao pedido de António José da Silva, constante do «quadrinho» do dia 2. Ao que parece, a transação foi efetuada, o que formou o retângulo atual, formado pelas ruas XV de Novembro e Prudente de Moraes, abrangendo as praças centrais da Catedral e José Bonifácio.

9 DE OUTUBRO – Offício da presidência da Província à câmara municipal, participando haver nomeado o dr. Felipe Xavier da Rocha para o cargo de «Inspector das Aulas ou Escolas». É a primeira vez que encontramos nos anais da terra o registro de tal cargo.

26 DE OUTUBRO – Ato de vereança: foi dispensado dos presentes trabalhos o camarista Melchior de Mello Castanho, «para poder providenciar os estragos que os fogos têm feito em seu engenho».

28 DE OUTUBRO – José Joaquim de Alvarenga pediu à câmara municipal licença para fazer «um chiqueiro no Salto». Indeferido, pois um tal Inácio ali tivera um chiqueiro, (ao que parece de peixe), e causara «prejuizo ao publico».

– Providências da câmara municipal contra os «atravessadores», (açambarcadores). Posturas municipais enérgicas, com multas e prisões aos infratores. Tudo isso porque a carestia da vida era aumentada pela ganância sempre crescente dos tubarões da época.

15 DE NOVEMBRO – Segundo offício da Câmara ao govêrno provincial, sabe-se que o empreiteiro da nova ponte sôbre o rio Piracicaba seria o capitão João da Cunha Raposo.

– 1847 –

1.º DE JANEIRO – Nova solicitação dos camaristas à presidência da Província, no sentido da venda de terreno central, destinado, quando da instalação da Vila, à construção de «casinhas», (mercado). O pátio que hoje parte da rua XV de Novembro e vai a rua Prudente de Moraes, abrangendo as praças da Catedral, José Bonifácio, «apresentava apenas três ângulos retos. A venda de tal terreno, que ao que parece se efetuou, ou houve retificação posterior, permitiu a formação do quarto ângulo, que hoje se nota.

10 DE JANEIRO – «O Snr. Cunha indicou que o ano ppo. o morador João Morato de Carvalho principiou a fazer hu vallo pela beira da estrada junto ao rio Piracicaba deichando hu caminho tão estreito q. não poderá haver encontro d'hu guanguê, (banguê?), por isso q. indica pa. q. o mesmo seja intimado pelo Fiscal, afim de que deixe livre o tranzito na forma da Lei». (Atas)

12 DE JANEIRO – Artigo de postura: «Todos os que conservarem soltos na Villa animaes muares, cavalos inteiros e éguas, pagarão a multa de 6\$000 e caso não se possa descobrir imediatamente os donos de tais animais, serão eles apreendido pelo Fiscal que os conservará em deposito até aparecerem os respectivos donos, hávendo afinal destes não só as multas como as despezas ocorridos».

– Outros artigos de posturas: «Todos os que trancarem os caminhos de Sacramento ou a seu arbitrio os mandarem por outros inferiores pagarão a multa de 20\$000. Todos os que andarem nús no Rio Piracicaba, dentro da Povoação, sofrerão a multa de 4\$000 e três dias de prisão, sendo o duplo nas reincidencias».

– Eram chamados, «caminhos de Sacramento» os caminhos que não ultrapassavam os limites da vila, isto é, compreendidos dentro da jurisdição eclesiástica, quando se ministrassem os sacramentos.

– Mais alguns artigos de postura «Todos os que vindo à Missa deixarem seus animais em redor da Matriz pagarão a multa de 2\$000 e o duplo nas reincidencias. Nenhuma Folia de fora poderá tirar esmolas no Município desta Villa sem pagar a multa de 6\$000 e os contraventores sofrerão seis dias de prisão e 12\$000 de multa».

14 DE JANEIRO – Nasce em São Paulo o tenente Joaquim Antônio de Matos, veterano da Guerra do Paraguai – um dos bravos retirantes da Laguna. Mudou-se para Piracicaba em 1887, sendo aqui tabelião. Faleceu nesta cidade em 1918.

29 DE JANEIRO – Por meio de uma portaria, a presidência da Província determinava à câmara municipal fossem postas em praça,

(concorrência), as obras de feitura da ponte sobre o rio Piracicaba. Na época, a vila estava sem ponte, pois a existente havia rolado com as águas do rio.

7 DE FEVEREIRO – Em sessão extraordinária, a vereança local distribuiu as seguintes patentes da Guarda Nacional: para capitão da 1.^a companhia o tenente Joaquim Aranha de Camargo; para tenente da 2.^a companhia o alferes da 1.^a Pedro Liberato de Macedo; para alferes da 1.^a companhia o sargento da 3.^a João de Almeida Prado.

– Foram postas em praça, (aberta a concorrência), as obras da ponte sobre o rio Piracicaba, visto ter rolado com as águas a ponte até então existente. O porteiro da edilidade fez os pregões e os editais foram afixados nos lugares do costume. (Geralmente na porta de casa onde funcionava a câmara municipal e na porta da igreja matriz).

25 DE FEVEREIRO – Arrematou as obras da ponte sobre o rio Piracicaba, (venceu na concorrência), o capitão João da Cunha Raposo, cujo contrato foi assinado com a câmara municipal pela importância de 3.400\$000.

19 DE ABRIL – A câmara municipal de Pirapora, (Tietê), entrava em comunicação com a congênera local, acerca da escolha do melhor lugar por onde deveria passar a estrada de Tatuí para esta vila. Providências dos camaristas de nossa terra.

20 DE ABRIL – «O Sr. Mello indicou q. Custodio José Lopes tem um abarracamento no meio da rua, e além disso na 6.^a feira maior na ocasião de passar a Procissão soltou várias palavras das de pouco respeito, cabendo no possível, seja lançado o abarracamento e o mesmo multado». (Atas)

9 DE MAIO – Um dos vereadores locais, Teotônio José de Melo, queria posturas municipais contra «escravos e Povo que numa légua de distancia da Villa estragam matos e madeiras». Impossível. Não havia legislação provincial a respeito, mas, em vereança, o caso quase deu pancadaria.

5 DE JUNHO – A edilidade teve seus trabalhos praticamente paralisados de 5 de março até a presente data. É que grassava na vila uma epidemia de bexigas e os vereadores, com medo dela, não compareciam às reuniões de praxe. Foi esta a comunicação-introito do presidente Elias de Almeida Prado, na sessão do dia.

8 DE JUNHO – Antigamente era assim: «O Senhor Presidente ponderou que visto a necessidade que tem de hir a sua Casa, e mesmo pelos poucos affazeres que restão, dispensa do resto da seção. O senhor

Castanho é de parecer que se dispense, mas que se chame hum suplente para não haver falta. Foi dispensado». (Atas)

17 DE JUNHO – Interessante terno de fiança, aceito pela câmara municipal em favor de Manoel Joaquim Pereira, para o cargo de procurador do município. Foi fiador no caso Domingos José Lopes Rodrigues; «para poder entrar na arrecadação dos novos impostos.

22 DE JUNHO – Carta imperial, nomeando o bacharel José Inocêncio de Moraes Vieira para o cargo de juiz municipal e de órfãos, (Juiz de direito), dos termos reunidos de Constituição, Limeira e São João do Rio Claro. Ao que parece, trata-se do primeiro magistrado comarcado, nomeado pela Côrte, e a perceber honorários mensais.

20 DE JULHO – Chega à então Vila Nova da Constituição, a fim de tomar posse da cadeira para a qual fôra nomeado, o professor José Romão. Sua classe estava instalada nos altos da cadeia, que se erguia na praça José Bonifácio atual. Durante as sessões de juri, as aulas ficavam suspensas.

– O professor José Romão Leite Prates apresentou-se à câmara reunida, exibindo sua carta, (titulo), a qual foi averbada «na forma do estilo».

22 DE JULHO – «O Snr. Mello indicou q. se activasse o Fiscal acerca d'algumas casas q. se estão fazendo sem serem alinhadas completamente; posto à discussão, foi deliberado q. se officiasse ao Fiscal». (Atas)

23 DE JULHO – Pela pauta dos trabalhos da câmara e por informação do vereador Teotônio José de Mello, sabe-se que «a agoa do Itapeva é tão imunda q. nem os animais a querem beber».

24 DE AGÔSTO – Alarmante fôra a revelação do vereador Teotônio José de Mello: devido ao completo abandono em que se encontrava o cemitério da vila, vira um cão a devorar um cadáver. Por princípio de humanidade e religião, pedia fecho no cemitério, mesmo que fôsse por subscrição pública e que tal fecho deveria ser de taipa, pois havia muito roubo de cerca». Providências. (Atas)

25 DE AGÔSTO – Nasce em Itu o maestro Luiz Dutra. Embora paralítico pelo espaço de 40 anos, dedicou-se inteiramente à arte. Viera para Piracicaba já enfêrmo e aqui fundou diversas bandas de música, granjeando muita estima e consideração. Pertencia a uma família de notáveis artistas. Faleceu em 1911 nesta cidade e, mesmo enfêrmo, regia do leito a Corporação Musical «Azarias de Mello».

10 DE OUTUBRO – Uma das primeiras pontes sôbre o rio Piracicaba estava pronta. Construiu-a no espaço de sete meses o contratante, capitão João da Cunha Raposo. A câmara municipal suspendeu seus trabalhos, a fim de examiná-la e recebê-la, consequentemente. Voltaram

os edis ao trabalho e foi exarado o competente parecer favorável à ponte, parecer apresentado à municipalidade.

3 DE NOVEMBRO – Título de declaração de naturalização, passado pela câmara municipal a favor do dr. José Batista de Luné, natural de São Martinho do Bispo, (Portugal), e residente nesta vila, o qual, declarando professar a religião do Estado, entrou a gozar das regalias de cidadão brasileiro.

4 DE NOVEMBRO – Pedro Liberato de Macedo requereu à câmara municipal para fechar um quarteirão de seu uso. Concedido, contanto que não prejudicasse uma bica de água existente nas proximidades do terreno, bica essa situada na propriedade de Francisco Egídio. A municipalidade, como é natural, preocupava-se muito com as fontes públicas.

– Os vereadores recusaram passar um atestado de «suprema pobreza», requerido por José da S. Anna, para melhor recorrer à caridade pública. O peticionário era alfaiate e procurador de causas sendo já «suficientes os atestados que apresenta para tirar suas esmolas».

5 DE NOVEMBRO – Antigamente era assim: providências da edilidade contra o carnicheiro José Vicente da Silva que «tem cortado rezes magras e, que não observa o necessário asseio e nem peso recomendado na Lei de Nosso Regimento», isso porque tinha «o dever a Camara de zelar pelo bem publico, asseio, e limpeza, especialmente dos açougues, para que o publico não sofra».

– 1848 –

7 DE JANEIRO – «O Senhor Leme indicou que se officiasse ao Fiscal para dar providencias acerca do rego que leva agoa no Engenho do Conde de Valença que derrama agoa na estrada e poem a mesma intransitavel». É o atual rêgo do Engenho Central, Conde de Valença, depois Marquês de Valença, pai do Barão de Rezende.

11 DE JANEIRO – Curiosidade: José Roiz Leite requereu à câmara municipal que pagasse a quantia de 2\$000 a Francisco de Paula Eduardo, «pelo conserto de hum arrombamento da Cadea no tempo que foi fiscal». Assim se fêz.

19 DE JANEIRO – Título imperial, nomeando o dr. José Batista de Luné, cidadão português naturalizado brasileiro, para o cargo de comissário vacinador do «municipio da Villa da Constituição, da Província de São Paulo».

6 DE JUNHO – Reorganizava-se a milícia da Guarda Nacional. Salvador Ramos Correia requereu à câmara, pedindo «ficar alistado na Infantaria por não poder montar a cavallo». Indeferido. O «individuo tem possibilidade e porisso está muito nas circunstancias de servir na Cavallaria».

9 DE JUNHO – «O senhor Mello indicou que por varias vêzes tem trazido ao conhecimento da Camara a necessidade de hum Semite-rio e tem passado pelo desgosto de saber que se tem enterrado os corpos mal, o que é desumanidade e como o cofre tem dinheiro é de parecer se faça hum Simiterio». A corporação municipal resolveu, no assunto, recorrer ao govêrno provincial.

– Ainda não havia o celebrizado Cural do Conselho, onde eram recolhidos os animais pegos pelas rua. Tais animais (ata presente dos trabalhos da Câmara) eram então recolhidos no pasto do Fructuoso onde podiam ser procurados pelos donos pagando a multa respectiva.

30 DE JULHO – Tal como informa a ata dos trabalhos da câmara, havia na vila uma tentativa de insurreição de escravos. A edilidade resolveu participar ao govêrno Provincial êsse fato, requisitando «do capitão de Cavalaria hum G. N. para levar o officio ao exmo. presidente da Provincia».

4 DE SETEMBRO – Nasce em São Paulo o barão Basílio Machado. Promotor público em Piracicaba, escreveu, como admirável poeta que era, em 1876, a poesia «Noiva da Colina», exalçando as belezas da cidade. Assim nasceu um epíteto que até hoje perdura. Faleceu em São Paulo em 1919.

9 DE SETEMBRO – Em vereança, ficou deliberado a instituição de uns artigos de postura, mediante os quais os carroceiros de aluguel seriam obrigados a fornecer à câmara dez carroçadas de pedras por ano, para o calçamento de ruas e sarjetas, «visto que elles estraçam as ruas e pontes desta Villa».

– É que começava na localidade a era dos passeios (calçadas) e sarjetas, que eram feitas de pedras. As ruas começavam a ter a forma abaulada. A parte chamada carroçável bem mais tarde começou a receber pedregulho. A sarjeta de pedra protegia a rua contra a ação das águas da chuva.

2 DE NOVEMBRO – É interessante notar-se a burocracia da época, testemunhada pelas atas da municipalidade, tal como a presente: a câmara não se dirigia ao fiscal, para qualquer serviço atinente ao cargo, a não ser por officio. Essa prática também era estritamente usada por êsse funcionário, que, a rigor, tinha as funções de prefeito.

5 DE NOVEMBRO – Dois candidatos para encarregado das eternas obras da matriz: Miguel Arcanjo Benício Dutra, que entendia de arquitetura, risco e geometria», podendo «reparar qualquer defeito que possa aparecer na obra», e Bento Manuel de Moraes, que morava no sítio e não tinha «a inteligencia do Miguel». Na votação, venceu

justamente o primeiro. E assim, nos anais da terra, surge o nome de Miguel Arcanjo Benício Dutra, o grande Miguelzinho.

– 1849 –

8 DE JANEIRO – A câmara municipal local oficiou ao govêrno da Província, pedindo se mandasse proceder às divisas do município de Constituição e o de Itapetininga. Como o município de Piracicaba era imenso!

– Curiosidade: «Foi igualmente deliberado, (em vereança), que se officiasse ao fiscal para dar inteiro cumprimento as posturas da Câmara, especialmente acerca dos chafarizes, hua precinta, (guia), na descida de António Franco, extinção de formigueiros e outras obras necessarias não excedendo suas despesas de 10\$000 réis» (Atas)

9 DE JANEIRO – As obras da matriz, o cofre de Santo António e a nomeação do fabriqueiro, (provedor), estavam na câmara dando pano para mangas. Pela presente ata, sabe-se haver sido constituída uma sociedade particular, a fim de melhor prosseguimento dar às obras, com fabriqueiro de sua confiança.

– Trecho de ata dos trabalhos na câmara: «O senhor presidente indicou que se devia pedir ao govêrno dinheiro para calsar-se o bairro Alto, visto que está na estrada geral para o Paraná, cuja despeza deve ser feita pela barreira do Cubatão, posto a votação, foi aprovado».

– Ao govêrno provincial, a edilidade pedia providências, pois, por falta de divisas demarcadas, «entre a Va de Itapetininga e esta, alem do rio Tiete, acha-se uma grande povoação embaixo da Serra de Guarahy sem q. esteja legalmente sugeita a esta ou aquella Va».

11 DE JANEIRO – Nada ainda fôra resolvido a respeito da construção do cemitério. Em vereança, foram nomeados Miguel Arcanjo Benício Dutra, João José Correia Barbosa e João António da Siqueira para organizarem uma subscrição pública para êsse fim.

– Fôrca? Extrato dos artigos de postura: «Nenhuma pessoa poderá matar rezes no 4.º (no quarto, açougue próprio), desta Villa senão no lugar da forca, e para isso chamará o fiscal para ver se as rezes estão em termo de serem mortas». Ao que parece, trata-se do «Pátio da fôrca», entre as ruas atuais de Moraes Barros e XV de Novembro, com margem para o Itapeva, convertido em matadouro.

12 DE JANEIRO – A edilidade resolveu agir contra aquêles que, tendo requerido Datas de terra, (concessão de terrenos), não houvessem edificado no prazo de um ano, consoante as posturas municipais. Tais terrenos seriam considerados devolutos, (devolvidos). Parece que o têrmo se originou dêsse fato, realmente.

– Curiosidade: «O senhor presidente propos que era necessario obrigar-se as pessoas que vão tirar bilhete do fabricante, (provedor da igreja), para enterrar corpo, primeiro mandarem dar hum dobre de sino á que o sacristão tem de obrigação. Assim foi deliberado». (Atas)

11 DE FEVEREIRO – Deliberações da edilidade com referência às divisas dêste município com as de Curuçá, Tatuí e Itapetininga. Por aí se vê como era grande o território pertencente à ex e futura Piracicaba.

– Os edis resolveram pedir 500\$000 ao govêrno provincial para a manufatura do cemitério e autorizar o Fiscal o emprêgo de policiais e escravos jornaleiros para o seu mister, principalmente para aplicação e cobrança de multas aos recalcitrantes contra as posturas municipais.

– A êsse respeito, foi enviado um officio concludente ao govêrno da Província, pedindo verba de 500\$000 e expondo a situação crua dos moradores locais, em ocasião de falecimentos. A classe abastada enterrava seus mortos no recinto da igreja matriz e os pobres, pelos campos ou estradas. Havia caso de cadáveres serem desenterrados e devorados pelos cães.

18 DE FEVEREIRO – A rua da Glória, (Benjamim Constant), não passava da hoje rua 13 de maio, tapada que se achava pelo celebrado terreno de Santo Antonio, que vinha, mais ou menos, da rua do Rosário atual. A câmara, na presente sessão, deliberou abrir a rua da Glória para serventia pública.

18 DE FEVEREIRO – Durante os trabalhos da câmara, o vereador Francisco Ferraz de Carvalho «indicou que a Camara nomeie hua Comissão de seo seio, e que esta procure saber de hum terreno dado ao padroeiro Santo Antonio na criação desta Villa, seo tamanho, e em que estado se acha, para então tomarem-se medidas a respeito» Assim foi deliberado.

24 DE FEVEREIRO – Ainda o celebrado terreno de Santo António «A Comissão encarregada de examinar o terreno doado a Santo António, cumpriu sua missão indo ao lugar e examinando achou estar este ocupado por compra que fiserão ao revmo. vigario desta Villa por Salvador Roiz da Silva, Antonio da Cunha Guedes, Pedro Fanha, Mathias de tal, e por huas mulheres conhecidas por pretinhas».

– «E procurando a Commissão alguas informações obteve que a Camara paçada authorizou ao rdo. vigario por a venda êste terreno, e isto mesmo certificou o sr. Elias de Almeida Prado, e o senhor Theodoro Zeferino Machado, e que tudo deverá constar da ata». A câmara resolveu, sôbre o assunto, ouvir a opinião do govêrno da Província.

25 DE FEVEREIRO – Lido em vereança um officio do subdelegado de Santa Bárbara e um abaixo-assinado dos habitantes da mesma

povoação contra o vigário Lessa. Foi resolvido se enviar a papelada ao governo da Província para dar parecer ao caso.

– Abundância de cães pelas ruas. A câmara deliberou pedir licença ao delegado de polícia para que os empregados da municipalidade pudessem se servir de armas de fogo para exterminar a cachorrada, pelo menos enquanto houvesse fartura deles.

– O terreno de Santo Antônio em foco. Como se sabe, quando da elevação da Vila da Constituição, foi reservado um excelente terreno (possivelmente onde se acha hoje o Grupo Escolar «Morais Barros»), em proveito das obras do Padroeiro. O vigário Manoel José de França, autorizado pela câmara transata, loteou o terreno que ora se encontrava com diversos moradores. A edilidade atual oficiou ao govêrno da Província, desejando saber se era legal a autorização anterior.

– Pela correspondência da Câmara Municipal, tem-se notícia de que se achava gravemente enfêrmo o padre Manoel José de França elemento de destaque nos anais da história local, mormente na celebrizada revolução liberal de 1842.

11 DE MARÇO – Curiosidade: havia necessidade de boas correntes para a cadeia pública. O procurador da edilidade, a quem estava afeta a providência, não encontrou quem as fizesse ou onde comprá-las na vila. Por isso mandou vi-las do Rio de Janeiro e ficaram em 30\$300. Discussão em vereança para seu pagamento...

17 DE MARÇO – A fôrca: «O senhor presidente indicou que era mister hum rancho no largo da Fôrca para servir de abrigo aos tropeiros e passageiros que dos sertões se dirigem a esta Villa. Posto em discussão, foi deliberado que se officie ao exmo. presidente», (da Província).

– Outro trecho de ata: «O senhor presidente indicou que havia clamor publico na pobreza pela dificuldade de hirem a São Paulo tratar dos papéis de casamento, porisso que era de parecer que se officiasse ao rdo. capitular pedindo a Comissão ao vigario da Vara desta Villa para poder fazer esses papeis. Posto a discussão, assim foi deliberado».

– Mais um trecho da ata: «Foi lido hum officio do rvo. vigario fazendo doação de hum terreno que tem atraz da Matriz com a condição de não ser dado a outro e ser logo cercado, cuja doação era para a Matriz. Foi deliberado que se officiasse ao fabriqueiro que mande cercar».

9 DE ABRIL – Pela ata da municipalidade, sabe-se existia nos arredores da vila um local chamado «lenheiro dos pretos», onde escravos lenhavam para seus amos ou para êles mesmos. Ficava, mais ou menos, na atual Avenida Independência, além do cemitério e antes da Escola Agrícola.

10 DE ABRIL – Deliberação da câmara municipal referente as divisas dêste município com o de São João do Rio Claro. Foi oficiado ao govêrno da Província a respeito.

13 DE ABRIL – O pedregulho entra em cena. Por deliberação da câmara municipal, a rua do Bairro Alto, (Morais Barros), foi reparada, «desde a esquina da Casa de António José Correia, seguindo pela rua abaixo até a boca da ponte do Itapeva» e coberta de pedregulho, «daquele mesmo que tem ali perto»,

– Como dissemos em quadrinho anterior, as ruas da vila começavam a ter passeios e sarjetas, de pedra, segundo as informações. O pedregulho, como se vê, também começou a ser usado, cobrindo a parte carroçável. Êsse pedregulho era tirado do «Pátio da fôrca», isto é, da travessa que hoje liga as ruas Morais Barros e XV de Novembro, acima do Itapeva. Justifica-se, assim, a expressão «daquele mesmo que tem ali perto».

29 DE ABRIL – Ajustado o cêrco do cemitério pela câmara municipal, ao preço de rs. 500\$000, elevadíssimo para a época. O cemitério da vila se localizava, então, na hoje Praça Tibiriçá, onde atualmente está o Grupo Escolar «Morais Barros».

12 DE JUNHO – Nasce em São Paulo Luiz Vicente de Souza Queiroz, o fundador da Escola Agrícola e, sem dúvida alguma, o maior dos piracicabanos não nascidos em Piracicaba.

23 DE JULHO – No expediente dos trabalhos da câmara municipal, foi lido hum officio do procurador acerca do azeite que se deve gastar na cadeia, (iluminação), foi deliberado que se gaste um quartelho por noite».

3 DE SETEMBRO – Nasce piracicabano Manuel Ferraz de Camargo, tronco de numerosa família local. Foi vereador à câmara municipal, tendo exercido, igualmente, o cargo de prefeito municipal. Há na cidade uma rua com seu nome. Faleceu em nossa terra a 10 de abril de 1940, em avançada idade, portanto.

7 DE OUTUBRO – Fundação e instalação da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Santo António, ato que se realizou na sacristia da antiga matriz do mesmo nome. Presidiu à solenidade o padre Manuel José de França, então vigário local.

– «Os irmãos iniciados na presente minuta concorrendo com suas votações, da respectiva apuração resultou ficarem provisoriamente nomeados para exercer as funções da Mesa afim de ter seu desejo de progresso a irmandade q. haspiram; ficarão assim nomeados os seguintes a saber: para Provedor – José Pinto de Almeida – para Secretario – Francisco José

da Conceição – para Thesoureiro – Domingos Jozé Lopes Rodrigues – para Procurador – Domingos Jozé da Silva Braga Filho».

9 DE NOVEMBRO – O vereador Salvador de Ramos Correa «indicou que visto o simiterio estar fechado deve suspender-se o enterro de corpos na igreja para cortar abusos». Tais sepultamentos, que se faziam também ao lado da matriz, (hoje Catedral de Santo Antonio), foram proibidos na sessão da edilidade de 20 do mês e ano presentes.

28 DE NOVEMBRO – Na tesouraria municipal não havia dinheiro suficiente para a limpeza da cadeia. A câmara, pois, consultou a presidência da Província se os «presos pronunciados podem fazer a limpeza».

2 DE DEZEMBRO – Antigamente era assim: «O senhor presidente indicou que se officie aos tabeliões para remetterem a relação das pessoas que faleceram e deixarão as custas para obras de Santo António, o que deve constar das verbas dos testamentos. Assim foi deliberado». (Atas)

– 1850 –

1.º DE JANEIRO – O vereador Joaquim Roiz Cezar «fessentir que a pouco teve sarampo, que ainda se acha incommodado porisso pede licença de hum mez, posto a discussão, foi-lhe concedida a licença». (Atas)

29 DE MARÇO – Em vereança, foi lido um officio do fiscal da câmara, Joaquim José da Silva, pedindo providências com referênciã a cêrcas que vedavam ao povo as águas do Itapeva, consideradas de servidão pública. Tais cêrcas mais se acentuavam nas chácaras de Manoel Joaquim Pereira e Salvador Roiz, (Rodrigues), da Silva.

– O problema da água, de que se serviam os habitantes da vila era sério na época. Até o Itapeva era procurado por se achar mais próximo do centro urbano. As chácaras em questão abrangiam as hoje, ruas Voluntários de Piracicaba, Regente Feijó e Governador Pedro de Toledo, tomando o Itapeva e boa parte da Cidade Jardim.

2 DE FEVEREIRO – Em sua reunião, a edilidade determinou ao fiscal, Joaquim José da Silva procedesse de acôrdo com as posturas municipais, no caso dos proprietários de chácaras que, com suas cêrcas, vedavam as águas do Itapeva à servidão pública. Na questão, tais cêrcas seriam derrubadas, a fim de deixar que o povo se servisse das águas do mencionado córrego.

– Nasceu, assim, uma das causas judiciais bastante curiosa entre a câmara múnicipal e Salvador Roiz da Silva, que não quis pôr, abaixo as cêrcas que contornavam a sua chácara e que vedavam o Itapeva à ser-

vidão pública. E a edilidade, dois anos depois, por desistência, perdeu a parada...

4 DE FEVEREIRO – O fiscal municipal, Joaquim José da Silva, participava, por ofício, ao procurador da câmara, José Baldoino Lopes, a resolução da edilidade, qual seja a de intimar a Manuel Joaquim Pereira e Salvador Roiz da Silva a abrirem ruas em seus terrenos, a fim de dar livre trânsito ao povo para se servir das águas do Itapeva.

– Tomou mesmo pé a causa judicial de que falamos – causa que se arrastou por dois anos e pico e só terminou com a desistência da municipalidade. O interessante é que as ruas do litígio – hoje Governador Pedro de Toledo, Regente Feijó e Voluntários de Piracicaba – só foram realmente «abertas» quase um século depois...

20 DE MARÇO – «Como requer» foi o despacho dado pelo Juiz municipal à peça inicial do «libelo-civil», em que o procurador da câmara municipal citava em juízo Salvador Rodrigues da Silva por haver cercado uns terrenos de sua propriedade, com que vedava ao povo a utilização das águas do riacho Itapeva, o que era proibido pelas posturas municipais.

21 DE ABRIL – Pela correspondência da edilidade, tem-se notícia de haver falecido Domingos José da Silva Braga, um dos responsáveis pela estrada a Cuiabá, também figura de relêvo na política administrativa local. Foi possivelmente o primeiro agente do correio de nossa terra.

3 DE MAIO – O réu Salvador Rodrigues da Silva conseguiu provar que, embora cercando sua chácara, que abrangia as hoje ruas Governador Pedro de Toledo, Voluntários de Piracicaba e Regente Feijó, os moradores da Vila não se viam privados do Itapeva, cujas águas não se recomendavam. Outros proprietários também haviam cercado suas propriedades, sem que a edilidade se lembrasse de incomodá-los.

8 DE MAIO – Nasce em Itu o pintor José Ferraz de Almeida Júnior, assassinado em Piracicaba a 13 de novembro de 1899. É um dos grandes artistas do país. Seus restos mortais repousam no cemitério de nossa cidade.

29 DE MAIO – Registro do diploma do dr. Hermann Melchior, doutor em medicina e cirurgia pela Universidade de Kiehl, Ducado de Holstein, no Consulado do Brasil em Hamburgo. A cópia de tal diploma todo redigido em latim se acha nos arquivos locais (correspondência), pois o dr. Hermann Melchior residiu em Constituição, sendo um dos primeiros médicos formados a exercer legalmente a profissão em nossa terra. Era igualmente, proprietário de uma farmácia.

1.º DE JULHO – Mais uma prova de que houve força em nossa terra é encontrada no seguinte trecho da ata dos trabalhos da câmara:

«Foi lido hum requerimento de Manoel Reis d'Oliveira, pedindo concessão para tirar terra no Largo da Forca, foi concedida sem prejuízo público». Já falamos por diversas vêzes dêsse largo.

15 DE SETEMBRO – «Duas estradas se dirigem desta Villa a de Jundiahy onde ambas juntando-se se dirigem a Capital da Provincia a l.^a segue desta Villa pela Freguezia da Agua Choca, vai a Jundiahy com a distancia de 17 legoas – a 2.^a segue desta Villa pela Freguezia de Santa Barbara, passa pela cidade de Campinas, e se dirige aquella referida Villa com a distancia de 19 legoas». (Atas)

9 DE OUTUBRO – Durante a sessão da câmara, o vereador António Fiuza de Almeida indicou para que a Municipalidade mandasse «tirar o Pelourinho, visto que é um descredito á esta Villa, posto em discussão, passou». Tal pelourinho fôra armado em 1822, quando da elevação da freguezia de Piracicaba à Vila Nova da Constituição.

– Os costumes evoluíam e as elevações das freguesias a vila já se faziam sem ser erguido o pelourinho. Entretanto, o pelourinho servia para nêle serem supliciados os escravos. No caso local, não nos consta que justiça fossem distribuidas por essa forma.

10 DE OUTUBRO – A falta de água durante a sêca e o reclamo do povo fizeram com que a câmara municipal ordenasse a construção de dois chafarizes, junto das bicas, «perto da Casa do Amancio, outro perto da Casa de Manoel Dias Ribeiro».

11 DE OUTUBRO – Ruas antigas, não localizadas: «...se fação quatro persintas de 5 palmos de largura, principiando huma no beco do finado Braga a porta principal da Matriz, outra no beco do Visconde a mesma porta principal, outra no beco do Theotonio a porta travessa». Na época, as ruas quase não tinham nome e eram designadas pelo principal morador delas.

25 DE OUTUBRO – Nasce nesta Cidade Manuel Ernesto da Conceição, depois Conde de Serra Negra. Comerciante, um dos maiores lavradores de café do Estado. Em Paris, abriu o «Café de São Paulo», com o intuito de fazer propaganda dos produtos brasileiros na França. Faleceu em São Paulo a 14 de março de 1923.

1.º DE NOVEMBRO – Diz a ata dos trabalhos da câmara: «O Senhor Carvalho indicou que visto a Assembleia ter tido as rendas da igreja, convinha que d'ora em diante os dobres de sino fossem a 800 réis, tirando-se 160 rs. para o sacristão, ficou adiado». Na sessão de 3 do mês presente, o assunto foi resolvido, mas a ata não especifica como.

Costumes antigos: «Posto em discussão outra parte do officio, (do Fiscal), acerca dalguns chiqueiros que os proprietários tem na frente

das ruas, foi deliberado que se officie ao fiscal para dar as providencias, mandando tirar». (Atas)

– 1851 –

1.º DE JANEIRO – No expediente da sessão da câmara, «foi lida uma portaria de titulo pelo qual S. M. o Imperador ouve por bem nomear ao doutor José Baptista de Luné vacinador desta Villa. O senhor Ferraz indicou que se lavre editais para conhecimento do publico – passou». (Atas)

10 DE JANEIRO – A iluminação da cadeia. Na presente sessão, a corporação de vereadores deliberou «que se marcasse huma garrafa de azeite por noite, officiando-se ao delegado nesse sentido, a fim de que o carcereiro tenha a necessaria economia».

24 DE FEVEREIRO – Miguel Arcanjo Benício de Assunção Dutra, o «Miguelzinho», fundou a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte.

16 DE MARÇO – A Câmara Municipal officiou à Assembléia Provincial, pedindo que «não mais se fação dentro das Matrizes as eleições primarias. Hé desgraçadamente sabido» «as ocurrencias dezagradaveis, q. tem aparecido pr. ocazião de tais eleições, as quaes ainda calmosas, não deixão de ser hum desrespeito ao Templo de Deos Nosso...» Pelo que se deduz, os tumultos eram constantes à bôca da urna.

18 DE MARÇO – Nasce em Campinas José Gabriel Bueno de Mattos, aqui falecido a 26 de julho de 1904. Veio cedo para Piracicaba, dedicando-se ao comércio. Foi vereador por dois triênios, juiz de paz, destacando-se por seus princípios republicanos e por seus elevados dotes de coração.

1.º DE MAIO – «Foi lido hum officio do Senhor Ferreira em que pondera os motivos que derão lugar a faltar a presente secção, sendo o mais plausivel o achar-se impossibilitado de montar a cavallo em rasão de estar com hum tumor, posto em discussão e votação, a Camara julgou procedentes as razões appresentadas, pelo que o dispensa da multa e da presente sessão».

9 DE JULHO – A força de Constituição esteve em evidência pela segunda vez, ao que parece a última, tendo sido executado o escravo Miguel, cujo delito ignoramos, bem como ignoramos a que senhor pertencesse.

14 DE JULHO – Despesas com a execução acima: «Importe da conta que tenho de haver da Camara desta Va. na execução de pena ultima na pessoa de Miguel escravo: Recomendação 1\$280. Sacristão \$320. 8 velas pa. o ornamento do Altar a \$480 – 3\$840: 5\$440. O coadjutor Manoel Vieira da Maia Prado. A corda, de linho seguro, que serviu ao ato, custou 3\$100. (50 palmos)».

25 DE JULHO – Na câmara municipal, a comissão de papéis – nomeada para dar parecer sobre papéis em pauta – foi de opinião se fizesse primeiro o conserto no cemitério e depois a calçada da matriz. Entretanto, os vereadores resolveram o contrário, visto «como o pedrão da Matriz pode fazer-se independente de dispêndio, em razão de haver pedras disponíveis e jornaleiros pagos».

26 DE JULHO – A maioria das ruas não tinha propriamente nome. Eis como os edis da época, vereança, se referiam a elas: «O mesmo Sr. Cezar indicou que se faça hua precinta, (guia), da esquina do Gordo a Cadea, e outra da esquina da casa do finado Pedro Leme a Cadea».

25 DE AGÔSTO – A falta de água: «Constando, (atas), haver clamor publico acerca d'agua que sahe da parte de João José Correa em razão da falta d'ella, foi deliberado que se officie ao proprietario que a Camara vai mandar beneficiar a aguada, para o que deverá franquear ao fiscal a entrada em seo pasto tôdas as vêzes que for necessario».

30 DE AGÔSTO – Mais uma vez, encontramos nas atas dos trabalhos da municipalidade – como na presente – a designação de Bairro Alto à parte de nossa cidade onde hoje se localiza a Cidade Alta.

2 DE OUTUBRO – O chafariz do Itapeva; (bica que, hoje oculta, há no canto da rua Moraes Barros), estava, em vereança, dando pano para mangas. Isso porque João José Correia ter entulhado tal bica; «a pretexto de sahir a agoa do seu terreno». Enérgicas providências da edilidade, a fim de por a salvo o interêsse publico.

28 DE OUTUBRO – Diz a ata dos presentes trabalhos da Câmara: «Foi lida huma Portaria, (da Província), p. a se numerar as casas, posto em discussão, foi deliberado q. o Sr. Fiuza ficasse incumbido deste negocio». É a primeira notícia que encontramos nos anais da terra a respeito da numeração das casas.

31 DE OUTUBRO – Artigo de postura aprovado pela câmara: «Todo aquelle que fizer fogo em suas roças feitas em ql.qr. logar em tempo de secca, q. se conciderará do 1.º de 7bro. até 10bro., decorrido trinta dias sem chuva, soffrerá a multa de 50\$rs. e dez dias de cadea, e se for ou passar em terrenos alheios serão as penas dêste artigo dobradas, alem das responsabilidades pelos prejuizos causados».

1.º DE NOVEMBRO – Outros artigos de postura da edilidade, a serem aprovados pela presidência da Província: «Todo aquelle q. tiver jogo de bilhar (?) dentro dêste municipio tirara uma licença do Procurador da Camara e pagará 12\$ rs. annuais». «Todo aquelle q. se apear e largar sem ter qm. pegue o animal nas portas da Igreja na ocazião de Missa soffrerá a pena de 2\$000». «Todo aquelle que pegar escravo fu-

gido dentro dos suburbios desta Villa ganhará a quantia de 4\$ rs.» «Os proprietarios comprehendidos dentro do circulo q. for marcado pela camara serão obrigados a calçar de pedras dez palmos a frente de suas propriedades». «Todas as vêzes q. falecer ql.qr. individuo haverá hum toque ou repique de sino gratuito».

29 DE NOVEMBRO – Nasce em Coimbra, Portugal, José Gomes Marques. Cedo se estabelecendo em Piracicaba, aqui se constituiu elemento de destaque, mormente no campo político, filiando-se às hostes republicanas, chefiadas por Prudente de Moraes. Ocupou cargos de projeção e é tronco de numerosa família piracicabana. Faleceu nesta cidade a 27 de maio de 1920.

7 DE DEZEMBRO – Nasce na Freguesia de Salvador de Moura, província do Minho, Portugal, António Teixeira Mendes. Vindo moço ainda para Piracicaba, aqui se radicou e se tornou fundador do ramo paulista da família Teixeira Mendes. Homem de iniciativa, fez-se na indústria e tem seu nome ligado à fundação da Santa Casa de Misericórdia local. Braço forte de Luiz de Queiroz, na execução de suas arrojadas idéias. Republicano, fêz parte do histórico grupo piracicabano com Prudente de Moraes. Faleceu em Piracicaba a 8 de maio de 1913.

9 DE DEZEMBRO – Nasce na Bahia o farmacêutico Leocádio de Castro Neves, nome benquisto na tradição de nossa terra. Passando, desde moço a residir entre nós, aqui constituiu seu lar e se tornou tronco de ilustre família piracicabana. A farmácia que mantinha na antiga rua do Comércio até hoje revive na lembrança dos velhos.

18 DE DEZEMBRO – O segundo livro de registro de óbitos existente na Cúria Diocesana local fala em cemitério: «Aos dezoito de Dezembro de mil e oito Centos e sincoenta e hum falleceu João de febre, filho de Manoel Germano, e Da. Maria do Patrocinio, amortalhado de branco, e recommendado no Cemiterio desta Villa. O Coadjutor Manoel Vieira de Maia Prado».

– Os livros a que nos reportamos dão a entender que os enterramentos, até então, eram feitos na igreja ou no adro do templo, pois os assentamentos trazem ora a expressão «dentro», ora, «fora». Teria sido êsse o primeiro sepultamento do primitivo cemitério que se localizou na hoje Praça Tibiriçá? Os resumidíssimos documentos da época não trazem mais do que isso.

– 1852 –

4 DE JANEIRO – Antigamente era assim: «O Sr. Cezar indicou mais que se officie à Camara de Araraquara p. a impedir os paris no Sal-

to do Guanhandava, attento o prejuizo q. causa a esta Villa e q. se encarrega da redacção do officio. Posto em discussão, assim foi deliberado».

6 DE JANEIRO – «...e julgando esta Camara q. é em grande vantagem pa. êste Município e quiça pa. esse, o restabelecimento de hu pari ou chiqueiro q. consta existir no lugar denominado Salto do Goanhandava, no Rio Tieté desse Município, (Araraquara) deliberou officiar a essa Camara pedindo providencias que obstem a conservação do mencionado pari ou chiqueiro, visto q.» «faz com q. os peixes não possam subir, privando assim não este como o Município de Pôrto Feliz e Sorocaba desse recurso natural, pois q.» «ali vão especuladores com grande carregamento de sal e tudo consomem no salgamento dos peixes...»

20 DE JANEIRO – Da Câmara ao Vigario Capitular do Bispado: «...deliberou de representar a V. Revma. pedindo» «hum Regimento», «pelo ql. está tachado os Emolumentos, q. pertencem aos Parochos das Igrejas deste Bispado, com Missas Cantadas, Matinas e etctra, assim mais recommendações, enterros, acompanhamento dos mesmos, e tudo mais concernente as funções da Igreja, pa. com isto e regular-se a êsse serviço e evitar-se recentimentos dos Povos ...»

14 DE MARÇO – Retratos de Piracicaba pelas atas: «...o lugar insalubre que existe dentro do seo municipio é a beira do rio Piracicaba abaixo desta Villa mais ou menos 5 legoas, que em certa epocha do anno torna-se pestífero, e que moradores daquem e dalem rio, e mesmo os viajantes são atacados da febre denominada – febre acezoada ou maleitosa».

– Continua o retrato: «...os depositos existentes não fornecem satisfactoriamente agoa ao publico deste municipio por falta de meios pecuniarios para preparação das agoas existentes dentro da povoação como chafarizes etc. e que em tempo secco ha falta para uzo publico, tanto q. nestas epochas como succedeo êste anno pp. servia-se o publico d'agoa do rio grande por cauza de terem seccado as existentes no centro da Povoação».

17 DE MARÇO – Outra informação sôbre cemitério: «Aos dezecete, de março de mil oito centos e cincoenta e dous sepultou-se no cemitério publico Francisco de Paula Leite com oitenta e quatro annos casado que era com Maria de Paula Leite; falleceo de inflamação, sem Sacramento por não alcançar, seo corpo foi amortalhado em panno preto e recomendado n'esta Matriz. O Vig.o Joaquim Cypriano de Camargo».

– É esta a segunda notícia sôbre cemitério público que encontramos nos arquivos da Cúria Diocesana local. As laconíssimas atas da Câmara Municipal nada esclarecem a respeito. Pensamos seja mesmo o

cemitério que houve no largo onde se encontra hoje o Grupo Escolar «Morais Barros».

3 DE MAIO – Talvez por ver as coisas mal paradas, a câmara municipal, em vereança, deliberou desistir da causa civil em que se empenhava com Salvador Rodrigues da Silva, que cercara uma chácara de sua propriedade, vedando, com isso o livre acesso dos moradores da vila ao Itapeva, a fim de utilizarem-se de suas águas.

7 DE JULHO – Nasce em Piracicaba, filha de Pedro Liberato de Macedo e Rosa Martins Bonilha, a menina Antônia, mais tarde madre Cecília do Coração de Maria, fundadora do Asilo de Órfãos «Coração de Maria, Nossa Mãe», de que se originou a Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria.

22 DE JULHO – Desistência oficial da edilidade na causa civil que a câmara intentara contra Salvador Rodrigues da Silva, ao cercar sua chácara, fechando diversas ruas, com o que impedia o livre acesso do povo às águas do Itapeva. A municipalidade foi condenada a pagar as custas do processo, pagando ainda os honorários do advogado.

– Na época, as águas do riacho Itapeva eram de «servidão pública», já que a vila da Constituição não possuía água encanada. As fontes de água constituíam, então, coisa preciosa. Um século mais tarde, o progresso, com seus passos implacáveis, escondeu o romântico Itapeva debaixo de uma estrutura de cimento armado, sôbre o que passa agora uma esplêndida avenida.

31 DE JULHO – O agente do correio também exercia o cargo de tabelião. Era proibida então a acumulação de «empregos» e a câmara municipal, para resolver o caso, deliberou solicitar luzes da presidência da Província.

3 DE OUTUBRO – Por meio de circular, a vice-presidência da Província alertava a câmara municipal contra a falsificação de chouriços e paios vindos de Portugal. A edilidade, por edital, alertava, por sua vez, a população.

25 DE OUTUBRO – «Endicou o Snr. Presidente que achava-se humma pessoa que queria encarregar-se de fazer o Matadouro Publico pelo preço de tresentos mil réis. Foi deliberado que se officiasse ao presidente da Província, nesse sentido». (Atas)

26 DE OUTUBRO – Os vereadores se dirigem, por ofício, à presidência da Província, pedindo autorização e verba para a construção do matadouro pela quantia de tresentos mil réis, de que se encarregaria António Teixeira Gordinho.

– Pela primeira vez encontramos notícia sôbre «matadouro», no sentido amplo em que é tido. Na época, as rezes eram abatidas em campo aberto, nos sítios, por particulares. Ao que parece, a municipalidade apenas vigiava o movimento, para não haver patifarias.

28 DE OUTUBRO – «Indicava o sr. presidente que na rua Direita de frente a casa de Manoel de Jesus Maria acha-se hum buraco o qual se tornava necessário entupir, e calçar, e assim mais que se mandasse fazer hum rasgão defronte a cadeia desta villa para esgotar as águas que se achavão ali paradas; foi aprovado». (Atas)

– Em seu relatório, o fiscal da vila se queixava aos camaristas não poder extinguir cães, cabras e porcos, que enchiam as ruas porque a polícia se negava a auxiliá-lo. A edilidade, por proposta da Comissão encarregada de dar parecer a êsse relatório, bateu às portas da presidência da Província para solucionar o caso.

30 DE NOVEMBRO – O vereador dr. José Roberto de Mello Franco pediu à edilidade «exenção de vereador para a nossa Camara por motivo de molestia prolongada e por falta de dois annos de domicilio». Na reunião de 8 de janeiro de 1853, foi indeferida a petição, multado o faltoso e convidado a comparecer às reuniões seguintes. O caso foi parar na presidência da Província.

– Lucros e perdas: «Endicou o senhor Aguiar que se devia riscar da relação de dividas nomes de varios individuos que morrerão sem meios e outros mudados dêste municipio o que sendo aprovado riscouse somando tudo na importancia de tresentos e noventa mil setecentos e vinte réis». (Atas)

8 DE DEZEMBRO – O cidadão Luiz Antônio de Sousa Barros funda, no município de Constituição a colônia de São Lourenço. A 31 de dezembro de 1855, era êste o pessoal da referida colônia: brasileiros, 20; portuguezes, 5; alemães, 225; franceses, 62. Total, 312.

– Ignoramos a constituição dessa colônia. Quer nos parecer se trate das «comunas», existentes então na Europa, num objetivo cooperativista. Impressiona o número de alemães existentes na organização.

– 1853 –

8 DE JANEIRO – Mais uma das primeiras notícias sôbre os alemães em Piracicaba é encontrada no seguinte trecho da ata dos trabalhos da câmara municipal: «Foram apresentados vinte requerimentos dos Alemães pedindo dactas, (terras), para pagarem em servisso a Camara mandou passar».

9 DE JANEIRO – «Endicou o vereador Ferraz que conhecendo quanto era mesquinho o ordenado do Secretario desta Vila, digo, do

Secretário desta Camara, é de parecer que se represente a Assembleia Provincial por entre medio do govêrno municipal de augmento do ordenado do Secretario dando-se-lhe mais sincoenta mil reis, que com os sento e sincoenta fazem a quantia de duzentos mil reis, o que posto em discussão passou». (Atas)

10 DE JANEIRO – Uma informação curiosa: em vereança, o secretário da edilidade, tendo necessidade de uns livros para o registro de licenças, pediu autorização para usar uns, que eram destinados a «registro de nascimentos e óbitos, e que para isto já não eram necessários». O interessante é saber-se que, desde o início da povoação, o registro de nascimentos e óbitos eram feitos na igreja matriz.

– «Endicou o. Snr. Presidente que necessario calçar a rua da Quitanda, (XV de Novembro), isto hé da rua do Comercio, (Governador Pedro de Toledo), para baixo; o que posto em descução passou. Endicou mais o Snr. Presidente que na rua dos Orives, (Rangel Pestana), hé necessario mandar fazer hum esgoto, (rêgo), para esgotar as agoas que se achão ali paradas: o que posto em descução passou». (Atas)

11 DE JANEIRO – «Endicou o Snr. Ferraz que em poder de Salvador de Ramos Correa existe algum dinheiro sobra do catavento e mais obras da Igreja, e que era sua opinião que êste dinheiro fosse empregado em madeira ou aquilo que necessario fosse para arranjo do corredor da Igreja, e que se encarrega-se êste arranjo a hua pessoa que para isto tivesse abelitações necessarias e que em sua opinião o Snr. José Pinto de Almeida tinha as abelitações assim ditas; o que posto em discução passou». (Atas).

– A corporação municipal reunida, João José Correia denunciou a Frutuoso José Coelho como vendedor de aguardente sem que tivesse «comprado ramo», (privilégio). Providências imediatas dos camaristas.

– As diminutas rendas da câmara eram quase que consumidas com os funcionários municipais e despesas do juri. À vista disso, o vereador Francisco Ferraz de Carvalho indicou, sendo aprovado, se pedisse à Assembléia Provincial as rendas da carne verde para que fossem applicadas em obras públicas.

– As rendas da carne verde? Como então se deprende, a matança do gado para consumo público já tinha uma legislação official.

12 DE JANEIRO – Artigo de postura aprovado pela câmara: «Todas as vêzes que falecer qual quer pessoa averá hum dobre ou repique de sino gratuito; podendo contudo haverem mais dobres ou repiques pagando por estes os intereçados oito centos reis de cada hum, quantia esta que será applicada metade para a Fabrica da Matriz, (prove-

doria), e outra que perceberá o Sacristão. Dita quantia será arrecadada pelo Fabriqueiro, no ato de dar o bilhete para a sepultura». (Ata)

– Por êste quadrinho se vê, claramente, que a burocracia dos enterramentos estava afeta à igreja.

25 DE JANEIRO – A presidência da Província pediu à edilidade local informasse sôbre um requerimento de José Rodrigues Leite, que solicitava um atalho na estrada para Cuiabá. Seria, possivelmente, a mesma estrada para Cuiabá que foi fator marcante na história da fundação de Piracicaba?

– Na presente sessão da câmara da terra, foi lida uma circular da presidência da Província, pedindo sementes de madeira de lei para serem enviadas ao jardim da Côrte. Com certeza, seria o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

29 DE FEVEREIRO – Que pena! Ficou adiada, na presente sessão da câmara municipal, a discussão a respeito de um requerimento do capitão Ricardo Leão Sabino, «pedindo a proteção da Camara para lhe conceder hum terreno no largo da Forca, para levantar um teatro». Pela primeira vez, os da terra falam em teatro.

27 DE MARÇO – Em vereança, «foi lido outro officio do govêrno em que comunica que as Camaras não tem direito algum de requisitar policiais, para matar porcos, cães e cabras que vagueião pelas ruas, mas que poderá fazer justando para isso jornaleiros». É que a municipalidade havia consultado a presidência da Província nesse objeto.

– «Endicou o Snr. Presidente que era de suma necessidade representar-se ao govêrno da Província a necessidade que há nesta Villa de fazer-se dois chafarizes, e que para isso seria necessario pelo menos dois contos de réis, o que posto em discução passou». (Atas)

5 DE ABRIL – Início da construção da antiga Capela da Boa Morte, hoje Igreja da Boa Morte, trabalho que se deve à operosidade, inteligência e fé de Miguel Arcanjo Benício Dutra.

16 DE ABRIL – Em reunião, foi lida uma circular da presidência da Província, ordenando à câmara que «sob sua responsabilidade não mande registrar qual quer carta de naturalização de Cidadão Brasileiro, sem que conste della ter sido registrada na Secretaria dos Negócios do Império».

– Nessa mesma reunião, foi lido um requerimento dos moradores do Bairro Alto, pedindo à edilidade a construção de um chafariz no local. Os camaristas tomaram providências a fim de satisfazer os peticionários.

20 DE JULHO – A câmara aprovou a seguinte indicação do vereador Francisco Ferraz de Carvalho: «que não havendo nesta Villa nem

hum divertimento publico que sirva de recreio aos seus habitantes, e sendo o theatro hum único que pode aqui ter, por isso hé seo parecer que esta Camara represente ao Exmo. Presidente da Província a êste respeito pedindo a Suspensão emterina do Artigo de Posturas que condena com a pena de multa aos que dão espetaculos; ficando só sугeito os Estrangeiros que o quizerem dar, athé que se reuna a Assembleia Provincial unica que pode revogar êsse artigo».

– «Quanto a ponte do Corumbathay sendo necessario para a factura desta ponte huma soma avultada, e não tendo fundos sufficientes o cofre desta Camara parece a Comissão que se não deve emprehender esta obra e sim pedir hum auxilio da Província». (Atas)

– «Quanto ao sino, (da matriz), a Comissão hé de parecer que se compre com tanto que não exeda de sincoenta mil réis, e logo que for comprado o mesmo poderá o Fiscal fazer as despezas necessarias para o colocar em seu lugar, digo em lugar competente; O que posto em discussão foi approvedo, officiado-se ao Snr. José Pinto, (de Almeida), para fazer a compra dó dito sino». (Atas)

– «Endicou mais Snr. Ferraz que esta Camara deve por seo Fiscal mandar demolir a forca guardando êste as madeiras da mesma para o que for preciso; posto em descução passou».

– Segundo uma representação do Fiscal da Vila, os camaristas resolveram fosse feita a ponte sôbre o Itapeva, «na direção da rua das Flores, (13 de Maio), fazendo-se as despezas por férias e com a maior economia que for possivel, tudo ficando a cargo do Fiscal».

21 DE JULHO – À câmara, foi apresentado um «requerimento da Sociedade fundadora de hum Theatro, pedindo hum terreno que faz frente á rua dos Pescadores, (Prudente de Moraes), e atraz da Cadêa desta Villa, (Praça 7 de Setembro), para alli fazer hua casa para Theatro. Posto em discussão, a Camara deliberou que informe o Suplicante ou marque o terreno que percisa para edificar essa obra».

– Outra resolução dos camaristas, na presente sessão, foi dar a um requerimento «de varias presos desta Cadêa os quais pedem que a vista de seus estado de pobreza esta Camara mande lhes dar o sustento ou cento e vinte réis diários para cada hum delles sustentar-se», o seguinte despacho: «Informe o Delegado sôbre a veracidade do alegado».

22 DE JULHO – A semente do antigo Teatro Santo Estêvão: «Foi apresentado o requerimento e a informação do Secretario de Sociedade do Theatro na qual informação marca o tamanho do terreno por ella requerido para dicta casa do Theatro, cujo tamanho hé cento e

cincoenta palmos de fundo com setenta de largura; posto em discussão ficou sôbre a mesa».

– Dois artigos de postura aprovados pela câmara municipal: «que os escravos não andem pelas ruas desta Villa depois do toque de recolher» e «que os taberneiros que feixem as portas de suas tabernas a essa mesma hora».

– O toque de recolher era dado às nove horas da noite, pelo corneteiro da cadeia ou pelos sinos da matriz. Era o sinal do repouso. E a vida da então Vila Nova da Constituição caía no mais completo silêncio, apenas perturbado por um ou outro retardatário.

23 DE JULHO – Resolvido pela câmara o caso do terreno pedido pela Sociedade do Teatro para a edificação de seu prédio: cedido o terreno, pagando os emolumentos devidos, como se pagavam às «datas» e isso como direito de posse; extinta a Sociedade, sempre sujeita às posturas municipais, o terreno voltaria novamente à edilidade, embora contivesse benfeitorias; o arruador da câmara ficou encarregado de demarcar o terreno, hoje Praça José Bonifácio.

24 DE JULHO – Entre outros pareceres da Comissão de Contas sôbre auxílios, solicitados pela edilidade, constava o seguinte: «quanto á torre e frontespício, (da matriz), a Comissão hé de parecer que tudo conserto ali feito há perdido, por quanto a torre está pensa e por isso melhor hé fazela construir de novo, e que para isso hé necessario quatro contos de reis».

4 DE SETEMBRO – «Endicou o sr. Ferraz que como tem de aver Eleição e em cumprimento a Lei, de fornecer o livro das actas e a este respeito a missa Solene do Espirito Santo e orador para fazer o discurso analogo, feito as despesas e custa da Camara». (Atas)

– Por essa mesma ata dos trabalhos da câmara, sabe-se haver falecido o tenente coronel António Fiuza de Almeida, político de alta projecção na época. Foi vereador, presidente da edilidade, tendo occupado outros cargos de representação. Elemento saliente na revolução de 1842, mormente quando da tomada da câmara.

– Mais uma das primeiras notícias da colonização alemã em Piracicaba. Os alemães pediram à câmara dez datas de terra, prontificando-se a fazer o pagamento respectivo em serviço. A edilidade anuiu ao pedido em data de 30, mediante contrato.

24 DE OUTUBRO – Derrubada a golpes de machado, pelo sapateiro Daniel de Oliveira Franco, que comprara o madeirame por 1\$500, a fôrca de nossa terra, que se erguia, mais ou menos, onde hoje

se encontra o abrigo de ônibus, entre as ruas Morais Barros e XV de Novembro.

– Todavia o caso deu «pano para mangas», achando-se que o fato fôra um insulto ao Império. Houve processo, movimentando-se a tremenda máquina judiciária da época. Felizmente Daniel de Oliveira Franco, ameaçado de pagar de multa a astronômica quantia, (para aqueles tempos), de 510\$000 réis foi liberado pelo dr. Teófilo Ribeiro de Rezende, juiz de direito da comarca.

25 DE OUTUBRO – O fiscal da vila comunicou à câmara reunida que a força local fôra posta a pique por mãos criminosas, constando ser Daniel de Oliveira Franco o autor do atentado, contra o qual dera parte à polícia para o competente processo. Os camaristas aprovaram o ato do fiscal.

26 DE OUTUBRO – Sobre os alemães em Piracicaba, encontramos nas atas da municipalidade: «Foram apresentados dez requerimentos dos Alemães informados pelo fiscal pedindo datas e em virtude da informação do senhor Ferraz que declarou que elles querem estas datas para pagarem em servisso, ficou ditos requerimentos sobre a mesa».

29 DE OUTUBRO – Outra notícia sobre os alemães: a câmara municipal, em reunião, resolveu ceder várias datas de terra solicitadas pelos alemães, as quais seriam pagas em serviço, mediante contrato que seria passado entre as partes. Tais datas de terras se localizavam «a caminho de Monte Alegre», de onde surgiu então o tradicional «Bairro dos Alemães».

– 1854 –

4 DE JANEIRO – Aprovada pela edilidade uma indicação do vereador Francisco Ferraz de Carvalho no sentido de que corresse um «novo rumo divisionario entre os confinantes do rocio desta Villa, tendo em vista o Termo da Criação da Villa que marca um quarto para todos os lados, servindo de centro o Pelourinho.

– Êsse mesmo vereador se mostrava apreensivo com tantas datas de terra concedidas pela Câmara, sem documentos de posse definitiva. «O certo é que sendo êste Municipio ainda novo, o Povo não tem onde va lenhar e em pouco tempo ficará privado dêste objeto de primeira necessidade».

6 DE JANEIRO – Indicou o vereador Francisco Ferraz de Carvalho fosse calçada a rua do Comércio, (Governador Pedro de Toledo); por ser uma de maior movimento da Villa e ficar intransitavel no tempo das águas. Tal calçamento seria feito à custa dos moradores locais, for-

necendo a municipalidade as pedras necessárias. A ata não é clara, mas parece tratar-se dos passeios, (calçadas), ou sarjetas.

25 DE JANEIRO – De acôrdo com informações da Câmara Municipal ao govêrno da Província, «tres são os produtos agricolas q. mais prosperão nesta Villa e são o assucar, o caffè e o chá».

17 DE MARÇO – Offício contundente da Câmara local à Assembléia Legislativa Provincial, sôbre as necessidades urgentes do município. As primeiras delas eram pontes e estradas dois assuntos persistentes e infindáveis.

– «Naquella exposição, (uma das muitas e anteriores), referiu-se esta Camara a algumas pontes, a hum ranxo para abrigo dos tropeiros, a humma Capella no Semiterio desta Villa, a huma Casa de Caridade, a algumas calçadas, e finalmente a hum Chafariz».

– «Muito pouca e pessima é a agoa potavel desta Va. por ficar distante do sentro della o rio Piracicaba, entretanto que há agoa potavel e optima, e q. com mta. facilidade pode ser tirada e conduzida quase no centro da Villa».

3 DE ABRIL – Empenhava-se a câmara municipal em representar à presidência da Província, no sentido de que os distritos Norte e Sul, em que era dividido o Termo, fossem reunidos num só, isso para evitar confusões de votantes em dias de eleição e para facilitar o trabalho burocrático, dispensando-se os funcionários sobrantes.

– O fiscal da vila participou à câmara que, cumprindo sua missão, constatou que muitos proprietários de casa não podiam, por serem pobres, calçar a frente de seus prédios, (passeios). Pedia prazo para consecussão das ordens governamentais, o que lhe foi concedido.

4 DE ABRIL – «Endicou o Snr. Ferraz que hé por esta Camara sabido e por todos as dificuldades que hoje sofre o Município para obterem dispenças e licenças para casamentos não só pela distancia em que está a Vara doVigario, como por que sendo ali preciso fazer-se justificações, que ahi tem de fazerem para obterem a dispença, hé por tanto sua opinião que esta Camara representa a Sua Excia. Revma. fazendo-lhe sentir estas inconveniencias, e pedir se digne olhar para esta porção de ovelhas, confiadas a seu cuidado; posto em discussão passou. (Atas).

7 DE ABRIL – Francisco de Paula Eduardo pediu à câmara municipal fôsse demarcado um lugar, dentro do róssio da vila, onde o povo pudesse tirar pedras para calçamento de suas testadas, (frente de casas). Indeferido. O róssio era do povo e o povo, no quadro do róssio, poderia tirar pedras de onde quisesse, «uma vez que não ofenda a propriedade alheia».

8 DE ABRIL – «Foi lido hum requerimento de Joaquim de Oliveira Cezar pedindo que se por ventura o Vigario morrer-se fosse sepultado na Igreja. Posto em discução teve por despacho – Consedemos a licença pedida pelo facto de ser por quem se pede a sepultura, Vigario Colado desta Igreja, não servindo isto de exemplo algum, ficando por tanto a proibição em seu inteiro vigor». (Atas)

– A vila estava dividida em dois distritos de paz – o do Norte e o do Sul, com sério embaraço para a pequena população local. Por officio, a Câmara se dirigia à presidência da Província, pedindo a supressão de um deles, ou seja, o restabelecimento de um único distrito.

15 DE ABRIL – «Endicou o Snr. Oliveira que queixando-se os moradores da banda do Semiterio que dali exala hum alito pestifero pedia que se desse providencias a respeito – posto em discução foi deliberado que se officiasse ao Fiscal para que mandasse mais bem interrar os cadaveres». (Ata)

4 DE MAIO – Procedeu-se ao recenseamento da população da província de São Paulo, dividida na época em dez comarcas. Constituição, (Piracicaba), então pertencente à comarca de Campinas, possuia 5.095 almas, entre livres, escravos e estrangeiros.

6 DE JUNHO – Atendendo a uma circular da municipalidade, a presidência da Província suprimiu o Distrito Norte do Têrmo. Nesse tempo, para todos os efeitos burocráticos, a vila da Constituição era dividida em Distrito Norte e Distrito Sul, mais ou menos contando com duas prefeituras. A linha divisória de ambos era a atual rua do Rosário.

– As estradas... «Vai a Camara Exmo. Sr., (Presidente da Província), chamar novamente a atenção de V. Exa. para a maior das necessidades dêste Municipio – as estradas – porque realmente Exmo. Sr. nada mais desprezado, nada mais irrisorio para o publico, nada mais prejudicial para os Povos dêste Municipio e dos vizinhos que querem ter relações com este, do que isso a que chamão – Estradas – Com effeito não ha huma sequer que mereça êste nome!!! deterioradas, abandonadas, pessimas, pessimas por seus locais, por suas voltas, por suas distancias, não offerecem a menor comodidade aos povos!!!»

– Nesse officio, há uma referênciã pouco lisonjeira a Vicente de Souza Queiroz: «... êste Cidadão porem teve a influencia de fazer com que se desprezasse a vereda escolhida, e fez com que a estrada fizesse uma curva desnecessaria, alongando a distancia, e passando por terrenos improprios, isto já proximo a esta Villa, a distancia de meia legoa mais ou menos; não quiz êste Cidadão que a estrada viesse em linha

recta, ou mais ou menos aproximada, e isso foi bastante para que então, (o govêrno), lhe fizesse a vontade».

14 DE JUNHO – Nasce nesta cidade o dr. Torquato da Silva Leitão, político dos de mais evidência em nossa terra. Foi presidente da câmara municipal, vereador, juiz de paz. Formado em medicina, deixou seu nome profundamente ligado à Santa Casa de Misericórdia. Faleceu na Estação da Luz, em São Paulo, quando embarcava para Piracicaba, a 6 de outubro de 1930.

7 DE JULHO – Apareceu um técnico diplomado. O presidente da Camara, Salvador de Ramos Correia, estando com a incumbência de providenciar os reparos da ponte sôbre o rio Piracicaba, contratou os trabalhos profissionais do engenheiro, dr. Carlos Roth, o qual logo abandonou a obra, que ficou a cargo do carapina Francisco Alves Lôbo.

17 DE JUNHO – Nasce em Campinas o professor António Alves Aranha, primeiro diretor da antiga Escola Complementar, hoje Instituto de Educação «Sud Mennucci». É considerado o real fundador dêsse estabelecimento e acumulava ao mesmo tempo as funções de diretor e professor. Faleceu em São Paulo em 1923.

20 DE JULHO – Preocupava os camaristas o fato de a sala das sessões da edilidade não ser privativa da municipalidade. Funcionando no prédio da cadeia, servia ao mesmo tempo ao juiz municipal, ao tribunal de juri, «como outras mais», havendo «falta nos trastes como Cadeiras e Bancos que se supõem furtados». O edil Francisco Ferraz de Camargo propunha achar-se uma sala só para a câmara.

– Resolução da corporação municipal: representar à presidência da Província pedindo a renovação de velho artigo de postura que cobrava muito barato pela exibição dos volantins ou bonecos. A taxa seria elevada para cinquenta mil réis, proibitiva para a época.

22 DE JULHO – «Foi deliberado que o Fiscal mandasse que o Administrador do Marques de Valença limpe o aterro de hua pequena ponte que tem logo adiante da Ponte do Rio Piracicaba, e que se este não fizesse com prontidão elle Fiscal mandasse fazer exigindo depois daquelle Administrador o importe das dispesas feitas». (Atas)

31 DE AGÔSTO – «Em virtude de huma determinação do Muito Digno e Reverendissimo Senhor Vigario da Vara desta Comarca, o Illustrissimo Snr. Padre João Paulo Xavier, cuja determinação me foi dirigida em hum retalho de papel, em minha presença comparecerão os Snrs. Jozé Alves de Oliveira, e Manuel Joaquim Alvez e por elles me foi informado ser com effeito verdade ter fallecido por motivo de umas fa-

cadás q. levou no bairro do Rio das Pedras, João Pires da Silva, de idade mais ou menos de trinta annos, cazado q. éra com Anna Rosa de Olivei-ra, e q. fora seo corpo sepultado na Igreja Matriz desta Villa, e mais não disserão, do q. para constar abri êste assumpto q. com migo se assignão os informantes. Constituição, trinta e hum de Agosto de mil oito centos e cincoenta e quatro. O Vig.o Jozé Gomes Per.ra. da S.a., etc.»

4 DE SETEMBRO – A presidência da Província determinou à câmara publicasse por edital quais as armas proibidas por lei e quais os casos em que elas pudessem ser usadas. Por não ter elementos para tal, o secretário da edilidade ficou encarregado de procurar um advogado que redigisse o edital e o ofício que iria à presidência da Província.

– O edital foi publicado, (afixado na porta da Câmara ou da Igreja). As armas de porte proibido eram: facas, espadas, azagaias «e qualquer outra arma de fora», bem como pistolas, bacamartes «e quaisquer arma de fogo, as sovelas, punhais, estoques, canivetes «e quais quer outros instrumentos perfurantes», os cacetes, «e outros instrumentos contundentes».

– Aos viandantes era permitido o porte de espada ou arma de fogo, «porem que ao passar pelas povoações dêste Municipio descarregassem esta». Aos carreiros, era permitido o uso de um machado e faca; aos tropeiros, uma faca de ponta; aos oficiais da Guarda Nacional e às praças municipais suas armas próprias.

17 DE SETEMBRO – Nasce nesta vila Vitaliano Ferraz do Amaral, tronco de numerosa família local. Advogado. Foi um dos fundadores da «Gazeta de Piracicaba», ou seja, um dos pioneiros da imprensa piracicabana. Faleceu nesta mesma cidade a 20 de março de 1917.

18 DE OUTUBRO – Com parecer desfavorável da Comissão Permanente, a câmara, por motivo de falta de verba, indeferiu um ofício do padre-mestre Francisco de Assis Pinto de Castro, professor público de latim e francês da vila, que sugeria a criação de um colégio público que seria o primeiro colégio local.

20 DE OUTUBRO – «Endicou o Snr. Ferraz que sendo de muita necessidade far-se hua Capela no Cemitério, hera sua opinião que se encarregasse hua pessoa ou ao Procurador de promover hua subscrição para tal fim: Posto em discussão Endicou o Snr. Oliveira que ficasse êste negocio adiado para melhor se pençar a tal respeito; foi aprovado». (Atas)

21 DE OUTUBRO – A capela, a ser erigida no cemitério municipal começou a entrar para o terreno da realidade, pois o Procurador da municipalidade ficou encarregado pela corporação de promover a subscrição pública para êsse fim, consoante resolução oficial.

– Alguém requereu data de terra e o fiscal informou à câmara municipal que os terrenos pedidos, nos quais já havia benfeitorias, pertenciam a Santo António. Os camaristas ficaram de rever os livros de ata para certificarem-se da verdade do caso.

– Circular da presidência da Província, «negando isenção do Serviço das Guardas Nacionais aos Empregados da Camara Municipal». Como se vê, a obrigatoriedade do serviço militar não é deste século, pois as Guardas Nacionais eram uma milícia local a que se sujeitavam as pessoas regularmente alfabetizadas e livres da vila.

22 DE OUTUBRO – Nasce em Santos o coronel Joaquim Moreira Coelho, piracicabano de coração. Político de fibra inquebrantável, pertencendo quase sempre à oposição. Pioneiro realmente da imprensa piracicabana, pois fundou em nossa terra «O Piracicabano», o primeiro órgão de nossa terra. Faleceu nesta cidade a 26 de junho de 1920.

2 DE DEZEMBRO – No consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Matriz de Santo António, reuniram-se, elementos de projeção da cidade, com o objetivo da instituição de uma Santa Casa de Misericórdia na vila. De fato, foi declarada instalada a Irmandade da agremiação pelo vigário padre José Gomes Pereira da Silva, sendo eleitos presidente José Pinto de Almeida, vice-presidente José Viegas Moniz e secretário Emygdio Justino de Almeida Lara.

– Na ordem das sociedades conterrâneas, a Santa Casa de Misericórdia é a segunda, consoante as informações que temos encontrado nos anais de nossa terra. A primeira, como nossos leitores estarão se lembrando, foi a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Santo António, fundada a 7 de outubro de 1849.

26 DE DEZEMBRO – Estatística. O govêrno da Província desejava dados elucidativos. Pouco ou nada a Câmara tinha para informar; os próprios fazendeiros ou sitiantes não sabiam da extensão de suas propriedades; não havia números concretos a respeito de trabalhadores, escravos ou animais empregados na lavoura. «Não havendo neste Município nenhuma fazenda de criar, visto que não merece êsse nome um ou outro sítio onde alguns proprietários crião algum pouco gado...»

– 1855 –

1.º DE JANEIRO – «Ao primeiro de Janeiro de mil oito centos e cinquenta e cinco sepultou-se no Cemiterio d'esta Villa Elias de Almeida Prado, natural de Sorocaba, de idade de cinquenta e seis annos, cazado, q. éra com Maria Rita Bueno de Carvalho, falleceu (disseram-me) de tuberculo, com testamento, e quanto ao pio nada declarou, tendo antes de seu fallecimento recebido todos os sacramentos por articulo mortis;

seu corpo foi amortalhado em habito preto, e sua alma recommendada solemnemente nesta Matriz. O Vig.o Jozé Gomes Per.ra da S.a».

– Elias de Almeida Prado foi elemento de destaque nos primórdios de Piracicaba-Vila. Fazendeiro no município. Pertenceu à Câmara Municipal como vereador e como presidente, e isso em diversas legislaturas. Aqui foi tronco de numerosa família, sendo seus descendentes figuras tradicionais na história de nossa terra.

2 DE JANEIRO – Em carta ao presidente da Província, o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, (nome que Piracicaba guarda com respeito), mostra um dos objetivos da sua verdadeira escola de colonização, que era que os colonos chegassem e se estabelecessem por si, tornando-se donos de pequenas propriedades, depois de alguns anos de trabalho sujeito.

8 DE JANEIRO – No expediente, foram lidos requerimentos dos professôres de francês e latim e de primeiras letras, pedindo atestado para receberem seus vencimentos, «em virtude de presentemente não haver Inspector de Aulas publicas neste distrito». Isto prova que, na época, Constituição já possuía uma escola que se diria secundária.

10 DE JANEIRO – Segundo as exigências da presidência da Província, a câmara municipal calculou em cento e quarenta e dois mil réis a despesa de três presos pobres por ano, estando incluídos no montante o preço de farinha, feijão, toucinho, arroz, sal e lenha. A média de três detentos pobres por ano era bastante expressiva.

– «Foi lido outro officio do Padre Lacerda pedindo ser pago de hum descurso que fez por ocasião da Elleição de hum Senador – posto em discussão foi deliberado que o Procurador da Camara informe qual o motivo por que ainda não está pago essa quantia e que pague pelo preço que tem sido costume». (Atas)

11 DE JANEIRO – Como se deprende da ata dos trabalhos da câmara, os carroceiros locais pagavam seus impostos com serviço, obrigando-se a transportar, por ano, doze carroçadas de pedras para as obras públicas do município. Multa de 10\$000 ao fiscal que negligenciasse na fiscalização.

12 DE JANEIRO – A municipalidade resolveu calçar, (guias e sarjetas), a rua do Pôrto, (Morais Barros), da casa de Manuel Alfaiate até o rio. O trabalho ficaria em duzentos mil réis, «abrindo-se esgotos de vinte em vinte braças», seria por férias e deveria ser feito em dois meses.

21 DE JANEIRO – Interessantes artigos de postura, com referência a boticários, aprovados pela edilidade. Eis o artigo 5.º para amostra: «Todo o Boticário, que vender a escravos remédios fortes, ou

venenos em doses grandes, ou pequenas, será multado em cinco a quinze mil reis, além da responsabilidade em que incorrer».

22 DE FEVEREIRO – Ofício da presidência da Província à câmara municipal, recomendando-lhe artigos de postura, a fim de coibir o jôgo denominado – a Primeira – que, segundo o sub delegado de polícia local, «se achava aqui muito introduzido» e «ameaçava a ruína de famílias».

25 DE FEVEREIRO – Pela primeira vez a câmara municipal se dirige a um deputado provincial – Manuel Eufrazio de Toledo – «representando as necessidades do município». Isso porque uma circular da presidência da Província assim esclarecia.

8 DE ABRIL – Em reunião dos elementos fundadores da Santa Casa de Misericórdia, foi apresentado pelo dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno o projeto de compromisso da Irmandade – estatutos no seu fundamento associativo. Tal projeto de compromisso foi aceito pelos presentes e remetido aos poderes competentes para a sua aprovação.

– Nessa mesma reunião, o irmão José Pinto de Almeida propôs que se tratasse da escolha do terreno para o estabelecimento da agremiação, ficando a Mesa encarregada de requerer à câmara municipal o terreno, além do Itapeva, entre as ruas Direita e Quitanda; assim como pedir à Assembléia Legislativa Provincial o benefício de seis loterias para patrimônio.

10 DE ABRIL – Resolução da câmara municipal, tendente a calçar, (guias e sarjetas), a rua Direita, (Moraes Barros), seguindo ao Bairro Alto. As obras foram orçadas em 400\$000 e, como os cofres municipais estavam «na pinda», resolveram os camaristas recorrer à presidência da Província.

– A municipalidade resolveu considerar como estradas, e não como caminhos particulares, aquelas que seguiam para Agua Choca e Botucatu, a primeira por ser a passagem de todos quantos se dirigiam a São Paulo ou a Santos, e a segunda, para ser de serventia pública.

11 DE ABRIL – «Foi lido hum requerimento da Mesa da Santa Casa de Misericórdia pedindo o terreno existente nesta Villa além do riacho Itapeva, entre a rua Direita e da Quitanda, (onde hoje está o Pôsto da Malaria). Posto em discussão foi delibêrado que se enviasse dito requerimento ao conhecimento do govêrno e pedir a êste a faculdade para conceder dito terreno». (Atas)

– A rua Direita, antiga rua do Pôrto e atual Moraes Barros, «... hé por hum lado a entrada das estradas de Campinas, Agoa Choca, Itu e Sorocaba e para os lados do Rio Piracicaba hé a entrada das estradas de Limeira, Rio Claro e Araraquara», «a pouco tempo estava coasi intransitavel porque sendo o morro bastante ingreme e tendo uma porção

imensa de pedras que descobertas estas com as enxurradas obstavão o transito publico...» Estas informações que tiramos da correspondência da Câmara Municipal, são provas concludentes de que a ponte sôbre o rio Piracicaba era continuação da antiga rua Direita.

12 DE ABRIL – Artigos de posturas legislados pela municipalidade conterrânea contra jogos proibidos – Primeira, Pacau, Trinta e um, Lasquenete e todos os jogos de parada. Multa «corporea de quinze dias de prisão e pecuniaria de sete mil e quinhentos reis».

– Os moradores do bairro de Rio das Pedras se recusaram fazer a estrada que iria a Capivari. A Câmara Municipal consultava a respeito o govêrno da Província, visto tal estrada não ser «geral», isto é, secundária, sem interêsse immediato, para o município.

13 DE ABRIL – Os camaristas oficiavam ao govêrno provincial, com referência ao pedido da Mesa da Santa Casa de Misericórdia, tratado no «quadrinho» do dia 11. A Mesa era então dirigida por José Pinto de Almeida e, no officio, há referência a um legado de rs. 2.000\$000, deixado pelo finado ajudante Albano Leite do Canto.

14 DE ABRIL – Informação da câmara ao govêrno da Província, esclarecendo que o limite local para pagamento da Décima compreendia apenas três ruas das principais, onde se achavam os melhores edificios, não se contando terrenos destinados à criação ou à lavoura. Não convinha outra demarcação, visto ser a povoação nascente, com ruas a abrir e outras com poucas casas.

6 DE MAIO – Ordens dos vereadores ao fiscal: que mandasse fazer cêrca de guarantans, no cemitério, visto a Fábrica (igreja), não ter dinheiro para taipas; que fizesse empréstimo aos cofres municipais até que o fabricante tivesse dinheiro para tal; que determinasse ao sacristão examinasse as covas para os corpos, depois de enterrados, para que não exalasses mau cheiro; que providenciasse para que o portão do cemitério não ficasse sempre aberto.

– O govêrno provincial comunicou à câmara «não poder dar faculdade para a mesma conceder para a Santa Casa de Misericórdia o terreno pedido», a fim de construir seu hospital. Os vereadores resolveram então se dirigir ao Ministro do Império, por intermédio do govêrno provincial, para obter tal faculdade.

– «Hé de tão urgente necessidade conseguir a Irmandade da Misericórdia aquelle terreno com alguma brevidade que do contrario perderá ella o legado contido na verba testamentaria». (Correspondência).

14 DE MAIO – Nasce nesta cidade o dr. Carlos José Botelho, médico, formado em Paris. Primeiro diretor clínico da Santa Casa de Mi-

sericórdia de São Paulo, foi co-fundador da Policlínica da capital. Titular da Secretaria da Agricultura, construiu o prédio da Escola Agrícola local, em terrenos doados ao Estado por Luiz Vicente de Souza Queiroz. Organizou a primeira estação agrícola e zootécnica de São Paulo. Introdutor da primeira leva de imigrantes japoneses. Faleceu a 20 de março de 1947, em sua propriedade agrícola, no município de São Carlos.

10 DE JULHO – O presidente da câmara se viu na impossibilidade de chamar a juízo o administrador de Vicente de Souza Queiroz (que não queria tapar um valo prejudicial ao trânsito público), porque na vila só havia um advogado – o dr. Felipe – que já era patrono da parte contrária.

11 DE JULHO – Queixa de vereadores sobre o matadouro, onde «hé necessario que haja mais zelo e aceio», «porque está em hum estado que alli não se pode passar por causa do fedor que dali exala, visto que muito perto do rancho matão as reses, e alli mesmo depositão todo o esterco que as reses dentro em si tenham».

12 DE JULHO – A comissão encarregada do mister, achou o cemitério em péssimas condições. Fêz sentir à câmara «que as sepulturas não são socadas, não só pelo que ellas apresentam exteriormente, como por que não se vê alli uma mão de pilão para êsse fim», «que a fechadura do portão era de quatrocentos reis e que, por não oferecer segurança, era preciso substituir por outra de broca».

– O carcereiro conterrâneo requeria à câmara fôsse pago da quantia de seis mil réis, proveniente de despezas que fez com a iluminação da cadeia, «visto que o azeite que por ordem da Camara se fornecia não era sufficiente».

– Pela primeira vez, encontramos nas atas da câmara municipal a atual rua Moraes Barros com a denominação da Rua Direita em tôda a sua extensão. Antes, do centro ao rio era chamada de rua do Pôrto; do centro ao Bairro Alto era chamada rua Direita.

13 DE JULHO – Os moradores da rua dos Pescadores, (Prudente de Moraes), requereram à câmara a aplicação de artigos de postura, obrigando os habitantes locais «a calçarem e branquearem a frente de suas casas e feixarem de cerca barrada e caiada seus terrenos». Aprovado. (Atas).

15 DE JULHO – Continuavam os abusos no cemitério com enterramentos. A câmara municipal pediu sérias providências ao vigário, ameaçando de severas penas o sacristão, que era encarregado de zelar pelo bom andamento do serviço. Para isso, recebia os emolumentos devidos aos enterros.

– Pela presente ata da municipalidade, sabe-se haver falecido Pedro Augusto da Silveira, presidente da câmara conterrânea. Nem uma homenagem fúnebre, nem o clássico voto de pesar. Apenas a necessidade de substituí-lo com o suplente mais votado.

– Miguel Arcanjo Benício Dutra requeria à câmara fôsse reparada a rua por onde passaria a procissão que, junto do Santíssimo Sacramento, trasladaria a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte da Matriz para a sua igreja. A rua era a Boa Morte. Atendido.

16 DE AGÔSTO – Segundo a divisão das câmaras eclesiásticas da Província desta data, pertencia à cidade de Campinas a Vila da Constituição, (Piracicaba), cuja matriz tinha por orago a Santo António e era servida pela Confraria do Santíssimo Sacramento.

1º DE SETEMBRO – Solene inauguração da Igreja da Boa Morte, cuja iniciativa de construção se deveu à operosidade, inteligência e fé de Miguel Arcanjo Benício Dutra. A imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, nesse mesmo dia, foi trasladada da Matriz de Santo António ao novo templo, procissionalmente.

– A câmara municipal de Capivari convidou a sua irmã da Vila da Constituição para, em comissões representativas, estudarem as divisas existentes entre os dois municípios.

3 DE SETEMBRO – No seu testamento, o ajudante Albano Leite do Canto, estipulou um legado de rs. 2.150\$000 destinado à Santa Casa de Misericórdia local, com a condição que êsse núcleo deveria dar início à construção de seu hospital. Na presente data, vencia-se êsse prazo. Todavia, com seu esforço e iniciativas, a Irmandade da Santa Casa não perdeu o legado, embora o hospital ainda não tivesse início.

29 DE SETEMBRO – Portaria da presidência da Província, determinando medidas de higiene imediatas na vila, a fim de combater a epidemia reinante. Infelizmente a ata dos trabalhos da câmara não esclarece que espécie de epidemia reinava então na Província.

9 DE OUTUBRO – Em vereança, estudava-se «tirar uma recta, (estrada), que fosse desta Villa á de Rio Claro». Duas pessoas se propunham para êsse serviço: Manuel Ferraz e Joaquim António da Silva sendo que o segundo era o mais papável.

10 DE OUTUBRO – Registro de «legitimação», que se encontra no «Registro de Terra da Parochia de Piracicaba», n. 80, pelo qual o Marquês de Valença atestava a compra de larga faixa de terreno, onde hoje se encontram o Mirante e o Engenho Central, indo além, feita a José Alves de Castro. O terreno limitava-se com propriedades de Joa-

quim de Oliveira, sesmaria do Algodal, João Francisco de Oliveira, até a barra do Jacaré Guassú.

– «Quanto – da Câmara à presidência da Província – ao oferecimento de Joaquim Antônio da Silva para tirar hua recta, (picada), desta Villa a do Rio Claro esta Camara julga de mta. vantagem aceitar-se êste oferecimento, por que feita as duas picadas, (projetos de estrada), escolher-se-á a de melhor vereda». A outra picada, sem mencionar a palavra «recta», seria feita por Manoel Ferraz de Arruda Campos.

12 DE OUTUBRO – De acôrdo com o relatório mensal do fiscal da vila, havia muita «guamxiuma» no pátio da matriz. A câmara determinou a limpeza do dito pátio por jornaleiros.

13 DE OUTUBRO – «Foi lido hum requerimento de José Rodrigues de Barros, pedindo faculdade para fazer um chiqueiro no Salto para cassar peixes. Posto em discução, foi indeferido». (Atas).

– O péssimo estado de conservação do cemiterio levou o vereador Francisco Ferraz de Arruda a deixar na ata da câmara palavras candentes e incisivas. A Fábrica da Matriz, (irmandade), encarregada de zelar por êle não o fazia por ser mais pobre do que Jó. À vista disso, êsse edil sugeriu uns artigos de postura interessantes, com o fim de arrecadar dinheiro para o cemitério.

– Segundo êsses artigos, os usineiros seriam obrigados a dar 20 réis por arroba de açúcar vendido e os fazendeiros dariam 40 réis por arroba de café vendido. Isso pelo prazo de cinco anos e o dinheiro restante ficaria para a matriz, destinado a concertos e a compra de paramentos. Tudo aprovado.

23 DE OUTUBRO – O govêrno da Província autorizou a Joaquim Antônio da Silva, conforme sua própria oferta, com o beneplácito da câmara municipal conterrânea, a traçar uma linha reta da Vila da Constituição à Vila do Rio Claro, resolvendo assim dúvidas de limites, nas quais se achava interessado o ofertante.

15 DE NOVEMBRO – Nasce em Paris o dr. Jorge Tibiriçá, político de projeção, governador do Estado, secretário da Agricultura e senador estadual. Prestou bons serviços a Piracicaba que possui uma praça central com seu nome. Faleceu em São Paulo a 29 de setembro de 1928.

2 DE DEZEMBRO – Vejam o número de eleitores que a Vila da Constituição «tinha dado», até a eleição de 1852: 1822 – 5; de 1824 a 1839 – 6; de 1840 a 1843 – 12; em 1844 – 16; em 1847 – 9; em 1949 – 10; em 1852 – 14.

– A freguesia de Araraquara em 1828 deu 3 eleitores; depois, desmembrou-se de Constituição; a freguesia de Rio Claro deu, em 1833, 3 eleitores; de 1836 a 1839 – 4; em 1840 – 8; depois desmembrou-se; a freguesia de Limeira deu 3 eleitores em 1833; de 1836 a 1839 – 5; em 1840 – 6; depois deixou de pertencer ao município; a freguesia de Pirassununga; em 1839, deu 2 votantes; deu 4 em 1840; depois passou a pertencer à vila de Limeira; a capela de Santa Bárbara deu 2 votantes, de 1835 a 1839, em 1840 forneceu 3 eleitores; de 1841 a 1846 pertenceu à vila de Campinas; voltando a pertencer à vila da Constituição, deu em 1847, 3 eleitores e, de 1847 a 1852, 2 votantes.

– 1856 –

2 DE JANEIRO – Primeiro assentamento que encontramos, com referência ao Cemitério da Boa Morte: «Aos dois de Janeiro de mil oito centos e cincoenta e seis sepultou-se no Cemiterio da Boa Morte a Maria Justina de Almeida, viúva, de idade de sessenta e dois annos, natural de Bragança; falleceu de febre, tendo antes recebido os Sacramentos da Penitencia e Unção; foi recommendada nesta Matriz. O vig.o Jozé Gomes Per.ra da S.a.»

– O Cemitério da Boa Morte se localizava no, hoje, pátio do Colégio Assunção. Ao que parece, era privativo de comunidade religiosa e ali não se sepultavam escravos. Deixou de existir, mais ou menos, em 1880, com a instalação do cemitério municipal, situado no mesmo lugar em que até hoje se encontra.

3 DE JANEIRO – Aviso do govêrno geral, (da Côrte), autorizando a câmara municipal da terra a conceder, por aforamento, à Santa Casa desta cidade, o terreno pleiteado pela sua Mesa Administrativa para a construção do seu hospital. O terreno se localizava além do Itapeva, entre as ruas Direita e Quitanda, onde hoje se ergue o Posto de Malaria e Tuberculose.

4 DE JANEIRO – Na ata da presente sessão da câmara local lê-se: «Foi lido hum requerimento de Antonio de Barros Ferraz pedindo que a Camara lhe arrendasse um pequeno terreno, junto ao Salto, para alli fazer huma casa para banhos – foi a Comiçãõ».

5 DE JANEIRO – «O Snr. Presidente endicou que estando já bem frequentada a rua da Boa Morte era necessario obrigar os proprietários daquela rua a conservarem sêos terrenos de serca barreada e caiada, para o que se devia marcar o prazo de hum anno e bem assim que era necessario promover-se o conserto daquela rua que se acha em mau estado». (Atas).

– Pela primeira vez, encontramos a palavra «calçada», com o significado de «passeio», nos anais da câmara local. O vereador João José da Conceição pediu consertos na rua Direita para que certos proprietários pudessem acabar com «as calçadas da rua em frente de suas casas».

6 DE JANEIRO – «Volte o requerimento ao Suplicante para informar qual das ilhas hé que quer, ou qual o número de braças» foi o despacho dado a Antônio de Barros, que pedira à edilidade «lhe arrendasse um pequeno terreno, junto ao Salto, para ahi fazer uma casa para banhos».

26 DE FEVEREIRO – Abaixo-assinado de pessoas residentes na então Vila da Constituição, endereçado à câmara municipal, solicitando seus bons officios no sentido de que fôsse a localidade elevada à condição de cidade.

– «Os signatarios da presente representação compenetrados do grande beneficio que sobreviria a esta Villa, se ella fosse elleuada a cathegoria de Cidade, se apresentão por meio d’esta perante V. as S. s pedindo, como de facto pedem, que hajão por bem representar ao Exmo. govêrno Provincial neste sentido».

– «Esta Villa, Vs. Ss. bem o sabem, hé hua das mais populosas da Provincia, seo commercio não hé pequeno e seo futuro engrandecimento não oferece duvida, tudo isto parece indicar facilidade na consessão da medida. A vista pois d’estas considerações os signatarios esperão que Vs. Ss. se prestarão a juntar suas voses ao seo pedido, representando ao Exmo. govêrno da Provincia». Seguem 34 assinaturas.

– Interessante é notar-se que as atas dos trabalhos da câmara não registram a entrada dêsse abaixo-assinado, nem dele dão a menor notícia. Possivelmente o documento foi endereçado diretamente ao govêrno da Província, apenas recebido. Ou, então, os vereadores não se interessaram pelo assunto, que lhes pareceu corriqueiro e não lhe deram registro. É de estranhar-se, também, não haja a municipalidade tomado a iniciativa em aprêço.

21 DE MARÇO – Nasce nesta cidade o dr. Paulo Pinto, médico e político de notáveis méritos, com grande soma de serviços prestados a Piracicaba. Republicano, ocupou cadeira de vereador à câmara municipal da terra e, com a queda do regime, fêz parte da primeira intendência municipal. Continuou como vereador em outras legislaturas e, corno médico, era estimadíssimo pela população. Faleceu em São Paulo a 17 de março de 1905.

26 DE MARÇO – Assentamento, no chamado «Registro do Vigário», da compra do sítio denominado «Limoeiro», por parte de d. Maria Angélica da Luz, que o adquiriu de Manuel Duarte Novais.

9 DE ABRIL – «Domingos Pinto e Dona Rita viuva do Finado Fiusa estão prontos a calçar suas frentes thé o meio da rua se a Camara lhes der as pedras». Isso informava o Fiscal à edilidade, que deliberou fossem fornecidas tais pedras aos interessados.

24 DE ABRIL – Por lei provincial, n. 21 a Vila Nova da Constituição, (Piracicaba), foi elevada à categoria de cidade, com o mesmo nome, isto é, Constituição.

– «O bacharel formado Antonio Roberto d’Almeida, Vice-Presidente da Província de S. Paulo etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte: Art. 1 – Ficam elevadas à cathegoria de cidade as villas de Bragança; Constituição, Lorena e Franca, que conservarão as mesmas denominações.

– «Art. 2 – Fica creado o emprego de partidores do juizo nos termos das cidades de Bragança e Constituição, e no da Vila do Rio Claro; revogadas quaesquer disposições em contrario».

– «Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o decreto da Assembleia Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, elevando à cathegoria de cidade as villas de Bragança, Constituição, Lorena e Franca; e creando o emprego de partidores do juizo nos termos de Bragança, Constituição e Rio Claro, na forma acima declarada».

– Tal lei foi publicada na Secretaria do Govêrno de São Paulo, na mesma data e na mesma data registrada na mesma Secretaria, a primeira com a assinatura de Francisco José de Lima e a segunda assinada por Joaquim José de Andrade e Aquino.

– É ainda de estranhar-se a frieza com que a ex-vila, mormente pela sua câmara municipal, recebeu a notícia tão alvissareira. As atas dos trabalhos dos vereadores não dizem uma palavra a êsse respeito. Só no mês de Agôsto é que encontramos uma pequena referênciã ao caso, como adiante se verá.

28 DE ABRIL – Circular da presidência da Província, baseada no aviso do Ministério do Império, autorizando a cessão de um terreno, por aforamento, à Santa Casa de Misericórdia, pela câmara municipal, a fim de nêle ser construido o hospital do estabelecimento.

4 DE MAIO – O livro de óbitos, existente na Cúria Diocesana, começa, desta data em diante, a registrar a expressão «no cemitterio desta cidade». Sepultou-se então o cadaver do cativo Victorianno, de dez mezes de idade, filho de Custódio e Genoveva, escravos do marquês de Valença. Como se sabe, a 24 de abril do presente ano, Constituição deixou de ser vila para ser cidade.

9 DE MAIO – Circular da presidência da Província à edilidade conterrânea, desejando saber as inscrições dos monumentos do município, caso houvesse, bem como as inscrições sepulcrais das igrejas. Em 8 de julho, a câmara respondeu que na Vila da Constituição, (reparem no «Villa» constante da ata), não havia disso, não.

8 DE JULHO – À solicitação do govêrno da Província, a edilidade informou que o sítio de José Ferraz de Campos Pais «sempre pertencêo a êste Municipio desde muitos annos, e que não á outras divisas em que aquelle Citio ficasse pertencendo a Villa de Capivary».

17 DE JUNHO – Joaquim Antônio da Silva oficiou ao govêrno da Província, participando estar pronta, conforme fizera oferta, uma linha reta da Vila da Constituição à Vila de Rio Claro, resolvendo, desse modo, dúvidas de limites, nas quais se achava interessado o ofertante.

7 DE JULHO – A Santa Casa de Misericórdia começa a prestar socorros a pobres e enfermos, ora em suas próprias casas, ora em prédio alugado com êsse intento, antes que se construisse seu hospital, que se localizou no, hoje, canto das ruas Moraes Barros e José Pinto de Almeida.

8 DE JULHO – O govêrno da Província desejava saber o texto das inscrições dos monumentos locais e inscrições sepulcrais das igrejas. A câmara respondeu não existir no município, nem monumentos, nem inscrições sepulcrais nas igrejas.

11 DE JULHO – Luiz Antônio Carmelo e Francisco de Assis Leite officiavam à edilidade, pedindo a demissão do procurador da câmara, «porque dizem que está morfético». O pedido foi, à comissão para dar parecer, mas não foi atendido.

13 DE JULHO – Primeiro relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia, José Pinto de Almeida. Por êsse relatório, vê-se que a situação dêsse estabelecimento local era excelente, apresentando um patrimônio de rs. 17.037\$220, em diversos, magnífico para a época.

22 DE JULHO – Nasce no Rio de Janeiro o dr. Antônio Alves de Carvalho, um dos proprietários da Fazenda Monte Alegre, dêste Município. Engenheiro, político, fundou em São Paulo diversas fazendas.

10 DE AGÔSTO – A vila deixou de ser vila para ser cidade, em abril do corrente ano. Nas atas da municipalidade, nada se encontra a respeito. Mas, na sessão do dia presente, há uma referência interessante.

– «O Snr. Presidente endicou que estando proxima a Eleição de vereadores, e conquanto consta por folhas Officiaes que esta Vila foi elevada á categoria de Cidade, com tudo é de parecer que a Camara consulte com o govêrno se na eleição deve-se eleger nove vereadores, visto que não houve participação Official alguma nesse sentido».

– Ofício da câmara municipal ao presidente da Província, perguntando, visto estarem próximas as eleições municipais, qual o número de vereadores deveria ser eleito, porquanto Constituição fôra elevada à condição de cidade no mês de abril e até o mês fluente a edilidade conterrânea, (sabendo-o pelas publicações), nada oficialmente havia recebido a respeito.

– Na mesma sessão, foi lido um requerimento da Santa Casa de Misericórdia, pedindo fôsse demarcado o terreno a ser aforado em proveito da instituição, segundo despacho do Ministério do Império e presidência da Província. A edilidade tomou providências para tal demarcação, bem como para arbitragem da quantia relativa ao aforamento.

– «Foi lido hum abaixo-assinado de varios moradores desta cidade, (notem a cidade constante da ata), em que pedem que a Camara represente ao Exmo. Presidente da Provincia a necessidade que ha do correio aqui chegar de cinco em cinco dias, attenta as razões por elles ponderadas – posto em discussão foi approvedo»

8 DE SETEMBRO – Falece em São Paulo o marquês de Valença, Estêvão Ribeiro de Rezende, anteriormente barão de Valença, nascido em 20 de julho de 1777 em Rio das Mortes, Minas Gerais. Nome de grande relêvo entre os grandes latifundiários de nossa terra. A nossa atual Vila Rezende lhe pertencia quase que totalmente, daí o nome que ostenta até hoje. Pai do barão de Rezende, de destaque no cenário político-administrativo de Piracicaba.

14 DE SETEMBRO – A edilidade local recebe oficialmente a notícia de que a Vila Nova da Constituição, por lei de 24 de abril dêste mesmo ano, foi elevada à condição de cidade. A câmara ficou inteirada e determinou ao porteiro que publicasse, na forma do estilo, a lei em aprêço. Isso importa dizer que a notícia da elevação da vila à cidade foi recebida, realmente, de modo frio.

– «A Comissão que foi encarregada de demarcar o terreno, no qual deve ser estabelecida a casa de caridade desta cidade», havendo-se entendido com o engenheiro Hermano Quinter para tal fim, «demarcou hum terreno dentro das mil braças da povoação e no lugar denominado Itapeva, contendo quarenta braças em quadra, ou mil e seissentas braças quadradas, e hé de opinião que se fassa o afforamento pelo mínimo estabelecido na Lei das terras, attento versar elle sôbre assunto filantropico, lavrandose o competente termo, que será assignado pelo Snr. Presidente e Procurador da Casa de Caridade, (Santa Casa de Misericórdia). Posto em discução foi approvedo». (Atas).

– Tal terreno se localizava na hoje rua José Pinto de Almeida, esquina da rua Moras Barros, onde atualmente se encontra o Posto da Malária ou de Tuberculose:

6 DE OUTUBRO – «O Snr. Presidente Endicou que se officie ao Exmo. Presidente da Província pedindo algumas Laminas de Pus Vacinico, visto haver aqui na Cidade hum caso de bexigas bravas. Foi aprovado». (Atas).

10 DE OUTUBRO – Pela primeira vez, no «Livro de Posse e Juramento dos Officiaes e Empregados da Camara Municipal», foi empregada a expressão «Cidade da Constituição». E observe-se que Constituição deixara de ser vila desde abril do presente ano ...

11 DE OUTUBRO – A primeira professôra pública de Constituição requeria à câmara municipal que atestasse «Sobre a effctividade de seu Magisterio e sôbre o numero de alunas que frequentão sua aula». Infelizmente, a ata dos trabalhos da edilidade não dá o nome dessa professôra.

– Compreende-se, pela ata da presente sessão da municipalidade, que, no segundo pavimento da cadeia, onde funcionava a câmara e o tribunal de juri, havia uma «sala das conferencias», para a qual o presidente dos camaristas pedia uma melhor arrumação.

– Empenhavam-se os titulares da câmara municipal na fatura de uma ponte sôbre o Itapeva, na rua dos Pescadores, (Prudente de Moraes), orçada em cento e oitenta e oito mil réis.

29 DE NOVEMBRO – Têrmo de aforamento passado entre a câmara local e a Santa Casa de Misericórdia, sôbre um terreno, no qual esta Irmandade construiria seu hospital. O terreno se localizava além do Itapeva, entre as ruas Direita e Quitanda, onde hoje se localiza o Pôsto de Malária e Tuberculose.

– 1857 –

9 DE JANEIRO – Chafarizes. «...observa que o chafariz, que tem abaixo da Casa de Manoel Dias Ribeiro está em mau estado, e com necessidade de ahi fazer-se alguns consertos, bem como o da Rua de São José, perto do Itapeva que comquanto não esteja nas mesmas circunstancias do 1.º, com tudo bão será que se faça alguns reforços». (Ata).

– A presidência da Província reservou certa quantia para reparos da igreja matriz e a câmara foi de opinião que, se construísse uma torre ou frontespício, pedindo-se mais verba para tal obra, da gerência da qual se encarregaria José Pinto de Almeida.

10 DE JANEIRO – Nas atas da câmara, começam a aparecer os sobrenomes alemães: Melch, Fischer, Kupfer e outros, provando que bom número de famillas alemãs se radicaram na cidade de Constituição.

É interessante notar que entre eles havia médicos, engenheiros, farmacêuticos etc.

– O vereador Salvador Ramos Correia pedia providências à câmara a respeito do boticário da botica do Dr. Melch, o qual não entendia nossa língua, nem tinha habilidade para ser boticário, uma vez que não apresentou à edilidade seu título profissional. Medidas foram tomadas a respeito.

11 DE JANEIRO «O Snr. Presidente endicou que não avendo Delegado na Cidade e achando que o Publico soffre com esta falta por isso que deixava a Cadeira de Presidente desta Camara e ia exercer as funções no emprego de Delegado de Policia desta cidade e ficou a Camara inteirada». (Atas).

1.º DE FEVEREIRO – Achava a Comissão de Obras Públicas «que quando antes a Camara mande consertar a rua Direita que desse p. a o Pôrto no lugar perto do Rio grande desde onde acaba a descida: este lugar em tempo chuvoso torna-se intransitavel, e priva alli passarem Cargueiros e passageiros a Cavallo, Carros etc. modo que é esta Rua por onde entrão generos alimenticios». (Atas)

15 DE MARÇO – Os camaristas tomaram posição contra os mascates, que vendiam «ouro e objetos de Pedras preciosas», os quais sonegavam impostos diante da «bondade» das posturas municipais, prejudicando os cofres da Camara.

– Segundo o depoimento do presidente da câmara, estava uma grossa tora de «Gequitiva» engastalhada no Salto ameaçando, se rodasse com as águas, a integridade da ponte. Providências imediatas a respeito. A ponte de então se localizava abaixo do Salto. Ou saia da hoje rua Prudente de Moraes ou da rua Moraes Barros.

– Estrada Constituição-Campinas: «...que tem avido desperdício com as verbas gastas com os jornais (diária), dos Allemães, por que estes pouco trabalhão, e que para mais bem fundamentar as rasões da representação que nomeasse uma Comissão para êste exame na direção da estrada». Assim foi feito.

– Dois officios expedidos pela câmara municipal: um, ao presidente da Província sôbre a estrada que se abria de Constituição a Campinas; outro, ao bispo diocesano, pedindo um sacerdote para coadjutor da paróquia.

16 DE MARÇO – Tirada a pecha de vadios que pesava sôbre os alemães. A comissão encarregada de examinar os trabalhos da estrada Constituição-Campinas, achou que o que faltava ali era direção, ou pessoa competente que guiasse os teutos. Os desperdícios, pois não

provinham dos colonos alemães. Pela primeira vez, nas atas locais encontramos a palavra «colono».

– Cabe aqui uma elucidação importante. Os alemães que aportaram a nossa terra eram pobres e requereram, como devem se lembrar nossos leitores, datas de terra para seu trabalho inicial. Dentro de sua pobreza, comprometeram-se a trabalhar para a municipalidade em troca das terras. É por êste motivo que vemos os alemães a trabalharem na abertura da mencionada estrada.

5 DE ABRIL – Sessão extraordinária da câmara municipal, que tratou de representar à presidência da Província e à Assembléia Provincial, pedindo quota para iniciar-se a navegação fluvial pelo rio Piracicaba até o Avanhandava e Itapura, o que era de grande interesse não só para o município como para a própria Província, que teria fácil comunicação com Cuiabá.

– A navegação fluvial foi de suma importância na vida econômica da cidade. As estradas eram péssimas, de difícil abertura ou conservação. O «lombo do burro», por conseguinte, era problemático. A navegação fluvial tinha sentido mais prático. E por muito tempo, mesmo depois da chegada da ferrovia em nossa terra, o rio Piracicaba representou um meio de comunicação objetivo, um escoadouro de magníficas possibilidades.

10 DE ABRIL – Nasce em Sorovaba o professor Pedro de Melo, por muitos anos radicado em Piracicaba. Foi diretor do Grupo Escolar «Barão do Rio Branco» e lente da Escola Normal. Musicista inspirado, deixou muitas composições, entre hinos e canções. Escreveu letras para o Hino Nacional, não oficializadas, porém. Bom poeta. Polemista, pugnou corajosamente pela subjetividade do «se», demonstrando conhecer a fundo o Português. Ficou célebre uma polêmica sua com o dr. Osório de Souza sobre o «se» pronome como sujeito. Faleceu nesta cidade em 1940.

13 DE ABRIL – Foi na presente sessão da edilidade que o vereador Melchior de Melo Castanho propôs a seus pares a mudança do cemitério da hoje Praça Tibiriçá para um lugar do Bairro Alto «onde a terra é própria para Taipas e mesmo porque alli fica arredado do centro da provação». Aprovado.

– Das atas: «O Snr. Presidente fez ciente a Camara ter recebido da Coletoria desta cidade os dinheiros dados pela Assembleia Provincial, tanto para o Chafariz como para os consertos do Semiterio e convidava para nele fazer-se o chafariz», bem como «para examinarem o Semiterio».

14 DE ABRIL – A enorme tora de jequitibá estava ainda enroscada no Salto, ameaçando a ponte sobre o rio Piracicaba, que se localizava

abaixo da cachoeira. A câmara, nessas circunstâncias, resolveu esperar a baixa das águas para retirar o tronco, ou picado ou inteiro, para o que alguns indivíduos se propunham, mediante a paga de 10\$000.

15 DE ABRIL – História do cemitério pelas atas: «Tão bem examinado, sobre o lugar para mudar-se o Semiterio a Comição é de parecer que mude no fim da Rua que segue pelo vale da chacara de Fructuoso José Coelho denominada rua da Quitanda ficando encostado no mesmo vallo: a terra é propria para Taipas: tão bem examinou um lugar no fim da rua da Constituição, conhecida Rua velha do Pao queimado, lugar este plaino, está devoluto; porem a terra é roxa pouco propria para Taipas; portanto deve ter preferencia o lugar do Bairro Alto. Tão bem a Comição examinou o lugar no fim da rua denominada do Comercio, ou Santo Antonio. A comição hé de parecer que o lugar é improprio em razão de estar na cabeceira que verte para o Corrego do Itapeva e assim vai prejudicar aqueles moradores, que servem-se daquelas Agoas».

– Mais esta informação das atas: «Sobre o Semiterio foi deliberado mudar-se para o Bairro Alto no lugar indicado pela Comição – Bairro Alto no fim da Rua que vai a chacara de Fructuoso José Coelho».

– A comissão, encarregada pela câmara para escolha de lugar onde seria edificado o novo chafariz, optou pelo lugar do velho, isto é, «onde se acha a Bica denominada do Amancio». Quer nos parecer se trate da bica existente junto do Itapeva, canto da atual rua Moraes Barros, hoje condenada pela higiene e sepultada pela civilização.

16 de ABRIL – «Indico que se officie ao Govêrno, fazendo ver essa necessidade, e que tomando em consideração, ordene ao Engenheiro, que tem obrigação de rever a estrada que dessa segue para Campinas que observe tudo o expendido, facilidade, utilidade que desta obra pode resultar a esta cidade, e quando favoravel o exame se ligne, digo designe uma quota para o canal».

– Achegas para a história do cemitério: «A Comição encarregada de dar seo parecer a respeito do novo Semiterio sobre sua dimenção nada pode fazer em razão de não estar extremado os terrenos possuidos por Proprietarios dos não possuidos; no lugar indicado pela Comição de Obras Publicas, a Comição apesar de procurar informações não pode obter coisa satisfatoria por não encontrar com pessoa de conhecimento que informasse, e de alguas que encontrou que não lhes parecem com bom conhecimento, ficou persuadida que o dito lugar talvez tenha menos de vinte braças de largo, com comprimento, que se quiser logo para a diante tem terreno largo para o que quiser: mas a Comição acha muito longe, como é subida forte desde o Itapeva por isso é muito difícil a con-

dução dos Cadáveres e a Comição lembra a esta Camara que pelo art. 66 § 2.º do novo Regimento devemos conferir sobre este assunto com o Parocho».

– A Igreja é que tinha a seu cargo a burocracia dos enterramentos, com suas taxas, documentos e toques de sino. Isso porque, não muito longe da época acima, os enterros eram feitos dentro da própria igreja ou nos pátios, ao redor dos templos. O govêrno provincial resolveu acabar com esta prática.

– «Posto este parecer em votação, digo em discussão, o Dr. Rocha faz ver, que o que entendia sobre o Art. citado pela Comição, ou o parecer do V. Floriano Leite era a primeira autoridade Ecclesiastica, e que a primeira Autoridade Ecclesiastica nas Camaras erão os Vigario de Vara e por isso que primeiro devia esta Camara entender-se com o Vigario da Vara do Rio Claro, porem quanto ao lugar não se opunha, posto tudo isso em votação assim se venceo consultando-se primeiro ao respectivo Vigario da Vara, segundo o aviso de 19 de Maio de 1829».

– Fala, o vereador Floriano Leite: «Snr. Presidente, parece justo que esta Camara faça alguma coisa digna que os vindouros dirão – A Camara de 1857 hé que fez – Esta Cidade vai sendo escassa de Madeira e Lenha e que por isso já está bem cara tendo abundancia para o Rio assima, e avendo o Rio que pode facilitar o transito de tudo, temos de ir contra o Salto que impede, podendo-se levar um Canal a Cahir no Itapeva, e alli se fazer um tanque, que já a natureza destinou o lugar; a extenção não mete medo para se fazer hum Canal com proporção de transitar canoas, trazendo quanto é necessario a povoação».

17 DE ABRIL – Pela primeira vez a ata dos trabalhos da câmara fala em «voto de qualidade», dado pelo presidente da edilidade para desempatar um assunto em trânsito.

– A comissão encarregada de examinar as contas do procurador da camara estranhava que houvesse despesas «com lavagem e engomamento da roupa para o Juiz de Direito, que ignorão se hé de Lei ou não».

– Foi dispensado o fiscal da câmara Antonio Manuel Dinis e Silva porque, à denúncia do vereador Joaquim Floriano Leite, a edilidade soube que o mesmo era caixeiro de uma loja... Na época, era proibida a acumulação de empregos.

– «Camara Mal. desta Cidade da Constituição estando no conhecimento da escasses das madeiras e lenhas e outros generos de primeira necessidade avendo abundancia, e tendo o Rio que pode facilitar o tranzito de tudo, temos de encontro o Salto, que impede podendo-se tirar um canal a cahir no Itapeva, e alli fazer-se um tanque que já a

natureza destinou o lugar a extensão é pequena, fazendo-se um canal com proporções de tranzitar canoas, portanto esta Camara implora a V. Exa., (presidente da Província), sua proteção afim de que a Assembleia Provincial decreta uma quota para o mesmo fim de fim de que proverá não pequeno beneficio...»

6 DE JUNHO – A ponte «sob o Rio Piracicaba» ameaçava desabar, oferecendo sério perigo, o que obrigou a câmara municipal a reunir-se extraordinariamente. Apêlo dramático à presidência da Província, pedindo quota para os reparos de tal ponte. O presidente da edilidade, Salvador Ramos Correia se prontificou a emprestar o dinheiro, até que viesse o auxílio do govêrno provincial.

23 DE JULHO – Uma indicação aprovada pela câmara municipal: determinar que os proprietários da rua do Rosário façam muros barreiros e caiados, «desde o canto da rua da Bica, até o Semiterio, (Praça Tibiriçá), tudo quantos estiverem a roda do Patio da mesma Igreja do Rosário», (hoje São Benedito), «com calçada de pedra de dez palmos de largura».

– A ponte sôbre o rio Piracicaba foi consertada. Porém a corporação municipal não podia ajuizar do consêrto porque o rio estava muito cheio. Consertada, mas não oferecia lá muita segurança. Tanto assim que o presidente dos vereadores, Salvador Ramos Correia, propôs fôsse dita ponte trancada para evitar males maiores.

– Outra indicação aprovada pela edilidade: que o projetado charfariz deveria ser feito ao pé do Itapeva na rua Direita, pelo lado esquerdo da ponte, isto dando altura que fique livre das enchentes.

24 DE JULHO – Um vereador pediu à câmara municipal, (aprovado), fôsse assinado o «Correio Paulistano», «como determina a Lei». Outro pediu que o secretário, em tôdas as sessões ordinárias da edilidade pusesse essa fôlha à disposição dos edis, que, assim, ficariam a par das novidades.

25 DE JULHO – Foi multado o vereador João Batista Correia pelas suas constantes faltas às sessões da câmara. As multas iam ao procurador, (tesoureiro), que as podia cobrar judicialmente, caso houvesse negligência por parte dos multados.

26 DE JULHO – A firma Lopes & Silva, num dos quintais da rua do Comércio, (Governador Pedro de Toledo), fabricava carvão e isso produzia muita fumaça, «do que resulta um mao cheiro», «que incomoda os moradores» desta rua. Providências imediatas da edilidade, a fim de coibir o abuso.

2 DE SETEMBRO – Carta imperial de naturalização, passada a favor do dr. Hermann Melchert, natural da Alemanha e professando a religião católica e apostólica, «para que possa gozar de todos os direitos, honras e prerrogativas que pela Constituição compete aos Cidadãos Brasileiros Naturalizados».

6 DE SETEMBRO – Das Atas: «O Snr. Presidente indicou que tendo dado as providencias necessarias para que no dia de amanhã ouvissem hum tedéum na Igreja Matriz para solenizar o aniversário da independência do Brasil, por isso convidava a Câmara para se reunir as nove horas da manhã para acistirem o dito tedéum».

– Também em homenagem à data da Independencia, além do Te Deum na matriz, a municipalidade pedia aos moradores locais iluminarem a frente das suas casas. A cidade ainda não era iluminada e a iluminação pedida se fazia com velas, lamparinas, lampiões ou tochas ou com fogueiras nas ruas e pátios.

7 DE SETEMBRO – Em officio, a Municipalidade se queixava ao govêrno da Província contra o «avanço» havido nas terras patrimoniais, pois «o terreno demarcado para o rocio foi o de um quarto de legoa em quadra», «que sendo o terreno demarcado calculado na importancia de 365 alqueires de planta de milho, todavia cerca de 180 estão ocupados pela fazenda do finado Marquês de Valença»; «cerca de 160, ocupados com a fazenda de Vicente de Souza Queiroz» e outros, «estando apenas devolutos 25 alqueires», «porção de terreno já insufficiente», «atento o crescimento e proporções do município» .

29 DE SETEMBRO – Sessão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, na qual o provedor, José Pinto de Almeida, tendo oferecido uma pequena casa para nela ser instalado o primitivo hospital dessa instituição e não sendo isso possível, em virtude da dificuldade de se encontrar enfermeiro, propõe que essa casa seja alugada, ficando os aluguéis em proveito da propria Irmandade.

8 DE OUTUBRO – Escritura de doação que fizeram João Antônio de Siqueira e sua mulher, d. Ana Maria da Conceição, de um terreno à rua Direita. (Morais Barros) «de quarenta braças no correr da mesma e vinte braças no correr desta à rua São José», no valor de RS. 200\$000 para nêle ser construida uma capela ao Senhor Bom Jesus do Monte, atualmente paróquia da Matriz do Bom Jesus. Joaquim d'Oliveira Cezar era o tabelião e assinaram como testemunhas o padre Francisco de Assis Pinto de Castro e Caetano José da Cunha.

27 DE OUTUBRO – «Não tem lugar o que requerem» foi o despacho dado pela câmara a um requerimento de vários moradores da

rua da Quitanda, (XV de Novembro), que pediram fôsse aberta essa rua «para a banda do rio Piracicaba onde ella se acha feixada pelo terreno de Floriano de Tal.»

29 DE OUTUBRO – Com relação ao sustento dos presos pobres, a câmara ia fazer sentir à presidência da Província que a quantia diária de «cento e cessenta reis» era insuficiente, «por causa do elevado preço dos viveres», em resultado do que pedia «trezentos e vinte reis».

30 DE OUTUBRO – A Comissão de Obras Públicas andou pela cidade, a fim de ver o estado das ruas e, entre outras, achou que na rua dos Pescadores, (Prudente de Moraes), havia necessidade urgente de uma ponte sobre o Itapeva, «para servidão dos carros em razão de ser a subida moderada, e afim de evitar-se que os carros estraguem as calçadas da rua Direita, (Moraes Barros), como está acontecendo».

31 DE OUTUBRO – «Deve ter a ponte, (sobre o Itapeva, na rua São José), quarenta palmos de comprimento e vinte de largura, com quatro linhas de um palmo de grossura e palmo e três dedos, de largura, com dois tanxões e hum travessão reforçado, dois travesseiros, dois guardas terras e guardas de X, tendo sinco palmos de alto, e oito de largura, garantans quantos forem necessários para as estivas, tendo cada acha três dedos de costaneira, as guardas devem ser tôdas aparelhadas, e fica orçada a ponte na quantia de cento e oitenta mil réis».

– Empenhava-se a câmara conterrânea na feitura dos passeios, «desde a rua do Comércio, descendo pela rua dos Orives thé chegar na rua da Glória e seguindo por ella thé chegar na rua das Flores e dahi subindo thé esbarrar outra vez na rua do Commercio».

16 DE NOVEMBRO – Tem-se conhecimento, pela ata dos trabalhos da câmara, que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia mandou «vir hua machina de fazer tijolos para com estes construir a casa de misericordia que a dita irmandade pretende fazer».

29 DE NOVEMBRO – A edilidade informava ao govêrno provincial não haver no município «nenhuma industria de mineração». Três eram os produtos agrícolas da região: a cana, o café e o chá. Indústria fabril não havia, «salvo se por industria fabril se considerar os estabelecimentos de assucar, café e chá, os aparelhos ou machinas destinadas a preparar esses produtos para levar ao mercado». Havia nessa época máquinas para beneficiar o café?

– Nessa mesma exposição, falando do decrescimo da produção, a Camara diz da falta do braço cativo – enfrentando dois problemas: velhice e morte – e do custo do braço colono. A imigração ainda não fôra adotada como prática racional. «Facilitece a introdução de colo-

nos, delhes garantias» – era uma solução para que dentro de quatro ou seis anos a crise fôsse superada.

17 DE DEZEMBRO – Nasce em Sorocaba o coronel Querubim Febeliano da Costa. Em nossa terra, onde faleceu a 9 de janeiro de 1920, foi um dos jornalistas de maior representação no início da imprensa citadina. Militou na política, sendo membro de destaque do Partido Republicano Municipal.

– As informações palpitantes: «A Camara Municipal da Cidade da Constituição» «tem a informar a V. Exa. (presidente da Província), que o unico rio navegavel existente no Municipio hé o denominado Piracicaba o qual desagoa no Tietê; em distancia da mesma Cidade serca de 16 legoas; que neste ultimo rio existem dous grandes saltos chamados Anhandava e Itapura», «sendo o primeiro, na distancia de sincoenta legoas, o segundo na de noventa e pouco aquem da foz do Paraná, e que he possivel melhorar-se a navegação do rio Tietê», «o que melhor poderá informar, o 1.º Tenente da Armada Antônio Mariano de Azevedo, que «foi fazer as necessarias explorações».

– 1858 –

1.º DE JANEIRO – O edil Melchior de Melo Castanho propôs em vereança fosse representado à presidência da Província, pedindo a criação na cidade de uma companhia de cavalaria. Aprovado.

4 DE JANEIRO – Falando das «percintas», (guias), do Bairro Alto, a ata dos trabalhos da camara esclarece: «desde o Semiterio até o Itapéva». Isto prova que o atual Campo Santo da cidade, se não estava funcionando, estava, em vias de funcionar.

– Na freguesia de Santa Bárbara não havia casa ou quarto fechado que servisse de cadeia ou pouso de presos que seguissem para Campinas ou para a Capital. A câmara local envidava esforços para solucionar o problema contando... com a promessa de um deputado... A ata de onde tiramos esta nota não dá o nome do parlamentar.

6 DE JANEIRO – A pedido de pessoas interessadas, os camaristas derogaram uns artigos de postura que impunham, «multa de seis mil réis annual a quem mandar vender lenha com cargueiro».

2 DE FEVEREIRO – O cemitério: a câmara ordenou ao fiscal que recolhesse guarantans e telhas do cemitério, os quais deveriam ser guardados e aproveitados oportunamente. Mais uma prova da mudança da necrópole da hoje Praça Tibiriçá para outro lugar.

– Constatava-se em vereança o lamentável estado da igreja matriz. «A torre da Matriz está desabando com estas chuvas». «A Matriz

ameaçava ruína e estava cheia de goteiras». As providências da edilidade eram poucas, porque poucos eram seus recursos financeiros.

14 DE FEVEREIRO – Em vereança, tratou-se do consêrto do rancho do Piracicamirim. Nesse tempo, havia ranchos pelas estradas, que eram postos para a cobrança do estanque, (pedagio), e serviam igualmente para pouso dos viandantes.

– Os componentes da câmara municipal se dirigiram à Assembléia Provincial, em officio, pedindo a quantia de dois contos de réis para consertos da igreja Matriz e mais quatrocentos mil réis para a conclusão do novo cemitério.

28 DE FEVEREIRO – Em reunião, a corporação municipal resolveu dirigir-se à Assembléia Legislativa Provincial «pedindo para esta Cidade ser elevada a Comarca, digo a Termo de Comarca».

7 DE MARÇO – Oficiava a edilidade ao govêrno provincial: «...atendendo ao adiantamento do Município, e variados serviços de que já dispoem, e os que vão tornando maiores para o futuro, mormente se verificar-se a projetada navegação a vapor no rio Piracicaba, e persuadindo-se que a mesma Cidade está no caso de ser elevada a Cabeça de Comarca, vem a presença de V. Exa. pedir a criação da mesma, ficando ella composta da Cidade do Rio Claro, Villas de Capivary, Curuçá, Limeira, Brotas e Araraquara, povoaçoens estas, que ficam as primeiras na distancia de 6 legoas, e só das duas ultimas doze e vinte e quatro legoas».

17 DE MARÇO – A câmara municipal, segundo a ata de seus trabalhos, se dirigia à Assembléia Legislativa Provincial, pedindo para que Constituição, já cidade, fôsse elevada a Têrmo de Comarca.

30 DE MARÇO – Lei provincial, criando a comarca de Constituição compreendendo o têrmo desta cidade e os de Capivari, Pôrto Féliz e Pirapora. Nesse tempo, havia na Província treze comarcas, sendo a de Constituição a de número onze. Como se vê, Piracicaba, que já estivera subordinada à jurisdição de Pôrto Feliz, começou a passar a perna na vizinha localidade.

– Também é curioso assinalar-se que as atas da municipalidade nada falem a respeito da criação da comarca com sede local. Só em agôsto do presente ano é que encontramos referência sôbre o assunto, como adiante se verá. Parece que a turma daqueles tempos não era de muita vibração. Ou então a notícia oficial custava a chegar.

7 DE ABRIL – A congregação camarária pedia ao govêrno provincial 200 armas para municiar as duzentas praças da Guarda Nacional cidadina. Havia a constante ameaça de revolta de escravos, como na

fazenda de Torquato da Silva Leitão, e os soldados locais deviam estar convenientemente preparados para o que der e vier.

8 DE ABRIL – A Comissão de Obras Públicas estava brava. Brava com a câmara. Brava com o fiscal. «A Comição lembra e faz sentir a Camara que é desnecessario nomear-se Comissões de Obras Publicas porquanto tanto pareceres tem aqui aparecido, muito poucos tem tido execução». E daí por fora...

9 DE ABRIL – A Assembléia Provincial designou certa quantia para o «advogado das causas desta Camara». Ora, como não havia causas, nem advogado para ser pago, os camaristas resolveram empregar tal dinheiro em obras públicas.

10 DE ABRIL – O presidente da edilidade se defendia dos ataques da Comissão de Obras Públicas, a respeito do andamento moroso das obras da cidade. Na terra não havia trabalhadores e os poucos encontrados exigiam «excessivo jornal» possivelmente irá a Limeira arrebanhar trabalhadores, especialmente para terminar as obras do novo cemitério.

– Trecho de ata dos trabalhos da câmara: «O Snr. Presid.e dice que talvez a Camara ignore as faltas que o Rev.o Vigario desta Parochia tem cometido nas funções do seu Magistério e por isso traz a consideração da Camara as faltas do mesmo principalm.te a classe pobre que muito se queixa e que bem conhece quanto isto é repugnante». «As autoridades competentes». Foi esta a resolução.

11 DE ABRIL– O tenente-coronel Francisco José da Conceição requereu à câmara, pedindo «faculdade a mesma p. a cercar sua Chacara de Vallo, obrigando-se a intupir o mesmo quando a Camara julgar necessario a bem publico». Deferido, sob essas condições.

– Era uso, na época, cercarem-se as propriedades com valos profundos, a fim de evitar a entrada de animais. Ou valo ou cêrca. Ao que parece, o arame farpado ainda não apparecera, pois a cêrca de guarantans era bastante dispendiosa.

25 DE ABRIL – Os balões. «Tendo por divertimento alguns individuos soltado baloens como disto pode resultar um mal aos proprietarios dêste Municipio por se axarem suas Fabricas muito anexas, Fabricas estas de assucar, e podendo succeder, que estes baloens caião em alguns canaviaes...» A Câmara pedia às autoridades provinciais a breve aprovação dos artigos de postura que coibam o abuso.

16 DE MAIO – Sessão dos camaristas, ao iniciar da qual foi posta em praça, (concorrência), a «obra da ponte sob o rio Corumbatahy na estrada que desta Cidade segue a Provincia de Matto Grosso». «Foi arre-matante Antonio Barbosa Pires, que melhor serve pelo Termo passado».

26 DE JUNHO – Decreto imperial nº 2.200, criando a Colônia Militar de Itapura, no rio Tietê. Tal colônia tem função marcante na história de Piracicaba, mormente no capítulo dos transportes, feitos pelos rios Piracicaba e Tietê, ou a lombo de burros. O escoamento local se fazia grande parte por Itapura, com serviço regular de batelões. Mesmo a Ituana, chegando a Piracicaba em 1877, não arrefeceu esta espécie de transporte.

13 DE JULHO – Sessão meio tumultuosa da câmara municipal. É que o procurador da edilidade, (tesoureiro), tinha diversos casos de morfêia na família e falava-se dele também. Discussão para dar-lhe o «bilhete azul» ou não. Na votação, houve empate. O presidente, com o voto de qualidade, desempatou pela demissão.

15 DE JULHO – Aposentadoria – Fica-se sabendo pela ata dos trabalhos da câmara haver sido aposentado o professor de Gramática latina e francês da cidade. É a primeira vez que encontramos o termo «aposentadoria», nos anais locais, com o significado de hoje. Antiga-mente, significava hotel, pensão ou coisa que o valha, onde se tomava aposento, (aposentadoria).

17 DE JULHO – Mercado. «o Snr. Presidente fez sentir a Camara a necessidade que tem êste Municipio de umas casinhas onde depositem os lavradores seos efeitos para serem postos a venda, fazendo lembrar a Camara que o lugar mais apropriado era no correr de Casa do Theatro desta cidade servindo-se de uma parede do mesmo, pondo-se divisões de taipa, servindo de Gigante a mesma parede do Theatro, e assim foi deliberado.

– Por essa resolução da câmara municipal, compreende-se que já havia na cidade um teatro, estando concretizada a iniciativa da Sociedade Fundadora do Teatro. Realmente, mais tarde, as casinhas, (quartos de mercado), foram feitas.

18 DE JULHO – O dinheiro fornecido pelo govêrno da Província às obras do novo chafariz não ia dar; à vista disso os camaristas resolveram pleitear parte dos «Direitos das Carnes Verdes» (impôsto), recentemente passado para o município, para a conclusão de tais obras.

12 DE AGÔSTO – Nasce nesta cidade o dr. Adolfo Afonso da Silva Gordo, talvez o político de maior projeção que Piracicaba deu ao país, no seu tempo. Formado em Direito. Deputado provincial. Proclamada a República, foi nomeado governador republicano do Rio Grande do Norte. Foi depois deputado federal e senador por São Paulo, sendo grandes e destacados os serviços prestados ao Estado e à Nação por êsse ilustre conterrâneo. Faleceu no Rio de Janeiro a 29 de julho de 1929.

24 DE AGÔSTO – Segundo os dizeres da ata dos trabalhos da câmara, sabe-se agora que a cidade fôra elevada à Cabeça de Comarca, (sede). Aprestos dos camaristas, para aprontarem a «Salla das Conferencias do Juiz de Sentenças».

5 DE SETEMBRO – «O Snr. Presidente fez sentir a Camara que era de absoluta necessidade comprar-se uma Efigie de S. M. o Imperador que tem o Vigário encomendado desta cidade, e collocar-se na Salla da Camara com um docel e cortinas afim de tornar-se os festejos do dia 7 mais brilhantes e mesmo que é isto de necessidade». Tudo resolvido. (Atas)

– Foi também objeto desta sessão da câmara a compra de um sino, que possuia Domingos Lopes, para ser oferecido à igreja matriz. A compra seria feita com o dinheiro destinado pela Assembléia Legislativa Provincial para os consertos do dito templo. Tudo feito.

10 DE OUTUBRO – Sessão da Mesa Administrativa da Santa Casa, na qual José Pinto de Almeida apresentou uma indicação para que se tomassem as medidas de precaução, em vista de haver aparecido na cidade um caso de varíola. Foi um tanto combatido, mas não lhe faltou razão, como se vê pelo seu relatório de 1859, com relação ao Lazareto de São Sebastião, onde foram tratados os variolosos, à custa da Irmandade.

– Deprende-se da ata dos trabalhos da camara municipal que os senhores de escravos pagariam a taxa anual de 4\$000 por cabeça de cativo, de acôrdo com os dispositivos do decreto provincial, que legislava sôbre o assunto.

18 DE OUTUBRO – Uns artigos de postura foram aprovados pela câmara cidadina, como medida preventiva, contra o «flagelo das bexigas» que apparecera na cidade, seguindo tais artigos para São Paulo, a fim de serem aprovados pela Assembléia Legislativa.

– O vigário da cidade pediu atestação à câmara para receber sua cônica. A edilidade foi positiva: o pároco só era correto nas missas conventuais; na administração do Sacramento não; «tem aparecido algum clamor por parte do povo».

– O presidente da edilidade convidou dois vereadores para escolherem outro lugar para o cemitério, «visto que o indicado não serve por não ter terra sufficiente para Taipas». Como? Não estava resolvido, assentado de pedra e cal, que o novo cemitério seria no Bairro Alto?

19 DE OUTUBRO – «O Snr. Pres.te fez sentir a Camara que era necessário nomear-se um Director que se encarregasse das Obras da Matriz e que na pessoa de Miguel Arcanjo Benício Dutra se reuniam as boas qualidades para isto, porém que preciso que lhe se marcasse uma

gratificação que estes serviços necessariamente avião o distrair de outras ocupações, foi esta indicação aprovada». (Atas)

21 DE OUTUBRO – Miguel Arcanjo Benício Dutra compareceu à presente sessão da câmara a fim de ser empossado no cargo de diretor das obras da Matriz, percebendo a diária de 2\$000. No contrato, o novo titular afirmou que se contentava com essa diária por ser obra de Santo António.

22 DE OUTUBRO – Artigo de postura: «Todo aquêlê que tiver de edificar, ou fazer qualquer obra como sejão assentamento de Portas de Ruas ou Calçadas em suas frentes não poderão isto fazer sem que primeiramente chamem o Secretario, Fiscal e Arruador da Camara fazendo-se êste em presença dos mesmos». Multa de seis mil réis aos infratores e o dôbro nas reincidências.

23 DE OUTUBRO – Ficaram assim demarcados os limites para a cobrança da taxa devida «per capita» pelos escravos: «Rua Direita em tôdas as outras paralelas de um a outro lado em toda a sua extensão tôdas as ruas que atraveção estas tão bem em toda a sua extensão, não podendo a mesma Comissão declarar os nomes delas porque muitas não os tem, ficando compreendida nesta demarcação a rua da Praia, e fora dela os Engenhos do Comendador Vicente de Souza Queiroz, Ignacio Ferreira de Camargo, as Chacaras de Caetano da Cunha Caldeira, Fructuoso José Coelho; D. Alexandrina de Menezes e a que foi de Garcia Rodrigues Bueno por não estarem ellas no alinhamento das ruas». (Atas)

30 DE OUTUBRO – Pela ata de reunião da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, sabe-se que êsse sodalício, por intermédio do irmão Miguel Arcanjo Benício Dutra, adquirira o teatro da cidade, ficando êsse irmão encarregado de melhorar o prédio, até mesmo mediante empréstimo.

14 DE NOVEMBRO – «...O Snr. Presidente dice que achava mi-lhor faser-se o mesmo Semiterio no lugar velho, repartindo-se o mesmo, foi esta indicação aprovada», «fazendo-se a parede de mão com alicerce de pedras, esteios de madeira de lei», «mandando-se outro em promover a cobrança dos que assinarão uma Subscrição para uma Capella dentro do mesmo Semiterio, ficando a metade dêste dinheiro para um Semiterio da Irmandade de São Benedito».

– 1859 –

4 DE JANEIRO – O govêrno da Província solicitou da câmara local informações a respeito de que distrito ou termo pertenciam os moradores do Avanhandava, além do rio Tietê. Pertenciam a Araraquara. «Botucatu, que é do mesmo lado hé mais longe, não tem Caminho de

um a outro ponto, existindo um Sertão entremeio, que tem perigo de gentio, e por isso não á comercio algum».

6 DE JANEIRO – A eterna ponte. O govêrno provincial desejava saber da edilidade qual o meio de fazer-se a ponte sôbre o rio Piracicaba. «Foi respondido fazer-se por empresa», e que não consta haver neste municipio pessoas habilitadas para isso e que queirão encarregar-se da dita obra».

23 DE JANEIRO – A câmara municipal denunciou ao inspetor geral da Instrução o professor da 2.^a cadeira de primeiras letras da cidade como pessoa inapta «para nelle ser confiado o ensino da mocidade» «que alem de maluco é o mesmo imoral, muitas faltas tem praticado pela qual se reconhece sua imoralidade e irregular conduta». A ata, delicadamente, não dá o nome dêsse professor.

6 DE FEVEREIRO – Das atas: «Foi mais lido uma Representação de vários moradores da Nova Villa de Botucatu, em que pedem a esta Camara informar a necessidade de o govêrno comprar a ponte sôbre o rio Tietê na estrada desta Cidade aquella Villa, assim foi deliberado informando a Camara seu beneficio tanto deste como daquelle municipio».

23 DE FEVEREIRO – João Feliciano de S. Paio, por iniciativa, de Luiz António de Sousa Barros, andava pela cidade a recolher assinaturas para um abaixo-assinado, que seria endereçado ao govêrno provincial, pedindo fôsse a nova ponte sôbre o Piracicaba construida para acima do Salto.

26 DE FEVEREIRO – Enérgica exposição camarária, enviada ao govêrno da Província, contra o abaixo-assinado exposto no «quadrinho» do dia 23. A cidade crescia em derredor da igreja matriz e a ponte para acima do Salto ficaria a um quarto de légua de distância do centro urbano. Inúmeras foram as razões apresentadas pela edilidade, a qual era parecer que a cidade ficasse sem ponte, a ser edificada para além do Salto. Só cêrca de trinta anos mais tarde é que a idéia venceu.

10 DE MARÇO – Devidamente amparadas as obras da nova ponte sôbre o rio Piracicaba pelo Govêrno Provincial, a câmara resolveu passarem-se os editais competentes para que ditas obras entrassem no terreno da realidade.

20 DE MARÇO – Como as pontes do município davam dor de cabeça aos camaristas! Problemas tremendos! Na presente ata como nas anteriores, a questão das pontes preocupava a edilidade, mesmo contando com o amparo direto do govêrno provincial ou da Assembléia Legislativa.

18 DE ABRIL – Trecho de ata: «Foi mais lido um outro do Secretario do govêrno mandando fazer publico as Cadeiras vagas de pri-

meiras letras do Sexo Masculino, foi deliberado mandar-se publicar e afixar o mesmo Edital». Por êste quadrinho, bem como por aquêle de 23 de janeiro, se deduz que, na época, a cidade já contava com duas escolas masculinas.

– A fim de evitar dúvidas quanto à aplicação de multas aos vereadores faltosos, a câmara municipal deliberou que nenhum edil poderia sair para fora do município sem participar à municipalidade êsse fato.

8 DE MAIO – Anunciava-se uma visita pastoral, (a ata da câmara não menciona o nome do bispo), a esta cidade. Preparativos de fidalga recepção por parte da municipalidade. Ao que parece, é esta a primeira visita pastoral que se registra nos anais de nossa terra.

9 DE MAIO – Fálece nesta cidade Antônio Ferraz de Arruda, chefe-patriarcal de numerosa família da cidade. Foi um dos desbravadores das terras piracicabanas. Adquiriu dos Teixeiras a sesmaria do Milhã por um conto de reis e ali constituiu fazenda de excelente renome em todo o Estado.

16 DE MAIO – Um problema encontrado constantemente nas atas dos trabalhos da câmara era a abertura ou conservação de estradas ou caminhos. Assunto persistente, sem fim. A presente ata é uma delas. Ao lado do problema das estradas, ficava aquêle das pontes. Coisa louca!

12 DE JUNHO – A câmara municipal, à vista das dúvidas suscitadas com proprietários de terreno, a propósito da «medição do Rocio» – outro velho tema – contratou um advogado para salvaguardar seus direitos.

– A câmara de vereadores cedera a metade do cemitério à Irmandade de São Benedito, a pedido de sua diretoria. Mas a Irmandade não tinha recursos para fazer o muro. A edilidade mandou fazê-lo, a prazo de um ano, conforme contrato com êsse sodalício. Dessa forma, o cemitério, que ficou mesmo na hoje Praça Tibiriçá, estava com uma divisão ao meio.

6 DE JULHO – Extrato da ata dos trabalhos da câmara: «Aberta a Sessão com as formalidades da lei o Snr. Presid.e convidou os Membros presentes para irem cumprimentar S. Ex.a Re.ma Snr. Bispo Diocesano e aceitando a Camara ao convite o Snr. Pres.e suspendeo a Secção por momentos para a mesma reunida fazer a S. Ex. a essa felicitação e voltando a mesma a Salla de suas Sessãoens cominuou seos trabalhos».

10 DE JULHO – Pedacinho da ata da operosidade da câmara municipal: «Snr. Pres. te dice que o Dr. Joaquim de Almd.a. Leite Moraes aceita ser Advogado da Camara, tendo o mesmo já comunicado, com condição do seo ordenado ser aplicado nas Calçadas da rua da Boa Morte, dando a Camara as pedras».

– O vereador Narciso António Coelho lembrava a necessidade de o fiscal ter presente aquêlê artigo de postura que determinava ter os proprietários de casa, em noites escuras, lanternas acesas quando existissem em suas calçadas entulhos perigosos para os passeantes. É que, na época, a cidade ainda não era iluminada.

– O procurador da municipalidade oficiava à câmara, com referência aos limites do róssio da cidade e dando conta de novos rumos abertos, «e medida meia legoa em quadra». Mais ou menos, o róssio era o que chamamos hoje de «perímetro urbano».

24 DE JULHO – Os camaristas trataram do início da nova estrada desta cidade à Província de Mato Grosso, passando por Brotas, por determinação do Govêrno da Província de São Paulo, tomando as providências de rigor.

– Deliberaram os camaristas construir definitivamente a capela do cemitério, servindo-se das contribuições de uma lista de subscrição já antiga.

30 DE JULHO – Offício do govêrno provincial à câmara cidadina, autorizando-a a contratar a fatura da ponte sôbre o Piracicaba, «de frente a rua Direita», (Morais Barros). Ao que parece, a outra ponte, que também não foi a primeira, fazia frente à rua dos Pescadores, (Prudente de Moraes).

7 DE AGÔSTO – «Indicou o Snr. Presidente que tendo consultado ao mesmo Exmo. Snr. Bispo respeito a nomeação de um Coveiro para o Semiterio dice o mesmo que a Camara podia nomear e pagar de seo coffre com ordenado diminuto, entrando em discução ficou adiada a nomeação do Coveiro para a Camara fazer um Art. de Postura a respeito». (Atas)

14 DE AGÔSTO – Pela primeira vez nos anais da câmara aparece o nome do dr. Manoel de Moraes Barros, o qual pediu à edilidade um terreno por arrendamento. Os camaristas resolveram consultar o govêrno provincial a respeito.

– Isso porque, pelo Govêrno Geral, (Imperial), estava suspensa a concessão de datas de terra. A cidade tinha surtos de progresso e apenas a quarta parte do rössio demarcado em 1822 se achava tomado por casas e quintais. «...e sendo uma Cidade nova para onde afluê gente pela bondade de seus terrenos e pela muito boa produção...».

– Contrato lavrado entre a câmara municipal e o capitão João Morato de Carvalho para a fatura da ponte sôbre o rio Piracicaba, partindo da rua Direita hoje Moraes Barros. Custo das obras na assinatura do contrato – rs. 18:614\$680.

11 DE SETEMBRO – O dr. Manoel de Moraes Barros, nomeado juiz municipal e de órfãos, requereu à câmara municipal «mais prazo para tomar posse». Foi lhe dado o prazo que expiraria a 25 do mês presente.

– Na presente sessão da câmara, foi mais lido um ofício do deputado provincial, Amador Rois Jordão, comunicando à edilidade ter cedido a quarta parte do seu ordenado de parlamentar às obras do município. Os camaristas resolveram aplicar tal quantia em obras da capela de cemitério.

18 DE SETEMBRO – Falece no Rio de Janeiro o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, nascido em Valporto, Portugal, a 20 de dezembro de 1778. Senador do Império, deputado às constituintes portuguesa e brasileira, político e homem do governo. Um dos grandes latifundiários de Piracicaba, talvez o introdutor da agricultura metodizada em nossa terra. Limoeiro, Taquaral, Monte Alegre e Pau Queimado representavam imensas glebas de terra de sua propriedade. Batalhou por Piracicaba; mormente nas vias de comunicação. É seu o plano de arruamento da cidade.

19 DE SETEMBRO – Por partilha de herança deixada pelo marquês de Valença, foi abandonada ao filho, dr. Estêvão Ribeiro de Souza Rezende, a Fazenda São Pedro, à margem direita do rio Piracicaba, que começava mais ou menos onde hoje se encontram o Mirante e o Engenho Central, indo muito além. O solar então aí edificado se tornou histórico.

20 DE SETEMBRO – Posse e juramento «dos Santos Evangelhos em um Livro delles em que pos sua mão direita» do dr. Manoel de Moraes Barros, perante a câmara municipal, no cargo de Juiz Municipal de Órfãos. Já se começava a dizer Juiz de Direito, como se diz até hoje.

9 DE OUTUBRO – José Pinto de Almeida apresentou seu relatório à Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia, no qual há notícia da epidemia de varíola havida na cidade. Os doentes eram recolhidos ao Lazareto São Sebastião, à custa da Irmandade, que nessa ocasião, bons serviços prestou à população de nossa terra.

10 DE OUTUBRO – Em vereança, foi lido um ofício da presidência da Província, aprovando o contrato feito entre a câmara municipal e o capitão João Morato de Carvalho para a construção da ponte sobre o rio Piracicaba pela importância de rs. 18:614\$680. Tal ponte sairia da hoje rua Moraes Barros.

– Pedacinho da ata: «O Snr. Baptista Correa endicou que esta Camara por seo Pres. te convide ao Vigario a fim de fazer-se Preces p. a chover, visto que continuando a Secca soffreremos falta de generos de pr. a necesd. e – foi assim deliberado».

11 DE OUTUBRO – Portaria do governo provincial, de acôrdo com o governo central, autorizando a concessão de terras de rossio da cidade. Como não se ignora, o governo imperial havia proibido tais concessões, de que se valeram os grandes proprietários de terras para desrespeitarem os limites do rossio, em proveito próprio.

25 DE OUTUBRO – Por não haver advogado na cidade e porque a questão dos limites do rossio preocupava os vereadores, a câmara municipal deliberou enviar seu procurador a Campinas, a fim de consultar um causídico, «de preferencia o d.or S. Paio».

– Resolução dos edis no sentido de que não fossem passadas datas de terra ou aforamento, nem fosse permitida a construção de casas, enquanto não se resolvesse de vez a questão dos limites do rossio, mesmo havendo autorização do governo da Província.

– O dr. Morais Leite pediu à câmara demissão do seu cargo de advogado da municipalidade, em virtude de seus afazeres na Assembléa Legislativa Provincial. No mesmo officio, solicitava apoio da edilidade para um projeto que iria submeter à apreciação da Câmara dos Deputados, qual seja o de «reabrir um canal do Salto e abastecer esta Cidade de agoa potavel». Não nos parece «canal», no significado do termo, mas «encanamento», para o fornecimento do precioso líquido aos nossos conterrâneos da época.

26 DE OUTUBRO – O cemitério estava pronto. Resoluções da câmara a respeito: nomear um coveiro com funções de zelador; elaborar artigos de postura, (regulamento), para seu funcionamento e pedir ao governo da Província a aprovação interina de tais artigos de postura.

28 DE OUTUBRO – O padre João José de Almeida requereu à camara municipal, pedindo um terreno para Lazareto nesta cidade. Indeferido, na sessão de 6 de janeiro de 1860. «Lazareto» era um local afastado da cidade, onde se recolhiam os doentes de epidemia, ou de moléstias contagiosas.

– O registro dos trabalhos da câmara municipal, como o presente, fala em «Orçamento Municipal», aprovado pela Câmara Legislativa Provincial.

17 DE DEZEMBRO – Nasce em Rio Claro o professor Sebastião Dias, vulto de destaque nos meios educacionais do Estado. Residiu muito tempo em Piracicaba, aqui falecendo em 1918. Foi o organizador do Grupo Escolar «Morais Barros» e seu primeiro diretor.

19 DE DEZEMBRO – Os pequenos comerciantes faziam feira nas calçadas do teatro. Em vereança, ventilou-se o assunto, deiiberando-

se, para evitar tal fato, que êsses comerciantes, ou sitiantes, pudessem vender seus produtos livremente pelas ruas da cidade.

– 1860 –

3 DE JANEIRO – Extrato das atas: «O Snr. Presid. te dice que tendo a Camara a sua disposição os dinh.os das Carnes verdes, (impostos), para aplicação das obras publicas desta Cidade, e tendo-se de breve fazer-se a nova Ponte sobre o Rio Piracicaba na direção da rua Direita, entendia conveniente preparar-se esta Rua com êsse dinh.ro procurando nivelar-se desde o Patio, (Praça da Catedral), até o Rio Grande». Aprovado.

4 DE JANEIRO – Lido no expediente da sessão da câmara um officio do Barão do Rio Claro, oferecendo à edilidade citadina seus préstimos como deputado provincial. «Recebido com geral agrado, ficou a Camara inteirada». Possivelmente na época não se usava o agradecimento.

6 DE JANEIRO – Para se concluir a estrada que, partindo desta cidade fôsse a Mato Grosso, passando por Brotas, era preciso estabelecerem-se as divisas dos dois municípios. Constituição ficou de convidar a câmara da vila de Brotas para êsse fim, devendo as divisas, quando estabelecidas, serem aprovadas pela Assembléia Provincial.

19 DE JANEIRO – O presidente da câmara participou a seus pares haver cedido aos alemães protestantes, residentes no município, para edificarem seu cemitério, (os acatólicos não eram admitidos nos cemitérios de então), um terreno de «oito braças de frente com vinte de fundo». Deu um pouco mais do deliberado, visto achar pequeno o que lhe fôra prometido. Aprovado. É esta a primeira notícia encontrada nos anais da terra com referência aos protestantes de Piracicaba, perdão! Constituição.

22 DE JANEIRO – Sessão da câmara, à qual os alemães protestantes, residentes no município, pediram terreno para edificarem cemitério próprio, visto que, por motivo de crença, não podiam «ser admitidos, nem enterrados nos Semiterios desta cidade».

– A municipalidade concedeu aos alemães protestantes, para que edificassem seu cemitério, um terreno de «oito braças em quadra no lugar do Bairro Alto fazendo frente na rua de São José, e fundos com a rua Direita, ficando a cargo do Snr. Presidente esta concessão, como tão bem a demarcação». Agora, positivamente, era o cemitério atual que nascia, pois, até hoje, na parte alta, se encontram claros vestígios do cemitério dos protestantes, no Campo Santo local.

19 DE FEVEREIRO – A câmara municipal da vila de Brotas entrou em entendimentos com a municipalidade local para estabelecerem,

ambas, as divisas entre os dois municípios, a fim de facilitar a fatura da estrada à Província de Mato Grosso, que teria comêço na cidade de Constituição.

18 DE MARÇO – Tal como se deprende da presente ata dos trabalhos da câmara, os caminhos locais se chamavam «de Sacramento», «quando, feitos de mão», correrem dentro do município, e «Municípios», quando ligassem um município a outro.

24 DE MARÇO – Pelo tribunal de juri, foram condenados à pena máxima, pelo enforcamento, os pretos Francisco e Anselmo, escravos de António José da Silva Gordo. Não há notícia de que houvessem sido executados, pois a fôrca de nossa terra foi incendiada em 1853; também não há informe de que houvesse sido construída outra.

10 DE ABRIL – Comunicada à edilidade pelo govêrno da Província ter sido nomeado delegado de polícia desta cidade o dr. Manoel de Moraes Barros. E, assim começam a aparecer as notícias, nos anais locais, em torno dêste ilustre varão da história constituense.

– «O Snr. Floriano Leite chamou a atenção da camara sôbre a construção da nova ponte sôbre o rio Piracicaba, principalmente respeito as Cabeceiras de Pedras, e mesmo sôbre as madeiras, que não acha boas». Foi nomeado o vereador Felipe Xavier da Rocha para certificar-se da verdade.

13 DE ABRIL – Nasce em Tatui o professor Antonio de Melo Cotrim, nome de reverência nos anais do ensino de São Paulo. Dirigiu unidades escolares do Estado e, em Piracicaba, instalou o Grupo Escolar «Barão do Rio Branco», «Piracicaba» na época. Militou na imprensa. Abolicionista destemido. Há em nossa cidade um estabelecimento de ensino primário com seu nome. Faleceu em Araraquara a 30 de dezembro de 1937.

14 DE ABRIL – «Snor. Presidente dice que os Tijolos para as obras da Matriz estão promptos, e não podendo-se conduzir já achava melhor ficassem os mesmos na Olaria bem condicionados thé que se precisasse delles, os quais montão em 4.500\$000, entrando em discussão foi aprovado». (Atas)

22 DE ABRIL – A construção da ponte sôbre o Piracicaba, notadamente o assentamento de suas «cabeceiras», quase deu briga entre os camaristas. Na presente sessão, o vereador Joaquim Floriano Leite disse, em síntese, lavar as mãos sôbre o assunto, escusando-se de tôda e qualquer responsabilidade.

– Para não ser multado pela falta, o vereador João Batista Correia, por intermédio do presidente da corporação, «mandava-lhe por

parte bocal em que não podia comparecer em razão de enfermidade na escravatura de sua administração». Atendido.

27 DE MAIO – Curiosidade: «O Snr. Floriano Leite endicou que o Secretario officie ao Fiscal que debaixo de sua responsabilidade providenciasse sôbre os Câens que vagão pelas Ruas desta Cidade, como tão bem não deixe aos Carniceiros estenderem Coiros de Rezes na Rua, assim foi deliberado».

20 DE JUNHO – Nasce na capital de São Paulo o dr. Pedro Manoel de Toledo, um dos chefes da revolução paulista de 1932. Era governador de São Paulo nessa sedição, havendo-se nela com bravura e dignidade. Faleceu a 29 de julho de 1935, no Rio de Janeiro. Piracicaba, em homenagem, deu seu nome a uma das principais de suas ruas públicas, aquela que justamente pela revolução de 1930 se chamou «João Pessoa».

29 DE JUNHO – As divisas demarcadas entre os municípios de Constituição e Brotas por comissões designadas pelas respectivas municipalidades, não foram de agrado dos camaristas locais «pellos prejuízos que soffre êste município». À vista disso, a Câmara citadina officiou de novo à de Brotas, pedindo nova comissão para novos estudos com a comissão local.

16 DE JULHO – «Foi lido um officio do Exmo. Pres. te, respeito as Estradas desta Cid. e a Capital, foi deliberado, que a estrada publica q. e tem servido de exportação desta Cidade é a de Agoa Choca a qual assim tem sido classificada, e que oje tem tres Estradas, da Agoa Choca, Itu e Campinas, e por ambas se exportão generos p.a serem embarcados no Pôrto de Santos». (Atas)

18 DE JULHO – Curiosidade: «Foi lido um officio do Dr. Juiz Municipal, em que pedia a Cam. a mandar satisfazer-lhe a quantia de 2\$560 dinh. o este dispendido com Livros p. a nelles serem lançados as entradas das vizitas da Cadeia desta Cid. e, mandou-se satisfazer».

20 DE JULHO – A Comissão de Obras Públicas, da Câmara, andando pelas ruas a examinar as «obras públicas», «achou o m.mo Formigueiro no Quintal de Daniel, que já na outra Secção paçada foi ordenado ao Fiscal mandasse tirar».

21 DE JULHO – «O Snr. Innocendo dice que a vista do Regulamento do Coveiro desta Cidade devem Multar ao Sacristão, por que não via elle riscar as Sepulturas, no entanto exigia 320 rs. de risco, isto elle fallava com consciencia de causa». Estava-se em câmara e êsse negocio ficou para depois, porque o vigário deveria ser ouvido a respeito.

22 DE JULHO – Officio do revdo. vigario capitular, comunicando à câmara haver dado provimento de vigário desta paróquia ao revdo. coadjutor Francisco Galvão Pais de Barros. A sepultura dêsse sacerdote,

pelas grandes virtudes que exornavam seu espírito, foi a única respeitada quando do arruamento regular do cemitério municipal.

14 DE AGÔSTO – Circular da presidência da Província à câmara municipal, comunicando «ter Sua Alteza a Snra. Donna Isabel prestando juramento perante a Camara Legislativa».

19 DE AGÔSTO – A cidade estava sem matadouro, pois, na presente sessão da Câmara, o fiscal participava à edibilidade haver caído o rancho que servia para tal, indicando um lugar melhor para as novas obras respectivas. Os camaristas resolveram que isso de indicar lugar cabia à Comissão de Obras Públicas.

14 DE SETEMBRO – Nasce nesta cidade o coronel Armando de Barros, botucatuense de coração. Trabalhou muito por Botucatu. Foi vereador e intendente municipal nessa cidade. Eleito deputado por duas legislaturas. No seu testamento, havia um pequeno legado para a Santa Casa de Misericórdia de nossa terra. Faleceu em São Paulo a 13 de dezembro de 1920.

18 DE SETEMBRO – Falece em São Paulo o dr. José da Costa Carvalho, marquês de Monte Alegre. Foi, entre outros postos de representação, presidente da Província de São Paulo. Foi também um dos proprietários do Engenho de Monte Alegre, dêste município. Nasceu na Bahia a 7 de fevereiro de 1796.

8 DE OUTUBRO – Ordem formal da edibilidade ao procurador da câmara para que proteste contra qualquer venda que Antônio de Barros ou seu sócio Vicente de Souza Queiroz viesse a fazer de terrenos que pertencessem ao rossio, embargando, igualmente, toda e qualquer obra que os mesmos fizessem dentro dêsse limite.

10 DE OUTUBRO – Aprovado pela edibilidade o plano para a edificação do rancho que serviria de matadouro. Infelizmente a ata não diz do lugar. Nas atas seguintes, encontramos a localização – perto do Engenho d' Agua, ou seja, nas proximidades do rio Piracicaba.

13 DE OUTUBRO – A corporação dos vereadores estava às voltas com o tenente da Marinha, Augusto de Carvalho Reis, que usava curar pelo sistema hopomata», servindo-se da assinatura «Dr. A.», «não tendo a competente Carta», (diploma), exibindo somente «uma Carta paçada em Madrid».

23 DE OUTUBRO – Portaria da vice-presidência da Província, autorizando a câmara municipal a receber de seu «empresario», (construtor), capitão João Morato de Carvalho, a ponte sôbre o rio Piracicaba, já pronta, caso a obra estivesse de acordo com o respectivo contrato.

28 DE OUTUBRO – Havia, então, duas pontes sôbre o rio Piracicaba. A velha, caindo aos pedaços, na desembocadura da hoje rua Prudente de Moraes, e a nova, quase pronta, partindo, possivelmente, da atual rua Moraes Barros. A Câmara, por officio ao govêrno provincial, desejava saber que destino deveria dar ao madeiramento da ponte condenada.

8 DE NOVEMBRO – Nasce em Bananal o ardoroso republicano e homem político de nomeada, Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda. Ligou-se a Piracicaba por intermédio do estabelecimento industrial denominado «Fábrica de Tecidos Aretusina», de que foi proprietário por longo tempo. Possuía residência nesta cidade e foi um dos chefes políticos locais, de muita evidência. Faleceu na capital do Estado a 13 de novembro de 1941.

10 DE NOVEMBRO – Suspensa a sessão da câmara para que os vereadores fossem incorporados examinar as obras da ponte sôbre o rio Piracicaba, a fim de recebê-la, dando o trabalho como terminado caso estivesse tudo de acôrdo com o contrato. Tudo azul. Voltaram os edis e os trabalhos da câmara continuaram, sendo o govêrno da Província participado do fato.

– Tal ponte foi construída pelo capitão João Morato de Carvalho e custou à Província a importância de rs. 18:614\$680, fora outros quebrados. Localizava-se à frente da hoje rua Moraes Barros, não havendo, ao que parece, o espraído de nossos dias, mas, sim, um barranco natural que favorecia a cabeceira da ponte.

12 DE NOVEMBRO – Portaria do govêrno da Província, autorizando a câmara municipal a desmontar a ponte velha sôbre o rio Piracicaba, pondo em praça o material restante. Tal ponte partia da hoje rua Prudente de Moraes e, até há pouco tempo existiam vestígios dos suportes das cabeceiras.

17 DE NOVEMBRO – Transcrição: «Foi mais deliberado que o Snr. Pres. te officie ao Rev.º o Vigário para recitar o Discurso do dia das Eleições de Eleitores da Parochia que terá lugar no mes de Deb. ro proximo futuro». Não era propriamente um discurso, mas, sim, uma prece, pela qual o vigário ganhava boa propina.

22 DE NOVEMBRO – De acôrdo com autorização do govêrno provincial a câmara pôs em praça a demolição da ponte velha sôbre o Piracicaba, bem como o material restante. Tal ponte partia da hoje rua Prudente de Moraes.

8 DE DEZEMBRO – Pelo bispo diocesano, D. Antonio Joaquim de Melo, chefe da Igreja Paulistana, (Correspondência), foi suspenso de

suas funções de vigário da paróquia local o padre José Gomes Pereira da Silva, cujo procedimento não o recomendava, havendo inúmeras queixas a respeito e competente processo eclesiástico.

9 DE DEZEMBRO – Postas em «hasta publica», (concorrência), a demolição da ponte velha sôbre o Piracicaba e obras do novo matadouro, não apareceu para elas «arrematante», (concorrente). A vista disso foi contratado Francisco Coelho Barbosa para ambos os trabalhos, ficando êstes em 800\$000 e aquêle em 261\$000.

26 DE DEZEMBRO – O govêrno da Província se dirigia por circular à câmara citadina, pedindo informações acêrca das estradas e pontes do município, o estado da navegação fluvial, da indústria e mineração, da agricultura e indústria fabril, criação de gado e outros mais.

– 1861 –

8 DE JANEIRO – Insistia o govêrno provincial numa estrada que, partindo desta cidade e com ramificações para São João do Rio Claro, Limeira e Araraquara, fôsse à Província de Mato Grosso. A Câmara citadina fazia o possível para corresponder aos desejos das autoridades provinciais.

12 DE JANEIRO – Os editais da municipalidade eram lidos aos domingos na igreja matriz, depois da missa conventual e, em seguida, afixados na porta do prédio onde funcionava a edilidade, de acordo se depreende pela ata dos trabalhos da câmara. É que na época, não havendo nem jornais, nem rádio...

– Pela ata sabe-se também que os trabalhos da corporação municipal duravam três horas. O vereador Oliveira Dorta achava pouco e estranhava a pressa do presidente em encerrar a sessão, tolhendo a liberdade dos vereadores.

27 DE JANEIRO – Pelo registro dos trabalhos dos vereadores, sabe-se que a estrada que partiria desta cidade para a Província de Mato Grosso, serviria a Colonia Naval de Itapura, e Agrícola do Avanhandava até a vila de Brotas. A distância até Brotas era de 12 léguas. Percebe-se, pois, o interêsse do govêrno da Província nessa estrada, que tinha também empenho na estrada Constituição-São Paulo, passando por Jundiá, ou Itu, e pela vila de Capivari.

– O govêrno da Província pedira à edilidade informações sôbre indústria, comércio, transporte etc., existente no município. Eis alguns dados fornecidos pelos locais:

– «Chá – Esta cultura acha-se em decadência pelo mal que causa aos que nela são empregados». Como se vê, a cultura do chá tinha má fama.

– «Navegação fluvial – Apesar das caxoeiras, corredeiras e Saltos que se encontram no Rio Piracicaba, Tietê, até o Paranãm, hé frequentado por Canoas que vem de Santa Anna Miranda, Botocatu, Jahu, Lençois, Colonia Naval do Itapura e agricola do Avanhanda, admitindo conforme a estação, Canoas e Pranchas que carregão até mil arrobas».

– «Minas – Existindo duas de Carvão de Pedras, huma na Fazenda do capitão João Morato de Carvalho, outra na do cidadão Francisco Franco de Almeida, aquella mui perto da Cidade e do Rio Piracicaba, esta na beira do Rio Corumbatahy. O Carvão desta foi experimentado em huma forja, pegando muito bem Fogo, vermelhando bem o ferro».

– «Indústria – Só existe nesta cidade representada por uma Fabrica de Kal de Pedra na beira do Rio Corumbatahy, que fornece seo produto, êste Rio tributario do Piracicaba também é navegavel por canoas de pequeno lote».

– «Agricultura – Engenhos de açúcar: Fernando Ferraz de Arruda. Fellis Antonio Alves. Manoel Ferraz de S. Paio. major Caetano Gomes Carneiro. José Ferraz de Campos Pais. Cap. João Morato de Carvalho. Comendador Vicente de Souza Queiroz. Antonio de Souza Barros. major Melchior Mello Castanho. Antonio José de Almeida. Antonio José da Silva Gordo. João de Almeida Prado. Alexandre Luiz de Almeida Barros. Torquato da Silva Leitão. Marques de Monte Alegre. cap. Francisco Florencio do Amaral. cap. Salvador de Ramos Correia; finado Barão de Itu. dr. Francisco Chavier de Barros. José Ferraz de Camargo. cap. Bernardo Luiz Gonzaga. Antonio Benedito de Castro. Marques de Resende. José Maciel de Lemos. Francisco Ferraz de Camargo. Francisco Franco de Almeida. Veríssimo da Silva Prado. Antonio de Moraes Navarro.

– «Café – Fellis Antonio Alves. Maria Joaquina de Barros. tet. Francisco José da Conceição. José Viegas Munis. João Ferreira Alves. Antonio José da Silva Gordo. Carlos de Arruda Botelho. Manoel da Rocha Garcia. Manoel Ferraz de Arruda Campos. Elias da Silveira Leite. Francisco de Tolledo e Silva. Luiz Antonio de Sousa Barros. Torquato da Silva Leitão e Joaquim Pires de Campos.

– «Gado – Não há neste município Campos naturais para a criação do Gado vacum. Cavallar e Muar. O serviço tem diminuido na criação em razão dos criadores terem assentado de economizar suas mattas com as derrubadas para a plantação do milho, pois é com êste grão que esses animais se crião, engordão mais facilmente, por tal motivo esta criação se tem retirado mais p.ra o Certão».

17 DE FEVEREIRO – Os edis. em officio pediam autorização do govêrno provincial para abrir um atalho melhor, que partisse da ponte do rio Piracicaba, margem direita e atingisse a estrada que é hoje a avenida Rui Barbosa. A ponte fôra construida em continuação à actual rua Moraes Barros e o entrave era a propriedade do marquês de Valença.

24 DE FEVEREIRO – O povo, com um abaixo-assinado, e a câmara, com um officio, tomavam posição contra o ex-vigário local, José Gomes Paiva, conhecido pelo não cumprimento de seus deveres ministeriaes, o qual desejava novamente voltar a ser pároco cidadão.

17 DE MARÇO – «Requerimento de Miguel Arcanjo Benicio Dutra em o qual pedia que a Câmara mandasse franquear a Ponte sobre o Rio Piracicaba, mandando primeiramente fazer um exame sobre a mesma, a fim de conhecer-se se está em condições de por ella transitarem Carros». A ata esclarece que foi nomeada uma comissão para êsse fim.

1.º DE ABRIL – Por ordem do presidente da Província, foi excluído da vereança local o edil, alferes Inocência de Paula Eduardo em vista de não ser êle qualificado eleitor da paróquia, sendo admitido o suplente, dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, ex-deputado provincial.

2 DE ABRIL – Outra resolução dos camaristas foi aquella de officiar aos proprietários de terrenos, que tivessem ruas fechadas por cêrca, dando-lhes o prazo de sessenta dias para abri-las, com penas para os recalitrantes.

– «O m.mo Snr. Dr. Leite Moraes indicou que se represente ao Govêrno Provincial pedindo di.ro para abertura de hua estrada em linha recta dêste Municipio a Villa de Pirapora fundamentando-se nos documentos e decisões dos Governos anteriores existentes no Archivo Municipal; entrando em discussão passou». (Atas)

– Deliberado em vereança examinar-se a pedreira «existente do Caminho do Citio do Monte Alegre distante desta cidade hum quarto de legoa mais ou menos. Essa pedreira ou outra qualquer, para ver se as pedras serviriam para «Calçamento das ruas». (sarjetas) .

– Era grave. «Foi lido um officio do Fiscal em que dava parte à Camara estarem os escravos do Comendador Vicente de Souza Queiroz fazendo um vallo dentro do Rocio desta cidade». Já era um pouco demais o abuso. O officio foi à Comissão de Papéis para dar parecer, antes que a câmara tomasse resolução intempestiva.

3 DE ABRIL – Manoel Pereira de Aguiar requereu à câmara mudança do lugar escolhido para edificação do Matadouro, enumerando algumas desvantagens do presente terreno, que se localizava, nas margens do Piracicaba, denominado «Engenho d'Agua». O requerimento

foi à Comissão de Obras Públicas, com o protesto do vereador Manoel Alvares de Oliveira Dorta.

– Salvo engano, pela primeira vez, nas atas dos trabalhos da câmara municipal, encontramos a expressão «o nobre colega», atribuída de um vereador a outro.

– Trecho de ata: «Indicou o Dr. Leite Morais q.e se officie ao Ex. mo Snr. Vig. o Capitular pedindo a Vigaria de Vara para esta Cidade, foi aprovado, fez-se o officio nesse sentido».

– «A Camara Mal. da Cidade da Constituição vem respeitosa-mente pedir a V. Exa. a criação da Vigaria da Vara em seo respectivo Municipio», pois, «para fundamentar esta requisição, basta lembrar-se que êste Municipio é um dos mais extensos, e populosos da Provincia. Os Casamentos. multiplicão-se decididamente, e as pequenas dispensas dos mesmos tornão-se mui difficeis para todos, especialmente para os pobres, e outras razoens existem apoiando êste pedido...»

4 DE ABRIL – Antônio Teixeira Escobar requereu à Câmara Municipal «fosse preferido o Caminho chamado Picadão para servir como Sacramento» para os moradores do lugar. «Caminhos do Sacramento» eram aquêles que não passavam além do município ou que ligavam bairros à cidade.

5 DE ABRIL – Aprovada uma indicação do vereador Dr. Leite Morais, no sentido de que se autorizasse ao fiscal da câmara fazer orçamento e planta para abertura «de uma Rua além do Rio Piracicaba a começar assima do Morro – paçando a ponte nova acompanhando o Rego d’agoa até o Salto e das despezas feitas com a Roçada das Capueiras existentes na margem oposta do Rio e do mesmo Salto na imbocadura do Itapeva».

– Ao que parece, a presente indicação se refere a «fundação» da hoje Vila Rezende. O «caminho» já havia, mas, agora, se tratava de uma «rua», possivelmente a Avenida Rui Barbosa de nossos dias. O rêgo de água referido talvez fôsse o rêgo de água que ia aos domínios do Marquês de Valença, depois dos Barões de Rezende, acima do atual rêgo do Engenho Central.

6 DE ABRIL – A Comissão de Obras Públicas foi favorável à nova escolha do terreno para a edificação do rancho do novo matadouro, preferindo, pela abundância de água, maior largueza para se tratar com o gado, mais arejado, o local denominado «Pedreira». Ao que tudo indica, trata-se do início da rua do Rosário, onde o matadouro municipal esteve até 1911, mais ou menos.

– A discussão do parecer acima quase deu «cinza», pois o vereador Oliveira Dorta sustentava que o local fôra já escolhido – o «Enge-

nho d' Agua», devendo ser mantida a escolha primitiva. Finalmente, foi aprovado o Parecer e, conseqüentemente, aprovada a mudança para o terreno das «Pedreiras», onde a câmara tirava pedras para as sarjetas.

– Por esta e outras atas dos trabalhos da câmara, compreende-se que o centro da cidade, na época, abrangia as seguintes ruas, acompanhando o rio: da Bica, (Rosário); Pau Queimado, (Alferes José Caetano); Santo Antonio, Comércio, (Governador Pedro de Toledo); e Glória, (Benjamim Constant) e travessas: das Flores, (13 de Maio), Pescadores, (Prudente de Moraes), São José, Direita, (Moraes Barros), e Quitanda, (XV de Novembro). As outras ruas ou quarteirões eram designadas pellos «figurões» que nelas residissem.

– A respeito do ato bastante grave do comendador Vicente de Souza Queiroz, que mandara abrir um valo em terras do rossio, violando a propriedade do município, a Comissão de Papéis foi de opinião que se propusesse uma ação reivindicatória, ao contrário de ação de embargo. Assim foi deliberado, ficando o presidente da edilidade encarregado de tal mister.

6 DE JUNHO – A ponte nova sôbre o rio Piracicaba, entregue ao uso público em outubro de 1860, já estava dando que falar. Construída sem altura suficiente, com as contínuas chuvas e enchentes, oferecia sério perigo aos que por ela transitassem. Ofício, nesse sentido, dos vereadores conterrâneos ao govêrno da Província.

21 DE JUNHO – A Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia tomou a resolução da construção do seu hospital, nas seguintes bases: que a obra fosse começada nesse ano; que o edifício fôsse singelo e seu custo, não passasse de 15:000\$000; a casa deveria ser assobradada, com 20 aposentos para os doentes, cômodos para médicos, enfermeiros e serventes, com uma botica e uma modesta capela.

2 DE JULHO – Pela ata da câmara, sabe-se existirem na cidade três escolas: uma de latim e francês, regida por Bento Barreto do Amaral Gorgel, da «primeira cadeira de instrução primaria», regida por José Romão Leite Prestes, da «segunda cadeira de instrução primaria», regida por Antonio Augusto Cezar de Oliveira. A ata não menciona, mas havia, também, uma escola de primeiras letras, feminina, regida por d. Hermelinda Rosa de Toledo, talvez a primeira professôra de nossa terra.

3 DE JULHO – Representação dos camaristas locais ao govêrno provincial, expondo o mau estado «da ponte sôbre o Rio Piracicaba, na estrada que desta cidade segue para Matogroço, Estabelecimento Naval do Itapura, Colonia Agricola do Avanhandava, Município de S. João do Rio Claro, Limeira, Araraquara, Brotas e outros».

6 DE JULHO – «O Snr. Pres.te dice que tendo esta Camara ordenado a abertura das Ruas, que se achão feixadas, não só achava isto difícil como tão bem o estado do Coffre Municipal não permitir, e que por isso ficou esta medida esperando, para quando ouvesse necess. de publicar, ou quando aparecer algum abaixo asinado dos moradores exigindo». (Atas).

21 DE JULHO – Segundo as posturas municipais, as «Bandeiras de Fora» não podiam tirar esmolos na cidade para o Espírito Santo. A Freguesia de Santa Bárbara, pertencendo ao município de Constituição, não foi considerada «de fora», podendo os esmoleres percorrer livremente os dois centros.

– A bandeira do Espírito Santo era uma prática interessante: um homem, carregando uma bandeira, geralmente vermelha, no cimo de cujo mastro havia uma pombinha, de madeira ou de barro, simbolizando o Espírito Santo, esmolava. Quem desse esmola, era envolvido pela bandeira e tinha permissão de beijar a pombinha. Diziã-se que isso dava sorte.

1º AGÔSTO – Entre outros, um artigo de postura apresentado pela edilidade: «É igoalm.e proibido aos Fogueteiros trabalharem em fogos quaisquer que elles sejam, e consevarem deposito de polvora dentro da povoação».

(continuação)

Viu suas comédias representadas por companhias do porte de Palmeirim Silva, Iracema de Alencar, Mário Salaberry; João Rios, Darcy Cazarré, e Nino Nelo. Peças radiofônicas levadas ao ar pelas principais emisoras do país. Já quarentão, sentiu em si a "veia histórica", a influência direta de Nelson Camponês do Brasil. Quase virou "pancada", no campo da pesquisa. Notas e mais notas. Artigos e mais artigos. Na imprensa nossa e na de fora também. "O Estado de São Paulo" acolheu seus trabalhos. Com desfaçatez, vieram palestras e palestras sôbre a fundação de Piracicaba. Além de comédias e peças radiofônicas editadas, publicou "De Piracicaba para Piracicaba", coletânea de rodapés. E sua carreira literária se encerra com "História de Piracicaba em Quadrinhos". E para terminar esta esnobação: pertence à Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, à Academia Paulista de Educação, à Academia Piracicabana de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico conterrâneo; possui as medalhas "Imperatriz Leopoldina", adjudicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e "Segundo Centenário", oferta da Prefeitura Municipal de nossa terra. E é só.



Piracicaba
2009



INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA



PIRACICABA
Prefeitura do Município
Ação Cultural
Secretaria Municipal



EQUILIBRIO
editora

ISBN 978-85-61237-17-2



9 788561 237172